Cadernos

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

#20

28 DE OUTUBRO
A 10 DE NOVEMBRO
DE 2026

OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE



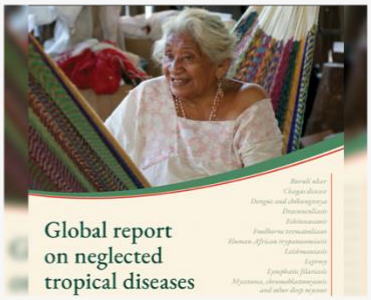
30ª Cúpula Iberoamericana reuniu Chefes de Estado e de Governo de 22 países de língua espanhola e portuguesa da América Latina e da Europa em Madri, nos dias 4 e 5 de novembro.



Brasil participa da Cúpula da ASEAN em Manilha, Filipinas, de 15 a 17 de novembro, com perspectivas econômicas e de cooperação crescentes, inclusive na saúde.



Benjamin Netanyahu derrotado nas eleições para o parlamento de Israel, enquanto o frio e os rigores do clima implacáveis começam a se abater sobre as ruínas de Gaza e seus habitantes.

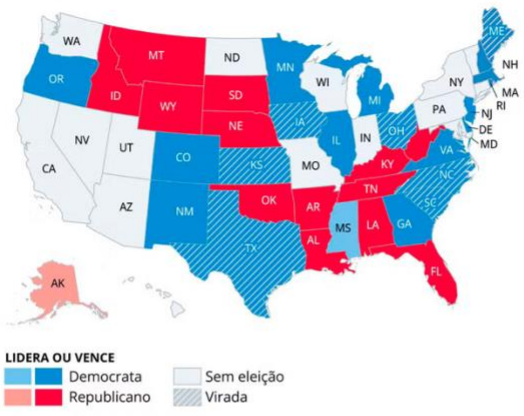


O *Global report on neglected tropical diseases 2026: mid-term evaluation of the road map*, publicado pela OMS, apresenta a avaliação de meio de termo da *Estratégia para Doenças Tropicais Negligenciadas 2021–2030.*

COP31 TÜRKİYE ANTALYA

COP31 do clima se realiza em Antália, na Turquia, de 9 a 20 de novembro. Brasil passa o bastão de presidência para a Turquia.

A disputa eleitoral nos EUA



Democratas tem vitória acachapante nas eleições de meio-período nos Estados Unidos e conquistam maiorias na Câmara e no Senado. Saúde esteve entre temas decisivos. Resultados podem ter consequências sobre a política exterior do país.

FIOCRUZ

SUMÁRIO

4 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tob*ar

Sistema Nações Unidas

24 – O que representou a vitória de Lula segundo dois interlocutores – *Santiago Alcázar*

28 – Urnas e saúde global: o que as eleições de 2026 no Brasil e nos EUA significam para o mundo – *Equipe Editorial*

37 – A vitória de Lula e a possibilidade de mudança a partir do Sul Global: injustiça econômica, iniquidade em saúde e a busca por uma nova ética do desenvolvimento humano sustentável – *Juan Garay*

53 – As armadilhas do chamado sistema democrático da principal potência política, econômica e militar do mundo: os Estados Unidos sob a perspectiva da Equidade Sustentável em Saúde – *Juan Garay*

82 – O voto latino nas eleições de 2026: migração, direitos e saúde nos Estados Unidos – *Rafael França e Sebastián Tobar*

88 – Democratas, prestem atenção: a paz é uma boa estratégia política – *Jeffrey D. Sachs*

91 – Financiamento Climático, Vulnerabilidade e Responsabilidade: o Direito ao Desenvolvimento na Emergência Climática Global – *Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho*

103 – Saúde na COP31: expectativas, evidências e críticas a caminho de Antália – *Luiz Augusto Galvão e Danielly Magalhães*

119 - Discursos do presidente Lula na COP31, na Turquia

125 – Impacto do Estresse Térmico na Saúde do Trabalhador: evidências de estudos realizados pela OIT em seis países – *Frederico Peres*

141 – Questões migratórias na América do Norte e Central – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

145 – Resiliência no controle do câncer em tempos de crise: uma perspectiva na saúde das mulheres – *Heloise Fernandes Agreli, Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

152 – Impostos de saúde: uma necessidade epidemiológica e econômica global – *Eduardo Nilson, Felipe Neves e Denise Oliveira e Silva*

168 – O Banco Interamericano de Desenvolvimento Participa da Reunião dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento – *Isis Pillar Cazumbá*

172 – Cooperação multilateral e desenvolvimento desigual no comércio sustentável: subsídios à pesca, produção local de tecnologias em saúde, propriedade intelectual e inteligência

artificial e comércio baseado na biodiversidade – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

182 – Sociedade Civil na Saúde Global: Entre Crises, Direitos, Governança e Inovação – *Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Diana Zeballos, Patrícia Lewis Carpio, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*

204 – Economia da guerra, tributação global e solidariedade portuária: o pré-COP 31 e os impasses da saúde global – *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

217 – Vozes do Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup, Rychard L. Monteiro, Ana Luiza Moreno e Beatriz Araujo*

252 – Tensões Diplomáticas e Fragmentação Marcam Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G20 em Atlanta | G7: segurança, energia e diplomacia na reta final da presidência Francesa | "Mais apoio nem sempre significa melhores resultados": as análises da OCDE sobre a economia global em apoio às políticas estratégicas e de inovação – *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar*

266 – Mais mudanças eleitorais e mais manifestações populares: a política e a economia da região também mudarão? – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

283 – XXX Cúpula Ibero-Americana: avanços concretos e uma oportunidade para fortalecer a cooperação em saúde – *Sebastián Tobar e Paulo Marchiori Buss*

295 – Qual é o significado da visita do Papa à América Latina e quais são seus efeitos na Casa Branca? – *Sebastián Tobar*

303 – Desafios da saúde pública e da diplomacia da saúde na África – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg*

314 – Europa diante de uma nova conjuntura geopolítica: instabilidade política, ameaças híbridas e tensões sociais – *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

321 – Impacto dos conflitos na região EMRO sobre os Profissionais de Saúde – *Laura Tavares Soares*

342 – Lula e a Nova Longa Marcha – *André Costa Lobato, Fernanda Pinheiro Filgueiras e Rafael Aguilar-Zamudio*

Estante, Editores e Autores, Produtos e Ficha Catalográfica

358 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

360 – Editores e autores dos cadernos

365 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

366 – Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 20/2026

28 de outubro a 10 de novembro de 2026

Sumário Executivo

A última quinzena registrou cinco importantes movimentos de afirmação da democracia e de políticas sociais no mundo, que coincidem com reveses da direita e extrema-direita: 1) a histórica virada de Lula sobre Bolsonaro nas presidenciais brasileiras; 2) a acachapante derrota de Trump e dos republicanos na *midterm* para o legislativo (Câmara e Senado) nos Estados Unidos; 3) a derrota de Netanyahu, o sanguinário primeiro-ministro de Israel; 4) a derrocada do 'exemplar' projeto de direita no vizinho Paraguai, enlameado na maior corrupção jamais registrada no país, seguida do impeachment do presidente de direita Santiago Peña; e 5) a ampliação dos protestos e reivindicações já não só por estudantes, mas por outros segmentos da população na França, que começa a se estender a outros países europeus, como a Espanha.

Nem o mais otimista progressista poderia imaginar este pacote de deblaques da direita que revirou políticas nacionais, com repercussões na geopolítica global. As reações foram imediatas: 1) no Brasil, o mercado financeiro e os rentistas entraram em pânico, a bolsa foi derrubada e o dólar subiu; 2) nos EUA, Trump fez-se de cordeirinho no primeiro dia e, no segundo, nomeou Stephen Miller como chefe de gabinete da Casa Branca, um dos principais ideólogos e estrategistas da ala mais conservadora (MAGA); 3) o presidente de Israel, Isaac Herzog, vai encarregar o líder do bloco de oposição, Gadi Eisenkot, de tentar formar um novo governo; 4) o congresso do Paraguai vai tentar limpar a sujeira deixada pelo 'galã' da direita que até faz pouco os representava; 5) na França, com os protestos, crescem as chances eleitorais de Jean-Luc Mélenchon (candidato da esquerda francesa) contra Marine Le Pen, candidata da extrema-direita; 6) as ondas de protesto na Espanha podem garantir a permanência do socialista Pedro Sánchez como primeiro-ministro, nas eleições antecipadas de 28/11 que ele mesmo provocou ao dissolver o parlamento diante dos protestos nas ruas e a greve geral.

Não há mais dúvida que o alcance do movimento social brasileiro que levou à eleição de Lula teve alcance mundial, seja pela influência do Brasil no cenário geopolítico global, seja pelo simbolismo que Lula carrega no mundo democrático e pelos desafios que lançou em nome da soberania nacional dos países frente aos sucessivos ataques globais de Trump à democracia e ao bom-senso político. Que nos revelam a presença do 'L' nas manifestações nas eleições americanas e nos protestos europeus. Em inspirada entrevista concedida ao *O Globo* (8/11, p.20), Thomas Piketty, o brilhante 'economista da desigualdade' francês, além de repudiar o modelo 'tecnonacionalista', posto em prática pelo trumpismo e pelo bolsonarismo e que alimenta a desigualdade mundial, conecta vitórias de Lula, no Brasil, e do Partido Democrata, nos EUA, a protestos sociais na França.

No **Brasil**, para além de uma vitória pessoal ou partidária do presidente reeleito, venceu a democracia, a dignidade e a soberania nacional e o desenvolvimentismo sustentável e integral: político, social, econômico, ambiental e ético. Contribuiu para isso uma espetacular combinação entre grandes movimentos de rua e a força comunicativa de redes sociais. Além do bolsonarismo derrotado, Lula e os movimentos sociais tiveram que vencer também as *big techs* que

solertemente operaram para dificultar a campanha do presidente e facilitar a do representante da família Bolsonaro no pleito. Um especialista em redes sociais, o deputado federal André Janones usou o veneno dos algoritmos contra seus criadores, com as estratégias usadas no Exército do Lula.

A continuidade do movimento marcha serena e firme: os movimentos populares continuam a se organizar para enfrentar o 'terceiro turno' forçado pela direita, com demonstrações nas redes sociais de que não serão aceitas 'meias-solas' à agenda aprovada nas urnas. A população entrou firme na discussão da economia política, que inclui a discussão sobre as escorchantes taxas de juro que afogam famílias e empresas, procurando aprender e se posicionar sobre "o que é o ovo, e o que é a galinha". É o pagamento dos juros para pagar a dívida pública o que afoga o Brasil e os brasileiros (o que Lara Resende chama de 'bolsa rentista') ou são os gastos públicos em programas sociais (vitoriosos nas urnas) que estaria gerando os juros altíssimos que 'desorganizam a economia' e levam 'insegurança no mercado'? Cabe a pergunta: quais políticas econômica e social devem ser adotadas pelo governo Lula 4? Num resumo bem raso: 'bolsa rentista' ou 'bolsa família'?

Ademais, para analistas econômicos brasileiros de proa, o país gasta mais com subsídios e isenções para ricos e setores econômicos já muito bem consolidados, do que com gastos focalizadas nos mais pobres. O economista Sérgio Firpo, exemplifica: o país poderia economizar R$ 25 bilhões se conseguisse acabar com as isenções de títulos como Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Agrícola (LCA), CRI e CRAs e debêntures incentivadas, que não pagam imposto, e que emprestam mais barato para o agronegócio, a construção civil e o setor imobiliário, ou seja, setores ricos e que já têm outros incentivos. É regressivo. Por isso é importante insistir na proposta de taxar esses produtos financeiros, por exemplo, proposta que foi apresentada por Fernando Haddad, então ministro da Fazenda, que foi rejeitada pelo Congresso eivado de lobbies destes beneficiários dos segmentos mais ricos da sociedade brasileira.

Em pronunciamento à nação na noite de domingo (8/11), o presidente reeleito sinalizou que "cumprirá os compromissos sociais assumidos, com responsabilidade fiscal". Não parece que cederá aos rentistas e à direita que quer impor a agenda derrotada do bolsonarismo. Mas a decisão final sobre a acomodação entre 'políticas sociais e responsabilidade fiscal' será anunciada depois do retorno do presidente da viagem à COP31 e Filipinas (Cúpula da Asean), em 17/11. Lula precisará manter a mobilização popular nas ruas e nas redes sociais em defesa da democracia e das políticas sociais, num contexto de um Congresso dominado pela direita, pois só assim conseguirá implementar as propostas que lhe deram a vitória nas urnas. A população parece ter entendido seu papel nessa era de 'democracia participativa' que parece ter chegado. Sem a vigilância popular, o fim da escala 6 x1, por exemplo, pode ser distorcida, seja pela nova PEC em discussão no Senado que ajusta a emenda para os chamados 'regimes especiais', seja pelos questionamentos de entidades empresariais no STF, cujo ministro-relator será Flávio Dino. O mesmo pode ocorrer com a proibição das BETs, questionada no Supremo pelas poderosas empresas que as manipulavam, e cuja relatoria se encontra com Luis Fux.

Bons artigos a respeito das perspectivas do Lula 4 estão circulando, aos quais remetemos os leitores que queiram se aprofundar no debate: ***André Lara Resende*** https://andrelararesende.substack.com/p/eu-acuso-uma-proposta-para-eliminar; ***Kwak e Paulani*** https://aterraeredonda.com.br/quem-paga-a-conta-do-ajuste/ - ***Antonio Martins*** https://outraspalavras.net/outrapolitica/depois-da-grandevitoria-pauta-do-povo/ - ***Roberto Amaral*** Terceiro

turno, a batalha da vez – ***Manifesto de economistas*** As urnas decidiram. Neste fascículo, vejam o artigo de ***Juan Garay***, com desafios sobre equidade para o governo Lula 4.

A eleição nos EUA

Nos **Estados Unidos**, o resultado das eleições de *midterm* nos EUA significa o fim de um ciclo de aberrações, como afirma *Dorrit Harazim*, colunista de *O Globo* (8/11, p.3), com o que considera "um plebiscito contra Donald Trump e seu compadrio de bilionários, (...) um presidente que a História já registra como o mais nocivo para o país e o mundo dos pontos de vista moral, militar, constitucional e da economia global". Os Democratas avançaram em todos os segmentos do eleitorado em 2026. Mas foi entre eleitores negros, latinos e jovens que os avanços anti-trumpistas foram maiores, em relação às eleições de 2024, que elegeram Trump presidente. Milhões de eleitores negros, hispânicos, asiáticos e de outras minorias romperam preferências partidárias e identitárias, votando em candidatos que priorizaram a saúde, a educação e a qualidade de vida no país. ***França e Tobar*** analisam neste fascículo o voto dos latinos nas eleições de meio de mandato nos EUA.

Das eleições emergiram marcos inéditos, como: o primeiro senador muçulmano da história, médico sanitarista e epidemiologista, por Michigan; os primeiros governadores hispânicos no Texas e na Califórnia (este, aliás, médico e ex-ministro da saúde de Biden); o primeiro senador abertamente gay, por New Hampshire; o primeiro governador negro (e republicano) da Flórida; prefeitos socialistas, do grupo *Democratic Socialists of America – DAS,* nas três principais cidades dos Estados Unidos (Nova York, Los Angeles e Washington, DC); primeiro senador negro no Mississipi, entre outros marcos que vão sendo revelados. Nenhuma dessas barreiras quebradas foi sustentada em campanhas "identitárias", mas em torno a reivindicações comuns a todos, como a inflação no país, salários estagnados, enriquecimento no topo da hierarquia social, corrupção no governo, a política migratória de Trump, a estúpida guerra contra o Irã, o apoio dos EUA ao massacre palestino. Ou seja, questões que afetam o dia-a-dia dos eleitores, como também um flagrante cansaço com o 'presidente incumbente' e um crescente anti-trumpismo pelas ameaças e o medo que traz aos eleitores.

Além de Trump e os republicanos outro grupo poderoso saiu derrotado nas eleições de meio de mandato, o das *big techs* e seus bilionários. A vitória democrata deve afetar regulação da IA, restrições a data centers e moderação de redes sociais. Os eleitores dos Estados Unidos deram um recado contrário à instalação de data centers em suas comunidades e ao aumento do custo de vida associado a essas megaestruturas, por meio dos 41 plebiscitos locais realizados em dez estados, dos quais 40 terminaram com a rejeição popular aos projetos das *big techs*. A derrota republicana também foi influenciada pelo temor da maioria da sociedade estadunidense em relação ao avanço da inteligência artificial (IA).

No meio do ano que vem (2027) iniciam as primárias para as presidenciais de 2028 e, no Partido Democrático, uma disputa pela orientação política (conservadora, ou mais à esquerda) estará em questão, dado o avanço dos 'socialistas' entre os Democratas. ***Sachs*** manda recado aos democratas, em artigo que traduzimos para este Caderno, que devem buscar a paz que Trump renegou para consolidarem a privilegiada posição política alcançada com a vitorias nas *midterms*. A manutenção da influência de Trump é dada como certa entre os Republicanos, mas com a derrota do governo, Vance e Rubio, dados como pré-candidatos preferenciais do partido, começam a sofrer o inevitável desgaste político da derrota do governo.

Já a indicação de Miller para chefe de gabinete e o convite para que Dana White, CEO do UFC (empresa organizadora de lutas-livre) para secretário de imprensa (porta-voz do governo) (depois negado como 'brincadeirinha') indicam que Trump pretende radicalizar. Aparentemente, a luta anti-imigração vai se intensificar com Miller mais próximo do presidente do que já era, e a guerra do Irã vai depender dos estoques de armas e do preço do petróleo.

E como ficarão a '*Doutrina Donroe*' e o '*Escudo das Américas'*? Trump e Rubio pendulam entre rever ou reafirmar a política para o continente, diante da vitória de Lula e dos vergonhosos episódios do governo de direita, que é flagrantemente apoiado pelos EUA, no Paraguai. Mas essa revisão pode, ao contrário de cautela, levá-los ao endurecimento da *Estratégia de Segurança Nacional* 2025-National-Security-Strategy.pdf que, desde novembro de 2025, sustenta a política de relações exteriores para o continente: 'luta sem trégua' contra o crime organizado, contra a imigração irregular e contra a presença de 'países alheios' à região, um eufemismo para se referir basicamente à China. Um Trump restringido pelo Congresso em políticas internas terá mais incentivos para buscar no exterior as vitórias políticas que agora serão mais difíceis em Washington. A América Latina ocupa um lugar privilegiado nesse cálculo. Enquanto Trump mantém sua capacidade de impor decisões unilaterais, os governos latino-americanos estão divididos politicamente e não têm uma posição comum para negociar com Washington. Contudo, a agenda de segurança de Washington na ALC depende de orçamento que precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado, o que pode colocar freios à corrida belicista de Trump na região. A respeito, sugerimos um artigo interessante: Trump derrotado: ¿más débil o más peligroso para América Latina? - Latinoamérica 21. Já sobre as armadilhas do chamado sistema democrático dos Estados Unidos e a perspectiva humanista da equidade sustentável em saúde, leia o primoroso artigo de ***Juan Garay*** neste fascículo.

Em relação a *Cuba*, as diferenças entre a agora minoria republicana e os democratas são muito mais profundas. A ala mais esquerdista dos democratas apresentou em maio uma "resolução de poderes de guerra contra Cuba", que proibiria qualquer iniciativa militar. Contudo, ao fim e ao cabo, Trump não vai mudar suas prioridades em política para ALC só porque os democratas ganharam o Congresso. Mas enfrentará um escrutínio muito maior em TODA sua política exterior, afirmam analistas políticos mais realistas.

Israel e os palestinos

A derrota do sanguinário *Bibi Netanyahu* parece ter se consolidado neste 8/11 com a designação do seu opositor, *Gadi Eisenkot*, pelo presidente de Israel, *Isaac Herzog*, para formar o novo governo. Contudo, parece ser uma '*troca de seis por meia dúzia*' quanto às políticas de segurança e direitos dos palestinos, embora a adesão dos 19 parlamentares árabes eleitos para o Knesset à Eisenkot possa trazer alguma mudança, por exemplo, na facilitação da entrada de ajuda humanitária e em uma menor brutalização dos palestinos da Cisjordânia pelos colonos israelenses. Com relação à ajuda dos EUA à Israel, imprescindível para a continuação do interminável sacrifício dos palestinos e do belicismo do país no Oriente Médio, muito vai depender de como se materializará a afirmação de Trump, no dia das eleições de meio de mandato, de que os repasses de caráter militar e econômico ao país serão encerrados, mas a comercialização de armamentos seguirá em vigor. É uma equação que somente será solucionada nas próximas semanas.

Gaza. Enquanto isso, o frio e os rigores do clima começam a se abater implacáveis sobre as ruínas de *Gaza* e seus habitantes. Os abrigos são precários e a maioria dos deslocados vive

em tendas de lona, cabanas improvisadas ou edifícios parcialmente destruídos que não oferecem isolamento contra o vento frio ou a água da chuva. As inundações são frequentes devido a destruição dos sistemas de escoamento e esgoto, produzindo alagamentos constantes nos acampamentos, destruindo os poucos pertences das famílias e contaminando a água disponível. Sem eletricidade ou gás de cozinha, as pessoas recorrem à queima de plástico, papelão ou pedaços de madeira para se aquecerem e cozinharem, o que gera fumaça tóxica em ambientes fechados. A combinação de frio, umidade, desnutrição e falta de saneamento básico propicia a rápida disseminação de doenças respiratórias crônicas, infecções de pele e hipotermia, afetando gravemente crianças e idosos. Sr. Eisenkot, senhores parlamentares recém-eleitos para o Knesset: algo a dizer ao mundo?

Protestos populares se ampliam nas ruas da França e se estendem a outros países da Europa

Manifestações iniciadas por estudantes no mês passado contra alta do custo de vida e cortes orçamentários do governo Macron foram reforçadas na 5ª. feira (6/11) por uma greve geral que afetou transportes e escolas, fechou a Torre Eiffel e levou 600 mil às ruas da França. Cerca de 260 manifestações estavam previstas em todo o país. Convocada por sindicatos, a greve reuniu centenas de milhares de manifestantes em diversas cidades do país, como Paris, Marselha, Nantes, Montpelier, Estrasburgo e Lyon. Com origens e formas de organização diferentes, a *onda de protestos na Europa em 2026* tem incluído manifestações, greves, e outras mobilizações sociais, reivindicando melhorias nas condições de ensino, medidas contra o aumento do custo de vida, maior acesso à habitação, melhores salários e oposição a determinadas políticas governamentais. As manifestações tiveram destaque na França, Bélgica, Itália, Espanha, Portugal, Sérvia, Albânia e outros países. ***Freire*** aborda este fenômeno político em seu informe neste fascículo. Um último registro: ameaças de bombas trazem pânico e suspensão de aulas em escolas de diversos países da Europa, sem que até agora se saibam as motivações e os autores das ameaças. Mundo muitas vezes inexplicável. Este é apenas mais um caso.

As COPS 17 e 31

Duas questões decisivas e entrelaçadas para o meio ambiente global e as saúdes humana e planetária são o **clima** e a **biodiversidade**. Por isso, recebem toda a atenção dos nossos Cadernos. No fascículo 19, ***Magalhães e Galvão***, nossos especialistas em meio ambiente e saúde, trataram da *17ª Conferência da ONU sobre Biodiversidade (COP 17 da CDB)* https://www.cbd.int/, que se realizou de 19 a 30 de outubro de 2026, em Yerevan, na Armênia, com o objetivo principal de avaliar e impulsionar a implementação das 23 metas do *Marco Mundial de Biodiversidade de Kunming-Montreal*. A COP18 (2027) será realizada no Equador. Já neste Caderno, os mesmos autores fazem uma análise preliminar da **Saúde na COP31**, em realização em Antália, Turquia, de 8 a 20 de novembro, num *spoiler* do que será a análise mais aprofundada que farão dos resultados do evento no Caderno 21. Contudo, adiantamos para o leitor neste fascículo os dois marcantes *discursos proferidos pelo presidente Lula na COP31*, dada a profundidade da análise e das propostas levadas pelo Brasil que, aliás, tiveram grande repercussão no evento e na imprensa nacional e internacional.

Gaspar, Peres e ***Chamas & Cesário*** também tratam de algumas dimensões sobre a questão do clima e da biodiversidade nos seus informes deste fascículo. Dia 2 de dezembro o ***Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*** realizará seu seminário **avançado**

anual sobre ambiente e saúde, abordando as COPs e a tríplice crise planetária com especialistas nestas matérias.

A Cúpula Iberoamericana

A *XXX Cúpula Iberoamericana* foi outro evento importante do tabuleiro geopolítico global realizado na quinzena, envolvendo os três países europeus (Espanha, Portugal e Andorra) e 19 países da América Latina e Caribe, inclusive o Brasil. A Cúpula se realizou em Madri, Espanha, de 4 a 5/11. ***Tobar e Buss*** abordam seus principais resultados, sinalizando que ocorreu em um contexto de fragmentação política regional e de reconfiguração da ordem internacional. Embora tenha conseguido recuperar parcialmente a capacidade de diálogo do espaço ibero-americano, seus resultados políticos foram limitados devido à ausência de vários chefes de Estado e às divergências político-ideológicas entre países membros da ALC. Leia neste fascículo.

Cúpula da ASEAN

A Cúpula da ASEAN de 2026 (49ª Cúpula da ASEAN e Reuniões Relacionadas) será realizada em Manila, Filipinas, entre os dias 15 e 17 de novembro de 2026 (com eventos principais e reuniões de líderes ocorrendo de 16 a 18 de novembro). O tema central da Cúpula é '*Navegando Nosso Futuro Juntos'.*

O evento reunirá líderes dos 11 países membros da ASEAN (incluindo Timor-Leste) e parceiros de diálogo como o presidente dos EUA, *Donald Trump* (que participará da Cúpula Especial ASEAN-EUA em 17 de novembro), além do Brasil (cuja delegação será chefiada pelo *Presidente Lula*), Canadá, entre outros convidados da presidência filipina.

A ASEAN tem uma área de saúde muito bem estruturada. Antecedendo a Cúpula de Manilha, os ministros da saúde se reuniram em 10/09/2026, em Kuala Lampur (Malásia), sob o tema *"Healthy ASEAN: Together Towards Equitable, Future-Ready Health Systems"* que emitiu o Joint Statement of the Seventeenth ASEAN Health Ministers Meeting (17th AHMM). A principal deliberação foi a definição da *Agenda Estratégica de Saúde da ASEAN (ASHA 2026–2030),* estruturada em quatro eixos principais: promoção de estilos de vida saudáveis e prevenção de doenças não transmissíveis; resposta a emergências e ameaças à saúde pública; fortalecimento de sistemas de saúde; acesso a cuidados; e segurança alimentar.

Lobato e colegas do GT China e Ásia Central tratarão da Cúpula da ASEAN no próximo fascículo do Caderno (21).

Violência continua no Haiti, sem reação da comunidade internacional

Um relatório do *Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti* apontou aumento dos sequestros em Porto Príncipe entre julho e setembro. Crianças representaram 10% das vítimas. No período, gangues e forças de segurança foram responsabilizadas por 1.167 mortes e 459 feridos em todo o país. O documento também registrou 344 vítimas de violência sexual. Impressionante como a comunidade internacional e, particularmente, a CELAC mantem-se calada e imobilizada diante deste quadro degradante que vive o país da nossa região.

Leão XIV visita Uruguai, Argentina e Peru

Numa viagem coroada de sucessos em série, o papa ***Leão XIV*** realiza sua primeira viagem à América do Sul, distribuindo recados pelos países em que passa, sobre a primazia dos direitos humanos e relação à economia, defesa dos pobres, políticas sociais pertinentes, enfim

um rosário de propostas que enaltecem seu pontificado recém iniciado. Simpático, tem distribuído sorrisos, apertos de mão e abraços, sem deixar de recordar seu antecessor, o *Papa Francisco*, também originário da região. Cada vez mais parece ser um homem firme, não tão avançado quanto Francisco, mas moderno, construindo teses entre as quais se destaca a questão da Inteligência Artificial, sem esquecer as virtudes teologais de '*Fé, Esperança e Caridade'*. ***Tobar*** analisa alguns dos pontos altos da viagem em seu artigo neste fascículo dos Cadernos.

81ª Assembleia Geral turbina discussões e decisões até o final do ano

Em Nova York, o cronograma de votações e adoções finais de resoluções nos comitês da AGNU81 segue um calendário concentrado entre 1/10 a 20/11/2026, cumprindo a agenda de temas proposta https://docs.un.org/en/A/81/150. Após o encerramento do Debate Geral de Chefes de Estado em setembro, o trabalho da AGNU foi integralmente transferido para as principais **comissões temáticas**, que estão negociando e preparando resoluções para serem votadas na plenária da AGNU, em geral na primeira e segunda semanas de dezembro.

As discussões vêm cobrindo temas nas diversas áreas de abrangência da AGNU: política, social, econômica, sanitária, tecnológica, nelas incluindo diversos subtemas, como a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, o desarmamento e controle sobre armas nucleares, a necessidade imperiosa do controle da inteligência artificial, as inequidades crescentes entre países, regiões e pessoas, os acúmulos de déficits no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento, a tríplice crise planetária, entre os inúmeros temas de alcance global relativos.

Como sempre insistimos, a AGNU é um momento importante para a *saúde global*, pois a maioria 178 itens pautados para o debate e decisões/resoluções até o final do ano tratam, em última análise, de determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde. Muitas das discussões, consensos, dissensos, decisões e resoluções resultantes da AGNU 2026 terão impacto importantíssimo sobre a saúde global, humana e planetária.

Um resumo dos temas tratados diariamente na AGNU pode ser acessado nas notas divulgadas em https://press.un.org/en, assim como as sessões de algumas das Comissões, do Conselho de Segurança e do Conselho de Direitos Humanos assistidas na UN WEBTV https://webtv.un.org/en (Os interessados podem inclusive se inscrever neste site para receber a programação diária).

Eleição do(a) Secretário(a) Geral da ONU

Os oito nomes que estão na corrida para a indicação do(a) novo(a) SG da ONU são**:** *Rebeca Grynspan* (Costa Rica), *Rafael Grossi* (Argentina), *Ivonne Baki* (Equador); *María Fernanda Espinosa* (Equador), *Carolyn Rodrigues-Birkett* (Guiana), *Olara Otunnu* (Uganda), *Lana Zaki Nusseibeh* (Emirados Árabes Unidos) e *Feridun Hadi Sinirlioglu* (Turquia). Nada indica que a lista esteja fechada, dado que nenhum recebeu o número de indicações necessários ou evitou veto de um dos 5 membros permanentes do Conselho de Segurança.

Para ser recomendada ao cargo, o(a) candidato(a) precisa de pelo menos 9 votos favoráveis no Conselho de Segurança (de 15 membros) e de nenhum veto de qualquer um dos cinco membros permanentes (P5: EUA, China, Rússia, Reino Unido e França). A Assembleia Geral formaliza a escolha no final de 2026, e o(a) eleito(a) assume em 1º de janeiro de 2027.

Os Cadernos seguem atentos no acompanhamento do processo que precisa ser definido nos próximos 45 dias, pois a posse do(a) novo(a) SG ocorrerá em 01/01/2027.

====*====

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Em uma crônica político-reflexiva, ***Alcázar*** nos brinda com o diálogo entre M e T sobre a **vitória de Lula** que representa a retomada da esperança política diante da insatisfação com políticas de austeridade, desregulamentação econômica e redução de direitos sociais. Os interlocutores interpretam o resultado eleitoral como parte de um movimento internacional de contestação ao neoliberalismo e de valorização de alternativas mais voltadas à justiça social, também ao fortalecimento do multilateralismo, da cooperação internacional e do papel do Estado na redução das desigualdades. Para ambos, a vitória simboliza a busca por uma sociedade mais humana, solidária e comprometida com o bem-estar coletivo.

A ***equipe editorial*** dos Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde analisa no que as **eleições de 2026 no Brasil e nos EUA** significam para a **saúde global** e para o mundo. O presidente do Brasil foi reeleito com 51,79% dos votos, mas enfrentará um Congresso em que o Partido Liberal tem a maior bancada desde 1988. Nos EUA, os democratas conquistaram a Câmara e o Senado. Nenhuma das eleições reverte a reconfiguração da saúde global iniciada em 2025, mas ambas mudam quem fiscaliza, quem financia e quem defende o multilateralismo.

Para **Garay**, a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do Brasil, em 25 de outubro de 2026, abre uma oportunidade para reconsiderar se uma renovação política e intelectual voltada a uma maior justiça econômica, equidade em saúde e sustentabilidade ecológica poderia emergir do Sul Global. Este artigo examina as conexões estruturais entre a concentração de riqueza, o acesso desigual aos determinantes da saúde, a ultrapassagem dos limites ecológicos e a concentração do poder financeiro, militar e digital. Com base em evidências internacionais e nas contribuições conceituais do *Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde (Sustainable Health Equity Movement – SHEM*), particularmente em suas abordagens sobre Bem-Estar em Equidade Sustentável (*Wellbeing in Sustainable Equity* – WiSE) e Equidade Sustentável em Saúde (*Sustainable Health Equity* – SHE), o autor argumenta que os indicadores convencionais de crescimento econômico e desenvolvimento nacional são insuficientes e chegam até mesmo a ser contraditórios para avaliar o progresso humano. Um marco de avaliação mais abrangente deve considerar como as sociedades transformam os recursos disponíveis em vidas dignas, saudáveis e ambientalmente sustentáveis, tanto dentro dos países quanto entre eles, e também entre diferentes gerações. O artigo propõe uma agenda política e ética que transcende a divisão convencional entre esquerda e direita, sem desconsiderar os efeitos distributivos das políticas públicas. Também explora a contribuição

potencial do Sul Global para a reforma das instituições internacionais, a promoção de um direito universal de viver em harmonia com a natureza e o desenvolvimento de alternativas cooperativas aos modelos econômicos extrativistas. A vitória de Lula é interpretada não como evidência de que essa transformação já tenha ocorrido, mas como uma possível abertura para uma ação democrática e transnacional mais ampla.

Das eleições do Brasil para a dos EUA. ***Garay*** analisa em longo artigo sobre **as armadilhas do chamado sistema democrático da principal potência política, econômica e militar do mundo: os Estados Unidos sob a perspectiva da Equidade Sustentável em Saúde.** Afirma o autor que a democracia é comumente definida como um sistema de governo baseado na soberania popular, na participação política, em eleições livres e justas, nos direitos fundamentais, no Estado de Direito e na prestação de contas à sociedade. No entanto, esses princípios institucionais não garantem necessariamente igualdade de oportunidades para influenciar as decisões políticas, acesso equitativo às condições necessárias à dignidade humana ou responsabilização pelas consequências do exercício do poder nacional para além das fronteiras territoriais. Este artigo examina os Estados Unidos, a principal potência militar do mundo e um dos seus mais importantes atores políticos, econômicos e financeiros, à luz do referencial da Equidade Sustentável em Saúde. Analisa as contradições entre a igualdade política formal e as desigualdades na capacidade efetiva de influência, decorrentes do financiamento de campanhas eleitorais, da concentração de riqueza, das estruturas partidárias, do acesso às candidaturas, da comunicação política e da participação eleitoral. Em seguida, aborda a relação entre desigualdade econômica, gastos com saúde e saúde da população, recorrendo a comparações com o Japão, a Grécia e o Sri Lanka. Por fim, examina as consequências internacionais do poder dos Estados Unidos, considerando os gastos militares, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, as sanções econômicas, a política comercial, o papel internacional do dólar e as infraestruturas de informação financeira. *O artigo situa-se no contexto posterior às eleições legislativas de meio de mandato dos Estados Unidos, realizadas em novembro de 2026, nas quais os democratas conquistaram o controle das duas casas do Congresso*. Esse resultado demonstra que a competição eleitoral continua sendo capaz de impor responsabilização política. No entanto, a alternância no controle do Poder Legislativo não necessariamente transforma a distribuição estrutural da influência política e econômica. Uma das principais contribuições do artigo é a proposta de uma Democracia de Equidade Sustentável, fundamentada em princípios éticos de igual valor de todos os seres humanos, justiça, bem comum, dignidade mínima, participação equitativa, solidariedade, responsabilização, responsabilidade intergeracional e respeito aos limites planetários. A discussão filosófica recorre à concepção platônica de bem comum, reconhecendo, ao mesmo tempo, as limitações históricas de seu modelo político. A ciência planetária contemporânea acrescenta um imperativo ético: o *Planetary Health Check* de 2026 informa que sete dos nove limites planetários já foram ultrapassados. O artigo argumenta que a democracia não pode ser avaliada adequadamente apenas com base nos procedimentos eleitorais e nos direitos constitucionais. Sua legitimidade substantiva também deve ser avaliada de acordo com a justiça na distribuição do poder, dos recursos, das oportunidades de saúde e das responsabilidades ecológicas, bem como com sua capacidade de proteger a dignidade e a liberdade das gerações presentes e futuras.

Para ***França*** e ***Tobar*****,** as **eleições de meio de mandato** de novembro de 2026 devolveram aos democratas o controle do Congresso dos **Estados Unidos** e evidenciaram mudanças no comportamento do eleitorado latino. Este artigo analisa essa inflexão

considerando as preocupações com a economia, a diversidade política das comunidades latinas e o endurecimento da política migratória no segundo governo de Donald Trump. Distingue-se o eleitor latino do migrante internacional, pois os efeitos das deportações alcançam também famílias e trabalhadores sem direito ao voto. Com base em pesquisas do Pew Research Center, do Migration Policy Institute, da KFF e em dados eleitorais da Associated Press, discutem-se as relações entre cidadania, proteção social, acesso à saúde e vínculos com a América Latina. Argumenta-se que o voto latino ganha importância não apenas pelos resultados eleitorais, mas pela tensão entre a dependência econômica da migração e as políticas que restringem direitos e condições de permanência.

Para ***Jeffrey Sachs***, o resultado das eleições de meio período nos EUA representou uma rejeição contundente à guerra de Trump contra o Irã e aos seus custos exorbitantes para a população norte-americana. Há dois anos, os eleitores rejeitaram as guerras do governo Biden na Ucrânia e em Gaza. Os eleitores israelenses rejeitaram as guerras irresponsáveis de Netanyahu, e os eleitores europeus também estão rejeitando os partidos que prolongam a guerra na Ucrânia. O recado dos eleitores é o mesmo em toda parte: a diplomacia é mais segura, mais eficaz e custa trilhões de dólares a menos do que a guerra.

O informe de ***Gaspar*** e ***De Negri Filho*** analisa o relatório A/HRC/63/39 – *Climate Finance: Vulnerability and Responsibility*, elaborado pelo Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**, que examina as relações entre financiamento climático, vulnerabilidade e responsabilidade internacional sob a perspectiva dos direitos humanos e do direito ao desenvolvimento. O documento argumenta que os países e populações mais vulneráveis às mudanças climáticas são, em grande medida, aqueles que menos contribuíram historicamente para a emissão de gases de efeito estufa, mas que enfrentam os maiores custos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da crise climática. O relatório analisa as insuficiências dos mecanismos atuais de financiamento climático, os obstáculos enfrentados pelos países em desenvolvimento para acessar recursos internacionais e a necessidade de fortalecer os princípios da equidade, das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e da justiça climática. Este informe conclui relacionando os principais argumentos do relatório com suas implicações para a governança global, a cooperação internacional, o desenvolvimento sustentável e a saúde global.

Galvão e Magalhães examinam a **COP31** (Antália, Turquia, 9 a 20 de novembro de 2026) que começa com um *Dia da Saúde* e, pela primeira vez, com um tema próprio de saúde na *Agenda de Ação da COP*. Este artigo analisa o que a comunidade da saúde esperava. O *Lancet Countdown 2026* mostra que os danos do clima à saúde estão se acelerando, com um recorde de 710 mil mortes associadas ao calor em 2023. A OMS apresenta Antália como o momento de implementar o *Plano de Ação em Saúde de Belém*, de adesão voluntária. A sociedade civil cobra medidas sobre os combustíveis fósseis e mais financiamento para a adaptação. Essas expectativas enfrentam duas pressões: a provável ultrapassagem de 1,5°C e as críticas crescentes às iniciativas voluntárias sem recursos e às instituições envolvidas. O artigo propõe *seis critérios para avaliar a COP31*, todos voltados a saber se o reconhecimento da saúde se converte em recursos, compromissos vinculantes, medição confiável e redução de emissões.

O artigo de ***Peres*** analisa que o conceito de **estresse térmico**, ou impacto fisiológico causado por alterações extremas de temperatura e umidade, entre outros fatores físicos e climáticos, sobre o organismo humano, vem sendo utilizado, de forma crescente, para descrever

os impactos da mudança do clima — e em particular do calor extremo — sobre a saúde. No que se refere à **saúde do trabalhador**, o estresse térmico inclui a intensidade do esforço físico durante as atividades de trabalho, as características físicas e estruturais dos ambientes de trabalho, a organização das jornadas de trabalho, o acesso à água e a pausas para recuperação fisiológica, a existência de equipamentos de proteção, individuais e coletivos, além das condições socioeconômicas e de saúde, individuais e coletivas, dos trabalhadores. Discussão que ganha ainda mais relevância quando considerada a relação entre exposição a temperaturas extremas, a precarização das relações de trabalho e desigualdade socioeconômica entre os diferentes grupos de trabalhadores e trabalhadoras. Os *seis estudos de caso*, coordenados pela **Organização Internacional do Trabalho (OIT),** aqui apresentados e analisados, evidenciam que as perdas de produtividade e emprego aumentam significativamente em cenários de calor extremo, embora demonstrem que mesmo uma trajetória de baixas emissões não elimina as perdas associadas ao estresse térmico, uma vez que parte dos impactos já está incorporada às condições climáticas atuais. Também reforçam a premissa que a exposição ao calor não pode ser considerada um risco ambiental externo às relações de trabalho. O estresse térmico que afeta a saúde de trabalhadores, globalmente, é produzido e agravado pela maneira como as atividades econômicas são organizadas, pela intensidade das jornadas, pelas condições de infraestrutura, pela ausência de pausas e pela distribuição desigual dos mecanismos de proteção. O desafio, em síntese, não consiste apenas em desenvolver tecnologias de climatização ou recomendar comportamentos individuais de prevenção, mas transformar as condições nas quais o trabalho é realizado, reconhecendo que a proteção da saúde do trabalhador constitui um direito fundamental e uma responsabilidade institucional, compartilhada por empregadores e governos.

O informe, elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global***, apresenta dois temas relacionados à **saúde e à migração nas Américas**. Primeiro, o informe comenta sobre as recentes denúncias dos impactos da *política migratória estadunidense sobre a saúde de mulheres gestantes* sob custódia do *Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE).* De acordo com organizações de direitos humanos atuantes no local, foram relatados casos de privação de cuidados médicos, ausência de acompanhamento de pré-natal, alimentação inadequada entre outras formas de violência. Em seguida, será apresentado o resumo do documento *Migración y Salud*, elaborado em 2026 pelo *Conselho Nacional de População do governo mexicano*. A publicação reúne diversos estudos sobre diferentes dimensões da relação entre mobilidade humana e saúde, apontando os principais desafios institucionais e recomendações, especialmente relevantes diante do novo contexto geopolítico e das políticas migratórias estadunidenses.

Com foco na **saúde da mulher, criança e adolescente**, ***Agreli, Massari, Vilella e Gomes*** analisam as *crises sanitárias, humanitárias e ambientais* que expõem fragilidades dos sistemas de saúde e comprometem a continuidade do *cuidado oncológico*, com repercussões específicas para a *saúde das mulheres*. Este artigo discute as implicações da resiliência dos *sistemas de controle do câncer* a partir da articulação de duas produções vinculadas à IARC *Initiative for Resilience in Cancer Control*: um estudo sobre a experiência brasileira durante a pandemia de covid-19 e as inundações de 2024 no Rio Grande do Sul, e uma análise global da sobreposição entre crises humanitárias e carga de câncer em 2022. As evidências apontam que aproximadamente uma em cada 12 pessoas com câncer vivia em contextos de crise, nos quais os cânceres de mama e do colo do útero assumem particular relevância. No Brasil, a pandemia evidenciou interrupções expressivas nos exames de rastreamento e nos procedimentos

diagnósticos e terapêuticos, evidenciando a vulnerabilidade das linhas de cuidado. A análise destaca a importância de integrar o controle do câncer ao planejamento de preparação e resposta a crises, fortalecer a atenção primária, os sistemas de informação, a navegação de pacientes e os mecanismos de financiamento flexível. Conclui-se que a resiliência do controle do câncer exige mais do que a recuperação dos serviços após emergências: pressupõe planejamento para assegurar a continuidade assistencial, financiamento estável e estratégias de recuperação orientadas pela equidade, incorporando explicitamente as necessidades das mulheres às políticas de controle do câncer.

Para ***Nilson, Neves e Oliveira e Silva***, serão os **impostos de saúde**, particularmente para **alimentos não saudáveis**, tributos sobre produtos que causam danos à saúde e que, por isso, precisam pagar pelas externalidades negativas que acarretam. Os autores abordam as recomendações internacionais, experiências de países e a situação atual do tema no Brasil.

Cazumbá informa que, em Manila (Filipinas), o **Banco Interamericano de Desenvolvimento** participou da reunião dos **Bancos Multilaterais de Desenvolvimento** (BMDs). As lideranças das instituições financeiras discutiram sobre como apoiar os países em desenvolvimento e os clientes com financiamento de maior impacto, auxiliando no enfrentamento de desafios. A avaliação dos seus progressos dos últimos meses também foi realizada.

O informe de ***Chamas e Cesário*** analisa *quatro iniciativas de organizações multilaterais* sediadas em Genebra que articulam comércio, propriedade intelectual e sustentabilidade: a agenda da **OMC** para uma *economia oceânica* resiliente, ancorada no Acordo sobre Subsídios à Pesca; o simpósio conjunto OMS–OMPI–OMC sobre *produção local de tecnologias em saúde*; o Fórum Global da **OMPI** sobre *Propriedade Intelectual e Inteligência Artificial*; e a análise da **UNCTAD** sobre *comércio baseado na biodiversidade*, que superou US$3,8 trilhões em 2024. Com base em documentos oficiais, adota uma abordagem descritivo-analítica. África e América Latina e Caribe, com cerca de dois terços da biodiversidade mundial, responderam por apenas 3% e 11% dessas exportações. Tarifas, medidas não tarifárias, padrões de sustentabilidade e financiamento condicionam a capacidade de agregar valor nos países em desenvolvimento. O informe conclui que coerência de políticas, transferência de tecnologia, financiamento acessível e repartição equitativa de benefícios são decisivos para converter a cooperação multilateral em capacidade produtiva duradoura.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa***, nesta quinzena, analisou que as manifestações das organizações da sociedade civil (OSC) revelam uma agenda de saúde global marcada pela sobreposição de emergências sanitárias, crises humanitárias, desigualdades sociais e impactos climáticos, ao mesmo tempo em que se ampliam iniciativas de mobilização comunitária, fortalecimento de serviços, financiamento e inovação. Entre as **organizações de interesse público**, destacam-se, como temas das manifestações, a defesa de direitos, a participação social, a resposta a surtos e conflitos, a proteção de populações vulneráveis e a cobrança por responsabilidade política e institucional. Entre as **OSC de interesse privado**, sobressaem as manifestações relativas à imunização, à prevenção de doenças, ao financiamento de programas, ao fortalecimento dos sistemas de saúde e ao desenvolvimento científico e tecnológico. As manifestações evidenciam que o avanço de tecnologias, como a inteligência artificial e a genômica, vem acompanhado de preocupações com a regulação, a proteção de dados, a diversidade, a capacidade tecnológica local e o acesso

equitativo. Assim, a quinzena articula respostas às crises com debates sobre governança, sustentabilidade e equidade na saúde global.

O informe de ***De Negri*** e ***De Negri Filho***, produzido na antessala da COP 31, reúne quatro campos interconectados. No panorama político-econômico, analisa o paradoxo do **SIPRI** para 2025 — **gastos militares recordes** de US$ 2,9 trilhões ao lado de um corte de 23% na ajuda oficial ao desenvolvimento — e seu custo humano mensurável; a privatização da guerra no Congo por meio da Vectus Global, de Erik Prince; a Convenção-Quadro da ONU sobre **Cooperação Fiscal Internacional** como oportunidade histórica de reverter as inequidades do sistema tributário dominado pela OCDE; e a greve portuária de 30 de outubro, que paralisou 113 portos em 22 países e conectou a luta contra o genocídio à crítica da austeridade em meio ao rearmamento. Em seguida, apresenta o guia da **Third World Network para a COP 31** em Antália, detalhando as disputas sobre financiamento climático, mitigação, adaptação, transição justa, perdas e danos e tecnologia. Na seção de saúde, denuncia a **destruição da assistência médica palestina** e a censura de profissionais sob a tática da "neutralidade médica"; documenta o impacto humanitário do **bloqueio dos EUA a Cuba**; cobre a 2ª Conferência da Farmacêutica Pública em Frankfurt; e discute o artigo da The Lancet sobre a "armadilha do monitoramento" na saúde global, que documenta o dano sem viabilizar a responsabilização.

Ungerer, Kastrup, Monteiro, Moreno e Araujo apresentam o **Sul Global**. O **UNOSSC** focou no avanço da *cooperação triangular* na *10ª Reunião Internacional* em Lisboa e nos preparativos para a *COP31* em Antália. Em Lisboa, o encontro coorganizado com a OCDE e o Instituto Camões reafirmou a cooperação horizontal como chave para o fortalecimento de capacidades institucionais, articulando parcerias com agências como KOICA, JICA e AUCI, entre outros, para transição energética, economia azul em países de língua portuguesa e financiamento sustentável. Já na COP31, o UNOSSC promoveu sessões paralelas para o uso de dados de Observação da Terra, a replicação de inovações climáticas e a transferência tecnológica para países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. O **Brasil** e a **Fiocruz** fortaleceram a diplomacia da saúde e a cooperação regional por meio de iniciativas estratégicas. No plano geopolítico, destacam-se a assinatura da Declaração de Brasília para a eliminação da malária no Escudo das Guianas, a aprovação do Acordo-Quadro de tecnologia espacial com a Venezuela e a liderança do Brasil no impasse do Anexo PABS da OMS. Em fóruns internacionais, o país apresentou sua experiência em aprendizagem profissional na Unesco. Paralelamente, a Fiocruz consolidou sua projeção global e regional ao defender a reforma da governança da saúde na OPAS/OMS e no World Health Summit 2026, firmar o Acordo de Cooperação Técnica com a SES/MS para vigilância genômica transfronteiriça com o Paraguai e a Bolívia, e integrar o projeto internacional SCAPHeR para a formação de pesquisadores em saúde pública. O **G-77 e a China** cobraram contenção de despesas jurídicas no *Plano Mestre de Capital* e rigor na gestão de obras prediais, exigindo a devolução transparente de saldos orçamentários. No 4º Comitê, o Grupo defendeu a inclusão digital, a proteção a jornalistas e o multilinguismo no Departamento de Comunicação Global. Ademais, propôs o adiamento para 2029 da graduação de *Bangladesh e Nepal da categoria de Países Menos Desenvolvidos*, garantiu que a revisão de mandatos da *iniciativa ONU80* seja conduzida por Estados-Membros e condenou categoricamente o *embargo a Cuba*, destacando seus impactos humanos e reconhecendo a valiosa cooperação médica internacional do país. O **MNA,** na AGNU, atuou na *defesa do multilateralismo e do desarmamento*, articulando o redirecionamento de gastos militares para o desenvolvimento e a saúde; cobrou apoio médico, financiamento e melhorias nas *Operações de Manutenção da Paz* e repudiou o *embargo a Cuba* como punição coletiva de forte impacto

sobre a infraestrutura de saúde da ilha. Em paralelo, a **NAMYO** consolidou sua transição institucional com a posse do primeiro presidente eleito por voto direto, e o fortalecimento de parcerias com a África e o Oriente Médio. Diante da *COP31*, a organização lançou a campanha #ClimateByNumbers, defendendo justiça climática, financiamento para soluções de jovens e a integração entre clima, sistemas alimentares e determinantes sociais da saúde. O **Centro Sul** atuou no reforço da governança da saúde pública, a propriedade intelectual orientada ao desenvolvimento e a justa repartição de benefícios. Entre as principais iniciativas, destacam-se a mobilização pela implementação do *Tratado GRATK da OMPI* e as deliberações preparatórias da *9ª reunião do IGWG da OMS*, defendendo compromissos vinculantes no mecanismo PABS e o combate às redes abusivas de patentes. O Centro Sul também apoiou tecnicamente o Suriname na Revisão Periódica Universal e defendeu reformas nos acordos internacionais de investimentos durante o WIF 2026. O Centro Sul lançou seu *Investment Case* (2026–2028) para garantir sustentabilidade financeira frente à retração do financiamento internacional. O anúncio ocorre em momento estratégico, marcando a abertura do processo seletivo para a escolha do seu novo Diretor Executivo, que sucederá o argentino Carlos Correa da atual gestão.

O informe de ***Burger, Kavanami, Estephanio, Cury e Bouqvar*** analisa os resultados da *Reunião de Ministros das Relações Exteriores* do **G20,** realizada em Atlanta sob a presidência dos Estados Unidos. O texto detalha a tentativa norte-americana de reorientar o fórum para temas econômicos e de segurança estrutural, com ênfase em energia nuclear, cadeias de suprimento e rotas marítimas. Paralelamente, o texto expõe a profunda crise de consenso que marcou o evento, evidenciada pelo boicote diplomático ao chanceler russo Sergey Lavrov, pelos embates em torno da Ucrânia e do Oriente Médio, e pelo esgotamento da coesão interna do bloco. O documento conclui avaliando como a paralisia decisória do G20 tem impulsionado a articulação de alianças paralelas, projetando um cenário de alta complexidade e confrontos para a Cúpula de Líderes na Flórida. Entre 26/10 e 8/11, o **G7** preparou a *reunião de chanceleres* em Paris, transferida de Marselha por causa dos protestos na França. A derrota de Trump nas eleições de meio de mandato e o impasse do acordo do diesel com a Rússia mudaram o contexto do encontro. Os destaques da **OCDE** se dividem entre seis atualizações de estudos periódicos de temas variados, tais como *políticas agrícolas, ação climática global, regiões e cidades*, entre outros.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar*** *e* ***Brito*** abordam as manifestações populares e *eleições nos EUA* que direcionaram novas mudanças para a região da *América Latina*. As eleições nos EUA enfraqueceram o atual governo de Donald Trump, os democratas ganharam maioria legislativa e possíveis efeitos da política interna podem transbordar para a política externa. No *Paraguai*, escândalos financeiros, pressão popular e decisão legislativa contribuíram para a prisão do presidente. Em termos econômicos, ainda não está claro o que a vitória democrata pode significar e, em termos sociais, os governos latino-americanos ainda precisam lidar com a estrutura persistente de pobreza na região. No cenário de *saúde*, os números da *dengue e do sarampo* aumentam e continuam preocupando a região. No seguimento das organizações regionais, destacamos que a **Organização dos Estados Americanos (OEA)** avançou em iniciativas de acompanhamento democrático, de segurança regional e de desenvolvimento sustentável. O **Organismo Andino de Saúde** – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) discutiu temas de saúde sexual e reprodutiva. A **Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana** participou do IX Encontro de Prefeitos e Prefeitas por Municípios Saudáveis da Região das América. A

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) destacou a articulação regional em torno da conservação da biodiversidade e a eleição da nova presidência do PARLAMAZ.

A **XXX Cúpula Ibero-Americana**, realizada em Madri em novembro de 2026, ocorreu em um contexto de fragmentação política regional e de reconfiguração da ordem internacional. Para ***Tobar e Buss***, embora tenha conseguido recuperar parcialmente a capacidade de diálogo do espaço ibero-americano, seus resultados políticos foram limitados devido à ausência de vários chefes de Estado e às divergências entre países membros. Entre os principais avanços destacam-se a criação da Aliança Ibero-Americana de Inteligência Artificial, a Rede Ibero-Americana de Redução de Risco de Desastres e Proteção Civil, a Carta de Mobilidade Acadêmica e a Carta Ibero-Americana de Cuidados e Apoios. O artigo argumenta que a saúde representa uma área estratégica para fortalecer a cooperação regional, promover convergências pragmáticas e reforçar a autonomia da região. Nesse sentido, propõe um Pacto Ibero-Americano pela Resiliência e a Soberania Sanitária, voltado à produção de tecnologias em saúde, preparação para emergências, formação de recursos humanos e fortalecimento da cooperação científica e institucional.

Tobar analisa a primeira viagem do **Papa Leão XIV à América do Sul**, prevista para novembro de 2026, com visitas ao *Uruguai, Argentina e Peru*, destacando suas dimensões pastoral, social, política e geopolítica. A visita busca fortalecer os vínculos da Igreja Católica com as comunidades locais e abordar temas como pobreza, desigualdade, dignidade humana, meio ambiente, povos indígenas, paz e multilateralismo. A *Argentina* simboliza o legado do Papa Francisco; o Peru reflete a trajetória missionária de Leão XIV; e o *Uruguai* representa o diálogo da Igreja em uma sociedade secularizada. O texto examina ainda as implicações geopolíticas da viagem em um contexto de competição entre Estados Unidos e China, ressaltando que o Vaticano procura manter autonomia diplomática e não se alinhar automaticamente a nenhuma potência. Também discute as divergências entre Leão XIV e Donald Trump sobre imigração, guerra e política externa, bem como a continuidade do diálogo do Vaticano com a China. Conclui que a relevância da visita dependerá de sua capacidade de ampliar a autonomia diplomática latino-americana e reforçar o diálogo, sem transformar a região em um espaço de disputa exclusiva entre grandes potências.

O ***GT Fiocruz sobre África*** examina acontecimentos da saúde pública africana, com foco na **preparação para pesquisa clínica,** na **ação multissetorial** e na **resposta ao surto de Ebola por vírus Bundibugyo.** O financiamento adicional da CEPI apoia a rede de ensaios clínicos *hub-and-spoke* do **CDC África**, inicialmente na África Ocidental, para fortalecer a geração de evidências liderada localmente e a ativação rápida de pesquisas durante surtos. As consultas em Kigali avançaram um quadro e um plano de ação continental para doenças não transmissíveis, lesões e saúde mental, com coordenação intersetorial, financiamento sustentável e responsabilização. Na *República Democrática do Congo*, o *surto de Ebola* ultrapassou 10 mil casos confirmados, com transmissão persistente, pressão crescente no Nord-Kivu e lacunas no seguimento de contatos. Divergências nos registros de óbitos limitam a interpretação da letalidade. Casos ligados ao surto no *Quênia* e na *Nigéria* evidenciam desafios de vigilância transfronteiriça e diagnóstico. O compromisso africano de manter fronteiras abertas contrasta com restrições dos Estados Unidos, expondo tensões na diplomacia da saúde. O ensaio TUMAINI e a recomendação de incluir duas candidatas vacinais específicas oferecem perspectivas de geração de evidências, enquanto a contenção imediata depende de cuidados precoces, isolamento, rastreamento de contatos, enterros seguros e confiança comunitária.

Freire aborda as recentes derrotas de forças de extrema-direita e as mudanças no cenário político internacional como possiblidades de abrir espaço para novos arranjos diplomáticos e comerciais, com possíveis reflexos nas relações entre Estados Unidos, Europa e América Latina. Entretanto, pondera que a **Europa** enfrenta desafios significativos, especialmente diante das negociações sobre a guerra na Ucrânia, que podem comprometer sua arquitetura de segurança caso sejam conduzidas sem sua participação efetiva. Paralelamente, a intensificação dos ataques cibernéticos contra infraestruturas essenciais evidencia novas vulnerabilidades à segurança europeia, enquanto a multiplicação de manifestações e greves revela crescente insatisfação social diante das dificuldades econômicas, energéticas e políticas. Esse conjunto de fatores, associado às pressões inflacionárias e aos riscos fiscais, evidencia um cenário de múltiplas crises interdependentes, que coloca à prova a capacidade de articulação dos países do bloco e sua autonomia estratégica no sistema internacional.

Tavares Soares trouxe o tema do último Seminário Avançado de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, adaptado à **região EMRO**, discutindo *os impactos sobre os profissionais/ trabalhadores de saúde nos países em conflitos*. Foram analisadas as diferentes consequências sobre saúde e a vida desses profissionais/trabalhadores — com destaque para a *saúde mental* — na região como um todo, bem como nos países em situação de conflito armado. De acordo com a **OMS/EMRO** foram quantificados os ataques à assistência de saúde, número de mortos e de pessoas afetadas. De acordo com esses dados 90% dos ataques na região ocorreram no território da Palestina ocupada – à qual foi dada destaque neste informe, já que Gaza é considerado um caso emblemático. Na região, entre janeiro e outubro de 2026, o painel da *WHO SSA Dashboard* registrou 1.389 ataques, resultando em 944 mortes e 1.666 feridos distribuídos em 20 países e territórios. Os conflitos analisados tiveram um impacto devastador e desproporcional sobre os profissionais de saúde. Existe, ainda, grande incidência de populações deslocadas (a região concentra grande parte dos deslocados internos globais) que perdem o acesso a cuidados. O direito internacional humanitário (proteção a profissionais, pacientes, instalações e transportes médicos) é sistematicamente violado. Os conflitos prolongados e intensos na região (especialmente Gaza, Síria, Iêmen, Sudão e Líbano) geram um ônus psicológico extremo e cumulativo sobre médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde. Eles enfrentam simultaneamente o papel de cuidadores e de vítimas, com exposição contínua a violência, perdas pessoais, sobrecarga de trabalho e colapso estrutural dos sistemas de saúde. O resultado é uma crise de saúde mental profunda, frequentemente subnotificada e pouco tratada. O impacto psicológico não é apenas um efeito colateral: é uma dimensão central da crise humanitária na região EMRO/MENA. Sem proteção efetiva e suporte mental estruturado, a capacidade dos sistemas de saúde de se recuperar fica severamente comprometida, perpetuando um ciclo de sofrimento tanto para os profissionais quanto para as comunidades que dependem deles. Também foram analisadas as diferentes estratégias – individuais e coletivas — de resistência dos profissionais de saúde em contextos de conflito. As estratégias individuais e de pares permitem a continuidade do trabalho no curto prazo, mas só se tornam sustentáveis quando combinadas com proteção física, descanso, apoio em saúde mental e condições laborais mínimas. A OMS e parceiros insistem em que cuidar de quem cuida não é um luxo — é condição essencial para a manutenção dos serviços de saúde em contextos de conflito. Sem isso, o colapso da força de trabalho torna-se inevitável e as consequências para a população são graves e prolongadas. Finalmente, nas considerações finais foi apresentado um adendo conceitual no contexto cultural e histórico da Palestina, explorando o conceito e a prática do *"Sumud"* nas suas diversas dimensões. Seu caráter político consiste em uma forma de resistência não-violenta que afirma a presença e a dignidade. Não é passividade: é a recusa em desaparecer.

Para os trabalhadores de saúde em Gaza e na Cisjordânia, o *sumud* manifesta-se na decisão de continuar a prestar cuidados sob bombardeio, com recursos mínimos, após perder familiares e colegas, e sob risco constante de morte. É a combinação de dever profissional, compromisso ético e determinação política/cultural de não abandonar os pacientes e a comunidade.

Lobato, Filgueiras e Aguilar-Zamudio reúnem trinta temas sobre **China** e **Ásia Oriental** entre o fim de outubro e o início de novembro de 2026. O *eixo diplomático* cobre a Quinta Plenária do 20º Comitê Central, encontros de Xi Jinping com líderes da Suíça e da Alemanha, visitas envolvendo Omã e Áustria, tensões intercoreanas, relações Brasil-China após a reeleição de Lula, Cúpula da ASEAN, APEC em Shenzhen, governança de IA, tensões China-Filipinas e restrições dos EUA a laboratórios chineses. O *eixo sanitário* aborda atenção primária, e China 2035, cooperação China-África, IA em saúde Coreia-ASEAN, dengue nas Filipinas, mpox no Paquistão, melioidose na Tailândia e infraestrutura digital para saúde. O *eixo socioeconômico* examina semicondutores, crescimento impulsionado por IA, lucros industriais, PMI, Coreia do Sul, Japão, terras raras, comércio Brasil-ASEAN, economia digital da APEC, satélites Fengyun e os 90 anos da Longa Marcha.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Seminário Avançado da Fiocruz de 18 de novembro comemora os 40 anos da Carta de Ottawa e debate o futuro da promoção da saúde no Brasil e no mundo



Um documento icônico e transformador da saúde pública global, a *Carta de Ottawa sobre Promoção da Saude*, comemora 40 anos do seu lançamento, em 21 de novembro de 1986, em Ottawa, Canadá. Comemorando a data, o Seminários Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saude realizam seu 20. seminário do ano, em 18 de novembro, contando com a participação da alemã *Ilona Kickbusch*, uma das formuladoras da Carta e grande nome mundial da promoção da saúde; da presidente da União Internacional de Promoção e Educação em Saúde (IUHPE), a canadense-quebequense *Louise Potvin*; com *Marco Akerman*, um dos grandes da promoção da saúde no Brasil; e com a responsável atual pela política da promoção da saúde no Ministério da saúde, *Ângela Leal.* A introdução e coordenação é de *Paulo Buss,* autor do artigo sobre promoção da saúde em língua portuguesa mais citado na literatura.

Academia Nacional de Medicina (ANM) realiza Seminário sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde em 19 de novembro, a partir de 16 horas



Com a participação de um conjunto de painelistas do mundo acadêmico e da política internacional, a ANM realiza em sua sede, na Av. General Justo, a sessão sobre '*Saúde Global e Diplomacia da Saúde: Desafios contemporâneos',* presencial e online. O evento contará com as participações do professor Sir Michael Marmot; do diretor da OPS, Jarbas Barbosa; da professora Deisy Ventura (USP); da pesquisadora Beatriz Grinsztejn (INI/Fiocruz); do professor Alexandre Kalache; e dos acadêmicos José Gomes Temporão, Maurício Magalhães e Paulo Buss, que coordenará o evento. Uma ampla revisão de questões da saúde global está prevista: determinantes sociais da saúde; sistemas de saúde; situação de saúde nas Américas; envelhecimento da população global; AIDS; pandemias; e cooperação internacional. Inscrições e acesso online: https://www.anm.org.br/site/sessao-cientifica/sessao-desafios-contemporaneos/

Instituto Evando Chagas (IEC) comemora 90 anos de existência



O Instituto Evandro Chagas (IEC) celebrou, a 10/11/2026, nove décadas de dedicação à ciência e à saúde pública brasileira. Fundada em 1936, a instituição construiu uma trajetória marcada pela pesquisa científica, pela formação de profissionais e por contribuições relevantes para a vigilância em saúde, especialmente na Amazônia. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destacou a relevância do IEC para a ciência brasileira e reconheceu o compromisso de quem construiu essa trajetória. O secretário de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde (SVSA), Fabiano Pimenta, representou o MS na cerimônia de aniversário. Vinculado à SVSA, o IEC atua desde 1936 nas áreas de pesquisa científica, ensino e apoio à

vigilância em saúde. Com foco na Amazônia brasileira, desenvolve conhecimentos e inovações tecnológicas que contribuem para a formulação de políticas públicas. A instituição tem atuação estratégica no enfrentamento de emergências em saúde pública e no fortalecimento do SUS. Suas pesquisas abrangem diferentes populações amazônicas, incluindo indígenas, ribeirinhos, quilombolas e grupos socialmente vulnerabilizados. Os estudos contemplam os impactos das mudanças ambientais e climáticas e as relações entre saúde humana, animal e ambiental, na perspectiva de Uma Só Saúde. (Nota elaborada a partir de matéria de *João Moraes, Ministério da Saúde).*

Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2027 abre inscrições de 16/11/2026 a 15/01/2027



O *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz*, órgão da Vice-presidência de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz, abre inscrições em *16 de novembro* para os interessados em participar da quarta edição do *Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde.* É oferecido para profissionais e estudantes de saúde pública e das carreiras da saúde, diplomatas e estudantes de relações internacionais e à sociedade civil, com vagas limitadas. Inicia em 27/02/2027 e se estende até dezembro.

É constituído de 23 *Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (quinzenais online) e leituras selecionadas contidas nos 23 fascículos dos *Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, também quinzenais. Aborda temas como multilateralismo; desenvolvimento sustentável; direitos humanos; problemas globais (políticos, sociais, econômicos, ambientais); negociações internacionais; saúde e tríplice crise ambiental planetária; migração e saúde; saúde da mulher, criança e adolescente; saúde nas crises humanitárias; fome, segurança alimentar e nutricional; cooperação Sul-Sul; saúde nas organizações internacionais e regionais; entre outros. O curso é gratuito e online. Em 1º. de novembro serão divulgadas por estes Cadernos e outras mídias da Fiocruz mais detalhes sobre o Curso.

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global

Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde.



Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

Produtos do *Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (*Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz)*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a saúde, ao desenvolvimento sustentável, à paz e à solidariedade internacional. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 13 de novembro de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Fundação Oswaldo Cruz

OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Vice-presidência de Saúde Global e Relações Internacionais

Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

(desde 2020)

Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPAS na Fiocruz

(desde 2014)

O que representou a vitória de Lula segundo dois interlocutores

Lo que significó la victoria de Lula según dos interlocutores

What Lula's victory meant, according to two sources

Santiago Alcázar

Resumo: o artigo que segue não é um artigo. Impossível resumir o que não existe, mas que vale a pena ler.

Resumen: *El artículo que sigue nos es un artículo. Imposible resumir algo que nos existe, pero que vale la pena leer.*

Abstract: *The following article is not an article. It is impossible therefore to write a summary of something that does not exist. Nevertheless, it is worth reading it.*

M e T são nossos velhos conhecidos. Não é preciso apresentá-los. Costumam encontrar-se em um café, sempre diferente, para discutir sobre todos os assuntos – *do paleolítico ao conceitual*, como diz um deles, não lembro qual. Hoje os encontrei por acaso no Café Lucas, nem tão novo que cheire a pintura, nem tão velho que reclame reformas. Estavam sentados numa das poucas mesas disponíveis. O Café Lucas sempre está cheio. Um deles me viu, à distância não vejo bem, e acenou para que me aproximasse, o que fiz esquivando garçons, cadeiras e mesas. Cumprimentos, apertos de mão acompanhados de sorrisos, exclamações e convite para me juntar a eles. Acedi e pedi a uma garçonete que passava com uma travessa cheia de coisas se poderia me conseguir uma cadeira, que não sou daqueles que ficam em pé ao lado de mesa, apoiando-me ora em uma perna, ora em outra, como figurante de *cirque du soleil* ambulante. A moça chegou com uma cadeira desprovida de equilíbrio e não tive mais remédio que pedir que botasse um calço. Quando finalmente tudo parecia em ordem para mim, M e T já haviam iniciado a conversa sem importar-se com as minhas agruras. Devo esclarecer que tanto um quanto o outro são personalidades dominantes, geralmente falam como se estivessem ditando instruções, não admitem ser interrompidos por gente de fora e quase nunca concedem interrupções, a não ser que seja caso de polícia ou de bombeiros. Foi mais ou menos assim a conversa dos dois:

T – Sim, totalmente de acordo. A eleição do Lula foi extraordinária por seu significado no Brasil e fora do Brasil. Há uma espécie de alívio generalizado, como se a ameaça que pairava sobre nós se desfez em esperança, a velha esperança, sumida, que decidiu voltar e impor-se nestes tempos de poucas certezas e muitas maluquices.

M – É quase irônico como a vitória do Lula soma-se à derrota de Trump, pois essa também foi extraordinária e, creio, também tem impacto mundo afora. Os americanos votaram contra o que o Trump representa. Os democratas ganharam as duas casas, mas o que chama a atenção é a eleição de 7 ou 8 candidatos mais à esquerda no espectro político, chamados de "socialistas" pela mídia.

T – Num país como os EUA, que espirra cada vez que houve essa palavra!

M – Pois é. Isso apenas mostra que há uma mudança em curso. É cedo para dizer o que é, mas é certo que há uma insatisfação generalizada com o modelo político e econômico em vigência. Você lembra daquele imbróglio na UE com o projeto de ter uma Constituição Europeia? Todos os países teriam uma constituição comum em lugar das respectivas. Lembra?

T – Lembro, foi em 2005. Os franceses e os holandeses foram os únicos que disseram não.

M – Exato! O projeto de Constituição Europeia tinha em seu DNA diretrizes para consolidar a economia de mercado, desregulamentada e com austeridade fiscal. O risco de ter especificidades desse tipo inscritas num texto constituicional é a de ficar amarrado para sempre à opção neoliberal. Se eventualmente um partido for eleito para seguir política de investimentos públicos não poderia fazê-lo pela restrição constitucional. Assim, o projeto de Constituição equivaleria a sacramentar o modelo neoliberal e a impedir qualquer contestação. Algo inusitado e absurdo.

T – Felizmente os franceses e os holandeses disseram não naquela ocasião, como agora os brasileiros e os americanos. Ainda que, se mal não recordo, os líderes conseguiram que o projeto fosse aprovado dois anos mais tarde na forma do Tratado de Lisboa, não por meio de plebiscito, mas por manobra parlamentar canalha. Disseram à época, os críticos, que o Tratado de Lisboa era o projeto rejeitado de constituição, mas açucarado para que fosse mais palatável.

M – A economia de mercado é o bezerro de ouro sobre o qual deve-se jurar fidelidade absoluta! É preciso entender que a Europa em chamas que vemos hoje em todos os jornais é o resultado da crescente insatisfação com as políticas que atendem o mercado e ignoram as demandas sociais.

T – França, Itália, Espanha sofrem com essas políticas de ajustes fiscais impostas, que sacrificam o estado de bem-estar social. Reduzir a presença do Estado, promover a liberdade para que o setor privado avance sobre as conquistas sociais e as privatizem. Estudantes nas ruas reclamam das péssimas condições, prédios arruinados, professores em falta, aposentados preocupados com a redução de direitos. E tudo piorado com a elevação de preços por conta da maldita guerra na Ucrânia e, mais recentemente, a inexplicável guerra contra o Irã.

M – Endividados, utilizam os fundos destinados à educação, à habitação e à compensação de agricultores afetados pela crise climática para pagar juros da dívida.

T – Como aqui no Brasil, onde o pagamento dos juros da dívida representa R$ 1.3 trilhões, equivalente a 9% do PIB.

M – Isso mesmo! Mas, se você incluir a esse montante a amortização da dívida pública, o que se tem é o pagamento de R$ 2.2 trilhões, o que representa aproximadamente 42.2% do orçamento federal. Olha aqui, li outro dia que a porcentagem dos recursos do orçamento federal para a previdência social corresponde a 20.5%, enquanto para a assistência social, saúde e educação correspondem, respectivamente a 5.6%, 4.3% e 3.2%. Eu não entendo como o mercado pode pedir que essas porcentagens sejam reduzidas para conseguir o famoso ajuste fiscal, sem tocar na porcentagem destinada ao pagamento de juros e amortizações. O extraordinário é que a mídia, sempre a mídia, fabricante e distribuidora de narrativas, trata o ajuste fiscal como se fosse uma lei natural, com o mesmo pedigree da lei de gravitação universal. Outro dia ouvi comentaristas dizendo que o Lula tinha que submeter-se à realidade e que não

pode contradizer a matemática. Sobre estas duas últimas afirmações eu teria muito a dizer, mas vou te poupar.

T – Obrigado.

M – De nada. Antes de seguir, vou me permitir um único abuso à paciência estelar que caracteriza você. Economia desacompanhada de política é como aqueles encantamentos de aprendiz de feiticeiro. É somente quando ela se associa à política que surgem os problemas. Submeter-se às expectativas do mercado é como submeter-se à idolatria de um deus caprichoso, condescendente com os que têm mais e cruel com os que têm menos. A política, que é toda feita de escolhas e decisões humanas, decide que uma, entre todas, é a única que pode garantir êxito. O problema é que esse êxito somente o é mediante o sacrifício de muitos em benefício de poucos. Os incríveis avanços que hoje vemos ao redor refletem a pirâmide da desigualdade, hoje mais acentuada e mais cruel. E ainda assim, com todas as desigualdades à vista, há um predomínio do pensamento que santifica o mercado. O que há em nós que tanto nos incomoda a ponto de justificar essas escolhas e decisões?

T – Você notou que a espera está em relação inversa ao lugar que você ocupa na escala social?

M – Como assim?

T – Quanto mais baixo é o seu lugar na pirâmide social, maior é a sua espera. Por exemplo, se você vive em uma comunidade desprovida de tudo, a espera para alcançar benefícios sociais é grande. Se, ao contrário, você estiver no topo, o corte de luz, ainda que por pouco tempo, tem que ser reparado imediatamente sob pena de multas e sanções. Ou seja, a espera é menor.

M – Você acha que a pirâmide é a figura geométrica que melhor define a situação social?

T – É a que melhor define a injustiça, que é resultado de escolhas e decisões humanas, não de forças e leis inscritas no código da natureza. As manifestações na Europa, o “não” dos eleitores brasileiros e norte-americanos é justamente o sinal de que a pirâmide não serve mais. É preciso construir uma sociedade mais humana, porque estou convencido que as escolhas e decisões da política de mercado desumanizam. Retiram, em outras palavras, camadas de humanidade para nos tornar robôs, obedientes, acríticos, felizes com o que o mercado nos dá, insensíveis para o que não tem que ser visto, ouvido ou falado.

M – Perfeito! Você hoje está inspirado.

T – O genocídio em Gaza é um exemplo. Como não perceber que o genocídio não seria possível se a sociedade que apoia o Governo genocida não estivesse ela mesma narcotizada, imbecilizada, insensível à desumanização em andamento? Porque é preciso não se iludir. A desumanização não é algo que pode ser escondido debaixo do tapete, como se não existisse. É ela que nos faz terríveis e é contra ela que temos que nos ater para saber se vale ou não a pena viver.

E você não diz nada? pergunta M referindo-se a mim, pego de surpresa com a pergunta no momento em que dou o primeiro sorvo no café que me trouxeram. Como sempre acontece, traguei apressado, engasguei, tossi e não pude dizer nada. O olhar de M dirigiu-se então a T e disparou:

M – Ele é sempre assim. Não fala. Não importa. Falemos nós, que nos conhecemos. O Lula está indo para a COP-31, em Antália, que conheci há uns anos. Cidade simpática. Lula vai fortalecido. Será a voz dos que disseram “não” às decisões que geram insatisfação generalizada em toda parte. Ele leva debaixo do braço os dois mapas de caminho, construídos pelo Brasil de maneira voluntária, uma vez que não houve consenso durante a COP-30, em Belém, do Pará. O primeiro refere-se a uma proposta concreta de pôr fim ao desmatamento. O segundo, tem a ver com a redução da dependência dos combustíveis fósseis. São mapas de caminho, sugestões de como seguir adiante, de maneira que todos possam segui-lo, de maneira justa e equilibrada, sem deixar ninguém para trás, com vistas a reduzir as inequidades. Não há garantia de que sejam abraçados por todos, mas é um forte sinal de confiança no multilateralismo, o único caminho para encontrar soluções comuns e sustentáveis para as crises que nos ameaçam. Creio que a voz dos que disseram “não” ecoará de alguma maneira em Antália, porque é impossível ignorar a mudança que está em andamento. Já pensou o que seria se de dentro na delegação americana surgisse esperança com alguma sinalização de que a mudança climática é algo real que não pode ser ignorado? Não creio que possam ir além disso, mas já seria um passo gigantesco se comparado ao negacionismo estapafúrdio. Penso na viagem seguinte que Lula fará às Filipinas, para participar da Cúpula da ASEAN, com vistas a adensar as relações entre o Brasil e o Bloco, aumentar o intercâmbio comercial, sempre em busca da diversificação, urgente ante os tarifaços gratuitamente impostos pelo Governo Trump. Isso tudo, sem esquecer que lá para o final de ano, estará no reino encantado de Mar-a-Lago, onde a realidade é suspensa por decreto, para a Cúpula do G-20, quando deverá encontrar-se com Trump, que deverá estar mais comportado, menos flamboyant.

M interrompeu sua fala para tomar um gole de água. T imediatamente tomou a palavra e resumiu a conversa que tiveram. A vitória do Lula representa a esperança dos descontentes com as escolhas e as decisões que sacrificam conquistas sociais em nome de políticas de austeridade fiscal, economia de mercado turbinada por mais desregulamentação. Muito antes que a IA nos ameaçasse com a perspectiva de desumanização, o projeto neoliberal já havia preparado o terreno com a promoção de uma sociedade imbecilizada, incapaz de contrarrestar absurdos como o genocídio em Gaza, insensível para as inequidades gritantes, distraída por tantos afazeres criados para distrair. A falência da política exterior norte-americana, a possibilidade de um revertério, que se iniciaria com a suspensão dos tarifaços, atuação mais discreta e menos abusiva na América do Sul. Fortalecimento do multilateralismo. Falaram de tudo isso, mas esqueceram de fazer menção à questão da eleição do próximo SG das Nações Unida. Antônio Guterres, o atual SG deverá deixar o cargo em 31 de dezembro. A escolha para o próximo SG terá que ser feita antes dessa data, pois os norte-americanos já disseram que não pretendem aceder a eventual prorrogação de Guterres. Acham que Guterres não serve para os seus interesses. Talvez a voz do novo Congresso norte-americano modifica essa postura intolerante. A conferir.

M levantou-se e foi embora, sem se despedir. T, fez o mesmo e seguiu atrás de uma moça que levava sacolas, certamente compras que fizera em alguma loja perto. Fiquei só, com a conta que o garçom me apresentou apressado. Seis cafés, 10 pães de queijo, duas águas mineral, um quindim que ninguém tocou, mais a gorjeta. Fora chovia. Para piorar, havia esquecido o celular em casa. Impossível pedir um Uber. O jeito era molhar-se. Paciência!

Urnas e saúde global: o que as eleições de 2026 no Brasil e nos EUA significam para o mundo

Las urnas y la salud global: qué significan para el mundo las elecciones de 2026 en Brasil y en EE. UU.

The Polls and Global Health: What the 2026 Elections in Brazil and the U.S. Mean for the World

Equipe Editorial

Resumo: O presidente do Brasil foi reeleito com 51,79% dos votos, mas enfrentará um Congresso em que o PL tem a maior bancada desde 1988. Nos EUA, os democratas conquistaram a Câmara e o Senado. Nenhuma das eleições reverte a reconfiguração da saúde global iniciada em 2025, mas ambas mudam quem fiscaliza, quem financia e quem defende o multilateralismo.

Mensagens-chave

1. O Congresso americano ampliará a fiscalização dos acordos bilaterais de saúde e do PEPFAR, limitado pelo veto presidencial até 2029.
2. A saída dos EUA da OMS não é revertida pelas urnas.
3. O Brasil reforça o SUS e a produção local de vacinas como vitrine multilateral, sob restrição fiscal e um Congresso mais conservador.
4. Países de baixa e média renda enfrentam menos ajuda, mais cofinanciamento e acordos que exigem dados sem garantir vacinas.

Resumen: *Urnas y salud global: lo que significan las elecciones de 2026 en Brasil y EE. UU. para el mundo. El presidente de Brasil fue reelegido con el 51,79% de los votos, pero enfrentará un Congreso donde el PL tiene la mayor bancada desde 1988. En EE. UU., los demócratas ganaron la Cámara y el Senado. Ninguna de las elecciones revierte la reconfiguración de la salud global iniciada en 2025, pero ambas cambian quién fiscaliza, quién financia y quién defiende el multilateralismo.*

Mensajes clave

1. *El Congreso estadounidense ampliará la supervisión de los acuerdos bilaterales de salud y del PEPFAR, limitado por el veto presidencial hasta 2029.*
2. *La salida de EE. UU. de la OMS no se revierte en las urnas.*
3. *Brasil refuerza el SUS y la producción local de vacunas como vitrina multilateral, con restricciones fiscales y un Congreso más conservador.*
4. *Los países de ingresos bajos y medios enfrentan menos ayuda, más cofinanciamiento y acuerdos que exigen datos sin garantizar vacunas.*

Abstract: *Ballots and global health: what the 2026 elections in Brazil and the US mean for the world. Brazil's president was re-elected with 51.79% of the vote but faces a Congress in which the PL holds its largest bloc since 1988. In the US, Democrats won the House and the Senate. Neither election reverses the reshaping of global health that began in 2025, but both change who oversees, who pays and who champions multilateralism.*

Key messages

1. *The US Congress will step up oversight of bilateral health compacts and PEPFAR, constrained by the presidential veto until 2029.*
2. *US withdrawal from WHO is not undone at the ballot box.*
3. *Brazil showcases the SUS and local vaccine production as a multilateral model, under fiscal limits and a more conservative Congress.*
4. *Low- and middle-income countries face less aid, more co-financing and deals that demand data without guaranteeing vaccines.*

Introdução: duas eleições, um mesmo tabuleiro sanitário

A saúde global raramente aparece nas cabines de votação, mas é decidida nelas. Quem controla orçamentos, ratifica tratados e indica ministros define, a milhares de quilômetros, se uma clínica de HIV em Lusaka continua aberta ou se uma vacina chega a tempo a um surto.

Outubro e novembro de 2026 concentraram duas dessas decisões. O Brasil, dono de um dos maiores sistemas públicos e universais de saúde do mundo e articulador do Sul Global na Organização Mundial da Saúde (OMS), reelegeu seu presidente. Os Estados Unidos, que até 2025 eram o maior financiador da saúde global e hoje estão fora da OMS, entregaram o Congresso à oposição.

A tese deste ensaio é simples: as urnas não desfizeram a nova arquitetura da saúde global, mas redistribuíram o poder de corrigi-la. Nos EUA, o Legislativo ganha instrumentos para fiscalizar e frear; no Brasil, o Executivo ganha mais quatro anos para projetar uma alternativa multilateral, ainda que com margem doméstica estreita.

Os resultados

Brasil. O presidente, candidato do PT à reeleição, venceu o senador candidato do PL no segundo turno de 25 de outubro com 64.256.232 votos, ou 51,79% dos válidos, uma diferença de 3,58 pontos percentuais. Foi a primeira vez desde 1989 que um candidato terminou o primeiro turno em segundo lugar e venceu a disputa final. A posse do quarto mandato será em 5 de janeiro de 2027, com mandato até 2030.

O Legislativo, porém, moveu-se em direção oposta. A partir de 1º de fevereiro de 2027, o PL terá 121 deputados — a maior bancada de um único partido desde a Constituição de 1988 — e 28 dos 81 senadores. A federação PT-PCdoB-PV terá 88 deputados e o bloco União-PP, 87. Nenhum partido terá maioria isolada, e o Centrão segue decisivo.

Estados Unidos. Nas eleições de meio de mandato de 3 de novembro, os democratas viraram sete cadeiras no Senado e chegaram a 54 contra 44 dos republicanos, com Alasca e Mississippi ainda sem definição na data deste texto. Na Câmara, conquistaram a maioria com folga, numa eleição com mais de 124 milhões de votos, recorde para um pleito de meio de mandato. O novo Congresso toma posse em 3 de janeiro de 2027.

País	Executivo a partir de 2027	Legislativo a partir de 2027	Efeito prático
Brasil	Presidente reeleito (PT), 4º mandato	PL com a maior bancada nas duas Casas; Centrão decisivo	Governo com agenda multilateral e Congresso mais conservador
EUA	Presidente republicano, até jan. 2029	Democratas controlam Câmara e Senado	Governo dividido: fiscalização e orçamento contra veto

Os dois países entram em 2027, portanto, com governos divididos — mas invertidos. No Brasil, um Executivo progressista negocia com um Congresso de centro-direita; nos EUA, um Executivo conservador enfrenta um Congresso de oposição.

Estados Unidos: freios, não marcha a ré

O Congresso democrata ganha poder para fiscalizar a política de saúde global da Casa Branca, mas não para revertê-la. Com o veto presidencial em vigor até janeiro de 2029 e sem maioria à prova de obstrução no Senado, especialistas do *Council on Foreign Relations* esperam mudanças graduais, não transformadoras.

O que mudou desde 2025

O ponto de partida é uma arquitetura já reformada. Os EUA concluíram sua saída da OMS em 22 de janeiro de 2026, alegando falhas da organização na pandemia de covid-19; a OMS respondeu que a decisão torna os EUA e o mundo menos seguros. A USAID foi desmontada, e a ajuda em saúde passou ao Departamento de Estado sob a Estratégia de Saúde Global America First.

A estratégia opera por memorandos bilaterais de cinco anos. Segundo reportagem da NPR, foram assinados 36 acordos, somando cerca de US$ 16 bilhões — uma queda de 34% na ajuda americana à saúde global, pelo cálculo da KFF. No acordo com a Zâmbia, de 8 de outubro de 2026, os EUA aportam US$ 1,5 bilhão e o país se compromete a ampliar seu gasto doméstico em US$ 975 milhões.

Os defensores do modelo argumentam que ele corrige vícios antigos: dependência de ONGs internacionais, sistemas paralelos aos governos locais e pouca responsabilização por resultados. Os críticos apontam opacidade — os textos não foram publicados —, cláusulas de compartilhamento de dados e amostras de patógenos e o caráter transacional de alguns acordos. No Quênia, primeiro país signatário, a Justiça chegou a suspender a implementação por preocupações com proteção de dados. O Center for Global Development observa que, em todos os casos, os acordos representam redução do gasto americano por país.

PEPFAR e Fundo Global

O Congresso, mesmo sob controle republicano, já vinha resistindo aos cortes mais profundos. Para o ano fiscal de 2026, aprovou US$ 4,8 bilhões para o PEPFAR e US$ 1,25 bilhão para o Fundo Global, segundo a KFF. Ainda assim, a interrupção de pagamentos em 2025 deixou marcas: um levantamento com organizações financiadas pelo programa em 46 países identificou mais de 1.700 serviços de HIV fechados.

Com maioria nas duas Casas, os democratas devem exigir os textos dos memorandos, planos de implementação e indicadores de impacto. Ativistas da organização Health GAP defendem condicionar novos repasses a essa transparência. A restauração parcial de funções da antiga USAID é possível; sua recriação integral, improvável no curto prazo.

Vacinas e pesquisa

A frente doméstica também tem alcance global. O secretário de Saúde e Serviços Humanos dos EUA reduziu em cerca de um terço o calendário de vacinas infantis recomendadas pelo governo federal, e os democratas já preparavam investigações sobre essas mudanças. Apoiadores da medida sustentam que a revisão aumenta a confiança nas recomendações e não retira o acesso nem a cobertura de seguro.

O orçamento dos NIH, do CDC e da BARDA financia boa parte da pesquisa mundial sobre malária, tuberculose, HIV e vacinas. Uma pesquisa de 2026 citada pelo CFR indicou que 75% dos cientistas baseados nos EUA consideravam deixar o país. Recompor esses orçamentos é prioridade declarada da nova maioria — e, talvez, o efeito global mais concreto das urnas americanas.

Brasil: projeto multilateral, margem doméstica estreita

A reeleição garante continuidade à diplomacia brasileira da saúde, que nos últimos anos ocupou parte do espaço deixado pelos EUA. Em junho de 2026, o presidente brasileiro e o diretor-geral da OMS enviaram carta aos líderes do G7 pedindo a conclusão do anexo PABS, que regula o acesso a patógenos e a repartição de benefícios como vacinas. Sem esse anexo, o Acordo de Pandemias aprovado em maio de 2025 não pode entrar plenamente em vigor.

O SUS como vitrine e como plataforma

O governo transformou o SUS em instrumento de política externa. Em julho de 2026, o diretor-geral da OMS visitou o Rio ao lado do presidente e do ministro da Saúde e chamou o sistema brasileiro de exemplo mundial. O Brasil também lidera a Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, criada na Assembleia Mundial da Saúde, e tem buscado parceiros como a Índia para fabricar vacinas e medicamentos.

A agenda doméstica sustenta essa projeção. A campanha prometeu iniciar diagnóstico e tratamento de câncer no SUS em até 30 dias, digitalizar a rede e elevar de 40% para 70% a participação da produção nacional no abastecimento do sistema. O ministro da Saúde tem repetido que a crise climática já é uma crise de saúde pública, tema que o Brasil leva aos fóruns multilaterais.

Os limites: orçamento e Congresso

Dois obstáculos podem reduzir o alcance desse projeto. O primeiro é fiscal: analistas do campo sanitarista alertam que o arcabouço fiscal, embora menos rígido que o antigo teto de gastos, pode pressionar o piso constitucional da saúde a partir de 2027. O segundo é político: um Congresso com o PL reforçado e emendas parlamentares volumosas tende a disputar a direção do orçamento da saúde.

Vale registrar que a oposição não defendeu o fim do SUS. O plano do candidato do PL propunha ampliar a Estratégia Saúde da Família, digitalizar o sistema, reduzir filas e corrigir a tabela de procedimentos, com maior integração com a rede privada. Peças que lhe atribuíam a

promessa de privatizar o SUS foram desmentidas por checadores. A divergência real está no peso do setor privado e no alinhamento internacional — e esse debate continuará no Congresso.

A 18ª Conferência Nacional de Saúde, prevista para julho de 2027, será o primeiro grande teste da relação entre o novo governo, os movimentos sanitários e o Legislativo.

O que muda para a saúde global

Lidas juntas, as duas eleições apontam para um sistema mais fragmentado, com dois modelos em competição e um Congresso americano como árbitro parcial.

1. **Dois modelos de cooperação.** De um lado, o bilateralismo americano: acordos país a país, cofinanciamento obrigatório e metas de desempenho. De outro, o multilateralismo defendido pelo Brasil: OMS no centro, tratados vinculantes e produção regional de insumos. Os dois convergem num ponto — ambos falam em "soberania" e "apropriação nacional" —, mas divergem sobre quem define as regras.
2. **O financiamento não volta ao patamar anterior.** Mesmo um Congresso democrata dificilmente restaurará os níveis de 2024. Para os países de baixa e média renda, isso significa assumir uma fatia crescente dos custos de HIV, tuberculose e malária. O espaço fiscal desses países, muitos endividados, é o verdadeiro limite da transição.
3. **Vigilância e pandemias.** Fora da OMS, os EUA dependem de acordos bilaterais para obter dados e amostras. O anexo PABS, defendido pelo Brasil, propõe o contrário: compartilhamento multilateral em troca de acesso garantido a vacinas. Um surto como o de Ebola na República Democrática do Congo, que o Congresso americano deve examinar, testará os dois sistemas em tempo real.
4. **Ciência como bem global.** A recomposição dos orçamentos de pesquisa nos EUA e a política industrial brasileira na saúde podem ser complementares. A pergunta é se a cooperação científica Norte-Sul sobreviverá à tensão diplomática entre Washington e Brasília.
5. **A janela de 2029.** Para muitos analistas, o efeito mais duradouro das eleições americanas é preparar o terreno para o próximo governo. Os próximos dois anos de fiscalização vão gerar os dados — e os precedentes — sobre os quais uma eventual reconstrução será negociada.

Três sinais da semana pós-eleição

Três fontes publicadas no início de novembro de 2026 ajudam a dimensionar o que está em jogo para o novo Congresso americano e para os parceiros do Brasil.

Pandemias: acordos bilaterais contra um sistema global

Em 6 de novembro, o New York Times relatou que especialistas em saúde pública veem nos acordos bilaterais americanos com países africanos um risco à prevenção de pandemias — inclusive para os próprios americanos. O Departamento de Estado pretende chegar a cerca de 70 países e argumenta que parcerias diretas entregam resultados mais rápidos e com mais responsabilização do que acordos multilaterais.

O ponto sensível são os dados e as amostras. Segundo a Associated Press, os acordos já publicados obrigam os países a enviar dados e espécimes em até cinco dias após um pedido, mas não garantem acesso aos tratamentos resultantes: eles ficariam sujeitos à disponibilidade de recursos e à necessidade doméstica dos EUA. O Zimbábue rejeitou um acordo em fevereiro

em parte por essas cláusulas. O diretor-geral do Africa CDC avalia que a via bilateral enfraquece o esforço de coordenação continental.

Enquanto isso, em Genebra, uma coalizão de países africanos negocia o anexo PABS exigindo acesso rápido e acessível a vacinas e tratamentos em troca do compartilhamento de informações — a mesma posição defendida pelo Brasil. É aqui que as duas eleições se cruzam: o Congresso democrata pode exigir os textos e os termos de dados dos acordos; o Brasil pode ajudar a dar ao modelo multilateral peso político suficiente para competir.

Pessoas em situação de rua: saúde começa fora do hospital

Uma estimativa preliminar da National Alliance to End Homelessness com a Universidade do Sul da Califórnia, noticiada pelo New York Times em 6 de novembro, indica que a população em situação de rua nos EUA caiu cerca de 6,7% em janeiro de 2026, para aproximadamente 693 mil pessoas. Seria a maior queda anual desde 2007. A falta de moradia crônica, porém, ficou praticamente estável.

O estudo atribui a queda a aluguéis em desaceleração, à recuperação econômica e à expansão de vagas de moradia permanente, e cita o acesso ao seguro saúde, incluindo o Medicaid, como peça crítica. O governo federal defende outra abordagem: o Departamento de Habitação critica o modelo Housing First e quer priorizar tratamento de dependência e metas de autossuficiência. Os dados oficiais de 2026 ainda não foram divulgados.

O tema parece doméstico, mas ilustra um argumento central deste ensaio: determinantes sociais — moradia, renda, seguro — pesam tanto quanto hospitais. É a mesma lógica que o SUS e a agenda brasileira de equidade levam aos fóruns internacionais, e será terreno de disputa orçamentária no novo Congresso.

O custo de não investir: a conta da McKinsey

A série de gráficos de saúde da McKinsey oferece a escala do problema. O McKinsey Health Institute projeta que, mantida a trajetória atual, a carga global de doenças sobe de cerca de 2,7 bilhões para 3,1 bilhões de anos de vida ajustados por incapacidade (DALYs) até 2050. Ampliar cerca de 300 intervenções já comprovadas poderia reduzir essa carga em até 35%, evitando 33 milhões de mortes prematuras.

As maiores margens de ganho estão em doenças respiratórias crônicas (57% evitáveis) e em condições maternas e neonatais (51%) — justamente áreas sensíveis a cortes de ajuda externa. Para os EUA, a McKinsey também aponta pressão financeira sobre o setor de saúde, com a perda de cobertura após o fim dos subsídios ampliados do Affordable Care Act (ACA) em 2026. A lição para os dois países é a mesma: o retorno de investir em saúde é alto, mas depende de decisões orçamentárias que agora passam por Congressos divididos.

Conclusão

As eleições de 2026 não devolvem a saúde global ao mundo de antes de 2025. Elas criam contrapesos. Em Washington, um Congresso de oposição pode exigir transparência, proteger o PEPFAR e recompor a pesquisa, mas não reconduz os EUA à OMS. Em Brasília, um presidente reeleito mantém a bandeira do multilateralismo, mas precisa negociar cada real com um Congresso mais conservador.

Para quem vive nos países mais dependentes de ajuda, a pergunta prática é menos ideológica: os remédios, os profissionais e os sistemas de alerta continuarão funcionando durante a transição? A resposta dependerá de orçamentos aprovados nos próximos meses — e da capacidade de Brasil, EUA e seus parceiros de tratar a saúde como interesse comum, mesmo quando discordam sobre quase todo o resto.

Nota: os resultados das disputas ao Senado no Alasca e no Mississippi ainda não haviam sido definidos na data deste texto. Este ensaio apresenta posições de defensores e críticos das políticas citadas e não representa recomendação política.

Referências

Agência Gov. "No G7, Brasil lidera mobilização global para definir preparação para futuras pandemias." 15 de junho de 2026. https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202606/na-reuniao-do-g7-brasil-lidera-mobilizacao-global-para-definir-preparacao-para-futuras-pandemias-1.

Agência Senado. "Lula é reeleito para quarto mandato de presidente." 25 de outubro de 2026. https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/10/25/lula-2018vira2019-e-e-reeleito-para-quarto-mandato-de-presidente.

Aos Fatos. "É falso que Flávio Bolsonaro disse que irá privatizar o SUS se for eleito presidente." 13 de abril de 2026, atualizado em 7 de outubro de 2026. https://www.aosfatos.org/noticias/falso-flavio-bolsonaro-disse-privatizar-sus-se-eleito-presidente/.

Associated Press. "What Races the AP Has Not Yet Called in Contests for Senate and Governor." *WPXI*, 5 de novembro de 2026. https://www.wpxi.com/news/politics/what-races-ap-has/3HFFWPIKQQ5ULBFDYZCEAXL3Q4/.

Associated Press. "Zambia Will Sign $3.6 Billion Health Plan with US That Won't Require Sharing of Patient Data." *WSOC-TV*, 6 de outubro de 2026. https://www.wsoctv.com/news/health/zambia-will-sign-36/DRZGRSPZUQZUXAPBJXIGQMF4HU/.

Axios. "Axios Future of Health Care." Newsletter. Acesso em 9 de novembro de 2026. https://www.axios.com/newsletters/axios-future-of-health-care-14b2e110-ec0e-11f0-993f-e158c6c2a41a.

Axios. "Dems Plot Health Oversight Blitz If They Win Midterms." 25 de fevereiro de 2026. https://www.axios.com/2026/02/25/democrats-health-medicaid-trump-midterms?stream=top.

Brasil 61. "Mesmo com bancada recorde, PL terá que negociar com partidos para fazer reformas constitucionais." Outubro de 2026. Acesso em 9 de novembro de 2026. https://brasil61.com/n/mesmo-com-bancada-recorde-pl-tera-que-negociar-com-partidos-para-fazer-reformas-constitucionais-bras2617278.

Brasil de Fato. "Na OMS, ministro Padilha defende resposta global à crise climática e redução das desigualdades em saúde." 21 de maio de 2026. https://www.brasildefato.com.br/2026/05/21/na-oms-ministro-padilha-defende-resposta-global-a-crise-climatica-e-reducao-das-desigualdades-em-saude/.

Center for Global Development. "What We Know—and Don't Know—About the Trump Administration's Global Health Agreements." Blog, 18 de dezembro de 2025. https://www.cgdev.org/node/3135613.

Chatham House. "The Good, the Bad, and the Possible: What the America First Global Health Strategy Means for Africa – and the World." Comentário de especialista, novembro de 2025. https://www.chathamhouse.org/2025/11/good-bad-and-possible-what-america-first-global-health-strategy-means-africa-and-world.

Diario de Pernambuco. "Brasil quer parceria com Índia para produção de remédios e vacinas." 18 de fevereiro de 2026. https://www.diariodepernambuco.com.br/politica/2026/02/11707952-brasil-quer-parceria-com-india-para-producao-de-remedios-e-vacinas.html.

Dubawa. “Five Reasons Why Africa Is Central to US ‘America First’ Global Health Strategy.” Acesso em 9 de novembro de 2026. https://dubawa.org/five-reasons-why-africa-is-central-to-us-america-first-global-health-strategy/.

Folha do Leste. “Eleições 2026: Lula é reeleito presidente do Brasil com 64,2 milhões de votos.” Outubro de 2026. Acesso em 9 de novembro de 2026. https://folhadoleste.com.br/?p=193113.

Gray DC. “Midterm Election Results: Three Things to Know.” *Live 5 News*, 4 de novembro de 2026. https://www.live5news.com/2026/11/04/midterm-election-results-three-things-know/?outputType=amp.

Health Policy Watch. “African Countries Affirm Support for Multilateral Pandemic Agreement While Under Pressure to Make Bilateral Deals with US.” 11 de novembro de 2025. https://healthpolicy-watch.news/african-countries-affirm-support-for-multilateral-pandemic-agreement-while-under-pressure-to-make-bilateral-deals-with-us/.

KFF. “The Trump Administration’s Foreign Aid Review: Status of PEPFAR.” Ficha informativa. Acesso em 9 de novembro de 2026. https://www.kff.org/global-health-policy/fact-sheet/the-trump-administrations-foreign-aid-review-status-of-pepfar/.

KFF. “The U.S. Government and the World Health Organization.” Ficha informativa, atualizada em 17 de março de 2026. https://www.kff.org/coronavirus-covid-19/fact-sheet/the-u-s-government-and-the-world-health-organization/.

McKinsey & Company. “Chart of the Week: Healthcare.” Acesso em 9 de novembro de 2026. https://www.mckinsey.com/featured-insights/charts#/tag/healthcare.

McKinsey & Company. “How Scaling Care Can Reduce Disease Burden.” 23 de abril de 2026. https://www.mckinsey.com/featured-insights/charts/how-scaling-care-can-reduce-disease-burden.

McKinsey & Company. “Shaping a Healthier World.” 22 de abril de 2026. https://www.mckinsey.com/featured-insights/charts/shaping-a-healthier-world.

McKinsey & Company. “What to Expect in US Healthcare in 2026 and Beyond.” Acesso em 9 de novembro de 2026. https://www.mckinsey.com/industries/lms-for-healthcare/our-insights/what-to-expect-in-us-healthcare.

National Alliance to End Homelessness. “2026 National Homelessness Estimate.” 6 de novembro de 2026. https://endhomelessness.org/wp-content/uploads/2026/11/PIT-Analysis-Alliance_V3.pdf.

National Desk, The. “Homelessness Dropped Last Year, but HUD Chief Blames ‘Housing First’ for Long-Term Rise.” *ABC News 4*, 2026. Acesso em 9 de novembro de 2026. https://abcnews4.com/news/nation-world/homelessness-dropped-last-year-but-hud-chief-blames-housing-first-for-long-term-rise-housing-and-urban-development-2026-homeless-report-2025-point-in-time-homeless-count-drug-treatment-addiction-and-homelessness.

NBC 7 San Diego. “Election Day After 2026 Midterms: Congress Results, Live Updates.” 4 de novembro de 2026. https://www.nbcsandiego.com/elections/election-day-after-2026-midterms-congress-results-live-updates/4096585/.

New York Times, The. “U.S. Global Health Strategy Jeopardizes Prevention of Pandemics, Experts Warn.” 6 de novembro de 2026. https://www.nytimes.com/2026/11/06/us/politics/pandemic-prevention-african-countries.html.

New York Times, The. “U.S. Homeless Population Had Record Drop in 2025.” 6 de novembro de 2026. https://www.nytimes.com/2026/11/06/us/politics/homeless-population-drop.html.

NPR. “Trump’s Global Health Strategy Is Emerging. What Will the Democratic Congress Say?” *New Hampshire Public Radio*, 6 de novembro de 2026. https://www.nhpr.org/2026-11-06/trumps-global-health-strategy-is-emerging-what-will-the-democratic-congress-say.

O Povo. “Diretor da OMS diz que Brasil é exemplo mundial por sistema de saúde.” 28 de julho de 2026. https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2026/07/28/amp/diretor-da-oms-diz-que-brasil-e-exemplo-mundial-por-sistema-de-saude.html.

Outra Saúde. "'Ajuste fiscal'? Eis a agenda alternativa da Saúde." *Outras Palavras*, 6 de novembro de 2026. https://outraspalavras.net/outrasaude/ajuste-fiscal-eis-a-agenda-alternativa-da-saude/.

Outra Saúde. "Eleições: Outra Saúde analisa o SUS nos programas dos candidatos." *Outras Palavras*, 2026. Acesso em 9 de novembro de 2026. https://outraspalavras.net/outrasaude/eleicoes-outra-saude-analisa-o-sus-nos-programas-dos-candidatos/.

Outra Saúde. "OMS aprova aumento nas contribuições fixas dos países membros." *Outras Palavras*. Acesso em 9 de novembro de 2026. https://outraspalavras.net/outrasaude/oms-aprova-aumento-nas-contribuicoes-fixas-dos-paises-membros/.

Paraíba Business. "Congresso eleito em 2026 encolhe o Centrão e muda o jogo da governabilidade." 12 de outubro de 2026. https://paraibabusiness.com.br/congresso-eleito-em-2026-encolhe-o-centrao-e-muda-o-jogo-da-governabilidade/.

Poder360. "Campanha de Lula quer tornar SUS 'inteligente e conectado'." 2026. Acesso em 9 de novembro de 2026. https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/campanha-de-lula-quer-tornar-sus-inteligente-e-conectado/.

Sanarmed. "Vitória de Lula em 2026: quais são as propostas para a saúde e os médicos?" 2026. Acesso em 9 de novembro de 2026. https://sanarmed.com/vitoria-de-lula-em-2026-quais-sao-as-propostas-para-a-saude-e-os-medicos/.

SBT News. "Saúde e combate à pobreza: as propostas de Flávio na íntegra." 2026. Acesso em 9 de novembro de 2026. https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/eleicoes/saude-e-combate-a-pobreza-as-propostas-de-flavio-na-integra.

Think Global Health. "Expert Takes on the Future of Global Health After the U.S. Midterm Election." Council on Foreign Relations, novembro de 2026. Acesso em 9 de novembro de 2026. https://www.thinkglobalhealth.org/article/expert-takes-on-the-future-of-global-health-after-the-u-s-midterm-election.

Times Brasil. "DECISÃO 2026: em eleição conturbada e com Brasil dividido, Lula é reeleito para quarto mandato." 25 de outubro de 2026. https://timesbrasil.com.br/brasil/decisao-2026-em-eleicao-conturbada-e-com-brasil-dividido-lula-e-reeleito-para-quarto-mandato/.

U.S. Department of Health and Human Services. "United States Completes WHO Withdrawal." Comunicado à imprensa, 22 de janeiro de 2026. https://www.hhs.gov/press-room/united-states-completes-who-withdrawal.html.

World Finance. "America First, Global Health Last?" Acesso em 9 de novembro de 2026. https://www.worldfinance.com/strategy/america-first-global-health-last.

World Health Organization. "WHO Statement on Notification of Withdrawal of the United States." 24 de janeiro de 2026. https://www.who.int/news/item/24-01-2026-who-statement-on-notification-of-withdrawal-of-the-united-states.

Formato: Chicago (notas e bibliografia), entradas por instituição ou veículo. Títulos mantidos como publicados.

A vitória de Lula e a possibilidade de mudança a partir do Sul Global: injustiça econômica, iniquidade em saúde e a busca por uma nova ética do desenvolvimento humano sustentável

La victoria de Lula y la posibilidad de un cambio desde el Sur Global: injusticia económica, desigualdad en materia de salud y la búsqueda de una nueva ética del desarrollo humano sostenible

Lula's Victory and the Possibility of Change from the Global South: Economic Injustice, Health Inequality, and the Search for a New Ethic of Sustainable Human Development

Juan Garay

Resumo: A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do Brasil, em 25 de outubro de 2026, abre uma oportunidade para reconsiderar se uma renovação política e intelectual voltada a uma maior justiça econômica, equidade em saúde e sustentabilidade ecológica poderia emergir do Sul Global. Este artigo examina as conexões estruturais entre a concentração de riqueza, o acesso desigual aos determinantes da saúde, a ultrapassagem dos limites ecológicos e a concentração do poder financeiro, militar e digital. Com base em evidências internacionais e nas contribuições conceituais do Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde (Sustainable Health Equity Movement – SHEM), particularmente em suas abordagens sobre Bem-Estar em Equidade Sustentável (*Wellbeing in Sustainable Equity* – WiSE) e Equidade Sustentável em Saúde (*Sustainable Health Equity* – SHE), argumenta-se que os indicadores convencionais de crescimento econômico e desenvolvimento nacional são insuficientes e chegam até mesmo a ser contraditórios para avaliar o progresso humano. Um marco de avaliação mais abrangente deve considerar como as sociedades transformam os recursos disponíveis em vidas dignas, saudáveis e ambientalmente sustentáveis, tanto dentro dos países quanto entre eles, e também entre diferentes gerações. O artigo propõe uma agenda política e ética que transcende a divisão convencional entre esquerda e direita, sem desconsiderar os efeitos distributivos das políticas públicas. Também explora a contribuição potencial do Sul Global para a reforma das instituições internacionais, a promoção de um direito universal de viver em harmonia com a natureza e o desenvolvimento de alternativas cooperativas aos modelos econômicos extrativistas. A vitória de Lula é interpretada não como evidência de que essa transformação já tenha ocorrido, mas como uma possível abertura para uma ação democrática e transnacional mais ampla.

Palavras-chave: Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde; Sustainable Health Equity Movement; SHEM; WiSE; iniquidade em saúde; desigualdade econômica; Sul Global; justiça intergeracional; sustentabilidade ecológica; governança global; Lula da Silva.

Resumen: *La reelección de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente de Brasil, el 25 de octubre de 2026, abre una oportunidad para reconsiderar si del Sur Global podría surgir una renovación política e intelectual orientada hacia una mayor justicia económica, equidad en la salud y sustentabilidad ecológica. Este artículo examina las conexiones estructurales entre la concentración de la riqueza, el acceso desigual a los determinantes de la salud, el rebasamiento*

de los límites ecológicos y la concentración del poder financiero, militar y digital. Basándose en evidencia internacional y en las contribuciones conceptuales del Movimiento por la Equidad Sustentable en Salud (Sustainable Health Equity Movement – SHEM), particularmente en sus enfoques sobre el Bienestar en la Equidad Sostenible (Wellbeing in Sustainable Equity – WiSE) y la Equidad Sostenible en Salud (Sustainable Health Equity – SHE), se argumenta que los indicadores convencionales de crecimiento económico y desarrollo nacional son insuficientes e incluso llegan a ser contradictorios para evaluar el progreso humano. Un marco de evaluación más integral debe considerar cómo las sociedades transforman los recursos disponibles en vidas dignas, saludables y ambientalmente sostenibles, tanto dentro de los países como entre ellos, y también entre diferentes generaciones. El artículo propone una agenda política y ética que trasciende la división convencional entre izquierda y derecha, sin dejar de lado los efectos distributivos de las políticas públicas. También explora la contribución potencial del Sur Global a la reforma de las instituciones internacionales, la promoción de un derecho universal a vivir en armonía con la naturaleza y el desarrollo de alternativas cooperativas a los modelos económicos extractivistas. La victoria de Lula se interpreta no como evidencia de que esa transformación ya haya ocurrido, sino como una posible apertura hacia una acción democrática y transnacional más amplia.

***Palabras clave**: Movimiento por la Equidad Sustentable en Salud; Sustainable Health Equity Movement; SHEM; WiSE; inequidad en salud; desigualdad económica; Sur Global; justicia intergeneracional; sustentabilidad ecológica; gobernanza global; Lula da Silva.*

***Abstract:** The reelection of Luiz Inácio Lula da Silva as President of Brazil on October 25, 2026, presents an opportunity to reconsider whether a political and intellectual renewal focused on greater economic justice, health equity, and ecological sustainability could emerge from the Global South. This article examines the structural connections between the concentration of wealth, unequal access to health determinants, the overshooting of ecological limits, and the concentration of financial, military, and digital power. Drawing on international evidence and the conceptual contributions of the Sustainable Health Equity Movement — SHEM), particularly its approaches to Wellbeing in Sustainable Equity (WiSE) and Sustainable Health Equity (SHE), it is argued that conventional indicators of economic growth and national development are insufficient and may even be contradictory when it comes to assessing human progress. A more comprehensive assessment framework must consider how societies transform available resources into dignified, healthy, and environmentally sustainable lives, both within and among countries, as well as across different generations. The article proposes a political and ethical agenda that transcends the conventional division between left and right, without disregarding the distributive effects of public policies. It also explores the potential contribution of the Global South to the reform of international institutions, the promotion of a universal right to live in harmony with nature, and the development of cooperative alternatives to extractivist economic models. Lula's victory is interpreted not as evidence that this transformation has already taken place, but as a possible opening for broader democratic and transnational action.*

***Keywords:** Sustainable Health Equity Movement; SHEM; WiSE; health inequity; economic inequality; Global South; intergenerational justice; ecological sustainability; global governance; Lula da Silva.*

1. Introdução: a mudança pode vir do Sul Global?

Em 25 de outubro de 2026, Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito presidente do Brasil, com 51,79% dos votos válidos, contra 48,21% obtidos por Flávio Bolsonaro. O resultado veio após uma eleição bastante disputada, em uma sociedade profundamente dividida, e marcou um momento importante na trajetória democrática e política do Brasil (Tribunal Superior Eleitoral, 2026).

O significado desse resultado ultrapassa as fronteiras brasileiras. Em um mundo que enfrenta disparidades econômicas crescentes, tensões democráticas, conflitos geopolíticos e uma desestabilização ecológica cada vez mais acelerada, ele suscita uma questão mais ampla: o Sul Global poderia se tornar uma fonte importante de renovação política, intelectual e social na busca por um modelo de desenvolvimento humano mais equitativo e sustentável?

Essa possibilidade não deve ser confundida com uma previsão nem com o apoio a qualquer governo específico. Vitórias eleitorais não se traduzem automaticamente em transformações estruturais, e os países do Sul Global não são politicamente homogêneos nem estão imunes à desigualdade, ao extrativismo, ao autoritarismo ou à concentração de riqueza. O próprio Brasil enfrenta o desafio de conciliar proteção social, desenvolvimento econômico, conservação ambiental e convivência democrática.

Ainda assim, a eleição oferece uma oportunidade para examinar uma contradição fundamental da ordem mundial contemporânea. Uma das principais fontes de iniquidade é a divisão artificial entre os países e a distribuição desigual da biocapacidade, da riqueza e do PIB (dos fluxos financeiros e de outros tipos de intercâmbio). Mesmo países e comunidades dotados de recursos naturais abundantes, capacidades humanas e conhecimentos culturais significativos podem continuar enfrentando doenças evitáveis, mortalidade prematura e privação, enquanto os sistemas econômicos e tecnológicos concentram os benefícios da produção em parcelas relativamente pequenas da população.

Essa contradição não pode ser compreendida exclusivamente pela divisão tradicional entre esquerda e direita. É necessário analisar como os recursos, as oportunidades, os riscos e o poder de decisão são distribuídos, bem como a maneira pela qual essas configurações influenciam a saúde das populações e as condições ecológicas das quais depende a vida humana.

O Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde, ou em inglês Sustainable Health Equity Movement (SHEM), desenvolveu um marco conceitual para examinar essas relações. Seu trabalho sobre Bem-Estar em Equidade Sustentável (*Wellbeing in Sustainable Equity* – WiSE), Equidade Sustentável em Saúde (S*ustainable Health Equity* – SHE), métricas de saúde global, especulação financeira, poder digital e alternativas de base comunitária busca relacionar os resultados em saúde às estruturas econômicas, políticas e ecológicas mais amplas que os condicionam.

Este artigo desenvolve essa perspectiva em torno de três questões:

1. Como a injustiça econômica contribui para as iniquidades em saúde e a mortalidade prematura?
2. Por que os modelos convencionais de desenvolvimento e as classificações políticas são insuficientes para enfrentar os desafios combinados da desigualdade social e dos limites ecológicos?

3. Que papel o Sul Global, em articulação com movimentos e comunidades de todo o mundo, poderia desempenhar na promoção de uma nova ética do desenvolvimento humano sustentável?

2. Desigualdade econômica e distribuição desigual da saúde

2.1. Concentração de riqueza em um mundo desigual

A desigualdade econômica continua sendo uma das características definidoras da economia global. De acordo com o *Relatório sobre a Desigualdade Mundial 2026* (*World Inequality Report 2026*), os 10% mais ricos da população mundial detêm aproximadamente três quartos da riqueza total, enquanto os 50% mais pobres possuem apenas cerca de 2%. A metade mais pobre da população recebe menos de 10% da renda global (World Inequality Lab, 2026), valor inferior ao patamar de renda compatível com a dignidade humana que assegura o direito à saúde e ao melhor nível de saúde possível (ver os artigos e webinars do SHEM sobre a distribuição geográfica da injustiça).

Esses números expressam muito mais do que diferenças de consumo ou de renda pessoal. A riqueza confere capacidades desiguais de influenciar decisões políticas, ter acesso à educação e aos serviços de saúde, resistir a crises econômicas, evitar riscos ambientais e moldar a distribuição de oportunidades futuras.

A acumulação de ativos financeiros e produtivos pode favorecer a inovação e os investimentos em bens públicos globais. No entanto, quando a propriedade se torna altamente concentrada e os retornos do capital são distribuídos de maneira persistentemente mais desigual do que as oportunidades de participação na vida econômica, a concentração de riqueza pode se reproduzir ao longo do tempo, direcionando o poder e a capacidade criativa humanos para beneficiar poucos.

Isso é importante para a saúde porque os recursos que protegem as pessoas contra doenças são distribuídos de maneira desigual. Alimentação adequada, moradia segura, educação, água potável, saneamento, emprego estável, proteção social e acesso oportuno aos serviços de saúde dependem, em parte, dos recursos das famílias, mas também do investimento público, das relações de trabalho, das instituições sociais e da distribuição do poder político.

Portanto, a desigualdade econômica não é simplesmente uma característica de fundo das sociedades. Ela pode influenciar as condições em que as pessoas nascem, crescem, trabalham, envelhecem e morrem (ver os trabalhos de Michael Marmot sobre equidade em saúde, bem como o relatório da OMS e a resolução da Assembleia Mundial da Saúde sobre os determinantes sociais da saúde, de 2010).

2.2. A magnitude das iniquidades em saúde

A análise de 2025 da Organização Mundial da Saúde sobre os determinantes sociais da saúde informa que a diferença na expectativa de vida entre países com os níveis mais altos e mais baixos pode chegar a 33 anos. Também estima que a eliminação das desigualdades relacionadas à riqueza nos países de baixa e média renda poderia salvar potencialmente 1,8 milhão de vidas de crianças por ano (OMS, 2025). O SHEM estima que a mortalidade excedente provocada pela iniquidade internacional tenha permanecido, nos últimos 30 anos ou mais, acima de 16 milhões de mortes anuais.

Essas estimativas ilustram a dimensão das diferenças evitáveis em saúde. Também demonstram por que as médias nacionais podem ser enganosas. A expectativa de vida geral ou os gastos com saúde de um país podem melhorar enquanto persistem grandes disparidades entre grupos sociais, territórios, comunidades étnicas e faixas de renda.

A relação entre recursos econômicos e saúde é complexa. A renda influencia as oportunidades individuais, enquanto a tributação, a proteção social, os serviços públicos, a regulamentação ambiental e as instituições do mercado de trabalho determinam em que medida essas oportunidades são compartilhadas. A instabilidade política, os conflitos, a discriminação, a geografia e a capacidade dos sistemas de saúde também afetam os resultados.

Consequentemente, essa relação não deve ser reduzida à afirmação simplista de que toda diferença em saúde decorre diretamente da desigualdade de renda. A desigualdade econômica, na verdade, interage com mecanismos sociais e institucionais que determinam a exposição aos riscos à saúde e o acesso à proteção.

Disso decorre uma implicação central*: a avaliação do desenvolvimento deve considerar não apenas quanta riqueza uma sociedade gera, mas também com que eficácia e equidade ela transforma os recursos disponíveis em vidas saudáveis.*

2.3. Da distribuição desigual de recursos à mortalidade evitável

Os sistemas de saúde são essenciais, mas os serviços de assistência à saúde, por si só, não conseguem compensar todas as desvantagens decorrentes das condições desiguais de vida. O tratamento médico pode reduzir as consequências das doenças, mas não é capaz de eliminar, por si só, a precariedade habitacional, a insegurança alimentar, as condições de trabalho perigosas, a poluição ambiental, a exclusão educacional ou a perda dos meios de subsistência provocada pela desestabilização ecológica.

Tampouco a disponibilidade de conhecimento médico é suficiente para garantir que seus benefícios sejam distribuídos de maneira justa. Descobertas científicas, vacinas, medicamentos e tecnologias digitais podem melhorar a saúde das populações, mas o acesso a esses recursos depende de sua acessibilidade econômica, da capacidade produtiva, dos regimes de propriedade intelectual, do financiamento público, da infraestrutura e das prioridades políticas.

O trabalho do SHEM aborda essas questões a partir da relação entre os recursos disponíveis, a capacidade de transformá-los em bem-estar humano e a sustentabilidade dos resultados alcançados. Essa perspectiva incentiva os pesquisadores a examinar não apenas os gastos com saúde ou a cobertura dos serviços, mas também a distribuição dos resultados em saúde em relação aos recursos e às oportunidades disponíveis.

Essa abordagem pode ajudar a distinguir entre a escassez verdadeiramente inevitável e a privação decorrente de escolhas institucionais, de relações de poder desiguais nas negociações ou de uma alocação inadequada dos recursos coletivos.

Ela também insere a mortalidade evitável em uma discussão ética e política mais ampla. Quando existem intervenções eficazes e recursos suficientes, as mortes que poderiam ser evitadas suscitam questionamentos sobre as prioridades sociais, a organização das instituições e a distribuição de responsabilidades entre os países.

Ainda assim, estimar com precisão o número de mortes atribuíveis à injustiça econômica global exige pressupostos contrafactuais explícitos, métodos transparentes e uma distinção cuidadosa entre causalidade direta e associação estatística. A importância ética da questão não elimina a necessidade de rigor metodológico. Se e quando for possível alcançar esse objetivo, *o peso das iniquidades em saúde poderá se tornar o indicador mais revelador da justiça social e servir de bússola para a construção de uma equidade sustentável.*

3. Injustiça ecológica e desigualdade nas condições para uma vida saudável

As iniquidades econômicas e em saúde não podem ser dissociadas das bases ecológicas do bem-estar humano.

As mudanças climáticas, a poluição do ar, a perda de biodiversidade, a degradação do solo, a insegurança hídrica e a desestabilização dos sistemas alimentares afetam a saúde por múltiplas vias. Esses fenômenos influenciam os padrões de doenças infecciosas, a mortalidade relacionada ao calor, a nutrição, as doenças respiratórias e cardiovasculares, o bem-estar mental, os deslocamentos populacionais e a capacidade de resiliência dos serviços de saúde.

Esses efeitos são distribuídos de maneira desigual. As pessoas com menos recursos geralmente dispõem de menor capacidade para evitar riscos ambientais, mudar-se de áreas perigosas, proteger seus meios de subsistência ou obter tratamento em tempo hábil. Ao mesmo tempo, os benefícios da produção e do consumo ambientalmente prejudiciais podem se concentrar desproporcionalmente nos grupos com maior poder aquisitivo e maior participação na propriedade do capital.

O *Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2025* (*Emissions Gap Report 2025*), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, estimou que o aquecimento global ao longo deste século poderia chegar a aproximadamente 2,8°C caso fossem mantidas as políticas então vigentes. Mesmo a implementação integral dos compromissos climáticos nacionais ainda deixaria o aquecimento substancialmente acima das metas de temperatura estabelecidas pelo Acordo de Paris (PNUMA, 2025). Essas estimativas são projeções baseadas em modelos, não certezas, e os desdobramentos posteriores das políticas podem alterar essa trajetória. Sua importância está na dimensão da distância entre os compromissos atuais e as reduções necessárias. Essa tendência pode significar mais de 210 milhões de mortes excedentes ao longo do século, principalmente entre populações com baixa pegada de carbono e ecológica (ver Garay, PEAH, *Climate Change: Third World War with No Guns*).

O problema não é o consumo em si. Alimentação adequada, moradia, energia, mobilidade e assistência à saúde são indispensáveis à dignidade humana. O desafio consiste em distinguir o consumo necessário para atender às necessidades essenciais daquele que demanda muitos recursos, acrescenta relativamente pouco ao bem-estar e impõe custos ecológicos substanciais.

Da mesma forma, o crescimento econômico não pode ser avaliado independentemente de sua distribuição e de suas consequências ambientais. O crescimento que melhora a nutrição, o saneamento, a educação e o acesso a serviços essenciais pode contribuir para a equidade em saúde. Já o crescimento baseado na exploração destrutiva de recursos naturais, em condições de trabalho perigosas ou no esgotamento de recursos essenciais às gerações futuras pode gerar benefícios distribuídos de maneira desigual, ao mesmo tempo que transfere os custos para outras populações e períodos.

Isso aponta para a necessidade de uma avaliação conjunta da satisfação das necessidades sociais e dos limites ecológicos: garantir que todos tenham acesso às bases materiais de uma vida digna, ao mesmo tempo que se reduz o uso desnecessário de recursos e os danos ambientais.

A abordagem do SHEM à equidade sustentável em saúde busca inserir esses objetivos em um marco comum. Uma sociedade não pode ser considerada plenamente equitativa se o bem-estar de sua população atual depender de comprometer sistematicamente a saúde e as oportunidades de vida de outras populações ou das gerações futuras. Daí a criação do índice do SHEM de bem-estar em equidade sustentável.

4. A concentração do poder financeiro, militar e digital

4.1. Endividamento, especulação e distribuição dos recursos públicos

O endividamento público pode financiar infraestruturas essenciais, serviços de saúde, educação e adaptação às mudanças climáticas. O crédito privado pode apoiar investimentos produtivos e a segurança financeira das famílias. Os mercados financeiros podem facilitar a alocação de capital e a gestão de riscos.

No entanto, as consequências do endividamento dependem de suas condições, finalidades, distribuição e governança. Quando o serviço da dívida absorve uma parcela expressiva da receita pública, os governos podem se ver diante de escolhas difíceis em relação à saúde, à educação, à proteção social e aos investimentos ecológicos. Quando os retornos financeiros são priorizados em detrimento dos resultados sociais, a atividade econômica pode se distanciar cada vez mais das necessidades das populações.

A questão, portanto, não é o endividamento ou as finanças em si, mas as condições em que os direitos e as obrigações financeiras são constituídos, distribuídos e exigidos.

O artigo do PEAH *Debt, Financial Speculation and Artificial Intelligence: The Emerging Architecture of Inequity* examina como o endividamento, as finanças especulativas e os sistemas algorítmicos podem interagir e reconfigurar a distribuição de riqueza, poder e oportunidades. A análise defende que esses sistemas sejam avaliados de acordo com sua contribuição para a dignidade humana, o bem-estar sustentável e a saúde planetária (Garay, 2026a).

Sob a perspectiva da equidade em saúde, isso implica examinar os custos de oportunidade dos arranjos financeiros: quais recursos continuam disponíveis para a atenção primária à saúde, a nutrição, o saneamento, a proteção social e a resiliência climática depois de cumpridas as obrigações da dívida e atendidas outras demandas concorrentes?

Isso também pressupõe maior transparência na governança financeira, sistemas tributários mais justos, cooperação internacional no combate aos fluxos financeiros ilícitos e maior capacidade dos governos para proteger os investimentos sociais essenciais.

4.2. Gastos militares, conflitos e saúde

Os conflitos armados provocam mortalidade imediata, ferimentos, deslocamentos populacionais e destruição da infraestrutura de saúde. Entre seus efeitos de longo prazo estão a interrupção da vacinação, a insegurança alimentar, os traumas psicológicos, a redução do acesso à educação e a deterioração dos determinantes sociais da saúde.

Os gastos militares também suscitam questionamentos sobre as prioridades concorrentes na alocação dos recursos públicos. No entanto, seria equivocado presumir que cada unidade monetária destinada a gastos militares poderia ser automaticamente redirecionada para a saúde ou que todas as despesas com segurança produzem consequências idênticas. Os países enfrentam diferentes condições de segurança, e os efeitos da realocação de recursos dependem de cada contexto.

Uma abordagem mais útil consiste em examinar se as políticas de segurança reduzem as ameaças à vida humana ou intensificam as condições que geram insegurança. A segurança humana deve abranger não apenas a proteção contra a violência armada, mas também o acesso a serviços essenciais, a liberdade em relação à privação extrema e a preservação dos sistemas ambientais dos quais as sociedades dependem.

Essa compreensão mais ampla é coerente com os esforços do SHEM para estabelecer conexões entre paz, justiça global e equidade sustentável em saúde.

4.3. Tecnologia digital e inteligência artificial

A inteligência artificial e as infraestruturas digitais podem contribuir para melhorar o diagnóstico, a vigilância epidemiológica, a pesquisa científica, a logística e a alocação de recursos de saúde. Também podem reproduzir práticas discriminatórias, concentrar o poder sobre as informações e ampliar a dependência de fornecedores privados quando a propriedade, o acesso e a responsabilização não são adequadamente regulamentados.

A questão central não é saber se a tecnologia é intrinsecamente benéfica ou prejudicial. É preciso perguntar quem a controla, a quais interesses ela atende, quem pode fiscalizar suas decisões e como seus benefícios e riscos são distribuídos.

Quando um pequeno número de empresas controla infraestruturas digitais essenciais, dados e recursos computacionais, suas decisões podem influenciar instituições públicas e serviços essenciais. Quando sistemas automatizados são utilizados para determinar a elegibilidade a benefícios, alocar recursos ou avaliar riscos, a falta de transparência e mecanismos frágeis de responsabilização podem reforçar as desigualdades sociais existentes.

Uma agenda de equidade sustentável em saúde exige, portanto, pesquisa orientada pelo interesse público, avaliação independente, supervisão humana efetiva, proteção de dados, acesso equitativo à infraestrutura digital e mecanismos de responsabilização democrática.

Essas preocupações também reforçam o argumento mais amplo: a distribuição do poder é, em si, um determinante da saúde. O poder econômico, político, militar e digital deve ser avaliado não apenas por sua capacidade de gerar retornos ou ampliar a influência nacional, mas também por seus efeitos sobre as capacidades humanas, a saúde e a integridade ecológica.

5. Para além da divisão convencional entre esquerda e direita

A distinção tradicional entre esquerda e direita continua sendo relevante para compreender as tradições políticas, a disputa eleitoral e as escolhas em matéria de políticas públicas. Os partidos diferem em suas abordagens sobre tributação, serviços públicos, regulamentação do trabalho, mercados, migração, proteção ambiental e papel do Estado.

No entanto, os rótulos ideológicos, por si só, são insuficientes para avaliar se um sistema político promove a equidade sustentável em saúde. Governos que se definem como

progressistas podem manter práticas extrativistas, tolerar níveis excessivos de concentração de riqueza ou deixar de proteger os ecossistemas. Já governos que se definem como conservadores podem adotar políticas que fortaleçam a saúde pública, a coesão social ou a preservação ambiental.

O que importa não é eliminar as diferenças políticas, mas avaliar as políticas concretas e suas consequências.

Um marco comparativo deve examinar, entre outras dimensões:

- A progressividade e a eficácia do sistema tributário.
- A distribuição dos gastos públicos com saúde, educação, habitação e proteção social.
- O acesso a serviços essenciais e as diferenças nos resultados em saúde entre os grupos sociais.
- Os direitos trabalhistas, a segurança de renda e a distribuição do poder econômico.
- A pegada ecológica da produção e do consumo.
- A proteção das liberdades civis e a responsabilização democrática.
- A concentração da propriedade de ativos financeiros e digitais.
- O tratamento dispensado a migrantes e minorias.
- A distribuição dos riscos ambientais entre as populações e as gerações.

Essa abordagem permitiria comparar diferentes governos sem pressupor, de antemão, que a identidade política determina os resultados de suas políticas.

O objetivo seria identificar quais arranjos institucionais e combinações de políticas estão associados a maior equidade, melhores resultados em saúde e menores danos ecológicos, reconhecendo, ao mesmo tempo, a influência da renda nacional, da história, da demografia, da estrutura produtiva e das limitações impostas pelo contexto internacional.

Uma nova ética política partiria da seguinte questão: as instituições econômicas e políticas permitem que as pessoas tenham vidas saudáveis e dignas dentro dos limites ecológicos? Isso não exigiria consenso sobre todos os aspectos da organização econômica. Exigiria um compromisso comum com a redução da privação evitável, a limitação da conversão da riqueza privada em poder sem mecanismos de responsabilização e a proteção das condições necessárias à vida.

6. A contribuição do SHEM: WiSE e Equidade Sustentável em Saúde

O Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde busca ampliar a compreensão e a mensuração da equidade, relacionando o bem-estar humano ao uso justo e sustentável dos recursos disponíveis.

Seu trabalho sobre Bem-Estar em Equidade Sustentável (*Wellbeing in Sustainable Equity* – WiSE) e Equidade Sustentável em Saúde (*Sustainable Health Equity* – SHE) propõe que o desenvolvimento seja avaliado não apenas pela produção econômica, pela renda média ou pela disponibilidade de serviços, mas também pela capacidade das sociedades de transformar os recursos territoriais, as capacidades humanas, as instituições e os bens públicos globais compartilhados em vidas saudáveis e sustentáveis.

Em *Sustainable Health Equity: A Scientific Framework for Strengthening Human Development Drawing on Cuba's Experience and Contemporary Challenges*, é proposto um marco conceitual que considera três dimensões interconectadas: a disponibilidade de recursos, a capacidade de transformá-los e o bem-estar sustentável (Garay, 2026b).

Esse marco conceitual suscita diversas questões relevantes para comparações internacionais:

1. Quais recursos e capacidades estão disponíveis para uma sociedade?
2. Com que eficácia e equidade esses recursos são convertidos em saúde, educação, proteção social e desenvolvimento humano?
3. Os resultados alcançados são ambientalmente sustentáveis e podem ser reproduzidos pelas gerações futuras?

A distinção entre disponibilidade de recursos e capacidade de transformação é importante. Duas sociedades com recursos comparáveis podem alcançar resultados diferentes em saúde devido a diferenças nas instituições públicas, na organização social, no acesso ao conhecimento, na distribuição econômica e nas prioridades políticas.

Por outro lado, uma sociedade com recursos financeiros limitados pode obter avanços importantes em saúde por meio da atenção preventiva, da educação, da participação comunitária e do uso eficaz dos bens públicos. Esses resultados não eliminam as restrições materiais, mas demonstram por que a renda, isoladamente, é uma medida incompleta do desenvolvimento.

A abordagem do SHEM também destaca a necessidade de examinar a sustentabilidade dessas conquistas. O bem-estar humano não pode ser considerado seguro se depender do esgotamento dos recursos ecológicos, da transferência dos custos ambientais para terceiros ou da negação do acesso de outras populações a recursos essenciais.

Esse marco deve ser entendido como uma contribuição ao debate científico em curso, e não como um índice universal plenamente validado. Seus indicadores, parâmetros de referência, métodos de ponderação e aplicações comparativas exigem especificação transparente, testes empíricos e avaliação independente.

O *Atlas Global de Equidade em Saúde* (*Global Health Equity Atlas*) e outras iniciativas relacionadas do SHEM oferecem uma base para aprofundar o trabalho sobre a distribuição das oportunidades de saúde e as consequências evitáveis da iniquidade. Seu valor científico dependerá da clareza dos métodos utilizados, da rastreabilidade dos dados, do tratamento dado às incertezas e da possibilidade de reproduzir os resultados.

Um dos principais objetivos de pesquisa é desenvolver indicadores capazes de distinguir três situações: insuficiência de recursos, distribuição desigual dos recursos disponíveis e limitações institucionais na transformação desses recursos em bem-estar sustentável. Essas condições podem coexistir, mas exigem respostas diferentes.

7. O Sul Global pode abrir novos horizontes?

O Sul Global não constitui uma entidade política ou econômica única. Embora a maioria de seus países tenha passado pela colonização ocidental, o Sul Global reúne países com diferentes níveis de renda, sistemas políticos, instituições sociais e interesses internacionais. Alguns alcançaram avanços significativos na saúde e na educação; outros enfrentam privações

graves, desigualdade ou destruição ambiental. Muitos vivenciam tanto progressos quanto limitações estruturais persistentes.

Ainda assim, os países do Sul Global ocupam uma posição importante nos debates sobre justiça internacional. Suas experiências expõem as limitações dos modelos de desenvolvimento que tratam o alto nível de consumo como uma aspiração universal, ignorando as restrições ecológicas, o acesso desigual aos recursos e a distribuição histórica do poder econômico.

O potencial do Sul Global não deve ser entendido como a substituição de uma hegemonia por outra. Tampouco se deve idealizar o Sul como inerentemente mais equitativo ou sustentável. A oportunidade está na construção de alianças entre países, comunidades e tradições políticas em torno de princípios compartilhados de dignidade humana, equidade em saúde, participação democrática e responsabilidade ecológica.

O Brasil oferece um contexto particularmente relevante para essa discussão, devido à sua dimensão, diversidade social, capacidade científica, experiência em saúde pública e importância ecológica. A Amazônia e outros ecossistemas brasileiros têm relevância global, enquanto as desigualdades sociais do país tornam especialmente decisiva a relação entre desenvolvimento econômico, proteção ambiental e bem-estar da população.

A reeleição de Lula poderia abrir espaço político para iniciativas que priorizem a proteção social, a saúde pública, a cooperação internacional e a preservação ambiental. A concretização desse potencial dependerá das escolhas políticas, das limitações institucionais, das negociações democráticas e dos resultados mensuráveis. O resultado de uma eleição não substitui essa avaliação.

A oportunidade mais ampla consiste em desenvolver a cooperação entre os países do Sul Global, em articulação com parceiros do Norte, em torno de questões práticas: como ampliar o acesso a medicamentos e tecnologias essenciais; como reduzir as restrições fiscais que comprometem os serviços públicos; como proteger as florestas e a biodiversidade, ao mesmo tempo que se melhoram as condições de vida das populações locais; como fortalecer a adaptação às mudanças climáticas; e como garantir que o conhecimento científico esteja a serviço das populações, e não apenas daqueles que podem pagar por ele.

O Sul Global também pode contribuir para uma concepção mais plural de desenvolvimento. Diferentes tradições culturais, conhecimentos indígenas, formas comunitárias de gestão de recursos e experiências de provisão coletiva podem oferecer subsídios para alternativas à ideia de que o bem-estar depende do aumento contínuo do consumo material.

Essas contribuições devem ser avaliadas de maneira crítica e respeitosa. As tradições locais não são automaticamente equitativas, e a autonomia comunitária não elimina a necessidade de direitos universais, mecanismos de responsabilização pública ou proteção contra a discriminação. O objetivo é combinar diferentes formas de conhecimento com evidências científicas e princípios democráticos.

A possível mudança de rumo, portanto, não consiste simplesmente em deslocar geograficamente o centro do poder político. Trata-se de mudar os critérios pelos quais o poder e o desenvolvimento são avaliados.

8. Rumo a uma ética universal de equidade intergeracional

A busca pela equidade sustentável em saúde exige um marco ético que articule os direitos e as necessidades das populações atuais com as condições de vida disponíveis para as gerações futuras.

Diversas tradições filosóficas oferecem contribuições para essa tarefa. A teoria da justiça de John Rawls levanta a questão das instituições justas e das obrigações entre gerações. Hans Jonas enfatiza a responsabilidade pelas consequências das ações humanas a longo prazo. A ética da terra, de Aldo Leopold, amplia a consideração moral para toda a comunidade da vida. Elinor Ostrom demonstra a importância dos arranjos institucionais por meio dos quais as comunidades podem gerir recursos compartilhados. A economia do donut, de Kate Raworth, relaciona uma base social para o bem-estar humano a um teto ecológico.

Essas abordagens partem de pressupostos e métodos diferentes, mas cada uma contribui para questionar a ideia de que o desempenho econômico pode ser avaliado independentemente da justiça social e dos limites ecológicos.

Outra questão ética relacionada diz respeito à relação entre a dignidade humana e a natureza. O direito à saúde é indissociável do acesso ao ar limpo, à água potável, à alimentação adequada, à moradia segura e a um meio ambiente habitável. Proteger essas condições exige mais do que responsabilidade individual: requer instituições coletivas capazes de regulamentar a atividade econômica, prevenir danos ambientais e distribuir os recursos de maneira justa.

Uma possível contribuição seria elaborar uma *declaração internacional que reconheça o direito das gerações presentes e futuras de viver em harmonia com a natureza, entendida como uma comunidade da vida que inclui os seres humanos*. Isso daria continuidade aos marcos internacionais já existentes nas áreas dos direitos humanos e do meio ambiente, sem pressupor que um direito autônomo tão abrangente já seja universalmente reconhecido pelo direito internacional.

Essa declaração poderia estabelecer princípios como:

- Acesso universal às condições materiais necessárias a uma vida digna e saudável.
- Proteção dos ecossistemas e da biodiversidade como fundamentos do bem-estar presente e futuro.
- Distribuição justa dos benefícios e dos ônus da atividade econômica.
- Responsabilidade pelas consequências de longo prazo e transfronteiriças das decisões públicas e privadas.
- Responsabilização democrática e transparência em relação à concentração do poder econômico, financeiro, militar e digital.
- Proteção contra a discriminação, os deslocamentos forçados e a privação evitável.
- Cooperação internacional em pesquisa, descoberta e provisão equitativa de bens públicos essenciais.
- Respeito à diversidade cultural, à autonomia local e aos direitos humanos universais.

As Nações Unidas poderiam oferecer um espaço essencial para promover essa agenda. No entanto, a reforma institucional precisaria abordar tanto a representatividade quanto a responsabilização. Maior representação das regiões sub-representadas, a abolição do anacrônico e antidemocrático poder de veto de poucos países, mecanismos mais sólidos de

proteção das gerações futuras, maior cooperação tributária internacional e uma supervisão mais eficaz dos riscos transnacionais poderiam contribuir para fortalecer a governança global.

A reforma não deveria criar uma autoridade central sem mecanismos de responsabilização. As instituições globais deveriam funcionar por meio de estruturas democráticas, transparentes e multiníveis, que preservassem a participação local e, ao mesmo tempo, enfrentassem problemas que nenhum país é capaz de resolver isoladamente.

A questão das fronteiras exige o mesmo cuidado. As instituições nacionais continuam desempenhando papéis importantes na responsabilização democrática, na proteção social e na prestação de serviços públicos. No entanto, as circunstâncias desiguais do nascimento, os sistemas restritivos de migração e a distribuição desigual das oportunidades globais suscitam profundas questões de justiça.

Uma abordagem gradual poderia fortalecer a proteção dos direitos dos migrantes, ampliar as vias de migração seguras e regulares, reduzir as restrições arbitrárias ao acesso a serviços essenciais e desenvolver acordos internacionais que distribuam as responsabilidades de maneira mais justa. A aspiração de longo prazo seria um mundo em que as fronteiras perdessem sua força restritiva e o local de nascimento impusesse menos limitações — ou nenhuma limitação injustificada — ao acesso à dignidade, à saúde e às oportunidades, preservando-se, ao mesmo tempo, a diversidade cultural e o autogoverno democrático. De certa forma, *os direitos universais são incompatíveis com fronteiras nacionais artificiais que restrinjam ou filtrem o fluxo natural de pessoas, conhecimentos, bens e meios.*

9. Dos princípios à mudança mensurável

Os compromissos éticos precisam se traduzir em indicadores, políticas e instituições capazes de demonstrar se há avanços efetivos.

Uma agenda de pesquisa orientada pelas contribuições do SHEM poderia desenvolver um marco de Equidade Intergeracional Sustentável (*Sustainable Intergenerational Equity*), que avaliasse a relação entre disponibilidade de recursos, distribuição, resultados em saúde e sustentabilidade ecológica.

Esse marco poderia incluir os seguintes domínios:

Justiça econômica: concentração de renda e riqueza, progressividade tributária, receitas públicas, encargos com o serviço da dívida e acesso a bens essenciais.
Equidade em saúde: expectativa de vida, expectativa de vida saudável, mortalidade evitável, mortalidade infantil, proteção financeira e diferenças nos resultados em saúde entre grupos socioeconômicos.
Bases sociais: nutrição, habitação, educação, água, saneamento, proteção social e emprego seguro.
Sustentabilidade ecológica: emissões de gases de efeito estufa, consumo de recursos materiais, pegada ecológica, qualidade do ar, proteção da biodiversidade e exposição a riscos climáticos.
Condições democráticas e institucionais: liberdades civis, responsabilização pública, participação, mecanismos de controle da corrupção e concentração do poder financeiro e digital.

Responsabilidade intergeracional: investimentos públicos no desenvolvimento de capacidades futuras, passivos ecológicos, riscos à saúde a longo prazo e distribuição de benefícios e custos entre as gerações.

O objetivo não seria condensar todas as dimensões do desenvolvimento humano em uma única pontuação sem justificativa adequada. Índices compostos, como o indicador do ônus das iniquidades em saúde e o índice de bem-estar em equidade sustentável, podem ser úteis para fins de comunicação e comparação, mas podem ocultar importantes contrapartidas, pressupostos metodológicos e desigualdades existentes dentro dos países.

Um marco robusto deve, portanto, divulgar seus indicadores e fontes de dados, explicar como as informações ausentes são tratadas, testar a sensibilidade dos resultados a diferentes métodos de ponderação e apresentar resultados desagregados juntamente com qualquer medida composta.

Pesquisas comparativas poderiam examinar se os países que reduzem as desigualdades econômicas, fortalecem os serviços públicos e protegem os ecossistemas alcançam melhores resultados em saúde em relação aos recursos de que dispõem. Essas pesquisas deveriam levar em conta as diferenças de renda, demografia, estrutura produtiva, exposição a conflitos, trajetória institucional e restrições econômicas externas.

As análises longitudinais ajudariam a distinguir correlação de efeitos causais. Sempre que possível, os pesquisadores deveriam avaliar mudanças específicas nas políticas públicas, comparar populações pertinentes e verificar se as melhorias na saúde são acompanhadas por reduções na pressão ecológica.

O marco também poderia ser aplicado em nível comunitário. Iniciativas que envolvam soberania alimentar, saúde preventiva, recursos compartilhados, energias renováveis, redes de cuidado e governança participativa podem oferecer contextos práticos para testar como diferentes formas de organização social contribuem para o bem-estar sustentável.

Essas experiências não podem substituir as instituições públicas nem os sistemas universais de proteção social. Podem, entretanto, gerar conhecimento sobre formas complementares de cooperação e demonstrar como os princípios éticos podem ser traduzidos em práticas cotidianas.

O objetivo final é tornar a equidade sustentável passível de avaliação empírica: determinar não apenas se as sociedades se tornam mais ricas, mas também se seus recursos produzem vidas mais saudáveis, se os benefícios são compartilhados de maneira justa e se essas conquistas podem ser mantidas sem comprometer as condições de vida em outros lugares ou no futuro.

10. Conclusão: uma possível mudança de rumo, não um futuro predeterminado

A reeleição de Lula cria uma oportunidade para reconsiderar a contribuição que o Brasil e outros países do Sul Global poderiam oferecer aos debates internacionais sobre justiça econômica, equidade em saúde e sustentabilidade ecológica. Ela não demonstra que uma nova orientação global já tenha começado, tampouco garante que as políticas brasileiras resolverão as contradições estruturais aqui discutidas.

A importância deste momento está nas questões que ele permite colocar. É possível direcionar os recursos econômicos de maneira mais eficaz para a saúde, a educação e a proteção

social? É possível submeter a inovação financeira e tecnológica a uma governança orientada pelo interesse público? É possível melhorar as condições materiais de vida por meio do desenvolvimento sem reproduzir a destruição ecológica? As instituições internacionais podem distribuir responsabilidades e poder de decisão de maneira mais justa? E os movimentos políticos podem construir formas de cooperação que ultrapassem as divisões ideológicas estabelecidas, sem abrir mão da responsabilização democrática nem da análise das desigualdades?

O Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde oferece um dos marcos conceituais possíveis para enfrentar essas questões. Ao relacionar a disponibilidade de recursos, a capacidade de transformá-los em bem-estar humano, a distribuição dos resultados em saúde e a sustentabilidade ecológica do desenvolvimento, o SHEM busca ampliar os critérios utilizados pelas sociedades para avaliar o progresso.

O desafio não é substituir uma hegemonia política ou geográfica por outra. É criar instituições e formas de organização social que limitem a concentração de poder sem mecanismos de responsabilização, garantam a todos o acesso às condições necessárias a uma vida digna e protejam as bases ecológicas da saúde para as gerações presentes e futuras.

O Sul Global poderia contribuir significativamente para essa transformação, não reivindicando superioridade moral, mas ajudando a construir alianças fundamentadas em evidências compartilhadas, pluralidade de conhecimentos, participação democrática e cooperação prática. A mesma responsabilidade cabe às sociedades do Norte Global e aos movimentos, às instituições e às comunidades de todas as partes do mundo.

Uma nova ética do desenvolvimento humano partiria de um princípio simples, mas exigente: a prosperidade de uma população não deve depender da privação evitável em outras partes do mundo, e o bem-estar da geração atual não deve ser assegurado à custa da destruição das possibilidades de vida daqueles que virão depois de nós.

A mudança decisiva, portanto, não será medida apenas por eleições ou declarações, mas também pela capacidade de proporcionar às pessoas vidas mais longas e saudáveis, reduzir as desigualdades de oportunidades e a mortalidade evitável, diminuir os danos ecológicos e tornar o poder mais sujeito à responsabilização perante as comunidades cujas vidas ele influencia.

A vitória de Lula pode representar uma entre várias oportunidades de mudança. Sua contribuição para uma transformação mais ampla dependerá da capacidade de pessoas, instituições e movimentos de todo o mundo de converter os princípios da equidade sustentável em mudanças concretas, mensuráveis e duradouras.

Referências

Garay, J. (2026a). *Debt, Financial Speculation and Artificial Intelligence: The Emerging Architecture of Inequity*. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2026/10/debt-financial-speculation-and-artificial-intelligence-the-emerging-architecture-of-inequity/

Garay, J. (2026b). *Sustainable Health Equity: A Scientific Framework for Strengthening Human Development Drawing on Cuba's Experience and Contemporary Challenges*. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2026/07/

Garay, J. (2026c). *A New Horizon: From Broken Systems to Living Communities*. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2026/05/a-new-horizon-from-broken-systems-to-living-communities/

Garay, J. (2026d). *The Health, Equity, Peace, and Planetary Value of "Unplugging": Cortisol Dysregulation as a Biological "Plug-Indicator" of Immersion in Extractive Systems*. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2026/05/16138/

Garay, J. (2026e). *The Progressive Power of Data and Algorithms, and Their Effect on Human Life Loss Due to Geopolitical Tensions, Military Spending, and Global Injustice*. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. See the author's 2026 publications at https://www.peah.it/

Jonas, H. (1984). *The Imperative of Responsibility: In Search of an Ethics for the Technological Age*. University of Chicago Press. (Original work published in German in 1979.)

Leopold, A. (1949). *A Sand County Almanac, and Sketches Here and There*. Oxford University Press.

Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press.

Rawls, J. (1971). *A Theory of Justice*. Harvard University Press.

Raworth, K. (2017). *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*. Chelsea Green Publishing.

Tribunal Superior Eleitoral. (2026, October 26). *Presidente do TSE anuncia reeleição de Lula e faz balanço do 2º turno das Eleições 2026*. https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-reeleicao-de-lula-e-faz-balanco-do-2o-turno-das-eleicoes-2026

United Nations Environment Programme. (2025). *Emissions Gap Report 2025: Off Target—Continued Collective Inaction Puts Global Temperature Goal at Risk*. Nairobi: UNEP. https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2025

World Inequality Lab. (2026). *World Inequality Report 2026*. https://wir2026.wid.world/insight/executive-summary/

World Health Organization. (2025). *Social determinants of health*. https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/social-determinants-of-health

World Health Organization. (2025). *World Report on Social Determinants of Health Equity*. https://www.who.int/teams/social-determinants-of-health/equity-and-health/world-report-on-social-determinants-of-health-equity

As armadilhas do chamado sistema democrático da principal potência política, econômica e militar do mundo: os Estados Unidos sob a perspectiva da Equidade Sustentável em Saúde

Las trampas del llamado sistema democrático de la principal potencia política, económica y militar del mundo: Estados Unidos desde la perspectiva de la equidad sostenible en salud

The pitfalls of the so-called democratic system of the world's leading political, economic, and military power: the United States from the perspective of Sustainable Equity in Health

Juan Garay

Resumo: A democracia é comumente definida como um sistema de governo baseado na soberania popular, na participação política, em eleições livres e justas, nos direitos fundamentais, no Estado de Direito e na prestação de contas à sociedade. No entanto, esses princípios institucionais não garantem necessariamente igualdade de oportunidades para influenciar as decisões políticas, acesso equitativo às condições necessárias à dignidade humana ou responsabilização pelas consequências do exercício do poder nacional para além das fronteiras territoriais. Este artigo examina os Estados Unidos, a principal potência militar do mundo e um dos seus mais importantes atores políticos, econômicos e financeiros, à luz do referencial da Equidade Sustentável em Saúde. Analisa as contradições entre a igualdade política formal e as desigualdades na capacidade efetiva de influência, decorrentes do financiamento de campanhas eleitorais, da concentração de riqueza, das estruturas partidárias, do acesso às candidaturas, da comunicação política e da participação eleitoral. Em seguida, aborda a relação entre desigualdade econômica, gastos com saúde e saúde da população, recorrendo a comparações com o Japão, a Grécia e o Sri Lanka. Por fim, examina as consequências internacionais do poder dos Estados Unidos, considerando os gastos militares, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, as sanções econômicas, a política comercial, o papel internacional do dólar e as infraestruturas de informação financeira. O artigo situa-se no contexto posterior às eleições legislativas de meio de mandato dos Estados Unidos, realizadas em novembro de 2026, nas quais os democratas conquistaram o controle das duas casas do Congresso. Esse resultado demonstra que a competição eleitoral continua sendo capaz de impor responsabilização política. No entanto, a alternância no controle do Poder Legislativo não necessariamente transforma a distribuição estrutural da influência política e econômica. Uma das principais contribuições do artigo é a proposta de uma Democracia de Equidade Sustentável, fundamentada em princípios éticos de igual valor de todos os seres humanos, justiça, bem comum, dignidade mínima, participação equitativa, solidariedade, responsabilização, responsabilidade intergeracional e respeito aos limites planetários. A discussão filosófica recorre à concepção platônica de bem comum, reconhecendo, ao mesmo tempo, as limitações históricas de seu modelo político. A ciência planetária contemporânea acrescenta um imperativo ético: o Planetary Health Check de 2026 informa que sete dos nove limites planetários já foram ultrapassados. O artigo argumenta que a democracia não pode ser avaliada

adequadamente apenas com base nos procedimentos eleitorais e nos direitos constitucionais. Sua legitimidade substantiva também deve ser avaliada de acordo com a justiça na distribuição do poder, dos recursos, das oportunidades de saúde e das responsabilidades ecológicas, bem como com sua capacidade de proteger a dignidade e a liberdade das gerações presentes e futuras.

Palavras-chave: Equidade Sustentável em Saúde; democracia; representação política; desigualdade econômica; Estados Unidos; determinantes sociais da saúde; governança global; limites planetários; ética política; equidade em saúde.

Resumen: *La democracia se define comúnmente como un sistema de gobierno basado en la soberanía popular, la participación política, las elecciones libres y justas, los derechos fundamentales, el Estado de derecho y la rendición de cuentas ante la sociedad. Sin embargo, estos principios institucionales no garantizan necesariamente la igualdad de oportunidades para influir en las decisiones políticas, el acceso equitativo a las condiciones necesarias para la dignidad humana ni la rendición de cuentas por las consecuencias del ejercicio del poder nacional más allá de las fronteras territoriales. Este artículo analiza a Estados Unidos, la principal potencia militar del mundo y uno de sus actores políticos, económicos y financieros más importantes, a la luz del marco de referencia de la Equidad Sostenible en Salud. Analiza las contradicciones entre la igualdad política formal y las desigualdades en la capacidad efectiva de influencia, derivadas del financiamiento de las campañas electorales, la concentración de la riqueza, las estructuras partidarias, el acceso a las candidaturas, la comunicación política y la participación electoral. A continuación, aborda la relación entre la desigualdad económica, el gasto en salud y la salud de la población, recurriendo a comparaciones con Japón, Grecia y Sri Lanka. Por último, examina las consecuencias internacionales del poder de Estados Unidos, tomando en cuenta el gasto militar, el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, las sanciones económicas, la política comercial, el papel internacional del dólar y las infraestructuras de información financiera. El artículo se sitúa en el contexto posterior a las elecciones legislativas de mitad de mandato de Estados Unidos, celebradas en noviembre de 2026, en las que los demócratas obtuvieron el control de ambas cámaras del Congreso. Este resultado demuestra que la competencia electoral sigue siendo capaz de imponer la rendición de cuentas política. Sin embargo, la alternancia en el control del Poder Legislativo no transforma necesariamente la distribución estructural de la influencia política y económica. Una de las principales contribuciones del artículo es la propuesta de una «Democracia de Equidad Sostenible», basada en principios éticos como la igualdad de valor de todos los seres humanos, la justicia, el bien común, la dignidad mínima, la participación equitativa, la solidaridad, la rendición de cuentas, la responsabilidad intergeneracional y el respeto a los límites planetarios. La discusión filosófica recurre a la concepción platónica del bien común, reconociendo, al mismo tiempo, las limitaciones históricas de su modelo político. La ciencia planetaria contemporánea añade un imperativo ético: el Planetary Health Check de 2026 indica que ya se han rebasado siete de los nueve límites planetarios. El artículo sostiene que la democracia no puede evaluarse adecuadamente basándose únicamente en los procedimientos electorales y los derechos constitucionales. Su legitimidad sustantiva también debe evaluarse en función de la justicia en la distribución del poder, los recursos, las oportunidades de salud y las responsabilidades ecológicas, así como de su capacidad para proteger la dignidad y la libertad de las generaciones presentes y futuras.*

***Palabras clave**: Equidad sostenible en salud; democracia; representación política; desigualdad económica; Estados Unidos; determinantes sociales de la salud; gobernanza global; límites planetarios; ética política; equidad en salud.*

***Abstract:** Democracy is commonly defined as a system of government based on popular sovereignty, political participation, free and fair elections, fundamental rights, the rule of law, and accountability to society. However, these institutional principles do not necessarily guarantee equal opportunities to influence political decisions, equitable access to the conditions necessary for human dignity, or accountability for the consequences of the exercise of national power beyond territorial borders. This article examines the United States—the world's leading military power and one of its most important political, economic, and financial actors—in light of the framework of Sustainable Health Equity. It analyzes the contradictions between formal political equality and inequalities in effective capacity to influence, stemming from campaign finance, the concentration of wealth, party structures, access to candidacy, political communication, and voter turnout. It then addresses the relationship between economic inequality, health care spending, and public health, drawing on comparisons with Japan, Greece, and Sri Lanka. Finally, it examines the international consequences of U.S. power, considering military spending, the United Nations Security Council, economic sanctions, trade policy, the international role of the dollar, and financial information infrastructures. The article is set against the backdrop of the U.S. midterm congressional elections held in November 2026, in which the Democrats won control of both houses of Congress. This result demonstrates that electoral competition remains capable of enforcing political accountability. However, a shift in control of the legislative branch does not necessarily transform the structural distribution of political and economic influence. One of the article's main contributions is the proposal for a Sustainable Equity Democracy, grounded in ethical principles of the equal value of all human beings, justice, the common good, minimum dignity, equitable participation, solidarity, accountability, intergenerational responsibility, and respect for planetary boundaries. The philosophical discussion draws on the Platonic conception of the common good, while acknowledging the historical limitations of his political model. Contemporary planetary science adds an ethical imperative: the 2026 Planetary Health Check reports that seven of the nine planetary boundaries have already been exceeded. The article argues that democracy cannot be adequately assessed solely on the basis of electoral procedures and constitutional rights. Its substantive legitimacy must also be evaluated in terms of the fairness of the distribution of power, resources, health opportunities, and ecological responsibilities, as well as its ability to protect the dignity and freedom of present and future generations.*

***Keywords:** Sustainable Health Equity; democracy; political representation; economic inequality; United States; social determinants of health; global governance; planetary boundaries; political ethics; health equity.*

1. Introdução: o que deve significar democracia no século XXI?

A democracia é um dos ideais políticos mais influentes das sociedades modernas. Sua legitimidade repousa no princípio de que a autoridade política emana do povo, e não de privilégios hereditários, de um poder imposto ou do exercício arbitrário do poder por indivíduos e instituições.

Em sua forma constitucional contemporânea, a democracia é geralmente associada à soberania popular, ao sufrágio universal e igualitário, a eleições livres e justas, ao pluralismo político, à liberdade de expressão e de associação, ao Estado de Direito, à proteção dos direitos fundamentais e à responsabilização das autoridades públicas. Esses princípios são indispensáveis. Sem eles, a capacidade dos cidadãos de exercer sua autonomia política, contestar o poder e influenciar as decisões coletivas fica severamente limitada.

No entanto, permanece uma questão essencial: essas garantias institucionais são suficientes para tornar uma sociedade verdadeiramente democrática?

O princípio de um voto por pessoa estabelece a igualdade política formal nas urnas. Mas não estabelece necessariamente igualdade na capacidade de influenciar quais candidatos chegam a estar disponíveis para escolha, quais temas predominam no debate público, quais interesses moldam a legislação ou quais grupos se beneficiam das políticas públicas. Tampouco garante que todas as pessoas disponham de educação, segurança, saúde, tempo, informação e recursos materiais necessários para exercer seus direitos políticos de maneira efetiva.

Uma pessoa que vive em situação de pobreza, com emprego precário, moradia inadequada, problemas de saúde ou acesso limitado a informações confiáveis — ou sem capacidade de analisar criticamente informações não confiáveis — pode, formalmente, usufruir dos mesmos direitos políticos que um bilionário, um executivo de uma grande empresa ou um importante financiador de campanhas eleitorais. No entanto, sua capacidade prática de influenciar as decisões públicas pode ser profundamente diferente.

Essa distinção entre igualdade formal e igualdade substantiva é fundamental para compreender as limitações da democracia eleitoral contemporânea.

Outra limitação surge quando a democracia é considerada apenas dentro das fronteiras nacionais. As decisões tomadas por governos poderosos podem afetar profundamente pessoas que vivem em outros países e que não dispõem de voto, representação ou mecanismos diretos de responsabilização nas instituições que tomam essas decisões. Intervenções militares, sanções econômicas, restrições comerciais, políticas financeiras e acordos institucionais internacionais podem influenciar a disponibilidade de alimentos, medicamentos, empregos, receitas públicas e serviços essenciais em sociedades cujas populações não têm voz direta nas decisões em questão.

A questão democrática, portanto, vai além da relação entre os governos e seus próprios cidadãos. Ela também diz respeito à responsabilização dos Estados e das instituições poderosas perante as pessoas afetadas por suas ações no plano internacional.

1.1. Em direção a uma definição substantiva e equitativa de democracia

Para os fins deste artigo, entende-se democracia como: *Um sistema de autogoverno coletivo no qual todas as pessoas têm direitos políticos iguais e oportunidades efetivas de participar, influenciar e exigir a responsabilização pelas decisões que afetam suas vidas, no âmbito de instituições que protejam as liberdades fundamentais, assegurem a distribuição equitativa do poder e dos recursos e preservem as condições sociais e ecológicas necessárias para que as gerações presentes e futuras vivam com dignidade.*

Trata-se de uma definição normativa proposta para fins de análise, e não da afirmação de que o direito internacional ou as teorias democráticas existentes tenham adotado uma formulação única equivalente.

Essa definição preserva os fundamentos institucionais essenciais da democracia, ao mesmo tempo que amplia os critérios de sua avaliação para incluir as condições necessárias à sua concretização na prática.

Dessa definição decorrem cinco dimensões interligadas:

1. **Igualdade política:** direitos iguais de votar, candidatar-se a cargos eletivos, organizar-se, expressar opiniões e participar das decisões públicas, sem discriminação ou obstáculos indevidos.
2. **Equidade na capacidade efetiva de influência:** mecanismos de proteção contra a conversão desproporcional da riqueza, dos privilégios institucionais, do poder corporativo ou do controle dos meios de comunicação em influência política.
3. **Equidade em dignidade e oportunidades:** acesso às condições materiais, educacionais, sociais e de saúde que permitam às pessoas exercer suas liberdades e participar da sociedade em condições de igualdade.
4. **Responsabilização para além das fronteiras nacionais:** responsabilidade pelas consequências de decisões nacionais e internacionais que afetam populações que podem não estar representadas nas instituições que as tomam.
5. **Responsabilidade intergeracional e ecológica:** proteção dos sistemas ambientais e dos recursos compartilhados dos quais dependem a saúde, a liberdade e a dignidade das gerações presentes e futuras.

Essas dimensões não pressupõem que todas as pessoas devam ter a mesma renda, opiniões políticas idênticas ou condições sociais iguais. Exigem, porém, que as diferenças de riqueza e status não se transformem em instrumentos por meio dos quais algumas pessoas adquiram controle desproporcional sobre as decisões coletivas ou privem outras das condições necessárias a uma vida digna.

Nessa concepção mais abrangente, a democracia não se resume ao direito de escolher quem governa. Ela também compreende a capacidade de influenciar as ações dos governos, a distribuição equitativa dos benefícios e dos ônus das decisões públicas e a responsabilização daqueles que exercem o poder perante todas as pessoas afetadas por suas decisões.

1.2. Por que a Equidade Sustentável em Saúde é central para a democracia

A equidade em saúde oferece uma perspectiva particularmente relevante para avaliar a qualidade substantiva dos sistemas democráticos.

A saúde, aspiração mais valorizada por todas as culturas e em todas as épocas, não é determinada exclusivamente pelos serviços médicos ou pelo comportamento individual. Ela é moldada pelas condições em que as pessoas nascem, crescem, aprendem, trabalham, vivem e envelhecem, bem como pelo acesso que têm ao poder, ao dinheiro e aos recursos. O trabalho da Organização Mundial da Saúde sobre os determinantes sociais da equidade em saúde reforça a importância dessas condições estruturais na produção de diferenças evitáveis e injustas nos níveis de saúde e na expectativa de vida.

As instituições políticas influenciam esses determinantes por meio de decisões relativas à tributação, ao emprego, à educação, à moradia, à proteção social, à assistência à saúde, aos sistemas alimentares, à regulação ambiental, ao investimento público e às relações internacionais.

Consequentemente, a distribuição da influência política pode se tornar um determinante da distribuição das condições de saúde.

O referencial da Equidade Sustentável em Saúde articula essas relações a uma concepção mais ampla de desenvolvimento humano. Ele questiona se as sociedades oferecem os recursos e as condições necessários para que todas as pessoas vivam com dignidade, se os benefícios do desenvolvimento são distribuídos de forma equitativa e se a acumulação e o consumo excessivos comprometem os direitos de outras pessoas ou os fundamentos ecológicos da vida, devendo, portanto, ser limitados.

Essa perspectiva questiona a premissa de que o crescimento econômico, a riqueza nacional ou o poderio militar sejam indicadores suficientes de progresso social. Um país pode dispor de imensos recursos financeiros e tecnológicos e, ao mesmo tempo, manter profundas desigualdades no acesso à assistência à saúde, à moradia, à educação e à influência política.

Da mesma forma, um país pode exercer considerável poder internacional e utilizá-lo de maneiras que restrinjam as escolhas econômicas, a autonomia política ou as oportunidades de saúde de outras populações.

A Equidade Sustentável em Saúde, portanto, introduz uma questão fundamental na avaliação da democracia:

Em que medida o sistema político transforma os recursos coletivos e o poder de decisão em oportunidades equitativas de saúde, dignidade, participação e bem-estar sustentável?

1.3. Os Estados Unidos como estudo de caso após as eleições legislativas de meio de mandato de 2026

Os Estados Unidos constituem um caso particularmente relevante para esta análise.

O país possui um sistema eleitoral competitivo, garantias constitucionais, uma sociedade civil expressiva, instituições de comunicação poderosas e mecanismos de fiscalização pública e contestação política. Essas características são importantes e devem ser reconhecidas.

Ao mesmo tempo, o país é a principal potência militar do mundo, uma das maiores economias globais, um ator central nos mercados financeiros internacionais e um dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com poder de veto. Suas decisões internas e internacionais têm, portanto, consequências que ultrapassam em muito suas fronteiras nacionais.

As eleições legislativas de meio de mandato, realizadas em 3 de novembro de 2026, oferecem um contexto oportuno para examinar essas questões. O resultado divulgado foi uma expressiva vitória democrata, com a conquista do controle das duas casas do Congresso. Os democratas conquistaram pelo menos sete cadeiras adicionais no Senado e mais de duas dezenas de distritos eleitorais na Câmara dos Representantes, estabelecendo um novo contrapeso legislativo ao governo do presidente Donald Trump.

A Associated Press informou que a insatisfação dos eleitores com o custo de vida, a inflação, a guerra no Irã e as preocupações com a corrupção contribuíram para o contexto eleitoral. Esses fatores devem ser considerados explicações divulgadas e resultados de pesquisas, e não uma explicação causal completa das decisões individuais de voto.

As estimativas preliminares de comparecimento às urnas indicaram aproximadamente 124,3 milhões de votos, demonstrando uma mobilização eleitoral expressiva em comparação com anos anteriores, embora isso correspondesse a apenas cerca de 50% dos adultos com direito a voto. Na época da elaboração deste manuscrito, os números definitivos de comparecimento e os resultados de algumas disputas eleitorais ainda dependiam dos procedimentos habituais de apuração e certificação.

As eleições demonstram que a competição eleitoral pode oferecer um mecanismo efetivo para que os cidadãos expressem sua insatisfação e alterem a correlação de forças nas instituições. No entanto, uma mudança no controle do Poder Legislativo não necessariamente transforma as desigualdades estruturais relacionadas ao financiamento político, à concentração econômica, ao acesso aos tomadores de decisão ou ao exercício do poder internacional.

A questão central, portanto, não é simplesmente qual partido vence as eleições, mas se as instituições e políticas que delas decorrem contribuem para uma participação política mais equitativa, para a dignidade humana, para a saúde e para a sustentabilidade ecológica.

1.4. Objetivo e questões de pesquisa

O artigo aborda cinco questões principais:

1. Em que medida o sistema eleitoral e partidário dos Estados Unidos oferece oportunidades equitativas para que os cidadãos influenciem as decisões políticas?
2. Como a concentração econômica e o acesso desigual aos recursos políticos afetam a representação e a responsabilização pública?
3. O que as comparações entre gastos com saúde e expectativa de vida revelam sobre a relação entre riqueza nacional e bem-estar da população?
4. De que maneira o exercício do poder político, militar, econômico e financeiro dos Estados Unidos no cenário internacional afeta a autonomia, o desenvolvimento e as oportunidades de saúde de outras populações?
5. Quais princípios éticos e dimensões mensuráveis seriam necessários para avaliar e fortalecer a democracia a partir do referencial da Equidade Sustentável em Saúde?

A hipótese central é que a democracia eleitoral permanece incompleta quando a igualdade política formal coexiste com profundas desigualdades na capacidade efetiva de influência, nas condições materiais necessárias a uma vida digna e na possibilidade de participar da definição de decisões que afetam o bem-estar humano e planetário.

2. Fundamentos éticos da Democracia de Equidade Sustentável

Uma concepção substantiva de democracia exige fundamentos éticos. Sem princípios explícitos, a equidade pode se tornar uma aspiração vaga, enquanto os indicadores podem medir o desempenho institucional sem esclarecer os valores a partir dos quais esse desempenho deve ser avaliado.

O referencial proposto para a Democracia de Equidade Sustentável fundamenta-se em oito princípios éticos que se reforçam mutuamente.

2.1. Igual valor moral e igual consideração política

Todo ser humano possui igual valor moral. As instituições políticas devem, portanto, reconhecer que todas as pessoas merecem igual consideração, proteção e oportunidades de participar das decisões coletivas.

Esse princípio não se satisfaz apenas com a concessão formal do direito ao voto. Exige que as instituições impeçam que a riqueza, a posição social, o gênero, a etnia, a deficiência, as oportunidades educacionais ou outras circunstâncias se transformem em obstáculos injustos à participação política e à expressão de suas vozes.

O igual valor moral não pressupõe resultados idênticos em todas as dimensões da vida. Exige, porém, que as desigualdades não privem as pessoas de seus direitos fundamentais nem de sua capacidade de participar em condições de igualdade.

2.2. Justiça e bem comum: a contribuição de Platão

Os fundamentos éticos da democracia podem ser relacionados às discussões filosóficas clássicas sobre a justiça.

No Livro IV de *A República*, Platão apresenta o argumento de que a finalidade de uma cidade justa não deve ser tornar excepcionalmente feliz um grupo específico, mas permitir que a cidade como um todo prospere. Na tradução de David Horan, Sócrates explica que a cidade está sendo fundada não para privilegiar um grupo, mas para que “a cidade inteira seja tão feliz quanto lhe for possível” (Platão, *A República*, 420b).

Platão também discute os perigos da riqueza e da pobreza excessivas, argumentando que ambas podem comprometer a coesão e a unidade da cidade (*A República*, 421d–422a).

Esses argumentos oferecem um ponto de partida ético valioso: a legitimidade da organização política deve ser avaliada em função do bem-estar da comunidade como um todo, e não apenas da prosperidade ou do poder de uma minoria privilegiada.

Entretanto, a filosofia política de Platão era hierárquica e excluía muitas pessoas da cidadania política, entre elas uma parcela expressiva dos escravizados da época. Portanto, não deve ser apresentada como uma formulação precursora da igualdade democrática contemporânea. O presente referencial retoma sua preocupação com a justiça e o bem comum, mas fundamenta a igualdade de direitos políticos nos princípios modernos da dignidade humana, da cidadania universal e dos direitos humanos.

A implicação contemporânea é que as estruturas políticas e econômicas devem ser avaliadas de acordo com sua contribuição para o bem-estar da sociedade como um todo, em vez de permitir que os interesses de grupos poderosos dominem as prioridades coletivas.

2.3. Dignidade mínima e distribuição equitativa dos recursos

A justiça exige mais do que direitos formais iguais. Exige que todas as pessoas tenham acesso às condições materiais e sociais mínimas necessárias para uma vida digna.

Entre essas condições estão alimentação adequada, água potável, moradia, saneamento, educação, assistência à saúde, energia, segurança e oportunidades de participação efetiva na sociedade.

O referencial da Equidade Sustentável em Saúde define o espaço de equidade econômica entre um patamar mínimo de dignidade e níveis de acumulação ou consumo excessivos, que podem comprometer a dignidade e as oportunidades de outras pessoas.

Esse princípio não constitui um argumento contra todas as diferenças de renda ou riqueza nem em favor do igualitarismo. Trata-se de um argumento ético contra estruturas nas quais a privação extrema coexiste com a acumulação excessiva, enquanto os recursos e as capacidades produtivas necessários para garantir condições básicas de dignidade permanecem distribuídos de maneira insuficiente.

O princípio da suficiência combina-se, portanto, com o princípio da equidade: as sociedades devem garantir a todos um patamar mínimo de vida digna, assegurando, ao mesmo tempo, que a busca por riqueza adicional não produza privações injustas nem danos ecológicos.

2.4. Equidade na participação política efetiva

Um sistema democrático deve proteger a capacidade das pessoas de influenciar as decisões, e não apenas seu direito de depositar um voto na urna.

Isso exige condições justas de acesso às candidaturas, transparência no financiamento de campanhas, responsabilização nas atividades de lobby, pluralismo nos meios de comunicação, acesso a informações confiáveis e oportunidades de participação entre as eleições.

Exige também atenção aos recursos desigualmente distribuídos que condicionam a comunicação política e o debate público.

O princípio em questão é o da igualdade política efetiva: nenhum indivíduo, empresa ou grupo de interesse organizado deve poder converter seu poder econômico em controle desproporcional sobre as decisões coletivas sem transparência e responsabilização.

2.5. Solidariedade e responsabilidade para além das fronteiras nacionais

As consequências das decisões políticas frequentemente ultrapassam as populações representadas pelas instituições que as tomam.

Sanções econômicas, operações militares, restrições comerciais, regulamentações financeiras e políticas climáticas podem afetar a saúde, os meios de subsistência e a autonomia política de pessoas em outros países.

Uma concepção ética de democracia deve, portanto, incluir a responsabilidade perante as populações afetadas pelas decisões nacionais, mesmo quando elas não possuem cidadania ou direito a voto no país em questão.

Esse princípio exige solidariedade internacional, avaliações transparentes de impacto e mecanismos que permitam ouvir e proteger as populações afetadas.

2.6. Justiça intergeracional e responsabilidade pelas gerações futuras

As decisões democráticas não devem transferir às gerações futuras encargos sociais, financeiros ou ecológicos que poderiam ser evitados.

Os interesses das pessoas que ainda não podem votar devem ser considerados nas decisões relativas à dívida pública, à extração de recursos naturais, à política climática, à biodiversidade, à infraestrutura, à tecnologia e à proteção ambiental.

A justiça intergeracional exige que as instituições considerem as consequências de longo prazo, em vez de priorizarem benefícios políticos ou econômicos imediatos.

2.7. Responsabilidade ecológica e limites planetários

As sociedades humanas dependem da estabilidade dos sistemas terrestres. A regulação do clima, a disponibilidade de água doce, a biodiversidade, a fertilidade do solo, a química dos oceanos e os ciclos de nutrientes não são questões ambientais externas à vida em sociedade: constituem os fundamentos da saúde humana, dos sistemas alimentares, da atividade econômica e da estabilidade social.

O referencial dos Limites Planetários identifica nove processos fundamentais do sistema terrestre que regulam a estabilidade e a resiliência do planeta.

O Planetary Health Check de 2026 informa que sete dos nove limites já foram ultrapassados: mudança climática, integridade da biosfera, mudança no uso do solo, alteração do ciclo da água doce, fluxos biogeoquímicos, novas entidades e acidificação dos oceanos. A carga de aerossóis atmosféricos e a destruição da camada de ozônio estratosférico permanecem dentro do espaço operacional seguro em escala global, embora persistam preocupações importantes em âmbito regional e em relação à continuidade desses processos.

Essas evidências tornam a responsabilidade ecológica uma exigência ética para a legitimidade política, e não apenas uma questão técnica de política ambiental.

Os limites planetários são limites globais dos sistemas terrestres. Eles não determinam automaticamente quanto cada país ou indivíduo deve consumir ou emitir. A definição de parcelas justas de responsabilidade para cada país e indivíduo exige princípios éticos e políticos adicionais, entre eles a responsabilidade histórica, a capacidade de agir, o atendimento às necessidades básicas e o direito ao desenvolvimento.

2.8. Transparência, responsabilização e precaução

O exercício do poder político, econômico, financeiro e tecnológico deve ser transparente e estar sujeito à responsabilização.

Quando as decisões puderem gerar danos graves ou irreversíveis, as instituições devem aplicar o princípio da precaução, promover avaliações independentes e assegurar o escrutínio público.

Esse princípio é especialmente relevante para a inteligência artificial, a modelagem financeira, a comunicação política digital, as tecnologias de vigilância, as sanções econômicas e a tomada de decisões militares.

A legitimidade ética de uma decisão não pode depender exclusivamente da autoridade da instituição que a toma. Deve depender também das evidências que a fundamentam, da proporcionalidade da medida, da transparência de seus objetivos e dos mecanismos disponíveis para contestar suas consequências.

3. Referencial operacional: dimensões da Democracia de Equidade Sustentável

Os oito princípios éticos podem ser traduzidos em sete dimensões interligadas para fins de pesquisa e avaliação de políticas públicas.

Dimensão	Fundamento ético	Possíveis indicadores
1. Direitos políticos e participação	Igual valor moral e igualdade política	Participação eleitoral, obstáculos ao registro eleitoral, acesso às candidaturas, representação
2. Equidade na influência política	Justiça e não dominação	Concentração do financiamento de campanhas, transparência das atividades de lobby, concentração dos meios de comunicação, capacidade de resposta do poder público às demandas da sociedade
3. Dignidade mínima e saúde	Suficiência e justiça distributiva	Pobreza, acesso à assistência à saúde, mortalidade evitável, moradia, educação, expectativa de vida
4. Distribuição justa e limites aos excessos	Bem comum e equidade social	Concentração de renda e riqueza, acesso a recursos essenciais, consumo de recursos ecológicos por faixa de renda
5. Solidariedade global e responsabilização	Responsabilidade para além das fronteiras nacionais	Avaliações de impacto sobre a saúde, efeitos das sanções, impactos comerciais, representação internacional
6. Sustentabilidade ecológica	Responsabilidade pela preservação do planeta e precaução	Emissões de gases de efeito estufa, pegada material, biodiversidade, pressões sobre os recursos hídricos e o uso do solo
7. Responsabilidade intergeracional	Justiça entre gerações	Sustentabilidade da dívida no longo prazo, compromissos climáticos, restauração de ecossistemas, avaliações de impacto sobre as gerações futuras

Essas dimensões devem ser avaliadas separadamente antes do cálculo de qualquer índice composto. Uma pontuação única poderia ocultar falhas graves em uma dimensão por trás de um desempenho positivo em outra.

Um Índice de Representação Política Equitativa poderia constituir um dos componentes do referencial mais amplo, enquanto uma avaliação da Democracia de Equidade Sustentável incorporaria também as dimensões sociais, sanitárias, internacionais e ecológicas.

O objetivo não é criar um ranking universal sem evidências adequadas, mas tornar as desigualdades estruturais visíveis, comparáveis e sujeitas à responsabilização pública.

4. Metodologia e limitações

Este artigo adota uma abordagem multidisciplinar e comparativa, recorrendo a estatísticas eleitorais, dados sobre financiamento de campanhas, indicadores socioeconômicos, estatísticas internacionais de saúde, relatórios institucionais, literatura acadêmica e estudos sobre os sistemas terrestres.

A análise está organizada em torno de quatro níveis interligados:

1. Representação e participação política no âmbito nacional.
2. Desigualdade econômica interna e suas consequências para a saúde.
3. Poder político, militar, econômico e financeiro no plano internacional.
4. Desigualdade ecológica e distribuição das responsabilidades ambientais.

Em determinados indicadores econômicos e de saúde, os Estados Unidos são comparados ao Japão, à Grécia e ao Sri Lanka. Esses países não constituem uma amostra representativa do mundo, mas são referências de melhor desempenho em saúde (Japão), melhor desempenho em saúde dentro do espaço de equidade (Grécia) e a única referência nacional economicamente replicável e ecologicamente sustentável (Sri Lanka). Sua inclusão busca ilustrar como diferenças nos recursos econômicos, nos gastos com saúde e na organização social podem coexistir com resultados distintos em termos de saúde da população.

É necessário reconhecer diversas limitações.

As estatísticas de participação eleitoral não equivalem a medidas de influência política. As categorias de financiamento de campanhas podem apresentar sobreposições. Os dados comparáveis sobre a riqueza e a origem social de candidatos, delegados e ocupantes de cargos políticos ainda são incompletos.

Os indicadores de saúde são influenciados por múltiplos fatores, incluindo a estrutura etária, os padrões de doenças, a proteção social, a organização dos sistemas de saúde, o estilo de vida e as condições ambientais. As comparações não permitem estabelecer relações causais simples entre os gastos com saúde e a expectativa de vida.

Também é difícil isolar as consequências internacionais das sanções, das operações militares e das restrições comerciais em relação a outros fatores políticos e econômicos.

Por fim, os limites planetários descrevem processos globais dos sistemas terrestres. Sua tradução em responsabilidades nacionais exige pressupostos éticos explícitos relativos às emissões históricas, à capacidade de ação, às necessidades de desenvolvimento e ao uso equitativo dos recursos.

O artigo deve, portanto, ser entendido como um referencial crítico para avaliação e futuras investigações empíricas, e não como uma análise causal definitiva de todas as dimensões do poder político dos Estados Unidos.

5. Desigualdades na representação política

5.1. Acesso às candidaturas

O direito de se candidatar a cargos públicos é um componente essencial da participação democrática. No entanto, a elegibilidade legal não garante igualdade nas condições efetivas de acesso às candidaturas.

Os candidatos precisam de tempo, recursos financeiros, apoio organizacional, visibilidade pública e acesso às redes de comunicação. Essas exigências favorecem desproporcionalmente pessoas com segurança econômica, redes profissionais e vínculos institucionais consolidados.

Estudos sobre a origem socioeconômica dos integrantes do Congresso dos Estados Unidos identificaram uma representação excessiva de pessoas oriundas de contextos socioeconômicos privilegiados e com elevado nível de escolaridade.

Isso não significa que todos os representantes eleitos compartilhem interesses idênticos ou que a origem social determine o comportamento político. No entanto, suscita

questionamentos sobre se a composição das instituições políticas reflete adequadamente a diversidade socioeconômica da população.

Uma avaliação sistemática exigiria dados sobre a riqueza familiar dos candidatos, sua renda pessoal, trajetória profissional, formação educacional e fontes de apoio financeiro às campanhas.

5.2. Financiamento de campanhas e influência desigual da riqueza

O financiamento de campanhas é um dos exemplos mais evidentes de como a igualdade política formal se depara com a desigualdade econômica.

No ciclo eleitoral federal de 2023–2024, a Comissão Eleitoral Federal (Federal Election Commission – FEC) registrou bilhões de dólares em receitas e despesas de candidatos à Presidência, candidatos ao Congresso, comitês partidários e comitês de ação política. Somente os gastos independentes totalizaram vários bilhões de dólares.

Esses números demonstram a dimensão dos recursos financeiros mobilizados nas eleições federais dos Estados Unidos. Por si só, porém, não demonstram que as contribuições financeiras determinem os resultados eleitorais ou que cada contribuição compre influência política.

Ainda assim, a capacidade de financiar a comunicação política, apoiar candidatos, organizar atividades de lobby e manter ações de defesa de interesses no longo prazo está distribuída de maneira desigual.

A distinção entre a igualdade formal do voto individual e a capacidade desigual de influenciar o ambiente político é fundamental. Um sistema pode garantir o princípio de um voto por pessoa e, ao mesmo tempo, permitir profundas desigualdades na distribuição dos recursos utilizados para moldar as opções apresentadas aos eleitores.

A questão não é simplesmente se os cidadãos ricos têm o direito de participar. Eles têm. A questão é se o sistema político oferece salvaguardas suficientes para impedir que a concentração de riqueza se converta em influência política desproporcional.

5.3. Seleção de candidatos e delegados partidários

Os partidos políticos desempenham um papel decisivo na seleção de candidatos, na definição de programas e na determinação de quais alternativas políticas se tornam eleitoralmente viáveis.

As convenções partidárias e os sistemas de delegados constituem, portanto, etapas importantes da representação democrática. No entanto, as características socioeconômicas dos delegados, a distribuição da influência entre as estruturas partidárias e o papel dos integrantes das cúpulas partidárias não são documentados de maneira sistemática em bases de dados públicas comparáveis.

O número de delegados e seus direitos formais de voto são medidas insuficientes da representação substantiva. Uma análise mais abrangente examinaria sua riqueza, trajetória profissional, origem geográfica, relações com financiadores e participação nos processos decisórios dos partidos.

5.4. Eleições primárias e participação política

As eleições primárias oferecem aos cidadãos oportunidades de influenciar a escolha dos candidatos antes das eleições gerais. No entanto, a participação costuma ser muito menor do que nas eleições presidenciais e legislativas.

Os números preliminares de 2026 indicaram que a participação nas primárias permaneceu significativamente abaixo daquela registrada nas eleições gerais. Isso suscita questionamentos sobre a representatividade do eleitorado que determina quais candidatos chegam à votação final.

A baixa participação não invalida necessariamente o resultado de uma eleição primária. No entanto, pode aumentar a influência relativa de eleitores altamente mobilizados, grupos organizados e redes políticas consolidadas.

Um sistema mais equitativo procuraria reduzir os obstáculos à participação e assegurar que a seleção de candidatos refletisse uma gama mais ampla de experiências sociais e preferências políticas.

5.5. Identificação partidária e participação política ativa

Identificar-se politicamente não é o mesmo que ser filiado a um partido ou participar ativamente de suas atividades.

Muitos cidadãos dos Estados Unidos se identificam como independentes, enquanto outros se identificam com um dos principais partidos sem participar de suas estruturas ou de seus processos decisórios. Essa distinção é importante porque o sistema político costuma ser descrito como uma escolha entre dois partidos dominantes, embora as preferências políticas dos cidadãos sejam mais diversificadas.

A existência de eleitores independentes não implica automaticamente a ausência de alternativas políticas significativas. No entanto, as barreiras institucionais e financeiras enfrentadas por partidos menores e candidatos independentes merecem atenção.

A questão fundamental é se o sistema político permite que diferentes interesses sociais obtenham representação efetiva, em vez de apenas possibilitar que expressem suas preferências nas urnas.

5.6. Eleições gerais e eleições legislativas de meio de mandato de novembro de 2026

As eleições legislativas de meio de mandato de novembro de 2026 oferecem um exemplo contemporâneo importante tanto da vitalidade quanto das limitações da participação eleitoral.

Estimativas preliminares do Election Lab da Universidade da Flórida indicaram aproximadamente 124,3 milhões de votos, correspondentes a cerca de 49,4% da população estimada com direito a voto. Os números eram provisórios quando divulgados e deverão ser substituídos pelos dados definitivos, após a certificação dos resultados.

As eleições resultaram na conquista do controle das duas casas do Congresso pelos democratas. Esse resultado representa um importante exercício de responsabilização eleitoral e uma mudança na correlação de forças nas instituições.

Demonstra que os eleitores podem impor custos políticos aos partidos que estão no governo e alterar o cenário legislativo. Também cria oportunidades para a fiscalização das ações do Executivo pelo Congresso e para o fortalecimento dos mecanismos institucionais de controle e equilíbrio entre os Poderes.

No entanto, a mudança no controle partidário não resolve automaticamente as desigualdades estruturais no financiamento de campanhas, nas atividades de lobby, na propriedade dos meios de comunicação, na concentração de riqueza ou no acesso às instâncias de poder político. Tampouco garante que as políticas resultantes reduzam as desigualdades em saúde no âmbito nacional ou internacional.

As eleições devem, portanto, ser interpretadas como evidência de que os mecanismos de resposta eleitoral continuam funcionando, mas não como prova de que o sistema político tenha alcançado a igualdade substantiva.

5.7. Conhecimento político, educação e comunicação

A participação política efetiva exige mais do que a capacidade formal de votar. Exige também acesso a informações confiáveis, oportunidades de educação política e capacidade de avaliar diferentes argumentos e afirmações.

Dados do Departamento do Censo dos Estados Unidos (US Census Bureau) apontam uma associação entre o nível de escolaridade e diferenças na participação eleitoral. No entanto, a escolaridade, por si só, não explica o comportamento político, e seria inadequado presumir que pessoas com menor nível de educação formal não tenham compreensão política.

A questão mais importante diz respeito às desigualdades no acesso aos recursos que favorecem uma participação bem informada.

A comunicação política é cada vez mais moldada por plataformas digitais, publicidade direcionada, sistemas privados de dados e mecanismos algorítmicos de recomendação. Esses sistemas podem ampliar o acesso à informação, mas também podem fragmentar o debate público, reforçar a polarização e criar oportunidades desiguais de influenciar a atenção e a opinião públicas.

As implicações desses processos para a democracia exigem pesquisas independentes, transparência e mecanismos de responsabilização pública.

5.8. Exclusão eleitoral e residentes que não são cidadãos

Os Estados Unidos abrigam milhões de residentes que não possuem cidadania e, portanto, não podem votar nas eleições federais. Entre eles estão residentes permanentes e outras populações não cidadãs.

A distinção entre cidadania e residência tem relevância jurídica, e o direito de votar nas eleições nacionais está, em geral, vinculado à cidadania. Ainda assim, muitos não cidadãos contribuem para a economia, pagam impostos, trabalham em setores essenciais e são diretamente afetados pelas políticas públicas.

A questão democrática, portanto, vai além do direito legal ao voto: como as sociedades podem garantir que as pessoas substancialmente afetadas pelas decisões públicas disponham de canais adequados de representação, consulta e proteção?

A mesma questão se aplica às pessoas afetadas pela política externa dos Estados Unidos. Populações de outros países podem sofrer as consequências de sanções, restrições comerciais ou decisões militares sem dispor de qualquer mecanismo direto para influenciar essas decisões.

6. Desigualdade econômica e suas consequências para a saúde

A representação política não pode ser dissociada da distribuição dos recursos econômicos.

A desigualdade econômica afeta o acesso à moradia, à educação, à alimentação adequada, ao transporte, à assistência à saúde, a condições ambientais de qualidade e à seguridade social. Essas condições influenciam a saúde ao longo de toda a vida.

Os Estados Unidos combinam um nível excepcionalmente elevado de produção econômica e gastos com saúde com desigualdades persistentes no acesso aos serviços de saúde e nos resultados de saúde da população.

6.1. Gastos com saúde

Em 2023, as estimativas de gastos correntes com saúde per capita, expressas em dólares internacionais ajustados pela paridade do poder de compra, foram de aproximadamente (Japão, como referência de melhor desempenho em saúde; Grécia, como referência de melhor desempenho em saúde dentro da curva de equidade; Costa Rica, como referência de melhor desempenho em saúde dentro da curva de equidade na região; e Sri Lanka, como referência global de bons resultados em saúde, com níveis economicamente replicáveis e ecologicamente sustentáveis.):

País ou grupo	Gastos com saúde per capita, 2023
Estados Unidos	US$ 13,473
Japão	US$ 5,365
Grécia	US$ 3,454
Costa Rica	US$ 1,163
Sri Lanka	US$ 507
Média mundial	US$ 1,891

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators, com base no Global Health Expenditure Database da OMS

Os Estados Unidos gastaram substancialmente mais por pessoa com saúde do que os demais países incluídos nesta comparação.

No entanto, gastos mais elevados não se traduzem automaticamente em resultados proporcionalmente melhores para a saúde da população. A organização dos sistemas de saúde, os custos administrativos, os preços, as barreiras de acesso, os determinantes sociais e a distribuição dos serviços são fatores que também importam.

A questão central da equidade, portanto, não é apenas quanto um país gasta, mas com que eficiência e justiça esses recursos são convertidos em saúde e bem-estar.

6.2. Expectativa de vida

Estimativas harmonizadas internacionalmente para 2023 indicam os seguintes valores de expectativa de vida ao nascer nos Estados Unidos e nos países utilizados como referência na comparação acima sobre gastos com saúde.

País	Total	Homens	Mulheres
Estados Unidos	79,8 anos	77,4 anos	82,2 anos
Japão	85,1 anos	82,1 anos	88,2 anos
Grécia	82,4 anos	79,9 anos	84,7 anos
Costa Rica	79,8 anos	76,8 anos	82,8 anos
Sri Lanka	78,0 anos	74,9 anos	81 anos

Essas estimativas utilizam dados do Human Mortality Database e do World Population Prospects 2024, das Nações Unidas, processados pelo Our World in Data.

A comparação é elucidativa. Os Estados Unidos apresentam gastos com saúde per capita substancialmente mais elevados do que o Japão e a Grécia, mas uma expectativa de vida menor na série de dados citada.

O Japão alcança uma expectativa de vida particularmente elevada, apesar de gastar consideravelmente menos com saúde per capita do que os Estados Unidos.

A Grécia, a Costa Rica (ambas com gastos com saúde menores e melhores indicadores de saúde do que os Estados Unidos) e o Sri Lanka (que apresenta um modelo replicável em escala global, com gastos com saúde muito menores e indicadores bastante próximos) demonstram que a saúde da população não pode ser explicada apenas pela renda nacional ou pelos gastos com assistência à saúde. A organização social, a saúde pública, a alimentação, a educação, as estruturas familiares e outros determinantes também contribuem para esses resultados.

A expectativa de vida é um indicador importante, mas incompleto. Deve ser complementada por indicadores de expectativa de vida saudável, mortalidade evitável, desigualdades por renda e escolaridade, acesso à assistência à saúde e resultados desagregados por sexo.

6.3. Interpretação: gastos, distribuição e resultados

A comparação não demonstra que o sistema de saúde dos Estados Unidos seja necessariamente menos eficaz em todos os aspectos, nem que Japão, Grécia, Costa Rica ou Sri Lanka ofereçam modelos que possam ser universalmente reproduzidos.

Ela demonstra, contudo, que a riqueza nacional e os gastos com assistência à saúde, por si sós, são indicadores insuficientes do bem-estar da população.

Uma avaliação da equidade em saúde deve considerar:

- Quem recebe assistência à saúde e em que condições.
- A distribuição dos gastos com saúde entre os diferentes grupos populacionais.
- A capacidade de arcar com os custos de medicamentos e tratamentos.
- Os determinantes sociais da saúde.
- A mortalidade evitável e as desigualdades que poderiam ser prevenidas.

- As diferenças na expectativa de vida por sexo, renda, escolaridade e localização geográfica.
- A distribuição dos recursos entre prevenção, tratamento e saúde pública.

A questão central não é simplesmente o volume de riqueza disponível, mas em que medida essa riqueza se converte em oportunidades equitativas para que as pessoas tenham vidas saudáveis e dignas.

7. As dimensões internacionais do poder político e econômico dos Estados Unidos

O sistema político interno dos Estados Unidos não pode ser compreendido independentemente de sua posição internacional.

Sua influência se manifesta por meio de capacidades militares, instituições diplomáticas, política comercial, mercados financeiros, sanções econômicas, infraestruturas tecnológicas e do papel internacional do dólar.

Esses mecanismos podem afetar as escolhas econômicas e políticas disponíveis a outros países, inclusive àqueles cujos cidadãos não têm representação direta no sistema político dos Estados Unidos.

7.1. O Conselho de Segurança das Nações Unidas e o poder de veto

Os Estados Unidos são um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Assim como China, França, Rússia e Reino Unido, o país tem poder de veto sobre resoluções substantivas.

Esse arranjo reflete a configuração geopolítica estabelecida após a Segunda Guerra Mundial. Não representa uma distribuição equitativa de autoridade política entre os países do mundo.

O veto pode impedir uma ação coletiva mesmo quando a maioria dos membros do Conselho de Segurança apoia uma proposta.

A questão não é que apenas os Estados Unidos detenham esse privilégio. Os cinco membros permanentes o possuem. O problema estrutural é que um pequeno grupo de Estados mantém um nível de autoridade institucional que não está ao alcance da grande maioria dos países.

Isso levanta questões fundamentais sobre a legitimidade democrática e a representatividade da governança global.

7.2. Poder militar e coerção internacional

Os Estados Unidos têm o maior orçamento militar do mundo.

O SIPRI estimou os gastos militares dos Estados Unidos em aproximadamente US$ 997 bilhões em 2024, o equivalente a cerca de 37% dos gastos militares globais.

O poder militar pode servir a diversas finalidades, entre elas defesa, dissuasão, compromissos com alianças e operações de segurança internacional. No entanto, também pode ser utilizado, como ocorre com maior frequência, para sustentar políticas externas coercitivas, intervenções militares e influência estratégica.

Sob a perspectiva da Equidade Sustentável em Saúde, os gastos militares devem ser avaliados não apenas em relação à segurança nacional, mas também considerando seus custos de oportunidade e seus efeitos sobre o bem-estar humano.

Entre as questões pertinentes estão:

- Qual parcela dos recursos públicos é destinada aos gastos militares, em vez de à saúde, à educação e à proteção social?
- Quais são as consequências humanas e sanitárias das operações militares?
- Como as transferências de armas e as alianças militares afetam os conflitos e o deslocamento de populações?
- Quais são os custos ambientais das infraestruturas e operações militares?
- Quem arca com as consequências das decisões tomadas pelas potências?

Essas questões exigem uma análise empírica cuidadosa, e não pressupostos de que todos os gastos militares produzem consequências idênticas.

7.3. Sanções econômicas e consequências para a saúde

As sanções econômicas são frequentemente apresentadas como alternativas à intervenção militar. Elas podem ter como objetivo influenciar governos, restringir o acesso a recursos ou responder a violações do direito internacional.

No entanto, as sanções também podem afetar as populações civis por meio de restrições ao comércio, às transações financeiras e aos investimentos, bem como ao acesso a medicamentos, à segurança alimentar e a infraestruturas essenciais.

Uma revisão de escopo publicada em 2026 sobre pesquisas a respeito das sanções econômicas internacionais impostas pelos Estados Unidos identificou 43 estudos originais, dos quais 42 relataram danos à saúde. Entre os efeitos apontados estavam o aumento da mortalidade, a redução do acesso a medicamentos, a insegurança alimentar e consequências relacionadas a doenças infecciosas. As evidências estavam concentradas em um número limitado de países, particularmente o Irã, e variavam quanto à qualidade dos estudos e à atribuição de causalidade.

Esses resultados não devem ser interpretados como prova de que todas as sanções produzem os mesmos efeitos ou de que as sanções sejam a única causa dos resultados de saúde observados.

Eles demonstram, contudo, a necessidade de avaliações sistemáticas de impacto sobre a saúde antes, durante e depois da implementação de medidas de coerção econômica.

Uma abordagem baseada na equidade exigiria monitoramento independente, salvaguardas humanitárias, avaliação transparente e mecanismos eficazes de proteção das populações civis.

7.4. Política comercial e distribuição do poder econômico global

Os Estados Unidos ocupam uma posição central no comércio internacional e exercem influência considerável sobre as regras e condições que determinam o acesso ao seu mercado.

As mudanças nas tarifas podem afetar exportadores, consumidores, cadeias de suprimentos e a estabilidade econômica de outros países.

Análises da UNCTAD publicadas em 2025 e 2026 documentaram aumentos substanciais nas barreiras tarifárias impostas pelos Estados Unidos em comparação com o período anterior a 2025. As alíquotas efetivas exatas variam de acordo com as categorias de produtos, as isenções e as mudanças posteriores nas políticas.

A questão mais ampla é a assimetria entre países com grande poder de influência econômica e aqueles cujo desenvolvimento depende fortemente do acesso a mercados externos.

A política comercial deve, portanto, ser avaliada considerando seus efeitos sobre o emprego, a segurança alimentar, a disponibilidade de medicamentos, a capacidade produtiva e os recursos fiscais disponíveis para os serviços públicos.

O princípio do desenvolvimento equitativo exige que as regras do comércio internacional não coloquem sistematicamente em desvantagem os países com menor poder de negociação.

7.5. O papel internacional do dólar

O dólar dos Estados Unidos continua sendo a principal moeda de reserva internacional.

Os dados do COFER do FMI referentes ao quarto trimestre de 2025 situavam a participação do dólar nas reservas cambiais globais declaradas em aproximadamente 56,8%, em comparação com cerca de 20,3% do euro.

O predomínio do dólar proporciona vantagens importantes aos Estados Unidos, entre elas condições de financiamento favoráveis e influência considerável sobre as transações financeiras internacionais.

Também cria dependências estruturais para países, empresas e instituições financeiras que dependem do dólar em suas operações de comércio, endividamento e reservas.

Pesquisas sobre sanções internacionais e o predomínio do dólar examinaram como a posição central da moeda pode aumentar a eficácia das sanções financeiras impostas pelos Estados Unidos, ao mesmo tempo que cria incentivos para que alguns países diversifiquem seus arranjos financeiros.

A questão da equidade diz respeito à medida em que a posição monetária e financeira de um país pode influenciar as opções econômicas disponíveis aos demais.

O sistema monetário internacional requer instituições capazes de conciliar a estabilidade financeira com os interesses legítimos e as necessidades de desenvolvimento de todos os países.

7.6. Infraestruturas de informação financeira e a plataforma Aladdin

O papel crescente das grandes plataformas de tecnologia financeira introduz outra dimensão da influência econômica global.

A plataforma Aladdin, da BlackRock, integra funções de gestão de investimentos, análise de carteiras, gestão de riscos, negociação, conformidade regulatória e operações. É utilizada por uma ampla variedade de instituições financeiras, incluindo gestoras de ativos, bancos, seguradoras e fundos de pensão.

A importância dessas plataformas deve ser analisada com cuidado.

A Aladdin não é, por si só, um fundo de investimento especulativo, tampouco há evidências suficientes para afirmar que controla diretamente os mercados financeiros globais ou determina as decisões de todas as instituições que a utilizam.

Sua relevância está na crescente concentração da infraestrutura de informação financeira, das ferramentas analíticas e das capacidades de gestão de riscos nas mãos de um pequeno número de grandes provedores privados de tecnologia.

Isso levanta questões importantes sobre a transparência dos modelos financeiros, a responsabilização pelos sistemas de avaliação de riscos, a concentração de dados e capacidades analíticas, a possível dependência sistêmica de infraestruturas tecnológicas compartilhadas e a capacidade de órgãos reguladores e instituições públicas de avaliar esses sistemas de forma independente.

A questão não é se uma determinada plataforma é inerentemente prejudicial. É se sistemas financeiros de importância global devem depender de infraestruturas cuja governança, cujos modelos e cujo funcionamento não são plenamente transparentes para as sociedades afetadas pelas decisões tomadas com base neles.

8. Desigualdade ecológica, limites planetários e os limites do modelo de desenvolvimento dominante

As desigualdades políticas e econômicas não podem ser dissociadas das desigualdades ecológicas.

A distribuição global dos recursos e das responsabilidades ambientais continua sendo altamente desigual. Em geral, os países e as populações com as maiores pegadas ecológicas históricas e atuais se beneficiaram de um consumo desproporcional de recursos, enquanto muitas das populações mais vulneráveis às mudanças climáticas contribuíram relativamente pouco para o problema.

Os Estados Unidos apresentam um dos níveis mais elevados do mundo de consumo de recursos e de emissões de gases de efeito estufa per capita.

A relevância ética desse desequilíbrio fica mais evidente quando ele é analisado à luz do referencial dos limites planetários.

Esse referencial identifica nove processos dos sistemas terrestres que regulam a estabilidade, a resiliência e as condições de sustentação da vida no planeta:

1. Mudança climática.
2. Integridade da biosfera.
3. Mudança no uso do solo.
4. Alteração do ciclo da água doce.
5. Fluxos biogeoquímicos, especialmente de nitrogênio e fósforo.
6. Acidificação dos oceanos.
7. Carga de aerossóis atmosféricos.
8. Destruição da camada de ozônio estratosférico.
9. Novas entidades, incluindo substâncias químicas sintéticas e outras substâncias produzidas pela atividade humana.

O *Planetary Health Check* de 2026 informa que sete desses nove limites já foram ultrapassados. Os dois limites globais restantes são a carga de aerossóis atmosféricos e a destruição da camada de ozônio estratosférico, embora as pressões relacionadas aos aerossóis continuem sendo significativas em âmbito regional.

Isso não é apenas um alerta ambiental. É uma evidência de que as condições ecológicas das quais dependem a saúde humana, a segurança alimentar, a atividade econômica e a estabilidade social estão submetidas a pressões cada vez maiores.

Os limites planetários descrevem os limites globais dos sistemas terrestres; por si sós, não determinam quanto cada país deve consumir ou emitir. Uma distribuição justa exige considerar eticamente a responsabilidade histórica, a capacidade atual, as necessidades básicas, o tamanho da população e as legítimas exigências de desenvolvimento.

É nesse ponto que a Equidade Sustentável em Saúde se torna essencial.

Um país não pode afirmar que promove o desenvolvimento humano sustentável se sua prosperidade depende de um nível de consumo ecológico que compromete a saúde e a dignidade das populações de outros lugares ou transfere os custos ambientais para as gerações futuras.

A questão ética não é se todos os países devem ter pegadas ecológicas idênticas. É se todas as pessoas podem alcançar um padrão de vida digno enquanto a comunidade global permanece dentro de um espaço operacional seguro.

O referencial da Equidade Sustentável em Saúde propôs como referência ética emissões de aproximadamente 1,6 tonelada de CO_2 equivalente e uma pegada ecológica de 1,5 hectare (biocapacidade média global) por pessoa ao ano, como parâmetro para explorar a distribuição equitativa das responsabilidades ecológicas. Os Estados Unidos apresentam níveis de 14,2 toneladas de emissões de CO_2 equivalente per capita (8,9 vezes acima do limite ético de referência) e uma pegada ecológica de 10,6 hectares per capita (7 vezes maior). Esses valores devem ser entendidos como uma referência normativa para análise, e não como um limite legal acordado internacionalmente. Qualquer comparação com as emissões nacionais deve utilizar critérios contábeis compatíveis e distinguir as emissões territoriais daquelas associadas ao consumo.

Os gastos militares e os impactos ambientais também devem ser considerados em conjunto. As operações militares, as infraestruturas, a produção de armamentos e as redes militares globais exigem recursos materiais e energéticos substanciais. Suas consequências ambientais nem sempre são plenamente contempladas nos relatórios nacionais de emissões.

Sob a perspectiva da equidade em saúde, as mudanças climáticas e a degradação ecológica afetam a nutrição, os padrões de doenças infecciosas, a mortalidade relacionada ao calor, os deslocamentos populacionais, os meios de subsistência e a resiliência dos sistemas de saúde.

O autor já descreveu as mudanças climáticas e a destruição ecológica como uma forma de conflito global sem armas convencionais, cujas consequências são distribuídas de maneira desigual entre populações e gerações.

Um sistema político sustentável deve, portanto, abordar não apenas a distribuição da renda e da influência política, mas também a distribuição das responsabilidades ecológicas e dos danos ambientais.

9. Discussão: as contradições do chamado modelo democrático

As evidências examinadas neste artigo apontam para uma contradição central.

Os Estados Unidos têm um sistema eleitoral competitivo, garantias constitucionais, pluralismo político, uma sociedade civil expressiva e instituições capazes de permitir o escrutínio público e a contestação. Essas são características democráticas importantes e não devem ser desconsideradas.

As eleições legislativas de meio de mandato de novembro de 2026 demonstram que a competição eleitoral pode produzir uma mudança significativa na correlação de forças no Legislativo e oferecer um mecanismo institucional para que os eleitores expressem sua insatisfação com o desempenho do governo.

No entanto, a capacidade de resposta eleitoral não equivale à distribuição equitativa da influência política.

A capacidade de financiar campanhas, influenciar a comunicação pública, ter acesso aos tomadores de decisão e moldar a política econômica está distribuída de maneira desigual. A composição social das instituições políticas não reflete plenamente a diversidade da população. Milhões de residentes estão excluídos do voto em eleições federais por não serem cidadãos, enquanto as populações de outros países afetadas pelas decisões dos Estados Unidos não têm representação política direta no sistema responsável por essas decisões.

A contradição se torna ainda mais significativa quando as desigualdades internas são consideradas em conjunto com o poder internacional.

Um país pode defender princípios democráticos e, ao mesmo tempo, manter uma influência desproporcional sobre as instituições globais. Pode promover a liberdade de mercado enquanto utiliza sanções econômicas e restrições comerciais para influenciar as escolhas de política de outros países. Pode defender os direitos humanos enquanto apoia arranjos militares e econômicos cujas consequências exigem uma avaliação mais sistemática.

Essas tensões não são exclusivas dos Estados Unidos. Outros Estados poderosos também exercem influência internacional desigual, e as próprias instituições globais reproduzem desigualdades históricas.

No entanto, a dimensão do poder econômico, militar e financeiro dos Estados Unidos torna suas consequências particularmente importantes.

A crítica central, portanto, não é que os Estados Unidos careçam de instituições democráticas, mas que o conceito de democracia permanece incompleto quando é avaliado sem considerar a distribuição do poder efetivo e as consequências desse poder para outras populações.

Os fundamentos filosóficos aqui propostos oferecem um caminho para superar uma compreensão estritamente procedimental da democracia.

A preocupação de Platão com o bem comum, os princípios modernos da igual dignidade moral e dos direitos humanos, a exigência ética de uma dignidade mínima e as evidências científicas sobre os limites planetários apontam para um critério mais amplo de legitimidade política: o bem-estar e a liberdade de toda a comunidade, incluindo aqueles que vivem além das fronteiras nacionais e as gerações futuras.

A avaliação planetária de 2026 torna particularmente urgente a dimensão ecológica. O fato de sete limites planetários terem sido ultrapassados significa que os sistemas políticos e econômicos devem ser avaliados à luz da capacidade dos sistemas terrestres de sustentar a vida. Uma maioria democrática não pode justificar eticamente políticas que comprometam sistematicamente as condições básicas de vida de outras populações ou das gerações futuras.

O conceito de Democracia de Equidade Sustentável amplia, portanto, a avaliação da legitimidade política para abranger três dimensões interconectadas: a distribuição equitativa do poder, a distribuição equitativa das condições necessárias à dignidade e à saúde e a distribuição equitativa das responsabilidades ecológica.

10. Agenda de pesquisa: rumo a um Índice de Representação Política Equitativa e a uma avaliação da Democracia de Equidade Sustentável

As lacunas de evidências identificadas neste artigo apontam para a necessidade de um programa sistemático de pesquisa.

Um Índice de Representação Política Equitativa poderia complementar as medidas convencionais de democracia, examinando não apenas os procedimentos eleitorais, mas também a distribuição da influência política efetiva.

Entre as dimensões possíveis estão:

1. Acesso às candidaturas políticas

- Perfil socioeconômico dos candidatos.
- Distribuição da riqueza e da renda pessoal.
- Diversidade educacional e profissional.
- Barreiras financeiras e organizacionais à candidatura.

2. Equidade no financiamento de campanhas

- Distribuição das contribuições por grupos de renda e patrimônio.
- Dependência de grandes doadores e de grupos de interesse organizados.
- Financiamento público e limites aos gastos de campanha.
- Transparência dos gastos independentes e da publicidade política.

3. Representação no interior dos partidos políticos

- Composição social dos filiados e delegados partidários.
- Participação no processo de seleção de candidatos.
- Transparência dos processos internos de tomada de decisão.
- Representação de comunidades marginalizadas.

4. Participação eleitoral

- Comparecimento às urnas por renda, escolaridade, idade, sexo e região geográfica.
- Barreiras ao alistamento eleitoral e ao voto.

- Diferenças entre eleições primárias e eleições gerais.
- Participação de pessoas com deficiência e de outros grupos que enfrentam barreiras estruturais.

5. Informação política e deliberação pública

- Acesso a informações independentes e confiáveis.
- Concentração e propriedade dos meios de comunicação.
- Transparência da publicidade política digital.
- Responsabilização pelos algoritmos e pela comunicação política.

6. Responsabilização e capacidade de resposta

- Relação entre as preferências da população e os resultados das políticas públicas.
- Transparência das atividades de lobby.
- Capacidade de resposta do Legislativo às demandas de diferentes grupos socioeconômicos.
- Mecanismos de consulta e fiscalização públicas.

7. Responsabilização democrática internacional

- Distribuição do poder decisório nas instituições internacionais.
- Responsabilização por sanções e operações militares.
- Participação das populações afetadas nas decisões internacionais.
- Transparência da governança econômica e financeira global

8. Consequências para a saúde e a ecologia

- Avaliações dos impactos distributivos das principais políticas sobre a saúde.
- Mortalidade evitável associada a decisões econômicas e políticas.
- Distribuição das pegadas ecológicas e das responsabilidades pelas emissões de carbono.
- Efeitos das políticas internacionais sobre a equidade em saúde em outros países.

Uma avaliação complementar da Democracia de Equidade Sustentável incluiria os princípios éticos e as sete dimensões descritos na Seção 3.

O índice precisaria evitar reduzir sistemas políticos complexos a uma única pontuação numérica sem a devida transparência metodológica. Seu objetivo deveria ser identificar desigualdades, permitir comparações sempre que possível e contribuir para reformas institucionais.

Esse trabalho poderia ser desenvolvido em colaboração com instituições de saúde pública, universidades, redes científicas internacionais e organizações da sociedade civil.

A Federação Mundial das Associações de Saúde Pública (World Federation of Public Health Associations), a Parceria InterAcademias (InterAcademy Partnership) e a Aliança para a Saúde Planetária (Planetary Health Alliance) oferecem referenciais conceituais e científicos pertinentes para articular governança, saúde, equidade e sustentabilidade planetária. Seus trabalhos são citados como fontes de perspectivas científicas e de políticas públicas, e não como manifestação de apoio institucional aos argumentos apresentados neste artigo.

11. Conclusões: a democracia deve ser medida pela equidade sustentável

Os Estados Unidos ilustram tanto os pontos fortes quanto as limitações estruturais da democracia eleitoral contemporânea.

Suas instituições oferecem mecanismos importantes de competição política, representação e responsabilização pública. As eleições legislativas de meio de mandato de 2026 demonstram que os eleitores podem alterar a correlação de forças no Legislativo e impor consequências políticas aos partidos que estão no governo.

Ainda assim, a existência desses mecanismos não garante igualdade de acesso à influência política nem resultados equitativos.

A análise identifica desigualdades no acesso às candidaturas, no financiamento de campanhas, na participação partidária, na comunicação política e na representação eleitoral. Também evidencia a relação entre a concentração econômica e a desigualdade de oportunidades em saúde e bem-estar.

A comparação com Japão, Grécia, Costa Rica e Sri Lanka demonstra que uma renda nacional mais elevada e maiores gastos com assistência à saúde não produzem automaticamente melhores resultados para a saúde da população. A distribuição dos recursos, a proteção social, a saúde pública e outros determinantes são igualmente importantes.

No plano internacional, a concentração do poder militar, econômico, financeiro e institucional levanta questões sobre a responsabilização democrática por decisões que afetam populações além das fronteiras nacionais. O papel internacional do dólar, o uso de sanções econômicas, as políticas tarifárias e a distribuição de autoridade nas instituições globais merecem ser examinados criticamente.

A dimensão ecológica reforça esse argumento. O *Planetary Health Check* de 2026 informa que sete dos nove limites planetários foram ultrapassados. Essas evidências demonstram que o modelo de desenvolvimento dominante não pode ser avaliado exclusivamente pelo crescimento econômico, pela riqueza nacional ou pelo poder político. Também deve ser avaliado de acordo com sua contribuição para a estabilidade e a resiliência dos sistemas terrestres que sustentam a vida.

Os fundamentos éticos propostos neste artigo articulam o bem comum, a igual dignidade moral, a dignidade mínima, a participação equitativa, a solidariedade, a responsabilização e a responsabilidade intergeracional. Esses princípios são traduzidos em um referencial para avaliar a qualidade substantiva dos sistemas democráticos.

As limitações identificadas neste artigo não devem ser usadas para descartar as evidências de desigualdade. Pelo contrário, devem orientar o desenvolvimento de indicadores mais abrangentes e de pesquisas mais consistentes. Quando faltam dados, a resposta adequada é aprimorar a transparência e a mensuração, e não presumir que exista igualdade.

A conclusão central é que a democracia não deve ser medida exclusivamente pelos procedimentos por meio dos quais os governos são eleitos. Também deve ser avaliada pela medida em que as pessoas podem participar de forma significativa das decisões coletivas, exercer seus direitos em condições de dignidade, influenciar a distribuição dos recursos públicos e exigir que os detentores do poder respondam por suas consequências.

A democracia sem influência política equitativa permanece incompleta. A prosperidade econômica sem dignidade equitativa permanece incompleta. O poder nacional sem responsabilização internacional permanece incompleto. O desenvolvimento sem sustentabilidade ecológica permanece incompleto.

A Democracia de Equidade Sustentável oferece uma maneira de articular essas dimensões. Ela não diminui a importância da liberdade, do pluralismo, das eleições ou dos direitos constitucionais. Argumenta que seu pleno valor só pode se concretizar quando as instituições políticas também protegem a participação equitativa, a saúde, a dignidade humana e as condições ecológicas necessárias à vida.

O desafio, portanto, não consiste apenas em aprimorar o sistema eleitoral da principal potência política, econômica e militar do mundo. Trata-se de superar uma compreensão restrita da democracia como escolha periódica de governos e avançar em direção a um sistema no qual a legitimidade do poder seja medida por sua contribuição para o bem-estar e a liberdade de todas as pessoas, inclusive daquelas que vivem além das fronteiras nacionais e das gerações futuras.

Uma ordem internacional verdadeiramente democrática exigiria instituições nas quais o poder fosse distribuído de maneira mais equitativa, as decisões fossem transparentes e sujeitas à responsabilização, as condições mínimas para uma vida digna fossem asseguradas a todos e o uso dos recursos compartilhados respeitasse os limites do planeta.

A medida definitiva da democracia não deve ser a eficácia com que um país concentra e exerce seu poder, mas o quanto esse poder contribui, de maneira equitativa, para a liberdade, a dignidade, a saúde e o bem-estar sustentável da humanidade.

Referências

Filosofia política, ética e democracia

Plato. (2023). The Republic, Book IV, 419a–422a. Translation by David Horan. Original work composed approximately 375 BCE. https://www.platonicfoundation.org/media/2023/01/platos-republic-book-4-english-translation-by-david-horan-1.pdf

Internet Encyclopedia of Philosophy. (n.d.). Plato's Republic. https://iep.utm.edu/republic/

Gilens, M., & Page, B. I. (2014). Testing theories of American politics: Elites, interest groups, and average citizens. Perspectives on Politics, 12(3), 564–581. https://doi.org/10.1017/S1537592714001595

Participação eleitoral e financiamento político

Federal Election Commission. (2025). Campaign finance data: 2023–2024 federal elections. Washington, DC.

McDonald, M. P. (2026). 2026 General Election Turnout. University of Florida Election Lab. Preliminary data, updated November 5, 2026.

Associated Press. (2026, November 4–5). Voters give Democrats control of Congress in rebuke to Trump. https://apnews.com/article/ef6199e25927a9ac9f4c18eae0e497cd

League of Women Voters. (2026, November 4). League of Women Voters celebrates historic voter participation in 2026 midterms. https://www.lwv.org/newsroom/press-releases/league-women-voters-celebrates-historic-voter-participation-2026-midterms

Thompson, D. M., Feigenbaum, J. J., Hall, A. B., & Yoder, J. (2019). Research on the socioeconomic backgrounds of US political candidates and office-holders. National Bureau of Economic Research.

Equidade em saúde e determinantes sociais

World Health Organization. (2025). World report on social determinants of health equity. Geneva: WHO. (Michael Marmot et al)

World Bank. (2025). World Development Indicators: Current health expenditure per capita, PPP (current international dollars). Underlying data: WHO Global Health Expenditure Database. https://data.worldbank.org/indicator/SH.XPD.CHEX.PP.CD

Our World in Data. (2025). Life expectancy in 2023. Data from the Human Mortality Database and United Nations World Population Prospects 2024. https://ourworldindata.org/grapher/life-expectancy-hmd-unwpp

World Health Organization. (2025). Global Health Expenditure Database. Geneva: WHO.

Poder internacional, sanções e governança global

International Monetary Fund. (2026). Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves (COFER), fourth quarter 2025. Washington, DC.

Stockholm International Peace Research Institute. (2025). Trends in World Military Expenditure, 2024. Stockholm: SIPRI. https://doi.org/10.55163/AVEC8366

United Nations Security Council. (2024–2025). Security Council veto records and voting data. New York: United Nations.

United Nations Conference on Trade and Development. (2025–2026). Reports and policy analyses on United States tariffs and their implications for international trade and development. Geneva: UNCTAD.

Bianchi, J., & Sosa-Padilla, C. (2025). International sanctions and dollar dominance. The Economic Journal, 135(672), 2567–2577. https://doi.org/10.1093/ej/ueaf019

BlackRock. (2025). Annual Report 2025. New York: BlackRock.

Limites planetários e saúde planetária

Sakschewski, B., et al. (2026). Planetary Health Check 2026: A Scientific Assessment of the State of the Planet. Potsdam Institute for Climate Impact Research. https://www.planetaryhealthcheck.org/

Richardson, K., et al. (2023). Earth beyond six of nine planetary boundaries. Science Advances, 9(37), eadh2458. https://doi.org/10.1126/sciadv.adh2458

Rockström, J., et al. (2024). Planetary Boundaries guide humanity's future on Earth. Nature Reviews Earth & Environment, 5, 773–788. https://doi.org/10.1038/s43017-024-00597-z

Myers, S. S., et al. (2025). Connecting planetary boundaries and planetary health: A resilient and stable Earth system is crucial for human health. The Lancet, 406(10501), 315–319. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(25)01256-5

InterAcademy Partnership. (2022). Health in the Climate Emergency: A Global Perspective. Trieste: IAP.

Planetary Health Alliance. (n.d.). Planetary Health: Definition and principles. Johns Hopkins University.

Saúde pública e referenciais científicos internacionais

Lomazzi, M. (2016). A global charter for the public's health—the public health system: Role, functions, competencies and education requirements. European Journal of Public Health, 26(2), 210–212.

World Federation of Public Health Associations. (2016; revised 2024). Global Charter for the Public's Health.

Publicações anteriores do autor sobre Equidade Sustentável em Saúde

Autor. (2018). Health and climate change: A third world war with no guns. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2018/07/5498/

Autor et al. (2021). Global health inequity 1960–2020: Equity vs equality, dignity vs poverty, equitable and sustainable wellbeing vs Human Development Index. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2021/04/9658/

Autor. (2023). Towards a WISE – Wellbeing in Sustainable Equity – New Paradigm for Humanity. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2023/12/12800/

Autor. (2024). Restoring Broken Human Deal. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2024/04/13164/

Autor. (2024). Enough is enough, and more is too much: Between basic dignity and excess/hoarding thresholds. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2024/11/enough-is-enough-and-more-is-too-much-between-basic-dignity-and-excess-hoarding-thresholds/

Autor. (2026). Cuba under economic siege: Evidence of the humanitarian and health consequences of United States coercive measures and arguments for an equity-based response. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2026/09/16432/

O voto latino nas eleições de 2026: migração, direitos e saúde nos Estados Unidos

El voto latino en las elecciones de 2026: migración, derechos y salud en Estados Unidos

The Latino Vote in the 2026 Elections: Migration, Rights, and Health in the United States

Rafael França e Sebastián Tobar

Resumo: As eleições de meio de mandato de novembro de 2026 devolveram aos democratas o controle do Congresso dos Estados Unidos e evidenciaram mudanças no comportamento do eleitorado latino. Este artigo analisa essa inflexão considerando as preocupações com a economia, a diversidade política das comunidades latinas e o endurecimento da política migratória no segundo governo de Donald Trump. Distingue-se o eleitor latino do migrante internacional, pois os efeitos das deportações alcançam também famílias e trabalhadores sem direito ao voto. Com base em pesquisas do Pew Research Center, do Migration Policy Institute, da KFF e em dados eleitorais da Associated Press, discutem-se as relações entre cidadania, proteção social, acesso à saúde e vínculos com a América Latina. Argumenta-se que o voto latino ganha importância não apenas pelos resultados eleitorais, mas pela tensão entre a dependência econômica da migração e as políticas que restringem direitos e condições de permanência.

Palavras-chave: voto latino; migração internacional; eleições norte-americanas; política migratória; saúde global.

Resumen: *Las elecciones de mitad de mandato de noviembre de 2026 devolvieron a los demócratas el control del Congreso de los Estados Unidos y pusieron de manifiesto cambios en el comportamiento del electorado latino. Este artículo analiza este cambio de tendencia tomando en cuenta las preocupaciones económicas, la diversidad política de las comunidades latinas y el endurecimiento de la política migratoria durante el segundo mandato de Donald Trump. Se distingue al elector latino del migrante internacional, ya que los efectos de las deportaciones también afectan a familias y trabajadores sin derecho al voto. Con base en investigaciones del Pew Research Center, del Migration Policy Institute, de KFF y en datos electorales de Associated Press, se analizan las relaciones entre ciudadanía, protección social, acceso a la salud y vínculos con América Latina. Se argumenta que el voto latino cobra importancia no solo por los resultados electorales, sino por la tensión entre la dependencia económica de la migración y las políticas que restringen los derechos y las condiciones de permanencia.*

Palabras clave: *voto latino; migración internacional; elecciones estadounidenses; política migratoria; salud global.*

Abstract: *The November 2026 midterm elections returned control of the U.S. Congress to the Democratic Party and highlighted changes in Latino voting patterns. This article examines that shift in light of economic concerns, political diversity among Latino communities, and the tightening of immigration enforcement during Donald Trump's second administration. It*

distinguishes Latino voters from international migrants, as deportation policies also affect families and workers who cannot vote in federal elections. Drawing on research from the Pew Research Center, the Migration Policy Institute, and KFF, as well as election reporting from the Associated Press, the article discusses the connections between citizenship, social protection, healthcare access, and transnational ties with Latin America. It argues that the political significance of the Latino vote extends beyond election results, revealing a tension between the U.S. economy's reliance on immigrant labor and policies that undermine migrants' rights and security of residence.

Keywords: *Latino vote; international migration; U.S. midterm elections; immigration policy; global health.*

Introdução

As eleições de meio de mandato de 3 de novembro de 2026 devolveram aos democratas o controle da Câmara dos Representantes e do Senado. O resultado também registrou uma mudança no comportamento de parte dos eleitores latinos, cujo apoio aos republicanos havia crescido na disputa presidencial de 2024. No Texas, essa inflexão contribuiu para vitórias democratas em disputas até então dominadas pelo Partido Republicano. Não se trata, porém, de uma transferência definitiva de lealdades partidárias, mas de um sinal político que precisa ser lido à luz das condições econômicas e das decisões do segundo governo de Donald Trump (Associated Press, 2026a; 2026b).

O voto latino reúne eleitores com origens nacionais, trajetórias familiares, posições ideológicas e experiências de migração muito diferentes. É também um eleitorado submetido, em graus distintos, aos efeitos de uma política que colocou detenções e deportações no centro da agenda presidencial. A análise eleitoral ganha densidade quando diferencia cidadãos que votam, migrantes que adquiriram a cidadania e residentes estrangeiros que vivem e trabalham nos Estados Unidos, mas não participam das eleições federais.

Este artigo examina a relação entre essas dimensões, sem reduzir as escolhas eleitorais à imigração. Economia, renda, moradia e acesso à saúde orientam parte importante das preferências políticas, enquanto a fiscalização migratória produz consequências que atravessam fronteiras, famílias e sistemas de proteção. Para os países latino-americanos, a questão não se limita a quem controla o Congresso norte-americano: envolve também o futuro das relações migratórias e a capacidade de enfrentar os efeitos sociais das políticas de retorno e expulsão.

Quem são os eleitores latinos?

Segundo o Pew Research Center (2026a), aproximadamente 39 milhões de latinos estavam aptos a votar em 2026, um crescimento de 5,2 milhões em relação às eleições de 2022. Cerca de 80% desse aumento decorreu da chegada à idade eleitoral de jovens latinos nascidos nos Estados Unidos. O dado revela um aspecto frequentemente negligenciado: crescimento do eleitorado latino não equivale a crescimento da imigração recente. Cidadania, origem familiar e condição migratória não podem ser usadas como sinônimos.

Há cidadãos de famílias mexicanas, porto-riquenhas, cubanas, venezuelanas, brasileiras e de outras origens, além de diferentes gerações e experiências de naturalização. Em muitos domicílios convivem cidadãos norte-americanos e residentes estrangeiros com situações

documentais distintas. A política migratória pode, portanto, influenciar o voto de pessoas que jamais migraram, mas cujos parentes, vizinhos ou colegas estão sujeitos à fiscalização. Por outro lado, muitos dos diretamente afetados pelas deportações não dispõem de voto para influenciar as escolhas do governo.

A distribuição territorial também importa. O Texas reúne uma das maiores proporções de eleitores latinos do país, enquanto Arizona e Nevada possuem comunidades cuja participação pode alterar disputas de margens estreitas. Na Flórida, as diferenças entre comunidades de origem cubana, porto-riquenha, venezuelana e outras tornam especialmente inadequada qualquer leitura uniforme. Dados referentes a 2024 indicavam participação de cerca de 32% no Texas, 25% no Arizona e 22% em Nevada e na Flórida entre os eleitores aptos (Pew Research Center, 2026a). A força demográfica, contudo, só se converte em resultado político conforme participação, mobilização e prioridades locais.

Economia, política migratória e mudança eleitoral

Às vésperas da eleição, uma pesquisa do Pew Research Center com 774 eleitores latinos registrados indicava preferência de 51% por candidatos democratas à Câmara, contra 24% por republicanos. Também mostrava que 55% associavam o voto ao desejo de se opor a Trump. São dados de intenção de voto e percepção política, não resultados da votação. Seu valor está em revelar a combinação de insatisfação econômica e desgaste presidencial que antecedeu as urnas (Pew Research Center, 2026b).

A economia era considerada muito importante por 86% dos entrevistados; saúde, por 80%; e imigração, por 64%. Ao mesmo tempo, 62% avaliavam que o governo estava indo longe demais nas deportações. Esses percentuais ajudam a compreender por que o eleitor latino não pode ser descrito apenas por sua posição sobre fronteiras. O custo dos alimentos, da energia e da moradia afeta tanto eleitores que apoiam políticas restritivas quanto aqueles que as rejeitam (Pew Research Center, 2026c).

Depois da eleição, a Associated Press identificou que aproximadamente um terço dos eleitores hispânicos votou em candidatos republicanos à Câmara, menos do que a parcela que havia apoiado Trump em 2024. No Texas, cerca de sete em cada dez eleitores hispânicos apoiaram o democrata James Talarico na disputa para o Senado. A mudança favoreceu os democratas, mas não transformou os latinos em uma base partidária homogênea: os resultados variaram conforme estado, geração, candidaturas e contexto local (Associated Press, 2026b).

O elemento decisivo é que insatisfação com o governo e apoio a certas medidas de controle migratório podem coexistir. Um eleitor pode defender a fiscalização das fronteiras e rejeitar a deportação de trabalhadores estabelecidos há anos; pode também votar pela inflação, pelo custo do seguro de saúde ou pelo emprego sem ter a imigração como prioridade. O resultado de 2026 deve ser interpretado como uma reavaliação política em determinadas circunstâncias, não como garantia de alinhamento duradouro com os democratas.

O alcance social das deportações

Os Estados Unidos continuam sendo o principal destino mundial de migrantes internacionais. Em 2025, cerca de 51,9 milhões de residentes haviam nascido no exterior, aproximadamente 15,4% da população, e representavam parcela expressiva da força de trabalho (Pew Research Center, 2025). Essa inserção econômica convive com o aprofundamento

da fiscalização migratória no segundo governo Trump, que ampliou a capacidade operacional de detenções e expulsões.

O Migration Policy Institute (2026) estimou aproximadamente 980 mil deportações entre janeiro de 2025 e julho de 2026, incluindo remoções e retornos. A maior parte dizia respeito a pessoas interceptadas na fronteira, mas cresceram as deportações decorrentes de prisões no interior do país. Entre as deportações realizadas pelo ICE, 61% envolveram pessoas que viviam nos Estados Unidos havia pelo menos dois anos. A distinção é essencial: somar retornos na fronteira e expulsões de residentes estabelecidos, sem explicar os critérios, compromete a interpretação dos dados.

O alcance dessas medidas não termina na pessoa deportada. A separação familiar pode interromper a renda, reorganizar o cuidado de crianças e idosos e ampliar a insegurança de famílias com diferentes situações de cidadania. Também interfere na confiança das comunidades em instituições que não são responsáveis pela fiscalização. A legitimidade do controle migratório, atribuição do Estado, não dispensa o exame da proporcionalidade das medidas, das garantias legais e de suas consequências sobre pessoas que construíram vínculos duradouros no país.

Migração e saúde: efeitos que escapam às urnas

A dimensão sanitária é particularmente relevante para a Saúde Global. Quando o receio de identificação ou detenção afasta pessoas das instituições, a política migratória pode afetar o acesso à prevenção, ao acompanhamento de doenças e à continuidade dos tratamentos. Nem sempre é necessário existir uma proibição formal de atendimento: a percepção de risco pode ser suficiente para modificar o comportamento das famílias.

Em pesquisa realizada pela KFF e pelo New York Times em 2025, 41% dos imigrantes entrevistados declararam temer que eles próprios ou algum familiar fossem detidos ou deportados. Outros 14% afirmaram que eles ou integrantes de suas famílias haviam evitado procurar serviços de saúde devido a preocupações ligadas à imigração (KFF, 2025). Esses dados descrevem experiências de migrantes, não as opiniões do eleitorado latino, e mostram por que confundir as duas populações produziria uma análise equivocada.

O impacto ultrapassa os serviços de saúde. O medo de circular pode atingir trabalho, escola, atividades comunitárias e relações de vizinhança, com consequências sobre a renda, a saúde mental e a proteção de crianças. Para autoridades sanitárias, o desafio está em manter vínculos de confiança com pessoas que precisam de atendimento, independentemente das disputas sobre fiscalização migratória. A proteção da saúde não é uma competência isolada dos órgãos de saúde; depende também de decisões sobre documentação, segurança e acesso a direitos.

O voto latino e as relações com a América Latina

A política migratória norte-americana possui consequências que ultrapassam suas fronteiras. Deportações, restrições ao asilo e mudanças nos procedimentos de regularização repercutem sobre países de origem e trânsito, redes familiares, remessas e serviços locais de acolhimento. Governos e municípios latino-americanos podem ter de responder a demandas de documentação, inserção econômica, assistência social e saúde geradas por decisões adotadas em Washington.

A nova composição do Congresso abre possibilidades adicionais de fiscalização parlamentar, debate orçamentário e supervisão da política migratória. A vitória democrata nas duas casas, porém, não significa reversão automática das medidas do Executivo. A formulação e a execução dessa agenda dependem de legislação, decisões judiciais, competências presidenciais e negociações políticas (Associated Press, 2026a).

Nessa relação, o eleitor latino pode influenciar escolhas que afetam também quem não vota. Mas essa influência não é automática, nem representa uma posição única da América Latina. As diferentes histórias das comunidades, seus vínculos com os países de origem e suas preocupações domésticas produzem agendas muitas vezes divergentes. O Congresso e as relações bilaterais importam, portanto, tanto pela representação política quanto pelas capacidades de proteção consular e cooperação com os países afetados.

Considerações finais

As eleições de 2026 confirmaram a relevância do voto latino e, ao mesmo tempo, os limites de explicações baseadas exclusivamente na origem étnica. A mudança de preferência de parte desses eleitores esteve associada à insatisfação econômica, ao julgamento do governo e às consequências da política migratória. O resultado não autoriza concluir que haverá um alinhamento permanente ao Partido Democrata, tampouco que a imigração tenha determinado sozinha o comportamento eleitoral.

A principal questão para o debate sobre migrações está na distância entre quem sofre os efeitos das políticas e quem pode influenciá-las pelo voto. Cidadãos latinos, migrantes naturalizados e residentes estrangeiros compartilham cidades, famílias e mercados de trabalho, mas ocupam posições distintas diante do sistema político. Essa assimetria ganha consequências concretas quando detenções, deportações ou barreiras ao acesso à saúde passam a atingir a vida cotidiana de comunidades inteiras.

Para a América Latina e a Saúde Global, acompanhar a nova legislatura exigirá observar não apenas a disputa entre partidos, mas a capacidade de garantir direitos, preservar vínculos familiares e responder aos efeitos transnacionais da política migratória. A eleição de 2026 oferece uma fotografia relevante. O que ela antecipa para 2028 dependerá das respostas institucionais e das condições de vida que os eleitores encontrarão nos próximos anos.

Referências

ASSOCIATED PRESS. Calling control of Congress in the 2026 midterm elections. 2026a. Disponível em: https://www.ap.org/the-definitive-source/behind-the-news/calling-control-of-congress-in-the-2026-midterm-elections/. Acesso em: 9 nov. 2026.

ASSOCIATED PRESS. Latino voters swing left in midterm elections, lifting Democrats to big wins in Texas and nationwide. 2026b. Disponível em: https://apnews.com/article/latino-voters-2026-midterms-texas-a65181f2be4d2f4b66cb45343f1627c2. Acesso em: 9 nov. 2026.

KFF. KFF/New York Times 2025 Survey of Immigrants: Worries and Experiences Amid Increased Immigration Enforcement. 2025. Disponível em: https://www.kff.org/racial-equity-and-health-policy/kff-new-york-times-2025-survey-of-immigrants-worries-and-experiences-amid-increased-immigration-enforcement/. Acesso em: 9 nov. 2026.

MIGRATION POLICY INSTITUTE. U.S. Deportations and “Self-Deportations” in the First 18 Months of the Second Trump Term. Texto de Marc R. Rosenblum. out. 2026. Disponível em: https://www.migrationpolicy.org/publication/us-deportations-second-trump. Acesso em: 9 nov. 2026.

PEW RESEARCH CENTER. What the data says about immigrants in the U.S. 21 ago. 2025. Disponível em: https://www.pewresearch.org/short-reads/2025/08/21/key-findings-about-us-immigrants/. Acesso em: 9 nov. 2026.

PEW RESEARCH CENTER. The U.S. Electorate's Changing Racial and Ethnic Makeup. 10 set. 2026a. Disponível em: https://www.pewresearch.org/race-and-ethnicity/2026/09/10/the-u-s-electorates-changing-racial-and-ethnic-makeup/. Acesso em: 9 nov. 2026.

PEW RESEARCH CENTER. How Latino Voters Are Experiencing the 2026 Midterm Elections. 16 out. 2026b. Disponível em: https://www.pewresearch.org/race-and-ethnicity/2026/10/16/how-latino-voters-are-experiencing-the-2026-midterm-elections/. Acesso em: 9 nov. 2026.

PEW RESEARCH CENTER. The Economy Is the Top Issue for Latino Voters in the 2026 Midterms. 16 out. 2026c. Disponível em: https://www.pewresearch.org/race-and-ethnicity/2026/10/16/the-economy-is-the-top-issue-for-latino-voters-in-the-2026-midterms/. Acesso em: 9 nov. 2026.

Democratas, prestem atenção: a paz é uma boa estratégia política[1]

Demócratas, presten atención: la paz es una buena estrategia política

Democrats, take note: peace is a good political strategy

Jeffrey D. Sachs

O recado dos eleitores é o mesmo em toda parte: a diplomacia é mais segura, mais eficaz e custa trilhões de dólares a menos do que a guerra.

Resumo: O resultado das eleições representou uma rejeição contundente à guerra de Trump contra o Irã e aos seus custos exorbitantes para a população norte-americana. Há dois anos, os eleitores rejeitaram as guerras do governo Biden na Ucrânia e em Gaza. Os eleitores israelenses rejeitaram as guerras irresponsáveis de Netanyahu, e os eleitores europeus também estão rejeitando os partidos que prolongam a guerra na Ucrânia. O recado dos eleitores é o mesmo em toda parte: a diplomacia é mais segura, mais eficaz e custa trilhões de dólares a menos do que a guerra.

Palavras-chave: Guerras; eleições americanas

Resumen: *El resultado de las elecciones representó un rechazo contundente a la guerra de Trump contra Irán y a sus costos exorbitantes para la población estadounidense. Hace dos años, los votantes rechazaron las guerras del gobierno de Biden en Ucrania y en Gaza. Los votantes israelíes rechazaron las guerras irresponsables de Netanyahu, y los votantes europeos también están rechazando a los partidos que prolongan la guerra en Ucrania. El mensaje de los votantes es el mismo en todas partes: la diplomacia es más segura, más eficaz y cuesta billones de dólares menos que la guerra.*

Palabras clave: *Guerras; elecciones estadounidenses*

Summary: *Two years ago, voters rejected the Biden administration's wars in Ukraine and Gaza. Israeli voters have rejected Netanyahu's reckless wars, and European voters are likewise rejecting parties that prolong the war in Ukraine. The message from voters is the same everywhere: diplomacy is safer, more effective, and costs trillions of dollars less than war.*

Keywords: *Wars; U.S. elections*

Na terça-feira, 3/11, eleitores de todos os Estados Unidos foram bastante claros ao impor uma derrota histórica ao trumpismo. O resultado das eleições representou uma rejeição contundente à guerra de Trump contra o Irã e aos seus custos exorbitantes para a população

[1] Texto original em inglês disponível em: https://www.commondreams.org/opinion/democratic-party-of-peace Tradução feita por Assistente de Inteligência Artificial, revisado por Carolina Leocádio.

norte-americana. Enquanto comemoram a vitória e a oportunidade histórica de restaurar a ordem constitucional dos Estados Unidos, os democratas deveriam levar a sério a mensagem antiguerra transmitida pelas urnas, pois sofreram o mesmo veredito há dois anos, quando os eleitores rejeitaram as guerras do governo Biden na Ucrânia e em Gaza. Na semana passada, os eleitores israelenses rejeitaram as guerras irresponsáveis de Netanyahu, e os eleitores europeus também estão rejeitando os partidos que prolongam a guerra na Ucrânia. O recado dos eleitores é o mesmo em toda parte: a diplomacia é mais segura, mais eficaz e custa trilhões de dólares a menos do que a guerra.

Na noite da eleição, Trump admitiu à Fox News: "Acho que uma parte disso foi o Irã". No dia seguinte, o vice-presidente JD Vance foi muito mais direto ao publicar no X: "O motivo da nossa derrota foi a guerra. O próprio presidente disse isso ontem à noite... todo mundo sabe por que perdemos". Na pesquisa AP Voter Poll, cerca de 60% dos eleitores disseram que a decisão de recorrer à força militar contra o Irã foi equivocada, e aproximadamente 90% afirmaram que o custo de vida foi um fator crucial ou importante em sua decisão de voto.

A guerra e o custo de vida estavam, evidentemente, profundamente interligados. Os preços da gasolina, que giravam em torno de US$ 2,80 por galão antes do início da guerra, em 28 de fevereiro, haviam subido cerca de 55% em meados de maio e alcançaram uma média mensal de US$ 4,43 em setembro. O rendimento dos títulos do Tesouro norte-americano com vencimento em dez anos passou de menos de 4% antes da guerra para mais de 5% no outono, e o Pentágono solicitou mais de US$ 200 bilhões em recursos suplementares para financiar a guerra. Todas as famílias com financiamento imobiliário, empréstimo para comprar um carro ou saldo devedor no cartão de crédito foram prejudicadas pela guerra.

O primeiro dever do novo Congresso é restabelecer sua autoridade constitucional sobre a guerra e seu poder sobre a destinação dos recursos públicos, a fim de garantir que as forças norte-americanas não voltem a ser enviadas para o combate no Irã ou em qualquer outro lugar por capricho de um presidente ou a pedido de grupos de pressão nacionais ou estrangeiros. Trump, naturalmente, deve se abster de retomar a guerra, que nunca foi, nem de longe, necessária ou justificável. Vale lembrar que, em 28 de fevereiro, dia em que Estados Unidos e Israel iniciaram a guerra, o ministro das Relações Exteriores de Omã, que mediava as negociações entre os Estados Unidos e o Irã, havia declarado que um acordo estava ao alcance.

Os democratas não devem imaginar que a lição antiguerra se aplica apenas aos republicanos. Kamala Harris perdeu em 2024 porque os eleitores responsabilizaram o governo Biden pelos custos de suas próprias guerras. O choque energético que se seguiu à escalada da guerra na Ucrânia, em 2022, elevou a inflação, e o preço da gasolina ultrapassou pela primeira vez a marca de US$ 5 por galão em junho daquele ano. Biden rejeitou por duas vezes negociações que poderiam ter encerrado o conflito: em dezembro de 2021, quando seu governo se recusou a negociar a ampliação da OTAN em resposta à proposta russa de um tratado de segurança; e em abril de 2022, quando as negociações de Istambul foram abandonadas por pressão dos Estados Unidos e do Reino Unido.

O genocídio em Gaza também teve um custo direto para os democratas. Entre os norte-americanos que votaram em Joe Biden em 2020, mas não em Harris em 2024, 29% apontaram o fim da violência de Israel em Gaza como o principal fator de sua decisão, tornando essa a questão mais citada. Os eleitores do partido avançaram muito mais rapidamente do que suas lideranças. Uma pesquisa do New York Times/Siena realizada em maio de 2026 constatou que

cerca de três quartos dos eleitores democratas são contrários à assistência militar e econômica dos Estados Unidos a Israel.

Os eleitores de toda parte estão transmitindo a mesma mensagem: paz por meio da diplomacia. Em 27 de outubro, após as guerras de Israel em Gaza, no Líbano e no Irã, Netanyahu perdeu a maioria parlamentar. Da mesma forma, os líderes europeus que se comprometeram com uma guerra sem prazo para terminar na Ucrânia estão sendo rejeitados pelos eleitores. Apenas 10% dos alemães estão satisfeitos com o chanceler Friedrich Merz, o índice mais baixo já registrado para um chefe de governo alemão. A aprovação de Emmanuel Macron caiu para 15% em outubro. Na Bulgária, Iliana Iotova, que defende o diálogo com Moscou, venceu a eleição presidencial de 1º de novembro com mais de 58% dos votos.

Um dos principais testes que os democratas terão pela frente será a questão da Ucrânia. O partido precisa abandonar sua postura habitual de demonização da Rússia e, em vez disso, apoiar uma solução diplomática para pôr fim à guerra.

Para começar, os democratas deveriam se lembrar dos motivos que deram origem à guerra. Em 1990, os Estados Unidos garantiram a Mikhail Gorbachev que a OTAN não avançaria "nem uma polegada para o leste". O governo Clinton descumpriu essa promessa. Em 2008, o governo Bush conseguiu aprovar a Declaração de Bucareste, segundo a qual a Ucrânia e a Geórgia "se tornarão membros da OTAN", apesar do alerta do embaixador William Burns de que essa era a mais intransponível de todas as linhas vermelhas para a Rússia. Em 2014, os Estados Unidos apoiaram o golpe contra o presidente eleito da Ucrânia, Viktor Yanukovych, como deixou claro a gravação vazada da conversa entre Nuland e Pyatt. Em abril de 2022, quando os negociadores em Istambul chegaram perto de um acordo de paz baseado na neutralidade ucraniana, Estados Unidos e Reino Unido intervieram para impedir que o acordo fosse firmado. Hoje, 75% dos ucranianos são favoráveis a negociações com a Rússia para pôr fim à guerra.

Diante dessas causas do conflito, apresentei recentemente uma proposta diplomática direta para alcançar a paz na Ucrânia e pôr fim à guerra. A OTAN encerraria sua expansão para o leste. A Ucrânia adotaria a neutralidade permanente, seguindo o modelo da Áustria em 1955. Seria estabelecida uma linha de armistício, com ambos os lados renunciando ao uso da força para alterá-la. A Ucrânia buscaria ingressar na União Europeia como Estado permanentemente neutro. Os democratas deveriam apoiar essa abordagem diplomática. É o caminho capaz de pôr fim à guerra, salvar a Ucrânia e conquistar o apoio tanto da população ucraniana quanto da norte-americana.

Acima de tudo, os democratas não devem confundir sua vitória com um mandato para promover suas próprias guerras. A nova maioria democrata deveria reafirmar rapidamente a autoridade constitucional do Congresso sobre a guerra e a paz, defender uma solução negociada para o conflito na Ucrânia, pôr fim ao apoio às guerras de Israel, reduzir o orçamento militar e redirecionar os recursos economizados para diminuir o custo de vida e sanear as finanças públicas.

Essas posições não são apenas corretas: também representam uma boa estratégia política. Para conquistar a Casa Branca em 2028, os democratas deveriam se tornar o partido da paz. Melhor ainda, os dois partidos deveriam se tornar partidos da paz e disputar a campanha de 2028 em torno de qual deles será mais capaz de atender às necessidades da população norte-americana: empregos dignos, custo de vida acessível, assistência médica, moradia, meio ambiente seguro e educação de qualidade.

Financiamento Climático, Vulnerabilidade e Responsabilidade: o Direito ao Desenvolvimento na Emergência Climática Global

Financiamiento climático, vulnerabilidad y responsabilidad: el derecho al desarrollo ante la emergencia climática global

Climate Finance, Vulnerability, and Responsibility: The Right to Development in the Global Climate Emergency

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo: O relatório A/HRC/63/39 – *Climate Finance: Vulnerability and Responsibility*, elaborado pelo Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, examina as relações entre financiamento climático, vulnerabilidade e responsabilidade internacional sob a perspectiva dos direitos humanos e do direito ao desenvolvimento. O documento argumenta que os países e populações mais vulneráveis às mudanças climáticas são, em grande medida, aqueles que menos contribuíram historicamente para a emissão de gases de efeito estufa, mas que enfrentam os maiores custos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da crise climática. O relatório analisa as insuficiências dos mecanismos atuais de financiamento climático, os obstáculos enfrentados pelos países em desenvolvimento para acessar recursos internacionais e a necessidade de fortalecer os princípios da equidade, das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e da justiça climática. Este informe conclui relacionando os principais argumentos do relatório com suas implicações para a governança global, a cooperação internacional, o desenvolvimento sustentável e a saúde global.

Palavras-chave: financiamento climático; direito ao desenvolvimento; justiça climática; vulnerabilidade; governança global; saúde global.

Resumen: *El informe A/HRC/63/39 – Climate Finance: Vulnerability and Responsibility, elaborado por el Mecanismo de Expertos sobre el Derecho al Desarrollo del Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, examina las relaciones entre financiación climática, vulnerabilidad y responsabilidad internacional desde la perspectiva de los derechos humanos y del derecho al desarrollo. El documento sostiene que los países y poblaciones más vulnerables al cambio climático son, en gran medida, aquellos que menos contribuyeron históricamente a las emisiones de gases de efecto invernadero, pero que enfrentan los mayores costos sociales, económicos y ambientales derivados de la crisis climática. El informe analiza las limitaciones de los mecanismos actuales de financiación climática, los obstáculos que enfrentan los países en desarrollo para acceder a recursos internacionales y la necesidad de fortalecer los principios de equidad, responsabilidades comunes pero diferenciadas y justicia climática. Este informe concluye relacionando los principales argumentos del informe con sus implicaciones para la gobernanza global, la cooperación internacional, el desarrollo sostenible y la salud global.*

Palabras clave: *financiación climática; derecho al desarrollo; justicia climática; vulnerabilidad; gobernanza global; salud global.*

Abstract: *The report A/HRC/63/39 – Climate Finance: Vulnerability and Responsibility, prepared by the Expert Mechanism on the Right to Development of the United Nations Human Rights Council, examines the relationship between climate finance, vulnerability and international responsibility from a human rights and development perspective. The document argues that the countries and populations most vulnerable to climate change are often those that have contributed least to historical greenhouse gas emissions, yet they bear the greatest social, economic and environmental costs of the climate crisis. The report assesses the shortcomings of current climate finance mechanisms, the barriers facing developing countries in accessing international resources, and the need to strengthen the principles of equity, common but differentiated responsibilities and climate justice. This report concludes by linking the main arguments of the report to their implications for global governance, international cooperation, sustainable development, and global health.*

Keywords: *climate finance; right to development; climate justice; vulnerability; global governance; global health.*

Introdução

As mudanças climáticas representam um dos principais desafios para a humanidade no século XXI. Além de seus efeitos sobre ecossistemas, biodiversidade e recursos naturais, a crise climática interfere diretamente na efetivação dos direitos humanos, na redução das desigualdades e nas perspectivas de desenvolvimento sustentável. A frequência crescente de eventos extremos, como secas, enchentes, incêndios florestais, ondas de calor e tempestades, vem produzindo impactos econômicos, sociais e sanitários cada vez mais severos, especialmente nos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, o relatório A/HRC/63/39 – *Climate Finance: Vulnerability and Responsibility*[1][2], elaborado pelo Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento e apresentado ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, propõe uma análise sobre a distribuição das responsabilidades relacionadas ao financiamento da ação climática global. O documento parte da compreensão de que a crise climática não pode ser analisada apenas como uma questão ambiental ou tecnológica. Trata-se, sobretudo, de um desafio relacionado à justiça internacional, aos direitos humanos e às desigualdades produzidas pelo modelo histórico de desenvolvimento econômico.

Segundo o relatório:

> *A integração dos princípios da justiça climática nos processos de transição justa permite que as sociedades estabeleçam caminhos mais inclusivos e equitativos rumo ao desenvolvimento sustentável. No entanto, uma transição justa deve ir além da teoria e ser apoiada por mecanismos de financiamento climático robustos e direcionados, essenciais para garantir o direito ao desenvolvimento das comunidades e dos indivíduos cada vez mais e desproporcionalmente afetados pelas mudanças climáticas.*
>
> *Os impactos negativos das mudanças climáticas são ainda mais agravados pelas reduções nos compromissos de assistência oficial ao desenvolvimento, o que representa desafios adicionais para o alcance das metas climáticas e de desenvolvimento.*

[1] Relatório no idioma espanhol disponível em: https://docs.un.org/es/A/HRC/63/39

[2] Relatório no idioma inglês disponível em: https://docs.un.org/en/A/HRC/63/39

O relatório sustenta que a capacidade dos Estados para proteger suas populações, adaptar suas economias e responder aos impactos climáticos depende fortemente da disponibilidade de recursos financeiros, tecnológicos e institucionais. Em consequência, o financiamento climático é apresentado como componente essencial para a concretização do direito ao desenvolvimento e para a construção de uma resposta global mais justa e eficaz à emergência climática.

Relações entre o financiamento climático e o direito ao desenvolvimento

O relatório analisa a relação entre financiamento climático e direito ao desenvolvimento, sustentando que a atual crise climática deve ser compreendida não apenas como um desafio ambiental, mas também como uma questão de justiça internacional, direitos humanos e equidade no desenvolvimento.

A partir do reconhecimento de que os países com maiores emissões históricas de gases de efeito estufa possuem responsabilidades diferenciadas diante da crise climática, os países que menos contribuíram para o aquecimento global são frequentemente os mais vulneráveis aos seus impactos. Essa assimetria justifica a necessidade de mecanismos específicos de financiamento climático voltados para adaptação, mitigação e fortalecimento da resiliência nos países em desenvolvimento.

O relatório destaca que os efeitos das mudanças climáticas têm provocado impactos sociais, econômicos e ambientais cada vez mais severos, incluindo secas, enchentes, incêndios florestais, elevação do nível do mar, deslocamentos populacionais e danos à infraestrutura. Pequenos Estados insulares e países de baixa altitude encontram-se entre os mais expostos a esses riscos. Nesse contexto, o documento observa que existe uma importante lacuna entre as necessidades reais de financiamento climático e os recursos atualmente disponibilizados pela comunidade internacional, estimando-se necessidades globais da ordem de US$ 1,3 trilhão para apoiar a transição climática e o desenvolvimento sustentável.

A análise também chama atenção para a redução recente da ajuda oficial ao desenvolvimento e para o enfraquecimento do multilateralismo em diversos contextos internacionais. Segundo o relatório, essas tendências aumentam a pressão sobre os países em desenvolvimento justamente em um momento em que são necessários maiores investimentos para adaptação e transição ecológica. Embora a cooperação Sul-Sul tenha se expandido, o documento ressalta que ela não substitui os compromissos históricos de cooperação Norte-Sul.

Outro aspecto é a constatação de que uma parcela significativa do financiamento climático continua sendo ofertada por meio de empréstimos, muitos dos quais em condições não concessionais. O relatório considera problemática essa situação, pois transfere para países menos responsáveis pela crise climática o ônus financeiro de lidar com seus impactos. À luz do parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça, o financiamento climático é apresentado como uma obrigação jurídica relacionada ao dever de cooperação internacional e ao princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

O documento define os principais conceitos relacionados ao tema, distinguindo financiamento climático, mitigação, adaptação e resiliência climática. Argumenta ainda que, embora a adaptação, a mitigação e a resiliência sejam estratégias complementares, cada uma delas requer mecanismos próprios de financiamento.

> *12. Os **principais conceitos** envolvidos são os seguintes:*
>
> *(a) **Financiamento climático**: todos os recursos e instrumentos financeiros públicos e privados destinados à mitigação, adaptação e fortalecimento da resiliência diante das mudanças climáticas. Em princípio, não pode substituir o financiamento para o desenvolvimento, mas pode complementá-lo;*
>
> *(b) **Mitigação climática**: esforços realizados principalmente pelos países desenvolvidos e industrializados, voltados à alteração dos padrões de demanda e comportamento de empresas e famílias, bem como ao uso adequado de tecnologias;*
>
> *(c) **Adaptação climática**: processo de ajuste às condições climáticas atuais ou previstas e às suas consequências associadas, com o objetivo de reduzir seus efeitos adversos e aproveitar possíveis oportunidades benéficas. Sua finalidade é diminuir a vulnerabilidade de diferentes setores e infraestruturas aos impactos das mudanças climáticas;*
>
> *(d) **Resiliência climática**: capacidade de um ecossistema, de uma sociedade ou mesmo de uma organização de antecipar-se e preparar-se para as mudanças climáticas. Essa capacidade pode abranger desde a implementação de sistemas de alerta precoce e redes de proteção social, especialmente para grupos em situação de maior vulnerabilidade, até soluções baseadas na natureza.*

O relatório observa que os recursos atualmente disponíveis se concentram predominantemente em ações de mitigação, voltadas à redução de emissões, enquanto o financiamento para adaptação permanece insuficiente, constituindo um obstáculo à concretização do direito ao desenvolvimento das populações mais vulneráveis.

Outrossim, enfatiza que o financiamento climático não pode substituir a ajuda oficial ao desenvolvimento nem outros mecanismos tradicionais de financiamento do desenvolvimento sustentável. Ao contrário, deve complementar essas iniciativas e ser orientado pelos princípios da justiça climática, da equidade, da participação social e da proteção dos grupos mais vulneráveis.

O relatório destaca ainda a importância da participação efetiva das comunidades locais, especialmente aquelas em situações de maior vulnerabilidade, que são consistentemente as mais expostas aos riscos climáticos, na definição, implementação e monitoramento das políticas financiadas por recursos climáticos, incluindo mecanismos para a consulta.

Esses processos participativos permitem definir melhor os objetivos concretos a serem alcançados e ajudam a incorporar práticas locais e o conhecimento tradicional e ecológico acumulado, ao mesmo tempo em que reduzem o risco de adaptação inadequada, o agravamento das desigualdades e o surgimento de conflitos sociais.

O Direito ao Desenvolvimento como Referencial Normativo

O relatório fundamenta suas análises na Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento, adotada pela Assembleia Geral em 1986. Segundo esse instrumento, o desenvolvimento constitui um direito humano inalienável, cabendo aos Estados e à comunidade internacional criar condições para que todas as pessoas possam participar, contribuir e beneficiar-se dos processos de desenvolvimento econômico, social, cultural e político.

Marcos jurídicos, regulatórios e programáticos desde a adoção do Protocolo de Quioto e sua relação com o direito ao desenvolvimento

O relatório examina a evolução dos principais marcos jurídicos, regulatórios e programáticos construídos no âmbito da governança climática internacional desde a adoção do Protocolo de Quioto, analisando suas implicações para o direito ao desenvolvimento.

O capítulo III do relatório parte da constatação de que a crise climática deixou de ser tratada exclusivamente como uma questão ambiental e passou a integrar progressivamente o campo dos direitos humanos, da justiça internacional e do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o relatório destaca que decisões recentes de tribunais internacionais contribuíram para fortalecer a compreensão do financiamento climático como obrigação jurídica e não apenas como expressão voluntária de cooperação internacional.

Corte Internacional de Justiça e Corte Interamericana de Direitos Humanos

A análise inicia-se pelos pareceres consultivos emitidos pela Corte Internacional de Justiça e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Segundo o relatório, ambos os tribunais consolidaram o entendimento de que os Estados possuem responsabilidades concretas na proteção do sistema climático global, fundamentadas não apenas nos tratados ambientais, mas também nas normas internacionais de direitos humanos.

A Corte Internacional de Justiça reconheceu a existência de obrigações vinculantes relacionadas à mitigação, adaptação, cooperação internacional, transferência de tecnologia e financiamento climático, reforçando a interpretação de que os países com maiores capacidades econômicas e maiores responsabilidades históricas devem contribuir de maneira mais significativa para apoiar os países em desenvolvimento. Da mesma forma, a Corte Interamericana de Direitos Humanos enquadra a emergência climática como uma questão central de direitos humanos, associando a proteção climática ao direito a um ambiente saudável, à equidade intergeracional e à proteção dos grupos em situação de vulnerabilidade.

Princípio das Responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades

O relatório dedica atenção especial ao princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades, considerado um dos pilares históricos da governança climática internacional desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

Segundo o documento, esse princípio procura conciliar a responsabilidade compartilhada de todos os Estados no enfrentamento da crise climática com o reconhecimento das profundas diferenças existentes em termos de desenvolvimento econômico, capacidades institucionais, emissões históricas e acesso a recursos tecnológicos e financeiros.

O texto observa, contudo, que a operacionalização desse princípio continua sendo objeto de disputas políticas. Países em desenvolvimento argumentam que os compromissos assumidos pelos países industrializados permanecem insuficientes diante da magnitude dos desafios enfrentados pelo Sul Global, enquanto os países desenvolvidos defendem uma distribuição mais ampla das responsabilidades climáticas.

Apesar dessas divergências, o relatório considera o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas como elemento fundamental para a promoção da justiça climática e para a concretização do direito ao desenvolvimento.

Precificação do carbono e mercados de carbono

Em seguida, o documento examina os instrumentos de precificação do carbono e os mercados de carbono como mecanismos destinados a mobilizar recursos financeiros para a ação climática. O relatório explica que esses instrumentos buscam atribuir valor econômico às emissões de gases de efeito estufa, criando incentivos para a redução das emissões e para

investimentos em atividades de baixo carbono. São analisados tanto os mercados regulados, vinculados a obrigações legais impostas pelos governos, quanto os mercados voluntários, nos quais empresas e organizações adquirem créditos de carbono como forma de compensar emissões. Embora reconheça que esses mecanismos podem contribuir para mobilizar recursos e estimular investimentos sustentáveis, o relatório destaca numerosos desafios relacionados à sua integridade ambiental, transparência, governança e efetividade.

Artigo 6º do Acordo de Paris

Nesta seção dedicada ao Artigo 6 do Acordo de Paris, que regulamenta mecanismos de cooperação internacional e mercados de carbono, o relatório observa que a operacionalização desse artigo buscou corrigir fragilidades identificadas no antigo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, incluindo problemas relacionados à adicionalidade dos projetos, à distribuição desigual dos benefícios e à insuficiente proteção dos direitos humanos.

O mecanismo centralizado previsto no artigo 6º é regido por regras rigorosas que incluem a autorização prévia das transações; a operação de registros que os monitoram para garantir a integridade ambiental em todas as etapas anteriores e sob o controle de um painel de especialistas; um órgão de supervisão; um método para medir e quantificar créditos, especialmente para projetos florestais; uma verificação obrigatória dos projetos com base em salvaguardas ambientais e de direitos humanos robustas, para garantir que os projetos não possam prosseguir sem o consentimento explícito e informado dos povos indígenas; um mecanismo de recurso para qualquer pessoa ou comunidade afetada; e uma cooperação mais descentralizada com regras mais flexíveis. Ficou acordado na 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas que as novas regras seriam revisadas e avaliadas em 2028.

Experiências, desafios, sucessos e fracassos relacionados aos princípios do direito ao desenvolvimento

O documento descreve a experiência de diferentes sistemas nacionais e regionais de comércio de emissões, incluindo o *European Union Emissions Trading System*, considerado a maior iniciativa regulada de mercado de carbono do mundo. Também são abordadas experiências na República da Coreia, Japão, Chile, México e China. O relatório observa que os resultados desses sistemas variam significativamente conforme o contexto institucional e regulatório de cada país, mas indica que sua eficácia depende de elevados padrões de transparência, credibilidade dos créditos gerados e preços suficientemente altos para alterar comportamentos e padrões produtivos intensivos em carbono.

O relatório também examina debates sobre equidade e não discriminação nos mercados de carbono. Embora esses mecanismos possam gerar novas oportunidades econômicas para países em desenvolvimento, existem preocupações quanto à distribuição desigual dos benefícios. O documento menciona, por exemplo, discussões em torno do mecanismo europeu de ajuste de carbono na fronteira, apontando que alguns países africanos consideram essas medidas potenciais barreiras comerciais que podem dificultar sua inserção nos mercados internacionais. Nesse sentido, a efetividade dos instrumentos climáticos depende de sua capacidade de combinar objetivos ambientais com princípios de justiça econômica e inclusão social.

Outro eixo central do capítulo refere-se à participação das comunidades locais e dos povos indígenas nos processos de governança climática. O relatório ressalta que diversos estudos e denúncias apontaram falhas em projetos de compensação de carbono, incluindo casos de deslocamento de populações, conflitos fundiários, restrições territoriais e benefícios distribuídos de forma desigual.

Por essa razão, defende-se que mecanismos climáticos compatíveis com o direito ao desenvolvimento devem garantir acesso à informação, participação efetiva, transparência, mecanismos de reclamação, reparação de danos e compartilhamento justo dos benefícios econômicos gerados pelos projetos. A participação social é apresentada não apenas como requisito procedimental, mas como condição para a legitimidade e sustentabilidade das iniciativas climáticas.

Por fim, a consolidação de estruturas regulatórias robustas, transparentes e inclusivas é indispensável para que os instrumentos financeiros e de mercado contribuam efetivamente para a realização do direito ao desenvolvimento. Já a governança climática internacional deve assegurar que os benefícios econômicos da transição ecológica sejam compartilhados de forma justa, especialmente com comunidades locais, povos indígenas e países do Sul Global.

***Clean Cooking* (Cocção Limpa)**

O documento analisa o acesso à tecnologias de cocção limpa como uma questão que transcende os debates energéticos e ambientais, sendo apresentada pelo relatório como um elemento fundamental para a realização do direito ao desenvolvimento ao destacar que bilhões de pessoas, principalmente em países de baixa e média renda, continuam dependentes de combustíveis sólidos tradicionais, como lenha, carvão vegetal, resíduos agrícolas e esterco animal, para cozinhar suas refeições. Essa dependência produz impactos simultâneos sobre a saúde, o meio ambiente, a igualdade de gênero, a pobreza e o desenvolvimento econômico.

O relatório observa que a utilização de combustíveis e tecnologias poluentes para cozinhar constitui uma das principais fontes de poluição do ar domiciliar visto que a exposição prolongada à fumaça gerada pela queima desses materiais está associada ao aumento de doenças respiratórias, cardiovasculares e outras enfermidades, afetando particularmente mulheres, crianças e idosos, que permanecem mais tempo em ambientes domésticos. Dessa forma, o acesso à cocção limpa é tratado não apenas como uma questão energética, mas também como uma intervenção relevante para a proteção do direito à saúde.

Destaca-se ainda os impactos ambientais associados aos métodos tradicionais de cocção tais como a coleta contínua de lenha que contribui para processos de desmatamento e degradação ambiental em diversas regiões do mundo, enquanto a queima ineficiente de biomassa libera gases de efeito estufa e poluentes climáticos de curta duração, como o carbono negro (*black carbon*), que contribuem para o aquecimento global. Nesse contexto, a expansão do acesso a tecnologias de cocção limpa é apresentada como uma medida capaz de gerar benefícios simultâneos para a mitigação das mudanças climáticas e para o desenvolvimento sustentável.

A forte dimensão de gênero está associada ao tema considerando que em muitas comunidades rurais e populações vulneráveis, mulheres e meninas assumem a responsabilidade pela coleta de combustível e pelo preparo dos alimentos. Essa atividade demanda tempo significativo, reduz oportunidades educacionais e econômicas e aumenta a exposição a riscos

físicos e problemas de saúde. A transição para sistemas de cocção limpa pode contribuir para a redução dessas desigualdades, ampliando o acesso das mulheres à educação, ao trabalho remunerado e à participação social.

A análise também relaciona a cocção limpa aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aqueles vinculados à erradicação da pobreza, saúde e bem-estar, igualdade de gênero, acesso universal à energia e ação climática. O relatório argumenta que os investimentos nesse setor produzem benefícios múltiplos e interdependentes, fortalecendo simultaneamente a saúde pública, a proteção ambiental e as capacidades de desenvolvimento das comunidades.

Do ponto de vista financeiro, o documento identifica a insuficiência de investimentos como um dos maiores obstáculos à universalização do acesso à cocção limpa, pois, apesar dos ganhos potenciais em saúde, produtividade e proteção ambiental, os fluxos de financiamento destinados ao setor permanecem muito abaixo do necessário para alcançar as metas internacionais de acesso universal a serviços energéticos modernos. O relatório aponta que o financiamento climático pode desempenhar papel importante na expansão dessas tecnologias, especialmente em países em desenvolvimento, uma vez que a cocção limpa produz benefícios tanto para a adaptação quanto para a mitigação das mudanças climáticas.

Destaca-se a importância de políticas públicas integradas e de mecanismos financeiros que considerem as necessidades das populações mais vulneráveis, entre as quais estão subsídios direcionados, crédito acessível, investimentos em infraestrutura energética, apoio à inovação tecnológica e fortalecimento de capacidades locais para implantação e manutenção dos equipamentos. Segundo o relatório, a transição energética somente será compatível com o direito ao desenvolvimento se for inclusiva, acessível e capaz de beneficiar efetivamente as populações que atualmente permanecem excluídas dos serviços modernos de energia.

A cocção limpa constitui um exemplo concreto de como o financiamento climático pode gerar benefícios sociais, econômicos, sanitários e ambientais simultaneamente ao reduzir emissões, diminuir a exposição à poluição doméstica, promover a igualdade de gênero e ampliar oportunidades de desenvolvimento, os investimentos nesse setor demonstram que as políticas climáticas podem contribuir diretamente para a realização dos direitos humanos e do direito ao desenvolvimento.

Minerais críticos: da extração ao valor agregado

O capítulo V examina o papel estratégico dos minerais críticos na transição energética global e analisa os desafios que sua exploração, processamento e agregação de valor apresentam para o direito ao desenvolvimento.

O relatório parte do reconhecimento de que a descarbonização da economia mundial depende fortemente de minerais como lítio, cobalto, níquel, cobre, manganês, grafite e terras raras, essenciais para a produção de baterias, veículos elétricos, sistemas de armazenamento de energia, painéis solares, turbinas eólicas e outras tecnologias de baixo carbono. Nesse contexto, a crescente demanda por esses recursos tem elevado sua importância geopolítica e econômica, especialmente para países em desenvolvimento que concentram parte significativa das reservas minerais mundiais.

O documento destaca que a expansão da economia verde pode criar oportunidades importantes de crescimento econômico, geração de empregos, industrialização e diversificação produtiva nos países detentores desses recursos.

Entretanto, alerta que os benefícios da transição energética não são distribuídos automaticamente. Historicamente, muitos países exportadores de matérias-primas permaneceram inseridos em cadeias globais de valor de forma subordinada, limitando-se à extração de recursos naturais e capturando apenas uma pequena parcela dos ganhos econômicos associados à transformação industrial e tecnológica desses minerais.

O relatório argumenta que a simples extração mineral não garante desenvolvimento sustentável, ao contrário, existe o risco de reprodução de padrões históricos de dependência econômica conhecidos como “armadilha das commodities”, nos quais países ricos em recursos naturais permanecem vulneráveis às oscilações dos mercados internacionais, à volatilidade dos preços e à concentração de renda. Por essa razão, o documento enfatiza a importância da agregação de valor local, incluindo processamento industrial, refino, manufatura, desenvolvimento tecnológico e participação em etapas mais sofisticadas das cadeias produtivas relacionadas à transição energética.

Ainda se refere aos impactos sociais e ambientais associados à mineração tendo em vista que a expansão da demanda por minerais críticos pode agravar conflitos fundiários, deslocamentos populacionais, degradação ambiental, contaminação de recursos hídricos e violações de direitos humanos caso não sejam adotados padrões regulatórios adequados. Comunidades locais, povos indígenas e grupos tradicionais frequentemente suportam os custos ambientais e sociais das atividades extrativas sem receber benefícios proporcionais aos impactos enfrentados.

O documento ressalta que esses riscos exigem mecanismos robustos de proteção ambiental, consulta pública, transparência e responsabilização das empresas envolvidas nas cadeias produtivas minerais.

Para uma transição energética justa, de acordo com o relatório, a demanda crescente por minerais críticos não pode reproduzir práticas históricas de exploração associadas ao colonialismo econômico e à exportação de recursos naturais em condições desfavoráveis aos países produtores.

O desenvolvimento de cadeias de valor mais equilibradas requer políticas industriais, investimentos em ciência, tecnologia e inovação, fortalecimento da capacidade regulatória dos Estados e ampliação da cooperação internacional. O documento observa que a transição energética somente será compatível com o direito ao desenvolvimento se gerar benefícios concretos para as populações dos países produtores, contribuindo para redução da pobreza, geração de empregos qualificados e fortalecimento das capacidades nacionais.

Já em relação à distribuição global das capacidades produtivas vinculadas aos minerais críticos, embora muitos países em desenvolvimento possuam reservas minerais expressivas, as atividades de refino, processamento avançado e fabricação de componentes tecnológicos permanecem concentradas em um número reduzido de economias industrializadas. Essa concentração tecnológica limita a participação dos países produtores nos segmentos mais lucrativos das cadeias de valor globais.

Os Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento do CDH defendem, portanto, mecanismos que promovam transferência de tecnologia, fortalecimento de capacidades produtivas locais e condições mais equitativas de participação nos mercados internacionais.

Além disso, o capítulo relaciona a exploração dos minerais críticos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com a agenda climática internacional ao reconhecer que esses recursos são indispensáveis para viabilizar a transição para economias de baixo carbono, mas argumenta que sua exploração deve ocorrer em conformidade com os direitos humanos, a proteção ambiental e os princípios do desenvolvimento sustentável.

A governança dos minerais críticos não deve ser orientada exclusivamente por considerações de segurança energética ou competitividade econômica, mas também pela promoção da justiça social e da equidade internacional.

Por fim, o capítulo conclui que os minerais críticos representam simultaneamente uma oportunidade e um desafio para os países em desenvolvimento. Se acompanhada por estratégias nacionais de agregação de valor, industrialização, qualificação da força de trabalho e fortalecimento institucional, a transição energética pode contribuir para ampliar capacidades produtivas e promover o desenvolvimento econômico sustentável.

Contudo, caso prevaleçam modelos baseados exclusivamente na exportação de matérias-primas, há o risco de aprofundamento das desigualdades globais e de reprodução de padrões históricos de dependência econômica.

Tabela – Situação de Estados Membros da ONU dependentes de commodities

Indicador	Dado apresentado no relatório
Estados-Membros da ONU dependentes de commodities	Quase **50% dos Estados-Membros das Nações Unidas** são dependentes de commodities, obtendo mais de **60% de suas receitas de exportação** a partir de matérias-primas.
Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS)	**66%** são dependentes de commodities.
Países Menos Desenvolvidos (LDCs)	**83%** são dependentes de commodities.
Países em Desenvolvimento Sem Litoral (LLDCs)	**85%** são dependentes de commodities.
Exemplo situacional em relação a minerais críticos – África	
Participação da África nas reservas mundiais de minerais críticos	Os países africanos detêm **mais de 20% das reservas mundiais** de metais críticos para a transição energética.
Localização da manufatura de maior valor agregado	Grande parte da manufatura com maior valor agregado associada às tecnologias verdes ocorre **fora da África**.
Receita potencial capturada pela África com minerais críticos	O continente captura apenas **40% de sua receita potencial** proveniente dos minerais críticos.
Participação africana na capacidade fotovoltaica mundial	A África detém apenas **1% da capacidade fotovoltaica global**.

Fonte: Relatório A/HRC/63/39 – *Climate finance: vulnerability and responsibility*

Considerações Finais

O relatório A/HRC/63/39 sobre financiamento climático elaborado pelo Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento representa um estudo valioso para os debates contemporâneos sobre mudanças climáticas, justiça internacional e direito ao desenvolvimento

ao demonstrar que a vulnerabilidade climática não constitui apenas uma consequência da exposição geográfica a riscos ambientais, mas resulta de estruturas históricas de desigualdade econômica, política e tecnológica que moldam as relações internacionais contemporâneas.

A análise evidencia que o financiamento climático ocupa posição estratégica na resposta global à crise climática. Mais do que um mecanismo financeiro, ele constitui instrumento de redistribuição de capacidades e de promoção da equidade entre países com diferentes níveis de responsabilidade histórica e capacidade econômica.

O relatório também revela uma contradição persistente da governança climática internacional, pois, apesar do amplo consenso científico acerca da gravidade da emergência climática e da necessidade de ação urgente, os compromissos financeiros assumidos pelos países desenvolvidos continuam aquém das necessidades identificadas pelos países mais vulneráveis. A distância entre promessas políticas e desembolsos efetivos ameaça a credibilidade das negociações multilaterais e limita a capacidade da comunidade internacional de responder de maneira proporcional aos desafios existentes.

Sob uma perspectiva crítica, o documento sugere que parte significativa da arquitetura financeira global continua reproduzindo relações assimétricas de poder já que há a predominância de empréstimos sobre doações, os obstáculos burocráticos para acesso aos fundos climáticos e a concentração dos recursos em países com maior capacidade institucional indicam que os benefícios da cooperação climática permanecem distribuídos de forma desigual.

Para os países do Sul Global, o relatório reforça a importância de fortalecer mecanismos coletivos de negociação e cooperação internacional, capazes de ampliar a mobilização de recursos concessivos, facilitar o acesso aos fundos climáticos e consolidar instrumentos eficazes para financiamento de perdas e danos. Nesse cenário, grupos como o G77, os BRICS e outras coalizões de países em desenvolvimento tendem a desempenhar papel crescente na defesa de uma agenda baseada em equidade climática e direito ao desenvolvimento.

No campo da saúde global, pode-se destacar que a insuficiência do financiamento climático compromete não apenas estratégias ambientais, mas também a capacidade dos Estados de proteger populações vulneráveis, fortalecer sistemas públicos de saúde e reduzir desigualdades sanitárias. À medida que eventos climáticos extremos se tornam mais frequentes, a proteção da saúde dependerá cada vez mais da capacidade de integrar políticas climáticas, desenvolvimento sustentável e direitos humanos.

Em última análise, o relatório conclui que a efetividade da resposta internacional à crise climática dependerá da transformação de princípios amplamente reconhecidos, como justiça climática, solidariedade internacional e responsabilidades comuns porém diferenciadas, em mecanismos concretos de financiamento, transferência de tecnologia e cooperação multilateral. Sem essa transformação, as mudanças climáticas poderão aprofundar desigualdades históricas e comprometer o exercício do direito ao desenvolvimento para milhões de pessoas, especialmente nos países mais vulneráveis do Sul Global.

Referências

UNITED NATIONS. Human Rights Council. Climate finance: vulnerability and responsibility. Report of the Expert Mechanism on the Right to Development. Geneva: United Nations, 2023. (A/HRC/53/39).

UNITED NATIONS. Declaration on the Right to Development. New York: United Nations, 1986. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-right-development. Acesso em: 9 nov. 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. Paris Agreement. Bonn: UNFCCC, 2015. Disponível em: https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement. Acesso em: 9 nov. 2026.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2023: Synthesis Report. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/. Acesso em: 9 nov. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. United Nations Framework Convention on Climate Change. New York: United Nations, 1992. Disponível em: https://unfccc.int. Acesso em: 9 nov. 2026.

Saúde na COP31: expectativas, evidências e críticas a caminho de Antália

La salud en la COP31: expectativas, evidencia y críticas de camino a Antalya

Health at COP31: Expectations, Evidence, and Criticism on the Way to Antalya

Luiz Augusto Galvão e Danielly Magalhães

Resumo: A COP31 (Antália, Turquia, 9 a 20 de novembro de 2026) começa com um Dia da Saúde e, pela primeira vez, com um tema próprio de saúde na Agenda de Ação da COP. Este artigo analisa o que a comunidade da saúde esperava. O Lancet Countdown 2026 mostra que os danos do clima à saúde estão se acelerando, com um recorde de 710 mil mortes associadas ao calor em 2023. A OMS apresenta Antália como o momento de implementar o Plano de Ação em Saúde de Belém, de adesão voluntária. A sociedade civil cobra medidas sobre os combustíveis fósseis e mais financiamento para a adaptação. Essas expectativas enfrentam duas pressões: a provável ultrapassagem de 1,5°C e as críticas crescentes às iniciativas voluntárias sem recursos e às instituições envolvidas. O artigo propõe seis critérios para avaliar a COP31, todos voltados a saber se o reconhecimento da saúde se converte em recursos, compromissos vinculantes, medição confiável e redução de emissões.

Palavras-chave: mudança climática; saúde; COP31; Plano de Ação em Saúde de Belém; Lancet Countdown; Organização Mundial da Saúde; financiamento da adaptação; ultrapassagem de 1,5°C; resiliência dos sistemas de saúde; governança da saúde global.

Resumen: *La COP31 (Antalya, Turquía, 9 al 20 de noviembre de 2026) arranca con un Día de la Salud y, por primera vez, con un tema propio de salud en la Agenda de Acción de la COP. Este artículo analiza lo que esperaba la comunidad sanitaria. El Lancet Countdown 2026 muestra que los daños del clima a la salud se están acelerando, con un récord de 710.000 muertes asociadas al calor en 2023. La OMS presenta Antalya como el momento de aplicar el Plan de Acción en Salud de Belém, de adhesión voluntaria. La sociedad civil exige medidas sobre los combustibles fósiles y más financiamiento para la adaptación. Estas expectativas se enfrentan a dos presiones: el probable rebasamiento de 1,5°C y las críticas crecientes a las iniciativas voluntarias sin recursos y a las instituciones implicadas. El artículo propone seis criterios para evaluar la COP31, todos orientados a saber si el reconocimiento de la salud se traduce en recursos, compromisos vinculantes, medición fiable y reducción de emisiones.*

Palabras clave: *cambio climático; salud; COP31; Plan de Acción en Salud de Belém; Lancet Countdown; Organización Mundial de la Salud; financiamiento de la adaptación; rebasamiento de 1,5°C; resiliencia de los sistemas de salud; gobernanza de la salud global.*

Abstract: *COP31 (Antalya, Türkiye, 9–20 November 2026) opens with a Health Day and, for the first time, a standalone health theme on the COP Action Agenda. This article reviews what the health community expected. The 2026 Lancet Countdown shows climate-related health harms accelerating, including a record 710,000 heat-linked deaths in 2023. WHO presents Antalya as*

the moment to implement the voluntary Belém Health Action Plan. Civil society is calling for action on fossil fuels and more adaptation finance. These expectations face two pressures: a likely overshoot of 1.5°C, and growing criticism of unfunded voluntary initiatives and of the institutions involved. The article proposes six tests for judging COP31, all asking whether recognition of health turns into money, binding commitments, reliable measurement and cuts in emissions.

Keywords: *climate change; health; COP31; Belém Health Action Plan; Lancet Countdown; World Health Organization; adaptation finance; climate overshoot; health system resilience; global health governance*

1. Introdução

A COP31 acontece no Antália Expo Center, de 9 a 20 de novembro de 2026 (UNFCCC). A Turquia sedia a conferência e exerce a Presidência da COP. A Austrália conduz as negociações como Presidente das Negociações, com forte participação dos Estados insulares do Pacífico (Wikipedia). Para a saúde, a conferência começa com duas novidades. O primeiro dia é o Dia da Saúde, e "Sistemas de Saúde Dinâmicos e Resilientes" figura na Agenda de Ação da Presidência como tema próprio (COP31). A OMS e a Wellcome organizam um Pavilhão da Saúde na Zona Azul, com mais de 60 eventos, incluindo um Dia da ATACH em 10 de novembro (OMS; OMS).

A comunidade da saúde chega com as evidências mais sólidas que já teve. A atenção política que ela disputa parece mais frágil do que nunca. Este artigo apresenta o que os principais relatórios indicavam esperar (seções 2 e 3), o que a presidência e outros atores pedem (seções 4 e 5), o pano de fundo climático de uma provável ultrapassagem de 1,5°C (seção 6) e os críticos de todo esse esforço (seção 7). Termina com seis critérios para avaliar o resultado (seção 8).

2. As evidências: o Lancet Countdown 2026

O relatório global de 2026 do Lancet Countdown sobre Saúde e Mudança Climática foi publicado em 28 de outubro, menos de duas semanas antes de Antália. Seu subtítulo é uma década de danos crescentes à saúde e um momento decisivo para todos. O relatório reúne 146 pesquisadores de mais de 100 instituições em mais de 30 países e acompanha 54 indicadores, com a OMS como colaboradora estratégica (OMS).

Sua conclusão central diz respeito ao ritmo. Comparando a década posterior ao Acordo de Paris (2016–2025) com a anterior (2006–2015), muitos danos à saúde ligados ao clima cresceram mais depressa, e não mais devagar (News-Medical). A autora principal, Marina Romanello, afirmou que os danos estão crescendo mais rápido do que a resposta do mundo a eles (ABC News).

Calor. O calor esteve associado a cerca de 710 mil mortes em 2023, um recorde na série. Pela primeira vez, o relatório atribui uma parcela dessas mortes ao aquecimento causado pelo ser humano: mais de 70% (Lancet Countdown). A média anual de mortes relacionadas ao calor subiu cerca de 36% depois de Paris em relação à década anterior, chegando a mais de 540 mil por ano em 2016–2023 (Fórum Econômico Mundial; ABC News).

Poluição do ar. A poluição do ar causada por combustíveis fósseis ainda mata cerca de 2,7 milhões de pessoas por ano, um número que não caiu desde 2016 (News-Medical). Onde essa poluição diminuiu, o ar mais limpo já evita cerca de 323 mil mortes por ano (Lancet

Countdown). Essa é a evidência mais clara de que a mitigação traz ganhos imediatos para a saúde.

Dependência dos combustíveis fósseis. Os combustíveis fósseis ainda fornecem mais de 80% da energia mundial (ABC News). Os subsídios líquidos aos combustíveis fósseis atingiram níveis recordes em 2022–2024, e em 2024 dez países gastaram mais com eles do que com seus sistemas de saúde (News-Medical). As 100 maiores empresas de petróleo e gás planejam produzir, até 2040, 150% a mais do que permite uma trajetória de 1,5°C, ante 138% um ano antes (Lancet Countdown).

Atenção. O relatório destaca o lobby e a desinformação promovidos por interesses ligados aos combustíveis fósseis (News-Medical). Também constata que as menções a clima e saúde nos discursos na ONU estão diminuindo (The Conversation).

Avanços. Do lado positivo, mais países já têm planos nacionais de adaptação em saúde e sistemas de alerta precoce baseados em informações climáticas (OMS).

O principal pedido político do relatório é também o mais polêmico. Os autores pedem que a mudança climática seja formalmente reconhecida e tratada como uma emergência sanitária global, e que a saúde seja incorporada às decisões sobre mitigação, adaptação e financiamento (OMS).

O quadro regional aponta na mesma direção. O relatório europeu de 2026 do Lancet Countdown (abril) estimou 62 mil mortes atribuíveis ao calor na Europa em 2024 e constatou que o engajamento político e da mídia está estagnado. Dos 4.477 discursos no Parlamento Europeu em 2024, apenas 21 trataram da relação entre clima e saúde (Euronews). Os limites dessas estimativas e os argumentos de seus críticos são discutidos na seção 7.

3. De Belém a Antália: a OMS e o Plano de Ação em Saúde de Belém

A estratégia da OMS para a COP31 parte diretamente da COP30, em Belém, que deixou três legados:

O Plano de Ação em Saúde de Belém (BHAP). Lançado no Dia da Saúde da COP30 (13 de novembro de 2025), o BHAP é o primeiro marco internacional de adaptação voltado especificamente para a saúde (COP30). Ele reúne cerca de 60 ações em três eixos: vigilância e monitoramento baseados em informações climáticas; políticas baseadas em evidências e capacitação; e inovação, produção e cadeias de suprimento resilientes (Health Policy Watch via Island Innovation). Equidade em saúde, justiça climática e participação social atravessam os três eixos. A adesão é voluntária. Até maio de 2026, 33 países o haviam endossado e 50 organizações o apoiavam (OMS). No lançamento, os governos não comprometeram recursos. O único financiamento novo foi de 300 milhões de dólares, da coalizão filantrópica Climate and Health Funders Coalition (Health Policy Watch). O próprio texto do plano vincula os relatórios de progresso dos países signatários, previstos até a COP33, em 2028, a indicadores comuns a serem acordados até a COP31. Isso torna o acordo sobre indicadores em Antália um teste concreto.

A saúde nos textos negociados. A COP30 adotou 59 indicadores para a Meta Global de Adaptação (GGA), oito deles sobre saúde. Também adotou o Roteiro de Adaptação de Baku, um programa de trabalho técnico de dois anos (Global Health Hub Germany). A decisão final foi a primeira decisão de uma COP a reconhecer diretamente os benefícios da redução de emissões para a saúde (Health Policy Watch).

A base de evidências. Um Relatório Especial da OMS e do Brasil para a COP30 argumentou que as evidências já são suficientes para agir.

Para Antália, o último documento de orientação da OMS antes da conferência (3 de novembro de 2026) faz três pedidos:

- Reconhecer que a mudança climática já causa danos à saúde mensuráveis e desiguais.
- Tornar os sistemas de saúde resilientes ao clima, de baixo carbono e sustentáveis, fazendo de Antália o momento de levar o BHAP do compromisso à implementação, por meio da ATACH e da nova AIR.
- Usar a saúde como o argumento mais forte a favor da ação climática. A OMS estima que ampliar seis ações prioritárias de clima e saúde poderia salvar 1,6 milhão de vidas por ano, com retorno de cerca de 24 dólares para cada dólar investido.

A OMS também quer que a saúde seja uma área explicitamente elegível para financiamento climático e que os ministérios da Fazenda, da Saúde, do Meio Ambiente e da Energia incluam em seus orçamentos os impactos do clima sobre os sistemas de saúde (OMS). Ela resume sua posição assim: reduzir emissões, adaptar com a saúde em mente, financiar o que funciona e incluir a saúde no texto negociado. A ATACH, coordenada pela OMS, conta hoje com 106 países-membros (Health Policy Watch). A preparação para a COP31 incluiu uma reunião de alto nível da ATACH em Paris, sob a presidência francesa do G7 (25 de junho), um evento paralelo na sessão de Bonn (SB64) (OMS) e a participação da OMS na Pré-COP do Pacífico (PINA). A OMS afirma que Antália deve ser avaliada pelo cumprimento, renovação e prestação de contas dos compromissos assumidos desde Glasgow e Belém.

A OMS também fixou para si uma meta mais ambiciosa. Na COP30, o Diretor-Geral Tedros afirmou que já era hora de a saúde se tornar tema das negociações formais, e que esperava ver isso na COP31 (Ahram Online).

4. A agenda da presidência: Turquia e Austrália

A Agenda de Ação da COP31 tem dez temas prioritários: Lixo Zero; Oceanos e Mares; Segurança Alimentar; Cidades Resilientes ao Clima; Energia para a Ação Climática; Juventude e Educação; Industrialização Verde; Transição para Energia Limpa; Sinergia do Rio; e Sistemas de Saúde Dinâmicos e Resilientes, que a OMS identifica como o Tema Prioritário 8 (OMS). A OMS considera esta a primeira vez que a saúde figura formalmente na agenda de ação de uma COP (OMS). O tema não constava do primeiro rascunho da Presidência e foi incluído depois de pressão da sociedade civil (Plataforma pelo Direito ao Ar Limpo).

As principais entregas da Turquia na área da saúde são:

O Dia da Saúde, em 9 de novembro, dando continuidade a uma tradição iniciada na COP28, em Dubai (Milliyet).

A Iniciativa de Antália para a Resiliência em Saúde (AIR). A OMS a descreve como uma iniciativa voluntária e não vinculante para compartilhar conhecimento e experiências: estudos de caso, registro de experiências, intercâmbio entre pares facilitado pela ATACH e síntese de lições comuns (OMS). As prioridades da Presidência incluem alertas precoces para múltiplos riscos, ferramentas de previsão digitais e de inteligência artificial, coordenação em Saúde Única e sistemas de saúde de baixo carbono e orientados à equidade (Milliyet). Materiais anteriores

da Presidência usaram outros nomes para a iniciativa, como Acelerador de Saúde de Antália (Presidência da COP31).

A proposta de um *fundo de apoio ao clima e à saúde para países em desenvolvimento*, apresentada por vozes próximas ao conselho científico do Ministério da Saúde turco (Daily Sabah).

A Austrália, como Presidente das Negociações, traz sua primeira Estratégia Nacional de Saúde e Clima e sua iniciativa Parcerias para uma Região Saudável (OMS). Também defendeu as prioridades do Pacífico (1,5°C, acesso a financiamento e adaptação) na Pré-COP realizada em Fiji (5 a 8 de outubro), que incluiu um encontro de líderes em Tuvalu (Wikipedia).

A programação oficial de eventos paralelos da presidência na Zona Azul (Pavilhão da Turquia B125, versão de 21 de outubro) concentra a maior parte do conteúdo de saúde no primeiro dia:

Data	Horário	Organizador	Sessão
9 nov.	10h00–10h45	OMS	Do compromisso à implementação: acelerar sistemas de saúde resilientes ao clima e de baixo carbono por meio da ATACH
9 nov.	12h30–13h15	Institutos de Saúde da Turquia (TÜSEB)	Das evidências à ação
9 nov.	13h30–14h15	Academia Turca de Ciências (TÜBA) e Coalizão Global de Academias de Medicina	Ciência e liderança para sistemas de saúde resilientes ao clima
9 nov.	16h00–16h45	Ministério da Saúde	Da política à prática: o modelo turco de sistema de saúde resiliente ao clima
9 nov.	17h15–18h00	Ministério da Saúde	Parceria para a ação: fortalecer sistemas de saúde resilientes na Turquia
14 nov.	11h15–12h00	YOUNGO Saúde (UNFCCC)	A agenda de saúde da COP31: a experiência da Turquia, da Austrália e do Pacífico
18 nov.	17h15–18h00	Crescente Verde Turco	Pessoas saudáveis, planeta saudável: integrar a prevenção às drogas à ação climática

A programação não tem nenhuma sessão sobre população em situação de rua ou moradia. A sessão mais diretamente voltada ao seguimento de Belém é a das academias, em 9 de novembro (ver seção 5). As sessões também são publicadas no canal da Presidência no YouTube (@Turkiyecop31).

Uma distinção importante. Parte da imprensa turca afirma que a saúde está na “agenda principal de negociações” da COP31 (Milliyet). Isso é um exagero. A Agenda de Ação é a via voluntária para iniciativas que não passam por negociação. Nos textos negociados, a saúde continua entrando principalmente pelos indicadores da GGA, pelo Roteiro de Adaptação de Baku e pelo financiamento da adaptação.

5. Outras vozes: sociedade civil, academias e quem fica de fora

O apelo conjunto de 74 organizações. Liderado pela Plataforma pelo Direito ao Ar Limpo, da Turquia, e assinado por entidades como Médicos Sem Fronteiras, o Lancet Countdown, a NCD Alliance, a Sociedade Respiratória Europeia, o CIEL e a Global Climate and Health Alliance (GCHA), o apelo faz três exigências (GCHA). Primeiro, a saúde como prioridade própria e robusta (atendida, ao menos no papel). Segundo, a saúde incorporada a todos os temas, especialmente energia, transporte, indústria, agricultura, resíduos e adaptação. Terceiro, o reconhecimento dos combustíveis fósseis como "produtos nocivos à saúde" ao longo de todo o seu ciclo de vida.

A Global Climate and Health Alliance. Representando mais de 250 organizações de saúde, a GCHA usou a sessão de Bonn para pedir a triplicação do financiamento público da adaptação em forma de doações (GCHA). Sua diretora executiva, Jeni Miller, apresenta a COP31 como um teste de que a ação climática dos governos está de fato funcionando, tendo a saúde como medida (GCHA).

Health Care Without Harm (HCWH). A HCWH lidera uma coalizão de 18 organizações de saúde, que representam milhões de profissionais, e pede um eixo específico para a força de trabalho em saúde dentro da AIR (HCWH). Seu argumento: sistemas de saúde resilientes dependem das pessoas que trabalham neles.

A Coalizão Global de Academias de Medicina sobre Clima e Saúde. A coalizão foi fundada pela Academia Nacional de Medicina dos Estados Unidos (NAM), presidida por Victor Dzau, em conjunto com a Academia Nacional de Medicina do Brasil, presidida por Eliete Bouskela. Foi lançada na COP30 para apoiar o BHAP, e sua declaração foi lida em plenária no Dia da Saúde. Tinha cerca de 30 membros fundadores, entre eles a Academia Australiana de Ciências Médicas e da Saúde, a Academia de Ciências da África do Sul e a InterAcademy Partnership. A coalizão oferece contribuição científica independente, não recursos financeiros. Seus compromissos seguem os eixos do BHAP: métodos e dados para alerta precoce, síntese de evidências, currículos para a força de trabalho e infraestrutura e cadeias de suprimento resilientes e de baixas emissões (Dzau et al. 2025; anúncio da NAM). Na COP31, a coalizão organiza, em conjunto com a Academia Turca de Ciências (TÜBA), a sessão "Ciência e liderança para sistemas de saúde resilientes ao clima" (Science and Leadership for Climate-Resilient Health Systems), na segunda-feira, 9 de novembro, das 13h30 às 14h15 (horário da Turquia), no Pavilhão da Turquia (programação), com transmissão ao vivo pelo canal oficial da COP31 no YouTube. A sessão vai avaliar o progresso dos compromissos de clima e saúde desde a Declaração de Belém, identificar os principais obstáculos à implementação e definir prioridades práticas para fortalecer sistemas de saúde resilientes ao clima, equitativos e sustentáveis depois da COP31. Como a TÜBA não estava entre os membros fundadores, a sessão também aproxima a academia do país anfitrião do trabalho da coalizão. Se as academias trouxerem evidências de implementação nos países, e não apenas mais uma declaração, isso mostrará se o apoio ao BHAP está virando realização.

Saúde infantil e contextos frágeis. A UNU Global Health, a Save the Children e o escritório da OMS para o Mediterrâneo Oriental programaram sessões sobre como tornar os indicadores de saúde da GGA sensíveis às crianças e sobre calor e saúde em contextos frágeis sem dados de referência (UNU).

População em situação de rua: o ponto cego. Em 5 de novembro de 2026, a Depaul International e o IIED publicaram o relatório O ponto cego climático sobre a população em situação de rua (Independent Catholic News). Apenas 2 países (1,2%) mencionam a população

em situação de rua em suas NDCs. Apenas 11 (13,9%) a mencionam em seus Planos Nacionais de Adaptação, e só 6 deles reconhecem essas pessoas como especialmente vulneráveis. Mais de 300 milhões de pessoas vivem em situação de rua no mundo, e até 3,4 bilhões não têm moradia adequada. Muitas das pessoas que dormem nas ruas já têm problemas de saúde crônicos e complexos e estão entre as mais expostas ao calor, às enchentes e às tempestades. Na Califórnia, pessoas em situação de rua responderam por cerca de 13% das internações relacionadas ao calor em 2017–2021, embora fossem menos de 0,5% da população (Community Solutions). O relatório pede três coisas: incluir explicitamente a população em situação de rua nos planos climáticos nacionais, com financiamento e compromissos mensuráveis; incluí-la nos marcos de adaptação, de perdas e danos e de financiamento; e reconhecer os serviços de atendimento a essa população como parceiros essenciais. Nenhum dos principais documentos de saúde analisados aqui trata especificamente dessa população. O princípio de equidade do BHAP, o esforço da GGA para desagregar indicadores por grupo vulnerável e o tema Cidades Resilientes ao Clima são os espaços óbvios para incluí-la.

Pessoas deslocadas. O ACNUR alerta que quase 90 milhões de pessoas deslocadas à força enfrentam graves riscos climáticos e que o financiamento climático não chega a muitas delas.

6. O pano de fundo da ultrapassagem de 1,5°C

Um comentário recente na The Lancet Planetary Health situa a agenda de saúde de Antália numa mudança mais ampla: da prevenção do aquecimento para a gestão de uma ultrapassagem de 1,5°C.

Uma velha preocupação, em parte confirmada. No fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, parte da comunidade climática temia que o foco na adaptação tirasse espaço da mitigação, dada a capacidade política, financeira e cognitiva limitada. Em retrospecto, o comentário duvida que o trabalho de adaptação tenha travado muito a mitigação, e a adaptação claramente deixou de ser opcional. Mas argumenta que essa preocupação identificou corretamente um risco de desvio de missão: a política climática passando, aos poucos, da prevenção do aquecimento para a aceitação e a convivência com ele.

As metas mudaram de lugar. O relatório Limiting Overshoot do PNUMA (setembro de 2026) afirma que o aquecimento deve passar de 1,5°C em poucos anos. Ele aponta uma trajetória de "ultrapassagem, pico e declínio" como a melhor opção restante. No cenário mais otimista, que supõe que todos os países cumpram integralmente seus planos climáticos e metas de neutralidade, o aquecimento atinge um pico de cerca de 1,8°C, e a maioria dos cenários tem picos mais altos (PNUMA; Argus). Essa pode ser a melhor opção que resta, mas mostra o quanto a meta já recuou e quanto espaço fica para novos recuos.

A remoção de dióxido de carbono (CDR) passa a ser parte do plano. Uma vez admitida a ultrapassagem, a CDR entra em todas as trajetórias. O PNUMA ressalta que a CDR só pode contribuir de forma crível para trazer o aquecimento de volta abaixo de 1,5°C se o pico ficar bem abaixo de 2°C e as emissões residuais forem reduzidas. Mesmo uma expansão otimista reverteria apenas alguns décimos de grau neste século (Argus). O comentário alerta que o debate público pode passar a girar em torno da CDR em detrimento da descarbonização, e que expectativas cada vez maiores sobre a CDR podem abrir caminho para que a geoengenharia seja considerada a sério.

O balanço global. O segundo balanço global (Global Stocktake) da UNFCCC, que começa ainda este ano, é a principal alavanca formal para reduzir o pico do aquecimento. O comentário considera otimista esperar um grande aumento de ambição no atual clima político, mas recomenda acompanhar de perto.

Isso importa para os resultados da COP31 em saúde. A agenda de saúde de Antália trata sobretudo de adaptação, e a ultrapassagem torna a adaptação ainda mais necessária: cada décimo de grau a mais no pico significa mais mortes por calor para os sistemas de saúde absorverem. Mas a ultrapassagem também aumenta o risco de desvio de missão. Uma COP que celebre sistemas de saúde resilientes enquanto mantém fraca a linguagem sobre transição energética seria exatamente o desvio que o comentário descreve. O Lancet Countdown chega à mesma conclusão pelo caminho inverso: o ar mais limpo já evita cerca de 323 mil mortes por ano, um benefício para a saúde que a CDR não proporciona. O presidente designado da COP31, Murat Kurum, afirmou que a ultrapassagem não deve ser vista como um novo destino, mas como uma trajetória a ser minimizada e revertida (PNUMA). A comunidade da saúde pode cobrar isso da Presidência.

7. Os críticos

A agenda de clima e saúde recebe críticas de dentro do movimento da saúde, de fora dele e de quem questiona suas evidências. Agrupar os críticos ajuda a ver quais objeções a agenda de Antália consegue responder.

7.1 Críticos da implementação: "amplo, mas raso"

O Health Policy Watch (Stefan Anderson, julho de 2026) apresenta a crítica mais contundente. Os marcos de clima e saúde das últimas COPs existem sobretudo no papel. Nenhum é vinculante, e nenhum está nas negociações formais, onde se definem metas e recursos. Para entrar na ATACH basta uma declaração de intenção, e membros que não fazem nada não sofrem nenhuma sanção. A saúde recebe cerca de 2% do financiamento da adaptação e 0,5% do financiamento climático multilateral, proporções que não mudaram desde Glasgow. O Fundo Verde para o Clima quase não financiou projetos de saúde. O artigo também considera fraco o tema de saúde da COP31: sete objetivos, mas nenhuma meta, número, prazo ou mecanismo de execução, e nada sobre combustíveis fósseis.

Enfermeiros e a Climate Action Network saudaram o BHAP, mas alertaram que, sem meios de implementação e financiamento, ele continuaria sendo apenas um compromisso (Climate Action Network; GCHA via Scoop).

Avaliações anteriores apontam na mesma direção. Uma análise de 2024 na Lancet Planetary Health sobre o Programa de Saúde da COP26 constatou que apenas 30% dos 83 países comprometidos tinham um plano nacional de saúde e clima, e que 74% das emissões globais do setor de saúde ficavam fora do programa.

A AIR segue o mesmo padrão. Tal como a OMS a descreve, a AIR é uma plataforma voluntária e não vinculante de troca de conhecimento. Isso é útil, mas é o mesmo tipo de instrumento que esses críticos dizem não ter dado resultados.

7.2 Críticos estratégicos: o dinheiro do clima deveria ir para saúde e desenvolvimento?

O *memorando de Bill Gates Three Tough Truths About Climate* ("Três verdades difíceis sobre o clima", outubro de 2025) defendeu uma guinada estratégica (Associated Press). Gates argumentou que a ação climática deveria ser avaliada por melhorias mensuráveis na vida dos mais pobres, e que os escassos recursos climáticos poderiam fazer mais bem se aplicados contra doenças e pobreza do que em reduções marginais de emissões. Disse que aceitaria 0,1°C a mais de aquecimento para eliminar a malária e que a geoengenharia deveria ser considerada caso se aproximem pontos de inflexão (Axios). Essa crítica concorda que clima é uma questão de saúde, mas chega à conclusão oposta sobre a mitigação.

As reações foram duras. O cientista climático Daniel Swain disse que o memorando subestima gravemente o que um aquecimento de 2 a 3°C significaria para os pobres do mundo (CBS News). Jeffrey Sachs afirmou que não há razão para opor a redução da pobreza à transformação climática (Associated Press). A GCHA argumentou que não pode haver desenvolvimento humano sustentável sem enfrentar os combustíveis fósseis (GCHA). A posição de Gates é, na prática, o desvio de missão descrito na seção 6, assumido abertamente por um grande financiador da saúde.

7.3 Críticos metodológicos: quão sólidos são os números?

As ressalvas do próprio Lancet Countdown. O indicador de mortalidade por calor supõe que a relação entre temperatura e morte permanece fixa ao longo do tempo. Por isso, não capta a aclimatação e a adaptação, o que, segundo o próprio Countdown, pode superestimar as mortes nos anos mais recentes. Os números são estimativas modeladas, que combinam dados de temperatura com as taxas de mortalidade do estudo Global Burden of Disease. Não são contagens a partir de atestados de óbito.

O viés oposto. A Sustainable Energy for All observa que os modelos foram construídos sobretudo com dados das Américas, da Europa e do Leste Asiático. As regiões com maior carga de calor costumam registrar pior as mortes por calor, de modo que os totais provavelmente subestimam essas regiões.

Os céticos. Comentaristas como Ben Pile (Daily Sceptic, novembro de 2026) descartam os números como "alarmismo" modelado. Argumentam que as mortes observadas por causas relacionadas ao clima estão caindo e questionam a neutralidade editorial da revista. As duas afirmações não são necessariamente contraditórias: as taxas de mortalidade podem cair graças ao desenvolvimento e à adaptação, enquanto a parcela atribuível ao aquecimento aumenta. Mas a crítica aponta um risco real de comunicação. Números de destaque que parecem contagens viram alvo fácil quando, na verdade, são resultados de modelos com margens de incerteza.

7.4 Enquadramento, independência e equidade

O enquadramento de emergência. Pedir que a mudança climática seja declarada uma emergência sanitária global é uma mensagem poderosa. Mas mecanismos formais como o Regulamento Sanitário Internacional foram concebidos para eventos agudos. Estendê-los a uma crise crônica e estrutural levanta questões jurídicas e práticas que os relatórios não respondem por completo.

Uma base de evidências muito entrelaçada. A OMS é colaboradora estratégica do Lancet Countdown, coautora dos relatórios especiais das COPs e responsável pelo secretariado da ATACH (OMS). O Lancet Countdown também assinou o apelo da sociedade civil à Presidência (Plataforma pelo Direito ao Ar Limpo). Esse alinhamento fortalece o consenso, mas as principais fontes não são independentes entre si. Críticos de todas as orientações políticas podem dizer que a agenda, em parte, avalia o próprio trabalho.

Adaptação versus mitigação. A agenda de saúde da presidência gira em torno da resiliência. A agenda científica e da sociedade civil gira em torno dos combustíveis fósseis. Se a COP31 entregar apenas a primeira, a saúde corre o risco de virar uma história sobre conviver com os danos, e não sobre evitá-los.

Quem fica de fora. A população em situação de rua, as pessoas deslocadas, os trabalhadores ao ar livre e as regiões com menos dados continuam sub-representados tanto nas evidências quanto nos planos.

7.5 Críticos das organizações internacionais

OMS: uma agência que encolhe enquanto se pede mais dela.

Orçamento e pessoal. A saída dos Estados Unidos entrou formalmente em vigor em 22 de janeiro de 2026 (Think Global Health). A OMS reduziu seu orçamento-base de 2026–2027 de 5,3 bilhões para 4,2 bilhões de dólares, diminuiu o número de departamentos de 76 para 34 e planejou mais de 2.000 cortes de postos de trabalho até meados de 2026 (France 24/AFP; Reuters via People Matters). Restou um déficit de financiamento de cerca de 1,06 bilhão de dólares.

Críticas vindas de lados opostos. O governo dos EUA, por meio do secretário de Saúde Robert F. Kennedy Jr., chamou a OMS de inchada e moribunda e incentivou outros países a criar instituições alternativas (France 24/AFP). Analistas de saúde global alertam para o problema oposto: os cortes reduzem o apoio aos países de baixa e média renda, que são os que mais dependem da OMS (TIME).

Um limite estrutural. A OMS reúne países e define normas; ela não financia a implementação. Pode redigir as orientações do BHAP, coordenar a ATACH e organizar um pavilhão, mas o dinheiro precisa vir de fundos climáticos, bancos de desenvolvimento e orçamentos nacionais, que é justamente onde os críticos da implementação dizem que ele falta. Com um orçamento menor, clima e saúde também passa a disputar espaço dentro da OMS com emergências, imunização e programas de combate a doenças.

O processo da UNFCCC: captura e impasse.

Influência dos combustíveis fósseis. O processo climático da ONU não tem uma política formal de conflito de interesses para a participação da indústria de combustíveis fósseis. Mais de 1.600 lobistas do setor se credenciaram na COP30, muitos em delegações governamentais (Transparência Internacional), superando todas as delegações nacionais, exceto a do Brasil (Anistia Internacional). A Fossil Free Politics constatou que só os governos da União Europeia levaram centenas de lobistas de combustíveis fósseis às COP28 a COP30 (Fossil Free Politics). Defensores da saúde lembram o contraste com o controle do tabaco: a Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco protege as políticas públicas da influência da indústria, e a UNFCCC não tem regra equivalente.

Pedidos de reforma. O CIEL argumenta que as negociações de Bonn, em junho de 2026, mostraram que o processo está sujeito a obstrução e à influência empresarial, e que a COP31 precisa começar a reformar a UNFCCC (CIEL). Também cita o impasse no IPCC e a redução do espaço cívico (CIEL). Com decisões por consenso, poucos grandes emissores conseguem bloquear resultados apoiados pela maioria dos países.

Os anfitriões. A Anistia Internacional manifestou preocupação com o espaço cívico e com a segurança de defensores ambientais e de pessoas LGBTI+ na Turquia, o que importa para os grupos de saúde que pretendem fazer campanha em Antália. Comentaristas também criticaram os dois coanfitriões por ampliarem a oferta de carvão e gás e por deixarem a eliminação global dos combustíveis fósseis fora de suas mensagens pré-conferência. A Austrália, por exemplo, aprovou 37 novos projetos de combustíveis fósseis desde 2022 (Countercurrents).

A defesa. Outros observadores consideram o processo disfuncional, mas longe de estar à deriva (Irish Times), e lembram que a COP30 colocou em pauta, pela primeira vez, um roteiro para o abandono dos combustíveis fósseis.

O Banco Mundial e os bancos multilaterais de desenvolvimento.

Um papel duplo. Defensores da saúde citam com frequência a estimativa do Banco Mundial de que a mudança climática pode causar até 15,6 milhões de mortes adicionais até 2050 (Health Policy Watch). No entanto, a coalizão de ONGs Big Shift Global afirma que o Banco financiou quase 15 bilhões de dólares em projetos e políticas de combustíveis fósseis depois do Acordo de Paris, número que o Banco contesta (Grist).

Pressão política. Em 2026, o Tesouro dos EUA pressionou o Banco a abandonar a meta de destinar 45% do financiamento anual a projetos relacionados ao clima, que chamou de "distorciva", e a investir mais em gás. Países europeus, latino-americanos e insulares reagiram (Climate Home News).

Dívida e contabilidade. Críticos argumentam que o financiamento climático concedido na forma de empréstimos aumenta a dívida de países vulneráveis ao clima, e que os benefícios climáticos às vezes são superestimados (Climate Home News). Os sistemas de saúde dos países pobres precisam de doações para a adaptação, e não de mais dívida.

7.6 O balanço das críticas

O movimento já venceu, em grande parte, o debate de que clima é uma questão de saúde. Os críticos deslocaram a pergunta: esse reconhecimento está gerando recursos, compromissos vinculantes, medição confiável e redução de emissões? Além disso, a agenda depende de instituições que, ao mesmo tempo, perdem recursos (a OMS), enfrentam problemas de legitimidade (a UNFCCC) e sofrem pressão para recuar na agenda climática (os bancos de desenvolvimento). Nesses termos, o pacote de saúde de Antália, voluntário e centrado na troca de conhecimento, fica exposto a todas as críticas sobre implementação.

8. Seis critérios para avaliar Antália

Dos bastidores para o texto. A linguagem sobre saúde fica mais forte nos resultados negociados, como a metodologia dos indicadores da GGA, o Roteiro de Adaptação de Baku e a decisão final? Ou permanece na Agenda de Ação voluntária? O realista é esperar referências mais fortes, mas nenhum item próprio de saúde na agenda de negociações.

Dinheiro. Há avanço na triplicação do financiamento da adaptação, em recursos governamentais para o BHAP, no fundo proposto para clima e saúde ou em tornar a saúde uma área explicitamente elegível nos fundos climáticos? Foi aqui que Belém ficou aquém, e é aqui que a decepção é mais provável de novo.

Combustíveis fósseis. O Lancet Countdown e a sociedade civil concordam que eliminar os combustíveis fósseis é a principal alavanca para a saúde. Um resultado baseado na resiliência dos sistemas de saúde, mas com linguagem fraca sobre transição energética, trataria os sintomas e não a causa.

Medição. Os oito indicadores de saúde da GGA e os indicadores comuns do BHAP previstos para a COP31 ganham métodos viáveis, linhas de base e apoio em dados, especialmente para países de baixa renda e em situação de fragilidade? Eles são desagregados por grupo vulnerável, incluindo a população em situação de rua e as pessoas deslocadas?

Implementação e continuidade. O número de países que endossam o BHAP passa de 33? A AIR ganha países definidos, orçamentos, prazos e um eixo para a força de trabalho em saúde, deixando de ser apenas uma plataforma de conhecimento? As academias e os membros da ATACH relatam implementação real?

O enquadramento da ultrapassagem. Os textos tratam um pico de 1,8°C ou mais como um teto a ser reduzido, ou, discretamente, como o novo normal? É preciso observar se a linguagem sobre remoção de dióxido de carbono começa a substituir a eliminação dos combustíveis fósseis, e se os atores da saúde apresentam a ultrapassagem em termos das mortes que um pico mais baixo evitaria.

9. Conclusão

A saúde chega à COP31 com mais visibilidade no processo climático do que nunca. Tem um Dia da Saúde, um tema próprio na Agenda de Ação, um plano herdado de Belém, oito indicadores de adaptação e uma nova iniciativa da Presidência. Ainda assim, as evidências mostram que os danos crescem mais depressa do que a resposta. A ultrapassagem de 1,5°C aumenta o custo de cada atraso, e as instituições que deveriam entregar resultados estão mais fracas do que há um ano.

A verdadeira medida de Antália para a saúde não é o número de eventos no Pavilhão da Saúde. É saber se o financiamento, a medição e a linguagem sobre a transição energética avançam o suficiente para mudar essa trajetória, e se uma agenda de saúde construída sobre a resiliência reforça a prevenção, em vez de substituí-la.

Referências

Manual de Estilo de Chicago (17ª ed.), formato de bibliografia. Os títulos são mantidos no idioma original; páginas sem data trazem a data de acesso.

ABC News. “Climate Change Is a ‘Global Health Emergency’ and the Harms Are Accelerating, Lancet Report Warns.” Outubro de 2026. https://abcnews.com/US/climate-change-global-health-emergency-harms-accelerating-lancet/story?id=137598966.

Amnesty International. “COP31 Must Amplify People Power, Not Oil Lobby Voices.” 29 de outubro de 2026. https://www.amnesty.org/en/latest/news/2026/10/cop31-must-amplify-people-power-not-oil-lobby-voices/.

Anderson, Stefan. “The Climate-Health Crisis Needs Money, Not More Declarations.” Health Policy Watch, 1º de julho de 2026. https://healthpolicy-watch.news/the-climate-health-crisis-needs-money/.

Argus Media. “World to Exceed 1.5°C Rise in Next Few Years: UN.” 2026. https://www.argusmedia.com/es/news-and-insights/latest-market-news/2872425-world-to-exceed-1.5degc-rise-in-next-few-years-un.

Associated Press. “Bill Gates Calls for Strategy Shift in Climate Fight from Curbing Emissions to Reducing Human Suffering.” Anchorage Daily News, 28 de outubro de 2025. https://www.adn.com/nation-world/2025/10/28/bill-gates-calls-for-strategy-shift-in-climate-fight-from-curbing-emissions-to-reducing-human-suffering/.

Axios. “Bill Gates Defends Contentious Climate Shift.” 4 de novembro de 2025. https://www.axios.com/2025/11/04/climate-bill-gates-memo.

Brasil. Ministério da Saúde. The Belém Health Action Plan for the Adaptation of the Health Sector to Climate Change. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. https://climahealth.info/wp-content/uploads/2025/10/belem-action-plan-2.pdf.

CBS News. “Bill Gates Shifts Tone on Climate, Criticizes ‘Doomsday View,’ Drawing Mixed Reaction.” Outubro de 2025. https://www.cbsnews.com/amp/colorado/news/bill-gates-climate-change-criticizes-doomsday-view.

Center for International Environmental Law. “COP31: Can Climate Multilateralism Deliver in a World of Crisis and Conflict?” 2 de novembro de 2026. https://www.ciel.org/cop31-can-climate-multilateralism-deliver-in-a-world-of-crisis-and-conflict/.

———. “June Climate Talks Expose Hard Truth: COP31 Must Reform the UNFCCC to Deliver Climate Action.” Junho de 2026. https://www.ciel.org/news/june-climate-talks-expose-cop31-must-reform-the-unfccc/.

Climate Action Network. “COP30 Takes a Hopeful Step towards Justice, but Does Not Go Far Enough.” 22 de novembro de 2025. https://climatenetwork.org/2025/11/22/cop30-takes-a-hopeful-step-towards-justice-but-does-not-go-far-enough/.

“Climate Change Is Killing Hundreds of Thousands – A Kidney Specialist’s Concerns.” The Conversation, 2026. https://theconversation.com/climate-change-is-killing-hundreds-of-thousands-a-kidney-specialists-concerns-295393.

“Climate Crisis Is a Health Crisis: WHO Chief.” Ahram Online, Agence France-Presse, novembro de 2025. https://english.ahram.org.eg/NewsContent/7/48/556878/Life–Style/Health/Climate-crisis-is-a-health-crisis–WHO-chief-.aspx.

Climate Home News. “US Pressure Puts World Bank’s Climate Plan at Risk.” 16 de abril de 2026. Resumido por Pulse. https://www.pulse.bot/energy/news/us-pressure-puts-world-banks-climate-plan-at-risk-642017b1-b91e-4a34-9c5b-d1944083bf83/.

Community Solutions. “On the Connection Between Climate Change and Homelessness.” Acesso em 6 de novembro de 2026. https://community.solutions/research-posts/on-the-connection-between-climate-change-and-homelessness/.

COP30 Presidency. “Brazil Launches the First Climate Adaptation Plan for Health at COP30.” 13 de novembro de 2025. https://cop30.br/en/news-about-cop30/brazil-launches-the-first-climate-adaptation-plan-for-health-at-cop30.

COP31 Presidency. “A New Chapter for Climate and Health: Antalya COP31.” Nota de evento, Semana do Clima de Baku, 9 de setembro de 2026. UNFCCC. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/A_NEW_CHAPTER_FOR_CLIMATE%26HEALTH.pdf.

———. “COP31 Blue Zone Side Event Programme / Türkiye Pavilion B125.” República da Turquia, Diretoria de Mudança Climática, 21 de outubro de 2026. https://iklim.gov.tr/db/english/haberler/files/Side_Events_Programme-20261021(1).pdf.

COP31 Türkiye. “COP31: Antalya 2026 UN Climate Summit.” Site oficial. Acesso em 6 de novembro de 2026. https://cop31.tr/.

———. COP31 Türkiye. Canal do YouTube. Acesso em 6 de novembro de 2026. https://www.youtube.com/@Turkiyecop31/featured.

Countercurrents. “COP31: Will Countries Finally Deliver on Past Promises?” Novembro de 2026. https://countercurrents.org/2026/11/cop31-will-countries-finally-deliver-on-past-promises/.

Daily Sabah. “COP31 Puts Resilient Health Systems at Center of Climate Agenda.” 2026. https://www.dailysabah.com/turkiye/cop31-puts-resilient-health-systems-at-center-of-climate-agenda/news/amp.

Dzau, Victor J., Eliete Bouskela, Luiz Augusto Galvao e Christopher Hanley. “Uniting Academies of Medicine on Climate and Health.” The Lancet 406, n. 10519 (2025): 2510–11. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(25)02323-2.

“Evaluating Progress and Accountability for Achieving COP26 Health Programme International Ambitions for Sustainable, Low-Carbon, Resilient Health-Care Systems.” The Lancet Planetary Health, 2024. https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196(24)00206-7/fulltext.

Fossil Free Politics. “EU Governments at COP31: A Break with the Past or Business as Usual?” Novembro de 2026. https://fossilfreepolitics.org/uncategorized/eu-governments-at-cop31-a-break-with-the-past-or-business-as-usual/.

France 24. “WHO Restructures, Cuts Budget after US Withdrawal.” Agence France-Presse, 27 de maio de 2025. https://www.france24.com/en/live-news/20250527-who-restructures-cuts-budget-after-us-withdrawal.

Global Climate and Health Alliance. “COP30 Delivers Incremental Climate Action, But Lack of Implementation Support Jeopardises Health.” Scoop, 22 de novembro de 2025. https://www.scoop.co.nz/stories/WO2511/S00222.htm.

———. “Global Health and Environment Organisations Urge COP31 Presidency to Prioritise Health.” 8 de junho de 2026. https://climateandhealthalliance.org/press-releases/global-health-and-environment-organisations-urge-cop31-presidency-to-prioritise-health/.

———. “News.” Acesso em 6 de novembro de 2026. https://climateandhealthalliance.org/news-and-events/news.

———. “Statement from the Global Climate and Health Alliance Regarding Bill Gates Commentary and Responses to It.” 5 de novembro de 2025. https://climateandhealthalliance.org/category/press-releases/page/4/.

Global Health Hub Germany. “Climate and Health at COP30.” Acesso em 6 de novembro de 2026. https://www.globalhealthhub.de/en/news/detail/climate-and-health-at-cop30.

Grist. “Report: World Bank Invested Nearly $15 Billion in Fossil Fuel Projects Despite Climate Commitment.” Acesso em 6 de novembro de 2026. https://grist.org/economics/report-world-bank-invested-nearly-15-billion-in-fossil-fuel-projects-despite-climate-commitment/.

Health Care Without Harm. “Lancet Countdown Exposes Widening Gap between Climate-Related Health Harms and Action to Protect Lives.” 28 de outubro de 2026. https://noharm.org/news/lancet-countdown-exposes-widening-gap-between-climate-related-health-harms-and-action-protect.

Health Policy Watch. “Brazil Wins Limited Backing for COP30 Climate-Health Plan, But Nations Commit No Finance.” Novembro de 2025. Trecho republicado por Island Innovation. https://www.islandinnovation.co/content/news/brazil-wins-limited-backing-for-cop30-climate-health-plan-but-nations-commit-no-finance.

———. “COP30 Ends With No Text On Fossil Fuels Phase-Out – But Plans For A Conference In 2026.” Novembro de 2025. https://healthpolicy-watch.news/cop30-ends-with-plans-to-make-more-plans-no-mention-of-fossil-fuel-phase-out/.

Independent Catholic News. “Homelessness Is Climate Action’s Blind Spot, New Report Warns.” 5 de novembro de 2026. https://www.indcatholicnews.com/news/56232.

Iraola Iribarren, Marta. “The Window to Protect Global Health from Climate Change Is Rapidly Closing, Report Warns.” Euronews, 22 de abril de 2026. https://www.euronews.com/2026/04/22/lancet-report-2026.

Irish Times. “The Cop Process Is Dysfunctional but Far from Rudderless.” 5 de novembro de 2026. https://www.irishtimes.com/environment/climate-crisis/2026/11/05/the-cop-process-is-dysfunctional-but-far-from-rudderless/.

Kriit, H. K., J. Chen-Xu, J. C. Semenza et al. ”The 2026 Europe Report of the Lancet Countdown on Health and Climate Change: Narrowing Window for Decisive Health Action.” The Lancet Public Health 11 (2026). https://doi.org/10.1016/S2468-2667(26)00025-3. Resumo do relatório: https://lancetcountdown.org/europe/2026-report/.

Lancet Countdown. “Explore Our Data.” Acesso em 6 de novembro de 2026. https://lancetcountdown.org/explore-our-data/.

Lancet Planetary Health. [Comentário sobre ultrapassagem climática, adaptação e remoção de dióxido de carbono.] The Lancet Planetary Health, 2026. https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196(26)00129-4/fulltext.

Milliyet. “COP31 ajandasında bir ilk: Sağlık gündemi” [Uma novidade na agenda da COP31: a saúde]. 2026. https://www.milliyet.com.tr/haber/7688953/.

National Academy of Medicine. “Academies of Medicine Launch Global Coalition to Advance Climate–Health Action; Supports Brazil’s Belém Health Action Plan at COP30.” 12 de novembro de 2025. https://nam.edu/news-and-insights/academies-of-medicine-launch-global-coalition-to-advance-climate-health-action-supports-brazils-belem-health-action-plan-at-cop30/.

———. “Global Coalition of Academies of Medicine on Climate and Health.” Acesso em 6 de novembro de 2026. https://nam.edu/our-work/programs/climate-and-health/global-coalition-of-academies-of-medicine-on-climate-and-health/.

News-Medical. “Climate Change Intensifies Global Health Risks, Lancet Countdown Report Warns.” 27 de outubro de 2026. https://www.news-medical.net/news/20261027/Climate-change-intensifies-global-health-risks-Lancet-Countdown-report-warns.aspx.

Pacific Islands News Association. “WHO Regional Director Dr Piukala Launches Climate and Health Push ahead of COP31.” 20 de maio de 2026. https://pina.com.fj/?p=67020.

People Matters. “Funding Crisis Hits WHO: Document Reveals 2,000 Job Cuts by 2026.” Com base em reportagem da Reuters. Acesso em 6 de novembro de 2026. https://www.peoplematters.in/news/strategic-hr/funding-crisis-hits-who-document-reveals-2000-job-cuts-by-2026-47307.

Pile, Ben. “How the Climate-Obsessed Lancet Tortures Data to Push Alarmist Propaganda.” Daily Sceptic, 3 de novembro de 2026. https://dailysceptic.org/2026/11/03/how-the-climate-obsessed-lancet-tortures-data-to-push-alarmist-propaganda/.

Right to Clean Air Platform. “Global Call to COP31 Presidency.” 2026. https://temizhavahakki.org/en/global-call-to-cop31-presidency/.

Romanello, Marina et al. ”The 2026 Report of the Lancet Countdown on Health and Climate Change: A Decade of Escalating Health Harms and a Decisive Moment for All.” The Lancet, outubro de 2026. Resumo visual: https://data.lancetcountdown.org/data-explorer/visual-summary.

Sustainable Energy for All. “Global Heat Mortality Data.” Chilling Prospects. Acesso em 6 de novembro de 2026. https://www.seforall.org/chilling-prospects-special-edition-data-story/global-heat-mortality-data.

Think Global Health. “What U.S. Withdrawal from the World Health Organization Means for Africa.” 2026. https://www.thinkglobalhealth.org/article/what-u-s-withdrawal-from-the-world-health-organization-means-for-africa.

TIME. “What the U.S.’ Withdrawal from the WHO Means for Public Health.” 2026. https://time.com/7357180/us-withdrawal-who-world-health-organization/.

Transparency International. “Why COP31 Must Break Free from Fossil Fuel Influence.” 9 de abril de 2026. https://www.transparency.org/en/blog/cop31-turkey-australia-fossil-fuel-influence.

United Nations Environment Programme. Limiting Overshoot: Navigating Exceedance of 1.5°C and Pathways towards Return. Nairóbi: UNEP, 2026. https://www.unep.org/resources/limiting-overshoot-navigating-exceedance.

———. “UNEP: World Set to Cross 1.5°C Global Warming, but Can Still Limit, Adapt to and Return from Higher Temperatures.” Comunicado de imprensa, 2026. https://www.unep.org/news-and-stories/press-release/unep-world-set-cross-15degc-global-warming-can-still-limit-adapt-and.

United Nations Framework Convention on Climate Change. “Information for COP 31 Participants (A–Z).” Acesso em 6 de novembro de 2026. https://unfccc.int/cop31/ifp.

UNHCR. “Ahead of COP31, UNHCR Warns Nearly 90 Million Displaced People Face Severe Climate Risks.” 2026. https://www.unhcr.org/us/news/press-releases/ahead-cop31-unhcr-warns-nearly-90-million-displaced-people-face-severe-climate.

UNU Global Health. “UNU Global Health at COP31.” Universidade das Nações Unidas, 27 de outubro de 2026. https://unu.edu/global-health/article/unu-global-health-cop31.

Wikipedia. “2026 United Nations Climate Change Conference.” Acesso em 6 de novembro de 2026. https://en.wikipedia.org/wiki/2026_United_Nations_Climate_Change_Conference.

World Economic Forum. “COP31 Approaches amid 2.8°C Warming Warning – and Other Nature and Climate News.” 5 de novembro de 2026. https://www.weforum.org/stories/climate-action-and-waste-reduction/cop31-un-warming-climate-change-nature-news.

World Health Organization. “Belém Health Action Plan High Level Side Event, World Health Assembly.” 20 de maio de 2026. https://who.int/news/item/20-05-2026-belem-health-action-plan-high-level-side-event–world-health-assembly.

———. “Climate Change Is a Growing Health Emergency, Lancet Countdown Warns.” 28 de outubro de 2026. https://www.who.int/news/item/28-10-2026-climate-change-is-a-growing-health-emergency–lancet-countdown-warns.

———. COP30 Special Report on Health and Climate Change: Delivering the Belém Health Action Plan. Genebra: WHO, 2025. https://www.who.int/publications/m/item/cop30-special-report-on-climate-and-health.

———. “COP31 Health Pavilion.” Acesso em 6 de novembro de 2026. https://www.who.int/news-room/events/detail/2026/11/09/default-calendar/cop31-health-pavilion.

———. “Health at COP31.” Acesso em 6 de novembro de 2026. https://www.who.int/teams/environment-climate-change-and-health/climate-change-and-health/advocacy-partnerships/talks/health-at-cop31.

———. WHO at COP31: Climate Change and Health Briefing and Key Messages. Genebra: WHO, 3 de novembro de 2026. https://www.who.int/publications/m/item/who-at-cop31–climate-and-health-briefing-and-key-messages.

———. “WHO at COP31: Health Day Opens Two Weeks of Activities to Deliver on Climate Change and Health.” 6 de novembro de 2026. https://www.who.int/news/item/06-11-2026-who-at-cop31–health-day-opens-two-weeks-of-activities-to-deliver-on-climate-change-and-health.

Discursos do presidente Lula na COP31, na Turquia

Discursos del presidente Lula en la COP31, en Turquía

Speeches by President Lula at COP31 in Turkey

Discurso do presidente Lula na sessão de abertura da Cúpula de Líderes da COP31[1]

"Eu quero cumprimentar o presidente Erdogan [Recep Tayyip, da Turquia] pela calorosa recepção à minha delegação e à delegação de todos os participantes. Quero, da mesma forma, dizer ao secretário-geral da ONU, António Guterres, que a sua passagem pela Secretaria-Geral será inesquecível para as pessoas que defendem a democracia e defendem a questão climática.

Quero parabenizar os chefes de Estado e de Governo que estão presentes; Murat Kurum, presidente da COP31 e ministro do Meio Ambiente, Urbanização e Mudanças Climáticas da Turquia; chefes de organizações internacionais; meus amigos e minhas amigas.

É uma enorme satisfação estar nesta sessão de abertura.

Realizar a COP31 na Turquia tem enorme significado simbólico.

Em um momento em que divisões geopolíticas ressurgem em todo o mundo, nada mais apropriado que esta reunião ocorra em um país onde, há milênios, diferentes povos e culturas se aproximam.

Nos próximos dias, a missão de Antália não será apenas servir de ponte entre perspectivas distintas.

Estará nas mãos da COP31 devolver à mudança do clima a atenção que ela merece.

Há um ano, o planeta saiu da COP30 revigorado.

O coração da Amazônia pulsou com a maior participação popular da história das conferências do clima.

Pela primeira vez, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e todos aqueles que têm a floresta como casa ou causa ganharam protagonismo.

Suas vozes foram ouvidas pelas delegações, que reconheceram a necessidade de passar da negociação à implementação.

Mas, no percurso de Belém a Antália, esse ímpeto arrefeceu.

No início deste ano, a mudança do clima desapareceu dos discursos e dos documentos das lideranças globais.

Nas reuniões do G7 e do G20, foros que reúnem os maiores emissores mundiais de gases do efeito estufa, a preocupação se tornou silêncio.

Passamos a falar mais de armas e tarifas do que sobrevivência das futuras gerações.

A transição energética passou a ser vista por alguns como um empecilho à segurança e à prosperidade das nações.

Com as guerras e a inflação batendo à porta hoje, fica mais difícil pensar na catástrofe climática de amanhã.

Mas o planeta não pode ficar à mercê de disputas hegemônicas.

Secas, enchentes, incêndios e a elevação do nível do mar já fazem parte da realidade de milhões de pessoas.

---

[1] Discurso disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2026/11/discurso-do-presidente-lula-na-sessao-abertura-da-cupula-de-lideres-da-cop31-na-turquia

Famílias perdem vidas, casas, empregos e meios de subsistência.

Desastres provocam deslocamentos que se somam aos motivados por conflitos armados ou fatores econômicos.

Em Belém, eu disse que a COP30 seria a COP da verdade.

O Brasil convidou a comunidade internacional a dizer, em alto e bom som, se acreditava ou não nos cientistas.

Se confiava ou não nas instituições multilaterais.

Mas a ciência e o multilateralismo continuam sob ataque.

Não é por acaso que a incorporação das contribuições do IPCC ao processo negociador da COP esteja em xeque.

Nem é coincidência que os acordos climáticos sejam os alvos favoritos de forças reacionárias.

Nas COPs, todas as nações participam em pé de igualdade.

Em outros foros, o privilégio do veto e o poder do dinheiro desequilibram a balança.

Sabotar o regime climático é destruir o que o sistema multilateral tem de melhor.

Mas a falta de consenso não pode se tornar um obstáculo para avanços.

Em tempos de polarização, a diplomacia precisa saber abrir janelas onde portas se fecham.

Trago, hoje, cinco mensagens, inspiradas em iniciativas que o Brasil impulsionou nos planos internacional e nacional.

A primeira mensagem tem relação com os três mapas do caminho que Belém deixou como legados.

Esses mapas ajudarão o mundo a cumprir tarefas imprescindíveis:
• assegurar que o financiamento climático atinja 1,3 trilhão de dólares por ano;
• promover a transição dos combustíveis fósseis para outras fontes de energia;
• parar e reverter o desmatamento.

Contamos com a liderança da Turquia e da Austrália para garantir que as recomendações contidas nesses documentos sejam difundidas e incorporadas ao próximo Balanço Global.

O Brasil vai fazer a sua parte adotando mapas do caminho nacionais para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e eliminar o desmatamento e a degradação da floresta.

Também seguiremos promovendo nossas plataformas de investimentos sustentáveis, que já mobilizam bilhões de dólares em capital público e privado.

A segunda mensagem diz respeito ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre, o famoso TFFF.

Belém também deixou a lição de que soluções inovadoras são possíveis quando há vontade política.

O TFFF conseguiu angariar o apoio de dezenas de países e está perto de reunir os investimentos necessários a iniciar sua operação.

O apoio de novos parceiros é bem-vindo para que o mecanismo atinja seu pleno potencial.

A terceira mensagem reforça a urgência de ampliar as metas de redução de emissões.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, uma elevação média de um grau e meio na temperatura da Terra já é inevitável.

As Contribuições Nacionalmente Determinadas continuam sendo a principal ferramenta para combater a mudança do clima.

Mas, mesmo se cumpridas as NDCs atuais, caminhamos para um aumento de 2,8 graus.

É imperativo pensar em novas estratégias para acelerar a transição energética.

As propostas da COP31 de avançar na eletrificação e reduzir a geração de resíduos complementam o objetivo da COP30 de ampliar o uso de combustíveis sustentáveis.

O Brasil é prova de que é possível fazer a economia crescer e mitigar o aquecimento global.

Caminhamos para nos tornar a oitava economia do mundo ao mesmo tempo em que reduzimos as emissões de gases do efeito estufa em 42% desde 2005.

Evitamos que 560 milhões de toneladas de carbono fossem emitidas na atmosfera entre 2022 e 2024.

A quarta mensagem tem a ver com o papel das florestas.

Como guardião da maior floresta tropical do planeta, o Brasil segue liderando pelo exemplo.

O desmatamento teve diminuição histórica em todos os nossos biomas.

Apenas na região amazônica, a queda foi de 71% entre 2022 e 2026.

A quinta e última mensagem diz respeito à relevância da cooperação internacional para a preservação da Floresta Amazônica.

O Brasil retomou o Fundo Amazônia em 2023.

Tivemos, no ano passado, recorde histórico de aprovação de projetos, que beneficiaram 3 em cada 4 municípios amazônicos.

A colaboração de países parceiros evidencia que a ação global pode ter importante impacto local.

Queridas amigas e amigos, senhoras e senhores,

A crise climática é, também, uma crise de injustiças.

Injustiças de classe, gênero e raça e injustiças entre os países.

Não faz sentido abandonar o princípio das “responsabilidades comuns - mas diferenciadas”.

Os países ricos se desenvolveram às custas do planeta e devem cumprir seus compromissos.

A próxima COP, em solo africano, representa uma oportunidade histórica de garantir mais recursos para um continente que se encontra estrangulado pelo endividamento.

Amigos e amigas,

O Brasil foi às urnas há duas semanas.

Em uma mobilização sem precedentes, o povo brasileiro empunhou as armas da democracia.

Confrontou aqueles que negam as evidências da ciência.

Que ameaçam a sobrevivência da maior floresta tropical, da maior biodiversidade e da maior reserva de água doce do mundo.

Não foi o triunfo de um partido político ou o triunfo de um candidato.

Foi a escolha de um projeto de nação que tem a sustentabilidade como pilar.

Dos indígenas que percorreram quilômetros para defender seus territórios.

Dos idosos que saíram de suas casas para evitar retrocessos em conquistas e direitos.

E dos jovens que se levantaram para garantir um amanhã digno para as novas gerações.

Eles mostraram que a luta contra a mudança do clima vai além dos salões diplomáticos.

Ela é travada pelo voto de cada mulher e de cada homem que deseja fazer a diferença.

Que os líderes aqui reunidos estejam à altura daqueles que, em todo o mundo, aspiram a um futuro justo e sustentável.

O Brasil está de volta para defender a continuidade de um planeta saudável.

Boa sorte.

Discurso do presidente Lula na Cúpula de Líderes sobre Florestas[2]

Vim a Antália com mandato renovado pelo povo brasileiro para aprofundar um projeto de governo que coloca o desenvolvimento sustentável no topo de suas prioridades.

Esta Cúpula de Líderes é especial porque coroa um processo inédito para os países detentores de florestas tropicais.

Nossa jornada começou em 2023, com a Cúpula da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Em parceria com a República do Congo, a República Democrática do Congo e a Indonésia, assinamos a Declaração "Unidos pelas Florestas".

Na COP28, em Dubai, definimos o compromisso de deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030.

Na COP30, em Belém, assumimos a tarefa de construir um Mapa do Caminho para alcançar esse objetivo.

A noção equivocada de incompatibilidade entre conservação e desenvolvimento pertence ao passado.

Estamos percorrendo um caminho que coloca os países detentores de florestas tropicais no centro das decisões globais sobre o clima.

Não mais como parte do problema, mas como protagonistas.

Sabemos o que é preciso fazer.

Reconhecer o valor da floresta em pé e dos povos que a preservam; pôr fim à devastação; e restaurar as áreas degradadas.

Temos diante de nós três desafios principais:

O primeiro é a superação da pobreza.

A degradação ambiental e o desmatamento estão relacionados a altos índices de violência e a baixos indicadores na área social.

A prosperidade baseada na floresta em pé também depende de políticas públicas que coloquem as pessoas como prioridade.

50 milhões de pessoas vivem no bioma amazônico sul-americano.

São habitantes de cidades de pequeno, médio e grande porte, que precisam de serviços, empregos e renda.

São comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas que dependem diretamente da floresta e de suas riquezas.

São agricultores que sabem que é possível produzir sem aumentar as pressões sobre a vegetação nativa.

A bioeconomia é uma das alternativas à exploração predatória dos recursos naturais.

Sistemas alimentares que valorizam a agroecologia demonstram que é possível produzir alimentos, gerar renda, recuperar a natureza e fortalecer a resiliência às mudanças climáticas.

O turismo sustentável também pode valorizar as culturas locais e ampliar as oportunidades econômicas das comunidades.

Os saberes tradicionais devem ser associados à pesquisa científica e à tecnologia de ponta para gerar inovação e prosperidade.

O segundo entrave é a falta de recursos.

---

[2] Discurso disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2026/11/discurso-do-presidente-lula-na-cupula-de-lideres-sobre-florestas-durante-a-cop31-na-turquia

O mundo reconhece o valor das florestas, mas ainda não está disposto a financiar sua proteção na escala necessária.

Mobilizamos menos de um terço desse valor.

Em Belém, apresentamos ao mundo uma proposta inovadora, o Fundo Florestas Tropicais para Sempre.

A cooperação entre o Norte e o Sul Global é chave para proteger o planeta.

Esse mecanismo revoluciona a relação entre economia e conservação ambiental.

Não se trata de doação. Os investidores públicos e privados irão receber retornos financeiros sobre os recursos aplicados.

E os países que conservam suas florestas poderão contar com uma fonte constante de recursos para fortalecer suas políticas nacionais, respeitando suas próprias prioridades de desenvolvimento.

Com o TFFF, já mobilizamos 7,8 bilhões de dólares de diferentes parceiros internacionais.

A iniciativa conta com o endosso de 66 países e da União Europeia, incluindo países que concentram cerca de 90% das florestas tropicais do planeta.

Novos investimentos são bem-vindos.

A operacionalização do TFFF permitirá transformar compromissos em resultados concretos.

Senhoras e senhores,

O terceiro obstáculo é a falta de liderança.

Em 2026, o enfrentamento da mudança do clima saiu da agenda do G7 e do G20.

O planeta não pode mais esperar enquanto guerras e conflitos comerciais consomem tempo e recursos escassos.

A falta de compromisso com a redução de emissões e descarbonização das economias é uma grave ameaça às florestas tropicais.

Se esses biomas ultrapassarem seu ponto de não retorno, o equilíbrio climático global pode se romper.

Mas minha mensagem aqui é de esperança.

Quando existe determinação dos governantes, políticas públicas consistentes e participação da sociedade civil, aquilo que parece impossível começa a se tornar realidade.

A defesa e o desenvolvimento da Amazônia ocuparam um lugar central em meu terceiro mandato e continuará assim no quarto.

O Brasil combina prevenção, instrumentos econômicos, recuperação da vegetação nativa e bioeconomia para transformar a floresta em pé em fonte de renda e competitividade.

Nesta COP, apresentaremos nosso “Mapa do Caminho Nacional para interromper e reverter o desmatamento e a degradação florestal”.

Estamos no rumo certo para manter ou ampliar a área de vegetação nativa em nossos biomas até 2030, conforme nos comprometemos.

Registramos uma redução histórica no desmatamento em todos os biomas.

Na Amazônia, houve queda de 70%. No Cerrado, de quase 50%.

Acrescentamos 2,5 milhões de hectares de áreas protegidas ao patrimônio ambiental brasileiro.

Desde 2023, foram 20 terras indígenas homologadas - uma extensão territorial maior que a da Bélgica.

Essas ações, que vêm mudando a realidade na região, contaram com o inestimável apoio do Fundo Amazônia. O Fundo foi retomado e o número de parceiros foi ampliado.

Setenta e cinco por cento dos municípios amazônicos se beneficiaram de projetos do Fundo.

Estamos transformando o “Arco da Destruição” na Amazônia no “Arco da Restauração”, com dezenas de projetos de restauração florestal e sistemas agroflorestais.

Já recuperamos 4,5 milhões de hectares de solos e pastagens degradadas. A meta é chegar a 40 milhões em dez anos.

Meus amigos e minhas amigas,

No próximo ano, inicia-se a Década das Nações Unidas para o Florestamento e o Reflorestamento, proclamada pela Assembleia Geral para o período de 2027 a 2036.

Nosso desafio será o de reunir vontade política, recursos financeiros e fomentar a cooperação internacional necessária para defender as florestas e as populações que vivem nesses biomas.

Essa é uma contribuição essencial para proteger o planeta dos efeitos nefastos da mudança do clima.

Contem com o Brasil.

Muito obrigado.

Impacto do Estresse Térmico na Saúde do Trabalhador: evidências de estudos realizados pela OIT em seis países

Impacto del Estrés Térmico en la Salud Ocupacional: evidencias de estudios realizados por la OIT en seis países

Impact of Heat Stress on Occupational Health: evidence from studies conducted by the ILO in six countries

Frederico Peres

Resumo: O conceito de estresse térmico, ou impacto fisiológico causado por alterações extremas de temperatura e umidade, entre outros fatores físicos e climáticos, sobre o organismo humano, vem sendo utilizado, de forma crescente, para descrever os impactos da mudança do clima — e em particular do calor extremo — sobre a saúde. No que se refere à saúde do trabalhador, o estresse térmico inclui a intensidade do esforço físico durante as atividades de trabalho, as características físicas e estruturais dos ambientes de trabalho, a organização das jornadas de trabalho, o acesso à água e a pausas para recuperação fisiológica, a existência de equipamentos de proteção, individuais e coletivos, além das condições socioeconômicas e de saúde, individuais e coletivas, dos trabalhadores. Discussão que ganha ainda mais relevância quando considerada a relação entre exposição a temperaturas extremas, a precarização das relações de trabalho e desigualdade socioeconômica entre os diferentes grupos de trabalhadores e trabalhadoras. Os seis estudos de caso, coordenados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), aqui apresentados e analisados, evidenciam que as perdas de produtividade e emprego aumentam significativamente em cenários de calor extremo, embora demonstrem que mesmo uma trajetória de baixas emissões não elimina as perdas associadas ao estresse térmico, uma vez que parte dos impactos já está incorporada às condições climáticas atuais. Também reforçam a premissa que a exposição ao calor não pode ser considerada um risco ambiental externo às relações de trabalho. O estresse térmico que afeta a saúde de trabalhadores, globalmente, é produzido e agravado pela maneira como as atividades econômicas são organizadas, pela intensidade das jornadas, pelas condições de infraestrutura, pela ausência de pausas e pela distribuição desigual dos mecanismos de proteção. O desafio, em síntese, não consiste apenas em desenvolver tecnologias de climatização ou recomendar comportamentos individuais de prevenção, mas transformar as condições nas quais o trabalho é realizado, reconhecendo que a proteção da saúde do trabalhador constitui um direito fundamental e uma responsabilidade institucional, compartilhada por empregadores e governos.

Palavras-chave: Calor Extremo; Estresse Térmico; Condições de Trabalho; Saúde do Trabalhador; Trabalho Decente.

Resumen: *El concepto de estrés térmico — o impacto fisiológico que ejercen sobre el organismo humano las alteraciones extremas de temperatura y humedad, entre otros factores físicos y climáticos — se utiliza cada vez más para describir los efectos del cambio climático y, en particular, del calor extremo en la salud. En lo que respecta a la salud de los trabajadores, el estrés térmico abarca la intensidad del esfuerzo físico durante las actividades laborales, las características físicas y estructurales de los entornos de trabajo, la organización de las jornadas*

laborales, el acceso al agua y a pausas para la recuperación fisiológica, la disponibilidad de equipos de protección (tanto individuales como colectivos), así como las condiciones socioeconómicas y de salud — tanto individuales como colectivas — de los trabajadores. Esta cuestión adquiere una relevancia aún mayor si se considera la relación entre la exposición a temperaturas extremas, la precarización de las relaciones laborales y la desigualdad socioeconómica entre los distintos grupos de trabajadores. Los seis estudios de caso presentados y analizados aquí, coordinados por la Organización Internacional del Trabajo (OIT), ponen de manifiesto que las pérdidas de productividad y empleo aumentan considerablemente en escenarios de calor extremo. Asimismo, demuestran que ni siquiera una trayectoria de bajas emisiones logra eliminar las pérdidas asociadas al estrés térmico, dado que una parte de estos impactos ya está integrada en las condiciones climáticas actuales. Además, refuerzan la premisa de que la exposición al calor no puede considerarse un riesgo ambiental ajeno a las relaciones laborales. El estrés térmico que afecta a la salud de los trabajadores a escala mundial es generado y agravado por la forma en que se organizan las actividades económicas, la intensidad de las jornadas laborales, las condiciones de la infraestructura, la falta de pausas y la distribución desigual de los mecanismos de protección. El desafío, en síntesis, no consiste únicamente en desarrollar tecnologías de climatización o recomendar comportamientos individuales de prevención, sino en transformar las condiciones en las que se realiza el trabajo, reconociendo que la protección de la salud del trabajador constituye un derecho fundamental y una responsabilidad institucional, compartida por empleadores y gobiernos.

Palabras clave: *Calor extremo; Estrés térmico; Condiciones de trabajo; Salud del trabajador; Trabajo decente.*

Abstract: *The concept of heat stress — the bodily effects induced by significant variations in temperature and humidity, along with other environmental and climatic elements — is progressively being employed to characterize the health repercussions of climate change, especially those stemming from intense heat. In the realm of occupational health, heat stress includes various elements: the degree of physical effort exerted during job duties; the physical and structural attributes of the work environment; the arrangement of work schedules; access to hydration and rest periods; the provision of individual and collective protective gear; and the socioeconomic and health circumstances of the employees. This dialog gains heightened significance when examining the interaction between exposure to severe temperatures, the unstable nature of employment, and the socioeconomic disparities present across various worker demographics. The six case studies examined and presented in this document — coordinated by the International Labor Organization (ILO) — illustrate that productivity declines and job losses increase markedly in extreme heat conditions. Moreover, they demonstrate that a low-emissions pathway would still fail to eradicate the losses linked to heat stress, as certain effects are already ingrained in present climatic circumstances. These investigations further substantiate the notion that thermal exposure should not be regarded solely as an external environmental hazard disconnected from labor dynamics. The heat stress impacting workers worldwide is, indeed, produced and intensified by the organization of economic activities, the rigor of work schedules, the state of infrastructure, insufficient recovery periods, and the inequitable allocation of protective measures. In conclusion, the difficulty resides not only in creating climate-control innovations or suggesting preventive personal actions, but in altering the work environment — acknowledging that safeguarding workers' health is a basic right and a collective obligation of employers and governments.*

Keywords: *Intense Heat; Heat Stress; Working Conditions; Occupational Health; Decent Work.*

Introdução

A emergência climática vem redefinindo as condições ambientais, econômicas e sociais em que as atividades de trabalho vêm sendo desenvolvidas ao redor do planeta. Entre suas manifestações mais diretas (e preocupantes) podemos identificar o aumento da exposição de trabalhadoras e trabalhadores ao calor extremo, fenômeno que representa uma ameaça crescente à garantia do trabalho decente e da saúde do trabalhador, à segurança dos ambientes de trabalho, à sustentabilidade das redes de proteção social no trabalho e, em dimensão distinta, à produtividade de distintos setores da economia, mais vulnerabilizados ante à mudança do clima.

Embora seja possível reconhecer que os efeitos das temperaturas elevadas sobre a saúde humana sejam conhecidos há décadas, a intensificação das ondas de calor, o aumento das temperaturas médias e a maior duração dos períodos de exposição a estas condições extremas estão ampliando a dimensão desse problema, convertendo o estresse térmico em um dos principais desafios contemporâneos para a saúde do trabalhador e a segurança no trabalho. Problema que assume particular relevância quando identificamos que a exposição ao calor nos ambientes de trabalho não se distribui de maneira homogênea entre os diferentes grupos de trabalhadores, assim como seus impactos sobre a saúde de trabalhadoras e trabalhadores não são idênticos.

Atividades de trabalho realizadas ao ar livre como, por exemplo, a agricultura, a construção civil, a pesca, e os serviços de entrega, entre outras, apresentam riscos elevados e vêm sendo identificadas, na literatura de referência, como estudos de caso e paradigmas para a compreensão das relações entre a mudança do clima e os impactos sobre a saúde do trabalhador. Apesar disso, é importante destacar que trabalhadores de ambientes industriais, estabelecimentos comerciais, cozinhas, serviços de limpeza e outros ambientes *indoor* também podem estar, também, submetidos a condições térmicas extremas, especialmente quando a ventilação, a climatização e as medidas de proteção são insuficientes para compensar a elevação das temperaturas externas.

O conceito de estresse térmico, ou impacto fisiológico causado por alterações extremas de temperatura e umidade, entre outros fatores físicos e climáticos, sobre o organismo humano, vem sendo utilizado, de forma crescente, para descrever os impactos da mudança do clima — e em particular do calor extremo — sobre a saúde. Conceito que, por sua natureza e abrangência, não pode ser compreendido exclusivamente como resultado da exposição a temperaturas elevadas, mas sim determinado pela interação entre as condições meteorológicas, entre outros fatores físicos externos, e fisiológicas-metabólicas, que se produzem e reproduzem a partir de processos de determinação socioambiental da saúde.

No que se refere à saúde do trabalhador, o estresse térmico inclui a intensidade do esforço físico durante as atividades de trabalho, as características físicas e estruturais dos ambientes de trabalho, a organização das jornadas de trabalho, o acesso à água e a pausas para recuperação fisiológica, a existência de equipamentos de proteção, individuais e coletivos, além das condições socioeconômicas e de saúde, individuais e coletivas, dos trabalhadores. Ou seja, a exposição ao calor extremo e a intensidade do estresse térmico são, também, expressões das desigualdades existentes no mundo do trabalho.

A discussão ganha ainda mais relevância quando considerada a relação entre exposição a temperaturas extremas, a precarização das relações de trabalho e desigualdade

socioeconômica entre os diferentes grupos de trabalhadores e trabalhadoras. Trabalhadores informais, migrantes, sazonais, terceirizados e aqueles remunerados por produtividade ou tarefa, frequentemente, dispõem de menor autonomia para interromper suas atividades de trabalho (pausas para recuperação), reduzir o ritmo de trabalho ou buscar ambientes mais seguros. Em determinadas circunstâncias, a necessidade de preservar a renda pode levar os trabalhadores a permanecerem sob condições extremas mesmo quando reconhecem os riscos à própria saúde. A constatação da existência de um contexto extremamente desfavorável e perverso, que incide de maneira desproporcional sobre os grupos de trabalhadores mais vulnerabilizados, fica ainda mais nítido quando se compreende que o capital impõe a transferência dos custos da adaptação climática para aqueles que possuem menor capacidade de proteção.

Isto posto, o presente artigo busca lançar uma luz sobre os impactos do calor extremo sobre a saúde do trabalhador, com base nas evidências reveladas através de estudos de caso conduzidos pela Organização do Trabalho (OIT) em seis países: Gana, Sri Lanka, Senegal, Maldivas, Líbano e Etiópia.

Calor Extremo, Saúde e Trabalho: síntese de evidências globais

O relatório Extreme Heat and Health: Global Evidence for Action, elaborado pela Global Heat Health Information Network (GHHIN), com participação da Organização Meteorológica Mundial (OMM), constitui uma importante referência para compreender a magnitude e a complexidade dos riscos associados ao calor extremo. Seu sumário executivo, publicado em outubro de 2026, reúne evidências científicas internacionais e sistematiza os mecanismos pelos quais a exposição ao calor extremo afeta a saúde humana, a produtividade do trabalho e o funcionamento dos sistemas sociais — incluindo as redes de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores — globalmente.

Uma das principais mensagens-chave destacadas no documento é que o calor extremo representa uma ameaça sanitária crescente, cujos efeitos ultrapassam amplamente os episódios agudos de insolação e exaustão térmica. A exposição pode desencadear ou agravar doenças cardiovasculares, respiratórias, renais, neurológicas e metabólicas, além de produzir efeitos sobre a saúde reprodutiva, a saúde mental e a ocorrência de acidentes e lesões. Portanto, os impactos não se restringem às doenças tradicionalmente classificadas como relacionadas ao calor: incluem também o agravamento de condições crônicas e a desestabilização de processos fisiológicos fundamentais.

O estresse térmico resulta, de uma forma mais geral, e de acordo com as evidências apresentadas no relatório, da interação entre três principais fatores: a exposição ao calor, a suscetibilidade biológica, social e ambiental e a capacidade individual e coletiva de adaptação. Compreender o problema através desta abordagem é particularmente importante para a saúde do trabalhador, pois demonstra que indivíduos distintos submetidos às mesmas condições ambientais-climáticas podem experimentar consequências muito diferentes, dependendo da intensidade do esforço físico, do tempo de exposição, da organização do trabalho, das condições de moradia, da alimentação, da frequência e do acesso à hidratação — ou seja, é, em grande parte, função dos determinantes sociais da saúde.

Os efeitos do calor sobre o organismo humano se expressam por diferentes vias, diretas e indiretas. As primeiras envolvem, por exemplo, o comprometimento da capacidade do organismo de regular sua temperatura diante de condições externas extremas, enquanto as

segundas incluem alterações ambientais e sistêmicas que afetam a disponibilidade de água e alimentos, os riscos associados a ambientes de trabalho insalubres, de um ponto de vista térmico, a infraestrutura disponível para regular o calor, individual e coletivamente, os serviços de saúde a que os trabalhadores têm acesso e as condições gerais de vida. São fatores que, frequentemente, produzem (podem produzir) efeitos em cascata, ampliando vulnerabilidades existentes.

Por isto, ressalta o relatório, o estresse térmico é um problema fortemente vinculado à dimensão socioeconômica e política, e modulado pela organização do trabalho. Dados apresentados no sumário executivo mostram que a exposição a temperaturas elevadas provocou a perda de 639 bilhões de horas potenciais de trabalho em 2024, volume 98% superior à média registrada entre 1990 e 1999. As perdas econômicas associadas foram estimadas em, aproximadamente, US$ 1,09 trilhão, equivalentes a quase 1% do Produto Interno Bruto mundial.

Uma estimativa da OIT, reproduzida no documento, indica que a exposição ocupacional ao calor excessivo pode estar associada a aproximadamente 22,85 milhões de acidentes de trabalho e a 18.970 óbitos de trabalhadoras e trabalhadores, anualmente. Os dados também revelam o potencial de ocorrência de efeitos combinados (sinérgicos) do calor e da poluição atmosférica, que podem ampliar os riscos de mortalidade. Números que colocam o estresse térmico não apenas como uma questão de desconforto ambiental, ou fator de redução da eficiência produtiva, mas simum importante determinante de morbimortalidade relacionada ao trabalho.

O sumário executivo também alerta que, em um cenário de aquecimento global de 3°C em relação aos níveis pré-industriais, os setores da agricultura e da construção civil poderão experimentar perdas de 18% a 33% das horas efetivas de trabalho, em média. Entretanto, os efeitos sobre a saúde do trabalhador e a economia, nos diferentes territórios, são (e serão ainda mais) profundamente desiguais: as regiões de menor renda suportam perdas proporcionalmente mais elevadas, podendo alcançar até 8% do PIB per capita, em comparação com aproximadamente 3,5% nas regiões mais ricas.

Desigualdades também evidenciadas na comparação entre setores da economia e entre distintos grupos de trabalhadores. Agricultores e trabalhadores da construção civil — dois grupos que, tradicionalmente, desempenham atividades de trabalho ao ar livre — estão entre os grupos mais vulneráveis. Os trabalhadores informais apresentam uma situação particularmente preocupante, pois frequentemente permanecem fora dos sistemas de monitoramento de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, bem como não dispõem de redes de proteção social.

Estima-se que a proporção da população mundial exposta a condições de calor extremo poderá aumentar de 23%, em 2010, para 41%, em 2050, caso o aquecimento global seja da ordem de 2°C em relação aos níveis pré-industriais — afetando aproximadamente 3,79 bilhões de pessoas, globalmente. A distribuição geográfica da exposição ao estresse térmico, porém, reforça a dimensão da desigualdade climática. África Ocidental, nordeste da África, Sul da Ásia, Sudeste Asiático e Leste Asiático estão entre as regiões com maior exposição populacional ao calor extremo que, em grande medida, estão associadas a limitações econômicas, institucionais e infraestruturais para implementar medidas abrangentes de adaptação.

Por fim, o relatório destaca que a proteção da saúde diante do calor extremo exige a superação de respostas exclusivamente emergenciais e individuais, demandando ações

sistêmicas, políticas estruturadas, intersetoriais e permanentes, articulando sistemas de alerta precoce, vigilância epidemiológica, planejamento urbano, infraestrutura resiliente, proteção social e medidas específicas de saúde e segurança no trabalho. A mensagem transversal é inequívoca: a adaptação ao calor extremo não pode ser reduzida à capacidade individual de cada trabalhador de modificar seu comportamento; ela deve ser incorporada à organização do trabalho, às políticas públicas (intersetoriais e voltadas à proteção da saúde do trabalhador) e aos sistemas de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores, globalmente.

Estudo da OIT Sobre o Estresse Térmico em Trabalhadores em Seis Países

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em colaboração com o Climate Vulnerable Forum (CVF) e o grupo de ministros das Finanças dos países mais vulneráveis à mudança do clima (Vulnerable Twenty – V20), desenvolveu um protocolo de estudo integrado, operacionalizado através de estudos de caso nacionais, sobre os impactos do estresse térmico no mundo do trabalho em seis países: Gana, Sri Lanka, Senegal, Maldivas, Líbano e Etiópia.

O objetivo central foi produzir estimativas quanti-qualitativas dos efeitos atuais e futuros do estresse térmico sobre a capacidade laboral, a produtividade, o emprego e o desempenho econômico dos países estudados. Os resultados também foram utilizados para subsidiar a elaboração dos *Climate Prosperity Plans*, documentos que oferecem evidências para a integração das políticas de adaptação climática, proteção do trabalhador e promoção do trabalho decente.

O estudo foi estruturado em torno de cinco grandes dimensões analíticas:

1. Caracterização das condições climáticas atuais e das projeções de aumento da exposição ao calor (dimensão que inclui, embora de forma não-central, a saúde do trabalhador);
2. Estimativa das perdas de capacidade de trabalho em diferentes setores econômicos e níveis de intensidade física;
3. Avaliação das perdas de produtividade associadas ao estresse térmico;
4. Estimativa dos impactos econômicos e das perdas equivalentes de postos de trabalho;
5. Construção de cenários futuros e formulação de recomendações para políticas de adaptação e promoção do trabalho decente.

Os estudos de caso abrangeram seis grandes agrupamentos de atividades econômicas: agricultura e pesca; construção civil; indústria de transformação; mineração e extração; serviços; e transporte e comércio.

A metodologia adotada também considerou a distinção entre dois indicadores que, para fins analíticos, foram interpretados separadamente:

1. Perda de capacidade de trabalho: representa a redução da capacidade fisiológica de realizar determinada atividade sob condições de estresse térmico. Foi estimada por funções de resposta que relacionam exposição térmica e intensidade do trabalho.
2. Perda de produtividade: representa a redução do tempo efetivamente disponível para realizar atividades produtivas, considerando a necessidade de diminuir o ritmo, fazer pausas ou interromper temporariamente o trabalho para evitar sobrecarga térmica.

Estudo de Caso 1: Gana (agricultura, informalidade e concentração das perdas de capacidade produtiva)

O estudo realizado em Gana identificou uma situação particularmente preocupante em razão da combinação entre exposição térmica elevada, importância econômica da agricultura e expressiva participação do trabalho informal nesse setor. Dados apresentados no relatório nacional mostram que, em 2023, as perdas econômicas adicionais associadas ao estresse térmico foram estimadas em aproximadamente US$ 8,64 bilhões, em comparação com a média do período de referência 1985–2014. A agricultura respondeu por aproximadamente 37,9% desse montante, seguida pelos serviços (22,8%), transporte e comércio (13,6%), mineração e extração (11,7%), construção civil (7,8%) e indústria de transformação (6,2%).

As perdas de horas trabalhadas corresponderam a aproximadamente 345 mil empregos equivalentes em tempo integral. Mais de 66% dessas perdas concentraram-se na agricultura, enquanto os serviços responderam por aproximadamente 21%. A distribuição territorial e sazonal dos efeitos também merece atenção. Cerca de 36% das perdas ocorreram no primeiro trimestre do ano, período em que o calor se intensifica nas regiões costeiras do sul do país, atingindo importantes centros econômicos, como Acra e Kumasi.

Um resultado particularmente relevante diz respeito à relação entre intensidade física do trabalho e capacidade laboral. Durante o período histórico de referência, as perdas de capacidade de trabalho na agricultura e na construção civil já oscilavam entre 50% e 55% nas atividades de alta intensidade, entre 33% e 40% nas atividades de intensidade moderada e entre 19% e 25% nas atividades de baixa intensidade.

O estudo chama atenção para um aparente paradoxo: trabalhadores que já realizam atividades sob condições extremas de sobrecarga térmica podem apresentar incrementos proporcionalmente menores nas perdas futuras do que trabalhadores inicialmente expostos a condições menos severas. Isso não significa que estejam menos vulneráveis. Ao contrário, indica que parte desses trabalhadores já se encontra próxima dos limites fisiológicos de tolerância ao calor.

Outro aspecto importante é a vulnerabilidade dos trabalhadores informais e das pequenas empresas, frequentemente excluídos dos mecanismos institucionais de proteção ocupacional. Entre as recomendações apresentadas estão a elaboração de diretrizes nacionais para o enfrentamento do estresse térmico, a adoção de parâmetros obrigatórios de WBGT (sigla em inglês para *Wet-Bulb Globe Temperature*, ou Temperatura de Globo Úmido e Bulbo Úmido, um índice abrangente de estresse térmico usado para avaliar o efeito do calor ambiental no corpo humano), a implantação de pausas e jornadas adaptadas às condições ambientais, o fortalecimento da fiscalização do trabalho e a ampliação das medidas de proteção para trabalhadores informais. O estudo nacional também destaca a importância das soluções baseadas na natureza, especialmente a ampliação das áreas verdes e da arborização urbana, e recomenda maior articulação entre autoridades trabalhistas, ambientais, sanitárias e de planejamento urbano.

Estudo de Caso 2: Sri Lanka (impactos sobre a agricultura, os serviços e a estabilidade econômica)

O estudo realizado no Sri Lanka demonstra que o estresse térmico já representa um importante fator de redução da capacidade produtiva nacional, afetando tanto atividades

realizadas ao ar livre quanto setores urbanos e industriais. Em 2023, segundo o estudo, as perdas econômicas adicionais atribuídas ao aumento do estresse térmico alcançaram aproximadamente US$ 6,52 bilhões. Os serviços responderam por 41,9% das perdas, seguidos pelo transporte e comércio (19,3%), indústria de transformação (14,1%), agricultura (11,5%), construção civil (10%) e mineração e extração (3,2%).

A concentração geográfica das perdas ocorreu principalmente na Província Ocidental, especialmente na região metropolitana de Colombo, onde se concentram atividades industriais, serviços, comércio e logística portuária. No mercado de trabalho, as perdas corresponderam a aproximadamente 120 mil empregos equivalentes em tempo integral. A agricultura respondeu por 47,6% dessas perdas, os serviços por 22%, a indústria de transformação por 12,6%, a construção civil por 10,9% e o transporte e comércio por 6,3%. A distribuição sazonal demonstra que aproximadamente 35% das perdas ocorreram no segundo trimestre, período de maior intensidade térmica.

As projeções futuras indicam uma ampliação significativa dos impactos, especialmente em cenários de elevada emissão de gases de efeito estufa. Em cenários de menor ambição climática, as perdas adicionais de capacidade de trabalho poderão ultrapassar 25% nas atividades de alta intensidade até 2100, enquanto nas atividades moderadas poderão alcançar 12%. Na agricultura e nos serviços, as perdas de produtividade poderão alcançar aproximadamente 70% em condições extremas, considerando a perda já observada no período histórico e os incrementos associados às mudanças climáticas.

Embora o estudo nacional não dê muita ênfase aos impactos do estresse térmico sobre grupos de trabalhadores, no país, apresenta, como estratégia de enfrentamento, um plano denominado *Sustainable Decent Work Future*, que combina uma trajetória de baixas emissões com a implementação de medidas de proteção à saúde do trabalhador, ampliação da proteção social e investimentos em infraestrutura resilientes. Tais recomendações visam a elaboração de um código nacional de práticas para o estresse térmico, com base na aplicação das Convenções 155, 161 e 187 da OIT, na ampliação da proteção social para trabalhadores formais, informais e migrantes e na institucionalização do diálogo social tripartite no país.

Estudo de Caso 3: Senegal (exposição extrema, limites fisiológicos e desigualdade ocupacional)

O estudo nacional realizado no Senegal revela uma situação particularmente grave entre trabalhadores da agricultura e da construção civil, cujas atividades combinam elevada exposição ambiental e intenso esforço físico. Resultados apresentados demonstram que os trabalhadores senegaleses de setores particularmente expostos ao calor já enfrentam condições que comprometem significativamente sua capacidade fisiológica de trabalho. O agravamento futuro da exposição poderá tornar inviável a manutenção de determinadas atividades nos horários e nas condições atualmente praticados.

O relatório também identifica perdas econômicas territorialmente concentradas em Dacar e nos principais corredores econômicos e logísticos do país. Embora as perdas absolutas sejam menores em áreas rurais menos densamente povoadas, seus efeitos sobre a renda das famílias podem ser muito significativos. Em 2023, segundo o relatório nacional, as perdas adicionais de PIB associadas ao estresse térmico foram estimadas em aproximadamente US$ 2,52 bilhões. Os serviços responderam por 38,4% das perdas, seguidos pela agricultura (31,9%), indústria de transformação (12,8%), transporte e comércio (9,6%), mineração e extração (3,8%) e construção civil (3,5%).

No mercado de trabalho, as perdas equivaleram a aproximadamente 72 mil empregos em tempo integral. Os serviços responderam por 39% das perdas, a agricultura por 34%, a construção civil por 11%, a indústria de transformação por 10% e o transporte e comércio por 5%. A distribuição sazonal indica uma concentração expressiva no segundo trimestre, responsável por aproximadamente 43% das perdas.

Um dos resultados mais relevantes diz respeito à magnitude das perdas de capacidade laboral na agricultura e na construção civil. No período histórico de referência, essas perdas já oscilavam entre 53% e 58% nas atividades de alta intensidade física, entre 39% e 43% nas atividades de intensidade moderada e entre 23% e 32% nas atividades de baixa intensidade. Em cenários de altas emissões, a perda de capacidade laboral nas atividades de alta intensidade poderá alcançar aproximadamente 83% até 2100. Nas atividades de baixa intensidade, poderá ultrapassar 70%.

O estudo apresenta recomendações particularmente abrangentes, incluindo a adoção de uma norma nacional de estresse térmico baseada no WBGT, com limites específicos de exposição e regras obrigatórias de trabalho e descanso. Também recomenda a ampliação da proteção social para cobrir doenças relacionadas ao calor, perdas de renda e acidentes de trabalho, inclusive para trabalhadores informais. Por fim, recomenda incorporar critérios de proteção térmica aos códigos de construção, às compras públicas e aos investimentos em infraestrutura, além de fortalecer a fiscalização trabalhista e os mecanismos de diálogo social.

Estudo de Caso 4: Maldivas (calor extremo, turismo e vulnerabilidade dos trabalhadores em economias insulares)

O estudo realizado nas Maldivas apresenta características particulares, considerando a condição insular do país, sua elevada exposição aos efeitos da mudança do clima e a importância dos serviços, especialmente turismo, hotelaria, transporte e atividades portuárias para a economia nacional. A combinação entre temperaturas elevadas e alta umidade relativa do ar constitui um fator particularmente importante de risco. Mesmo quando a temperatura atmosférica não atinge valores excepcionalmente elevados, a umidade pode comprometer a capacidade do organismo de dissipar calor por evaporação do suor, aumentando a sobrecarga fisiológica.

Embora o setor de serviços concentre a maior parte das perdas econômicas, a construção civil apresenta vulnerabilidade particularmente expressiva em termos de exposição ocupacional, em razão do esforço físico e da realização de atividades ao ar livre. O estudo destaca ainda os efeitos do calor sobre os trabalhadores envolvidos no processamento de pescado, nas atividades portuárias e nas operações de transporte e logística.

Segundo dados apresentados no estudo nacional, somente em 2023, as perdas econômicas adicionais associadas ao estresse térmico foram estimadas em aproximadamente US$ 364 milhões. Os serviços responderam por 69,3% dessas perdas, seguidos pela construção civil, agricultura e pesca, transporte e comércio e indústria de transformação. As perdas de horas de trabalho corresponderam a aproximadamente 1.660 empregos equivalentes em tempo integral, dos quais cerca de 57% estavam concentrados nos serviços e 22% na construção civil.

A distribuição territorial das perdas econômicas revela concentração na região metropolitana de Malé, nas áreas de resorts e nos principais polos de atividade turística e logística. Também se identifica um segundo núcleo importante na região de Addu, no extremo

sul do arquipélago. Entretanto, o relatório faz uma observação relevante: menores perdas econômicas absolutas nas ilhas periféricas não significam necessariamente menor exposição ou menor vulnerabilidade dos trabalhadores. Em economias locais menores, mesmo perdas relativamente pequenas podem produzir consequências importantes para a renda das famílias, especialmente quando os trabalhadores dispõem de poucas alternativas de emprego e proteção social.

As projeções apresentadas no estudo indicam que, em 2040, as perdas de empregos equivalentes poderão variar entre aproximadamente 2,4 mil e 3,6 mil por ano. Em 2060, poderão alcançar entre 3,1 mil e 5,6 mil, dependendo do cenário climático considerado. No mesmo horizonte, as perdas econômicas adicionais associadas ao estresse térmico poderão representar até 10,5% do PIB anual em um cenário de elevadas emissões, alcançando aproximadamente US$ 1,7 bilhão.

As recomendações incluem a utilização de limites de exposição baseados no WBGT, a reorganização dos horários de trabalho, a implantação de áreas de descanso sombreadas e ventiladas e a ampliação do acesso à água potável. Para o setor de serviços, recomenda-se investir em sistemas eficientes de ventilação e climatização em hotéis, restaurantes, estabelecimentos comerciais e pequenas unidades industriais. Também se destaca a necessidade de incorporar a proteção contra o calor aos códigos de construção e às políticas de adaptação climática, considerando as particularidades das pequenas ilhas e dos territórios insulares.

Estudo de Caso 5: Líbano (serviços urbanos, construção civil e agravamento das vulnerabilidades econômicas)

O estudo nacional conduzido no Líbano demonstra que os impactos do estresse térmico precisam ser analisados em articulação com as condições econômicas, sociais e institucionais de cada país. A vulnerabilidade dos trabalhadores não decorre apenas das condições ambientais, mas também da capacidade das empresas, das instituições públicas e dos sistemas de proteção social de responder aos riscos climáticos.

O setor de serviços permanece como principal responsável pelas perdas futuras, chegando a representar aproximadamente 61% do total de empregos equivalentes perdidos em 2060 no cenário de elevadas emissões. A construção civil aparece como o segundo setor mais vulnerável, seguida pela indústria de transformação. Esse resultado é importante porque demonstra que a exposição térmica não está restrita às atividades agrícolas, mas também alcança trabalhadores urbanos, pequenos estabelecimentos industriais e atividades de comércio e prestação de serviços.

Em relação à capacidade de trabalho, o relatório identifica perdas históricas entre 5% e 8% nas atividades de alta intensidade física da agricultura e da construção civil. Em cenários de altas emissões, as perdas adicionais poderão alcançar aproximadamente 12% até o final do século. Somente no ano de 2023, as perdas econômicas adicionais associadas ao estresse térmico foram estimadas em aproximadamente US$ 326 milhões, equivalentes a cerca de 1,03% do PIB. O setor de serviços respondeu por aproximadamente 91,6% das perdas econômicas líquidas estimadas no relatório, para este ano. Esse resultado está relacionado à concentração das atividades econômicas e dos empregos em setores como comércio, hotelaria, alimentação e serviços urbanos.

As perdas equivalentes de emprego alcançaram aproximadamente 10,1 mil postos de trabalho em tempo integral. Cerca de 62% estavam concentrados nos serviços, 15% na construção civil, 9% na indústria de transformação, 8% no transporte e comércio e 6% na agricultura. A distribuição sazonal é particularmente expressiva: aproximadamente 73% das perdas ocorreram no terceiro trimestre do ano, período de maior intensidade térmica. E no que se refere à análise territorial, o estudo identifica concentração das perdas no corredor urbano costeiro, especialmente nas regiões de Jounieh e Byblos e entre essas localidades.

O estudo recomenda a integração das medidas de adaptação climática à legislação de saúde e segurança no trabalho, o fortalecimento dos mecanismos de proteção social e a promoção de empregos de qualidade em setores associados à transição ecológica. Também destaca a importância de incorporar o estresse térmico às políticas nacionais de adaptação, garantindo que as medidas de proteção alcancem trabalhadores informais, rurais e urbanos.

Estudo de Caso 6: Etiópia (dimensão das perdas, centralidade da agricultura e desigualdade territorial)

O relatório com os resultados do estudo realizado na Etiópia apresenta alguns dos resultados mais expressivos entre os seis países estudados, especialmente em relação à quantidade de empregos equivalentes perdidos e à magnitude das perdas econômicas associadas ao estresse térmico. Somente em 2023, as perdas adicionais de PIB foram estimadas em aproximadamente US$ 8,02 bilhões, em comparação com a média do período de referência 1985–2014. A agricultura respondeu por 39,1% desse total, seguida pelos serviços (27,8%), construção civil (22,8%), transporte e comércio (5,4%), indústria de transformação (3,8%) e mineração e extração (1,1%).

As perdas equivalentes de emprego alcançaram aproximadamente 1,006 milhão de postos de trabalho em tempo integral. Quase 75% dessas perdas concentraram-se na agricultura, enquanto os serviços responderam por aproximadamente 19%. A distribuição espacial dos impactos revela concentração nos principais centros urbanos e industriais, especialmente na região de Adis Abeba. Outros núcleos importantes incluem Dire Dawa, Hawassa e Adama, além de cidades localizadas nas regiões de Amhara e Tigray.

O relatório faz uma observação importante sobre a interpretação desses dados: perdas econômicas absolutas menores em determinadas áreas rurais não significam que seus trabalhadores estejam menos expostos ao calor. Significam, sobretudo, que a produção econômica dessas regiões representa uma parcela menor do produto nacional. Essa distinção evidencia um problema importante para o planejamento das políticas públicas: a utilização exclusiva de indicadores econômicos agregados pode invisibilizar os riscos enfrentados por trabalhadores rurais e comunidades economicamente marginalizadas.

A agricultura concentra a maior parte das perdas futuras, podendo alcançar entre 4 milhões e 4,6 milhões de empregos equivalentes perdidos em 2060 nos cenários de maior aquecimento. Os serviços também apresentam vulnerabilidade importante, especialmente devido à realização de atividades comerciais e de atendimento em ambientes com ventilação e climatização insuficientes. A construção civil aparece como outro setor crítico, com perdas que poderão alcançar 141 mil empregos equivalentes em 2060, em um cenário de elevadas emissões.

O relatório recomenda que as medidas de adaptação priorizem a proteção dos trabalhadores agrícolas e dos serviços urbanos, mas sem negligenciar os trabalhadores da construção civil, transporte e indústria de transformação. Entre as propostas estão a implantação de regras de trabalho e descanso baseadas no WBGT, o fornecimento de água e áreas sombreadas, a adoção de horários flexíveis, o fortalecimento dos serviços de saúde ocupacional e a ampliação da proteção social. O estudo também recomenda a incorporação de critérios de segurança térmica aos códigos de construção, às políticas de transporte e aos serviços de extensão agrícola, além de integrar essas medidas ao Plano Nacional de Adaptação e às políticas nacionais de trabalho decente.

A mensagem central do estudo etíope é que a emergência climática pode comprometer significativamente a capacidade de trabalho de economias fortemente dependentes de atividades agrícolas e de trabalho físico. A dimensão das perdas projetadas demonstra que a adaptação climática precisa ser considerada uma condição essencial para a sustentabilidade econômica e social do país.

Uma Breve Síntese Comparativa dos Resultados dos Estudos Nacionais

A comparação dos seis estudos permite identificar tanto diferenças nacionais quanto padrões comuns de vulnerabilidade. Uma síntese particularmente interessante foi feita durante a apresentação técnica da OIT, em evento onde lançou os resultados dos estudos nacionais, realizados em 2023, nos seis países. Os dados apresentados demonstram que, em conjunto, as economias estudadas registraram aproximadamente US$ 26,4 bilhões em perdas adicionais de PIB associadas ao estresse térmico e 1,55 milhão de empregos equivalentes em tempo integral perdidos, em comparação com a média do período de referência 1985–2014 (Tabela 1).

Tabela 1: Impactos econômicos e perdas equivalentes de emprego em 2023.

País	Perdas de PIB (US$ bilhões)	Empregos equivalentes perdidos
Etiópia	8,020	1.005.800
Gana	8,641	345.000
Sri Lanka	6,520	120.300
Senegal	2,524	71.900
Maldivas	0,364	1.660
Líbano	0,326	10.100
Total	26,395	1.554.760

Fonte: OIT, 2026. Valores monetários com referência no ano de 2015. Empregos equivalentes estimados a partir das horas de trabalho perdidas. Síntese elaborada a partir de prompt do ChatGPT, com revisão e confirmação de dados pelo autor.

Dois resultados merecem destaque. Primeiramente, a Etiópia apresenta a maior quantidade de empregos equivalentes perdidos, refletindo a importância da agricultura e a grande dimensão de sua força de trabalho. Gana, por sua vez, apresenta as maiores perdas econômicas absolutas, ligeiramente superiores às da Etiópia. Em segundo lugar, a distribuição setorial dos impactos não é homogênea. A agricultura concentra a maior parcela das perdas em

Gana e na Etiópia, enquanto os serviços assumem maior importância no Sri Lanka, Senegal, Líbano e Maldivas.

Essa diferença demonstra que a vulnerabilidade de trabalhadoras e trabalhadores ao calor extremo não pode ser determinada exclusivamente pela temperatura ou pelo clima de cada país. Ela depende também da estrutura econômica, da distribuição do emprego, das condições de infraestrutura e da capacidade de proteção dos trabalhadores.

Já a distribuição setorial das perdas, compiladas a partir dos relatórios nacionais, aponta para uma vulnerabilidade que ultrapassa o trabalho ao ar livre. Setores como a indústria e os serviços também podem concentrar situações de vulnerabilidade de trabalhadores frente a condições de calor extremo, sobretudo quando a infraestrutura local não está preparada para mitigar danos associados ao aumento de temperaturas ambientais médias, fenômeno que vem crescendo em intensidade e frequências nas últimas décadas (Tabela 2).

Tabela 2 : Participação dos diferentes setores da economia nas perdas de horas trabalhadas em 2023

País	Agricultura e pesca	Construção	Indústria	Serviços
Etiópia	74,9%	2,5%	1,7%	19,3%
Gana	66,1%	5,1%	4,4%	21,0%
Líbano	5,9%	15,0%	9,1%	62,2%
Maldivas	7,5%	21,6%	10,2%	56,8%
Senegal	33,7%	11,1%	9,6%	39,0%
Sri Lanka	47,6%	10,9%	12,6%	22,1%

Fonte: OIT, 2026. Percentuais calculados sobre as perdas nacionais de horas de trabalho. Os valores de mineração e extração não estão apresentados nesta tabela. Síntese elaborada a partir de prompt do ChatGPT, com revisão e confirmação de dados pelo autor.

A análise dos dados compilados na Tabela 2 permite identificar três padrões distintos. O primeiro corresponde aos países nos quais a agricultura constitui o principal componente das perdas de capacidade produtiva. Etiópia e Gana são os exemplos mais expressivos, seguidos pelo Sri Lanka. Nesses contextos, a exposição direta ao calor, a intensidade do trabalho físico e a dependência econômica das atividades agrícolas tornam a proteção dos trabalhadores rurais uma prioridade.

O segundo padrão corresponde aos países nos quais os serviços concentram a maior parcela das perdas. É o caso do Líbano e das Maldivas, mas também do Senegal. Nesses países, o problema assume uma dimensão urbana e econômica mais abrangente, envolvendo comércio, hotelaria, turismo, transporte e atividades realizadas em ambientes internos sem climatização adequada.

Por fim, o terceiro padrão diz respeito à construção civil e à indústria de transformação, que aparecem como setores relevantes mesmo quando não concentram a maior parcela das perdas nacionais. A construção civil, em particular, apresenta riscos elevados em razão da combinação entre esforço físico intenso, exposição solar e dificuldades de acesso a locais adequados para descanso e recuperação fisiológica.

Considerações Finais: a importância da mitigação e da adaptação

Os seis estudos de caso apresentados e analisados no presente artigo convergem ao demonstrar que as perdas de produtividade e emprego aumentam significativamente em cenários de elevadas emissões, embora a magnitude varie entre os países. Igualmente, esses resultados demonstram que mesmo uma trajetória de baixas emissões não elimina as perdas associadas ao estresse térmico, uma vez que parte dos impactos já está incorporada às condições climáticas atuais e, também, pelo fato de que a adaptação precisa responder (ou considerar) também à exposição que continuará ocorrendo nas próximas décadas. A diferença entre os cenários evidencia que a mitigação das emissões pode reduzir significativamente a magnitude dos impactos futuros.

A comparação também demonstra que a vulnerabilidade econômica não depende apenas da magnitude absoluta do aquecimento. Gana e Senegal, por exemplo, apresentam perdas projetadas particularmente elevadas em relação ao tamanho de suas economias. É importante destacar que esses valores são resultados de modelagem e não previsões determinísticas, pois dependem das hipóteses sobre emissões, desenvolvimento socioeconômico, estrutura produtiva e condições de adaptação consideradas nos cenários.

A análise comparativa dos estudos de caso nacionais permite identificar algumas conclusões que ultrapassam as particularidades nacionais e ajudam a compreender a natureza do problema do estresse térmico no mundo do trabalho contemporâneo. Uma primeira conclusão diz respeito ao fato que o calor extremo precisa ser reconhecido como um risco ocupacional sistêmico, capaz de afetar simultaneamente a saúde do trabalhador, a organização dos processos produtivos e a sustentabilidade econômica das atividades.

O aumento da temperatura corporal, decorrente da combinação entre calor ambiental e produção metabólica de calor, como visto, pode comprometer a capacidade de termorregulação. Quando os mecanismos fisiológicos de dissipação de calor se tornam insuficientes, aumenta o risco de desidratação, exaustão térmica, síncope e golpe de calor, este último potencialmente fatal. Entretanto, os efeitos não se restringem aos episódios agudos. A exposição prolongada ou repetida pode contribuir para o agravamento de doenças cardiovasculares e renais, alterações metabólicas, comprometimento da qualidade do sono e redução da capacidade de recuperação fisiológica.

O sumário executivo do relatório global da GHHIN/OMM, também analisado no presente estudo, enfatiza que a exposição crônica ao calor pode produzir efeitos cumulativos, inclusive por meio da insuficiência de recuperação entre episódios sucessivos de sobrecarga térmica. Para trabalhadoras e trabalhadores ao redor do planeta, isso significa que a análise dos riscos não deve considerar apenas os dias de ocorrência de ondas de calor. É necessário avaliar também a exposição acumulada ao longo das jornadas, das semanas e das estações do ano.

Outro aspecto relevante, destacado no sumário executivo, é a relação entre calor e acidentes de trabalho. A fadiga, a desidratação, a redução da atenção e o comprometimento da capacidade de julgamento podem aumentar a probabilidade de erros e acidentes, especialmente em atividades que envolvem máquinas, ferramentas, veículos, trabalhos em altura e operações complexas. Assim, é possível considerar que a prevenção do estresse térmico constitui, também, uma estratégia de prevenção de acidentes de trabalho e, portanto, ação a ser incorporada nos planos e políticas de saúde e segurança no trabalho.

Outra importante conclusão, a partir dos estudos analisados no presente artigo, diz respeito à distribuição socialmente desigual dos riscos. Os estudos realizados nos seis países pela OIT mostram que os impactos do calor estão associados às características das atividades produtivas, mas também às condições de contratação, remuneração e proteção social dos trabalhadores. A vulnerabilidade tende a ser maior entre aqueles que:

- Realizam atividades físicas intensas e ao ar livre;
- Trabalham em ambientes fechados com ventilação ou climatização insuficientes;
- Possuem baixa autonomia para modificar seus horários e ritmos de trabalho;
- Recebem remuneração por tarefa, produtividade ou entrega realizada;
- Não dispõem de pausas remuneradas ou proteção contra a perda de renda;
- Trabalham informalmente ou em pequenas empresas com recursos limitados para adaptação;
- Possuem acesso restrito a serviços de saúde do trabalhador e mecanismos de proteção social.

Esse último aspecto merece atenção especial. A necessidade de manter a renda pode levar trabalhadores a continuar exercendo suas atividades mesmo quando as condições ambientais oferecem riscos importantes à saúde. Em atividades remuneradas por produção, a interrupção do trabalho pode significar perda imediata de rendimentos. A situação é particularmente preocupante para trabalhadores por conta própria, entregadores (sobretudo trabalhadores plataformizados, ou entregadores por aplicativos), trabalhadores agrícolas sazonais e outros grupos cuja remuneração depende diretamente da quantidade de tarefas realizadas.

Assim, o estresse térmico não pode ser analisado separadamente das relações de trabalho. A possibilidade de interromper uma atividade diante de uma condição ambiental perigosa é também uma questão de direitos trabalhistas e proteção social. O que reforça a premissa que a emergência climática tende a aprofundar desigualdades já existentes, transferindo desproporcionalmente para os trabalhadores mais vulneráveis os custos econômicos e sanitários da adaptação.

Os estudos analisados ao longo do presente artigo também demonstraram que a redução do ritmo de trabalho, a realização de pausas e a reorganização das jornadas constituem respostas fisiológicas necessárias para evitar a sobrecarga térmica. Quando essas medidas são incorporadas à organização do trabalho, podem reduzir os agravos à saúde, prevenir acidentes, diminuir o absenteísmo e preservar a capacidade produtiva. Por outro lado, modelos de gestão que priorizam exclusivamente metas de produtividade, sem considerar os limites fisiológicos dos trabalhadores, podem produzir resultados contraproducentes: maior adoecimento, aumento dos acidentes, redução da qualidade do trabalho e comprometimento da sustentabilidade econômica das empresas.

Nesse sentido, uma agenda capaz de garantir tanto estratégias para a promoção do trabalho decente quanto a centralidade da saúde do trabalhador nos processos de adaptação climática deve considerar a premissa irrevogável que a preservação da atividade econômica não ocorra às custas da saúde, da renda e dos direitos dos trabalhadores. Torna-se prioridade estabelecer diretrizes nacionais e normas obrigatórias para a prevenção e o controle do estresse térmico nos ambientes de trabalho, estabelecendo critérios objetivos para modificar jornadas, ampliar períodos de descanso ou interromper atividades quando as condições ambientais

ultrapassarem parâmetros seguros. Igualmente torna-se prioridade ampliar a capacidade dos sistemas nacionais de vigilância em saúde ambiental e em saúde do trabalhador para identificar e monitorar os agravos relacionados ao calor.

Em síntese, a exposição ao calor não pode ser considerada um risco ambiental externo às relações de trabalho. Ela é também produzida e agravada pela maneira como as atividades econômicas são organizadas, pela intensidade das jornadas, pelas condições de infraestrutura, pela ausência de pausas e pela distribuição desigual dos mecanismos de proteção. O desafio não consiste apenas em desenvolver tecnologias de climatização ou recomendar comportamentos individuais de prevenção. É necessário transformar as condições nas quais o trabalho é realizado, reconhecendo que a proteção da saúde do trabalhador constitui um direito fundamental e uma responsabilidade institucional, compartilhada por empregadores e governos.

Por fim, torna-se fundamental e urgente reconhecer que a adaptação climática precisa ser socialmente justa. Trabalhadores informais, migrantes, mulheres, trabalhadores rurais e aqueles empregados em atividades de baixa remuneração não podem permanecer à margem das políticas de proteção. Os dados aqui compilados e analisados mostram que emergência climática tende a aprofundar desigualdades históricas, especialmente quando os custos da adaptação são transferidos para indivíduos e famílias que dispõem de menor capacidade econômica e institucional para enfrentá-los.

A agenda de trabalho decente da OIT oferece uma referência importante para evitar que esse processo se consolide. A articulação entre direitos trabalhistas, proteção social, emprego de qualidade e diálogo social permite construir estratégias que conciliem adaptação climática, desenvolvimento econômico e justiça social. Não haverá transição climática justa sem proteção da saúde dos trabalhadores, assim como não haverá trabalho decente em um planeta progressivamente mais quente se os limites fisiológicos e os direitos humanos forem subordinados às exigências de produtividade econômica.

Questões migratórias na América do Norte e Central

Cuestiones migratorias en América del Norte y Central

Migration issues in North and Central America

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: Este informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, apresenta dois temas relacionados à saúde e à migração nas Américas. Primeiro, o informe comenta sobre as recentes denúncias dos impactos da política migratória estadunidense sobre a saúde de mulheres gestantes sob custódia do Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE). De acordo com organizações de direitos humanos atuantes no local, foram relatados casos de privação de cuidados médicos, ausência de acompanhamento de pré-natal, alimentação inadequada entre outras formas de violência. Em seguida, será apresentado o resumo do documento Migración y Salud, elaborado em 2026 pelo Conselho Nacional de População do governo mexicano. A publicação reúne diversos estudos sobre diferentes dimensões da relação entre mobilidade humana e saúde, apontando os principais desafios institucionais e recomendações, especialmente relevantes diante do novo contexto geopolítico e das políticas migratórias estadunidenses.

Palavras-chave: Migrações; Saúde; Saúde materna; México; EUA

Resumen: *Este informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migración, Refugio y Salud Global, presenta dos temas relacionados con la salud y la migración en las Américas. En primer lugar, el informe aborda las recientes denuncias sobre los impactos de la política migratoria estadounidense en la salud de las mujeres embarazadas bajo custodia del Servicio de Inmigración y Control de Aduanas (ICE). Según organizaciones de derechos humanos que trabajan en el lugar, se han reportado casos de privación de atención médica, falta de seguimiento prenatal y alimentación inadecuada, entre otras formas de violencia. A continuación, se presentará el resumen del documento «Migración y Salud», elaborado en 2026 por el Consejo Nacional de Población del gobierno mexicano. La publicación reúne diversos estudios sobre diferentes dimensiones de la relación entre la movilidad humana y la salud, señalando los principales desafíos institucionales y recomendaciones, especialmente relevantes ante el nuevo contexto geopolítico y las políticas migratorias estadounidenses.*

Palabras clave*: Migraciones; Salud; Salud materna; México; EE. UU.*

Abstract: *This report, prepared by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health presents two themes related to health and migration in the Americas. First, it discusses the recent reports of the impacts of the United States migration policies to the health of pregnant women under custody of the Immigration and Customs Enforcement (ICE). According to human rights organizations, there were cases of withholding access to healthcare, lack of prenatal care, inadequate feeding and other forms of violence. Secondly, a synthesis of the document Migración y Salud, published in 2026 by the National Population Council of the Mexican government, will be presented. The publication reunites several studies on different dimensions of the relationship*

between human mobility and health, pointing out the main institutional challenges and recommendations, especially relevant considering the new geopolitical context and US migration policies.

***Keywords**: Migration; Health; Maternal care; Mexico; USA*

Detenção e maternidade: organizações denunciam impactos das políticas migratórias sobre gestantes nos Estados Unidos

As condições enfrentadas por mulheres migrantes sob custódia do Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas dos Estados Unidos (Immigration and Customs Enforcement - ICE) têm sido alvo de denúncias por organizações de direitos humanos. Em carta encaminhada à agência e a comissões do Senado norte-americano, entidades como a União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU) relataram casos recorrentes de abusos, negligência médica e tratamento degradante direcionados a mulheres gestantes detidas em centros de migração1.

Segundo o documento, diversas mulheres teriam sido submetidas a condições incompatíveis com padrões mínimos de cuidado e dignidade humana. Entre as denúncias destacam-se relatos de gestantes algemadas durante abortos espontâneos, privação de atendimento médico adequado, isolamento em confinamento solitário, oferta de alimentação de baixa qualidade e ausência de acompanhamento pré-natal, incluindo a falta de acesso a vitaminas essenciais durante a gravidez. Para Eunice Cho, advogada sênior da ACLU, os casos documentados representam apenas uma fração de um problema mais amplo. De acordo com a jurista, muitas mulheres relatam pedidos urgentes de assistência médica básica que são sistematicamente ignorados pelas autoridades responsáveis1.

Diante desse cenário, as organizações signatárias reivindicam que a ICE identifique e liberte todas as mulheres grávidas atualmente sob custódia, além de interromper a detenção de gestantes, puérperas e lactantes. A recomendação está alinhada a uma diretriz federal ainda em vigor, embora sua aplicação seja considerada limitada pelas entidades1.

Em posicionamentos anteriores, o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (DHS) rejeitou as acusações, sustentando que os centros de detenção administrados pela ICE oferecem alimentação adequada, atendimento médico e acesso a assistência jurídica e contato familiar. Contudo, as organizações de direitos humanos argumentam que o número de mulheres grávidas mantidas em detenção tem aumentado em decorrência do endurecimento das políticas migratórias. Para esses grupos, o atual contexto caracteriza-se pela permanência prolongada e imprevisível em centros de detenção, situação que produz impactos profundos e duradouros sobre a saúde física e mental das mulheres afetadas1.

Entre Fronteiras e Cuidados: Estudos sobre Saúde, Migração e Proteção Social na Edição 2026 de Migration and Health

A edição de 2026 do *Migration and Health*, uma publicação do Conselho Nacional de População do governo do México, apresenta 8 estudos que, coletivamente, abordam o acesso à saúde no México e nos Estados Unidos. O documento discute a relação entre mobilidade humana e acesso à saúde, reunindo estudos que analisam diferentes dimensões das experiências migratórias na América do Norte e na América Latina. Em conjunto, os textos evidenciam como fatores estruturais, econômicos, institucionais e sociais influenciam as condições de saúde das populações migrantes e ampliam seus processos de vulnerabilização2.

O Capítulo 1 aborda o acesso aos serviços de saúde e à saúde sexual e reprodutiva entre jovens de 18 a 29 anos em situação de mobilidade internacional. A análise demonstra que adolescentes e jovens migrantes enfrentam diversas barreiras para obter atendimento adequado, incluindo dificuldades administrativas, limitações econômicas e obstáculos relacionados à condição migratória. O estudo ressalta que tais restrições comprometem o acesso à informação, à prevenção e aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, tornando esse grupo mais vulnerável a situações de risco e exclusão sanitária2.

Ao entrar no capítulo 2, analisa-se a cobertura de seguros de saúde e as barreiras de acesso aos serviços médicos entre migrantes mexicanos e hispânicos residentes nos Estados Unidos. Os autores evidenciam que a ausência de cobertura médica continua sendo um dos principais fatores de exclusão no sistema de saúde, dificultando o acesso a tratamentos, consultas e ações preventivas. O capítulo demonstra que aspectos como status migratório, condições de trabalho, renda e desigualdades estruturais desempenham papel decisivo na garantia ou na restrição dos direitos à saúde dessa população2.

No Capítulo 3, observa-se o crescimento da demanda por atendimento obstétrico hospitalar de mulheres latino-americanas e caribenhas no estado de Chiapas, no sul do México, entre 2010 e 2024. O estudo mostra que o aumento dos fluxos migratórios intensificou a procura por serviços maternos e obstétricos, gerando novos desafios para os sistemas de saúde locais. A pesquisa destaca a necessidade de ampliar a capacidade de atendimento e de desenvolver estratégias que assegurem cuidados adequados e humanizados às gestantes migrantes2.

O Capítulo 4 discute a exclusão de mulheres migrantes jovens do acesso a serviços e redes de apoio voltados ao cuidado de seus filhos e filhas, bem como os impactos desse cenário sobre sua saúde e bem-estar. Destaca-se que a falta de suporte para o cuidado infantil amplia a sobrecarga de responsabilidades domésticas e familiares, dificultando a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho e comprometendo sua saúde física e mental. O capítulo evidencia ainda como as desigualdades de gênero são reproduzidas e aprofundadas em contextos migratórios, demandando políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades específicas das mulheres migrantes2.

O Capítulo 5 do documento² discute a exclusão urbana de pessoas migrantes em situação de rua na cidade de Tijuana, na fronteira entre México e EUA, a partir de uma pesquisa de campo realizada no início de 2026. As evidências coletadas apontam que as necessidades de saúde vão além do atendimento médico, envolvendo insegurança alimentar, falta de acesso a produtos de higiene, saúde mental, uso de drogas e violência. Algumas características importantes que acentuam vulnerabilidades foram identificadas entre os grupos de pessoas migrantes, como a presença de crianças e adolescentes e pessoas LGBT. O estudo realizado concluiu que a contenção de fronteiras aprofunda as barreiras estruturais de acesso à saúde e a segregação territorial. Diante disso, as organizações da sociedade civil desempenham um papel fundamental na atenção humanitária, destacando-se a necessidade da formulação e implementação de políticas públicas com enfoque em direitos humanos, saúde e direito à cidade.

No sexto capítulo², é apresentado o resultado de um estudo dos registros administrativos da Unidade de Política Migratória, Registro e Identidade de Pessoas sobre a devolução de pessoas mexicanas dos Estados Unidos entre 2020 e 2024, analisando o retorno de pessoas adultas e seu acesso a serviços de saúde. O enfoque no grupo de pessoas adultas é

fundamental devido às condições relacionadas ao envelhecimento e a maior prevalência de doenças crônicas, alterando as necessidades de cuidados em saúde. A análise concluiu que a maioria das pessoas não recebeu serviços de saúde durante o período observado, e entre aqueles que utilizaram os serviços, predominam a atenção médica básica e os primeiros socorros, evidenciando obstáculos para acesso efetivo ao sistema de saúde.

O capítulo 7 analisa as condições de saúde de pessoas adultas maiores em contextos de mobilidade forçada no México, considerando três grupos: migrantes de retorno, pessoas deslocadas em razão da violência e indivíduos que precisaram deixar seus locais de residência devido a fenômenos climáticos. A pesquisa evidencia como essas experiências podem aprofundar vulnerabilidades acumuladas ao longo da vida, especialmente em razão da fragmentação das redes de apoio, da precariedade socioeconômica e das dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Entre os 250 participantes, 61% apresentavam critérios de fragilidade física, 35% tinham algum grau de deterioração cognitiva e 45% enfrentavam insegurança alimentar. Também foram identificados problemas importantes de saúde mental, com 18% dos entrevistados relatando ideação suicida nos 30 dias anteriores à pesquisa. Os resultados variam conforme a modalidade de deslocamento, sendo a violência associada a maiores níveis de sofrimento psicológico e estresse pós-traumático, enquanto o deslocamento climático apresentou maior relação com a insegurança alimentar. Os autores destacam, ainda, a insuficiência dos mecanismos institucionais de proteção social e atenção à saúde, apontando a necessidade de políticas que considerem as especificidades do envelhecimento em contextos de mobilidade. [2]

O capítulo 8 apresenta a experiência do Programa Bilateral de acesso aos serviços de saúde, desenvolvido entre México e Estados Unidos para ampliar a assistência médica às comunidades migrantes na Califórnia. A iniciativa, fundamentada na legislação AB 1045, aprovada em 2002, possibilitou a contratação de médicos mexicanos para atuar em clínicas comunitárias, especialmente em regiões com elevada concentração de trabalhadores agrícolas e população hispânica. A proposta buscou enfrentar barreiras linguísticas e culturais que dificultam o acesso aos serviços de saúde, além de promover o intercâmbio de experiências entre profissionais dos dois países. A avaliação do programa, concluída em 2024 pela Universidade da Califórnia em Davis e pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), identificou resultados positivos: 75% dos pacientes relataram atendimento por médicos que falavam espanhol, enquanto a utilização de intérpretes diminuiu de 61% para 24% entre 2021 e 2024. Também foram observados elevados níveis de satisfação dos usuários e melhorias no acompanhamento de pacientes com diabetes. Diante dos resultados, a Califórnia aprovou, em setembro de 2024, a lei AB 2860, que prorrogou o programa até 2044 e ampliou as possibilidades de contratação de profissionais. Entretanto, sua expansão prevista para 2026 enfrenta obstáculos relacionados às exigências migratórias e à emissão de vistos de trabalho.[2]

Referências

1. GAZETANEWS. Grávidas relatam abortos e negligência médica em centros de detenção da imigração nos EUA, denunciam entidades. Gazeta News, out. 2025. Disponível em:https://www.gazetanews.com/imigracao/2025/10/506190-gravidas-relatam-abortos-e-negligencia-medica-em-centros-de-detencao-da-imigracao-nos-eua-denunciam-entidades.html

2. MIGRATION AND HEALTH. Envejecer en contextos de movilidad forzada en México: dependencia funcional, deterioro grave de la salud mental y exclusión sanitaria como expresiones de una violencia estructural acumulada. Migración y Salud / Migration and Health, ano 8, n. 8, p. 77-95, 2026. Disponível em:https://www.gob.mx/conapo/documentos/migracion-y-salud-migration-and-health-edicion-2026

Resiliência no controle do câncer em tempos de crise: uma perspectiva na saúde das mulheres

Resiliencia en el control del cáncer en tiempos de crisis: una perspectiva desde la salud de las mujeres

Resilience in Cancer Control During Times of Crisis: a women's health perspective

Heloise Fernandes Agreli, Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: As crises sanitárias, humanitárias e ambientais expõem fragilidades dos sistemas de saúde e comprometem a continuidade do cuidado oncológico, com repercussões específicas para a saúde das mulheres. Este artigo discute as implicações da resiliência dos sistemas de controle do câncer a partir da articulação de duas produções vinculadas à IARC *Initiative for Resilience in Cancer Control*: um estudo sobre a experiência brasileira durante a pandemia de covid-19 e as inundações de 2024 no Rio Grande do Sul, e uma análise global da sobreposição entre crises humanitárias e carga de câncer em 2022. As evidências apontam que aproximadamente uma em cada 12 pessoas com câncer vivia em contextos de crise, nos quais os cânceres de mama e do colo do útero assumem particular relevância. No Brasil, a pandemia evidenciou interrupções expressivas nos exames de rastreamento e nos procedimentos diagnósticos e terapêuticos, evidenciando a vulnerabilidade das linhas de cuidado. A análise destaca a importância de integrar o controle do câncer ao planejamento de preparação e resposta a crises, fortalecer a atenção primária, os sistemas de informação, a navegação de pacientes e os mecanismos de financiamento flexível. Conclui-se que a resiliência do controle do câncer exige mais do que a recuperação dos serviços após emergências: pressupõe planejamento para assegurar a continuidade assistencial, financiamento estável e estratégias de recuperação orientadas pela equidade, incorporando explicitamente as necessidades das mulheres às políticas de controle do câncer.

Palavras-chave: Saúde da Mulher; Neoplasias; *Acesso aos Serviços de Saúde;* Sistemas de Saúde.

Resumen: *Las crisis sanitárias, humanitarias y ambientales ponen de manifiesto las fragilidades de los sistemas de salud y comprometen la continuidad de la atención oncológica, con repercusiones específicas para la salud de las mujeres. Este artículo analiza las implicaciones de la resiliencia de los sistemas de salud mediante la articulación de dos publicaciones vinculadas a la IARC Initiative for Resilience in Cancer Control: un estudio sobre la experiencia brasileña durante la pandemia de COVID-19 y las inundaciones de 2024 en Rio Grande do Sul, y un análisis global de la superposición entre las crisis humanitarias y la carga del cáncer en 2022. Las evidencias indican que aproximadamente una de cada 12 personas con cáncer vivía en contextos de crisis, en los que los cánceres de mama y de cuello uterino adquieren especial relevancia. En Brasil, la pandemia evidenció importantes interrupciones en los exámenes de tamizaje y en los procedimientos diagnósticos y terapéuticos, poniendo de manifiesto la vulnerabilidad de las*

rutas de atención oncológica. El análisis destaca la importancia de integrar el control del cáncer en la planificación de la preparación y respuesta ante crisis, fortalecer la atención primaria de salud, los sistemas de información, la navegación de pacientes y los mecanismos de financiación flexible. Se concluye que la resiliencia del control del cáncer exige más que la recuperación de los servicios después de las emergencias: requiere planificación para garantizar la continuidad de la atención, financiación estable y estrategias de recuperación orientadas a la equidad, incorporando explícitamente las necesidades de las mujeres en las políticas de control del cáncer.

Palabras clave: *Salud de la Mujer; Neoplasias; Accesibilidad a los Servicios de Salud; Sistemas de Salud.*

Abstract: *Health, humanitarian, and environmental crises expose weaknesses in health systems and compromise the continuity of cancer care, with specific implications for women's health. This article discusses the implications of health system resilience by bringing together two publications associated with the IARC Initiative for Resilience in Cancer Control: a study on the Brazilian experience during the COVID-19 pandemic and the 2024 floods in Rio Grande do Sul, and a global analysis of the overlap between humanitarian crises and cancer burden in 2022. The evidence indicates that approximately one in every 12 people with cancer lived in crisis-affected settings, where breast and cervical cancers are particularly prominent. In Brazil, the pandemic revealed substantial disruptions in screening examinations and diagnostic and therapeutic procedures, highlighting the vulnerability of cancer care pathways. The analysis emphasizes the importance of integrating cancer control into crisis preparedness and response planning, strengthening primary health care, information systems, patient navigation, and flexible financing mechanisms. It concludes that resilience in cancer control requires more than restoring services after emergencies: it requires planning to ensure continuity of care, stable financing, and equity-oriented recovery strategies that explicitly incorporate women's needs into cancer control policies.*

Keywords: *Women's Health; Neoplasms; Health Services Accessibility; Health Systems.*

Introdução

O câncer é hoje a segunda principal causa de morte no Brasil. O Instituto Nacional de Câncer (INCA) estima cerca de 781 mil casos novos por ano no triênio 2026–2028, e as projeções da Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC) indicam aumento de 84% no número anual de casos novos e de 99% no número de óbitos entre 2022 e 2050. Entre 2001 e 2030, as mortes prematuras por câncer devem representar perdas de produtividade da ordem de US$ 141,3 bilhões.

Essa carga crescente coexiste com crises cada vez mais frequentes, prolongadas e interconectadas. A pandemia de covid-19 e as inundações de 2024 no Rio Grande do Sul expuseram fragilidades estruturais na oncologia do Sistema Único de Saúde (SUS), sobretudo na continuidade e na coordenação do cuidado. Essas rupturas não se distribuem de forma homogênea: incidem com mais força sobre populações já vulneráveis e, como se argumenta adiante, têm impacto particular sobre a saúde das mulheres.

Entende-se aqui resiliência como a capacidade do sistema de antecipar ameaças, absorver impactos, adaptar a organização dos serviços, aprender com as estratégias de mitigação adotadas e recuperar suas funções sem comprometer o acesso da população. Não se

trata apenas de restabelecer o funcionamento dos hospitais após a emergência, mas de preservar as etapas essenciais da linha de cuidado oncológico, da prevenção e do diagnóstico aos cuidados paliativos.

Este artigo articula duas produções do grupo de pesquisa vinculado à IARC Initiative for Resilience in Cancer Control (IRCC): o Viewpoint publicado na *The Lancet Regional Health – Americas* (Agreli et al., 2026) e a análise global da sobreposição entre crises humanitárias e carga de câncer em 2022. O objetivo é discutir as implicações desse conjunto de evidências para a saúde da mulher, distinguindo o que as políticas propõem daquilo que conseguem assegurar na prática.

O Viewpoint na The Lancet Regional Health – Americas

O Viewpoint resulta de uma oficina nacional realizada em 4 de dezembro de 2025, no Rio de Janeiro, organizada pela IARC/OMS, pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e pelo INCA. A oficina reuniu gestores, clínicos, pesquisadores, especialistas em dados de câncer e organizações da sociedade civil, com o objetivo de co-construir ações estratégicas para fortalecer o controle do câncer em crises futuras, ancoradas no contexto brasileiro.

As discussões partiram dos resultados da revisão documental e do estudo qualitativo da IRCC. O estudo de caso brasileiro examinou a resiliência do controle do câncer durante a pandemia de covid-19 e as inundações de 2024 no Rio Grande do Sul, por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores, profissionais, representantes da sociedade civil e uma paciente defensora de direitos. A análise temática, orientada pelos referenciais de Avaliação de Desempenho de Sistemas de Saúde (HSPA) e de resiliência da OMS, identificou quatro configurações sistêmicas inter-relacionadas como principais determinantes da redução da resiliência.

Na sequência, os participantes trabalharam em quatro grupos alinhados aos domínios do HSPA, em formato World Café, com moderação e relatoria. As divergências foram resolvidas em plenária, e a equipe da IARC conduziu a análise segundo um desenho emergente-sistemático. As recomendações derivam, portanto, da triangulação entre evidência empírica e deliberação estruturada.

O resultado é um conjunto de recomendações organizadas por função do sistema de saúde, com horizonte temporal (curto, médio e longo prazo) e nível de governo responsável. A Tabela 1 sintetiza as cinco prioridades transversais.

Tabela 1

Prioridade	Exemplos de ações propostas	Responsabilidade principal
Integrar a linha de cuidado do câncer aos planos de preparação e resposta	Comitê Técnico de Crise em Oncologia no SUS; parâmetros para serviços essenciais; protocolos por cenário de emergência	Federal/INCA
Sistemas interoperáveis de inteligência em câncer	Integração de Registros Hospitalares e de Base Populacional com bases clínicas; painéis de monitoramento em tempo quase real; navegação de pacientes	INCA/Federal/Estados

Prioridade	Exemplos de ações propostas	Responsabilidade principal
Proteger infraestrutura crítica e força de trabalho	Força de trabalho mínima crítica; estoques estratégicos; energia de reserva e refrigeração; preservação da expertise técnica entre ciclos políticos	Federal/Estados
Recuperação orientada pela equidade	Protocolos de priorização para populações rurais, indígenas e desassistidas; unidades móveis; fortalecimento da atenção primária	Federal/Estados/ Municípios
Financiamento flexível em crises	Fundos de emergência independentes do orçamento regular, inclusive com receitas de tabaco e álcool; realocação rápida entre entes; produção local de insumos	Federal/Estados

O texto também ressalta o contexto estrutural que condiciona essas propostas. Em 2022, os gastos públicos e compulsórios representavam apenas 45% do gasto total em saúde no Brasil, contra 75% em média na OCDE. A Lei 14.758/2023 instituiu a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, mas essas garantias formais convivem com subfinanciamento crônico, desigualdades regionais e barreiras de acesso à atenção especializada.

Evidência global: a sobreposição entre crises e carga de câncer

A experiência brasileira insere-se em um padrão global. Em análise transversal que harmonizou as estimativas de incidência do GLOBOCAN 2022 (CID-10 C00–C97) com o INFORM Severity Index 2022, estimou-se pela primeira vez a sobreposição entre crises humanitárias e carga de câncer em escala mundial. A carga específica foi obtida ponderando os casos estimados de cada país pela proporção da população afetada pela crise, com desagregação pelas dimensões “condições das pessoas afetadas” e “complexidade da crise”.

Dos 184 países analisados, 83 (45,1%) enfrentavam ao menos uma crise em 2022, com maior prevalência na África (68,5% dos países). Cerca de 1,57 milhão de novos casos de pessoas com câncer (8,45%), ou uma em cada 12, viviam em condições de crise. A Ásia concentrou o maior número absoluto de casos afetados (637.821), enquanto a África apresentou a maior carga proporcional interna, com 30,5% de sua população com câncer exposta. O estrato de gravidade muito alta respondeu por 60% dos casos afetados, apesar de corresponder às menores populações com câncer.

Dois achados são centrais para esta síntese. Primeiro, o câncer de mama feminino foi o local mais frequente nos países em crise. Segundo, o câncer do colo do útero passou a ocupar a terceira posição nos contextos de crise complexa. Observou-se ainda correlação negativa moderada entre gravidade da crise e taxa de incidência padronizada por idade registrada ($\rho = -0,45$; $p < 0,001$), o que provavelmente expressa subdiagnóstico e fragilidade dos sistemas de registro nos contextos mais graves.

O estudo conclui que o câncer é parte substancial e crescente da carga das crises, sobretudo em países de menor IDH, e que permanece pouco reconhecido nos marcos de ajuda humanitária. A continuidade do cuidado oncológico precisa, portanto, ser incorporada ao planejamento humanitário e à alocação de recursos.

Câncer, crises e saúde da mulher

A dimensão de gênero atravessa os trabalhos mencionados, embora nenhum a tenha como objeto central. No Brasil, a Estimativa 2026–2028 do INCA projeta 78.610 casos novos anuais de câncer de mama, cerca de 30% dos diagnósticos em mulheres (excluído o câncer de pele não melanoma), e aproximadamente 19 mil casos de câncer do colo do útero, terceiro mais incidente entre as mulheres e entre os mais frequentes nas regiões Norte e Nordeste. São justamente os cânceres que a análise global identificou como predominantes nos contextos de crise.

Ambos dependem de linhas de cuidado longas e sensíveis ao tempo: rastreamento na atenção primária, confirmação diagnóstica, tratamento e seguimento. É nesse percurso que as crises produzem seus efeitos mais imediatos. Em 2020, comparado a 2019, o SUS registrou redução de 3,77 milhões de exames citopatológicos (−44,6%) e de 1,62 milhão de mamografias de rastreamento (−42,6%), além de queda de 35,3% nas biópsias e de 15,7% nas cirurgias oncológicas. O impacto concentrou-se nas etapas de rastreamento e diagnóstico, das quais depende a detecção em estádios iniciais.

O achado global de que o câncer do colo do útero ascende à terceira posição em crises complexas é coerente com esse padrão. Trata-se de um câncer amplamente prevenível por vacinação contra o HPV e rastreamento, cuja carga reflete a capacidade do sistema de manter ações preventivas de rotina. Quando essa capacidade se rompe, a doença tende a ser diagnosticada mais tarde, com maior letalidade e maior iniquidade.

Há ainda uma dimensão menos visível. As mulheres constituem a maior parte da força de trabalho em saúde e assumem, de forma desproporcional, o cuidado informal de familiares doentes. Em crises, acumulam riscos como pacientes, como profissionais e como cuidadoras. Recomendações do Viewpoint sobre proteção da força de trabalho e apoio psicossocial a profissionais, pacientes e famílias têm, portanto, relevância específica para a saúde da mulher.

Várias das recomendações dialogam diretamente com essas linhas de cuidado:

- **Protocolos de triagem e priorização** para cânceres de alta carga e sensíveis ao tempo, com atenção a populações rurais, indígenas e desassistidas, o que inclui mulheres com exames alterados aguardando confirmação diagnóstica.
- **Atenção primária como plataforma central**, considerando que o rastreamento de mama e colo do útero é organizado nesse nível e que os agentes comunitários alcançam cerca de 66% da população.
- **Sistemas de informação interoperáveis e navegação de pacientes**, capazes de identificar mulheres com rastreamento ou tratamento interrompido.
- **Adaptação de terapias para uso oral e domiciliar**, aplicável a parte do tratamento sistêmico do câncer de mama, e unidades móveis para territórios de difícil acesso.
- **Recuperação orientada pela equidade**, evitando que a retomada seja guiada apenas pela capacidade instalada, sem considerar a necessidade clínica e social, o que tenderia a ampliar desigualdades preexistentes.

Implicações para o SUS: entre o que se propõe e o que se garante

É necessário distinguir com clareza o que o arcabouço normativo assegura e o que permanece no plano da proposição. A Lei 14.758/2023 garante, em princípio, ações de prevenção, detecção precoce, tratamento e cuidados paliativos, e institui o Programa Nacional

de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer. Essas garantias formais, contudo, não incluem dispositivos específicos para a continuidade do cuidado em situações de crise, e sua efetivação depende de financiamento, pactuação interfederativa e capacidade de gestão heterogênea entre estados e municípios.

As recomendações do Viewpoint, por sua vez, são propostas técnicas co-construídas com atores do sistema. Não têm caráter vinculante e não asseguram, por si, mudança na prática. Sua implementação requer responsabilidades institucionais definidas, recursos adequados, indicadores de continuidade assistencial e mecanismos de avaliação. Requer também a participação de pacientes e da sociedade civil, capaz de revelar barreiras que os indicadores administrativos não captam.

Por fim, o financiamento permanece como condicionante estrutural. Com gastos públicos correspondendo a 45% do gasto total em saúde, mecanismos de financiamento flexível em crises dependem de decisão política e de fontes estáveis, como as receitas vinculadas a produtos carcinogênicos sugeridas no Viewpoint. Sem elas, a proteção das linhas de cuidado de mama e colo do útero tende a permanecer contingente.

Considerações finais

O conjunto de evidências aqui sintetizado converge em um ponto: em crises, a principal vulnerabilidade do controle do câncer é a ruptura da continuidade do cuidado. No plano global, uma em cada 12 pessoas com câncer vivia em contextos de crise, e os cânceres de mama e do colo do útero ocupam posição de destaque nesses cenários. No Brasil, a pandemia de covid-19 reduziu em mais de 40% os exames de rastreamento dessas duas neoplasias em um único ano.

Na conclusão do estudo, o artigo fala em integrar o cuidado oncológico ao planejamento humanitário e à alocação de recursos, não só a continuidade do cuidado. Vale ajustar pra ficar fiel.

O Viewpoint oferece uma agenda concreta para enfrentar essa vulnerabilidade, ancorada nas estruturas existentes do SUS. Sua tradução em proteção efetiva para as mulheres depende, porém, de três condições ainda não asseguradas: financiamento estável, indicadores de continuidade desagregados e integração explícita entre a agenda de resiliência e as políticas de saúde da mulher. Planejar a continuidade antes da crise, protegê-la durante a emergência e corrigir desigualdades na recuperação é, nesse sentido, também uma questão de equidade de gênero.

Links relacionados

IARC: Resiliência no controle do câncer em tempos de crise: uma visão para ação no Brasil.

Artigo – International Agency for Research on Cancer (IARC): Resiliência no controle do câncer em tempos de crise: uma visão para ação no Brasil.

Referências

1. Agreli HF, Rumgay H, Jatobá A, et al. Resilience in cancer control in times of crisis: a vision for action in Brazil. *Lancet Reg Health Am*. 2026;101660. doi:10.1016/j.lana.2026.101660.
2. Hörner L, Ramos da Cunha A, Agreli H et al.GLOBOCAN 2022 cancer incidence in populations affected by crises: a global mapping and analysis. eClinicalMedicine, 94

3. Instituto Nacional de Câncer. *Estimativa 2026–2028: incidência de câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA; 2026. Notícia oficial.

4. Efeitos de curto prazo da pandemia de COVID-19 na realização de procedimentos de rastreamento, investigação diagnóstica e tratamento do câncer no Brasil: estudo descritivo, 2019-2020. *Epidemiol Serv Saúde*. 2022;31(1):e2021405. Disponível em.

5. Brasil. Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023. Institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do SUS e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer. Brasília: Diário Oficial da União; 2023.

6. Organisation for Economic Co-operation and Development. *Institutionalising health accounts in Brazil: a review of methods, data and policy relevance*. Paris: OECD Publishing; 2025.

7. COLLUCCI, Cláudia. SUS precisa de plano de ação para não interromper atendimento de câncer em crise climática ou sanitária. Folha de S.Paulo, São Paulo, 14 out. 2026. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2026/10/sus-precisa-de-plano-de-acao-para-nao-interromper-atendimento-de-cancer-em-crise-climatica-ou-sanitaria.shtml. Acesso em: 11 nov. 2026.

Impostos de saúde: uma necessidade epidemiológica e econômica global

Impuestos sobre la salud: una necesidad epidemiológica y económica global

Health Taxes: A Global Epidemiological and Economic Necessity

Eduardo Nilson, Felipe Neves e Denise Oliveira e Silva

Resumo: Nesse informe, serão os impostos de saúde, particularmente para alimentos não saudáveis, tributos sobre produtos que causam danos à saúde e que, por isso, precisam pagar pelas externalidades negativas que acarretam, abordando as recomendações internacionais, experiências de países e a situação atual do tema no Brasil.

Resumen: *En este informe se abordarán los impuestos a la salud, en particular los que gravan los alimentos no saludables, es decir, los impuestos sobre productos que causan daños a la salud y que, por lo tanto, deben pagar por las externalidades negativas que generan, analizando las recomendaciones internacionales, las experiencias de otros países y la situación actual del tema en Brasil.*

Abstract: *This report focuses on health taxes, particularly those on unhealthy foods—taxes on products that cause harm to health and that, for this reason, must pay for the negative externalities they generate—addressing international recommendations, experiences from other countries, and the current situation regarding this issue in Brazil.*

Introdução: preços dos alimentos, DCNTs e a justificativa para impostos de saúde

O preço é um dos principais fatores que afetam o acesso a alimentos, sendo ainda maior seu peso nos estratos de menor renda familiar. Assim, o acesso a uma alimentação saudável está diretamente relacionado ao preço relativo dos alimentos saudáveis em relação aos não-saudáveis, que influencia a escolha entre calorias baratas ou alimentos nutritivos e diversificados em cada contexto familiar e comunitário e políticas públicas podem ser instrumentos efetivos para influenciarem essas compras.

Em termos globais, a acessibilidade econômica global a padrões alimentares saudáveis deteriorou-se de maneira contínua na última década, ao mesmo tempo em que formulações industriais nutricionalmente desbalanceadas e produtos nocivos à saúde humana (produtos alimentícios ultraprocessados) tornaram-se comparativamente mais baratos e acessíveis. De acordo com as estimativas consolidadas no relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World* (SOFI 2026), aproximadamente 2,69 bilhões de pessoas, correspondentes a 32,7% da população mundial, não dispunham de recursos financeiros suficientes para custear a aquisição regular de uma dieta saudável em 2025. Nesse sentido, o valor médio global diário necessário para atingir os requerimentos mínimos dessa dieta aumentou de 2,94 dólares em paridade de

poder de compra (PPC) por pessoa em 2017 para 3,44 dólares em 2021, alcançando o patamar de 4,28 dólares em PPC no ano de 2025.

Além disso, ainda segundo o relatório SOFI, as disparidades territoriais revelam-se severas, pois no continente africano a barreira do custo atinge 66,6% da população, configurando um obstáculo intransponível à segurança alimentar e nutricional. Esse cenário decorre em larga escala da organização dos sistemas agroalimentares, nos quais as etapas posteriores à porteira da fazenda, que abrangem beneficiamento, transporte, armazenamento refrigerado, logística atacadista e margens do varejo, respondem por 70% a 75% do preço final pago pelo consumidor, tornando a eficiência e a justiça dessas cadeias determinantes diretas da acessibilidade física e econômica (FAO et al., 2026).

Complementando esses dados, o Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutrição do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (HLPE/CSA) documenta que essa dinâmica consolidou uma profunda assimetria estrutural nos preços relativos: hortaliças frescas, frutas, legumes, leguminosas e fontes de proteína de elevado valor biológico chegam a custar, em termos calóricos equivalentes, quase três vezes mais do que matrizes energéticas baseadas em amidos refinados, gorduras vegetais hidrogenadas e açúcares livres. A sucessão de choques macroeconômicos recentes, a volatilidade dos mercados de combustíveis e fertilizantes, as interrupções nas rotas comerciais marítimas e os conflitos armados em grandes polos de exportação agropecuária intensificaram a inflação alimentar de forma desigual. Diante da compressão da renda disponível e da corrosão do poder de compra, as famílias em situação de vulnerabilidade são compelidas a adotar estratégias compensatórias imediatas de sobrevivência, substituindo alimentos frescos e minimamente processados por produtos ultraprocessados de baixo custo monetário e alta densidade energética, o que agrava as carências de micronutrientes e acelera a transição nutricional desfavorável (HLPE-FSN, 2026).

No Brasil, a evolução dos índices inflacionários evidencia essa divergência histórica. Desde meados de 2006, o índice acumulado do grupo Alimentação e Bebidas supera de modo sistemático o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Entre junho de 2006 e dezembro de 2025, enquanto o IPCA geral acumulou uma variação de 185,8%, o grupo de alimentação e bebidas registrou alta de 305,1%, impulsionado por aumentos de 516,2% nas frutas e de 483,5% nas carnes. O preço das frutas avançou 2,8 vezes mais rápido do que o conjunto da economia no período, ao passo que as formulações ultraprocessadas desfrutaram de uma trajetória de preços substancialmente mais estável, beneficiadas pela tecnificação de insumos agrícolas subsidiados, pela extensão de prazos de prateleira e pela concentração do parque fabril. Como consequência direta, as famílias pertencentes à base da pirâmide distributiva, com rendimentos de até dois salários-mínimos, comprometem cerca de 49,1% a mais de seus orçamentos domésticos com a compra de alimentos em comparação com o estrato médio nacional, sofrendo os impactos inflacionários de maneira desproporcional (PALMIERI JÚNIOR, 2026).

Em contrapartida, os preços reais das bebidas industrializadas seguiram trajetória oposta. Levantamentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que bebidas açucaradas e bebidas alcoólicas tornaram-se mais acessíveis ou preservaram seu valor real na maior parte do mundo, em razão de tributos estáticos, alíquotas residuais e mecanismos frágeis de reajuste monetário. Entre 2022 e 2024, as bebidas adoçadas tornaram-se economicamente menos acessíveis em apenas 34 nações, enquanto ficaram proporcionalmente mais baratas em relação à renda em 62 países; a cerveja tornou-se menos acessível em apenas 31% dos países

analisados, e os destilados em 22%. Em nível global, a participação mediana do tributo específico sobre o preço de venda de um refrigerante de referência é de apenas 2,4%, situando-se em patamares medianos de 14,0% para cervejas e 22,5% para destilados, evidenciando uma defasagem fiscal perante produtos de alto risco biológico (WHO, 2026a, 2026b).

Vale destacar que o consumo nocivo de álcool persiste como um fator de risco subestimado nas diretrizes fiscais e preventivas de DCNTs (Doenças crônicas não-transmissíveis). Embora a OMS registre 167 Estados-membros tributando bebidas alcoólicas e 12 nações aplicando regimes de proibição absoluta, o vinho permanece com isenção total de impostos seletivos em pelo menos 25 países, a maioria localizada na Europa (WHO, 2026a). No caso brasileiro, estudo de modelagem econômica pelo pesquisador Eduardo Nilson, da Fiocruz Brasília, calculou o ônus econômico atribuível ao consumo de álcool em 2019 em R$ 18,8 bilhões, compreendendo R$ 1,1 bilhão em custos diretos absorvidos pela atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) e R$ 17,7 bilhões em perdas indiretas por mortalidade precoce e absenteísmo produtivo, resultando em 104,8 mil mortes anuais evitáveis, o que equivale a 12 óbitos por hora. Essa quantificação representa uma estimativa deliberadamente conservadora, por desconsiderar os gastos realizados pela saúde suplementar privada e os desembolsos orçamentários das secretarias municipais e estaduais de saúde (VITAL STRATEGIES, 2024).

Esse quadro de incentivo econômico alimenta o avanço acelerado das DCNTs. Bebidas adoçadas e alcoólicas de baixo preço catalisam a etiologia de transtornos metabólicos, hipertensão, diabetes mellitus tipo 2, neoplasias malignas de diversos sítios e agravos externos como acidentes viários e lesões interpessoais, atingindo fortemente crianças, adolescentes e adultos em idade produtiva, enquanto desestabilizam financeiramente os sistemas públicos de saúde (WHO, 2026a).

O Atlas Mundial de Obesidade 2025 projeta que mais de 1 bilhão de indivíduos vivem com obesidade no planeta, devendo as perdas globais agregadas em despesas assistenciais e quebra de produtividade laboral atingir US$ 3,23 trilhões ao ano até 2030 (WORLD OBESITY FEDERATION, 2025). Na esfera alimentar mais ampla, a revisão guarda-chuva de Lane et al. (2024), ao analisar meta-análises epidemiológicas, evidenciou associações diretas e consistentes entre a exposição contínua a alimentos ultraprocessados e 32 dos 45 desfechos clínicos adversos investigados (71,1%), incluindo riscos elevados de mortalidade cardiovascular, diabetes tipo 2, ansiedade e depressão. Confirmando esses achados, a série temática da The Lancet apontou o deslocamento dos sistemas culinários tradicionais pelas matrizes ultraprocessadas formuladas pela indústria como um dos motores estruturantes do colapso da saúde metabólica moderna (MONTEIRO et al., 2025).

No cenário doméstico brasileiro, hipertensão arterial, diabetes tipo 2 e obesidade custaram R$ 3,45 bilhões ao SUS somente no exercício de 2018, cabendo à obesidade isolada o encargo de R$ 1,42 bilhão desse dispêndio direto (NILSON et al., 2020). Modelagens de transição demográfico-epidemiológica indicam que a manutenção das trajetórias contemporâneas de elevação do Índice de Massa Corporal (IMC) levará ao surgimento de 5,26 milhões de novos casos de DCNTs e 808,6 mil óbitos atribuíveis ao excesso de peso entre 2021 e 2030 no Brasil (NILSON et al., 2022). Adicionalmente, a ingestão de bebidas açucaradas foi responsável, entre 2008 e 2020, por US$ 6,33 milhões em despesas hospitalares e ambulatoriais diretas com obesidade, associando-se ainda à perda de US$ 40 milhões em produtividade nacional em consequência de mortes prematuras evitáveis (SILVA et al., 2024).

A partir desse cenário epidemiológico e econômico, a fundamentação analítica para a instituição de tributos voltados à saúde apoia-se em princípios de eficiência econômica e bem-estar coletivo, distinguindo-se terminológica e conceitualmente dos clássicos tributos sobre o pecado. Enquanto a cobrança com viés moralizador busca coibir condutas individuais tidas como reprováveis, os impostos em saúde funcionam como instrumentos corretivos de falhas estruturais de mercado: o preço monetário de venda desses produtos não internaliza os expressivos custos socioeconômicos impostos à sociedade e ao Estado, representados pelo comprometimento dos orçamentos hospitalares públicos, pela perda prematura de força de trabalho, pelo suporte a incapacidades e pelos impactos ambientais ligados às cadeias de produção.

Ao majorar o preço final desses bens, a intervenção tributária desincentiva a demanda, internaliza as externalidades negativas e mobiliza receitas públicas passíveis de reinvestimento nos sistemas de seguridade social, caracterizando o que a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) classifica como um ganho triplo governamental. Esse mecanismo também reduz a desvantagem de preço que atualmente penaliza os gêneros in natura ou minimamente processados, restaurando a competitividade da alimentação adequada nas gôndolas do varejo, sobretudo quando acompanhado pelo direcionamento de receitas fiscais a programas de compras públicas e proteção social (PAHO, 2021b; WHO, 2026a).

Comércio Global, Preços dos Alimentos e Políticas Públicas para a Promoção da Alimentação Saudável

A determinação dos preços dos alimentos e bebidas é complexa, envolvendo fatores como as pressões dos sistemas alimentares hegemônicos (incluindo o comércio internacional globalizado, particularmente de commodities agrícolas e ultraprocessados produzidos a partir deles), as mudanças climáticas, as crises geopolíticas, os conflitos e as respostas das políticas públicas para a promoção da alimentação saudável.

As transformações decorrentes da globalização econômica do comércio agroalimentar têm gerado impactos expressivos e desiguais sobre o estado nutricional das populações, variando substancialmente segundo os níveis de renda individual e nacional. Evidências demonstram que o risco da dupla carga da má nutrição (caracterizada pela coexistência da desnutrição e de deficiências de micronutrientes com o sobrepeso, a obesidade e as doenças crônicas não transmissíveis) incide de forma mais acentuada sobre as famílias mais pobres em países de menor renda, atenuando-se à medida que os rendimentos se elevam. Em paralelo, a globalização social intensifica essa dinâmica adversa ao disseminar padrões de consumo e elevar a probabilidade da dupla carga da má nutrição transversalmente entre diferentes estratos socioeconômicos, sobretudo em países de baixa e média renda (SEFERIDI et al., 2022).

Esse cenário coincide com um agravamento severo da insegurança alimentar global, uma vez que choques macroeconômicos recentes, a pandemia de Covid-19 e a proliferação de conflitos geopolíticos fizeram o contingente de indivíduos em insegurança alimentar aguda mais do que dobrar, saltando de 149 milhões no período pré-pandêmico para 333 milhões em 2023. Essa evolução compromete seriamente o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os compromissos de erradicação da fome até 2030 (FAO et al., 2025). Conforme alerta o relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI), o desafio contemporâneo extrapola a carência quantitativa de calorias,

abrangendo fundamentalmente a falta de acesso a dietas saudáveis, diversificadas e socioculturalmente adequadas (FAO et al., 2025).

A vulnerabilidade do abastecimento alimentar é intensificada pelos eventos meteorológicos extremos associados à emergência climática global, a exemplo de secas severas, inundações e quebras sucessivas de colheita. Esses choques desestabilizam a produção primária, inflam os preços de mercado de gêneros básicos e geram quadros persistentes de desnutrição (MIRZABAEV et al., 2023). Segundo o estudo Carga Global da Doença, a desnutrição respondeu em 2019 pela perda de 68 milhões de anos de vida ajustados por incapacidade e por mais de 252 mil óbitos, acarretando ainda atrasos irreversíveis no desenvolvimento cognitivo e motor infantil, cujas repercussões negativas se perpetuam pela vida adulta (CHONG et al., 2023; IHME, 2025; SOLIMAN et al., 2021).

No polo oposto da má nutrição, o avanço do excesso de peso configura uma epidemia associada às distorções estruturais dos sistemas alimentares modernos. Projeções do Atlas Mundial da Obesidade alertam que, mantidas as trajetórias vigentes, cerca de 79% dos adultos e 88% das crianças em países de baixa e média renda estarão com excesso de peso até 2035, prevendo-se que a população adulta vivendo com obesidade passe de 0,81 milhão em 2020 para 1,53 milhão em 2035 (WORLD OBESITY FEDERATION, 2025). Esse quadro responde por mais de 12% das mortes anuais decorrentes de DCNTs (particularmente enfermidades cardiovasculares, diabetes e neoplasias), impondo a perda anual de 120 milhões de anos-pessoa e concentrando três quartos dessas mortes e doenças evitáveis justamente nos países de média renda (WORLD OBESITY FEDERATION, 2025).

Do ponto de vista da formulação de políticas públicas, esse fenômeno reflete as falhas dos ambientes alimentares e as distorções de preços relativos praticados no varejo, elementos cuja influência nas escolhas cotidianas sobrepuja a perspectiva da responsabilidade estritamente individual. Nos Estados Unidos, investigações empíricas constataram que as distorções nos preços praticados no varejo explicam um terço do hiato entre as recomendações nutricionais e a ingestão real de frutas e vegetais, evidenciando a necessidade de intervenções fiscais corretivas (PANCRAZI et al., 2022). Em períodos de inflação de alimentos e combustíveis, como observado no Reino Unido durante a crise do custo de vida, os orçamentos domésticos comprimidos ampliam a vulnerabilidade nutricional: fontes ricas em proteínas de alto valor biológico, vitaminas, minerais e fibras exibem custos três vezes superiores por caloria quando comparadas a produtos de baixa densidade nutricional. Essa disparidade induz as famílias mais pobres a priorizarem formulações baratas e hipercalóricas, consolidando o paradoxo no qual a insegurança alimentar se correlaciona diretamente com a prevalência de obesidade (JOHNSTONE; LONNIE, 2023).

No Brasil, análises econométricas confirmam que o nível de preços de alimentos ultraprocessados guarda relação inversamente proporcional com as taxas de sobrepeso e obesidade, sobretudo nas faixas de menor renda (PASSOS et al., 2020). Desse modo, o consenso de especialistas de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sustenta que a contenção da obesidade exige um pacote articulado de intervenções. Essa estratégia deve combinar instrumentos tributários com subsídios a opções saudáveis, regulação da publicidade comercial (em especial a infantil), aprimoramento da rotulagem nutricional frontal e proibição da comercialização de itens ultraprocessados no ambiente escolar (DOBBS et al., 2014; FINKELSTEIN et al., 2014; OECD, 2017; THE WORLD BANK, 2017).

A experiência de políticas brasileiras recente oferece subsídios para o redesenho dos sistemas agroalimentares por meio de ações que articulam proteção social, produção sustentável e regulação econômica. A retomada das compras governamentais, o suporte à agricultura familiar camponesa, o incentivo à agroecologia e a recomposição de estoques públicos foram reforçados pela edição do Decreto nº 11.936/2024. O dispositivo legal estabeleceu a predominância de alimentos in natura e minimamente processados e ingredientes culinários na Cesta Básica Nacional, admitindo apenas excepcionalmente os processados e vedando expressamente a inclusão de produtos ultraprocessados (BRASIL, 2024).

Essa diretriz sanitária deu suporte ao debate da reforma tributária decorrente da Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu o Imposto Seletivo com a finalidade de desestimular o consumo de bens e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente (BRASIL, 2023; NEVES et al., 2026). No âmbito epidemiológico, modelagens projetam que cada aumento de 1% no preço de ultraprocessados associa-se a reduções de 0,33% no excesso de peso e 0,59% na obesidade no país (PASSOS et al., 2020). Além disso, a aplicação de alíquotas seletivas entre 8% e 50% sobre essas formulações evitaria o surgimento de 467 mil a 1 milhão de diagnósticos de DCNTs e entre 62 mil e 236 mil óbitos prematuros (CAMARGO et al., 2025).

Embora a experiência internacional com tributos sobre bebidas adoçadas abranja mais de 60 nações e 3,5 bilhões de pessoas, destacando-se a eficácia de desenhos com alíquotas progressivas atreladas à densidade de açúcares (MORENO LOAEZA et al., 2026), a regulamentação do Imposto Seletivo brasileiro pela Lei Complementar nº 214/2025 enfrentou forte resistência setorial. O processo legislativo resultou na restrição da lista tributável no campo alimentar exclusivamente aos refrigerantes, ao lado das bebidas alcoólicas e dos derivados de tabaco, deixando de fora itens como biscoitos, carnes processadas, bebidas lácteas adoçadas, néctares e refrescos em pó (BRASIL, 2025a; NEVES et al., 2026).

Esse afunilamento tributário compromete os objetivos de saúde pública, pois estimula a migração do consumo para produtos açucarados isentos de igual perfil nocivo. O arranjo contraria as diretrizes da Organização Mundial da Saúde, que prescrevem ampla cobertura categorial e elevações reais de preços de pelo menos 20% para induzir reduções no consumo, o que no contexto nacional equivaleria a uma retração projetada de 24% na demanda (NEVES et al., 2026; VENSON et al., 2023; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022, 2024, 2025). Adicionalmente, a coerência da política fiscal permanece fragilizada pela manutenção de incentivos e subsídios tributários concedidos à fabricação de bebidas açucaradas e concentrados, com destaque para as renúncias fiscais na Zona Franca de Manaus.

Recomendações da OMS e da Opas: do tabaco às bebidas açucaradas e alcoólicas

O controle do tabagismo estabeleceu a referência paradigmática internacional para o desenvolvimento de políticas fiscais indutoras de saúde pública. Dados da OMS apontam que o tabaco mata anualmente mais de 8 milhões de pessoas no mundo, constituindo o aumento expressivo dos impostos e dos preços de varejo a medida isolada de maior eficácia e custo-efetividade para desestimular a iniciação e incentivar a cessação do consumo, conforme preconizado no Artigo 6 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Jovens e famílias de baixa renda exibem elevada sensibilidade ao fator preço, sendo que em nações de baixa e média renda a probabilidade de redução no consumo tabágico observada em jovens após um reajuste fiscal alcança de duas a três vezes a resposta verificada na população adulta. Os parâmetros consolidados prescrevem a estruturação de regimes tributários simplificados, a centralidade de

tributos específicos cobrados por unidade física em detrimento de modelos ad valorem, o ajuste monetário automático indexado à inflação e ao crescimento real da renda per capita, a abolição de tratamentos fiscais diferenciados para marcas populares e a inserção da política fiscal dentro de um plano integral com proibições de publicidade e ambientes livres de fumo (WHO, [2026]).

Uma avaliação empírica retrospectiva cobrindo quinze jurisdições nacionais entre 2009 e 2025 confirmou avanços substanciais nos regimes de tributação de cigarros em todas as experiências, comprovando que o sucesso sanitário esteve diretamente atrelado à simplificação do sistema fiscal, a fortes reajustes reais e à blindagem do produto contra o aumento do poder de compra. Nas Filipinas, o preço real do cigarro líder de mercado subiu 638% entre 2008 e 2024, promovendo um declínio de cerca de 33% na prevalência do tabagismo adulto entre 2010 e 2025, com a particularidade de que a arrecadação foi vinculada por mandato legal à expansão da cobertura universal de saúde. No mesmo intervalo de 2010 a 2025, declínios relativos expressivos na taxa de tabagismo em adultos foram verificados na Índia (43%), no Paquistão (37%), no Brasil (34%), em Bangladesh (29%) e nas Filipinas (29%). Apesar desses avanços, o progresso foi heterogêneo: em uma parcela minoritária de países o tabaco permaneceu menos acessível no longo prazo, demonstrando a necessidade de elevar continuamente as taxas para compensar a inflação e articular a tributação a rigorosas restrições regulatórias não fiscais (WHO, 2026b).

Vale lembrar, ainda, lições importantes trazidas pela experiência brasileira recente. No país, observou-se uma falta de recomposição do valor do tributo sobre produtos de tabaco na última década (desde 2016), de modo que houve uma redução relativa do preço desses produtos diante da inflação e do aumento da renda nacional, inclusive levou a um pequeno aumento no tabagismo após muitos anos de progressivas reduções, apesar da continuidade das outras políticas (proibição da publicidade, alertas nos maços, restrição de pontos de venda, proibição de venda a menores), conforme apontado pelo Vigitel.

Extraindo lições dessa trajetória, a Organização Mundial da Saúde estruturou a iniciativa global *3 by 35*, fixando como meta diplomática o aumento de 50% nos preços reais de venda de três bens nocivos: tabaco, bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas até o ano de 2035. O alcance dessa meta impõe, em valores nominais globais médios, quase a duplicação dos preços vigentes: a elevação de US$ 4,70 para US$ 9,60 no maço de cigarros; de US$ 1,30 para US$ 3,10 na garrafa de 330 ml de cerveja; e de US$ 0,90 para US$ 1,90 na porção de 330 ml de bebida com adição de açúcar, patamares que demandarão elevações superiores ao triplo nos países de baixa renda. Para tanto, a entidade prescreve cronogramas plurianuais previsíveis de reajuste tributário, cláusulas automáticas de correção pela inflação e crescimento econômico, supressão de brechas legais concedidas a subprodutos industriais e cobertura integral sobre categorias concorrentes para evitar a substituição regressiva no consumo (WHO, 2026b).

A transposição dessas premissas regulatórias do tabaco para as bebidas exige acomodar singularidades físico-químicas e mercadológicas. Ao contrário do cigarro, que apresenta relativa uniformidade funcional centrada na combustão da nicotina, o segmento de bebidas açucaradas revela vasta dispersão de teores de açúcar livre e ampla plasticidade na substituição de ingredientes, tornando os detalhes do desenho tributário determinantes para o desfecho de saúde. Embora 116 países adotem algum tipo de taxação sobre bebidas doces, categorias com elevada carga de açúcares ainda são frequentemente excluídas da incidência legal, incluindo sucos integrais e néctares com alto teor de frutose, bebidas lácteas açucaradas e preparações instantâneas de cafés e chás. Além disso, apenas 25% dos países estruturam seus regimes fiscais

com alíquotas escalonadas pela concentração volumétrica de açúcar, desenho indutor de reformulações industriais, e apenas 14% realizam indexações automáticas contra a inflação. Enquanto em jurisdições como Timor-Leste a carga fiscal alcança 53% do valor final da bebida açucarada de referência, a média planetária não passa de 22%, o que representa quase um terço do esforço fiscal aplicado aos derivados do tabaco (WHO, 2026a, 2026b, 2026d).

No âmbito das Américas, a Opas endossa o uso prioritário de tributos sobre bebidas açucaradas como medida populacional de prevenção primária de DCNTs, caracterizada por alto retorno sanitário e econômico. Uma avaliação diagnóstica em 33 jurisdições da América Latina e Caribe constatou que 21 países mantinham tributos seletivos vigentes sobre bebidas adoçadas; contudo, sete nações cometiam a distorção sanitária de tributar concomitantemente a água mineral engarrafada, e apenas quatro incorporavam bebidas lácteas adoçadas no fato gerador tributário. Quanto à tipologia de cobrança, dez países valiam-se de mecanismos ad valorem, sete operavam tributos específicos por volume de líquido, quatro adotavam modelos híbridos e apenas três tributavam segundo a gramatura de açúcar adicionado. Em decorrência dessas assimetrias, a entidade recomenda formalmente a ampliação do escopo do tributo sobre todos os tipos de bebidas com adição de açúcares calóricos, a desoneração da água pura engarrafada, a preferência por impostos específicos atrelados ao volume corrigidos pela inflação e, conforme a capacidade fazendária, a progressividade da alíquota atrelada à densidade de açúcar por volume (PAHO, 2021a, 2021b).

Para as bebidas alcoólicas, a OMS publicou manual técnico orientando os formuladores de políticas na calibragem de regimes tributários específicos com base em densidade alcoólica pura, estruturas de mercado e restrição de desvios concorrenciais (WHO, 2023). O relatório global de 2025 documentou que os tributos sobre cerveja e destilados respondem, em média ponderada pela população mundial, por apenas 21% e 28% do preço de prateleira, respectivamente, refletindo a paralisia fiscal de Estados que mantiveram esses produtos estagnados ou tornados relativamente mais acessíveis frente aos salários nos últimos anos. Menos de um quarto dos países adota gatilhos automáticos de atualização tarifária para o álcool, e a persistência da isenção sobre o vinho em mais de duas dezenas de nações reflete concessões a setores específicos, debilitando os impactos sanitários (WHO, 2026a, 2026b, 2026c). No Brasil, a iniciativa RESET Álcool, alinhada ao pacote estratégico SAFER da OMS, advoga a rápida modernização fiscal das bebidas etílicas combinada à regulação de disponibilidade e restrição da comercialização (VITAL STRATEGIES, 2024).

Pesquisas de opinião pública desmistificam a alegada rejeição popular a tais intervenções: dados globais apurados em 2022 demonstraram que a maioria dos cidadãos apoia reajustes tributários sobre álcool e bebidas açucaradas, sobretudo quando os recursos obtidos são aplicados diretamente no custeio da saúde pública (WHO, 2026a). Jurisdições como Azerbaijão, França, Filipinas, Hungria e Tanzânia utilizam as receitas das bebidas adoçadas para subsidiar seus sistemas de cobertura universal; nações como Panamá, Rússia e Zimbábue vinculam tais recursos ao financiamento de centros oncológicos e programas contra o diabetes; enquanto Polônia e Portugal transferem essa arrecadação para o orçamento geral de promoção da saúde e vigilância epidemiológica (WHO, 2026b).

Experiências internacionais com impostos sobre bebidas adoçadas

O corpo de evidências acerca dos efeitos econômicos e epidemiológicos da taxação de bebidas açucaradas no mundo foi sistematizado em revisão abrangendo 86 estudos empíricos e

metanálise de 62 pesquisas. O levantamento apurou que o repasse médio do tributo incidente para o preço final de prateleira atingiu 82%, resultando em uma contração média global de 15% no volume comercializado dessas bebidas (Intervalo de Confiança de 95%: 9% a 20%) e demonstrando uma elasticidade-preço da demanda de −1,59. As investigações não detectaram aumento compensatório na aquisição calórica por bebidas isentas nem perdas no nível de emprego setorial; adicionalmente, tributos com alíquotas escalonadas pelo volume de açúcar provocaram reformulação industrial de fórmulas, ainda que as modificações no consumo agregado de energia total tenham exibido variação metodológica entre estratos populacionais (ANDREYEVA et al., 2022).

Na América Latina, o México consolidou uma das experiências pioneiras ao instituir, em 1º de janeiro de 2014, um imposto seletivo específico de 1 peso por litro sobre refrigerantes e bebidas não alcoólicas com adição de açúcares, incluindo pós concentrados e preparações lácteas adicionadas de sacarose, com gatilho de reajuste automático a cada 10% de inflação acumulada. O acompanhamento longitudinal com 6.645 residências atestou que as aquisições de bebidas taxadas registraram redução de 5,5% em 2014 e recuo de 9,7% em 2015 em comparação com as tendências contrafactuais históricas (queda média combinada de 7,6%), acompanhada de modesto incremento de 2,1% nas compras de água pura e bebidas isentas. A resposta comportamental revelou-se progressiva na perspectiva da equidade: a contração no volume adquirido foi de 9,0% em 2014 e 14,3% em 2015 no estrato de menor nível socioeconômico, refletindo maior sensibilidade a preços e conscientização sobre os efeitos na saúde (COLCHERO et al., 2017).

O Reino Unido e a África do Sul optaram por desenhar tributos escalonados por faixas de densidade sacarina, com o propósito de incentivar a remoção de açúcares pela indústria. O Reino Unido promulgou *o Soft Drinks Industry Levy*, anunciado em 2016 e aplicado a partir de abril de 2018, tarifando em 18 pence por litro bebidas com 5 a 8 gramas de açúcar por 100 ml e em 24 pence por litro aquelas com teor superior a 8 gramas, isentando concentrações inferiores a 5 gramas. Entre 2015 e 2018, as vendas de bebidas enquadradas nas faixas taxadas caíram 50%, a comercialização de opções sem açúcar ou com conteúdo reduzido subiu 40%, o teor médio ponderado de açúcar caiu de 4,4 para 2,9 g/100 ml e o total de açúcar per capita proveniente de bebidas vendido diariamente diminuiu 30%, representando uma retração de 4,6 gramas diárias por habitante (BANDY et al., 2020). De forma similar, a África do Sul implementou em 2018 a *Health Promotion Levy*, taxando em 2,1 centavos de rand cada grama de açúcar livre que ultrapassasse o limiar basal de 4 g/100 ml. Em coorte de adultos jovens vivendo em áreas de baixa renda, a ingestão de açúcar associada a bebidas taxadas caiu de 28,8 para 19,8 gramas por dia, com 22% do declínio atribuível à mudança de comportamento do consumidor e 9% adicionais derivados da redução promovida pelos fabricantes, embora um incremento residual de 5,3 gramas em bebidas isentas tenha modulado a redução líquida de açúcar para 3,7 gramas diárias (ESSMAN et al., 2021).

Outras nações do Sul Global introduziram desenhos inovadores adaptados aos seus contextos. Nas Filipinas, o pacote tributário da Lei TRAIN fixou, em janeiro de 2018, taxa seletiva de 6 pesos por litro sobre bebidas com açúcar calórico e 12 pesos sobre xaropes de milho de alta frutose; decorrido apenas um mês da vigência legal, os preços finais subiram entre 16,6% e 20,6%, redundando em queda imediata de 8,7% nas vendas no pequeno varejo (ONAGAN; HO; CHUA, 2018). No Chile, o ajuste fiscal de 2014, que elevou a alíquota de 13% para 18% em bebidas com açúcar elevado e a reduziu para 10% nas opções de baixo teor, foi amplificado pela

Lei de Rotulagem e Publicidade de 2016, que combinou selos de advertência frontais, veto total à veiculação comercial para crianças e banimento de vendas nas escolas; essa integração multissetorial reduziu a compra de bebidas taxadas em 22,8 ml por pessoa por dia, superando o impacto isolado da modificação tarifária anterior (TAILLIE et al., 2020). Na Colômbia, a Lei nº 2277/2022 estabeleceu um marco ao aprovar simultaneamente o imposto escalonado por grama de açúcar sobre bebidas ultraprocessadas e um imposto ad valorem incidente sobre alimentos ultraprocessados embalados, reconhecendo formalmente a pertinência das classificações de processamento na regulação fiscal (COLÔMBIA, 2022).

A análise transversal dessas políticas fornece quatro diretrizes fundamentais: a dependência do repasse tarifário, na qual a magnitude do impacto epidemiológico repousa na expressividade da alíquota e no repasse integral ao consumidor; o poder indutor da cobrança por gramatura, visto que regimes atrelados à concentração de açúcar aceleram a contenção da demanda e a reformulação dos produtos; o controle de efeitos substitutivos, dado que a migração para itens não tributados exige escopo abrangente desde o início da cobrança; e a atenção aos efeitos distributivos, pois enquanto no México a maior retração de volume ocorreu entre as famílias de baixa renda, modelagens para o Brasil apontaram maiores ganhos relativos em estratos de renda mais elevada, exigindo que o desenho tributário venha acompanhado de reinvestimentos direcionados na atenção primária e subsídios a alimentos in natura voltados às populações vulneráveis (COLCHERO et al., 2017; NUCCI et al., 2026).

Os impactos potenciais dessas políticas são muito relevantes: simulação econométrica realizada por Nucci et al. (2026) estimou que a fixação de uma alíquota de 20% do Imposto Seletivo sobre bebidas açucaradas no Brasil será suficiente para reduzir a prevalência populacional da obesidade em 1,7 ponto percentual nos homens e 1,5 ponto percentual nas mulheres, gerando economia acumulada de Int$ 520 milhões ao SUS ao longo da vida dos indivíduos. No México, modelagem publicada por Basto-Abreu et al. (2024) projetou que alíquotas seletivas de 20% e 30% poderiam reduzir a prevalência de obesidade no país em 6,7% e 9,1% em um horizonte decenal, prevenindo eventos cardiovasculares e desonerando os cofres públicos.

Uma síntese das recomendações globais

A taxação seletiva de bens cujo consumo sistemático deteriora a saúde encontra sólido respaldo empírico nas diretrizes globais da OMS e da Opas, na vasta literatura do controle internacional do tabagismo e nas experiências internacionais de tributação sobre bebidas adoçadas e alcoólicas. A oportunidade histórica aberta pela regulamentação do Imposto Seletivo no Brasil demanda a adoção de parâmetros técnicos e epidemiológicos rigorosos em seu desenho legislativo:

- Estruturação prioritária de alíquotas específicas e escalonadas: adoção de valores fixos por volume de bebida, combinados a alíquotas progressivas e escalonadas pelo teor de açúcar adicionado por 100 ml, desestimulando a ingestão excessiva e incentivando a reformulação das fórmulas pela indústria;
- Universalidade do escopo tributário: inclusão de todas as categorias formuladas com açúcares livres, tais como refrigerantes, pós para refrescos, isotônicos, energéticos, chás e cafés prontos, néctares e bebidas lácteas adoçadas; no segmento etílico, exclusão de qualquer benefício fiscal concedido a fermentados e vinhos, assegurando a tributação uniforme por teor alcoólico;

- Mecanismos de indexação automática: fixação de cláusulas de reajuste tarifário atreladas à variação inflacionária e aos ganhos médios de renda da população, impedindo que os produtos se tornem relativamente mais baratos ao longo dos anos;
- Destinação pública e garantia de equidade: vinculação das receitas auferidas à expansão do financiamento da atenção primária no SUS, à prevenção de doenças crônicas e ao custeio de subsídios a alimentos in natura voltados a famílias de menor renda;
- Monitoramento contínuo: acompanhamento sistemático da evolução dos preços, do comportamento das vendas, dos padrões de substituição por outras bebidas e da distribuição dos desfechos de saúde entre faixas de renda e grupos populacionais.

Perspectivas para a consolidação dos impostos de saúde no Brasil

No cenário político e tributário do Brasil, a aprovação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e a sanção da Lei Complementar nº 214/2025 consolidaram a criação do Imposto Seletivo da União sobre a produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, assegurando o enquadramento expresso das bebidas açucaradas em sua base tributável. Embora as alíquotas regulamentares permaneçam pendentes de definição em lei ordinária ao longo do ano legislativo, a cobrança efetiva do novo tributo está programada para iniciar em 2027, integrando o período de transição que culminará na vigência integral do novo sistema em 2033.

A definição das alíquotas aplicáveis a partir de 2028 será a oportunidade mais imediata para aproximar o Imposto Seletivo de sua finalidade sanitária. A recomposição da carga anteriormente aplicada pelo IPI pode evitar um recuo durante a transição, mas não produz o aumento de preços necessário para reduzir o consumo. A próxima etapa deverá estabelecer alíquotas mais elevadas e mecanismos periódicos de atualização, para impedir que seu efeito seja diluído pela inflação ou pelo crescimento da renda.

Completando o quadro normativo inicial, a Medida Provisória nº 1.399/2026 fixou para o ano de 2027 uma alíquota ad valorem de apenas 2,6% sobre os refrigerantes. Esse percentual foi estabelecido estritamente para recompor o nível de carga do antigo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e evitar descontinuidades de preços na transição federativa, determinando que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional, até maio de 2027, projeto de lei com as alíquotas aplicáveis a partir de 2028 (BRASIL, 2026). Após esse momento inicial de transição entre os modelos tributários, o alcance dos objetivos de saúde pública dependerá do aperfeiçoamento desse arranjo transitório, garantindo um desenho fiscal permanente que una alíquotas eficazes sobre produtos não saudáveis à desoneração e ao subsídio da alimentação saudável, alinhando instrumentos econômicos ao direito humano à alimentação adequada

Também será necessário ampliar a cobertura. A incidência exclusiva sobre refrigerantes mantém fora do imposto bebidas com adição de açúcares amplamente consumidas no país. O relatório global mais recente da Organização Mundial da Saúde mostra que, apesar da crescente adoção desses tributos, seus efeitos continuam limitados em muitos países por alíquotas baixas, bases estreitas e diferenças de tratamento entre bebidas semelhantes (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2025). Uma política mais abrangente reduziria as possibilidades de substituição e evitaria que classificações fiscais que não foram concebidas para fins sanitários determinassem quais produtos devem ou não ser alcançados.

O desenho das alíquotas também merece atenção. Uma possibilidade é combinar o componente ad valorem, calculado sobre o preço, com uma parcela específica, ou ad rem, cobrada por unidade ou volume. A tributação exclusivamente ad valorem resulta em menor incidência sobre produtos mais baratos e pode favorecer a migração para marcas de menor preço. Já o componente específico pode ser atualizado periodicamente para preservar seu valor real. Quando a alíquota varia segundo o teor de açúcar, o tributo também pode incentivar a reformulação dos produtos. A escolha entre essas alternativas, ou sua combinação, deverá considerar a capacidade administrativa brasileira, a estrutura do mercado e as possibilidades de fiscalização, sem perder de vista o objetivo de reduzir o consumo (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022, 2025; MORENO LOAEZA et al., 2026).

O acompanhamento da política não deve se limitar à arrecadação. Será preciso avaliar o repasse do imposto aos preços, as vendas, o consumo, a reformulação dos produtos e a substituição entre categorias. Os efeitos distributivos também precisarão ser acompanhados. Embora a tributação represente uma parcela proporcionalmente maior da renda das famílias mais pobres que continuam adquirindo os produtos tributados, os benefícios sanitários tendem a ser progressivos, pois esses grupos são mais sensíveis às variações de preços e concentram parte importante da carga de doenças e dos custos associados ao consumo.

O monitoramento poderá ainda identificar respostas utilizadas pela indústria para reduzir o alcance da medida, como mudanças de preço, tamanho de embalagem, formulação ou classificação fiscal. Essas informações serão necessárias para revisar as alíquotas e corrigir brechas que surjam durante a implementação. A experiência internacional mostra que os resultados não dependem apenas da aprovação do imposto, mas de sua atualização regular e da capacidade do Estado de acompanhar alterações no mercado (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022, 2025).

A política tributária precisa, ainda, ser coerente com outras medidas voltadas à alimentação adequada e saudável. A desoneração dos alimentos que integram a cesta básica, o apoio à agricultura familiar, as compras públicas e a revisão de subsídios concedidos à produção de ultraprocessados atuam sobre diferentes componentes dos preços e da disponibilidade dos alimentos. O Imposto Seletivo será mais relevante se fizer parte desse conjunto, em vez de operar como medida isolada.

A destinação de parte das receitas para políticas de saúde, segurança alimentar e nutricional ou ampliação do acesso a alimentos adequados e saudáveis também poderia reforçar a legitimidade social do imposto. Essa vinculação não é condição para que a tributação produza efeitos sobre preços e consumo, mas pode ampliar seus benefícios distributivos e contribuir para financiar políticas voltadas aos grupos mais afetados pela má alimentação e pelas doenças crônicas.

Cumpre enfatizar que esses mesmos fundamentos fiscais se aplicariam à tributação de alimentos ultraprocessados embalados. Modelagens matemáticas desenhadas para o Brasil atestam que a instituição de alíquotas fiscais de 10%, 20% e 50% sobre ultraprocessados seria capaz de evitar o surgimento de 525 mil, 861 mil e 1,8 milhão de novos casos de DCNTs até o ano de 2044, respectivamente (CAMARGO et al., 2026). A calibragem do Imposto Seletivo na reforma tributária brasileira constitui, portanto, uma decisão sanitária relevante, com potencial de proteger a sustentabilidade do SUS, mitigar desigualdades crônicas e assegurar a soberania alimentar e nutricional de toda a população.

Por fim, a definição das regras permanentes exigirá transparência e proteção contra conflitos de interesse. A regulamentação realizada até aqui mostrou a capacidade de setores diretamente afetados para restringir os produtos alcançados e limitar a intensidade da tributação. A publicidade das interações institucionais, a participação da sociedade civil e o uso explícito das evidências científicas serão necessários para preservar a finalidade sanitária do imposto.

Conclusão

Pelo apresentado, fica evidente que os preços dos alimentos resultam de decisões que atravessam a produção, o abastecimento, a tributação, os subsídios e a proteção social. Em consequência, a promoção da alimentação saudável pode beneficiar-se muito de políticas tributárias orientadas para tal, incluindo a sobretaxação de produtos não saudáveis, para desestimular o consumo e aumentar a arrecadação, e a isenção de produtos saudáveis, como alimentos frescos e minimamente processados., para estimular sua produção e consumo.

As evidências científicas e as experiências internacionais convergem quanto ao potencial dos impostos de saúde para reduzir o consumo de bebidas açucaradas, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados, ao mesmo tempo em que geram recursos para políticas públicas. A tributação seletiva atua corrigindo distorções de preços relativos, internalizando custos sociais e sanitários não refletidos nos preços de venda e reduzindo a desvantagem econômica dos alimentos in natura e minimamente processados. Nesse sentido, estudos de modelagem *ex ante* e avaliações de políticas implementadas indicam que impostos bem desenhados podem diminuir compras e consumo, induzir reformulação de produtos e contribuir para a prevenção de obesidade, diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares e outros agravos relacionados à alimentação.

As experiências internacionais demonstram que a eficácia é mais fortemente dependente de sua arquitetura do que da existência formal do imposto. O repasse elevado da tributação ao preço final, alíquotas suficientemente altas, cobrança específica por volume ou por gramas de açúcar (no caso de bebidas açucaradas), atualização automática pela inflação e ampla cobertura de produtos concorrentes são elementos centrais para evitar substituições e preservar o efeito sanitário ao longo do tempo. Casos como o do México, Reino Unido, África do Sul, Chile, Filipinas e Colômbia evidenciam, ainda, que tributos associados outras políticas voltadas ao ambiente alimentar, como a rotulagem frontal, restrições de publicidade e medidas no ambiente escolar produzem resultados mais consistentes do que intervenções fiscais isoladas.

No Brasil, a criação do Imposto Seletivo pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e pela Lei Complementar nº 214/2025 representa uma oportunidade relevante para alinhar a política tributária aos objetivos de proteção da saúde, da segurança alimentar e nutricional e da sustentabilidade do SUS. Entretanto, a restrição inicial da base tributária aos refrigerantes, associada a uma alíquota transitória de apenas 2,6%, limita o alcance da medida e favorece a migração do consumo para bebidas e alimentos com perfis nutricionais igualmente prejudiciais. A definição das alíquotas permanentes, prevista para vigorar a partir de 2028, constitui, portanto, uma decisão estratégica de saúde pública.

Para o Brasil, recomenda-se ampliar a base do Imposto Seletivo de modo a alcançar todas as bebidas com açúcares adicionados, incluindo néctares, chás e cafés prontos, bebidas lácteas adoçadas, refrescos em pó e outras formulações de alta densidade energética. Recomenda-se ainda adotar alíquotas específicas e progressivas, atreladas ao teor de açúcar ou

álcool, com mecanismos automáticos de reajuste pela inflação e pelo crescimento da renda. Além disso, a eliminação de benefícios fiscais que reduzem o preço de bebidas açucaradas e alcoólicas, especialmente aqueles associados à Zona Franca de Manaus, é essencial para assegurar coerência entre a política tributária e as metas sanitárias nacionais. Espera-se, ainda, que, com o tempo, possam ser incorporadas outras bebidas e alimentos ultraprocessados ao Imposto Seletivo, ampliando ainda mais o impacto da política.

A política fiscal deve ser integrada a um conjunto mais amplo de medidas de promoção da alimentação adequada e saudável. Isso inclui a desoneração e o incentivo à produção e ao acesso a alimentos in natura e minimamente processados, o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, a expansão das compras públicas baseadas na Cesta Básica Nacional (isenta de impostos), a regulação da publicidade dirigida a crianças e a melhoria da rotulagem nutricional frontal. A destinação de parte da arrecadação à atenção primária à saúde, à prevenção de doenças crônicas, à segurança alimentar e nutricional e a subsídios para alimentos saudáveis pode reforçar a equidade da intervenção e sua legitimidade social.

Em âmbito global, recomenda-se que os governos avancem na implementação de tributos de saúde com base nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde, priorizando alíquotas suficientes para elevar os preços reais de bebidas açucaradas e alcoólicas, ampla cobertura categorial e monitoramento sistemático dos efeitos sobre preços, consumo, reformulação industrial, substituição de produtos e desigualdades. Para o Brasil, a consolidação do Imposto Seletivo deve preservar sua finalidade sanitária, garantir transparência e participação social no processo regulatório e proteger a decisão pública de conflitos de interesse. Assim, a tributação de produtos nocivos à saúde poderá contribuir para reduzir a carga das doenças crônicas não transmissíveis, proteger a sustentabilidade do SUS e promover o direito humano à alimentação adequada e saudável.

Referências

ANDREYEVA, T. et al. Outcomes following taxation of sugar-sweetened beverages: a systematic review and meta-analysis. JAMA Network Open, Chicago, v. 5, n. 6, e2215276, p. 1-14, 1 jun. 2022. DOI: 10.1001/jamanetworkopen.2022.15276.

BANDY, L. K. et al. Reductions in sugar sales from soft drinks in the UK from 2015 to 2018. BMC Medicine, London, v. 18, art. 20, p. 1-10, 13 jan. 2020. DOI: 10.1186/s12916-019-1477-4.

BASTO-ABREU, A. et al. Estimated reduction in obesity prevalence and costs of a 20% and 30% ad valorem excise tax to sugar-sweetened beverages in Brazil: a modeling study. PLOS Medicine, San Francisco, v. 21, n. 7, e1004399, p. 1-19, 17 jul. 2024. DOI: 10.1371/journal.pmed.1004399.

CAMARGO, J. M. et al. Effect of ultraprocessed foods taxation on overweight prevalence and noncommunicable diseases in Brazil. American Journal of Preventive Medicine, [s. l.], [v. 70, n. 4], p. 1-11, abr. 2026. DOI: 10.1016/j.amepre.2025.108209.

CHONG, B. et al. Trends and predictions of malnutrition and obesity in 204 countries and territories: an analysis of the Global Burden of Disease Study 2019. eClinicalMedicine, v. 57, n. February, p. 101850, 2023.

COLCHERO, M. A. et al. In Mexico, evidence of sustained consumer response two years after implementing a sugar-sweetened beverage tax. Health Affairs, Bethesda, v. 36, n. 3, p. 564-571, mar. 2017. DOI: 10.1377/hlthaff.2016.1231.

COLÔMBIA. Ley 2277, de 13 de diciembre de 2022. Por medio de la cual se adopta una reforma tributaria para la igualdad y la justicia social y se dictan otras disposiciones. Bogotá: Congreso de la República, 2022. Art. 54. Disponível em: https://leyonline.co/laws/ley-2277-de-2022/articulo-54. Acesso em: 6 nov. 2026.

DOBBS, R. et al. Overcoming obesity : An initial economic analysisMcKinsey Global Institute. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/~/media/McKinsey/Business Functions/Economic Studies TEMP/Our Insights/How the world could better fight obesity/MGI_Overcoming_obesity_Full_report.ashx>.

ESSMAN, M. et al. Taxed and untaxed beverage intake by South African young adults after a national sugar-sweetened beverage tax: a before-and-after study. PLOS Medicine, San Francisco, v. 18, n. 5, e1003574, p. 1-18, 25 maio 2021. DOI: 10.1371/journal.pmed.1003574.

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 - Addressing high food price inflation for food security and nutrition. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/18053f75-4c71-4a35-a0d9-1eb2fe204364>.

FINKELSTEIN, E. A. et al. Food Prices and Obesity: A Review. Advances in Nutrition, v. 5, n. 6, p. 818–821, 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO) et al. The state of food security and nutrition in the world 2026. Rome: FAO, 2026.

HEADEY, D.; RUEL, M. Food inflation and child undernutrition in low and middle income countries. Nature Communications, v. 14, p. 5761, 2023.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE-FSN). Critical, emerging and enduring issues for food security and nutrition. Rome: Committee on World Food Security, 2026.

IHME. Global burden of disease 2019, 2025. Disponível em: <https://vizhub.healthdata.org/gbd-compare>

JOHNSTONE, A.; LONNIE, M. The cost-of-living crisis is feeding the paradox of obesity and food insecurities in the UK. Obesity, v. 31, n. 6, p. 1461–1462, 2023.

JUNIOR, V. P. A Inflação de Alimentos no Brasil. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://actbr.org.br/wp-content/uploads/2026/03/INFLACAO-DE-ALIMENTOS-NO-BRASIL.pdf>.

LANE, M. M. et al. Ultra-processed food exposure and adverse health outcomes: umbrella review of epidemiological meta-analyses. BMJ, London, v. 384, e077310, p. 1-17, 28 fev. 2024. DOI: 10.1136/bmj-2023-077310.

MAIA, E. G. et al. What to expect from the price of healthy and unhealthy foods over time? The case from Brazil. Public Health Nutrition, v. 23, n. 4, p. 579–588, 2020.

MIRZABAEV, A. et al. Severe climate change risks to food security and nutrition. Climate Risk Management, v. 39, n. December 2022, p. 100473, 2023.

MONTEIRO, C. A. et al. Ultra-processed foods and human health: the main thesis and the evidence. The Lancet, London, v. 406, n. 10520, p. 2667-2684, 6 dez. 2025. DOI: 10.1016/S0140-6736(25)01565-X.

NILSON, E. A. F. et al. Custos atribuíveis a obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde, Brasil, 2018. Revista Panamericana de Salud Pública, Washington, D.C., v. 44, e32, p. 1-7, abr. 2020. DOI: 10.26633/RPSP.2020.32.

NILSON, E. A. F. et al. The projected burden of non-communicable diseases attributable to overweight in Brazil from 2021 to 2030. Scientific Reports, London, v. 12, n. 1, art. 22483, p. 1-9, 28 dez. 2022. DOI: 10.1038/s41598-022-26739-1.

NUCCI, L. B. et al. Impact of fiscal policy for sugar-sweetened beverages on reducing the burden of disease and healthcare costs in Brazil: a simulation study. Nutrients, Basel, v. 18, n. 3, art. 435, p. 1-13, 28 jan. 2026. DOI: 10.3390/nu18030435.

OECD. Obesity Update 2017. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.oecd.org/health/health-systems/Obesity-Update-2017.pdf>.

ONAGAN, F. C. C.; HO, B. L. C.; CHUA, K. K. T. Development of a sweetened beverage tax, Philippines. Bulletin of the World Health Organization, Geneva, p. 1-6, 1 dez. 2018. DOI: 10.2471/BLT.18.220459.

PALMIERI JÚNIOR, V. Comida de verdade mais cara, produtos ultraprocessados mais baratos: a evolução dos preços de alimentos no Brasil e os impactos na alimentação saudável. São Paulo: ACT Promoção da Saúde, 2026.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). Excise taxes on sugar-sweetened beverages in Latin America and the Caribbean. Washington, D.C.: PAHO, 16 mar. 2021a. Disponível em: https://www.paho.org/en/documents/excise-taxes-sugar-sweetened-beverages-latin-america-and-caribbean. Acesso em: 6 nov. 2026.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). Sugar-sweetened beverage taxation in the Region of the Americas. Washington, D.C.: PAHO, 10 fev. 2021b. Disponível em: https://www.paho.org/en/node/78468. Acesso em: 6 nov. 2026.

PANCRAZI, R.; RENS, T. VAN; VUKOTIĆ, M. How distorted food prices discourage a healthy diet. Science Advances, v. 8, n. 13, p. 1–11, 2022.

PASSOS, C. M. D. C. M. DOS et al. Association between the price of ultra-processed foods and obesity in Brazil. Nutrition, Metabolism and Cardiovascular Diseases, v. 30, n. 4, p. 589–598, 12 abr. 2020.

SEFERIDI, P. et al. Global inequalities in the double burden of malnutrition and associations with globalisation: a multilevel analysis of Demographic and Health Surveys from 55 low-income and middle-income countries, 1992–2018. The Lancet Global Health, v. 10, n. 4, p. e482–e490, 2022.

SILVA, B. F. da et al. Costs of obesity attributable to the consumption of sugar-sweetened beverages in Brazil. Scientific Reports, London, v. 14, n. 1, art. 13936, p. 1-10, 17 jun. 2024. DOI: 10.1038/s41598-024-59991-8.

SOLIMAN, A. et al. Early and long-term consequences of nutritional stunting: From childhood to adulthood. Acta Biomedica, v. 92, n. 1, p. 1–12, 2021.

SWINBURN, B. A. et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. The Lancet, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

TAILLIE, L. S. et al. An evaluation of Chile's Law of Food Labeling and Advertising on sugar-sweetened beverage purchases from 2015 to 2017: a before-and-after study. PLOS Medicine, San Francisco, v. 17, n. 2, e1003015, p. 1-17, 11 fev. 2020. DOI: 10.1371/journal.pmed.1003015.

THE WORLD BANK. An overview of liks between obesity and food systems - Implications for the food and agriculture global practice agenda. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/222101499437276873/pdf/117200-REVISED-WP-Obesity-Overview-Web-PUBLIC-002.pdf>.

VITAL STRATEGIES. Consumo de bebida alcoólica custa ao Brasil R$ 18,8 bilhões por ano e é responsável por 12 mortes por hora. São Paulo: Vital Strategies, 6 nov. 2024. Disponível em: https://www.vitalstrategies.org/news/consumo-de-bebida-alcoolica-custa-ao-brasil-r-188-bilhoes-por-ano-e-e-responsavel-por-12-mortes-por-hora/. Acesso em: 6 nov. 2026.

VOXDEV. Rising food prices are putting children in harm's way. Disponível em: <https://voxdev.org/topic/health/rising-food-prices-are-putting-children-harms-way>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Cheaper drinks will see a rise in noncommunicable diseases and injuries. Geneva: WHO, 13 jan. 2026a. Disponível em: https://www.who.int/news/item/13-01-2026-cheaper-drinks-will-see-a-rise-in-noncommunicable-diseases-and-injuries. Acesso em: 6 nov. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Fifteen years of tobacco tax reform show countries can make harmful products less affordable. Geneva: WHO, 30 set. 2026b. Disponível em: https://www.who.int/news/item/30-09-2026-fifteen-years-of-tobacco-tax-reform-show-countries-can-make-harmful-products-less-affordable. Acesso em: 6 nov. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global report on the use of alcohol taxes, 2025. Geneva: WHO, 13 jan. 2026c. 54 p. ISBN 978-92-4-011892-8. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240118928. Acesso em: 6 nov. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global report on the use of sugar-sweetened beverage taxes, 2025. Geneva: WHO, 13 jan. 2026d. 50 p. ISBN 978-92-4-011894-2. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240118942. Acesso em: 6 nov. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Raising taxes on tobacco. Geneva: WHO, [2026]. Disponível em: https://www.who.int/activities/raising-taxes-on-tobacco. Acesso em: 6 nov. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). WHO technical manual on alcohol tax policy and administration. Geneva: WHO, 2023. Disponível em: https://iris.who.int/handle/10665/374284. Acesso em: 6 nov. 2026.

WORLD OBESITY FEDERATION. Atlas Mundial da Obesidade 2025. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.worldobesity.org/resources/resource-library/world-obesity-atlas-2025>.

WORLD OBESITY FEDERATION. World Obesity Atlas 2025. London: World Obesity Federation, 2025.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento Participa da Reunião dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

El Banco Interamericano de Desarrollo Participa en la Reunión de Bancos Multilaterales de Desarrollo

The Inter-American Development Bank Participates in the Meeting of Multilateral Development Banks

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: Em Manila, nas Filipinas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento participou da reunião dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs). As lideranças das instituições financeiras discutiram sobre como apoiar os países em desenvolvimento e os clientes com financiamento de maior impacto, auxiliando no enfrentamento de desafios. A avaliação dos seus progressos dos últimos meses também foi realizada.

Palavras-chave: BID; Bancos Multilaterais de Desenvolvimento; Cooperação; Desenvolvimento.

Resumen: *En Manila, Filipinas, el Banco Interamericano de Desarrollo participó en la reunión de Bancos Multilaterales de Desarrollo (BMD). Los líderes de estas instituciones financieras analizaron cómo apoyar a los países en desarrollo y a sus clientes con financiamiento de mayor impacto, ayudándoles a afrontar sus desafíos. Asimismo, se realizó una evaluación de sus avances durante los últimos meses.*

Palabras clave: *BID; Bancos Multilaterais de Desarollo; Cooperación; Desarolllo.*

Abstract: *In Manila, Philippines, the Inter-American Development Bank participated in the meeting of Multilateral Development Banks (MDBs). Leaders from these financial institutions discussed how to support developing countries and clients with higher-impact financing, helping them address challenges. An assessment of their progress over the past few months was also conducted.*

Keywords: *IADB; Multilateral Development Banks; Cooperation; Development.*

A Avaliação de Progressos dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Ilan Goldfajn se reuniu com as demais lideranças da coalizão dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) na sede do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), em Manila, Filipinas. Os principais motivos da reunião foram a ampliação do financiamento para promover maior impacto no auxílio aos países em desenvolvimento diante de um cenário global tão desafiador e a avaliação do impacto das ações feitas pelas instituições.

Primeiramente, as lideranças dos BMDs reiteraram o fornecimento de apoio financeiro e analítico, com o objetivo de salvaguardar as "populações vulneráveis e sustentar o investimento em empregos e crescimento resiliente a longo prazo" diante das difíceis condições macroeconômicas, do espaço fiscal reduzido, dos desastres e dos conflitos atuais.

Após este compromisso, as lideranças dos BMDs revisaram o progresso das suas medidas em setores considerados essenciais para os países "criarem resiliência, empregos e se beneficiar de tecnologias emergentes". Os principais setores avaliados foram: a mobilização do capital privado e as ações sobre o clima, a natureza, a água, os minerais críticos, a energia nuclear e a inteligência artificial (IA).

A mobilização do capital privado foi bem avaliada pelas lideranças dos BMDs. De acordo com o BID, foi constatado que houve um progresso significativo na mobilização do capital privado, onde foram promovidas ações conjuntas sobre quais deveriam ser as principais prioridades de desenvolvimento e melhoria da eficiência do sistema, com o intuito de gerar "maior impacto e escala, de acordo com o mandato, estratégia e modelo operacional de cada instituição". A adoção de uma metodologia aplicável aos BMDs, que busca medir a mobilização do capital privado foi elogiada pelas lideranças presentes. O *Guia de Referência de Mobilização*, que foi criado para ajudar na elaboração de relatórios mais "consistentes e abrangentes", também recebeu cumprimentos. Os presidentes afirmaram que a partir de 2027, os resultados das suas ações serão reportados na nova metodologia.

Ainda sobre a mobilização do capital privado, as lideranças mostraram entusiasmo com a iniciativa dos BMDs em distribuir/compartilhar ativos, buscando aumentar "o acesso de investidores institucionais a ativos originados pelos Bancos e mobilizar capital privado em maior escala para o desenvolvimento". Na mesma sessão, o *Fundo Conjunto de Dívida dos BMDs*, que foi desenvolvido e aprovado pelos líderes após a consulta ao mercado com gestores globais de ativos, ganhou força para ser oficialmente lançado. Outras ações elogiadas foram anunciadas durante o evento:

Financiamento em moeda local	Incentivo na continuidade dos esforços para ampliar o financiamento em moeda local e as soluções de mitigação de risco cambial, reduzindo descasamentos de moeda e aprofundando os mercados financeiros domésticos em economias emergentes e em desenvolvimento.
Financiamento concessional	Mapeamento do uso de recursos concessionais e de financiamento misto (blended finance) pelos BMDs em suas operações públicas e privadas. Também ressaltaram a importância da capacidade dos BMDs de oferecer financiamento altamente concessional aos países e clientes mais pobres e vulneráveis.
Reformas do Marco de	Os Presidentes saudaram a publicação do Relatório Comparativo dos BMDs de 2026 e o avanço contínuo na implementação das recomendações do G20 sobre adequação de capital e de inovações financeiras que, desde 2023, resultaram em

Adequação de Capital	uma capacidade adicional de financiamento dos BMDs de US$ 792 bilhões ao longo da próxima década. Também saudaram os avanços do Fórum Global de Risco e Finanças dos BMDs em direção a marcos de adequação de capital mais comparáveis.
Base Global de Dados de Risco de Mercados Emergentes (GEMs).	Publicação dos três Relatórios de Estatísticas de Inadimplência e Recuperação de 2026 do Consórcio GEMs e a primeira inclusão de dados de spreads contratuais por parte de um grupo das 28 instituições membros do GEMs. Essas evidências, agora acessíveis ao público em diversas plataformas, podem impulsionar o financiamento em mercados emergentes ao ajudar investidores a avaliar riscos de crédito com maior precisão.

Fonte: BID, 2026.

Em relação às ações sobre o clima, a natureza e a água, as lideranças dos BMDs se pronunciaram sobre os progressos feitos nestas áreas. Na área climática, as lideranças apresentaram uma estreita colaboração das instituições em direção à COP 31 e afirmaram apoio à liderança dos governos da Turquia e da Austrália, que visam promover as indústrias verdes que estimulem o desenvolvimento e a criação de empregos, "na construção de sistemas energéticos mais limpos e resilientes por meio da diversificação das fontes de energia, da aceleração da eletrificação e da melhoria da eficiência energética e no fortalecimento da adaptação e da resiliência de empresas". Os presidentes mostraram progresso através do *Programa Conjunto de Estratégias de Longo Prazo dos BMDs,* que visa ajudar os países na transformação das suas prioridades climáticas e de desenvolvimento contínuo em implementação e investimentos através de 30 iniciativas regionais, nacionais, setoriais e subnacionais.

Sobre as ações para a natureza, os presidentes anunciaram a implementação dos *Princípios Comuns para o Rastreamento de Financiamento para a Natureza,* que tem como objetivos o monitoramento de forma constante dos investimentos focados para a natureza, progresso no financiamento para a natureza e biodiversidade e relatórios que meçam o impacto das ações. A respeito das ações para o fornecimento de água, os presidentes anunciaram a publicação do "segundo Relatório Conjunto dos BMDs sobre Financiamento para Segurança Hídrica e os avanços da iniciativa *Water Forward*, ambos a serem destacados na Conferência das Nações Unidas sobre Água, em dezembro de 2026".

Os presidentes dos BMDs apresentaram progressos importantes nas áreas dos minerais críticos, da energia nuclear e da IA:

Minerais críticos	Adoção do Marco de Colaboração dos BMDs para minerais críticos visa apoiar cadeias de valor diversificadas, resilientes e responsáveis, ampliar a agregação de valor local, acelerar investimentos do setor privado e gerar empregos. O Marco fortalece a cooperação em áreas-chave, incluindo políticas e governança, infraestrutura habilitadora e cadeias de valor regionais, preparação e financiamento de projetos e desenvolvimento de mercado.
Energia Nuclear	Lançamento da Plataforma das Instituições Financeiras Internacionais para Energia Nuclear para o Desenvolvimento, que oferece um mecanismo para que as instituições participantes coordenem financiamento e assistência técnica de acordo com seus respectivos mandatos e políticas.
Inteligência Artificial	Lançamento do Repositório de Casos de Uso de IA, da Academia de IA para Governos, da Ferramenta de Autoavaliação de Riscos em IA e de uma futura Nota para Profissionais, que promovem o compartilhamento de conhecimento, o fortalecimento de capacidades e a avaliação e gestão de riscos.

Fonte: BID, 2026.

As lideranças dos BMDs afirmaram que houve progresso na implementação da abordagem que visa facilitar o financiamento conjunto para clientes e para os países. Anunciaram que isso somente foi possível devido às novas políticas e aos novos procedimentos operacionais, com a finalidade de diminuir as duplicações que existiam.

Considerações Finais

Ao finalizar a reunião, as lideranças dos BMDs mostraram "a importância da ação multilateral em desafios compartilhados" ao reafirmarem o compromisso de estreita cooperação. As lideranças discorreram sobre como as diretrizes da agenda comum podem ajudar nas iniciativas do Grupo dos Vinte (G20) para 2027, que será presidida pelo Reino Unido.

***

A saber, o BID divulgou que vai ampliar a sua capacidade adicional de empréstimo nos próximos dez anos em US$ 138 bilhões, com o intuito de apoiar o desenvolvimento da América Latina e do Caribe (ALC), focando em impactar nas reformas institucionais e na inovação financeira.

Em Manila, o BID apresentou que "a margem de empréstimo adicional aumentou 68% este ano, de US$ 82 bilhões para US$ 138 bilhões em uma década, excedendo as projeções iniciais". Isso significa que este aumento só foi possível devido às reformas de adequação de capital e aos critérios revistos pela agência de classificação de crédito. De acordo com a instituição financeira, "os US$ 138 bilhões em espaço adicional do BID representam quase 20% dos US$ 792 bilhões em capacidade de empréstimo adicional", que foram expostos pelas lideranças dos BMDs durante a reunião.

Goldfajn pontuou que o aumento da capacidade de empréstimo significa que as medidas implementadas – adequação de capital, gestão de risco de forma prudente e inovação – poderão ajudar os BMDs a responderem melhor a demanda de seus projetos, aumentando o impacto e a manutenção da saúde financeira.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Declaração conjunta dos presidentes dos BMDs: Avançando a ação conjunta em meio à incerteza global [acesso em 9 nov 2026]. Disponível em: https://www.iadb.org/pt-br/noticias/declaracao-conjunta-dos-presidentes-dos-bmds-avancando-acao-conjunta-em-meio-incerteza-global

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Grupo BID amplia capacidade adicional de empréstimo para US$ 138 bilhões para apoiar o desenvolvimento na América Latina e no Caribe [acesso em 9 nov 2026]. Disponível em: https://www.iadb.org/pt-br/noticias/grupo-bid-amplia-capacidade-adicional-de-emprestimo-para-us-138-bilhoes-para-apoiar-o

Cooperação multilateral e desenvolvimento desigual no comércio sustentável: subsídios à pesca, produção local de tecnologias em saúde, propriedade intelectual e inteligência artificial e comércio baseado na biodiversidade

Cooperación multilateral y desarrollo desigual en el comercio sostenible: subsidios a la pesca, producción local de tecnologías de salud, propiedad intelectual e inteligencia artificial, y comercio basado en la biodiversidad

Multilateral Cooperation and Uneven Development in Sustainable Trade: Fisheries Subsidies, Local Production of Health Technologies, Intellectual Property and Artificial Intelligence, and Biodiversity-Based Trade

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este informe analisa quatro iniciativas de organizações multilaterais sediadas em Genebra que articulam comércio, propriedade intelectual e sustentabilidade: a agenda da OMC para uma economia oceânica resiliente, ancorada no Acordo sobre Subsídios à Pesca; o simpósio conjunto OMS–OMPI–OMC sobre produção local de tecnologias em saúde; o Fórum Global da OMPI sobre Propriedade Intelectual e Inteligência Artificial; e a análise da UNCTAD sobre comércio baseado na biodiversidade, que superou US$3,8 trilhões em 2024. Com base em documentos oficiais, adota uma abordagem descritivo-analítica. África e América Latina e Caribe, com cerca de dois terços da biodiversidade mundial, responderam por apenas 3% e 11% dessas exportações. Tarifas, medidas não tarifárias, padrões de sustentabilidade e financiamento condicionam a capacidade de agregar valor nos países em desenvolvimento. O informe conclui que coerência de políticas, transferência de tecnologia, financiamento acessível e repartição equitativa de benefícios são decisivos para converter a cooperação multilateral em capacidade produtiva duradoura.

Palavras-chave: comércio multilateral; propriedade intelectual; inteligência artificial; biodiversidade; economia oceânica; sustentabilidade; produção local de tecnologias em saúde; países em desenvolvimento; agregação de valor; cooperação internacional.

***Resumen**: Este informe analiza cuatro iniciativas de organizaciones multilaterales ginebrinas que articulan comercio, propiedad intelectual y sostenibilidad: la agenda de la OMC para una economía oceánica resiliente, sustentada en el Acuerdo sobre Subvenciones a la Pesca; el simposio conjunto OMS–OMPI–OMC sobre producción local de tecnologías sanitarias; el Foro Mundial de la OMPI sobre Propiedad Intelectual e Inteligencia Artificial; y el análisis de UNCTAD sobre comercio basado en la biodiversidad, que superó US$3,8 billones en 2024. Apoyándose en documentos oficiales, adopta un enfoque descriptivo-analítico. África y América Latina y el Caribe, con unos dos tercios de la biodiversidad mundial, representaron solo 3% y 11% de esas exportaciones. Aranceles, medidas no arancelarias, estándares de sostenibilidad y financiación condicionan la capacidad de añadir valor en países en desarrollo. Concluye que coherencia de políticas, transferencia de tecnología, financiación asequible y reparto equitativo de beneficios son decisivos para convertir la cooperación multilateral en capacidad productiva duradera.*

Palabras clave: *comercio multilateral; propiedad intelectual; inteligencia artificial; biodiversidad; economía oceánica; sostenibilidad; producción local de tecnologías sanitarias; países en desarrollo; valor añadido; cooperación internacional.*

Abstract: *This report provides an analysis of four initiatives by Geneva-based multilateral organisations that link trade, intellectual property and sustainability: the World Trade Organization's agenda for a resilient ocean economy, anchored in the Agreement on Fisheries Subsidies; the symposium jointly organised by WHO, WIPO and WTO on local production of health technologies; the World Intellectual Property Organization's Global Forum on Intellectual Property and Artificial Intelligence; and UNCTAD's analysis of biodiversity-based trade, which exceeded US$3.8 trillion in 2024. Drawing on official documents, it adopts a descriptive and analytical approach. Africa and Latin America and the Caribbean, home to about two-thirds of global biodiversity, accounted for only 3% and 11% of these exports. Tariffs, non-tariff measures, sustainability standards and financing shape the capacity to add value in developing countries. The report concludes that policy coherence, technology transfer, accessible finance and equitable benefit sharing are decisive for turning multilateral cooperation into lasting productive capacity.*

Keywords: *multilateral trade; intellectual property; artificial intelligence; biodiversity; ocean economy; sustainability; local production of health technologies; developing countries; value addition; international cooperation.*

Comércio e cooperação multilateral para uma economia oceânica sustentável e resiliente

O papel do comércio e das parcerias internacionais na construção de uma economia oceânica sustentável e resiliente foi o tema central do evento *Trade, Biodiversity and the Ocean Economy: Pathways to Resilience*, realizado na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 5 de novembro de 2026, e organizado conjuntamente por Bélgica, Fiji e Portugal. Em seu discurso, a diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, defendeu que os oceanos constituem um bem comum global cuja gestão se beneficia de abordagens multilaterais, destacando a necessidade de ampliar o apoio às economias costeiras e insulares. Avaliada em US$ 2,6 trilhões e responsável por aproximadamente 133 milhões de empregos, a economia oceânica sustenta atividades essenciais ao comércio, à segurança alimentar e aos meios de subsistência, enquanto mais de 80% das mercadorias comercializadas mundialmente são transportadas por via marítima. Nesse contexto, a diretora-geral apresentou a sustentabilidade como condição para a prosperidade e advertiu que a perda de biodiversidade marinha ameaça essas atividades. Ressaltou também que, apesar das turbulências geopolíticas, 72% do comércio mundial de mercadorias ainda ocorre sob as condições de nação mais favorecida da OMC. Como resultado concreto da contribuição do sistema multilateral de comércio para a sustentabilidade dos oceanos, destacou o Acordo sobre Subsídios à Pesca, em vigor desde setembro de 2025 e primeiro acordo da organização a ter a sustentabilidade ambiental como elemento central. O instrumento proíbe subsídios à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, à pesca de estoques sobre-explorados e à pesca em alto-mar não regulamentada. Para aprofundar essas disciplinas, instou os membros a concluir as negociações remanescentes sobre subsídios à pesca, conhecidas como "Fish 2" (OMCa, 2026).

A diretora-geral enfatizou, ainda, que as economias insulares e costeiras precisam avançar nas cadeias de valor da economia oceânica mediante maior acesso a tecnologias, qualificação, infraestrutura e financiamento, de modo a ampliar sua capacidade de processar

produtos, obter certificações e alcançar mercados. Entre os instrumentos disponíveis, mencionou o Acordo sobre Facilitação do Comércio, que favorece a circulação transfronteiriça rápida de produtos perecíveis; o Diálogo da OMC sobre Poluição por Plásticos, que aborda questões como os plásticos de uso único e o acesso a tecnologias de gestão de resíduos; as discussões sobre sustentabilidade ambiental e acesso a bens e serviços necessários à transição verde; e iniciativas de desenvolvimento como o Quadro Integrado Reforçado e o Fundo para a Aplicação de Normas e o Desenvolvimento do Comércio. No campo das parcerias, destacou o Geneva Nexus, grupo informal de compartilhamento de conhecimentos estabelecido em junho de 2026 pela Missão Permanente de Portugal e outras missões junto às Nações Unidas em Genebra, com foco nas conexões entre governança dos oceanos, comércio, biodiversidade, saúde e segurança alimentar. Seus organizadores promoveram sessões com a Organização Mundial da Saúde, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a OMC, a ONU Comércio e Desenvolvimento, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, a União Internacional para a Conservação da Natureza e o WWF. Ao concluir, Okonjo-Iweala convocou os parceiros a intensificar a cooperação, reunir os recursos disponíveis em Genebra e transformar essas conexões em ações concretas. O pronunciamento foi seguido por um painel com especialistas de organizações parceiras do Geneva Nexus, moderado por Yuvan Beejadhur, assessor sênior da diretora-geral da OMC (OMCa, 2026).

OMS, OMPI e OMC realizarão simpósio sobre produção local e regional de tecnologias em saúde

A Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) realizarão, em 25 de novembro de 2026, o 13º Simpósio Técnico Conjunto, dedicado aos ecossistemas favoráveis à produção local e regional de produtos de saúde e ao papel do comércio, da propriedade intelectual, da inteligência artificial e da inovação digital. O evento será sediado pela OMS no Centro Internacional de Conferências de Genebra (CICG). A iniciativa parte do reconhecimento de que a produção local e regional pode, sob condições adequadas, contribuir para o acesso sustentável a tecnologias em saúde com qualidade assegurada, seguras, eficazes e a preços acessíveis, além de fortalecer a segurança e a resiliência das cadeias de suprimentos e promover a inovação. Esses benefícios, contudo, dependem de um conjunto de condições que inclui sistemas eficazes de regulação sanitária, investimento sustentável, capacidade de absorção tecnológica, coerência entre legislações e políticas de comércio e propriedade intelectual, colaboração entre os atores envolvidos e acesso aos mercados regionais e globais. Com base em suas competências complementares, as três organizações buscarão promover o diálogo sobre políticas de saúde, propriedade intelectual e comércio capazes de sustentar esses ecossistemas. As discussões abordarão as condições necessárias ao desenvolvimento da produção local e regional; os desafios relacionados à demanda que afetam sua viabilidade comercial; as contribuições dos diferentes atores, inclusive por meio da cooperação, da integração regional, das parcerias e da transferência de tecnologia; as lições de experiências nacionais e regionais, considerando seus êxitos, dificuldades e respostas adotadas; e o potencial e os desafios das novas tecnologias, da saúde digital e da inteligência artificial para fortalecer as capacidades de inovação e produção de tecnologias em saúde (OMCb, 2026).

A abertura contará com os diretores-gerais da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus; da OMPI, Daren Tang; e da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, seguida de uma conferência principal e de três painéis temáticos. O primeiro examinará o fortalecimento da inovação e da produção local

e regional em saúde mediante a incorporação de objetivos de saúde pública às políticas globais, regionais e nacionais. O segundo discutirá como os marcos de propriedade intelectual podem favorecer ecossistemas de inovação e produção local e regional, incluindo as oportunidades e os desafios associados à inteligência artificial e às tecnologias digitais. O terceiro explorará o papel do comércio na viabilização da produção local e regional e na consolidação de cadeias de suprimentos robustas. A programação articula, assim, as dimensões sanitária, tecnológica, jurídica e comercial necessárias à construção e à manutenção desses ecossistemas. A participação será aberta ao público, com inscrições on-line até 23 de novembro de 2026. O simpósio ocorrerá presencialmente no CICG, com possibilidade de participação virtual mediante solicitação, e será realizado exclusivamente em inglês (OMCb, 2026).

Fórum Global da OMPI sobre PI e IA

O *First Global Forum on Intellectual Property and Artificial Intelligence*, convocado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) realizou-se em 9 e 10/11/2026 na sede da organização, em Genebra, em formato híbrido. Primeiro de uma série de encontros anuais, o fórum pretende oferecer aos Estados-membros e às demais partes interessadas um espaço permanente para a troca de experiências e a construção de entendimento comum sobre as questões jurídicas e de política que a inteligência artificial (IA) levanta no conjunto dos direitos de propriedade intelectual (PI), das patentes e do direito de autor às marcas, aos desenhos industriais e aos segredos de negócio (OMPI, 2026a; 2026b).

Mandato, formato e presidência

O fórum não tem função normativa, pois as discussões e decisões sobre normas permanecem na alçada dos comitês permanentes da OMPI. Ele sucede a *WIPO Conversation on IP and Frontier Technologies,* lançada em 2019 e que reuniu cerca de 20 mil participantes, num formato mais focado e conduzido pelos Estados-membros, e será seguido, em 11/11/2026, pela primeira reunião anual do AI Infrastructure Interchange (AIII), instância separada dedicada a questões técnicas e operacionais como metadados, marcas d'água e identificadores (OMPI, 2026b).

O fórum é presidido por Kairat Torebayev, representante permanente do Cazaquistão junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a outras organizações econômicas internacionais, que apresentou em 02/10/2026 aos embaixadores dos Estados-membros, ao lado do subdiretor-geral da OMPI Kenichiro Natsume, os objetivos e o programa do encontro. Segundo a missão cazaque, a pauta abrange o uso de obras e dados no desenvolvimento da IA, a proteção dos interesses de autores e inventores e a distribuição do valor econômico gerado pelas novas tecnologias, e os embaixadores enfatizaram na ocasião a ampliação do acesso à tecnologia, o fortalecimento das capacidades nacionais, a redução do fosso digital e a abertura de oportunidades de participação na inovação para países em desenvolvimento e de menor porte. Torebayev afirmou que a PI "está se tornando um dos principais instrumentos de desenvolvimento econômico na era da IA" (CAZAQUISTÃO, 2026).

Programa provisório

O programa provisório alterna palestras curtas, demonstrações do uso da IA por pequenas empresas e jovens inovadores de países em desenvolvimento (do Chile e da Guiné, entre outros) e painéis de alto nível, reservando ao fim de cada dia um período para intervenções de Estados-membros e observadores. A sessão principal do primeiro dia pergunta

se ainda se sustentam as justificativas do sistema de PI (incentivo à criação e à inovação, difusão do conhecimento, desenvolvimento econômico, preservação cultural e interesse público), pondo à prova o equilíbrio entre incentivos, concorrência e acesso e considerando a hipótese de que seus fundamentos precisem ser repensados (OMPI, 2026c).

O segundo dia trata do uso de IA pelos escritórios de PI, da autoria e da condição de inventor em resultados produzidos com assistência de IA e das questões de PI subjacentes aos modelos, examinando em conjunto os dados de treinamento, as formas de proteção dos modelos (abertos, de pesos abertos e fechados) e suas aplicações, temas que, observa o programa, costumam ser debatidos em trilhas separadas (OMPI, 2026c).

Comércio baseado na biodiversidade

A edição de outubro de 2026 do Global Trade Update, intitulada 'Can developing countries unlock the potential of biodiversity?' examina como tarifas, medidas não tarifárias, padrões de sustentabilidade e acesso a financiamento condicionam o grau de processamento e a sustentabilidade das exportações de produtos baseados na biodiversidade e determinam quem se apropria do valor que elas geram. O documento foi preparado tendo em vista a Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade de 2026, que reuniu a 17ª Conferência das Partes (COP17) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em Ierevan, na Armênia (UNCTAD, 2026).

Valor exportado e concentração regional

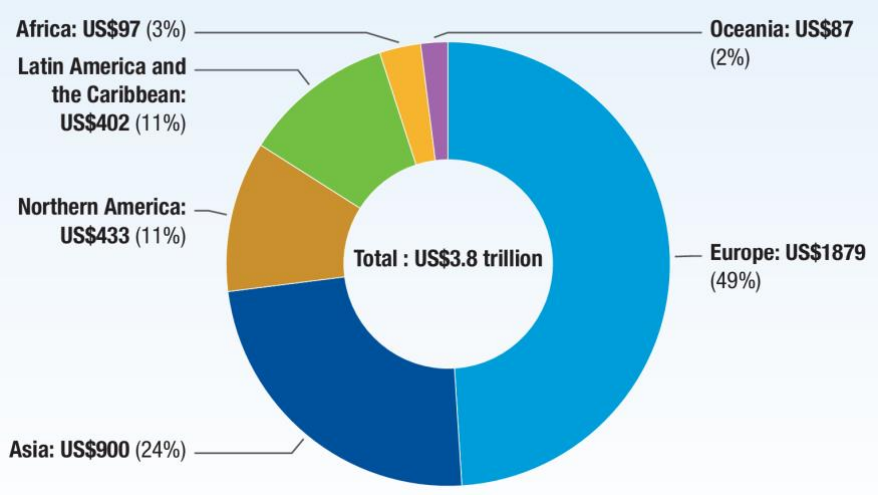
Cerca de 1.800 produtos baseados na biodiversidade (alimentos, bebidas, ingredientes naturais e fibras, entre outros produtos de origem biológica, excluídos minerais, minérios e metais) somaram exportações de quase US$ 3,8 trilhões em 2024, o equivalente a 17,3% do comércio mundial de mercadorias[1]. As economias europeias responderam por 49% dessas exportações (US$ 1.879 bilhões) e as asiáticas por 24% (US$ 900 bilhões), ao passo que o conjunto dos países em desenvolvimento ficou com cerca de 35% (UNCTAD, 2026).

A África e a América Latina e Caribe abrigam aproximadamente dois terços da biodiversidade do planeta, mas responderam em 2024 por apenas 3% (US$ 97 bilhões) e 11% (US$ 402 bilhões), respectivamente, das exportações mundiais desses produtos, parcela que, no caso latino-americano, se aproxima da norte-americana (US$ 433 bilhões) (UNCTAD, 2026).

Para essas duas regiões, os produtos baseados na biodiversidade pesam bastante no comércio exterior, chegando a 28% do comércio de mercadorias (exportações e importações) da América Latina e Caribe, a maior proporção entre as regiões, e a 19% do africano, contra 24% na Europa, 23% na Oceania, 16% na América do Norte e 10% na Ásia. A UNCTAD lê a combinação de grande dotação de biodiversidade e participação modesta nas exportações mundiais como sinal de oportunidades não realizadas de agregação de valor e diversificação, e sustenta que a política comercial deve buscar, além da expansão desse comércio, sua contribuição para a diversificação econômica, a agregação local de valor e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do uso dos recursos biológicos (UNCTAD, 2026).

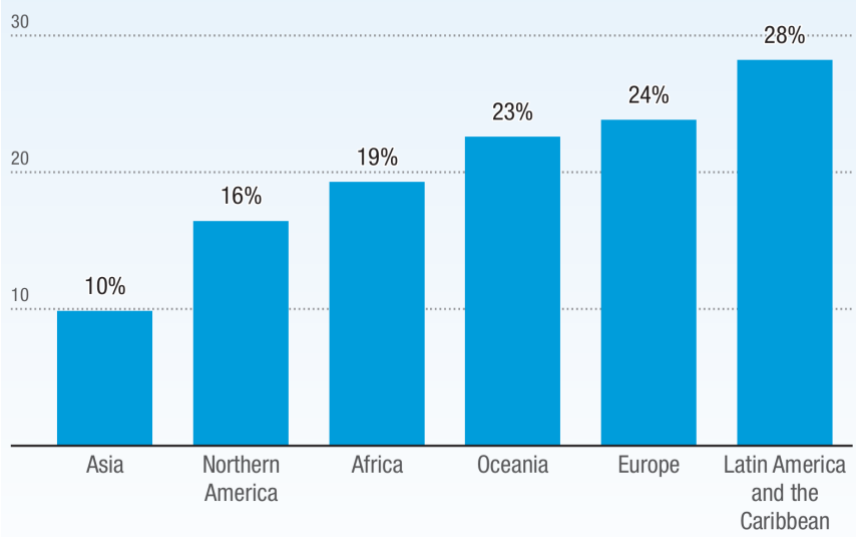
[1] Segundo dados ainda provisórios em 20/07/2026.

Figura 1: Exportações de produtos baseados na biodiversidade por região, 2024 (US$ bilhões e participação no total mundial, %)



Fonte: UNCTAD, 2026.

Figura 2: Comércio de produtos baseados na biodiversidade como proporção do comércio total de mercadorias, por região, 2024 (%)



Fonte: UNCTAD, 2026.

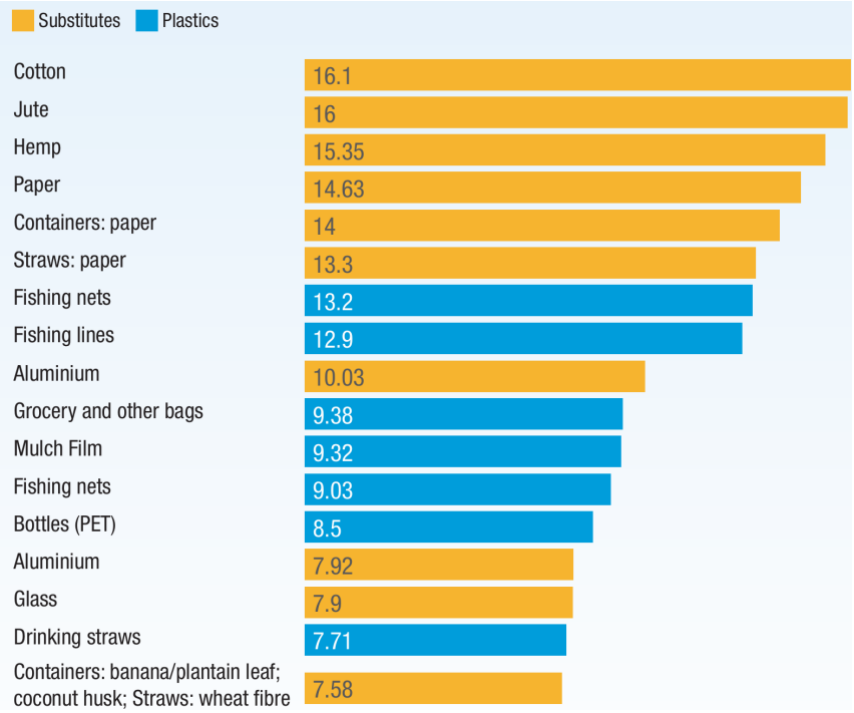
O BioTrade, subconjunto desse comércio orientado por critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, dá a medida da distância a percorrer: as vendas reportadas, nos mercados doméstico e externo, por empresas e associações que aplicam os Princípios e Critérios BioTrade da UNCTAD passaram de US$ 40 milhões em 2003 para cerca de US$ 50,5 bilhões em 2024, montante ainda pequeno diante dos US$ 3,8 trilhões exportados no mesmo ano (UNCTAD, 2026).

Tarifas, medidas não tarifárias e padrões de sustentabilidade

A capacidade de avançar nas cadeias de valor baseadas na biodiversidade depende de mais do que a disponibilidade de recursos naturais, pois capacidades produtivas, condições de

acesso a mercados, políticas comerciais, padrões e financiamento definem se os produtores permanecem fornecedores de matérias-primas ou passam ao processamento de maior valor. Na estrutura tarifária, produtos de algodão, juta, cânhamo e papel capazes de substituir plásticos enfrentam tarifas médias de importação de até 16,1% (algodão), 16% (juta), 15,35% (cânhamo) e 14,63% (papel), níveis iguais ou superiores aos aplicados a muitos plásticos, como garrafas PET (8,5%), sacolas (9,38%) e canudos (7,71%). Onde avaliações científicas indiquem menor impacto ambiental desses substitutos ao longo de produção, uso e descarte, a UNCTAD recomenda reduzir as tarifas, e adverte para o risco das chamadas "substituições lamentáveis", em que a troca de material apenas desloca o impacto ambiental para outra etapa da cadeia ou outro sistema, quando não o agrava (UNCTAD, 2026).

Figura 3: Tarifas médias de importação de produtos plásticos selecionados e de seus substitutos não plásticos (%)



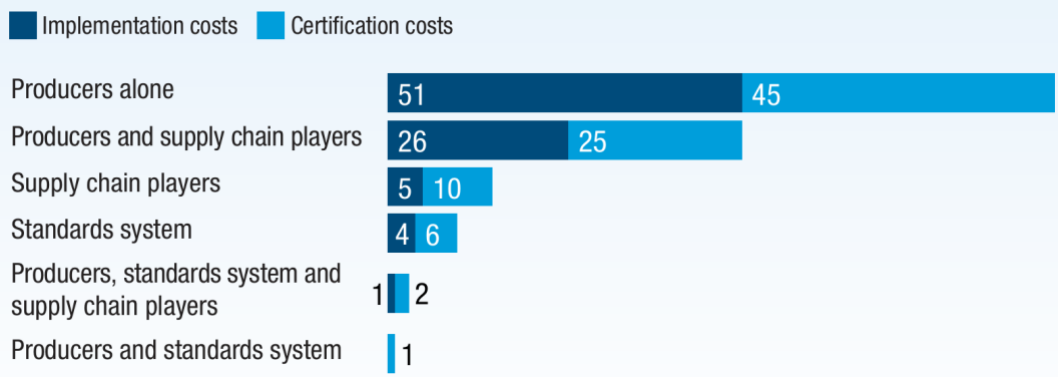
Fonte: UNCTAD, 2026.

As medidas não tarifárias (regulamentos técnicos, medidas sanitárias e fitossanitárias, procedimentos de avaliação da conformidade) pesam mais sobre pequenos produtores, que precisam arcar com documentação, testes e certificação. Nos mercados de fibras naturais, juta, fibra de coco e algas podem estar sujeitas a certificação fitossanitária, quarentena e avaliação de conformidade, fibras animais podem exigir licenças de exportação e documentação de conservação de espécies, e fibras de banana e de abacaxi chegam a enfrentar exigências sanitárias e fitossanitárias concebidas para produtos frescos, mesmo quando destinadas a uso têxtil (UNCTAD, 2026).

Os padrões voluntários de sustentabilidade podem abrir mercados de maior valor, mas o ônus de cumpri-los costuma recair sobre os produtores. Duas análises do Fórum das Nações Unidas sobre Padrões de Sustentabilidade (UNFSS), baseadas no SustainabilityMap do International Trade Centre (ITC), constataram que os produtores arcam sozinhos com os custos de implementação em 51 de 87 padrões examinados e com os de certificação em 45 de 89,

enquanto os agentes da cadeia de suprimentos assumem isoladamente esses custos em apenas 5 e 10 casos, respectivamente, e os próprios sistemas de padrões, em 4 e 6 (UNCTAD, 2026).

Figura 4: Número de padrões voluntários de sustentabilidade segundo o responsável pelos custos de implementação e de certificação



Fonte: UNCTAD, 2026

A meta D do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF) estima uma lacuna de financiamento para a biodiversidade de US$ 700 bilhões anuais, e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) calcula em US$ 7,3 trilhões os fluxos financeiros públicos e privados destinados, em 2023, a atividades potencialmente danosas à natureza. A UNCTAD defende que os custos de implementação e ajuste não recaiam principalmente sobre economias em desenvolvimento e pequenos produtores, atribuindo aos países desenvolvidos, aos parceiros de desenvolvimento e às empresas líderes das cadeias globais de valor a responsabilidade de prover financiamento, facilitar o acesso à tecnologia e repartir de modo mais justo os custos de conformidade, rastreabilidade e certificação. Entre as iniciativas que já buscam canalizar recursos para essa transição, a publicação cita o Bioeconomy Challenge, a plataforma brasileira Eco Invest Brasil e a BioTrade Initiative da UNCTAD (UNCTAD, 2026).

Agregação de valor e uso circular

A goma arábica ilustra o problema da agregação de valor, já que a África é a principal produtora mundial, mas boa parte do valor associado à mercadoria é capturada fora do continente, sobretudo no processamento. Em 2024, as economias africanas exportaram goma arábica para economias de alta renda (US$ 58,3 milhões) ao preço médio de US$ 2,28 por quilo e importaram o mesmo produto desses mercados (US$ 13,9 milhões) a US$ 6,50 por quilo, quase três vezes mais. Experiências no Chade, em Camarões, na República Democrática do Congo e no Gabão indicam espaço para reter mais valor nessa cadeia nos planos local e regional (UNCTAD, 2026).

O aproveitamento de resíduos e subprodutos da biomassa é a segunda oportunidade destacada. No Quênia, um projeto-piloto do programa Sustainable Manufacturing and Environmental Pollution (SMEP), financiado pelo Reino Unido e implementado em parceria com a UNCTAD, transformou mais de 3.300 toneladas de folhas de abacaxi, tradicionalmente queimadas após a colheita, em mais de 100 toneladas de fibra de qualidade têxtil e cerca de 800 toneladas de composto, e o negócio foi adquirido em 2025 por um grande exportador de abacaxi. A partir de 2028, por proposta da UNCTAD e da federação internacional de organizações do cânhamo, esse produto terá códigos aduaneiros mais detalhados, e a publicação defende dar

a mesma visibilidade estatística às fibras de abacaxi e de banana, hoje agrupadas com outras fibras vegetais (UNCTAD, 2026).

Essas abordagens exigem, segundo a UNCTAD, ampliar o acesso a financiamento e a tecnologias acessíveis, melhorar a capacidade de processamento e armazenamento e aprofundar a cooperação transfronteiriça, mas devem vir acompanhadas de arranjos justos e equitativos de repartição de benefícios, inclusive com povos indígenas e comunidades locais. Avaliações de ciclo de vida devem impedir que iniciativas de uso circular desloquem impactos ambientais para outros setores ou locais, e todas as atividades devem observar o Protocolo de Nagoia sobre Acesso e Repartição de Benefícios, o Acordo sobre Biodiversidade Marinha em Áreas além da Jurisdição Nacional (BBNJ) e a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) (UNCTAD, 2026).

O comércio na agenda da COP17

A COP17 foi a primeira ocasião prevista para que os negociadores avaliassem o progresso na implementação do GBF, adotado na COP15, em 2022, com 23 metas para 2030 e quatro objetivos de longo prazo para 2050, e a UNCTAD via nessa revisão a oportunidade de tratar o comércio, além de fator de pressão sobre a biodiversidade, como instrumento de apoio a ela e ao desenvolvimento sustentável. Com base no segundo rascunho do Relatório Global sobre o Progresso Coletivo na Implementação do GBF, de 26/07/2026, a análise preliminar da UNCTAD identifica referências explícitas a medidas comerciais nas metas 5, 6, 9, 10, 13, 15, 16, 17 e 18 (comércio de espécies silvestres, controles de fronteira, acesso e repartição de benefícios, biossegurança, incentivos), políticas com efeito sobre o comércio nas metas 4, 7, 14, 19 e 20 e vínculos por meio de mecanismos de implementação, como transferência de tecnologia, capacitação e financiamento, nas demais (UNCTAD, 2026).

Entre as frentes de política propostas, a publicação inclui a expansão das exportações sustentáveis, inclusive pelas oportunidades crescentes no comércio Sul-Sul, e cadeias regionais de valor mais integradas, capazes de apoiar a cooperação tecnológica e a capacidade de processamento e de assegurar a repartição justa de benefícios com as comunidades que fornecem os recursos. A UNCTAD conclui que os países em desenvolvimento podem obter maiores benefícios do comércio baseado na biodiversidade sem aumentar a pressão sobre ela, desde que contem com salvaguardas efetivas, maior capacidade produtiva, acesso à tecnologia e financiamento acessível, e com a coerência entre políticas comerciais, industriais e de biodiversidade, amparada por apoio internacional mais forte à transferência de tecnologia (UNCTAD, 2026).

Referências

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMCa). Director-General: Leverage trade and partnerships to build a resilient ocean economy. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/envir_05nov26_541_e.htm.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMCb). WHO, WIPO and the WTO to hold 13th Joint Technical Symposium on 25 November 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/heal_29oct26_531_e.htm.

CAZAQUISTÃO. Ministério das Relações Exteriores. Missão Permanente junto à OMC. *Kazakhstan to chair the first WIPO Global Forum on AI and Intellectual Property*. Genebra, 2026. Disponível em: https://www.gov.kz/memleket/entities/mfa-wto/press/news/details/1304242?lang=en

OMPI. *First Global Forum on Intellectual Property and Artificial Intelligence*. Genebra: OMPI, 2026a. Disponível em: https://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=93550

OMPI. *Global Forum on IP and AI*. Genebra: OMPI, 2026b. Disponível em: https://www.wipo.int/en/web/global-forum-on-ip-and-ai

OMPI. *First Global Forum on Intellectual Property and Artificial Intelligence*: provisional program. Genebra: OMPI, 2026c. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/mdocs/en/wipo_ip_ai_gen_26/wipo_ip_ai_gen_26_1_prov.pdf

UNCTAD. *Global trade update (October 2026)*: can developing countries unlock the potential of biodiversity? Genebra: UNCTAD, 2026. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditcinf2026d9_en.pdf

Sociedade Civil na Saúde Global: Entre Crises, Direitos, Governança e Inovação

Sociedad Civil en la Salud Global: Entre Crisis, Derechos, Gobernanza e Innovación

Civil Society in Global Health: Between Crises, Rights, Governance, and Innovation

Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Diana Zeballos, Patrícia Lewis Carpio, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza

Resumo: Nesta quinzena, as manifestações das organizações da sociedade civil (OSC) revelam uma agenda de saúde global marcada pela sobreposição de emergências sanitárias, crises humanitárias, desigualdades sociais e impactos climáticos, ao mesmo tempo em que se ampliam iniciativas de mobilização comunitária, fortalecimento de serviços, financiamento e inovação. Entre as organizações de interesse público, destacam-se, como temas das manifestações, a defesa de direitos, a participação social, a resposta a surtos e conflitos, a proteção de populações vulneráveis e a cobrança por responsabilidade política e institucional. Entre as OSC de interesse privado, sobressaem as manifestações relativas à imunização, à prevenção de doenças, ao financiamento de programas, ao fortalecimento dos sistemas de saúde e ao desenvolvimento científico e tecnológico. As manifestações evidenciam que o avanço de tecnologias, como a inteligência artificial e a genômica, vem acompanhado de preocupações com a regulação, a proteção de dados, a diversidade, a capacidade tecnológica local e o acesso equitativo. Assim, a quinzena articula respostas às crises com debates sobre governança, sustentabilidade e equidade na saúde global.

Palavras-chave: Saúde Global; Governança em Saúde; Direitos Humanos; Inovação em Saúde.

Resumen: *En esta quincena, las manifestaciones de las organizaciones de la sociedad civil revelan una agenda de salud global marcada por la superposición de emergencias sanitarias, crisis humanitarias, desigualdades sociales e impactos climáticos, al mismo tiempo que se amplían las iniciativas de movilización comunitaria, fortalecimiento de servicios, financiamiento e innovación. Entre los temas clave de las manifestaciones de las organizaciones de interés público se encuentran la defensa de los derechos, la participación social, las respuestas ante brotes y conflictos, la protección de poblaciones vulnerables y las exigencias de rendición de cuentas política e institucional. Dentro de las organizaciones de la sociedad civil de interés privado, figuran las manifestaciones relacionadas con la inmunización, la prevención de enfermedades, el financiamiento de programas, el fortalecimiento de los sistemas de salud y el desarrollo científico y tecnológico. Las manifestaciones evidencian que el avance de tecnologías, como la inteligencia artificial y la genómica, viene acompañado de preocupaciones sobre la regulación, la protección de datos, la diversidad, la capacidad tecnológica local y el acceso equitativo. Así, la quincena articula respuestas a las crisis con debates sobre la gobernanza, la sostenibilidad y la equidad en la salud global.*

Palabras clave: Salud Global; Gobernanza en Salud; Derechos Humanos; Innovación en Salud.

Abstract: *Over the past two weeks, statements from civil society organisations have highlighted a global health agenda shaped by the convergence of health emergencies, humanitarian crises, social inequalities, and climate-related impacts—even as initiatives for community mobilisation, service strengthening, financing, and innovation continue to expand. Key themes addressed by public-interest organisations include the defence of rights, social participation, responses to outbreaks and conflicts, the protection of vulnerable populations, and demands for political and institutional accountability. Meanwhile, private-interest civil society organisations have focused on issues such as immunisation, disease prevention, programme funding, strengthening health systems, and scientific and technological development. These contributions underscore that while advancements in technologies—such as artificial intelligence and genomics—offer promise, they also raise concerns regarding regulation, data protection, diversity, local technological capacity, and equitable access. In this way, the past two weeks have linked crisis response efforts with broader debates on governance, sustainability, and equity in global health.*

Keywords: *Global Health; Health Governance; Human Rights; Health Innovation.*

Introdução

Nesta quinzena, foram registradas manifestações de 50 das 64 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas. As manifestações das OSC de interesse público e privado revelam uma agenda de saúde global atravessada simultaneamente por emergências sanitárias, crises humanitárias, desigualdades, mudanças climáticas e transformações científicas e tecnológicas.

Entre as OSC de interesse público, destacaram-se as manifestações relativas a respostas a emergências, à defesa de direitos, à mobilização social e comunitária e aos posicionamentos sobre governança e responsabilidade institucional. No campo das emergências sanitárias, a World Scout destacou a mobilização de voluntários e de redes comunitárias na resposta ao Ebola na República Democrática do Congo. A CARE International alertou para a expansão do surto e para os riscos às comunidades afetadas, enquanto Médicos Sem Fronteiras (MSF) chamou a atenção para a interrupção da imunização de rotina em Darfur, relacionando o aumento de doenças preveníveis por vacinação às dificuldades de transporte de vacinas, à manutenção da cadeia de frio, à disponibilidade de profissionais e à vigilância epidemiológica. Paralelamente, a Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) destacou o desenvolvimento do acoziborole para a doença do sono e a cooperação entre pesquisadores em estudos sobre o micetoma.

As questões relacionadas às desigualdades e aos direitos também ocuparam um espaço relevante nas manifestações das OSC de interesse público. A Save the Children defendeu a inclusão do cuidado às pessoas com deficiência nos programas de ajuda humanitária; o SHEM relacionou injustiça econômica, desigualdades em saúde e sustentabilidade ecológica; e a ACON destacou visibilidade, representatividade, apoio comunitário e enfrentamento à discriminação contra pessoas trans e pessoas de gênero diverso. A CARE International chamou a atenção para o agravamento da insegurança alimentar no Haiti, enquanto o Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) destacou a importância de uma concepção ampla do direito à saúde, associada a alimentação, moradia, trabalho, educação, água, meio ambiente, paz e participação comunitária. A STOPAIDS destacou uma iniciativa voltada à promoção de direitos e à

participação no contexto da saúde digital. A Fòs Feminista destacou tanto políticas de prevenção do HPV e do câncer do colo do útero na América Latina e no Caribe quanto estratégias para ampliar o acesso à saúde sexual e reprodutiva em comunidades ribeirinhas da Bolívia. A Fundación Huésped divulgou um estudo clínico sobre uma estratégia terapêutica antirretroviral para pessoas gestantes vivendo com HIV, enquanto a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) reuniu recomendações para uma assistência equitativa durante a gestação.

As relações entre clima, ambiente e saúde também estiveram presentes. A Oxfam destacou a desigualdade na distribuição das emissões de carbono e dos impactos climáticos, enquanto a Greenpeace International relacionou incêndios florestais e poluição atmosférica à saúde pública, à subsistência e aos preços dos alimentos na Indonésia. A CARE International abordou os efeitos combinados de inundações e seca sobre famílias em Moçambique e, em outra manifestação, destacou a necessidade de financiamento climático que alcance as comunidades mais vulneráveis. A World Vision apresentou uma iniciativa voltada à resiliência de crianças e famílias diante de mudanças climáticas, conflitos, deslocamentos e instabilidade econômica, e a Planetary Health Alliance reuniu profissionais e organizações de saúde para defender medidas de proteção contra os efeitos do calor extremo.

A continuidade dos serviços de saúde e a proteção dos civis também se destacam como preocupações centrais. Médicos Sem Fronteiras destacou os efeitos da destruição da infraestrutura médica sobre a continuidade da assistência na Ucrânia; a Human Rights Watch denunciou violência sexual e de gênero, deslocamentos e ataques a instalações de saúde nos conflitos no Sudão e na Etiópia; e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICR) divulgou medidas voltadas ao fortalecimento do respeito ao Direito Internacional Humanitário e à proteção de serviços essenciais. A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), por sua vez, destacou as relações entre conflito armado, determinantes da saúde, violações do direito internacional humanitário e governança global, enquanto a Oxfam chamou a atenção para os efeitos do deslocamento prolongado e para a necessidade de financiamento humanitário no Saara Ocidental.

As manifestações das OSC de interesse público também abordaram o multilateralismo, a arquitetura global da saúde e a regulação de tecnologias. A International Physicians for the Prevention of Nuclear War (IPPNW) defendeu o fortalecimento das instituições multilaterais e do direito internacional; a STOPAIDS destacou a mobilização pela continuidade do UNAIDS; e o Geneva Global Health Hub (G2H2) propôs uma reforma da arquitetura global da saúde voltada a reduzir as assimetrias de poder, as lacunas de responsabilidade e as desigualdades estruturais. A Public Citizen abordou a responsabilização política e a regulação de empresas de inteligência artificial, bem como os riscos da flexibilização da fiscalização sobre tecnologias ainda não aprovadas, enquanto a Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) divulgou orientações para o uso ético da inteligência artificial na atenção primária. A European Lung Foundation relacionou a confiança na ciência à tomada de decisões baseadas em evidências, e a Save the Children apresentou aplicações da ciência comportamental em intervenções de vacinação e educação.

Entre as organizações de interesse privado, destacaram-se iniciativas relacionadas à prevenção de doenças, ao financiamento e ao fortalecimento dos sistemas de saúde, da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico. O CORE Group reafirmou sua atuação na erradicação da poliomielite e apresentou recomendações para prevenção de zoonoses diante

das mudanças climáticas e das transformações no financiamento da saúde global. A organização também divulgou experiências na abordagem de Saúde Única, enquanto o Global Health Center abordou a implementação da Saúde Única nos sistemas agroalimentares. A FIND destacou tanto os desafios econômicos para ampliar o acesso ao monitoramento contínuo de glicose quanto a necessidade de integrar diagnósticos aos planos nacionais de saúde e às linhas de cuidado. O Global Fund, por sua vez, apresentou iniciativas de financiamento para a malária e para o fortalecimento dos sistemas de saúde e disponibilizou recursos emergenciais para restabelecer os serviços de HIV e tuberculose afetados por inundações no Nepal. A GAVI divulgou evidências sobre a vacinação materna contra o vírus sincicial respiratório e destacou também os impactos das mudanças climáticas na saúde.

As OSC de interesse privado também abordaram as condições de desenvolvimento e de acesso às tecnologias. A Fundação Gates apresentou princípios para orientar sua atuação em inteligência artificial, incluindo a redução de desigualdades, o fortalecimento da capacidade tecnológica local, a adaptação às línguas e aos contextos socioculturais, a valorização do conhecimento comunitário e a proteção de dados e de direitos individuais. Ao abordar os impactos do Projeto Genoma Humano, a Wellcome Trust destacou simultaneamente avanços na pesquisa genética e desafios relacionados à diversidade das populações estudadas, à privacidade, ao compartilhamento de dados e às desigualdades globais na capacidade de pesquisa.

Assim, as manifestações da quinzena aproximam respostas a crises imediatas de debates de longo prazo sobre financiamento, governança, direitos, sustentabilidade e condições de produção e de acesso às inovações em saúde. Ao mesmo tempo, evidenciam formas distintas de atuação: entre as organizações de interesse público, sobressaem manifestações relacionadas à defesa de direitos, à participação, à mobilização comunitária e à responsabilização política e institucional; entre as de interesse privado, ganham destaque o financiamento, a implementação de programas, a pesquisa, o desenvolvimento e o acesso a tecnologias.

Organizações de Interesse Público

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Surtos, epidemias e resposta comunitária

Com o apoio da World Scout, a organização escoteira na República Democrática do Congo mobiliza voluntários e redes comunitárias para apoiar a resposta ao surto de Ebola no país. A atuação dos escoteiros busca ampliar a disseminação de informações, o envolvimento comunitário e as ações de prevenção diante do risco de propagação da doença, evidenciando o potencial das organizações juvenis e comunitárias como atores complementares às estruturas formais de saúde em emergências. A experiência também reforça a importância da confiança e da comunicação local para enfrentar surtos.[1]

A CARE International emitiu um alerta epidemiológico urgente sobre o surto de ebola que se alastrou pela Nigéria e Quênia, enquanto segue crescendo em ritmo alarmante na República Democrática do Congo, colocando em riscos crescentes mulheres, meninas e comunidades e exigindo uma resposta rápida e coordenada do Sistema de Saúde na região, principalmente [2]

Imunização e vigilância epidemiológica

MSF alertou para o colapso da imunização de rotina em Darfur, no Sudão, onde suas equipes atenderam quase 30 mil pacientes com doenças preveníveis por vacinação em pouco mais de dois anos. Entre janeiro de 2024 e abril de 2026, foram registrados mais de 28 mil casos suspeitos de sarampo e quase 2 mil de coqueluche, afetando principalmente crianças não vacinadas. A organização pediu a remoção de barreiras administrativas ao transporte de vacinas e investimentos em equipes móveis, cadeia de frio, profissionais de vacinação e vigilância epidemiológica para restabelecer a cobertura vacinal.[3]

Doenças transmissíveis e doenças negligenciadas

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) convidou a todos a participar do evento de celebração do acoziborole, um tratamento inovador de dose única para a doença do sono, destacando que se trata de um resultado da colaboração global.[4]

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) registrou a realização, em Nairóbi, de uma reunião de pesquisadores do Quênia, da Índia e do Senegal para debater projetos de pesquisa sobre o micetoma.[5]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Saúde mental e políticas públicas

A Federação Mundial de Saúde Mental anunciou que a organização portuguesa RECOVERY IPSS recebeu o Prêmio de Solidariedade BPI Fundação "la Caixa" 2026, no valor de €49.670, pelo projeto RECOMEÇO, voltado à reabilitação psicossocial comunitária de pessoas com transtornos mentais graves. A iniciativa prevê a criação de uma estrutura residencial com capacidade para sete pessoas, oferecendo acompanhamento individualizado, desenvolvimento de habilidades para a vida independente e incentivo à participação comunitária, como alternativa à institucionalização prolongada. O projeto conta com financiamento complementar do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal e articulação com o município de Barcelos, o Serviço Nacional de Saúde e serviços locais de saúde mental.[6]

A Federação Mundial de Saúde Mental, em parceria com a Organização Mundial da Saúde, a United for Global Mental Health e a Global Mental Health Action Network, realizou um webinar especial em celebração ao Dia Mundial da Saúde Mental, com o tema "Experiências vividas ouvidas: vozes reais, mudanças reais". O evento marcou o lançamento do novo guia da OMS sobre desinstitucionalização, voltado à transição de adultos internados em hospitais psiquiátricos de longa permanência para serviços comunitários. Durante o encontro, representantes da WFMH destacaram a necessidade de redirecionar recursos financeiros das instituições de longa permanência para serviços territoriais e assegurar o protagonismo de pessoas com experiência vivida na transformação dos sistemas de saúde mental.[7]

A Federação Mundial de Saúde Mental anunciou que a Rede Europeia de Cidades pela Saúde Mental expandiu sua atuação de 18 cidades fundadoras para mais de 40 municípios europeus, com o objetivo de incorporar a saúde mental às políticas públicas locais. A iniciativa promove a cooperação entre governos municipais, com enfoque intersetorial, articulando áreas como habitação, educação, trabalho, proteção social, cultura e participação comunitária. A primeira Assembleia Geral presencial da rede está prevista para ocorrer em Atenas, nos dias 26

e 27 de novembro de 2026, buscando fortalecer a governança, o intercâmbio de experiências e a construção de estratégias locais baseadas em direitos humanos e evidências científicas.[8]

Prevenção de doenças crônicas e saúde bucal

A ACT Promoção da Saúde publicou uma matéria destacando a importância da saúde bucal na prevenção e no enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). A matéria defende a transição de um modelo odontológico predominantemente curativo para uma abordagem preventiva e integrada. Entre as medidas propostas estão a tributação de bebidas açucaradas, a restrição à publicidade de produtos não saudáveis, o controle do álcool e do tabaco, a fluoretação da água e a ampliação do acesso a serviços de saúde bucal.[9]

Tabaco, nicotina e proteção da saúde

A European Lung Foundation divulgou nota do evento *Curbing the nicotine epidemic – the case for child protection in the new EU Directives"* no Press Club de Bruxelas. O encontro reuniu formuladores de políticas, profissionais de saúde e representantes de jovens para debater a revisão das diretivas de Produtos de Tabaco e de Publicidade do Tabaco na União Europeia. Os participantes destacaram a urgência de atualizar a legislação frente à rápida disseminação de novos produtos (como cigarros eletrônicos, tabaco aquecido e sachês de nicotina), frisando que a nicotina afeta todo o organismo e reforçando a relevância de incluir os próprios jovens no desenho de políticas de proteção às novas gerações.[10]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Direitos humanos, inclusão e combate às desigualdades

Save the Children destacou a importância de incorporar os direitos das pessoas com deficiência desde a concepção, implementação e avaliação dos programas, evitando que a inclusão seja tratada como medida complementar. A organização defendeu respostas humanitárias acessíveis, com espaços seguros inclusivos, tecnologias assistivas, reabilitação e participação efetiva das crianças e famílias com deficiência, além de parcerias com organizações representativas para enfrentar desigualdades no acesso à educação, saúde e proteção.[11]

O SHEM divulgou artigo que analisa as relações entre injustiça econômica, desigualdades em saúde e sustentabilidade ecológica, considerando o potencial papel do Brasil e de outros países do Sul Global na construção de novos modelos de desenvolvimento. O artigo questiona os indicadores tradicionais de crescimento econômico como medidas suficientes de progresso e propõe uma abordagem que considere a distribuição justa de recursos, o acesso à saúde, a redução das desigualdades, a sustentabilidade ambiental e a responsabilidade com as futuras gerações. A publicação destaca a oportunidade de fortalecer uma agenda internacional baseada na justiça social, na equidade em saúde e na responsabilidade ecológica.[12]

A ACON publicou matéria que destaca a importância da Semana de Visibilidade Trans (Trans Awareness Week), realizada anualmente na semana que antecede o Dia Internacional da Memória Trans (20 de novembro). A iniciativa busca celebrar pessoas trans e de gênero diverso, ampliar a conscientização sobre suas experiências e combater o estigma, a discriminação e a violência. Por meio de depoimentos de representantes da ACON, reforça-se a importância da visibilidade, da representatividade, do apoio comunitário e da participação social na promoção de ambientes seguros e inclusivos, destacando que o enfrentamento à transfobia e a defesa dos direitos das pessoas trans são responsabilidades de toda a sociedade.[13]

Desigualdade econômica, pobreza e segurança alimentar

A CARE International divulgou os novos dados da análise Integrated Food Security Phase Classification (IPC) que revela mais de 5,94 milhões de pessoas enfrentam níveis de insegurança alimentar aguda no Haiti, projetando um aumento para 6,35 milhões de pessoas no próximo ano, com aumento da fome extrema na região. A Organização apelou para a continuidade da ajuda humanitária.[14]

O Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) registrou a realização do 5º Congresso Nacional pela Saúde, Meio Ambiente e Vida, da Colômbia, destacando que se discutiu uma compreensão mais ampla do direito à saúde — que vai além da assistência médica e abrange alimentação, moradia, trabalho digno, educação, água potável, um meio ambiente saudável, paz e participação comunitária.[15]

Direitos digitais e participação social

A STOPAIDS destacou, durante a Semana da Saúde Digital (Digital Health Week), os resultados alcançados pelo Digital Health and Rights Project, uma iniciativa desenvolvida em colaboração com organizações e parceiros de Gana, Quênia, Colômbia e Vietnã para promover os direitos digitais. Ao longo de três anos, o projeto produziu mais de 30 publicações científicas e documentos de políticas públicas, mobilizou mais de 100 jovens ativistas e contribuiu para influenciar políticas em âmbito nacional e global. Entre os principais resultados estão o relatório Paying the Costs of Connection, baseado nas experiências de mais de 600 jovens adultos sobre saúde e direitos digitais; a criação do Digital Empowerment Hub, uma biblioteca com centenas de recursos gratuitos sobre direitos digitais; e o desenvolvimento de um curso on-line aberto sobre direitos humanos digitais e advocacy em saúde digital.[16]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças climáticas, saúde e resiliência

A Oxfam publicou uma análise sobre a desigualdade climática, apontando que os 0,1% mais ricos do mundo geram mais emissões de carbono do que os 3,5 bilhões de pessoas mais pobres, enquanto as populações vulneráveis suportam desproporcionalmente os impactos das mudanças climáticas. O relatório também denuncia a crescente exploração comercial dos desastres por empresas e investidores ligados a setores poluentes, identificando 217 corporações que lucram tanto com atividades que agravam a crise climática quanto com a preparação, recuperação e reconstrução após desastres. A organização defende a taxação dos grandes poluidores, o aumento do financiamento climático para o Sul Global e medidas para impedir a exploração econômica das crises climáticas.[17]

Greenpeace destacou protestos realizados em Jacarta, na Indonésia, contra a crise climática, a poluição atmosférica provocada por incêndios florestais e o aumento do custo de vida. A mobilização denunciou os impactos das queimadas sobre a saúde pública, os meios de subsistência e os preços dos alimentos, cobrando do governo ações climáticas, transição energética justa e combate ao desmatamento. A organização também ressaltou o papel da mobilização social e da participação juvenil na cobrança por justiça climática e responsabilização governamental.[18]

A CARE International emitiu comunicação sobre os impactos severos causados por inundações recentes ocorridas em Moçambique. A organização destacou o agravamento da seca

decorrente do fenômeno El Ninõ e os impactos na vida das famílias locais, o que exige apoio emergencial e fornecimento de sementes para garantir a subsistência agrícola.[19]

A World Vision lançou a iniciativa regional Rooted Resilience, com a meta de apoiar 4 milhões de crianças e suas famílias na África Ocidental e Central até 2030, fortalecendo sua capacidade de antecipar, enfrentar e superar impactos das mudanças climáticas, conflitos, deslocamentos, degradação ambiental e instabilidade econômica. A iniciativa prevê ações integradas voltadas à segurança alimentar, agricultura adaptada às mudanças climáticas, recuperação de terras, fortalecimento dos meios de subsistência e inclusão financeira, com participação de governos, instituições regionais, organizações de pesquisa, doadores e parceiros privados.[20]

Profissionais e organizações de saúde europeus estão pressionando a União Europeia por medidas mais fortes e juridicamente vinculantes contra os impactos do calor extremo. A iniciativa, articulada pelo Planetary Health Alliance Europe Regional Hub, defende financiamento específico, sistemas de alerta, hospitais resilientes e maior proteção dos trabalhadores expostos ao calor. O movimento também reivindica que saúde, equidade e evidências científicas sejam incorporadas às políticas climáticas europeias, reforçando o movimento que ocorre após o aumento expressivo da mortalidade associada às ondas de calor de 2026.[21]

A CARE International emitiu uma análise sobre as negociações da COP 31 advertindo que promessas climáticas globais são ineficazes sem um financiamento real e direto que alcance as comunidades locais e mais vulneráveis aos impactos socioambientais. A Organização vem estimulando os países ricos a apresentarem planos possíveis para atingir a meta de financiamento climático anual de 300 bilhões de dólares, acordada na COP 29, incluindo pelo menos 120 bilhões de dólares por ano para a adaptação climática até 2035.[22]

A European Lung Foundation publicou manifestação em conjunto com mais vinte organizações europeias de saúde, em defesa da proteção da vida das pessoas em documento encaminhado à presidente da União Europeia, Ursula Von Der leyen, apelando para que a saúde das pessoas seja colocada no centro do quadro de resiliência climática na União Europeia.[23]

Poluição, mineração e impactos ambientais sobre a saúde

O Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) publicou convite para um webinário sobre os impactos de projetos extrativistas e o direito à saúde em que será abordado o caso de Lubumbashi, no sul da República Democrática do Congo, onde atividades intensivas de mineração estão poluindo o ar, a água e o solo, expondo as comunidades locais a substâncias tóxicas.[24]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Força de trabalho e desenvolvimento profissional

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (WFOT) publicou duas novas declarações de posição — Desenvolvimento da Força de Trabalho em Terapia Ocupacional e Terapia Ocupacional e Inteligência Artificial. Acesso aqui: https://wfot.org/resources.[25]

Crises Humanitárias, Conflitos e Migraçõe

Conflitos armados e proteção de civis

CICR entregou quatro caminhões de insumos médicos essenciais, incluindo kits cirúrgicos, a hospitais e unidades de saúde em Taiz, no Iêmen, para apoiar o atendimento a feridos pelo conflito armado. A organização alertou para a sobrecarga das unidades de saúde e pediu às partes em conflito que garantam acesso seguro e contínuo à ajuda humanitária, além de proteger pacientes, instalações e profissionais de saúde.[26]

MSF denunciou medidas restritivas impostas pelas autoridades de facto em Kivu do Norte, na República Democrática do Congo, que dificultam o acesso de sobreviventes de violência sexual aos serviços de saúde. Entre as exigências estão denúncias policiais prévias, exames físicos invasivos, restrição do atendimento às primeiras 72 horas após a agressão e coleta de informações que comprometem a confidencialidade médica. A organização registrou uma redução de 41% na procura por atendimento entre janeiro e agosto de 2026 e exigiu a revogação dessas medidas, defendendo assistência segura, confidencial e independente de procedimentos policiais ou judiciais.[27]

CICR alertou para o aumento de vítimas civis decorrente de ataques aéreos, possivelmente realizados com drones, em áreas residenciais, mercados e locais de acolhimento de deslocados no Sudão. A organização ressaltou que o uso de novas tecnologias não altera as obrigações do Direito Internacional Humanitário e informou que hospitais apoiados pelo CICR registraram mais de 2.700 pacientes com ferimentos por armas no primeiro semestre de 2026.[28]

Oxfam denunciou a operação militar israelense em Hebron, na Cisjordânia, e o deslocamento forçado de famílias palestinas, destacando a destruição de moradias, fábricas, estabelecimentos comerciais e meios de subsistência. A organização alertou que restrições à circulação e à colheita de azeitonas também comprometem o acesso ao trabalho, à educação, aos serviços de saúde e à assistência humanitária, agravando a pobreza e a dependência de ajuda. Oxfam pediu à comunidade internacional medidas urgentes para impedir novos deslocamentos, demolições e episódios de violência de colonos.[29]

MSF evacuou pacientes de um hospital em Dnipro, na Ucrânia, danificado por um ataque das forças russas em 3 de novembro, que também atingiu edifícios residenciais e outras instalações de saúde. A organização transferiu dois pacientes para garantir a continuidade do atendimento e denunciou os impactos dos ataques à infraestrutura médica, que interrompem serviços essenciais e representam possíveis violações do Direito Internacional Humanitário.[30]

Human Rights Watch (HRW) denunciou a persistência de violência sexual e de gênero nos conflitos do Sudão e da Etiópia, destacando estupros sistemáticos, escravização sexual, recrutamento forçado de menores, deslocamentos em massa e ataques a instalações de saúde. A organização cobrou da União Europeia medidas concretas de proteção de civis, responsabilização dos perpetradores, sanções a empresas que apoiam militarmente as forças envolvidas e garantia de acesso humanitário e assistência às sobreviventes de violência sexual.[31]

Direito Internacional Humanitário e proteção da assistência

CICR informou que mais de 160 Estados formularam medidas práticas para fortalecer o respeito ao Direito Internacional Humanitário (DIH) em mais de 130 conflitos armados. As orientações incluem a proteção de civis e de serviços essenciais, como saúde, água, saneamento

e comunicações; a prevenção de discursos desumanizantes; e o uso de tecnologias para reduzir danos em conflitos. A iniciativa busca transformar compromissos políticos em ações concretas de proteção humanitária.[32]

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou um artigo de opinião publicado na PLOS Global Public Health por membros de seu Grupo de Trabalho sobre Saúde Pública em Emergências e Desastres. Intitulado "A lacuna de governança: determinantes da saúde, violações do direito internacional humanitário e o argumento da diplomacia em saúde", o artigo contribui para a discussão sobre as interseções entre conflito armado, direito internacional humanitário, determinantes da saúde e governança global da saúde.[33]

Deslocamento forçado e assistência humanitária

A Oxfam criticou a não renovação do mandato da MINURSO pelo Conselho de Segurança da ONU, alertando que a interrupção de suas funções de monitoramento e desescalada pode comprometer a estabilidade no Saara Ocidental e agravar a situação da população saaraui, que vive há cinco décadas em deslocamento. A organização pediu a retomada das funções de monitoramento, apoio a um processo político inclusivo e financiamento humanitário contínuo para garantir acesso a água, alimentos, abrigo e serviços essenciais nos campos de refugiados, respeitando o direito à autodeterminação do povo saaraui.[34]

MSF alertou que cortes no financiamento humanitário deixaram cerca de 150 mil pessoas deslocadas nos campos de Bentiu e Malakal, no Sudão do Sul, sem acesso adequado a serviços básicos de saúde, água e saneamento, aumentando o risco de cólera e outras doenças de transmissão hídrica. A organização denunciou a redução dos serviços de vacinação, assistência médica, coleta de resíduos e manutenção de latrinas, e pediu aos doadores e organismos humanitários a retomada do financiamento para evitar uma nova emergência de saúde pública.[35]

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) registrou sua participação na 73º reunião do Comitê Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental, quando defendeu que saúde mental, apoio psicossocial e cuidados para traumas fossem serviços essenciais e adequadamente financiados para pessoas afetadas por conflitos e deslocamentos.[36]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Saúde e desenvolvimento infantil

A World Vision anunciou o lançamento de sua nova estratégia institucional, com foco na promoção do bem-estar infantil e no enfrentamento da violência contra crianças, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 (Saúde e Bem-Estar) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Sob o lema "Transformando Vidas e Fortalecendo Comunidades por meio de Programas Ágeis, de Baixo Custo e Alto Impacto", a estratégia prioriza o fortalecimento de parcerias com governos, setor privado e organizações religiosas, além da incidência política e da defesa de políticas públicas baseadas em evidências. Também prevê o uso de tecnologias digitais e inteligência artificial para aprimorar a qualidade dos programas, a eficiência operacional e a tomada de decisões, com ênfase na transparência e na gestão responsável dos recursos.[37]

A World Vision e o Departamento Provincial de Saúde de Salavan firmaram um acordo de cooperação para implementar a segunda fase do projeto Salavan Nutrition Action Project (SNAP II), voltado à melhoria da nutrição infantil e materna em comunidades rurais da província de Salavan, no Laos. Financiada pelo Ministério das Relações Exteriores e Comércio da Nova Zelândia (MFAT) e pela World Vision New Zealand, a iniciativa será desenvolvida em 13 comunidades até março de 2031. O projeto busca enfrentar a desnutrição infantil por meio do fortalecimento dos serviços de saúde e nutrição, da promoção de práticas adequadas de alimentação infantil e amamentação, do acesso a alimentos nutritivos e da melhoria das condições de água, saneamento e higiene.[38]

Saúde sexual e reprodutiva

A organização Fòs Feminista divulgou o primeiro HPV Prevention Policy Atlas para a América Latina e o Caribe, elaborado pelo Forum do Parlamento Europeu para direitos sexuais e reprodutivos (EPF, siglas em inglês), em parceria com a Fòs Feminista e a IPPF Americas and the Caribbean. O estudo avalia as políticas de prevenção do HPV em 33 países e territórios, considerando marcos legais, vacinação, rastreamento do câncer do colo do útero e qualidade das informações disponíveis. O levantamento busca subsidiar organizações da sociedade civil e formuladores de políticas na defesa de estratégias mais abrangentes, financiadas e acessíveis de vacinação, diagnóstico precoce e tratamento, em consonância com as metas da Organização Mundial da Saúde para eliminar o câncer do colo do útero até 2030.[39]

A organização Fòs Feminista destaca o trabalho do Centro de Investigación, Educación y Servicios (CIES), na Bolívia, para ampliar o acesso à saúde sexual e reprodutiva em comunidades ribeirinhas da região de Rurrenabaque, no departamento de Beni, onde as distâncias e as dificuldades geográficas limitam o acesso aos serviços de saúde. Por meio de unidades móveis que percorrem rios, estradas e trajetos a cavalo, o CIES oferece atendimento, informações sobre saúde sexual e reprodutiva, contracepção e assistência pré-natal diretamente às comunidades. Com apoio de longo prazo da Fòs Feminista, a iniciativa busca ampliar a assistência comunitária e garantir maior autonomia às mulheres, aos jovens e às famílias nas decisões sobre seus corpos e seus direitos reprodutivos.[40]

A Fundação Huésped divulgou levantamento nacional realizado com a Pulsar.UBA, no contexto dos 20 anos da aprovação da Lei de Educação Sexual Integral (ESI) na Argentina, sobre as experiências e percepções de estudantes e docentes em relação à implementação da ESI. Os resultados demonstram amplo reconhecimento de sua importância: 86% dos estudantes consideram a ESI importante e 93% dos docentes afirmam incorporar seus conteúdos nas aulas. Entretanto, o estudo também identificou temas que necessitam de maior aprofundamento e atualização, especialmente saúde mental, violência digital, discriminação, apostas on-line e circulação de imagens sem consentimento. O levantamento incluiu 518 estudantes de 13 a 23 anos e 629 docentes, reforçando a importância de fortalecer e atualizar a ESI para responder aos desafios contemporâneos vivenciados por adolescentes e jovens.[41]

Saúde materna e perinatal

A Fundación Huésped iniciou um novo estudo de pesquisa clínica para avaliar a segurança e a eficácia de uma terapia antirretroviral dupla, composta por dolutegravir e lamivudina (DTG/3TC), em pessoas gestantes vivendo com HIV que nunca receberam tratamento antirretroviral. A pesquisa busca gerar evidências sobre a utilização dessa combinação durante a gestação. As participantes receberão tratamento antirretroviral,

acompanhamento médico durante a gravidez e seguimento nos primeiros seis meses após o nascimento do bebê. A iniciativa busca contribuir para a produção de evidências sobre novas estratégias terapêuticas durante a gestação, considerando tanto a saúde materna quanto a prevenção da transmissão vertical do HIV.[42]

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou uma série de recomendações para uma assistência equitativa durante a gestação: (a) Promover um estilo de vida saudável durante a gravidez, (b) Promover o cuidado centrado na gestante, (c) Assegurar a prestação de cuidados no pré-natal, no parto e no pós-parto, (d) Identificar e monitorar gestações de alto risco, (e) Apoiar a saúde mental e o bem-estar emocional no período perinatal, (f) Prevenir e controlar doenças transmissíveis e (g) Fortalecer os sistemas de saúde.[43]

Envelhecimento e ciclo de vida

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou a realização da 4ª Edição do Programa ECHO para Ambientes Amigáveis à Idade com o tema "Agir e Implementar".[44]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Multilateralismo, segurança internacional e diplomacia

A IPPNW publicou uma análise defendendo que a segurança nacional depende do fortalecimento da segurança internacional e das instituições multilaterais. O artigo critica a centralidade do poder militar e os gastos crescentes com armamentos, destacando o papel da ONU, do direito internacional e da reforma do Conselho de Segurança, incluindo a proposta de revisão do sistema de veto, como caminhos para prevenir conflitos e reduzir os impactos humanitários das guerras e das armas nucleares.[45]

Public Citizen defendeu que o Congresso dos Estados Unidos amplie a fiscalização e a responsabilização do governo Trump e de interesses corporativos após a derrota eleitoral republicana nas eleições legislativas de meio de mandato. A organização propôs medidas legislativas para ampliar o acesso à saúde, reduzir os preços de medicamentos e energia, regulamentar empresas de inteligência artificial e enfrentar a crise climática, além de investigar possíveis vínculos entre interesses empresariais e decisões governamentais.[46]

A STOPAIDS publicou um posicionamento comemorando o consenso alcançado na sessão especial do Conselho de Coordenação do UNAIDS, que afastou a proposta de encerramento antecipado até o final de 2026 e garantiu a continuidade do programa conjunto das Nações Unidas e integração do UNAIDS ao sistema das Nações Unidas, preservando suas funções essenciais para o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. A organização destaca o papel da mobilização das comunidades, dos países implementadores, dos doadores e da sociedade civil na defesa da continuidade do programa, em um contexto de cortes de financiamento e reformas institucionais.[47]

Reforma da Arquitetura Global da Saúde

O Geneva Global Health Hub (G2H2) divulgou um documento sobre a reforma da arquitetura global da saúde, defendendo uma mudança estrutural que aborde as assimetrias de poder, as lacunas de responsabilidade e as desigualdades estruturais da atual governança global da saúde. O documento está acessível aqui.[48]

Regulação, ética e governança de tecnologias

Public Citizen criticou a proposta do secretário de Saúde dos Estados Unidos, Robert F. Kennedy Jr., de flexibilizar a fiscalização federal sobre seis peptídeos ainda não aprovados e sem eficácia comprovada. A organização alertou para os riscos à saúde pública relacionados à contaminação, impurezas e efeitos adversos desconhecidos, defendendo que essas substâncias sejam submetidas ao processo regular de avaliação e aprovação da FDA. [49]

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) publicou orientações sobre o uso ético da inteligência artificial (IA) na atenção primária. O documento está acessível aqui.[50]

Confiança pública e participação na ciência

A European Lung Foundation aderiu ao Movimento Juntos pela Ciência e Saúde da OMS, iniciativa global para fortalecer a confiança na ciência e apoiar a tomada de decisões baseadas em evidências, aproximando as comunidades aos grupos de pesquisas.[51]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Ciência comportamental e intervenções baseadas em evidências

A Save the Children apresentou a atuação do Centro de Ciência Comportamental para Crianças (CUBIC), criado em 2020, que utiliza evidências da psicologia, sociologia, economia comportamental e neurociência para desenvolver e testar intervenções voltadas à melhoria das condições de vida de crianças e famílias. Entre os exemplos estão o uso de mensagens SMS para aumentar a vacinação nas Filipinas e estratégias para ampliar o apoio familiar à educação de meninas no Afeganistão. A iniciativa já realizou mais de 60 projetos em cinco continentes, destacando que a mudança de comportamento exige enfrentar também barreiras estruturais e práticas, além da disseminação de informações.[52]

Inteligência artificial e inovação em saúde

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) divulgou as experiências premiadas em seu congresso de 2026 sobre o uso de IA para transformar o cuidado hospitalar.[53]

Pesquisa clínica, vacinas e desenvolvimento biomédico

A Fundação Huésped está conduzindo um estudo de pesquisa clínica para avaliar a eficácia, a segurança e a tolerabilidade de uma vacina experimental contra *Clostridioides difficile*, bactéria que pode causar infecções intestinais e diarreia, especialmente em pessoas idosas e naquelas expostas recentemente a tratamentos com antibióticos. A organização fez divulgação convidando pessoas com 65 anos ou mais que apresentem fatores de risco para a infecção, como hospitalizações recentes, consultas frequentes a serviços de emergência ou uso recente de antibióticos. O objetivo principal é avaliar se a vacina pode prevenir a ocorrência de um primeiro episódio de infecção por essa bactéria nessa população.[54]

Formação de lideranças científicas e médicas

A InterAcademy Partnership divulgou reflexões realizadas durante o workshop 2026 dos Jovens Líderes Médicos da IAP: (a) é preciso investir na formação de jovens lideranças, (b) a liderança exige competências técnicas e políticas e (c) assumir responsabilidades de liderança envolve uma mudança na identidade profissional".[55]

Organizações de Interesse Privado

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Imunização e vigilância epidemiológica

O CORE Group reafirma seu compromisso com a erradicação global da poliomielite por ocasião do Dia Mundial de Combate à Poliomielite, celebrado em 24 de outubro. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os casos de poliovírus selvagem diminuíram mais de 99% desde 1988, embora a doença permaneça endêmica no Afeganistão e no Paquistão. Há mais de duas décadas, a organização contribui para esse esforço por meio do CORE Group Partners Project (CGPP), da iniciativa ZIP, em parceria com a Gavi, e de projetos anteriores voltados ao fortalecimento da imunização de rotina e à equidade vacinal.[56]

Prevenção de doenças zoonóticas

O CORE Group, em colaboração com o *Sumner M. Redstone Global Center for Prevention and Wellness*, divulgou um relatório elaborado a partir de uma mesa-redonda que reuniu 31 especialistas e representantes da academia, governos, organismos multilaterais e organizações não governamentais. O documento analisa os desafios para fortalecer a prevenção de doenças zoonóticas diante das mudanças climáticas e das transformações no financiamento da saúde global, destacando cinco recomendações principais: fortalecer os sistemas integrados de vigilância e alerta precoce; investir na liderança comunitária e nos profissionais de saúde da linha de frente; assegurar financiamento sustentável para a saúde veterinária e ambiental; ampliar a coordenação intersetorial; e priorizar ações preventivas antes da ocorrência de surtos.[57]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Diabetes e acesso a tecnologias para DCNTs

A FIND apresentou, na conferência da ISPOR África do Sul, resultados de uma análise de custo-efetividade do monitoramento contínuo de glicose (CGM) para pessoas com diabetes tipo 1. O estudo indicou que o monitoramento periódico pode ser custo-efetivo para jovens menores de 20 anos, enquanto a modalidade contínua depende de uma redução de 45% no preço dos sensores para alcançar viabilidade econômica, evidenciando os desafios de ampliar o acesso a tecnologias de saúde em países de baixa e média renda.[58]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças climáticas, saúde e resiliência

A Fundação Gates publicou um informe sobre os impactos das mudanças climáticas na agricultura, destacando as dificuldades crescentes enfrentadas por pequenos agricultores diante de eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e alterações no regime de chuvas. O texto aponta que essas dificuldades afetam não apenas a produção agrícola, mas também a renda das famílias, os empregos e toda a cadeia de abastecimento alimentar. O informe também ressalta as desigualdades de gênero no setor, considerando que mulheres representam 76% da força de trabalho feminina empregada nos sistemas agroalimentares da África Subsaariana, mas enfrentam barreiras no acesso à terra, tecnologia, financiamento e mercados.[59]

Segundo a GAVI, The Vaccine Alliance, o décimo relatório do Lancet Countdown mostra que os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde estão se intensificando, com o calor

associado a um recorde de 710 mil mortes em 2023. Os pesquisadores defendem que a mudança climática seja reconhecida formalmente como uma emergência global de saúde e que a saúde esteja no centro das decisões climáticas. Além disso, o relatório também aponta aumento dos riscos de doenças transmitidas por vetores, insegurança alimentar e eventos extremos. Isso pois, apesar de avanços em energia limpa e adaptação, o financiamento e a resposta política permanecem insuficientes e desiguais.[60]

Saúde Única (One Health) e sistemas agroalimentares

O CORE Group desenvolve ações integradas de saúde humana e animal na Região Somali, na Etiópia, por meio de equipes multidisciplinares que oferecem serviços de saúde às famílias de comunidades pastoris e aos seus rebanhos em uma única visita. A iniciativa busca ampliar o acesso à assistência, fortalecer a articulação entre os setores de saúde humana e animal e identificar lacunas nos serviços disponíveis, contribuindo para o planejamento de futuras intervenções. A ação integra o projeto CORE Group Partners Project (CGPP), com apoio do Departamento de Estado dos Estados Unidos e da World Vision, adotando uma abordagem de Saúde Única.[61]

O CORE Group destaca, por ocasião do Dia Mundial da Saúde Única, a interdependência entre a saúde humana, animal e ambiental, ressaltando a importância de uma abordagem integrada e multissetorial para a proteção da saúde pública. No âmbito do CORE Group Partners Project (CGPP), profissionais de saúde humana e equipes de saúde animal atuam conjuntamente nas comunidades para prevenir doenças e proteger tanto as populações quanto os animais com os quais convivem. A iniciativa conta com o apoio do Departamento de Estado dos Estados Unidos e da World Vision.[62]

A Global Health Center divulga o evento *Beyond Commitments: Making One Health Work in Food Systems*, que será realizado no dia 26 de novembro, na sede do centro e de forma online. A motivação para o evento parte de que apesar do crescente reconhecimento político, colocar em prática o #OneHealth continua a ser um desafio. Este evento centrar-se-á na implementação da One Health nos sistemas agroalimentares: medidas práticas, parcerias e abordagens políticas para apoiar ações integradas na saúde humana, animal, vegetal e ambiental nos sistemas agroalimentares. Mais informações a respeito do evento podem ser encontradas na página do Global Health Center.[63]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Organização e fortalecimento dos serviços de saúde

A FIND destacou, durante o World Health Summit 2026, a necessidade de integrar os diagnósticos desde o início aos planos nacionais de saúde e às linhas de cuidado. A organização ressaltou que o acesso oportuno e equitativo depende não apenas da disponibilidade de testes, mas também de infraestrutura, sistemas de aquisição, garantia de qualidade, profissionais capacitados e conectividade.[64]

A Global Fund aprovou a criação do Malaria Impact Accelerator, mecanismo de financiamento destinado a mobilizar recursos privados adicionais para ampliar a prevenção e o tratamento da malária nos países mais afetados e com menor capacidade econômica. A reunião também destacou investimentos de quase US$ 6 bilhões no fortalecimento dos sistemas de saúde e comunitários, a integração dos serviços de HIV, tuberculose e malária à atenção

primária, revisões dos indicadores de desempenho e a nomeação de Mark Dybul como próximo diretor-executivo, a partir de 2027.[65]

Continuidade dos serviços e resiliência dos sistemas

Global Fund aprovou US$ 1,16 milhão em financiamento emergencial para restabelecer serviços essenciais de HIV e tuberculose no Nepal, afetados por graves inundações. Os recursos serão destinados à aquisição de medicamentos, equipamentos laboratoriais e tecnologias portáteis de diagnóstico, priorizando comunidades isoladas e pessoas deslocadas, com implementação pelo PNUD em articulação com as autoridades de saúde. A iniciativa reforça a importância da resiliência dos sistemas de saúde para garantir a continuidade do cuidado em situações de desastre.[66]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Saúde materna e perinatal

A GAVI, The Vaccine Alliance apontou evidências de diferentes países em relação à vacinação materna contra o RSV, e a significativa diminuição dos casos graves entre bebês. Uma revisão de estudos do mundo real estimou 73,6% menos risco de hospitalização por infecções respiratórias associadas ao RSV entre bebês de mães vacinadas. Na Inglaterra, por exemplo, as hospitalizações por bronquiolite em menores de três meses ficaram 62,6% abaixo do esperado após a introdução da vacinação materna. Os estudos também apontam redução de internações em UTI, não havendo aumento do risco de parto prematuro associado à vacinação.[67]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Multilateralismo, segurança internacional e diplomacia

O Global Health Council anunciou a realização do webinar The America First Global Health Strategy in Year Two, com o objetivo de discutir os desdobramentos da Estratégia Global de Saúde dos Estados Unidos em seu segundo ano de implementação, examinando as mudanças nas prioridades, os impactos sobre a saúde global e as perspectivas para os próximos anos. O encontro reúne especialistas do Center for Global Development, KFF e Centre for Reproductive Health and Education (CRHE), da Zâmbia, sob moderação de Elisha Dunn-Georgiou, presidente e CEO do Global Health Council.[68]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Inteligência artificial e inovação em saúde

Mark Suzman, CEO da Fundação Gates, apresentou oito princípios que orientarão a atuação da instituição no desenvolvimento e na aplicação da inteligência artificial, com foco na redução das desigualdades e na ampliação do acesso à inovação em países e comunidades vulnerabilizadas. Entre as diretrizes estão o fortalecimento da capacidade tecnológica local, a adaptação das ferramentas às línguas e aos contextos socioculturais das populações, a valorização do conhecimento comunitário, a ampliação das capacidades dos profissionais de saúde, educação e agricultura, e a proteção de dados e direitos individuais. A Fundação também anunciou o compromisso de investir US$1 bilhão nos próximos dois anos, em parceria com mais de 60 organizações, para apoiar o desenvolvimento de soluções de IA adaptadas às necessidades locais, especialmente no Sul Global.[69]

Genômica, pesquisa genética e medicina

A Wellcome Trust publicou um novo informe sobre os impactos do Projeto Genoma Humano para o avanço da pesquisa genética e da medicina, destacando sua contribuição para o diagnóstico de doenças genéticas raras. O texto apresenta o caso de Lulu, adolescente com síndrome de Jansen-de Vries, cujo diagnóstico foi identificado após anos de incerteza familiar, por meio de pesquisas que se beneficiaram do sequenciamento genômico. O informe também enfatiza a importância da ciência aberta e do compartilhamento internacional de dados, além de apontar desafios futuros relacionados à diversidade étnica nas pesquisas genômicas, à proteção da privacidade e às desigualdades globais na capacidade de pesquisa genética.[70]

Considerações finais

O conjunto das manifestações desta quinzena evidencia, mais uma vez, a amplitude dos desafios que atravessam a saúde global. Emergências sanitárias, conflitos violentos, deslocamentos forçados, insegurança alimentar e eventos climáticos extremos estão associados à necessidade de assegurar a continuidade dos serviços de saúde, proteger as populações afetadas e mobilizar recursos para respostas imediatas. Paralelamente, questões relacionadas aos direitos, à participação comunitária e à capacidade das instituições de responder a esses problemas ampliam o debate para além das intervenções estritamente sanitárias.

As organizações da sociedade civil, de interesse público e privado, atuaram em diferentes frentes. Médicos Sem Fronteiras, CARE International e outras OSC de interesse público concentraram parte de suas manifestações nas emergências e na manutenção da assistência, enquanto Oxfam, Human Rights Watch, Movimento pela Saúde dos Povos e STOPAIDS trouxeram para o debate as desigualdades, os direitos, a participação social e a responsabilização política e institucional.

No âmbito das organizações de interesse privado, CORE Group, Global Fund, GAVI, FIND, Fundação Gates e Wellcome Trust apresentaram iniciativas relacionadas à prevenção de doenças, ao financiamento, ao fortalecimento dos sistemas de saúde, à pesquisa e à incorporação de tecnologias.

A inovação científica e tecnológica constitui outro componente relevante das manifestações do período, mas não se apresenta dissociada das condições de sua utilização. Inteligência artificial, genômica, diagnósticos e outras tecnologias foram abordados, bem como as preocupações relativas à proteção de dados, à diversidade, à capacidade tecnológica local e ao acesso. De modo semelhante, as manifestações sobre clima e saúde ressaltaram o financiamento, a resiliência e a preservação dos serviços em contextos adversos.

Dessa perspectiva, a quinzena reúne respostas a necessidades imediatas e discussões de caráter estrutural sobre governança, financiamento, direitos, sustentabilidade e inovação. As diferentes formas de atuação das organizações acompanhadas evidenciam uma agenda em que a assistência, a participação social, o desenvolvimento científico e o fortalecimento dos sistemas de saúde se articulam diante dos desafios contemporâneos da saúde global.

Referências

1. World Organization of the Scout Movement (WOSM). Scouts in the Democratic Republic of the Congo bring Ebola prevention to their communities [Internet]. WOSM. 2026 [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.scout.org/news/scouts-democratic-republic-congo-bring-ebola

2. Vulpillieres M. Ebola reaches Nigeria and Kenya as DRC cases continue to soar [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.care.org/media-and-press/ebola-reaches-nigeria-and-kenya-as-drc-cases-continue-to-soar/

3. Routine immunisation must be restored in Darfur [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://www.msf.org/sudan-routine-immunisation-must-be-restored-darfur

4. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. Sleeping sickness [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_sleepingsickness-globalhealth-healthinnovation-activity-7523063214591598592-Cwwd

5. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. See Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi)'s activity on [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_activity-7524080365276413954-QcXc

6. World Federation for Mental Health. 2026 BPI Fundação "la Caixa" Solidarity Award supports community-based mental health rehabilitation [Internet]. World Federation for Mental Health. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://wfmh.global/news/2026.26-10-29_2026-bpi-fundacao-la-caixa-solidarity-award

7. World Federation for Mental Health. WFMH at the #MHForAll Webinar: Amplifying Lived Experiences for Real Change [Internet]. World Federation for Mental Health. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://wfmh.global/news/2026.26-10-26_wfmh-at-the-mhforall-webinar

8. World Federation for Mental Health. More than 40 cities connected as the network prepares its first in-person General Assembly in Athens [Internet]. World Federation for Mental Health. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://wfmh.global/news/2026.26-10-30_more-than-40-cities-connected

9. ACT Promoção da Saúde. Cuidar da Saúde bucal também protege contra doenças crônicas [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://actbr.org.br/saude-bucal/9793/

10. European Lung Foundation. Protecting young people from nicotine addiction: new EU rules in focus at Brussels event [Internet]. European Lung Foundation. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://europeanlung.org/en/news-and-blog/protecting-young-people-from-nicotine-addiction-new-eu-rules-in-focus-at-brussels-event/

11. Save the Children. Disability Rights and Inclusion by Design: Built In, Not Bolted On [Internet]. Save the Children. [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.savethechildren.org/us/stories/disability-rights-and-inclusion-design-why-they-must-be-built-not-bolted

12. SHEM. Lula's Victory and the Possibility of Change from the Global South: Economic Injustice, Health Inequity and the Search for a New Ethics of Sustainable Human Development [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/sustainablehealthequity_lulas-victory-and-the-possibility-of-change-activity-7524590317732442112-bz3Q

13. ACON. Trans Visibility, Remembrance and the Power of Community [Internet]. ACON. **2026** [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/

14. Vulpillieres M. New IPC analysis: 6.35 million Haitians are projected to face acute food insecurity by next year [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.care.org/media-and-press/new-ipc-analysis-6-35-million-haitians-are-projected-to-face-acute-food-insecurity-by-next-year/

15. PHM. People's Health Movement. Health, the Environment and a Dignified Life Are Rights, Not Privileges [Internet]. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://phmovement.org/health-environment-and-dignified-life-are-rights-not-privileges

16. STOPAIDS. This Digital Health Week, we are reflecting on the incredible achievements of the Digital Health and Rights Project (DHRP). [... [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/uk-consortium-on-aids-%26-international-development_digitalhealthweek-coordinateactaccelerate-activity-7524069525877673985-ZOA8

17. Ultra-rich 0.1% produce more carbon pollution than nearly half of humanity while cashing in on the climate disasters they create [Internet]. Oxfam International. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from:

https://www.oxfam.org/en/press-releases/ultra-rich-01-produce-more-carbon-pollution-nearly-half-humanity-while-cashing

18. Rynita K. Indonesia's protest 'queens' are a viral sensation. Here's why their message on haze, climate and cost of living hits the spot [Internet]. Greenpeace International. [cited 2026 Nov 7]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/86729/indonesia-protest-viral-haze-fires-climate-economy/

19. Vulpillieres M. After floods, Mozambique braces for El Niño drought: Families need seeds and support [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://live-care-org.pantheonsite.io/media-and-press/after-floods-mozambique-braces-for-el-nino-drought-families-need-seeds-and-support/

20. World Vision. World Vision launches bold initiative to help 4 million children and families in West & Central Africa to build lasting resilience by 2030 [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/world-vision-launches-bold-initiative-help-4-million-children-and-families-west-central

21. Planetary Health Alliance. More Than 1,200 Health Professionals Across Europe Call for Binding Action on Extreme Heat [Internet]. Planetary Health Alliance. 2026 [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://planetaryhealthalliance.org/news/health-professionals-across-europe-call-for-extreme-heat/

22. CARE International. COP31: Climate promises mean little without funding reaching communities, CARE warns [Internet]. CARE Climate Change. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://careclimatechange.org/cop31-press-climate-promises-mean-little-without-funding-reaching-communities-care-warns/

23. European Lung Foundation. Health organisations call for strong health protection in the EU climate resilience framework [Internet]. European Lung Foundation. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://europeanlung.org/en/news-and-blog/health-organisations-call-for-strong-health-protection-in-the-eu-climate-resilience-framework/

24. People's Health Movement (PHM). Webinar: Right to Health: The Impact of Mining in the Democratic Republic of Congo [Internet]. People's Health Movement. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://phmovement.org/webinar-right-health-impact-mining-democratic-republic-congo

25. WFOT. World Federation of Occupational Therapists. WFOT have published two new positions statements [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfot_wfot-have-published-two-new-positions-statements-activity-7524039786949419009-9LVC

26. Yemen: El CICR entrega insumos médicos esenciales a instalaciones de salud en la ciudad de Taiz [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/yemen-el-cicr-entrega-insumos-medicos-esenciales-instalaciones-de-salud-en-la

27. Harmful, restrictive measures obstruct care for sexual violence survivors in North Kivu province [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://www.msf.org/drc-restrictive-measures-obstruct-care-sexual-violence-survivors-north-kivu

28. Sudán: Los ataques aéreos contra zonas pobladas ponen en peligro la vida de la población civil [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/sudan-los-ataques-aereos-contra-zonas-pobladas-ponen-en-peligro-la-vida-de-la

29. REACTION: Israeli large-scale military operation and mass displacement in Hebron [Internet]. Oxfam International. 2026 [cited 2026 Nov 7]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/reaction-israeli-large-scale-military-operation-and-mass-displacement-hebron

30. MSF evacuates patients from hospital damaged in Russian attack on Dnipro [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://www.msf.org/ukraine-msf-evacuates-patients-hospital-damaged-russian-attack-dnipro

31. Bader L. Human Rights Watch remarks to the Subcommittee on Human Rights Addressing human rights in the Horn of Africa with a focus on gender-based violence [Internet]. Human Rights Watch. 2026 [cited 2026 Nov 7]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/11/06/human-rights-watch-remarks-to-the-subcommittee-on-human-rights-addressing-human

32. Más de 160 Estados formularon medidas prácticas para la defensa de la humanidad en la guerra [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://www.icrc.org/es/declaracion/mas-de-160-estados-formularon-medidas-practicas-para-la-defensa-de-la-humanidad-en-la-guerra

33. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. See World Federation of Public Health Associations — WFPHA's activity on [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_activity-7523088187553091584-36bm

34. Oxfam reaction to the UN Security Council failing to renew MINURSO's mandate in Western Sahara [Internet]. Oxfam International. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-reaction-un-security-council-failing-renew-minursos-mandate-western-sahara

35. Funding cuts leave 150,000 displaced people at risk of diseases in Bentiu and Malakal [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://www.msf.org/south-sudan-funding-cuts-leave-150000-displaced-people-risk-diseases-bentiu-and-malakal

36. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. Together for a healthier future: Action. Access. Equity [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_together-for-a-healthier-future-action-activity-7522362035339436032-TS8k

37. World Vision. World Vision Lesotho Launches New Strategy to Accelerate Child Wellbeing and End Violence Against Children [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/world-vision-lesotho-launches-new-strategy-accelerate-child-wellbeing-and-end-violence

38. World Vision. New Partnership to Improve Children's Nutrition in Rural Communities in Salavan Province [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/laos/new-partnership-improve-childrens-nutrition-rural-communities-salavan-province

39. Fòs Feminista. Sexual and Reproductive Rights Policy Atlas [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_sexual-and-reproductive-rights-policy-atlas-activity-7523715715015626756-jlbS

40. Fòs Feminista. CIES Mobile Health Units — Bolivia's Amazon [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_cies-mobile-health-units-bolivias-amazon-activity-7520816648409300992-ChgO

41. Fundación Huésped. A 20 años de la ESI, el 86% de las y los estudiantes considera que es importante y necesaria [Internet]. Fundación Huésped. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://huesped.org.ar/novedades/a--anos-de-la-esi-el--de-las-y-los-estudiantes-considera-que-es-importante-y-necesaria

42. Fundación Huésped. Fundación Huésped busca personas embarazadas con VIH no hayan recibido tratamiento previamente [Internet]. Fundación Huésped. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://huesped.org.ar/novedades/fundacion-huesped-busca-personas-embarazadas-con-vih-no-hayan-recibido-tratamiento-previamente

43. World Federation of Public Health Associations. Maternal Health Policy: Recommendations for Equitable Pregnancy Care [Internet]. WFPHA 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.wfpha.org/maternal-health-policy/

44. IFA. International Federation on Ageing. Age Friendly Environments [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_agefriendlyenvironments-agefriendlycommunities-activity-7524471378000068608-_oa7

45. Wittner L. There's no national security without international security [Internet]. IPPNW peace and health blog. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://peaceandhealthblog.com/2026/11/02/theres-no-national-security-without-international-security/

46. What Change and Accountability Must Look Like After MAGA's Colossal Defeat [Internet]. Public Citizen. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://www.citizen.org/news/what-change-and-accountability-must-look-like-after-magas-colossal-defeat/

47. STOPAIDS. We are delighted to see that communities living with, at risk of and affected by HIV, will continue to be supported by a transformed UNAIDS. We welcome the consensus of all stakeholders at the… [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/uk-consortium-on-aids-%26-international-development_we-are-delightedto-see-that-communities-activity-7521574856090443776-xHJb

48. G2H2. Geneva Global Health Hub. Global Health Architecture [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/geneva-global-health-hub-g2h2_globalhealtharchitecture-healthforall-activity-7521944843317682176-8h-o

49. Reckless RFK Jr. Plunges Ahead with 'Enforcement Discretion Policy" that Widens Availability of Unproven and Unapproved Peptides [Internet]. Public Citizen. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://www.citizen.org/news/reckless-rfk-jr-plunges-ahead-with-enforcement-discretion-policy-that-widens-availability-of-unproven-and-unapproved-peptides/

50. WONCA. World Organization of Family Doctors. Artificial Intelligence and Medical Ethics [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_familymedicine-primarycare-artificialintelligence-activity-7524453281620824065-VwWZ

51. European Lung Foundation. ELF joins WHO movement to strengthen trust in science and health [Internet]. European Lung Foundation. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://europeanlung.org/en/news-and-blog/elf-joins-who-movement-to-strengthen-trust-in-science-and-health/

52. Zelkowitz A. Why Knowing Isn't Enough — How Behavioral Science is Helping Save the Children Change Lives [Internet]. Save the Children. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.savethechildren.org/us/stories/how-behavioral-science-helping-change-lives

53. IHF. International Hospital Federation. At this year's Congress, the Innovation Hub brought together 22 innovator finalists [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_at-this-years-congress-the-innovation-hub-activity-7521956457383129088-gl4x

54. Fundación Huésped. Estudio abierto: una vacuna contra Clostridioides difficile [Internet]. Fundación Huésped. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://huesped.org.ar/novedades/estudio-abierto-una-vacuna-contra-clostridioides-difficile

55. Parnership II. Voices from the 2026 IAP Young Physician Leaders workshop: [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_voices-from-the-2026-iap-young-physician-activity-7523328080979963904-ibRA

56. CORE Group. CORE Group Commits to Polio Eradication on World Polio Day [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_poliovirus-afghanistan-pakistan-activity-7519729483382394880--6ja

57. CORE Group. Foreign Aid and One Health in a Changing Climate: Where Do We Go From Here? [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_academia-government-multilateralagencies-activity-7521602551687860224-_Bgm

58. FIND. ISPOR South Africa Chapter [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/finddx_ispor-south-africa-chapter-health-economics-activity-7521211477031198720-9U7h

59. Gates Foundation. Why is it getting harder to grow our food? [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/threats-to-global-food-production-small-farmers

60. Joi P. Lancet: climate change should be treated as a global health emergency [Internet]. VaccinesWork, Gavi, the Vaccine Alliance. 2026 [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/lancet-climate-change-should-be-treated-global-health-emergency

61. CORE Group. The integrated outreach strengthens the linkage between human and animal health teams [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_gaadkebele-shinileworeda-somaliregion-activity-7523485419318104064-m6vk

62. CORE Group. One health day [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_onehealthday-onehealth-onehealthday-activity-7523451392729092096-e3XH

63. Global Health Centre, Geneva Graduate Institute. Beyond Commitments: Making One Health Work in Food Systems [Internet]. [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.graduateinstitute.ch/communications/events/beyond-commitments-making-one-health-work-food-systems

64. FIND. Jutta Reinhard-Rupp at World Health Summit in Berlin [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/finddx_diagnosisforall-whs2026-diagnostics-activity-7516806661278433280-hKOg

65. The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. Global Fund Board Approves New Financing Mechanism to Accelerate Progress Against Malaria and Marks Leadership Transition [Internet]. The Global Fund. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://www.theglobalfund.org/en/news/2026/2026-11-03-global-fund-board-new-financing-mechanism-malaria-leadership-transition/

66. The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. Global Fund Approves Emergency Funding for Nepal to Restore Essential HIV and TB Services After Devastating Floods [Internet]. The Global Fund. 2026 [cited 2026 Nov 4]. Available from: https://www.theglobalfund.org/en/news/2026/2026-10-30-global-fund-approves-emergency-funding-nepal-essential-hiv-tb-services/

67. Geddes L. RSV vaccines are leading to far fewer babies in hospitals: 4 things you need to know [Internet]. **VaccinesWork, Gavi, the Vaccine Alliance.** 2026 [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/rsv-vaccines-are-leading-far-fewer-babies-hospitals-4-things-you-need-know

68. Global Health Council. The America First Global Health Strategy is entering its second year. What has changed, and what comes next? [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Nov 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_the-america-first-global-health-strategy-activity-7520919436510285824-0s6I

69. Suzman M. Principles Guiding Our Work with AI [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/artificial-intelligence-2026-principles

70. Wellcome. The Human Genome Project: finding community in the code of life [Internet]. Wellcome. 2025 [cited 2026 Nov 6]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/human-genome-project-finding-community-code-life

Economia da guerra, tributação global e solidariedade portuária: o pré-COP 31 e os impasses da saúde global

Economía de guerra, tributación global y solidaridad portuaria: la pre-COP 31 y los atolladeros de la salud global

War economy, global taxation and port solidarity: pre-COP 31 and the impasses of global health

Rafaela Venturella De Negri e
Armando De Negri Filho

Resumo: Este informe, produzido na antessala da COP 31, reúne quatro campos interconectados. No panorama político-econômico, analisa o paradoxo do SIPRI para 2025 — gastos militares recordes de US$ 2,9 trilhões ao lado de um corte de 23% na ajuda oficial ao desenvolvimento — e seu custo humano mensurável; a privatização da guerra no Congo por meio da Vectus Global, de Erik Prince; a Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Fiscal Internacional como oportunidade histórica de reverter as inequidades do sistema tributário dominado pela OCDE; e a greve portuária de 30 de outubro, que paralisou 113 portos em 22 países e conectou a luta contra o genocídio à crítica da austeridade em meio ao rearmamento. Em seguida, apresenta o guia da Third World Network para a COP 31 em Antália, detalhando as disputas sobre financiamento climático, mitigação, adaptação, transição justa, perdas e danos e tecnologia. Na seção de saúde, denuncia a destruição da assistência médica palestina e a censura de profissionais sob a tática da "neutralidade médica"; documenta o impacto humanitário do bloqueio dos EUA a Cuba; cobre a 2ª Conferência da Farmacêutica Pública em Frankfurt; e discute o artigo da The Lancet sobre a "armadilha do monitoramento" na saúde global, que documenta o dano sem viabilizar a responsabilização.

Palavras-chave: Economia da Guerra. Tributação Internacional. Greve Portuária. Financiamento Climático. Saúde Global.

Resumen: *Este informe, elaborado en vísperas de la COP 31, aborda cuatro ámbitos interrelacionados. En el panorama político-económico, analiza la paradoja del SIPRI para 2025 —gastos militares récord de 2,9 billones de dólares junto con un recorte del 23 % en la ayuda oficial al desarrollo— y su costo humano cuantificable; la privatización de la guerra en el Congo a través de Vectus Global, de Erik Prince; la Convención Marco de la ONU sobre Cooperación Fiscal Internacional como una oportunidad histórica para revertir las desigualdades del sistema tributario dominado por la OCDE; y la huelga portuaria del 30 de octubre, que paralizó 113 puertos en 22 países y vinculó la lucha contra el genocidio con la crítica a la austeridad en medio del rearme. A continuación, presenta la guía de Third World Network para la COP 31 en Antalya, detallando las disputas sobre financiamiento climático, mitigación, adaptación, transición justa, pérdidas y daños, y tecnología. En la sección de salud, denuncia la destrucción de la atención médica palestina y la censura de profesionales bajo la táctica de la «neutralidad médica»; documenta el impacto humanitario del bloqueo de EE. UU. a Cuba; cubre la 2.ª Conferencia de Farmacia Pública en Fráncfort; y analiza el artículo de The Lancet sobre la «trampa del monitoreo» en la salud global, que documenta el daño sin permitir la rendición de cuentas.*

***Palabras clave**: Economía de la guerra. Fiscalidad internacional. Huelga portuaria. Financiamiento climático. Salud global.*

***Abstract:** This report, produced in the run-up to COP 31, gathers four interconnected fields. In the political-economic overview, it analyzes the SIPRI paradox of 2025 — record military spending of US$ 2.9 trillion alongside a 23% cut in official development assistance — and its measurable human cost; the privatization of war in the Congo through Erik Prince's Vectus Global; the UN Framework Convention on International Tax Cooperation as a historic opportunity to reverse the inequities of the OECD-dominated tax system; and the October 30 port strike, which halted 113 ports in 22 countries and connected the struggle against genocide to the critique of austerity amid rearmament. It then presents the Third World Network's guide to COP 31 in Antalya, detailing the battles over climate finance, mitigation, adaptation, just transition, loss and damage and technology. In the health section, it denounces the targeting of Palestinian healthcare and the censorship of professionals under the tactic of "medical neutrality"; documents the humanitarian impact of the US blockade on Cuba; reports on the 2nd Public Pharma Conference in Frankfurt; and discusses The Lancet article on the "monitoring trap" in global health, which documents harm without enabling accountability.*

***Keywords:** War Economy. International Taxation. Port Strike. Climate Finance. Global Health.*

Panorama Político-econômico

Neste informe pré-COP 31 (que provavelmente será fortemente comentada em nosso próximo informe) trazemos 3 campos principais e interconectados de conteúdo: a economia da guerra, a *New UN Tax Convention*, a greve dos trabalhadores dos portos da Itália e uma palinha da COP 31 da *Third World Network* - apenas um dos tantos documentos produzidos pela rede durante o encontro das Partes.

A primeira produção que analisamos é um artigo do Stockholm International Peace Research Institute, o SIPRI, que nos ensina um paradoxo central da conjuntura global de 2025: os gastos militares mundiais atingiram o recorde enquanto as *ODAs* tiveram uma redução de 23% em relação a 2024. O dado evidencia uma escolha política deliberada de priorizar o rearmamento em detrimento da cooperação para o desenvolvimento. Governos como o alemão vinculam explicitamente os cortes na ajuda à prioridade dada à segurança militar: Berlim pretende reduzir a parcela da renda nacional bruta destinada à ajuda externa de 0,56% para cerca de 0,43% até 2029, enquanto quase dobra seus gastos militares no mesmo período. O próprio SIPRI, no entanto, demonstra que a economia obtida com os cortes cobre apenas uma fração mínima do aumento dos gastos militares, o que desmonta a justificativa de que o sacrifício humanitário financiaria proporcionalmente o rearmamento. O custo humano, por outro lado, é mensurável e alarmante: segundo estudo publicado no *The Lancet Global Health*, os cortes podem causar entre 9,4 e 22,6 milhões de mortes adicionais até 2030 por doenças transmissíveis em países de baixa e média renda — mortes evitáveis. O timing é particularmente grave, pois o número de conflitos armados ativos atingiu o maior nível já registrado (59 a 65 em 2025), e a ajuda para consolidação da paz e resiliência institucional é justamente a que está sendo reduzida. A isso somam-se os desastres climáticos, que multiplicam as necessidades humanitárias imediatas e minam as perspectivas de desenvolvimento de longo prazo. A reportagem aborda ainda a questão emergente da responsabilidade em armas baseadas em inteligência artificial, apontando uma cadeia difusa que envolve desenvolvedores, empresas,

comandantes, soldados e Estados, mas concluindo que a responsabilidade primária de garantir o cumprimento do direito humanitário internacional recai sobre os Estados. Em síntese, o texto expõe uma assimetria eloquente: os cortes na ajuda representam uma fração ínfima do financiamento militar, mas seu impacto humanitário é desproporcional e potencialmente catastrófico. Como observa o SIPRI, mesmo um retorno aos níveis pré-2025 não bastaria — antes dos cortes, os fundos já mal cobriam as necessidades globais. O paradoxo, portanto, não é apenas moral, mas também de eficácia: gasta-se recordes em segurança enquanto se desmontam as condições sociais que, em última análise, sustentam a própria estabilidade.

> *Além disso, os efeitos dos gastos com desenvolvimento e dos gastos militares ocorrem em prazos diferentes. Os gastos militares, particularmente os grandes programas de aquisição, podem levar anos para se traduzir em capacidades efetivas. Em contrapartida, as reduções na AOD (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento) podem afetar os programas de desenvolvimento e humanitários de forma muito mais imediata, gerando também consequências de longo prazo para o desenvolvimento sustentável e a segurança humana. Esses prazos distintos dificultam ainda mais as comparações baseadas apenas em seu impacto financeiro.*
>
> *Por fim, pode-se concluir que a relação entre desenvolvimento e segurança está passando por uma mudança importante. A recente divergência entre a AOD e os gastos militares reflete a aceleração de uma tendência de longo prazo na forma como a segurança vem sendo enquadrada. Em vez de encarar a segurança como um objetivo coletivo, no qual a melhoria das condições econômicas, sociais e políticas nos Estados receptores também pode contribuir para a estabilidade internacional, muitos Estados do CAD (Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento) estão cada vez mais vendo a segurança no sentido tradicional de segurança militar e dissuasão. Embora essa mudança seja compreensível diante da percepção de ameaças militares mais imediatas, a consequência é uma tensão crescente entre diferentes narrativas de segurança e usos concorrentes de recursos públicos limitados. Em vez disso, o desenvolvimento deveria ser visto como um complemento aos gastos militares que faz parte de uma agenda de segurança mais holística.*

Nos primeiros dias de novembro, a Progressive International publicou um artigo relacionado ao mesmo tema - a indústria e economia da guerra - tendo o Congo como estudo de caso: "O Congo como local de acumulação de capital: Erik Prince e a privatização da guerra". A matéria relata como a Vectus Global, empresa de Erik Prince (sim, o fundador da Blackwater e apoiador fervoroso de Donald Trump), se estabeleceu no coração da mineração da República Democrática do Congo e atende aos interesses imperiais e corporativos dos Estados Unidos em relação a minerais críticos, além de violar a soberania do povo congolês. O acordo de US$ 700 milhões por cinco anos com o Ministério da Fazenda congolês visa melhorar a arrecadação de receitas da mineração e a coibir o contrabando na região de Catanga, rica em cobre e cobalto, o acordo continha um componente militar secreto: aconselhar o exército congolês, prover suporte tático aéreo e frotas de drones e recrutar combatentes estrangeiros. O acordo é visto como, além de um ataque à soberania do país, um crescimento desnecessário a militarização da região, aumentando os conflitos já existentes no território da RDC.

> *Erik Prince e seus apoiadores estatais não são os salvadores que o povo congolês espera para acabar com a violência das milícias e a interferência ruandesa. O homem que o governo congolês contratou para prestar serviços militares e de segurança não é um mediador neutro, nem alguém que atua fora dos próprios interesses que alimentam e lucram com esses conflitos. Ele é um criminoso que personifica o nexo entre os interesses econômicos capitalistas, a privatização da guerra e a defesa da hegemonia imperial dos EUA. Isso não é apenas uma suposição. Em um episódio de seu podcast Off Leash, Prince pediu explicitamente que os EUA retomassem um papel imperial direto, afirmando que era hora de "colocar o chapéu imperial de volta" e governar países que, segundo ele, são incapazes de se governar. Ele fez generalizações racistas abrangentes sobre a África, afirmando que a maioria de seus países não consegue administrar seus próprios assuntos.*

> *Quando seu coapresentador, Mark Serrano, observou que isso parecia um apelo ao retorno do colonialismo, Prince respondeu sem rodeios: "Com certeza, sim!"*

Da RDC para a *New UN Tax Convention*, com um *Briefing paper da Third World Network* que reflexiona sobre a última rodada de diálogos da Convenção (durante os primeiros dias de agosto), avaliando o que está em jogo nessas múltiplas rodadas de negociação que preveem o novo acordo internacional e como a convenção é uma rara oportunidade de reverter um histórico e largo processo de produção e manutenção de desigualdade.

> *Na quinta sessão de negociação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional (UNFCITC), realizada em Nova York de 3 a 13 de agosto, tornou-se indiscutível que negociações genuínas estão em curso rumo a um mecanismo para a partilha de direitos tributários entre Estados-membros soberanos, com base nas Nações Unidas. Os delegados lidaram com o texto propriamente dito ao debaterem os princípios e direitos subjacentes incorporados ao texto proposto.*
>
> *Um processo histórico para reverter uma inequidade histórica*
>
> *Essas negociações poderiam estabelecer uma nova instituição internacional de cooperação fiscal na qual todos os países soberanos tenham acesso à definição da agenda e à alocação de obrigações e direitos a serem atendidos por um secretariado que responda a todos os Estados-membros da ONU, em vez de responder apenas aos países-membros da OCDE. (É uma pena que, nesta conjuntura, os recursos do secretariado para fornecer apoio técnico estejam severamente limitados pelas restrições orçamentárias da ONU.)*
>
> *O que está em jogo nestas negociações da ONU rumo a um tratado internacional sobre a tributação de lucros e rendas internacionais?*
>
> *O sistema tributário dominante, estabelecido em uma rede de tratados sob os auspícios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), permite que empresas multinacionais e cidadãos ricos — que podem facilmente criar empresas em outros países — transfiram os lucros que obtêm em um país para outros países, como Suíça, Países Baixos e Bahamas, de modo a evitar os impostos sobre os lucros e a renda que geram no país de origem.*

Agora, das salas das Nações Unidas para os portos da Itália, onde um outro processo também histórico vem acontecendo. Os trabalhadores dos portos (*Dockworkers*) vem sendo um forte ponto de resistência ao genocídio palestino, estando intensamente organizados desde outubro de 2023, se mobilizando ao redor de greves, pontos de bloqueio e movimentos em comum com outros trabalhadores italianos. No dia 30 de outubro, trabalhadores, estudantes, professores e ativistas se juntaram aos *Dockworkers* e pararam em Génova, tendo Roma como próximo destino. Além das questões éticas e morais de se posicionar contra o genocídio, os grupos também fazem uma necessária reflexão - conectada a economia da guerra: como é possível os países envolvidos em conflitos armados, que destinam gordas fatias de seu PIB à guerra, continuarem a defender a necessidade de medidas de austeridade quando se fala em educação e saúde?

Na última sexta-feira, os estivadores de Gênova fecharam o porto, enquanto professores, estudantes e trabalhadores de toda a cidade se juntaram a eles. Agora, eles levam a luta a Roma.

Na última sexta-feira, no que os organizadores chamaram de maior ação portuária coordenada de todos os tempos, estivadores cruzaram os braços em 113 portos de 22 países em cinco continentes. A comunidade de Gênova, de fato, se mobilizou em apoio à greve nacional: cerca de 40 mil pessoas lotaram a Piazza De Ferrari, segundo a ANSA. Às 9h30, estivadores militantes bloquearam o Varco Albertazzi, um dos principais portões do porto, com pneus e sinalizadores de fumaça.

Estudantes genoveses desceram da universidade na Via Balbi e da Piazza Montano, em Sampierdarena, onde marcharam junto com eles a professora do ensino fundamental e membro da USB Anna Pedemonte. “Encontrei estudantes que vieram à minha sala de aula há dez anos”, contou ela a mim. Às 11h35, o contingente de estudantes e professores se juntou aos estivadores sob a torre Matitone. Uma cozinha de campo no portão serviu macarrão enquanto os manifestantes faziam uma pausa ao meio-dia da marcha. Às 14h40, cerca de 10 mil a 15 mil pessoas entraram no porto.

“Os estivadores querem suas mãos sujas de graxa, não de sangue”, disse Nivoi, membro da Unione Sindacale di Base (USB) e líder do coletivo de estivadores militantes conhecido como CALP. “Então temos que bloquear tudo de novo.” Do outro lado do Mediterrâneo, cerca de 3 mil estivadores e marinheiros cruzaram os braços no Pireu, na Grécia, e navios permaneceram atracados em sete portos gregos. “Não trabalharemos para as guerras deles, e não nos tornaremos forragem para os seus canhões”, disse Apostolos Kypraios, do sindicato dos engenheiros navais gregos. A greve também chegou a Valência e Algeciras, Tânger Med, portos na Turquia, Nhava Sheva na Índia e Oakland, onde a ILWU Local 10 se juntou. As paralisações variaram de duas horas no Marrocos a um dia inteiro na Itália, França, Grécia, Turquia e Índia. A campanha No Harbour for Genocide (“Nenhum Porto para o Genocídio”), de estivadores e ativistas, afirmou que a ação reteria cerca de 52 mil contêineres e US$ 2,8 bilhões em cargas.

Na Itália, a USB convocou uma greve geral e a manteve, apesar da ordem do ministro dos Transportes, Matteo Salvini, contra a greve no setor de transportes. “Não nos importamos”, disse Nivoi sobre a ordem. “Ele não entendeu que agora vamos até o fim.” Salvini, disse Pedemonte a mim, havia ordenado que os trabalhadores dos transportes voltassem ao trabalho “com um pretexto ridículo”, mas “neste estágio, todos os setores estão percebendo que só unindo forças podemos realmente expressar, com força e clareza, todas as razões que nos levam às ruas”. A USB afirma que 1,5 milhão de pessoas participaram em todo o país, enquanto o Ministério do Interior contabilizou mais de 255 mil. Em Roma, a polícia usou canhões de água e deteve oito pessoas enquanto estudantes tentavam romper até o Parlamento. Enquanto isso, em Turim, a polícia carregou e espancou manifestantes.

Ontem, a USB realizou uma assembleia nacional sob o Coliseu, em Roma, após estudantes, trabalhadores e ativistas por moradia terem acampado por duas noites na Via dei Fori Imperiali. “Temos que decidir um momento, todos juntos, em que viremos a Roma para dizer uma coisa precisa”, disse o dirigente nacional da USB, Guido Lutrario, aos repórteres. A USB declarou uma marcha nacional contra o custo de vida, o rearmamento militar e o governo, a ser realizada em 12 de dezembro.

A resposta do governo a esses protestos que se ampliam continua sendo a austeridade. “Seu governo destina 5% do PIB às forças armadas, e então você se senta à mesa com eles e eles lhe dizem: não temos dinheiro”, disse Nivoi a mim. “Há um problema político, porra. Não é um problema sindical.”

Agora, para Turquia: A COP31 - assunto que potencialmente aparecerá nos nossos próximos dois informes, conforme as organizações que acompanhamos vão publicando seus pareceres. O primeiro que trazemos é da já aqui citada *Third World Network*. O informe analítico é assinado por Radhika Chatterjee e Meena Raman e de título *“What to expect at Climate Talks in Antalya”.* Trata-se de um guia prévio sobre a COP 31 e reuniões correlatas da UNFCCC. O texto situa a conferência em um contexto de crise global — guerras ilegais dos EUA e de Israel no

Oriente Médio, crises energética e alimentar, pressões inflacionárias e protestos contra o custo de vida — e de aprofundamento dos impactos climáticos, como as enchentes devastadoras de outubro no Nepal e na China, ligadas ao derretimento glacial acelerado. Diante disso, o informe avalia que o progresso na implementação do Acordo de Paris é insuficiente: o relatório de síntese da UNFCCC sobre as NDCs indica que as emissões coletivas seguem muito aquém do necessário para manter a meta de 1,5°C ao alcance, enquanto adaptação, resiliência e perdas e danos ganham centralidade nas estratégias nacionais. O ponto central do debate sobre a lacuna de mitigação será a responsabilidade: países em desenvolvimento devem argumentar que os desenvolvidos não assumiram sua parcela justa de reduções, apesar de já terem consumido excessivamente o espaço de carbono disponível, e que os repetidos apelos à urgência do 1,5°C obscurecem a inadequação de suas ações e de seu apoio financeiro. Para o G77 e a China, a credibilidade da COP 31 será medida pela entrega de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação em escala, qualidade e acessibilidade adequadas, e propostas como roteiros de transição para fora dos combustíveis fósseis ou metas de eletrificação (esta última avançada pela presidência turca) devem encontrar resistência sem recursos correspondentes.

O informe detalha os principais pontos de atrito da agenda. O Programa de Trabalho sobre Financiamento Climático (CFWP), criado pelo parágrafo 54 da decisão “Global Mutirão” de Belém, é apontado como o principal campo de batalha: países em desenvolvimento o defendem como espaço dedicado à implementação do Artigo 9.1 do Acordo de Paris, que obriga os desenvolvidos a prover recursos financeiros, enquanto a União Europeia, Suíça, Canadá, Noruega, Nova Zelândia, Japão e Reino Unido argumentam que Belém já definiu seu escopo e que novas negociações são desnecessárias. Os países em desenvolvimento insistem na inclusão do item na agenda da CMA 8, respaldados pelo LMDC, pelo Grupo Árabe e pelo G77 e China, e o tema pode se tornar o primeiro grande confronto político da conferência, sobretudo diante dos anúncios de redução de financiamento climático por Reino Unido, Canadá e Alemanha e da retirada dos EUA da UNFCCC e do Acordo de Paris. Outras propostas de agenda também devem ser contenciosas, como o item da CMA 8 sobre triplicar o financiamento de adaptação e o item da COP 31 sobre a determinação e revisão periódica dos fundos necessários ao GCF, ambos propostos pelo Grupo Africano; o diálogo conjunto sobre comércio e mudança climática; e as propostas do Grupo das Montanhas, de Kirguistão, Nepal e Butão, sobre institucionalização do diálogo sobre montanhas e sobre o aquecimento de 1,5°C nas montanhas.

Sobre o Programa de Trabalho de Mitigação (MWP), o informe explica que ele foi criado em 2021, com mandato até a CMA 8, quando as Partes devem decidir se e como ele continua. O desacordo central não é sobre a continuidade, mas sobre os princípios que regerão o futuro mandato: países em desenvolvimento, incluindo LMDC, Grupo Africano, Grupo Árabe, China, África do Sul e Índia, defendem a manutenção das salvaguardas de soberania nacional e da natureza nacionalmente determinada das NDCs, reafirmadas no parágrafo 16 da decisão 13/CMA.7, enquanto AILAC, AOSIS e a UE querem que as deliberações se guiem pelo parágrafo 1 da decisão 4/CMA.4, que estabelece o objetivo de ampliar urgentemente a ambição e a implementação nesta década. No fundo, estão diferenças históricas sobre equidade, responsabilidade histórica e a natureza das obrigações de mitigação, com temores de que um MWP fortalecido se torne veículo de pressão sobre os países em desenvolvimento para adotar metas adicionais, como a transição para fora dos combustíveis fósseis, sem compromissos correspondentes de financiamento, tecnologia e capacitação. A isso se somam propostas de alguns países desenvolvidos, como a criação de um “Comitê Permanente de Mitigação” ou de

um “Comitê Consultivo de Mitigação” ou “Mecanismo Facilitador de Ação de Mitigação”, que os developing countries veem com desconfiança.

O documento também trata da orientação adicional sobre as características das NDCs, tema que ficou pendente desde a CMA 6, em Baku, e volta à CMA 8: países em desenvolvimento querem orientação sobre adaptação, financiamento, transferência de tecnologia, capacitação e impacto das medidas de resposta dos desenvolvidos, mantendo a diferenciação entre NDCs de desenvolvidos e em desenvolvimento, enquanto EUA, UE, Reino Unido, Suíça, Austrália, Canadá, Japão e AOSIS defendem metas quantificáveis, metas absolutas de redução de emissões para todos os países e alinhamento das NDCs com o 1,5°C e com as estratégias de longo prazo. Na adaptação, o item mais importante é o avanço da decisão de Belém sobre o Objetivo Global de Adaptação (GGA), com os Indicadores de Adaptação de Belém (BAI), lista de 59 indicadores, e a Visão Belém-Adis (BAV), processo de dois anos para operacionalizar os indicadores; em Bonn (SB 64), porém, as Partes não avançaram na força-tarefa técnica porque o texto final pendia a favor dos desenvolvidos, removendo a participação das Partes e as referências a equidade e CBDR-RC e diluindo a linguagem sobre financiamento de adaptação, de modo que as negociações recomeçam em Antália. Sobre os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), o informe registra que, até 20 de outubro de 2026, 81 países em desenvolvimento haviam submetido seus planos, incluindo 29 PMAs e 17 SIDS.

No Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTPW), o foco será operacionalizar o Mecanismo de Transição Justa (JTM) após a decisão de Belém, revisar o programa e entregar as mensagens dos quinto e sexto diálogos. O ponto de atrito é a governança do JTM: países em desenvolvimento defendem um órgão constituído dedicado, com diferentes propostas — sob o guarda-chuva do JTPW com mandato ampliado, substituição do JTPW quando o JTM estiver plenamente operacional, ou trilhas paralelas complementares —, enquanto a maioria dos desenvolvidos se opõe a um novo órgão, citando restrições orçamentárias e defendendo um JTM simplificado voltado à harmonização de iniciativas fragmentadas e à mobilização de financiamento privado. Em perdas e danos, a CMA 8 deve considerar a governança do Mecanismo Internacional de Varsóvia (WIM), e os órgãos subsidiários analisarão o relatório conjunto do Comitê Executivo do WIM e da Rede de Santiago, incluindo recomendações da terceira revisão do WIM concluída em Belém e questões de adequação e reposição de recursos financeiros. A CMA 8 deve ainda lançar a fase técnica do segundo Balanço Global (GST 2), sem negociações, com a cofacilitação escolhida por países em desenvolvimento (via G77 e China) e por desenvolvidos e diálogos técnicos previstos para junho e novembro de 2027 e junho de 2028.

Na área de financiamento, o informe lista os subitens de agenda, incluindo o Comitê Permanente de Finanças (SCF), orientações ao GCF e ao GEF, o relatório do Fundo de Resposta a Perdas e Danos (FRLD), o Fundo de Adaptação (AF) e o Artigo 2.1(c) do Acordo de Paris e sua complementaridade com o Artigo 9, além de itens exclusivos da COP, como financiamento de longo prazo e a sétima revisão do mecanismo financeiro. Sobre o Diálogo Veredas, relativo ao Artigo 2.1(c), o texto registra que não há entendimento comum sobre seu escopo e que as discussões serão contenciosas a menos que guiadas pelas salvaguardas do parágrafo 3 da decisão de Belém — abordagem bottom-up, nacionalmente determinada, não prescritiva, não punitiva, facilitadora, respeitosa da soberania nacional, incluindo fiscal e monetária, consistente com CBDR-RC, equidade e desenvolvimento sustentável —, que os países em desenvolvimento consideram guarda-corpos fundamentais contra a implementação top-down e prescritiva defendida pelos desenvolvidos. Sobre o Fundo de Adaptação, três temas estão em pauta: os

arranjos para que sirva exclusivamente ao Acordo de Paris, a composição do Conselho e a quinta revisão do Fundo; o impasse, desde SB 62, é se haverá três decisões separadas (posição dos developing countries) ou uma única decisão em pacote (posição dos desenvolvidos), e a mudança de terminologia de "Anexo 1/não Anexo 1" para "desenvolvidos/em desenvolvimento" na composição do Conselho é considerada não negociável pelos países em desenvolvimento, pois a composição atual lhes garante representação maior que a de outros fundos climáticos multilaterais.

Em tecnologia, os itens incluem o relatório conjunto do TEC e do CTCN, a sede do Centro de Tecnologia Climática — tema prioritário para os países em desenvolvimento, com o PNUMA recomendado pelo SBI 64 e memorando de entendimento em preparação —, a terceira revisão da implementação do CTCN e o Programa Estratégico de Poznan, com ênfase na implementação do Programa de Implementação Tecnológica de Belém (BTIP) e na necessidade de financiamento adequado, previsível e sustentável. Em pesquisa e observação sistemática, o informe registra que as negociações em Bonn foram contenciosas sobre incorporar ou não a equidade na modelagem climática futura, com Índia, Grupo Árabe e Quênia a favor e UE e Reino Unido contra, e que em Antália o foco será como os achados do Diálogo de Pesquisa e do Dia da Informação da Terra (EID) se refletem no texto da decisão. Por fim, o documento aborda iniciativas presidenciais fora da negociação formal: o Acelerador Global de Implementação (GIA), segunda sessão em Antália, e a Missão de Belém para 1,5, que se conclui na CMA 8; os roteiros sobre transição para fora dos combustíveis fósseis e desmatamento, que não estão na agenda negociada por falta de consenso em Belém, mas terão diálogos de alto nível; e a Agenda de Ação da presidência turca, que propôs meta de eletrificação de 35% da demanda final de energia até 2035, tema que pode se tornar contencioso caso se pretenda incluí-lo nos resultados oficiais negociados, inclusive por meio de uma "cover decision" cuja própria existência e processo de elaboração devem ser objeto de disputa. Vale a pena a leitura do documento que está aqui.

Saúde

Em Saúde, trazemos um boletim informativo sobre Gaza - seguindo com nosso compromisso de mostrar os efeitos do genocídio na saúde palestina; uma reportagem sobre os efeitos do bloqueio genocida dos EUA a Cuba, atualizações sobre iniciativas de *Public Pharma* e um artigo muito interessante da The Lancet comentando a já muito mencionada reforma da saúde global.

Após 3 anos de genocídio intenso, o sistema de saúde palestino continua a ser um dos alvos principais de Israel. Trabalhadores da saúde são assassinados e presos, centros de cuidado e hospitais (os que ainda restam) são constantemente bombardeados e a entrada de medicamentos é altamente controlada.

> *Três anos após o genocídio em Gaza, a assistência médica palestina continua sendo um alvo para Israel. Profissionais de saúde como o Dr. Hussam Abu Safiya permanecem presos, enquanto outros enfrentam riscos diários para suas vidas e suas famílias. No final de setembro, Bashir al-Bursh, filho do diretor-geral do Ministério da Saúde de Gaza, Dr. Munir al-Bursh, foi atingido por um drone após sair da tenda de sua família. Seu caso é um entre muitos testemunhos das táticas criminosas da ocupação. Apesar do genocídio em curso, os governos do Norte Global ainda não mudaram significativamente seu discurso sobre Israel — nem sua cooperação com empresas que apoiam os crimes da ocupação. A Palantir se destaca entre essas empresas, mantendo ainda contratos significativos em toda a Europa. No início de outubro, profissionais de saúde e ativistas organizaram mais de 40 ações em todo o Reino Unido para exigir o fim da presença da empresa de tecnologia de vigilância no Serviço Nacional de Saúde (NHS)."*

Num movimento similar - também genocida - o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba e sua intensificação recente sob a administração de Trump e Rubio, tem levado a um aumento expressivo das mortes na ilha. A reportagem da *People's World* em forma de narrativa de memória do pediatra que visitou a ilha em 1994, documenta o impacto humanitário por meio de indicadores de saúde: a taxa de mortalidade geral subiu de 9,5 por 1.000 em 2014 para 14,2 em 2025, e a taxa de mortalidade infantil, que caíra de 87,1 em 1950 para 4,0 em 2018, voltou a subir para 7,6 em 2021 e 9,9 em 2025 — com 653 mortes de bebês em 2025, contra 65 em 2018, apesar do número menor de nascimentos. O texto lista os mecanismos do dano: 7.000 contêineres com suprimentos médicos e medicamentos retidos em docas por medo de sanções; farmácias vazias pela impossibilidade de importar matérias-primas; água escassa ou contaminada pela falta de combustível e peças para instalações de tratamento; escassez de alimentos; emigração de profissionais de saúde; cirurgias paralisadas (mais de 100 mil cubanos à espera, 12 mil crianças); bebês prematuros sem incubadoras ou respiração assistida; e queda da taxa de sobrevida da leucemia infantil mais comum de 90% para 50% pela indisponibilidade de medicamentos anticancerígenos.

> *O que começou como um bloqueio econômico dos EUA que dura décadas transformou-se em um verdadeiro estado de sítio para Cuba. Com o governo Trump impondo um estrangulamento total do petróleo ao país em meio a uma crise humanitária crescente, vidas vulneráveis estão sendo perdidas.*
>
> *A falta de eletricidade leva à escassez de alimentos e água, à ausência de ar-condicionado e a transporte limitado para os serviços. A escassez de suprimentos e energia paralisa cirurgias. A maioria dos medicamentos está indisponível e, sem eletricidade, os hospitais ficam às escuras e incapacitados.*
>
> *Esse ataque dos EUA põe todos em risco, mas especialmente crianças muito pequenas, idosos e doentes crônicos. A taxa de mortalidade geral de Cuba, de 9,5 mortes por 1.000 pessoas em 2014, subiu para 14,2 em 2025.*
>
> *Como pediatra, o dano extraordinário causado aos bebês me preocupa particularmente. O aumento da taxa de mortalidade infantil (TMI) — o número de crianças por 1.000 nascimentos que morrem no primeiro ano de vida — conta essa história. Em 1950, a TMI de Cuba era de 87,1. Caiu para 61,7 em 1960, 38,5 em 1970, 9,94 em 1990, 6,13 em 2000 e 4,0 em 2018.*
>
> *A TMI então subiu para 7,6 em 2021, durante a pandemia de COVID-19, e para 9,9 em 2025. Observadores dizem que muito mais bebês estão morrendo agora por causa do bloqueio petrolífero dos EUA imposto por ordem do presidente Donald Trump em 29 de janeiro de 2026.*
>
> *Um panorama mostra que apenas 65 bebês morreram em Cuba em 2018, quando nasceram 116.333 bebês; 752 morreram em 2021, quando os recém-nascidos somaram 99.096; e 653 morreram em 2025, ano com apenas 68.064 nascimentos.*
>
> *O dano à saúde e aos serviços de saúde se manifesta de várias formas, incluindo:*
>
> *Companhias marítimas, temendo sanções dos EUA, deixaram 7.000 contêineres encalhados em docas longe de Cuba. Eles contêm suprimentos médicos e medicamentos encomendados no exterior.*
>
> *As prateleiras das farmácias estão quase vazias. Graças ao bloqueio, Cuba não pode mais importar matérias-primas necessárias para fabricar seus próprios medicamentos.*
>
> *A água é escassa ou contaminada porque faltam combustível e peças de reposição para as instalações de tratamento e muitas bombas não funcionam.*
>
> *Falta comida devido à escassez de combustível para as operações agrícolas e as entregas.*
>
> *Faltam profissionais de saúde. Muitos emigraram, em parte devido à escassez relacionada ao bloqueio.*
>
> *Quando falta eletricidade, médicos e enfermeiros trabalham no escuro, ou não conseguem trabalhar de forma alguma.*
>
> *Bebês prematuros que precisam de respiração assistida e/ou incubadoras com aquecimento sofrem ou morrem por falta de eletricidade.*
>
> *Mais de 100 mil cubanos que precisam de cirurgia têm de esperar, 12 mil deles crianças.*

Medicamentos anticancerígenos que salvam vidas podem estar indisponíveis, incluindo o agente que possibilita uma taxa de sobrevida de 90% para a forma mais comum de leucemia infantil. A taxa caiu para 50%.

Crianças são prejudicadas

Nos EUA, profissionais de saúde e outros há muito pedem o reconhecimento precoce de crianças feridas por violência infligida. O artigo marco do pediatra Henry Kempe, Battered-Child Syndrome (1962), os esclareceu. Trabalhando como médico de crianças, eu estava aprendendo essa mesma realidade no exercício da profissão.

Crianças se refrescam na porta de casa durante um apagão em Havana, 14 de julho de 2026. Crianças, idosos e doentes em Cuba são os mais atingidos pelas políticas dos EUA, mas ninguém escapa à brutalidade. | Ramon Espinosa / AP

Ao visitar Cuba em 1994, juntei-me a um cirurgião pediátrico em visita a um hospital de Havana. Ele apontou para duas meninas no pós-operatório. Cada uma havia danificado o esôfago ao engolir hidróxido de sódio na forma de soda cáustica. O cirurgião havia substituído a parte danificada do esôfago por um trecho de cólon. Ele havia realizado essa operação mais de 80 vezes.

Eu sabia, como estudante de medicina, que a chamada esofagite corrosiva era uma relíquia do passado. Antes de o sabão estar disponível comercialmente, as pessoas fabricavam seu próprio sabão a partir da soda cáustica derivada das cinzas de madeira. Crianças pequenas, explorando, engoliam-na. O cirurgião explicou que Cuba não tinha sabão.

Soube depois que um representante do Departamento de Estado dos EUA disse ao fabricante espanhol da maior parte do sabão de Cuba que vender sabão a Cuba faria com que perdesse seu mercado nos EUA. Um fabricante de sabão mexicano recebeu a mesma mensagem.

O bloqueio dos EUA materializou-se diante de mim. Parecia abuso infantil. Afirmei isso em um artigo (Monthly Review, outubro de 2002) sobre o bloqueio. Ele oferecia mais fervor righteous do que análise.

Por que o bloqueio?

A política dos EUA em relação a Cuba tem impulso próprio. A compulsão de Washington de dominar na região e sufocar a revolução social a impulsiona. Os EUA buscam tornar os cubanos miseráveis o suficiente para se levantarem e derrubarem seu governo, abordagem delineada pela primeira vez pelo funcionário do Departamento de Estado Lestor Mallory em 1960.

As raízes vão ainda mais fundo, porém. Os governos dos EUA buscam controlar ou possuir Cuba desde a época do presidente Thomas Jefferson. A Doutrina Monroe, de 1823, preparou o terreno para as intervenções dos EUA em toda a América, incluindo Cuba. A Estratégia de Segurança Nacional recentemente emitida pelo governo Trump delineia foco especial dos EUA no Hemisfério Ocidental e, por implicação, em Cuba.

Depois que as forças revolucionárias tomaram o poder em Cuba em 1959, o país abandonou uma relação anterior de serviço aos Estados Unidos. Muitos outros países da região continuariam exportando minerais, petróleo e commodities agrícolas, mantendo uma força de trabalho de baixos salários para produzir bens de consumo baratos para exportação e pagando dívidas devidas a bancos do Norte.

As relações de Cuba com os Estados Unidos, e com o capitalismo do Norte em geral, foram colocadas em uma base diferente. A Cuba socialista, por sua própria existência, oferecia uma reprimenda implícita, mas forte, ao capitalismo dos EUA e ao seu funcionamento. Fazia-o a partir de uma posição de compromisso de proteger e elevar todos os cubanos.

Os governantes em Washington ofenderam-se e cansaram-se da influência do exemplo da Revolução Cubana entre forças progressistas em outras partes da região. Ativistas de esquerda em muitos países estavam aprendendo sobre a assistência de Cuba aos sul-africanos na luta contra o apartheid, sobre pessoas pobres por toda parte cuidadas por médicos cubanos e sobre a defesa de Cuba da integração latino-americana e da independência das intervenções dos EUA.

Estrategistas dos EUA temiam um papel forte de Cuba na formação do que parecia ser o início de uma força de oposição continental, multinacional, contrária aos desígnios dos EUA. A participação de Cuba na criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) certamente suscitou tais suspeitas.

A experiência e a defesa de Cuba podem ter contribuído para a consciência de um modo diferente de desenvolvimento econômico e social. A assistência externa que os países recebiam de

Cuba naqueles anos vinha sem as exigências que normalmente acompanham os pacotes de ajuda dos EUA que servem aos interesses aquisitivos do capitalismo estadunidense.

Com o combustível em falta devido ao bloqueio dos EUA, uma cubana depende de uma bicicleta para transportar sua filha em Havana, 8 de maio de 2026. | Ramon Espinosa / AP

Essa possibilidade certamente foi um fator para persuadir países a se agarrarem à participação da China em seu desenvolvimento econômico. O crescimento do comércio chinês tornou-se outro fator atribuído à suposta influência de Cuba.

Os governantes dos EUA, dentro e fora do governo, estão compreensivelmente cheios de ira no que diz respeito a Cuba. Essa é a base para terem chegado a uma política de bloqueio econômico para fazer desaparecer o governo revolucionário de Cuba.

A história passada sugere que o governo dos EUA provavelmente manterá o curso e não medirá esforços, nem mesmo as mortes de mais crianças.

O embaraço de longa data dos EUA em relação a Cuba é mais um fator a considerar. Dos poucos governos liderados por comunistas no mundo, o do Hemisfério Ocidental está logo ao largo da costa da maior potência militar do mundo. Se o governo revolucionário terminasse, essa contradição evidente desapareceria de imediato.

O trabalho pela frente

Em uma visita passada à ilha, falei sobre o bloqueio dos EUA com um ativista comunista norte-americano. Quando argumentei que os socialistas devem garantir uma parcela do poder político dos EUA para acabar com o cerco, ele contrapôs que a prioridade era alcançar a corrente política dominante para construir um consenso amplo.

Niala Gonzalez, paciente com câncer, é beijada por sua mãe no Instituto Nacional de Oncologia e Radiologia em Havana, Cuba, 20 de fevereiro de 2026. O sistema de saúde de renome mundial de Cuba está sob intensa pressão devido à escassez de energia e à falta de suprimentos médicos. | AP

Embora bem-intencionado, esse conselho era inadequado então e continua sendo agora. Além de detalhar o sofrimento causado pelas políticas dos EUA e analisar os motivos subjacentes de Washington, este relatório aponta para uma ação urgente e concreta:

Solidariedade internacional: conectar organizadores dos EUA diretamente a redes globais que lutam contra o bloqueio.

Força organizacional: consolidar os grupos de solidariedade existentes nos EUA para aumentar seu impacto e eficácia.

Coalizão trabalhista: engajar os sindicatos dos EUA a adotar a luta de Cuba e a se associar a organizadores trabalhistas cubanos.

Poder político: construir um movimento socialista unificado nos EUA equipado para forçar uma política externa justa em relação a Cuba e perseguir uma visão de governo transformadora em casa.

Após a eleição de 3 de novembro de 2026, o Partido Democrata deve controlar o Congresso que toma posse — uma mudança fundamental, dado que a lei federal concede ao Congresso, e não ao presidente, a autoridade exclusiva para levantar o bloqueio. Com o panorama legislativo redesenhado, chegou o momento de agitação popular incansável para exigir que o Congresso finalmente ponha fim a este cerco.

Sobre a *Public Pharma*, a reportagem publicada no *Peoples Health Dispatch* em 22 de outubro de 2026, cobre a 2ª Conferência da Farmacêutica Pública, realizada em Frankfurt nos dias 22 e 23 de outubro, que deu continuidade a cerca de dois anos de trabalho da Coalizão Farmacêutica Pública para a Europa. O evento reuniu profissionais de saúde, ativistas e defensores do acesso a medicamentos com o objetivo de construir uma visão alternativa para o setor farmacêutico europeu, livre da influência das grandes farmacêuticas, e de fortalecer os laços para torná-la realidade em uma região onde o lobby do setor permanece extremamente influente. O primeiro dia focou na expansão da coalizão e no cenário global em transformação, marcado pela crescente preocupação com a disponibilidade e a acessibilidade dos medicamentos na Europa. Os palestrantes — entre eles Gaëlle Krikorian, Tim Joye (presidente da Medics for the People), a pesquisadora Tineke Kleinhout-Vliek e Jan Wintgens (coordenador

do programa Farmacêutica Pública do Movimento pela Saúde dos Povos na Europa) — detalharam como um sistema dependente das grandes farmacêuticas aprofunda esses problemas, mas também destacaram que alternativas já existem: Kleinhout-Vliek apontou dezenas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de medicamentos na Europa apoiados pelo setor público, observando que isso, antes restrito a áreas de "falha de mercado", agora avança também para medicamentos lucrativos.

A conferência reconheceu que o aumento dos preços dos medicamentos na Europa tornou o problema mais visível do que em anos anteriores, quando os sistemas de seguridade social ainda garantiam acesso aos pacientes; hoje, as grandes farmacêuticas impõem preços exorbitantes a novos produtos enquanto os próprios sistemas de seguridade social são minados pela austeridade. Os efeitos são sentidos em toda a região, com exemplos da Bélgica — o caso de uma família forçada a arrecadar quase € 2 milhões para uma injeção contra atrofia muscular espinhal para um bebê — e da França, onde os preços atuais vêm deixando pacientes e farmacêuticos "fora de si" e tornando-os mais críticos ao sistema como um todo. Palestrantes e participantes concordaram que esses desenvolvimentos não podem ser separados do enfraquecimento da posição dos Estados Unidos no mundo: Joye citou o corte de 1.200 empregos pela GSK na Bélgica — não por dificuldades financeiras, mas para transferir parte das operações aos EUA sob influência do governo Trump — e observou que as pessoas na Europa estão cada vez mais assustadas com a guerra, devido à corrida armamentista de seus governos, e com a perda de empregos, enquanto políticos usam esse medo para aumentar o poder das multinacionais em vez de mudar o sistema.

> *Experiências do socialismo e do Sul Global*
>
> *À medida que a coalizão europeia da Farmacêutica Pública continua a crescer em número, ela permanece atenta a experiências do passado, incluindo a produção pública de vacinas na Dinamarca, nos Países Baixos e nos antigos Estados socialistas da Europa Oriental — como apresentado por David Franco, da Farmacêutica Pública para a Europa, e Goran Jeras, da Cooperativa para o Financiamento Ético.*
>
> *A 2ª Conferência da Farmacêutica Pública reuniu dezenas de ativistas de toda a Europa. Fonte: Sofie Blancke/MPLP-GVHV*
>
> *Mas a plataforma também está olhando para exemplos práticos de orientar a pesquisa e a produção farmacêutica para longe de um modelo de lucro. Isso inclui o trabalho de cientistas cubanos, que alcançaram avanços inovadores apesar do bloqueio em curso imposto pelos EUA, bem como institutos de pesquisa médica no Brasil e esforços para estabelecer a produção pública de terapias no Canadá.*
>
> *Gerardo Guillén, do Centro de Inovação Biotecnológica China-Cuba, vinculou os avanços da ilha — incluindo terapia com interferon, tratamentos inovadores para pé diabético e medicamentos contra a COVID-19 — à assistência à saúde centrada nas pessoas erigida após a revolução.*
>
> *A pesquisa e a inovação persistentes de Cuba não podem ser separadas do apelo de Fidel Castro por uma revolução baseada na ciência — uma ciência que sirva às necessidades do povo — , apontou Guillén.*

Nossa última peça de análise é um belíssimo artigo da *The Lancet*! *"Beyond monitoring misery during conflict: the political economy of global health reform"* traz uma constatação central: pesquisadores da saúde global, agências da ONU e doadores tornaram-se especialistas em documentar a deterioração da saúde das populações durante conflitos, mas essa documentação não impediu que a deterioração continuasse. Com base em 15 anos de pesquisa de campo na Síria, no Líbano, em Gaza e na Jordânia, os autores argumentam que parte do fracasso da arquitetura global da saúde decorre não apenas de violações do direito internacional humanitário, mas de seu desenho como empreendimento técnico desvinculado da economia

política do poder, do financiamento e da governança. Na prática, o sistema foi estruturado para documentar o dano, e não para responsabilizar alguém por ele. Os autores distinguem a neutralidade humanitária — entendida como o dever operacional de assistir todos os civis — da neutralidade técnica, que exclui a responsabilização política de modo a proteger relações institucionais e financiamentos. A partir dessa distinção, definem uma abordagem de economia política da saúde, identificam atores específicos capazes de mudar o sistema e reconhecem tanto os efeitos reais, ainda que desiguais, da documentação quanto as restrições estruturais que qualquer reforma deve enfrentar — soberania, dependência de doadores e interesses consolidados. Por fim, propõem seis mudanças concretas para deslocar a saúde global do monitoramento do dano e da miséria para a viabilização da responsabilização.

> *"A armadilha do monitoramento*
>
> *Pesquisadores da saúde global e formuladores de políticas da ONU tornaram-se especialistas em documentar a deterioração da saúde das populações durante conflitos. Todo conflito produz um ciclo familiar de comentários. Hospitais são bombardeados; acadêmicos fazem apelos apaixonados para que o direito internacional humanitário seja respeitado e para que os princípios humanitários prevaleçam. Esse ciclo também é desigual: a atenção do mundo, e o volume de comentários acadêmicos e midiáticos, acompanha mais o interesse geopolítico e econômico do que a escala do dano, de modo que algumas catástrofes dominam a cobertura enquanto crises semelhantes ou maiores no Sudão, no Sahel e em Mianmar atraem pouca atenção. A amplificação seletiva de conflitos prioritários pode aprofundar ainda mais essa desigualdade. No Líbano, a campanha de Israel deslocou permanentemente mais de 1 milhão de civis e matou mais de 4.000 civis, incluindo profissionais de saúde, com ataques sustentados a Tiro e outros centros populacionais; especialistas em direitos humanos da ONU concluíram que esses ataques violaram os princípios do direito internacional humanitário de distinção, proporcionalidade e precaução. As forças israelenses posteriormente avançaram além do rio Litani na incursão mais profunda em uma geração, tomando o Castelo de Beaufort — uma fortaleza medieval protegida pela UNESCO e símbolo da invasão israelense de 1982 e da ocupação que se seguiu."*

Frente às constantes — e muito necessárias — conversas ao redor da reforma da saúde global, indicamos fortemente a leitura do artigo.

Vozes do Sul Global

Voces del Sur Global

Voices of the Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup, Rychard L. Monteiro, Ana Luiza Moreno e Beatriz Araujo

Resumo: O **UNOSSC** focou no avanço da cooperação triangular na 10ª Reunião Internacional em Lisboa e nos preparativos para a COP31 em Antália. Em Lisboa, o encontro coorganizado com a OCDE e o Instituto Camões reafirmou a cooperação horizontal como chave para o fortalecimento de capacidades institucionais, articulando parcerias com agências como KOICA, JICA e AUCI, entre outros, para transição energética, economia azul em países de língua portuguesa e financiamento sustentável. Já na COP31, o UNOSSC promoveu sessões paralelas para o uso de dados de Observação da Terra, a replicação de inovações climáticas e a transferência tecnológica para países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. O **Brasil** e a **Fiocruz** fortaleceram a diplomacia da saúde e a cooperação regional por meio de iniciativas estratégicas. No plano geopolítico, destacam-se a assinatura da Declaração de Brasília para a eliminação da malária no Escudo das Guianas, a aprovação do Acordo-Quadro de tecnologia espacial com a Venezuela e a liderança do Brasil no impasse do Anexo PABS da OMS. Em fóruns internacionais, o país apresentou sua experiência em aprendizagem profissional na Unesco. Paralelamente, a Fiocruz consolidou sua projeção global e regional ao defender a reforma da governança da saúde na OPAS/OMS e no World Health Summit 2026, firmar o Acordo de Cooperação Técnica com a SES/MS para vigilância genômica transfronteiriça com o Paraguai e a Bolívia, e integrar o projeto internacional SCAPHeR para a formação de pesquisadores em saúde pública. O **G-77 e a China** cobraram contenção de despesas jurídicas no Plano Mestre de Capital e rigor na gestão de obras prediais, exigindo a devolução transparente de saldos orçamentários. No 4º Comitê, o Grupo defendeu a inclusão digital, a proteção a jornalistas e o multilinguismo no Departamento de Comunicação Global. Ademais, propôs o adiamento para 2029 da graduação de Bangladesh e Nepal da categoria de Países Menos Desenvolvidos, garantiu que a revisão de mandatos da iniciativa ONU80 seja conduzida por Estados-Membros e condenou categoricamente o embargo a Cuba, destacando seus impactos humanos e reconhecendo a valiosa cooperação médica internacional do país. O **MNA,** na AGNU, atuou na defesa do multilateralismo e do desarmamento, articulando o redirecionamento de gastos militares para o desenvolvimento e a saúde; cobrou apoio médico, financiamento e melhorias nas Operações de Manutenção da Paz e repudiou o embargo a Cuba como punição coletiva de forte impacto sobre a infraestrutura de saúde da ilha. Em paralelo, a **NAMYO** consolidou sua transição institucional com a posse do primeiro presidente eleito por voto direto, e o fortalecimento de parcerias com a África e o Oriente Médio. Diante da COP31, a organização lançou a campanha #ClimateByNumbers, defendendo justiça climática, financiamento para soluções de jovens e a integração entre clima, sistemas alimentares e determinantes sociais da saúde. O **Centro Sul** atuou no reforço da governança da saúde pública, a propriedade intelectual orientada ao desenvolvimento e a justa repartição de benefícios. Entre as principais iniciativas, destacam-se a mobilização pela implementação do Tratado GRATK da OMPI e as deliberações preparatórias da 9ª reunião do IGWG da OMS, defendendo

compromissos vinculantes no mecanismo PABS e o combate às redes abusivas de patentes. O Centro Sul também apoiou tecnicamente o Suriname na Revisão Periódica Universal e defendeu reformas nos acordos internacionais de investimentos durante o WIF 2026. O Centro Sul lançou seu *Investment Case* (2026–2028) para garantir sustentabilidade financeira frente à retração do financiamento internacional. O anúncio ocorre em momento estratégico, marcando a abertura do processo seletivo para a escolha do seu novo Diretor Executivo, que sucederá o argentino Carlos Correa da atual gestão.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; UNOSSC; G-77 e China; Movimento dos Não-Alinhados; Centro Sul.

Resumen: *El UNOSSC se centró en el avance de la cooperación triangular en la 10.ª Reunión Internacional en Lisboa y en los preparativos para la COP31 en Antalia. En Lisboa, el encuentro coorganizado con la OCDE y el Instituto Camões reafirmó la cooperación horizontal como clave para el fortalecimiento de las capacidades institucionales, articulando alianzas con agencias como KOICA, JICA y AUCI, entre otros, para la transición energética, la economía azul en países de habla portuguesa y el financiamiento sostenible. Por su parte, en la COP31, el UNOSSC promovió sesiones paralelas sobre el uso de datos de Observación de la Tierra, la replicación de innovaciones climáticas y la transferencia tecnológica para los países menos desarrollados y los pequeños Estados insulares en desarrollo. Brasil y la Fiocruz fortalecieron la diplomacia de la salud y la cooperación regional a través de iniciativas estratégicas. En el plano geopolítico, destacan la firma de la Declaración de Brasilia para la eliminación de la malaria en el Escudo de las Guayanas, la aprobación del Acuerdo Marco de tecnología espacial con Venezuela y el liderazgo de Brasil en la resolución del punto muerto sobre el Anexo PABS de la OMS. En foros internacionales, el país presentó su experiencia en aprendizaje profesional en la Unesco. Paralelamente, la Fiocruz consolidó su proyección global y regional al defender la reforma de la gobernanza de la salud en la OPAS/OMS y en el World Health Summit 2026, firmar el Acuerdo de Cooperación Técnica con la SES/MS para la vigilancia genómica transfronteriza con Paraguay y Bolivia, e integrar el proyecto internacional SCAPHeR para la formación de investigadores en salud pública. El G-77 y China exigieron la contención de los gastos jurídicos en el Plan Maestro de Capital y rigor en la gestión de los proyectos de construcción, solicitando la devolución transparente de los saldos presupuestarios remanentes. En lo 4.ª Comité, el Grupo defendió la inclusión digital, la protección de los periodistas y el multilingüismo en el Departamento de Comunicaciones Globales. Asimismo, propuso aplazar a 2029 la graduación de Bangladesh y Nepal de la categoría de Países Menos Desarrollados, garantizó que la revisión de mandatos de la iniciativa ONU80 sea dirigida por los Estados Miembros y condenó categóricamente el embargo a Cuba, destacando sus impactos humanos y reconociendo la valiosa cooperación médica internacional del país. El MNOAL, en la AGNU, actuó en defensa del multilateralismo y del desarme, articulando la reorientación de los gastos militares hacia el desarrollo y la salud; exigió apoyo médico, financiamiento y mejoras en las Operaciones de Mantenimiento de la Paz, y repudió el embargo a Cuba como una sanción colectiva de fuerte impacto sobre la infraestructura de salud de la isla. En paralelo, la NAMYO consolidó su transición institucional con la toma de posesión del primer presidente elegido por voto directo y el fortalecimiento de alianzas con África y Oriente Medio. Ante la COP31, la organización lanzó la campaña #ClimateByNumbers, defendiendo la justicia climática, el financiamiento para soluciones lideradas por jóvenes y la integración entre el clima, los sistemas alimentarios y los determinantes sociales de la salud. El Centro del Sur actuó en el fortalecimiento de la gobernanza de la salud pública, la propiedad intelectual orientada al desarrollo y la justa distribución de*

beneficios. Entre las principales iniciativas destacan la movilización para la implementación del Tratado GRATK de la OMPI y las deliberaciones preparatorias de la 9.ª reunión del IGWG de la OMS, defendiendo compromisos vinculantes en el mecanismo PABS y la lucha contra el abuso del sistema de patentes (patent evergreening). El Centro del Sur también brindó apoyo técnico a Surinam en el Examen Periódico Universal y defendió reformas en los acuerdos internacionales de inversión durante el WIF 2026. Para abordar la sostenibilidad financiera de la institución, lanzó su Investment Case (2026–2028) frente a la reducción del financiamiento internacional. El anuncio ocurre en un momento estratégico, marcando la apertura del proceso selectivo para la elección de su nuevo Director Ejecutivo, quien sucederá al argentino Carlos Correa en la actual gestión

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur; ONUSC; G-77 y China; Movimiento de Países No Alineados; Centro Sur.*

Abstract: *UNOSSC focused on advancing triangular cooperation at the 10th International Meeting in Lisbon and on the preparations for COP31 in Antalya. In Lisbon, the event co-organized with the OECD and Camões, I.P. reaffirmed horizontal cooperation as key to strengthening institutional capacities, building partnerships with agencies such as KOICA, JICA, and AUCI, among others, for the energy transition, the blue economy in Portuguese-speaking countries, and sustainable finance. At COP31, UNOSSC promoted side events on the use of Earth observation data, the replication of climate innovations, and technology transfer for least developed countries and small island developing States. Brazil and Fiocruz have strengthened health diplomacy and regional cooperation through strategic initiatives. On the geopolitical front, key highlights include the signing of the Brasília Declaration for the elimination of malaria in the Guiana Shield, the approval of the Framework Agreement on space technology with Venezuela, and Brazil's leadership in addressing the impasse surrounding the WHO PABS Annex. In international forums, the country presented its experience in professional apprenticeship at UNESCO. Fiocruz consolidated its global and regional standing by advocating for the reform of health governance at PAHO/WHO and the World Health Summit 2026, signing the Technical Cooperation Agreement with SES/MS for cross-border genomic surveillance with Paraguay and Bolivia, and joining the international SCAPHeR project for public health researcher training. The G-77 and China called for the containment of legal expenses under the Capital Master Plan and rigor in the management of capital projects, demanding the transparent return of remaining budgetary balances. In the 4th Committee, the Group advocated for digital inclusion, the protection of journalists, and multilingualism within the Department of Global Communications. Furthermore, it proposed postponing the graduation of Bangladesh and Nepal from the Least Developed Countries category until 2029, ensured that the mandate review under the UN80 initiative remains Member State-led, and categorically condemned the embargo against Cuba, highlighting its human impacts while recognizing the country's valuable international medical cooperation. At the UNGA, the NAM advocated for multilateralism and disarmament, calling for the redirection of military expenditure toward development and health. It demanded medical support, adequate funding, and improvements in Peacekeeping Operations, while repudiating the embargo against Cuba as a collective punishment with a severe impact on the island's health infrastructure. Concurrently, NAMYO consolidated its institutional transition with the inauguration of its first directly elected president and the strengthening of partnerships across Africa and the Middle East. Ahead of COP31, the organization launched the #ClimateByNumbers campaign, championing climate justice, funding for youth-led solutions, and the integration of climate, food systems, and the social determinants of health. The South Centre acted to*

strengthen public health governance, development-oriented intellectual property, and the fair sharing of benefits. Among its main initiatives, key highlights include advocacy for the implementation of WIPO's GRATK Treaty and preparatory deliberations for the 9th WHO IGWG meeting, defending binding commitments under the PABS mechanism and combating patent evergreening. The South Centre also provided technical support to Suriname during the Universal Periodic Review and advocated for reforms in international investment agreements at WIF 2026. Institutional funding was addressed through the launch of its Investment Case (2026–2028) to ensure financial sustainability amidst the decline in international funding. This announcement comes at a strategic moment, marking the opening of the selection process for its new Executive Director, who will succeed the current management under Argentina's Carlos Correa.

Keywords: *South-South Cooperation; UNOSSC; G-77 and China; Non-Aligned Movement; Centro Sul.*

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques da UNOSSC

UNOSSC na COP31: Avançando na ação climática por meio da cooperação Sul-Sul e triangular

Visão Geral



A cooperação Sul-Sul e triangular é essencial para impulsionar uma ação climática inclusiva e eficaz. Ao facilitar o intercâmbio de conhecimentos, a cooperação tecnológica e o aprendizado mútuo entre os países em desenvolvimento, essas modalidades apoiam respostas soberanas e alinhadas às prioridades nacionais para enfrentar desafios climáticos compartilhados.

Na COP31, elas oferecem caminhos práticos para converter compromissos climáticos em implementação efetiva, fortalecendo capacidades institucionais e mobilizando parcerias técnicas e financeiras, sobretudo em países que enfrentam maior vulnerabilidade climática e limitações de recursos.

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) participa da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2026 (COP31), realizada em Antália, Turquia, com foco no avanço da cooperação voltada à resiliência climática e ao desenvolvimento sustentável. Sua atuação reúne governos, entidades do Sistema ONU, instituições técnicas, parceiros de desenvolvimento e organizações de financiamento climático em torno de

prioridades definidas pelos próprios países, bem como das capacidades, tecnologias e parcerias necessárias para apoiar a implementação em escala.

Três eventos coorganizados pelo UNOSSC e seus parceiros examinarão a aplicação de dados de Observação da Terra por satélite na formulação de políticas públicas baseadas em evidências; a replicação, o financiamento e a escala de inovações climáticas originárias do Sul Global; e as oportunidades para atender às necessidades prioritárias de tecnologia climática nos países menos desenvolvidos por meio de soluções comprovadas do próprio Sul Global.

A apropriação nacional, o desenvolvimento de capacidades institucionais e a adaptação de soluções às realidades locais constituem os eixos centrais dessas discussões.

A colaboração com o Governo da Turquia, a Agência Espacial Europeia (ESA), a Organização do Golfo para Pesquisa e Desenvolvimento (GORD), o Conselho Global do Carbono (GCC) e o Banco de Tecnologia das Nações Unidas sustenta parcerias para uma cooperação duradoura que se estende para além da COP31.

A Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular e a plataforma *South-South Galaxy+* consolidam os mecanismos para o intercâmbio contínuo de conhecimento, articulação de soluções e desenvolvimento de parcerias voltadas ao fortalecimento da ação climática liderada pelos países.

Eventos da UNOSSC na COP31



Acelerar a cooperação triangular para a exploração e o uso de dados de observação da Terra por satélite, visando à formulação de políticas públicas baseadas em evidências em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), Países menos desenvolvidos (LDC), Países em Desenvolvimento sem Litoral (LLDC) e países de renda média.

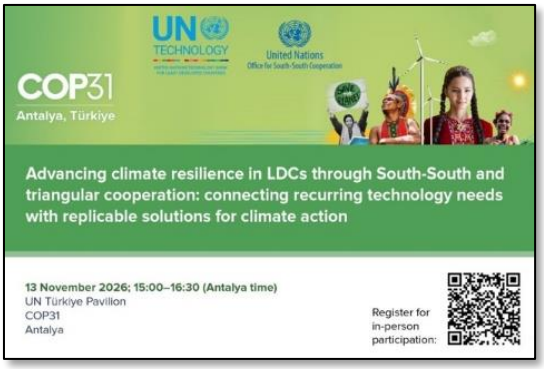
10 de novembro de 2026



Soluções climáticas do Sul Global: da inovação local à replicação, financiamento e escala

Mobilizar a cooperação Sul-Sul e triangular para replicar inovações climáticas comprovadas no Sul Global, fortalecer parcerias para a implementação e viabilizar o financiamento climático para ampliar a escala dessas soluções.

12 de novembro de 2026



Promover a resiliência climática nos países menos desenvolvidos por meio da cooperação Sul-Sul e triangular: conectar necessidades tecnológicas recorrentes a soluções replicáveis para a ação climática

Conectar as prioridades de tecnologia climática a soluções comprovadas oriundas do Sul Global, assim como a financiamento e parcerias para implementação, mobilizando a Aliança Global e a plataforma South-South Galaxy+.

26 e 27 de outubro de 2026 — 10ª Reunião Internacional sobre Cooperação Triangular

Transformando conhecimento compartilhado em resultados duradouros: UNOSSC impulsiona parcerias de cooperação triangular

Com a proximidade do prazo final da Agenda 2030, a cooperação internacional enfrenta o desafio de transcender a mera execução de projetos pontuais para gerar transformações estruturais de longo prazo.

Foi com foco na busca por impacto real, mensurável e sustentável que se realizou em Lisboa a 10ª Reunião Internacional sobre Cooperação Triangular. Organizada pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE em parceria com o Instituto Camões e o UNOSSC, a reunião se consolidou como um espaço central de diálogo político, técnico e estratégico sobre o futuro das parcerias para o desenvolvimento.

A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, reafirmou que o valor da cooperação reside na capacidade de fortalecer instituições regionais, adaptar políticas às prioridades locais e consolidar redes de confiança capazes de perdurar para além dos ciclos de financiamento.

Fundamentada nos princípios de cooperação horizontal, apropriação nacional, igualdade e benefício mútuo, consagrados no documento final da BAPA+40, a reunião examinou como a convergência entre apoio técnico, financiamento inovador e ciência aplicada pode alavancar a ação em áreas cruciais, como a transição energética, a segurança hídrica e a economia azul.

Ao longo dos dois dias do encontro, diálogos multilaterais e uma densa agenda de reuniões bilaterais colocaram em evidência iniciativas emblemáticas de cooperação. As deliberações envolveram agências bilaterais tradicionais e de países emergentes, como a Agência Coreana de Cooperação Internacional (KOICA), a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), a Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TİKA), o Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), a Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI) e a Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento (EAPD), além de instituições financeiras e de pesquisa estratégica, como o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), o Fundo Saudita para o Desenvolvimento (SFD) e o Sistema de Pesquisa e Informação para os países em desenvolvimento (RIS), da Índia.

Ademais, destacou a articulação para projetos estratégicos de economia azul em países de língua portuguesa — como Angola e Portugal — em parceria com a UNESCO e o Instituto Camões, abrindo caminhos para ampliar a participação de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs).

A próxima década da cooperação triangular dependerá da eficácia com que as parcerias conseguirem fortalecer as instituições nacionais, fundamentar políticas públicas e sustentar benefícios para além do financiamento dos projetos. Isso exige continuidade entre o intercâmbio de conhecimento, a adaptação local e a implementação, com o suporte de financiamentos que respondam às prioridades dos países.

Por meio da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular e da plataforma *South-South Galaxy+*, o UNOSSC trabalhará com seus parceiros para conectar esses elementos, ajudando os países a acessar recursos e competências técnicas complementares, ao mesmo tempo em que consolida evidências sobre o que torna a cooperação eficaz. A ambição é transformar experiências bem-sucedidas na base para uma colaboração mais ampla, na qual os próprios países definem tanto as soluções que buscam quanto as parcerias que os apoiam para o fortalecimento do multilateralismo rumo à 23ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (HLC) em 2027 e à revisão do processo BAPA+40.

Principais Temas Debatidos e Conclusões da reunião

O encontro deixou claro que enfrentar as grandes crises globais, do clima à transição energética e à segurança alimentar, exige uma nova postura que destaque as parcerias de cooperação triangular fundadas na confiança mútua e na responsabilidade compartilhada sobre os bens públicos globais.

Mais do que adaptar fórmulas externas, o futuro da cooperação passa pelo protagonismo local e pelo respeito aos saberes comunitários e indígenas, garantindo que as soluções nasçam da própria realidade de cada país.

Para dar escala a esse impacto, o debate avançou no desenho de alianças multissetoriais mais ambiciosas, conectando bancos de desenvolvimento, academia e setor privado na busca por inovação e financiamento sustentável. A tecnologia e a inteligência artificial também ganharam espaço como aceleradores estratégicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030).

O compromisso central da reunião foi superar a lógica dos pequenos projetos isolados em favor de iniciativas de longo alcance, desburocratizadas e alinhadas às prioridades nacionais. Esse movimento ganhou força com a expansão de redes estratégicas, marcada por novas adesões à Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular e pelo impulso à plataforma de conhecimento *South-South Galaxy+*.

Às margens da 10ª Reunião Internacional sobre Cooperação Triangular



27 de outubro de 2026 — A diretora do UNOSSC, se reuniu com o diretor-executivo da Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI) para explorar oportunidades de fortalecimento da parceria entre as instituições.

O encontro destacou a vasta experiência do Uruguai em cooperação Sul-Sul e triangular, além das oportunidades de conectar o conhecimento técnico do país com parceiros de diversas regiões do mundo.

Como parceira ativa na cooperação Sul-Sul e triangular, a AUCI está finalizando sua adesão à Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Essa iniciativa abrirá novos caminhos para a aprendizagem mútua, troca de experiências e construção de parcerias alinhadas às prioridades de desenvolvimento dos países.



27 de outubro de 2026 – A Diretora do UNOSSC se reuniu com o Diretor-Geral, do Sistema de Pesquisa e Informação para Países em Desenvolvimento (RIS), um renomado centro de pesquisas (*think tank*) autônomo vinculado ao Ministério das Relações Exteriores da Índia.

O encontro ressaltou o papel estratégico da pesquisa científica e acadêmica para mapear experiências bem-sucedidas, fundamentar políticas públicas e assegurar a inclusão das perspectivas do Sul Global nos debates internacionais sobre desenvolvimento.

A sólida articulação do RIS com instâncias governamentais e redes globais de pesquisa tem sido fundamental para converter evidências empíricas em formulações políticas, fortalecendo a cooperação Sul-Sul e triangular.

Nesse contexto, a Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular poderá abrir novas oportunidades para que o RIS conecte seus estudos e capacidade técnica às prioridades nacionais e a novos parceiros globais.



27 de outubro de 2026 – A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, participou de uma reunião estratégica com representantes do Fundo Saudita para o Desenvolvimento (*Saudi Fund for Development* — SFD) com o objetivo de prospectar novas oportunidades de colaboração financeira e técnica.

O diálogo centrou-se na troca de experiências e no compartilhamento de melhores práticas acumuladas pelo Fundo Saudita em sua trajetória de financiamento a projetos de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico no Sul Global.

A reunião explorou ainda mecanismos para conectar as iniciativas de cooperação do SFD a novas parcerias estratégicas e prioridades nacionais por meio da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular, consolidando o Fundo como um ator-chave no financiamento do desenvolvimento e na ampliação de arranjos triangulares e horizontais.



26 de outubro de 2026 — Em reunião com a embaixadora Nermine Elzawhry — ministra-adjunta de Negócios Estrangeiros do Egito e secretária-geral da Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento (EAPD) —, a diretora do UNOSSC apresentou a atuação do escritório no diálogo intergovernamental, na gestão de fundos fiduciários e no intercâmbio de conhecimento orientado pelas prioridades dos Estados-Membros.

O encontro serviu também para mapear sinergias entre a sólida experiência de cooperação do Egito, em especial no continente africano, e as demandas de outros países. As iniciativas acordadas ganharão escala por meio da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular e do compartilhamento de soluções na plataforma *South-South Galaxy+*.



26 de outubro de 2026 — A diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib se reuniu com representantes da Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA).

O diálogo centrou-se nos avanços do Mecanismo de Cooperação Coreia-UNOSSC (ROK–UNOSSC) e nas oportunidades para expandir a cooperação em sua próxima fase.

De sistemas de tratamento de água movidos a energia solar no Camboja e alertas precoces de inundação no Laos a soluções de gestão inteligente da água na Tailândia e dessalinização por energias renováveis no Vietnã, o mecanismo de Cooperação Coreia-UNOSSC demonstra como os países podem adaptar soluções consolidadas às suas realidades locais, articulando conhecimentos para enfrentar desafios integrados de água, energia e segurança alimentar.

De olho no futuro, ambas as instituições mapearam caminhos para aprofundar essa parceria. A Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular surge como um canal estratégico para a KOICA ampliar alianças, alinhar seu conhecimento técnico às prioridades de cada país e disseminar soluções já testadas por meio da plataforma *South-South Galaxy+*

Avançando na economia azul sustentável por meio da cooperação interregional



26 de outubro de 2026 – A diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib se reuniu com a embaixadora Florbela Alhinho Paraíba, presidente do Camões, I.P. para tratar da próxima fase da parceria entre Portugal e o UNOSSC.

A iniciativa voltada para a Economia Azul, apoiada por Portugal e executada em parceria com o Instituto Internacional da UNESCO para o Ensino Superior na América Latina e no Caribe (UNESCO-IESALC) e o UNOSSC, tem conectado Angola, Chile, Jamaica e Portugal, gerando ferramentas e conhecimentos para fortalecer as instituições participantes. A reunião focou na aplicação prática desses recursos e na identificação das prioridades de cada país para desdobramentos futuros.

A diretora celebrou a adesão de Portugal à Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular, intermediada pelo Instituto Camões. O movimento abre espaço para o

compartilhamento de competências técnicas, com foco inicial nas áreas de educação, clima e meio ambiente, sistemas alimentares e agricultura.

O conhecimento especializado de Portugal e seu papel como catalisador podem estender essas ações a outros parceiros interessados, com destaque para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

Com base nos avanços da Economia Azul e na chamada conjunta de resultados (*Call for Results*), a conversa explorou caminhos para conectar instituições que buscam soluções àquelas com conhecimento técnico para oferecer.

Fortalecendo as evidências e o impacto da cooperação triangular em Lisboa





26 de outubro de 2026 — A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, cumpriu uma agenda de reuniões bilaterais com a OCDE. Primeiro com Carsten Staur, Presidente do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) e posteriormente com Pilar Garrido Gonzalo, Diretora de Cooperação para o Desenvolvimento.

Essa articulação institucional multilateral reflete a aproximação estratégica entre a ONU e a OCDE e buscou construir uma ponte entre o CAD, que é uma estrutura tradicionalmente associada aos doadores do Norte Global e as instituições do Sul Global. O objetivo foi explorar como a cooperação Sul-Sul e triangular pode agregar competências técnicas e recursos complementares aos esforços de desenvolvimento liderados pelos próprios países, além de impulsionar o aprendizado mútuo entre essas comunidades e aprofundar o real impacto das ações no terreno.

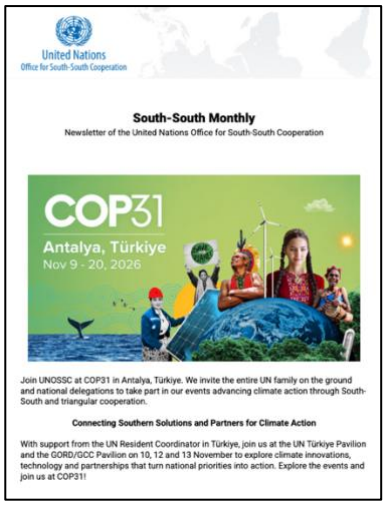
Em apoio à chamada conjunta de resultados promovida com o Instituto Camões, o diálogo com Pilar Garrido avançou na análise de casos selecionados para capturar transformações institucionais de longo prazo, parcerias duradouras e resultados setoriais, tendo a ação climática e a economia azul como áreas prioritárias, com atenção especial aos Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

A Diretora do UNOSSC ressaltou que, conforme demonstra estudo do próprio escritório na região árabe, muitas iniciativas bem-sucedidas ainda carecem de reconhecimento formal como cooperação triangular, sendo fundamental aperfeiçoar os mecanismos de identificação, mensuração e prestação de contas para evidenciar seu verdadeiro valor.

Para conectar essas comunidades em torno de prioridades compartilhadas, Dima Al-Khatib destacou a Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular como plataforma operacional de convergência, capaz de aproximar bancos multilaterais de desenvolvimento, o setor privado e novos parceiros.

Por fim, os líderes convergiram sobre o papel de marcos estratégicos globais para dar maior projeção à cooperação triangular nos debates intergovernamentais, apontando a próxima revisão da BAPA+40 e a 23ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (HLC), programada para ocorrer de 1 a 4 de junho de 2027, como momentos centrais para essa sinergia multilateral.

BOLETIM UNOSSC de outubro de 2026 – Para acessar o Boletim, clique aqui.



COP 31

O UNOSSC convidou e mobilizou delegações governamentais e equipes de campo das Nações Unidas com o propósito de ressaltar que a adaptação climática transcende a dependência de tecnologias do Norte Global.

A iniciativa teve o objetivo de valorizar e promover soluções climáticas concebidas, testadas e consolidadas nos países em desenvolvimento.

Conectando Soluções e Parceiros do Sul Global para a Ação Climática

O UNOSSC na COP31, com o apoio do Coordenador Residente da ONU na Turquia, convida a todos para o Pavilhão da ONU e para o Pavilhão GORD/GCC nos dias 10, 12 e 13 de novembro para explorar inovações climáticas, tecnologias e parcerias que transformam prioridades nacionais em ação.

Mais notícias do Boletim de outubro de 2026

Relatório de 2026 do Secretário-Geral da ONU sobre o estado da cooperação Sul-Sul

Transformando conhecimento compartilhado em resultados duradouros: UNOSSC impulsiona parcerias de cooperação triangular em Lisboa

Soluções lideradas pelo Sul, resultados compartilhados: Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU celebra nove anos de cooperação Sul-Sul

Podcast “In Pursuit of Development”: Diretor Al-Khatib conversa com Dan Banik sobre a ascensão e a promessa da cooperação Sul-Sul

Novo relatório analisa o papel da cooperação Sul-Sul e triangular para o desenvolvimento do comércio

Briefings contínuos aos grupos regionais, incluindo sobre os preparativos para a 23ª reunião do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul

Entidades da ONU avançam em ação conjunta sobre cooperação Sul-Sul e triangular

O Ministério da Agricultura da Palestina concluiu um programa de capacitação em competências de comercialização para cerca de 150 agricultores e agricultoras em quatro províncias

Como os dados obtidos por satélite podem fazer a diferença no terreno?

Fórum de dados sobre a cooperação Sul-Sul

Brasil na cooperação Sul-Sul

Destaques



3 a 6 de novembro de 2026 — Cooperação Regional e Soberania na Saúde: A Eliminação da Malária no Escudo das Guianas (2026–2030)

A Reunião Ministerial de Alto Nível para a Eliminação da Malária no Escudo das Guianas, aberta em 03 de novembro em Brasília, reuniu representantes de Brasil, Colômbia, Guiana, Suriname, Venezuela e França/Guiana Francesa para consolidar a **Declaração de Brasília**. O pacto alinha-se ao *Plano de Ação para a Eliminação da Malária nas Américas 2026–2030* da OPAS/OMS — marco normativo regional que estabelece diretrizes técnicas e metas de vigilância no continente sob a premissa de que a eliminação da enfermidade constitui uma responsabilidade coletiva e compartilhada.

A iniciativa confere escala regional ao *Plano Nacional de Eliminação da Malária (PNEM 2022–2035)* do Brasil, cujas metas preveem a redução para menos de 68 mil casos em 2025, menos de 14 mil em 2030, a zeragem de óbitos até 2030 e a eliminação da transmissão autóctone até 2035.

Eixos Estratégicos da Declaração de Brasília

- **Alinhamento com as Metas Nacionais do Brasil:** O arranjo regional fortalece o PNEM (2022–2035) na Amazônia Legal, onde se concentram mais de 99% dos casos nacionais, contando com o suporte técnico contínuo do Projeto Apoiadores Municipais da Fiocruz junto aos municípios prioritários.
- **Complexidade Territorial do Escudo das Guianas:** Abrangendo 2,5 milhões de km^2 entre o norte da América do Sul e os estados do Amapá, Roraima e Pará, o bioma concentra a maior transmissão residual do continente, impulsionada pelo garimpo ilegal, intensa mobilidade transfronteiriça e desafios de cobertura em terras indígenas e comunidades ribeirinhas.
- **Diplomacia da Saúde e Geopolítica Regional:** A presença simultânea da Guiana e da Venezuela demonstra a capacidade da saúde pública de funcionar como uma plataforma neutra de diálogo pragmático, capaz de prevalecer sobre graves contenciosos geopolíticos, como a disputa secular pela soberania do Essequibo.
- **Desafio Operacional:** A efetividade do pacto dependerá da transição da carta de intenções para mecanismos vinculantes concretos, como vigilância epidemiológica integrada de fronteiras, sistemas contínuos de compartilhamento de dados e garantias de financiamento sustentável.

NOTA DOS AUTORES

O **Escudo das Guianas** (*Guiana Shield*) é uma das formações geológicas mais antigas e preservadas do planeta, localizada no norte da América do Sul. Estende-se por uma área de aproximadamente 2,5 milhões de quilômetros quadrados, abrangendo a Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa, partes do norte do Brasil, principalmente os estados de Roraima, Amapá e norte do Pará, além de porções da Venezuela e da Colômbia.

O **contencioso sobre o Essequibo** (ou *Guayana Esequiba*) é uma disputa territorial histórica e complexa de mais de um século entre a Venezuela e a Guiana, que envolve a soberania sobre uma região rica em recursos naturais correspondente a cerca de dois terços do território guianense.



5 de novembro de 2026 – Brasil apresenta experiência em aprendizagem profissional em oficina internacional da Unesco

Durante a Oficina Internacional ***Diálogos sobre Juventude e Trabalho***, realizada em São Paulo, o Brasil apresentou sua Política de Aprendizagem Profissional como estratégia central para a inclusão produtiva e a inserção protegida de jovens.

O encontro reuniu representantes de seis países latino-americanos — Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai — para debater qualificação profissional, emprego de jovens e a transição da escola para o mercado de trabalho.

O Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil destacou o marco legal do setor, a atuação das entidades formadoras e a articulação com o setor produtivo, enfatizando que a política já beneficiou mais de 6 milhões de brasileiros e conta com cerca de 740 mil contratos ativos.

A projeção da experiência brasileira nesse fórum regional favorece o intercâmbio de boas práticas para o fortalecimento das políticas de formação e inclusão profissional na América Latina. O valor estratégico do debate reside na adaptação pragmática dessas ferramentas a diferentes realidades nacionais, respeitando as assimetrias dos mercados de trabalho e a diversidade dos sistemas de educação profissional na região.



3 de novembro de 2026 — Tecnologia Espacial e Dados Geoespaciais: O Acordo-Quadro entre Brasil e Venezuela

Em votação simbólica, o Plenário do Senado Federal do Brasil aprovou o Projeto de Decreto Legislativo, que ratifica o Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial entre o Brasil e a Venezuela. O parecer, originalmente aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), seguiu para promulgação, viabilizando um marco institucional estratégico para a cooperação bilateral em tecnologia soberana de observação da Terra.

Essa parceria com a Venezuela é de fundamental importância geopolítica e técnica para o Brasil pois permite o compartilhamento de recursos espaciais em telecomunicações, distribuição pública de dados geoespaciais e processamento de imagens de satélite para fins estritamente pacíficos. A execução do acordo ficará a cargo da Agência Espacial Brasileira (AEB)

e da Agência Bolivariana para Atividades Espaciais (ABAE), coordenadas por um comitê conjunto.

Embora o acordo tenha aguardado 18 anos por aprovação legislativa, evidenciando os desafios que os ciclos políticos impõem à cooperação Sul-Sul, seu valor prático para o setor de saúde pública e meio ambiente é expressivo.

O monitoramento por satélite é crucial para a vigilância de doenças sensíveis ao clima, resposta a desastres naturais, como demonstrado nos terremotos ocorridos na Venezuela e gestão ambiental transfronteiriça. Além disso, essa sinergia espacial reforça diretamente iniciativas regionais estratégicas, como o esforço conjunto entre os dois países para a eliminação da malária no Escudo das Guianas.



2 de novembro de 2026 – Brasil preside a nona rodada de negociação do Anexo PABS do Acordo de Pandemias da OMS

A 9ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG-9) sobre o Acordo de Pandemias da OMS ocorre de 2 a 13 de novembro em Genebra, copresidida pelo Brasil e pelo Reino Unido. Na abertura, o Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom, ressaltou que a definição do Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS) é a última etapa pendente para a entrada em vigor do Acordo. Por conta dos impasses em aberto, os Estados-membros prorrogaram o prazo de negociação do anexo, sem o qual o tratado não pode ser assinado ou ratificado.

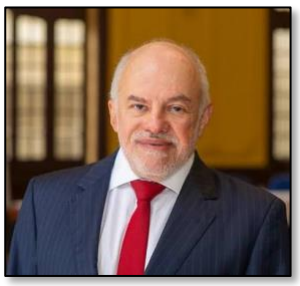
O ponto crítico da IGWG-9 é a proposta de um modelo "híbrido" apresentada por países desenvolvidos, que combina obrigações vinculantes para o envio de patógenos e dados genéticos com diretrizes voluntárias para a entrega de vacinas, medicamentos e diagnósticos. Países em desenvolvimento e organizações do Sul Global criticam a proposta, denunciando o risco de assegurar o acesso imediato da indústria às amostras sem a garantia equivalente de distribuição equitativa dos produtos finais.

Na copresidência dos trabalhos, a diplomacia brasileira busca mediar o impasse sem renunciar à agenda de equidade que lidera no multilateralismo, tornando a IGWG-9 um teste crucial para converter a liderança política em resultados concretos para o Sul Global.

Fiocruz na Cooperação Internacional

3 de novembro de 2026 — Em Defesa da Equidade em saúde: As Diretrizes Brasileiras para a Reforma da Arquitetura Global da Saúde

Durante a Consulta Regional aos Países das Américas, organizada pela OPAS/OMS, o coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (CEE-Fiocruz), Rômulo Paes de Sousa, representante do Brasil na Força-Tarefa de Reforma da Arquitetura Global da Saúde da OMS, defendeu a construção de um sistema de saíde global mais equitativo, democrático e eficaz.



A proposta apresentada por Rômulo estrutura-se em quatro pilares fundamentais: o fortalecimento das capacidades nacionais para a condução de políticas próprias; a expansão da cooperação regional em regulação, pesquisa e produção de insumos; a consolidação da OMS como autoridade central de coordenação; e a garantia de financiamento internacional previsível, flexível e sustentável.

A recomendação estabelece a equidade, a solidariedade e a primazia do interesse público sobre os interesses comerciais como princípios transversais indispensáveis para corrigir as assimetrias no poder de decisão global.

Com apresentação prevista para a 80ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2027, as diretrizes da Força-Tarefa projetam o Brasil como voz ativa em defesa dos sistemas públicos e da ampliação da influência dos países de baixa e média renda na governança da saúde.

Em um cenário marcado pelo declínio do financiamento internacional e pela fragmentação entre a OMS, fundos verticais e parcerias público-privadas, a atuação estratégica da Fiocruz reitera bandeiras históricas do país, como a soberania na produção regional de vacinas e medicamentos.

29 de outubro de 2026 — **A Presença da Fiocruz no WHS 2026: Fortalecimento das Capacidades Regionais e Cooperação em Saúde**





Durante o *World Health Summit* (WHS) 2026, realizado entre 11 e 13 de outubro em Berlim sob o tema ***From Crisis to Resilience: Innovating for Health***, a Fiocruz desempenhou um papel central nos debates sobre a reforma da governança global da saúde, a preparação para futuras emergências de saúde, a produção sustentável de vacinas e o acesso equitativo às tecnologias médicas.

A delegação da Fiocruz defendeu uma arquitetura multilateral descentralizada e equilibrada, na qual os países mantenham a autonomia para definir suas prioridades nacionais, os blocos regionais ampliem sua capacidade de ação coletiva e os organismos globais concentrem-se nas funções subsidiárias que extrapolam as instâncias locais.

O fortalecimento das capacidades científicas e produtivas esteve no centro da agenda de resposta a emergências. A Vice-presidente de Saúde Global e Relações Internacionais da Fiocruz, Lourdes Oliveira, enfatizou a importância de estruturar redes transfronteiriças de cooperação capazes de traduzir alertas científicos precoces em respostas coordenadas, além de sublinharem a necessidade vital de manter plataformas de produção vacinal, capacitação de

força de trabalho e ecossistemas de inovação permanentemente ativos nos períodos Inter epidêmicos.

Em saúde digital, a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) liderou um painel trilateral com instituições da China e de Moçambique focado em governança de dados e infraestrutura tecnológica para o Sul Global. Adicionalmente, foi apresentado cinco propostas selecionadas na primeira chamada da *Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo*, voltadas ao enfrentamento e controle vetorial da dengue.

Por fim, a participação marcou o início dos preparativos para a Conferência Regional do WHS de 2028, que será sediada no Rio de Janeiro e organizada pela Fiocruz sob o tema ***Saúde, democracia e equidade: construindo pontes para um futuro solidário e sustentável*.**

A atuação da Fundação em Berlim reafirma sua posição estratégica nos fóruns de formulação da agenda global, articulando pesquisa, inovação e diplomacia da saúde para projetar as perspectivas latino-americanas no centro das decisões internacionais.



28 de outubro de 2026 — Vigilância em Saúde Transfronteiriça: O Acordo Fiocruz-SES/MS para a Cooperação na Faixa de Fronteira

Firmado em 28 de outubro de 2026 e publicado no Diário Oficial da União em 3 de novembro, o Acordo de Cooperação Técnica nº 236/2026 entre a Fiocruz e a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (SES/MS) estabelece um marco institucional de 5 anos voltado à vigilância epidemiológica na faixa de fronteira.

A parceria consolida a atuação histórica da Fiocruz no território sul-mato-grossense, integrando ações estratégicas com os países fronteiriços, Paraguai e Bolívia.

Do ponto de vista técnico, o instrumento prioriza o diagnóstico diferencial, a vigilância e a análise genética de agentes patógenos de relevância em saúde pública. Essa frente laboratorial é essencial para identificar com precisão o perfil de circulação viral e bacteriana na região e distinguir patologias com quadros clínicos febris similares.

Embora formalizado no âmbito jurídico nacional, o acordo gera impactos operacionais transfronteiriços diretos diante de enfermidades como dengue, chikungunya, tuberculose e malária, que não respeitam fronteiras, a eficácia do monitoramento depende do compartilhamento contínuo de dados e protocolos entre os países.

Com vigência de 60 meses (até outubro de 2031), o acordo confere previsibilidade técnica para adensar a cooperação subnacional e apoiar iniciativas de cooperação Sul-Sul de alcance local, alinhando-se a esforços conjuntos como a harmonização do calendário vacinal na fronteira.

2 a 6 de novembro – Projeto SCAPHeR: Fiocruz participa da Cooperação Internacional e Capacitação em Pesquisa Aplicada em Saúde

Coordenado pelo *Robert Koch Institute* (RKI), da Alemanha, no âmbito do Programa de Proteção à Saúde Global *(Health Protection Programme* — GHPP) do Ministério Federal da Saúde alemão, o projeto de Fortalecimento da capacidade em pesquisa aplicada em saúde

pública entre funcionários do serviço público nas regiões do Programa de Proteção à Saúde Global (SCAPHeR (*Strengthening Capacity in Applied Public Health Research among Public Service Staff in GHPP Regions*), tem como objetivo fortalecer as capacidades de pesquisa aplicada em saúde entre servidores públicos de países de baixa e média renda.

Com vigência entre 2026 e 2028, a iniciativa articula a cooperação entre Brasil, Namíbia e Jordânia.





A Fiocruz integra o consórcio de parceiros estratégicos ao lado do Ministério da Saúde e Serviços Sociais da Namíbia e do Centro de Controle de Doenças da Jordânia. A estruturação do projeto apoia-se em três eixos principais:

- **Formação de Pesquisadores**: Capacitação de 30 profissionais por meio do treinamento de capacitadores, preparando-os para multiplicar o conhecimento em suas instituições de origem.
- **Pesquisa Colaborativa:** Fomento a seis projetos de investigação aplicada, alinhados às prioridades de saúde pública dos países parceiros.
- **Redes de Colaboração**: Constituição de comunidades de prática para intercâmbio técnico, mentoria entre pares e difusão de saberes.

As investigações serão conduzidas diretamente pelos profissionais participantes, contando com financiamento, mentoria e suporte do RKI e da Fiocruz para a divulgação dos resultados.

O marco inicial das atividades presenciais ocorreu em Windhoek, Namíbia, entre 02 e 06 de novembro de 2026, reunindo os 30 bolsistas oriundos de 16 países da África e do Oriente Médio, sob a condução conjunta de pesquisadores do RKI e da Fiocruz, representada por Erica Kastrup (Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais — VPSGRI) e Rafael Maciel de Freitas (Instituto Oswaldo Cruz — IOC).

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi

[1] UNCTAD — Comércio de Desenvolvimento da ONU

(UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6]. Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

4 de novembro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China sobre o plano diretor de infraestrutura (Capital Master Plan), por ocasião da parte principal da 81ª sessão do 5º Comitê da AGNU, responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O G-77 e a China observaram que todas as obras de construção e atividades administrativas de encerramento do Plano Mestre de Capital foram concluídas, com exceção dos trâmites associados ao processo arbitral remanescente. O Grupo expressou preocupação com a morosidade do litígio, que adia o encerramento financeiro do projeto e gera despesas jurídicas adicionais. Registraram que a audiência da terceira e última fase foi adiada para dezembro de 2026, com previsão de decisão entre o final de 2027 e o início de 2028 e solicitaram atualizações sobre os procedimentos e seus impactos financeiros.

O Grupo reconheceu os esforços do Escritório de Assuntos Jurídicos na defesa dos interesses da Organização, destacando a redução do passivo potencial estimado de aproximadamente 16 milhões para 5,6 milhões de dólares (excluindo juros e custos legais), além da possibilidade de reconvenções abaterem parte ou a totalidade dessa exposição.

No entanto, acompanharam a preocupação do Comitê Consultivo quanto ao aumento dos custos jurídicos, que acumularam cerca de 11,64 milhões de dólares até junho de 2026, somados a 830 mil dólares previstos para o restante do ano, e incentivaram que haja esforços contínuos para conter esses gastos e resolver a arbitragem de forma célere e mais econômica.

Além disso, o G-77 e a China observaram que o orçamento aprovado de cerca de 2,15 bilhões de dólares foi totalmente comprometido e que as despesas superaram a verba em 2,8 milhões de dólares até junho de 2026, sendo cobertas pelo orçamento regular do Departamento de Apoio Operacional.

Diante disso, o Grupo solicitou um balanço atualizado sobre despesas e fontes de financiamento para 2026 e 2027, reiterando que qualquer proposta de verba acima do orçamento máximo aprovado deve ser submetida à apreciação da Assembleia Geral.

Por fim, enfatizaram a importância de aplicar as lições aprendidas em projetos futuros e reafirmaram o compromisso do Grupo em atuar construtivamente para um encerramento financeiro responsável e transparente.

[2] UNEP — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO — Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO — Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD — Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO — Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 — Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

4 de novembro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China sobre construção e gestão de propriedades, na parte principal da 81ª sessão do 5º Comitê da AGNU, responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O G-77 e a China destacaram a importância dos projetos de construção e reforma da Organização como investimentos essenciais para a segurança, acessibilidade e sustentabilidade das instalações da ONU. Reafirmaram a necessidade de rigorosa supervisão e do cumprimento dos escopos, orçamentos e prazos aprovados pela Assembleia Geral, incentivando a utilização de competências e materiais locais nas compras, além de enfatizar a importância da manutenção contínua e da transferência efetiva de conhecimento para as equipes de gestão dos prédios.

Ao abordar o projeto do *Africa Hall* na Comissão Econômica para a África (ECA), o Grupo reconheceu seu valor histórico e cultural, acolhendo o progresso para o encerramento da obra e solicitando a resolução imediata dos defeitos remanescentes e da pendência sobre o imposto de valor agregado (IVA), com foco no funcionamento sustentável do Centro de Visitantes.

Em relação à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (ECLAC), o Grupo destacou a contribuição do Edifício Norte para a sustentabilidade ambiental e defendeu que as falhas no telhado e na drenagem sejam corrigidas integralmente às custas do empreiteiro antes da aceitação final.

Na Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), celebraram a transição para a fase operacional, recomendando o monitoramento contínuo durante o período de garantia e a atenção ao *feedback* dos funcionários quanto a ruídos e privacidade.

Para esses três projetos, o Grupo solicitou um encerramento célere e a devolução transparente dos saldos remanescentes aos Estados-Membros.

Quanto ao escritório da ONU em Nairóbi (UNON), o Grupo acolheu os avanços na substituição dos blocos A-J e o fato de não haver pedido de verba adicional para 2027. Além disso, reiterou seu apoio ao Projeto de Instalações de Conferência do UNON, observando a manutenção do orçamento global e da meta de conclusão para setembro de 2029, enquanto enfatizou a necessidade de controle do cronograma, licitações transparentes e mobilização de contribuições voluntárias.

Por fim, sobre o Plano do Patrimônio Estratégico (SHP) em Genebra, o Grupo expressou preocupação com o atraso na conclusão do Edifício E para julho de 2028, ultrapassando o prazo fixado e solicitou medidas para conter custos e evitar novos desvios.

Reafirmaram que eventuais custos adicionais além do orçamento aprovado deverão ser financiados por contribuições voluntárias e que as recomendações da Junta de Auditores sobre controle de riscos e contratações devem ser implementadas com presteza, assegurando a conclusão bem-sucedida de todas as obras e a preservação dos recursos da Organização.

2 de novembro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China no debate geral do 4º Comitê da AGNU sobre o item 51 da ordem do dia: Questões relativas à informação. O 4º comitê é o Comitê especial sobre política e descolonização.

- **Adoção de Resoluções e Apoio ao DGC:** O Grupo dos 77 e China tomou nota do relatório do Secretário-Geral e celebrou a aprovação das resoluções por consenso na Comissão de Informação, reafirmando seu apoio ao trabalho do Departamento.

- **Combate à Desinformação e Riscos da IA:** Elogiaram o papel do DGC no combate ao discurso de ódio e à desinformação. Destacaram o potencial da inteligência artificial para o desenvolvimento, mas alertaram contra seu uso inadequado ou malicioso.
- **Inclusão Digital e Multilinguismo:** Enfatizaram a urgência de reduzir a exclusão digital e a necessidade de promover o multilinguismo em todas as atividades da ONU, celebrando a publicação das resoluções nos seis idiomas oficiais e defenderam o incentivo a conteúdos em línguas locais e indígenas.
- **Operações de Paz e Proteção a Jornalistas:** O Grupo insistiu com o DGC para reforçar a comunicação sobre as missões de paz para combater desinformações. Além disso, expressou profunda preocupação com os ataques a jornalistas, citando os casos no Líbano e em Gaza desde outubro de 2023 e cobrou a responsabilização dos agressores.
- **Eficiência Operacional e Engajamento Futuro:** Acolheram a adoção de revisar a as resoluções a cada dois anos, ao invés de anualmente, como uma medida para otimizar recursos e aumentar o impacto das relatorias, reafirmando o compromisso do Grupo em continuar colaborando para fortalecer a comunicação pública da ONU.

29 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China por ocasião da apresentação do projeto de resolução A/81/L8, intitulado "prorrogação do período preparatório que antecede a saída de Bangladesh e do Nepal da categoria de países menos desenvolvidos" no âmbito do item 9[7] da ordem do dia do Relatório do Conselho Econômico e Social

O Grupo destacou a importância de uma transição suave, sustentável e irreversível que preserve os avanços socioeconômicos conquistados. Ressaltaram que, desde a definição inicial da data de graduação pela AGNU para novembro de 2026, ambos os países enfrentaram sucessivos choques externos, como os efeitos remanescentes da pandemia do Covid-19, desastres climáticos, conflitos geopolíticos e perturbações no comércio internacional, somados a incertezas no emprego de migrantes, remessas e turismo, o que comprometeu a implementação de suas estratégias de transição.

Em consonância com as recomendações do ECOSOC e as avaliações do Comitê de Políticas de Desenvolvimento (CDP), o G-77 e a China propuseram, em caráter excepcional, a prorrogação do período preparatório por três anos, adiando a graduação para 24 de novembro de 2029.

Ficou registrado que, para Bangladesh, a extensão deverá estar condicionada ao avanço em reformas domésticas contra vulnerabilidades estruturais, enquanto para o Nepal será necessário um plano claro e com prazos definidos para ajustar sua estratégia de transição.

Ao agradecer às delegações envolvidas na negociação, o Grupo pediu os parceiros internacionais a oferecerem apoio previsível em financiamento, comércio e transferência de tecnologia, encorajando todos os Estados-Membros a adotarem a resolução por consenso.

[7] **Ponto 9 da Agenda:** Na estrutura organizada das sessões anuais da Assembleia Geral da ONU, atribui-se um número específico a cada grande tópico de discussão. O Ponto 9 é a sessão reservada para a apreciação do trabalho anual, das decisões e das recomendações submetidas pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC).

29 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China na reunião informal do grupo de trabalho "ad Hoc" sobre a revisão da implementação de mandatos

O G-77 e a China reiteraram que a revisão dos mandatos deve ser integralmente liderada pelos Estados-Membros e conduzida prioritariamente pelos órgãos que os criaram, respeitando suas autoridades e métodos de trabalho. O Grupo enfatizou que os mandatos permanecem válidos até que sejam totalmente cumpridos, expirados ou alterados pelos Estados-Membros, destacando que critérios como relevância, impacto e coerência devem servir apenas como orientação qualitativa flexível, sem desencadear o encerramento automático de acordos. Ressaltaram que a fragilidade na execução de um mandato decorrente da falta de recursos indica a necessidade de fortalecê-lo, e não de descartá-lo, rejeitando-se qualquer abordagem padronizada.

O Grupo defendeu a prioridade do pilar de desenvolvimento na iniciativa ONU80, exigindo que ganhos de eficiência sejam redirecionados para países programáticos e que os agrupamentos temáticos não permitam que restrições orçamentárias definam prioridades substantivas.

Por fim, solicitaram mais detalhes sobre a participação inclusiva nos projetos-piloto e um cronograma atualizado com tempo adequado para consultas, reafirmando que o arcabouço proposto é apenas consultivo e que sua aplicação não deve se antecipar ao consenso entre os Estados-Membros.

27 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China durante o debate sobre o item 37 da ordem do dia, intitulado "Necessidade de pôr fim ao embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos EUA contra Cuba

Principais Pontos Abordados

- **Manutenção e Endurecimento das Sanções:** O Grupo lamentou que o embargo persista há mais de seis décadas e criticou o reforço recente de medidas coercitivas, apontando-as como o maior obstáculo para a normalização das relações bilaterais. O impacto direto e indireto atinge setores vitais da economia cubana, como energia, saúde pública, agricultura, alimentação, comércio, turismo e setor bancário.
- **Efeitos Extraterritoriais e Impacto Econômico**: Expressaram profunda preocupação com a dimensão extraterritorial do embargo (especialmente a aplicação do Título III da Lei Helms-Burton), que pune transações comerciais e investimentos de terceiros países com Cuba, violando a liberdade de comércio internacional. O bloqueio a transações financeiras e a limitação de crédito e investimentos afetam diretamente o bem-estar da população cubana e inviabilizam o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.
- **Crise Energética e Consequências Humanitárias:** O G-77 e a China denunciaram as medidas dos EUA para obstruir o fornecimento de petróleo a Cuba. A escassez de combustível afeta gravemente serviços essenciais como hospitais, escolas, saneamento básico, transporte público e produção de alimentos. Restrições bancárias também dificultam o acesso de Cuba a tecnologias de energia renovável e insumos humanitários.
- **Retirada da Lista de Países Patrocinadores do Terrorismo:** O G-77 e a China pediram fortemente a remoção imediata de Cuba da lista de estados patrocinadores do

terrorismo do Departamento de Estado dos EUA. O Grupo destacou que o país é reconhecido por sua cooperação Sul-Sul, amizade e solidariedade, e não por terrorismo. A inclusão nessa lista traz severos danos reputacionais e paralisa quase totalmente a capacidade de Cuba realizar operações bancárias internacionais.

- **Reconhecimento da Cooperação Médica Internacional:** O Grupo elogiou e defendeu a cooperação médica internacional de Cuba, que salvou milhares de vidas em diversos países em desenvolvimento, e rejeitaram qualquer tentativa de politizar ou barrar essa assistência médica.
- **Defesa do Direito Internacional e Apelo ao Fim do Bloqueio:** Reafirmaram o compromisso com os princípios da Carta da ONU, ou seja, a igualdade soberana dos Estados, não intervenção em assuntos internos, liberdade de navegação e resolução pacífica de conflitos. Destacaram que esta é a 34ª ocasião em que a AGNU vota pelo fim do bloqueio.

O Grupo dos 77 e China exigiu o fim imediato, completo e incondicional do embargo, ressaltando que isso é fundamental para o desenvolvimento de Cuba, o bem-estar de seu povo e a credibilidade do multilateralismo.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaques do MNA

5 de novembro de 2026 – Marrocos fala pelo MNA na abertura do debate sobre operações de paz e cobra apoio médico e financiamento às tropas

O 4º Comitê da AGNU (Política Especial e Descolonização) abriu a revisão anual das operações de manutenção da paz. Em declaração lida pelo Marrocos, o MNA reiterou que o Comitê Especial de Operações de Paz é o único foro da ONU com mandato para revisar o tema de forma abrangente, defendendo que o acompanhamento do relatório do Secretário-Geral seja conduzido pelos Estados-membros de maneira transparente e inclusiva.



O MNA reafirmou os três princípios básicos das missões, que são: consentimento das partes, imparcialidade e não uso da força (salvo em legítima defesa ou na proteção do mandato) e defendeu mandatos claros, realistas, priorizados e sequenciados, além de consultas regulares do Conselho de Segurança com os países anfitriões e os provedores de tropas e policiais.

No campo financeiro, o MNA manifestou profunda preocupação com a crise de liquidez da ONU, que atrasa o reembolso aos países contribuintes, e instou os Estados a quitarem suas contribuições em dia e sem condições. Destacou ainda que o ganho de custo-efetividade não pode ser confundido com cortes orçamentários indiscriminados: *melhorar não significa fazer menos.*

Na condição de maior bloco provedor de contingentes, o MNA exigiu medidas concretas de apoio médico, incluindo:

- Acesso a instalações médicas adequadas e cuidados de saúde mental;
- Fornecimento contínuo de insumos médicos;
- Sistemas mais ágeis de evacuação de feridos (CASEVAC) e evacuação médica (MEDEVAC).

Alertou também que acomodações precárias e higiene inadequada nas bases afetam o moral das tropas e podem levar a indisciplina.

Por fim, o grupo saudou a Reunião Ministerial de Manutenção da Paz de 2027, em Jacarta (coorganizada por Indonésia e Países Baixos), como oportunidade para firmar compromissos em capacitação, saúde e segurança.

Índia, Angola, Vietnã, Gâmbia, Senegal e Moçambique alinharam-se expressamente à declaração. A Índia, maior contribuinte histórico de tropas (mais de 300 mil militares em 50 missões e 184 mortos em serviço), defendeu missões mais bem financiadas, protegidas e representativas.

30 de outubro de 2026 – Primeiro Comitê aprova as resoluções do MNA sobre multilateralismo, desarmamento e desenvolvimento e normas ambientais

Esta notícia dá continuidade à cobertura da edição anterior sobre o MNA e o desarmamento. O 1º Comitê é responsável pelo Desarmamento e Segurança Internacional.

O 1º Comitê da Assembleia Geral da ONU aprovou três resoluções tradicionalmente apresentadas pela Indonésia em nome do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA).

A primeira delas, dedicada à "**Promoção do multilateralismo na área de desarmamento e não proliferação**" (A/C.1/81/L.36), foi aprovada com 128 votos a favor, 6 contra (Argentina, Estados Unidos, Ilhas Marshall, Israel, Micronésia e Reino Unido) e 49 abstenções, apresentando um ligeiro aumento no apoio em relação ao ciclo de 2025 (que registrou 122–6–48). Esta resolução reafirma o multilateralismo e a negociação diplomática como os únicos caminhos legítimos para o controle de armas, a não proliferação e o desarmamento, rejeitando medidas e pressões de caráter unilateral.



A segunda resolução, sobre a "**Relação entre desarmamento e desenvolvimento"** (A/C.1/81/L.44), obteve amplo apoio, com 180 votos a favor, 1 contra (Estados Unidos) e 1 abstenção (Israel). O texto retoma uma tese histórica do MNA de que o volume expressivo de recursos alocados a gastos militares compromete o financiamento do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento de sistemas de saúde.

Por fim, a resolução sobre a "**Observância de normas ambientais na elaboração e implementação de acordos de desarmamento e controle de armas"** (A/C.1/81/L.45) foi aprovada por 179 votos a favor, 1 contra (Estados Unidos) e 2 abstenções (Argentina e Israel), exigindo que o impacto ambiental seja formalmente considerado na negociação e execução de tratados de desarmamento.

Com o encerramento das sessões em 3 de novembro, o 1º Comitê encaminhou ao plenário um total de 70 propostas. O resultado dessas votações serve de importante termômetro diplomático para a 1ª Conferência de Revisão do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPNW), programada para ocorrer entre 30 de novembro e 4 de dezembro de 2026.

27 e 28 de outubro de 2026 — 27 e 28 de outubro de 2026 – MNA classifica embargo a Cuba como "punição coletiva" e destaca efeitos sobre a saúde[8]



Assim como o G-77 e a China, o MNA declarou que o bloqueio a Cuba atingiu níveis extremos e sem precedentes em 2026, mediante a obstrução ao fornecimento de petróleo, sanções a terceiros Estados e sanções secundárias contra bancos e empresas estrangeiras. O MNA classificou essas medidas coercitivas unilaterais, impostas por um Estado sem o aval do Conselho de Segurança, como uma forma de punição coletiva.

O impacto na saúde e na infraestrutura básica esteve no centro do pronunciamento. Apagões prolongados paralisaram hospitais, o abastecimento de água e a conservação de

[8] UN — GA/12800

alimentos, em um cenário agravado pelo fato de Cuba ter recebido um único petroleiro ao longo de dez meses.

O estrangulamento financeiro também paralisou operações essenciais: mais de 40 bancos estrangeiros recusaram-se a operar com o país e mais de 140 transferências foram bloqueadas, afetando inclusive compras de tecnologia solar e eólica e o transporte de mais de 2.900 toneladas de alimentos humanitários já contratados.

Complementando a denúncia, a ASEAN (representada por Singapura) informou que o desabastecimento causou a suspensão de quase 100 mil cirurgias na ilha, sendo mais de 11 mil em crianças. Em contrapartida, o MNA enalteceu a cooperação médica internacional oferecida por Cuba, cobrou a remoção do país da lista de Estados patrocinadores do terrorismo e, em apelo inédito em relação aos anos anteriores, instou a AGNU a mobilizar esforços para prevenir agressões militares contra a ilha, membro fundador do Movimento.

Em 28 de outubro, a AGNU aprovou pela 34ª vez a resolução A/81/L.5 contra o embargo, com 130 votos a favor, 17 contra e 25 abstenções. O resultado aponta um recuo expressivo em relação ao placar de 2025 (165–7–12), registrando o menor nível de apoio nas últimas duas décadas.

Embora países como Índia, Serra Leoa, Moçambique, Timor-Leste, Zimbábue, além do Grupo Africano e da ASEAN, tenham se alinhado formalmente ao MNA, a queda na votação mostrou a eficácia da pressão bilateral exercida pelos Estados Unidos, mediante ameaças de tarifas e restrições de vistos, denunciadas pelo chanceler cubano, a qual corroeu a maioria histórica tradicional, inclusive entre membros do próprio MNA.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

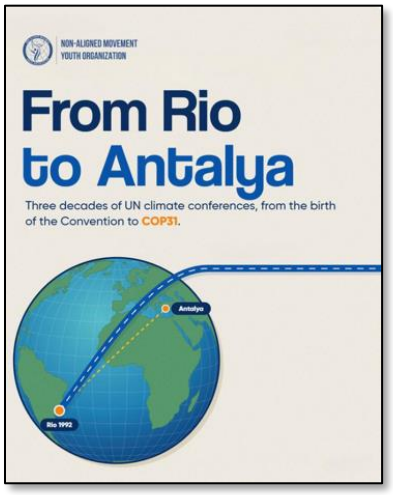
A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

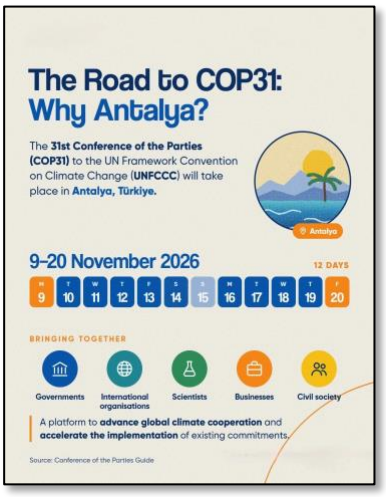
DESTAQUES

4 a 6 de novembro de 2026 – NAMYO lança série *#ClimateByNumbers* e apresenta as demandas da juventude para a COP31

Às vésperas da 31ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP31), marcada para 9 a 20 de novembro de 2026 em Antália, na Turquia, a NAMYO publicou uma série de conteúdos sobre a transformação de compromissos climáticos em ação concreta.

A organização explicou o modelo inédito de liderança compartilhada da conferência. A Turquia sedia o encontro e exerce a Presidência da COP31, enquanto a Austrália preside as negociações.

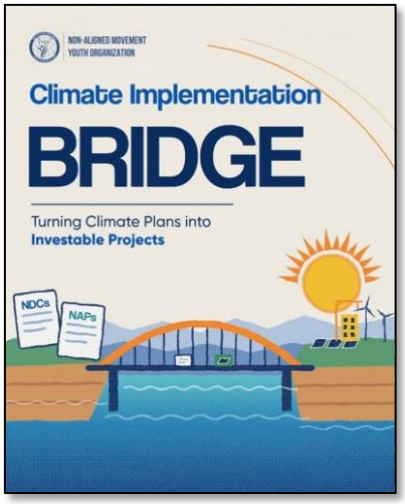




Com base em dados da Convenção-Quadro (UNFCCC), a NAMYO apresentou as seis metas globais de implementação que a Presidência da COP31 propõe para 2035.

1. **Eletrificação:** elevar a 35% a participação da eletricidade no consumo final de energia (Compromisso Global de Eletrificação “35 by 35”);
2. **Resíduo zero e metano:** reduzir em 50% o crescimento projetado dos resíduos;
3. **Cidades e edifícios resilientes:** cortar no mínimo 25% da intensidade energética das edificações;
4. **Industrialização verde:** alcançar no mínimo 15% de uso circular de materiais;
5. **Consciência climática para todos:** educação e agricultura resiliente;
6. **Ponte de Implementação Climática (BRIDGE):** converter compromissos em projetos prontos para receber investimento.

A BRIDGE, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pretende transformar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) em carteiras de projetos financiáveis.



Os cinco países-pilotos, anunciados em 24 de setembro, são Etiópia, Fiji, Indonésia, Paquistão e Uzbequistão, todos membros do MNA.

Vale lembrar que Uzbequistão assumirá a presidência do MNA em 2027. Segundo a agência Reuters, citada pela NAMYO, o presidente da COP31 estima que o pacote possa reduzir de 8,5 a 10 gigatoneladas de CO_2 até 2035.

A própria organização ressaltou que se trata de potencial projetado, e não de redução já alcançada. Na série ***#ClimateByNumbers***, a NAMYO destacou quatro indicadores:

1. a Terra está cerca de 1,42°C mais quente que no período pré-industrial (1850–1900);
2. mais de 19% dos alimentos produzidos são desperdiçados;
3. até 10% das emissões globais de gases de efeito estufa estão associadas a alimentos que não chegam a ser consumidos;
4. o déficit de emissões até 2030, isto é, a diferença entre o corte necessário para limitar o aquecimento a 1,5°C e a trajetória atual, é estimado em 20 gigatoneladas de CO_2 equivalente.

A organização também listou cinco demandas dos jovens para a COP31:

1. um lugar real à mesa de decisão;
2. justiça climática para o Sul Global;
3. educação climática em todas as escolas;
4. financiamento para soluções lideradas por jovens;
5. promessas que se convertam em ação.

O lema da série resume o tom: "**Não decidam por nós. Decidam conosco**". A campanha dá continuidade à atuação da NAMYO no Fórum Mundial da Alimentação, em outubro, e conecta sistemas alimentares, insegurança nutricional e clima. Esse vínculo é direto para a saúde global, já que a fome e a desnutrição estão entre os principais determinantes sociais da saúde.

3 de novembro de 2026 – NAMYO e Conselho da Juventude Afro-Árabe assinam memorando de cooperação



A NAMYO e o Conselho da Juventude Afro-Árabe (AAYC) assinaram um Memorando de Entendimento para fortalecer a cooperação institucional e ampliar as oportunidades de participação de jovens. O AAYC reúne os jovens dos países africanos e árabes, num arco geográfico que coincide em grande parte com a base de membros do MNA.

O acordo formaliza uma parceria que já vinha em curso: em julho de 2026, as duas organizações organizaram em Londres um fórum com a diáspora.

1º de novembro de 2026 – NAMYO realiza cerimônia de transmissão de cargo e inicia gestão de Bala-Shagari



A NAMYO realizou a cerimônia de transmissão de cargo para o mandato da nova gestão, marcando a posse do nigeriano Muhammad Bello Bala-Shagari — o primeiro presidente eleito por votação direta na história da entidade.

Com a ratificação do Acordo de Sede pelo Azerbaijão, embora a liderança política passe para o continente africano, a estrutura administrativa da organização continuará sediada em Baku.

31 de outubro de 2026 – *#SaturdaySeries* da NAMYO debate a política externa do Azerbaijão para o Oriente Médio e a África



A NAMYO realizou mais uma edição da *#SaturdaySeries*, ciclo de debates que conecta jovens dos países-membros a diplomatas.

O encontro contou com a participação do chefe da Diretoria de Oriente Médio e África do Ministério das Relações Exteriores do Azerbaijão, que abordou a presença dessas duas regiões na política externa do país.

A atividade dá continuidade à palestra de 17 de outubro sobre diplomacia econômica e reforça a estratégia de aproximação do NAMYO com o continente africano, bloco que representa a maior parcela dos membros do MNA jovem.

28 de outubro de 2026 – Secretário-Geral da OCI encontra bolsistas de países islâmicos na sede da NAMYO



O Secretário-Geral da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI) encontrou-se na sede da NAMYO, com estudantes de países-membros da OCI que estudam no Azerbaijão com bolsas do governo azerbaijano. O programa já beneficiou cerca de 350 jovens de 46 países. O Secretário-Geral apresentou as prioridades futuras da OCI e o papel da juventude no alcance dessas metas.

Foram debatidos o papel dos jovens como embaixadores da diplomacia cultural, a solidariedade no mundo islâmico e o diálogo intercultural. A escolha da sede da NAMYO como local do encontro reforça o uso do espaço como ponto de articulação entre o MNA e outras organizações do Sul Global, já que 57 países integram a OCI, em grande parte também membros do Movimento.

27 de outubro de 2026 – NAMYO recebe a chanceler da Guiné-Bissau em sua sede em Baku



A NAMYO recebeu a ministra dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, que conheceu a organização. É a primeira visita de alto nível registrada após a ratificação do Acordo de Sede e a eleição de Bala-Shagari. O episódio mostra bem como a NAMYO está se aproximando da África e neste caso, um país de língua portuguesa. A Guiné-Bissau já havia discutido com o Azerbaijão e com o Uzbequistão, futuro presidente do MNA, a cooperação no âmbito do Movimento.

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

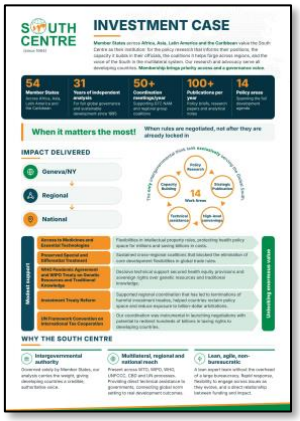
O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário.

Notícias de destaque

5 de novembro de 2026 – Centro Sul lança suas prioridades de investimentos até 2028

O Centro Sul lançou um *Investment Case* — documento estratégico voltado à captação de recursos e ao estabelecimento de metas de arrecadação. No texto, a organização ressalta sua governança colegiada, composta por 54 Estados-Membros, e destaca mais de três décadas de atuação ao lado de governos do Sul Global em fóruns multilaterais decisivos, como OMS, OMPI, OMC e ONU. Sua agenda abrange temas centrais da governança global, incluindo acesso a medicamentos, comércio, investimentos, tributação, mudanças climáticas e economia digital.



O documento convoca os países em desenvolvimento a investirem no fortalecimento do Centro Sul como uma instituição própria — estimulando contribuições dos atuais membros e a adesão de novos Estados, além de buscar o engajamento de parceiros e doadores internacionais.

O lançamento ocorreu em um momento estratégico, pois coincide com o início do processo de sucessão do seu Diretor Executivo e com a retração global do financiamento à cooperação internacional, refletindo o empenho da instituição em assegurar sua sustentabilidade financeira de longo prazo.

4 de novembro de 2026 – Evento paralelo da OMPI pede a entrada em vigor antecipada e a implementação efetiva do Tratado GRATK

A Missão Permanente do Irã e o Centro Sul promoveram um evento paralelo às deliberações do 1º Comitê da AGNU (responsável pelo desarmamento e segurança internacional) focado nos desdobramentos do Tratado sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados (GRATK).



Adotado em maio de 2024 sob os auspícios da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), o instrumento estabelece a obrigatoriedade de divulgar a origem desses recursos em pedidos de patentes. Contudo, com a adesão de apenas quatro países até o momento (Albânia, Malaui, Peru e Uganda), ainda restam 11 ratificações para que o acordo alcance o quórum necessário de entrada em vigor.

Durante a sessão, o Irã apresentou sua estratégia de antecipar a implementação das normas no plano nacional a fim de evitar lacunas jurídicas. O Centro Sul ponderou que o GRATK

representa um padrão mínimo, não assegurando, por si só, a efetiva repartição de benefícios, devendo ser complementado por exigências nacionais mais amplas de divulgação, mecanismos de oposição prévia à concessão de patentes e articulação com as autoridades de biodiversidade. Para impulsionar a adesão global, a Nigéria anunciou a criação do grupo inter-regional *"Founding Friends"*, voltado a acelerar os processos de ratificação.

Embora o GRATK constitua um marco histórico no combate à biopirataria, a morosidade em sua ratificação evidencia o desafio de transformar conquistas diplomáticas em ferramentas operacionais. Essa pauta se conecta diretamente às negociações do sistema PABS (*Pathogen Access and Benefit-Sharing*) no âmbito da OMS, dividindo a mesma premissa central de garantir a repartição justa dos benefícios derivados dos recursos biológicos e dados genéticos do Sul Global.

Para o Brasil, como país mega diverso, a consolidação desse marco normativo é de relevância estratégica.



2 de novembro de 2026 – Reunião com o Ministro da Justiça e Segurança do Suriname sobre a Revisão Periódica Universal

O Diretor Executivo do Centro Sul, Carlos Correa, reuniu-se com o Ministro da Justiça e Segurança, a Representante Permanente em Genebra e o Chefe do Bureau de Direitos Humanos do Suriname. O encontro ocorreu durante a apresentação do 4º relatório nacional do país na Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos, referente ao ciclo 2021–2026. O documento contou com o apoio técnico do Centro Sul, e a adoção formal de suas recomendações está agendada para 13 de novembro.

Durante o encontro, as discussões se concentraram na capacitação institucional para a elaboração de relatórios da Revisão Periódica Universal, utilizando o *toolkit* prático desenvolvido pelo Centro Sul e no fortalecimento da defesa de um multilateralismo inclusivo.

30 de outubro de 2026 – Aberto o processo de sucessão do Diretor Executivo do Centro Sul

O Conselho do Centro Sul anunciou a abertura do processo seletivo para o cargo de Diretor Executivo da instituição, convidando candidaturas de cidadãos de seus 54 Estados-Membros e de países do Grupo dos 77 + China.

Criado em 1994, o Centro Sul atua como a organização intergovernamental de pesquisa de políticas públicas do Sul Global, oferecendo análise estratégica, assistência técnica e capacitação a governos em negociações multilaterais. Suas áreas prioritárias abrangem comércio internacional, financiamento para o desenvolvimento, saúde global, propriedade intelectual, clima, biodiversidade, tributação e cooperação Sul-Sul.

A governança da entidade fundamenta-se em três pilares: o Conselho de Representantes, o Board executivo e o Secretariado, este último liderado pelo Diretor Executivo e responsável pela execução operacional das atividades.



30 de outubro de 2026 – Centro Sul e Plataforma de ONGs do Sul Global discutem resiliência diante dos desafios geopolíticos

O Diretor Executivo do Centro Sul reuniu-se com o Secretário-Geral Adjunto para a América Latina da Plataforma de ONGs do Sul Global (GSNP). A GSNP é uma rede internacional e inter-regional da sociedade civil — lançada oficialmente em Baku e que articula entidades de diversos países em desenvolvimento.

A pauta do encontro concentrou-se na análise do cenário geopolítico sob a perspectiva do engajamento construtivo, da solidariedade institucional e do fortalecimento do multilateralismo.

Durante a conversa, foram definidos mecanismos práticos para consolidar a parceria e coordenar ações conjuntas entre as duas instituições.



29 e 30 de outubro de 2026 – Centro Sul no Fórum Social do Conselho de Direitos Humanos: direito à saúde acima dos privilégios de propriedade intelectual

O Conselho de Direitos Humanos da ONU promoveu em Genebra o Fórum Social de 2026. O encontro foi dedicado ao tema ***"a contribuição da cooperação e da solidariedade internacionais, incluindo a cooperação Sul-Sul, para a realização do direito de todos ao mais alto nível possível de saúde física e mental"***.

Em suas apresentações, o Centro Sul enfatizou que os privilégios comerciais da propriedade intelectual não podem se sobrepor ao direito fundamental à saúde, recomendando três medidas centrais:

1. **Combate ao *Evergreening*[9]:** Implementação de um exame rigoroso de patentes para impedir a formação de redes de proteção abusivas que estendem indevidamente monopólios farmacêuticos.
2. **Reforma das Licenças Compulsórias no TRIPS:** Eliminação das restrições do Artigo 31(f)[10] do Acordo TRIPS, que exige o atendimento "predominantemente" do mercado interno e limita a exportação e importação de medicamentos genéricos para países desprovidos de capacidade fabril.
3. **Equidade na OMS:** Consolidação de compromissos vinculantes de equidade no âmbito do mecanismo Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS) da Organização Mundial da Saúde.

[9] **E*vergreening*** é a prática de estender artificialmente a duração da proteção de uma patente, mantendo o monopólio comercial sobre um produto (como um medicamento) para além do prazo legal original de 20 anos.

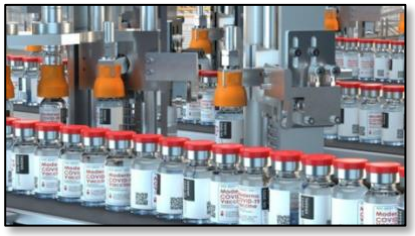
[10] O Artigo 31(f) do Acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio da OMC) estabelece a restrição territorial para a concessão de licenças compulsórias (conhecidas popularmente como "quebra de patentes").

28 de outubro de 2026 – Centro Sul saúda nova resolução da AGNU pelo fim do embargo a Cuba



Pela 34ª vez, a AGNU aprovou a resolução que exige o fim do embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba (A/81/L.5). A retratação na margem de aprovação sinalizou uma crescente pressão diplomática sobre os votos do Sul Global em uma pauta historicamente consensual.

O Centro Sul saudou a adoção da resolução e destacou sua contribuição para o relatório anual do Secretário-Geral da ONU sobre o tema. Em consonância com as posições históricas do G-77 + China e do MNA (já destacados neste informe), o Centro Sul a rechaçou categoricamente as medidas coercitivas unilaterais aplicadas a Cuba. Sob o prisma da saúde pública e dos direitos humanos, a gravidade do cenário foi reiterada pelo chanceler cubano Bruno Rodríguez, que apontou a escassez severa de medicamentos, alimentos e combustível como impactos diretos do bloqueio sobre a população.



27 de outubro de 2026 – Centro Sul reúne delegados do Sul Global sobre o Anexo PABS antes da IGWG9

Em preparação para a 9ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Negociação (INB/IGWG-9), o Centro Sul promoveu um encontro preparatório com delegados de países em desenvolvimento para alinhar posições sobre o Anexo do Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS). As deliberações estruturaram-se em três eixos prioritários:

1. **Alinhamento Normativo:** Garantir plena coerência com os marcos internacionais de biodiversidade, especificamente a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o Protocolo de Nagoya.
2. **Rastreabilidade de Dados:** Implementar "passaportes de dados" com identificadores persistentes centralizados na OMS, assegurando a transparência no acesso às sequências genéticas.
3. **Mecanismos de Equidade e Acesso Real:** Estabelecer contratos padronizados previamente firmados com fabricantes, garantindo à OMS uma cota reserva de produção em tempo real (vacinas, tratamentos e diagnósticos) para distribuição equitativa durante emergências de saúde pública.

Publicações do Centro Sul – julho a setembro de 2026

SOUTH CENTRE

Acesso documentos de pesquisa em diversos idiomas

Resumos de políticas

Visões do Sul e muito mais.

Visões do Sul



6 de novembro de 2026 – Inteligência Artificial e Direitos de Propriedade Intelectual: Preservando a Santidade da Criatividade Humana

Kishore Singh

O avanço da inteligência artificial generativa baseou-se, em larga escala, no uso não autorizado e não remunerado de obras protegidas por direitos autorais para o treinamento de grandes modelos de linguagem. Essa dinâmica transformou a defesa da criação humana frente às grandes empresas de tecnologia em um dilema ético global e em um campo de disputa judicial.

A jurisprudência em formação aponta para um cenário crescentemente favorável aos criadores. Processos emblemáticos, como a ação do *New York Times* contra a OpenAI, os litígios *Getty Images* e *Anderson* contra a Stability AI e o processo movido pela agência indiana ANI em Délhi, somam-se a marcos decisivos, a exemplo da decisão *Thaler v. Register of Copyrights* (que fixou a autoria humana como requisito indispensável do direito autoral) e do acordo da Anthropic, que previu reparações de cerca de US$ 3 mil por obra em um acervo de 500 mil livros.

Fundamentado no Artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Convenção de 1952 da UNESCO[11] e no Tratado de Direitos Autorais da OMPI de 1996[12], o debate reafirma a proteção dos interesses morais e materiais dos autores. Sob a perspectiva regulatória, alinhada à Lei de IA da União Europeia, à sua Diretiva de Mercado Único Digital e às consultas públicas do Reino Unido, sustenta-se que o foco não deve ser a adaptação da propriedade intelectual à IA, mas o enquadramento da IA aos tratados internacionais vigentes.

Para estruturar essa governança, foi proposto cinco diretrizes centrais: a recusa de proteção a obras geradas exclusivamente por IA; a restrição da autoria a pessoas físicas; a obrigatoriedade do consentimento prévio para treinamento de modelos; o tratamento da IA como ferramenta complementar (e não substitutiva); e o combate aos impactos da tecnologia sobre a capacidade crítica e criativa humana.

Por fim, o texto alerta que a concentração do desenvolvimento de IA no Norte Global reproduz antigas assimetrias coloniais, nas quais insumos culturais e intelectuais globais alimentam modelos cujos dividendos econômicos e tecnológicos permanecem retidos em poucas corporações.

---

[11] **Artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos** se divide em dois parágrafos complementares que buscam equilibrar o acesso da sociedade ao conhecimento com a proteção dos autores:

1. **Acesso e Participação (Parágrafo 1):** *"Todo homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios."*
2. **Proteção ao Criador (Parágrafo 2):** *"Todo homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor."*

[12] O **Tratado da OMPI sobre Direito de Autor (WCT — *WIPO Copyright Treaty*)**, adotado em 1996, é um acordo especial no âmbito da Convenção de Berna voltado para a proteção das obras e dos direitos de seus criadores no ambiente digital.

Essa crítica se conecta aos posicionamentos do Centro Sul em pautas como a repartição de benefícios sobre dados genéticos (PABS) e o Tratado GRATK da OMPI.

A publicação do *Policy Brief 163*, publicada nos Cadernos Fiocruz 18, somada aos debates na OMPI e no Diálogo Global sobre Governança de IA da ONU, será o teste decisivo sobre se a regulação da IA atenderá ao interesse multilateral ou apenas às potências tecnológicas.

Declarações

4 de novembro de 2026 – Declaração do Centro Sul na 38ª sessão do Comitê Permanente sobre o Direito de Patentes (SCP38) da OMPI

Na 38ª sessão do Comitê Permanente sobre o Direito de Patentes (SCP) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), realizada em Genebra em formato híbrido, o Centro Sul afirmou que o comitê deve preservar o espaço político nacional e apoiar políticas de patentes orientadas ao desenvolvimento, em vez de harmonizar padrões de proteção. Defendeu ainda o uso das flexibilidades do Acordo TRIPS e pediu mais análise sobre exceções para uso privado e não comercial, atenção aos sistemas de oposição e salvaguardas contra o *evergreening*[13] por meio de pedidos divisionais. A pauta incluiu um estudo da Secretaria sobre transferência de tecnologia nos setores de saúde e tecnologias verdes.

25 de outubro de 2026 – Declaração do Centro Sul sobre a reforma holística dos Acordos Internacionais de Investimento no WIF2026, em Doha


SOUTH CENTRE

UN Trade and Development (UNCTAD)

World Investment Forum - 2026

High -Level International Investment Agreements Conference

Statement – South Centre

Doha – Qatar, October 2026

For over 30 years, the South Centre has worked with developing countries to build a fairer, more inclusive international economic architecture. Part of these efforts has focused on international investment reform, aiming to deliver better investment, not merely more.

O 9º Fórum Mundial de Investimento (WIF 2026) foi realizado de 25 a 27 de outubro em Doha, organizado pela ONU Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em parceria com o Estado do Catar, sob o tema *"**Investing in the Future**"*.

Durante a Conferência de Alto Nível sobre Acordos Internacionais de Investimento (IIAs), o Centro Sul defendeu uma reforma holística desse sistema, sustentando que a governança do investimento não pode operar como um regime isolado concebido exclusivamente para a proteção dos investidores. Para ao Centro Sul, o sucesso das políticas de investimento não se mede apenas pelo volume de capital atraído, mas pela qualidade dos aportes no fortalecimento da capacidade produtiva local, na geração de empregos dignos e no impulso a uma transição ecológica justa.

O Centro Sul enfatizou que o aprimoramento da redação em novos acordos é insuficiente enquanto permanecerem vigentes tratados obsoletos dotados de amplas cláusulas de sobrevivência (*survival clauses*). Diante disso, pressionou os Estados a articularem interpretações conjuntas, emendas, consolidações e rescisões coordenadas do acervo normativo existente.

[13] ***Evergreening*** é a prática de estender artificialmente a duração da proteção de uma patente, mantendo o monopólio comercial sobre um produto (como um medicamento) para além do prazo legal original de 20 anos.

O Centro Sul destacou o lançamento dos Princípios Orientadores para a Reforma dos IIAs, que preservam o dever estatal de regular e reafirmou a parceria estratégica com a UNCTAD na área da pesquisa, assistência técnica e capacitação no âmbito da cooperação Sul-Sul.

De acordo com a UNCTAD, o WIF 2026 reuniu mais de 7.000 participantes e culminou na adoção do *Doha Global Investment Action Framework*, que consolida mais de 20 entregas estratégicas em seis áreas prioritárias e o anúncio de 9 parcerias formais.

A reforma dos IIAs é de relevância direta para a saúde global: os mecanismos tradicionais de solução de controvérsias entre Investidor e Estado (ISDS) frequentemente restringem o espaço regulatório dos países em políticas de saúde pública, como demonstrado em litígios históricos envolvendo o controle do tabagismo e a proteção de patentes farmacêuticas.

G20, G7 e OCDE

G20, G7 y OCDE

G20, G7 and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

Tensões Diplomáticas e Fragmentação Marcam Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G20 em Atlanta

Las tensiones diplomáticas y la fragmentación marcan la reunión de ministros de Asuntos Exteriores del G-20 en Atlanta

Diplomatic Tensions and Fragmentation Mark the G20 Foreign Ministers' Meeting in Atlanta

Resumo: O presente informe analisa os resultados da Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G20, realizada em Atlanta sob a presidência dos Estados Unidos. O texto detalha a tentativa norte-americana de reorientar o fórum para temas econômicos e de segurança estrutural, com ênfase em energia nuclear, cadeias de suprimento e rotas marítimas. Paralelamente, o texto expõe a profunda crise de consenso que marcou o evento, evidenciada pelo boicote diplomático ao chanceler russo Sergey Lavrov, pelos embates em torno da Ucrânia e do Oriente Médio, e pelo esgotamento da coesão interna do bloco. O documento conclui avaliando como a paralisia decisória do G20 tem impulsionado a articulação de alianças paralelas, projetando um cenário de alta complexidade e confrontos para a Cúpula de Líderes na Flórida.

Palavras-chave: G20; EUA.

Resumen: *El presente informe analiza los resultados de la Reunión de Ministros de Asuntos Exteriores del G-20, celebrada en Atlanta bajo la presidencia de Estados Unidos. El texto detalla el intento estadounidense de reorientar el foro hacia temas económicos y de seguridad estructural, con especial énfasis en la energía nuclear, las cadenas de suministro y las rutas marítimas. Al mismo tiempo, el texto expone la profunda crisis de consenso que marcó el evento, puesta de manifiesto por el boicot diplomático al ministro de Asuntos Exteriores ruso, Sergey Lavrov, por los enfrentamientos en torno a Ucrania y Oriente Medio, y por el agotamiento de la cohesión interna del bloque. El documento concluye evaluando cómo la parálisis decisoria del G-20 ha impulsado la formación de alianzas paralelas, lo que augura un escenario de gran complejidad y enfrentamientos para la Cumbre de Líderes en Florida.*

Palabras clave: *G20; USA.*

Abstract: *This report analyzes the results of the G20 Foreign Ministers' Meeting, held in Atlanta under the U.S. presidency. The text details the U.S. attempt to refocus the forum on economic and structural security issues, with an emphasis on nuclear energy, supply chains, and maritime*

routes. At the same time, the text highlights the profound crisis of consensus that marked the event, evidenced by the diplomatic boycott of Russian Foreign Minister Sergey Lavrov, the clashes over Ukraine and the Middle East, and the erosion of the bloc's internal cohesion. The document concludes by assessing how the G20's decision-making paralysis has fueled the formation of parallel alliances, painting a picture of high complexity and confrontation for the Leaders' Summit in Florida.

Keywords: *G20; USA.*

Em um cenário de continuidade das tensões e incertezas decorrentes dos últimos encontros ministeriais de Houston e Milwaukee, o presente informe examina os desdobramentos da Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G20, realizada em Atlanta, no estado da Geórgia, nos dias 30 e 31 de outubro de 2026. Confirmando as expectativas de que a agenda norte-americana seguirá enfrentando forte oposição diplomática rumo à Cúpula de Líderes na Flórida, a reunião assumiu o lema "de volta ao básico", em uma tentativa da presidência anfitriã de redirecionar as atenções do fórum para o enfrentamento dos grandes desafios econômicos e a formulação de soluções conjuntas voltadas ao crescimento global, à segurança econômica e à prosperidade. O encontro coincidiu com as celebrações do 250º ano da independência dos Estados Unidos e contou com uma programação distribuída entre o Georgia Aquarium e o complexo Loews Atlanta, servindo como a principal etapa preparatória política para dezembro. No âmbito da representação diplomática, a Casa Branca promoveu a inclusão da Polônia como participante plena nas deliberações, justificando a decisão pelo expressivo crescimento econômico do país e por sua importância estratégica para a arquitetura de segurança da região.

A recepção de boas-vindas foi conduzida pelo Secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, que utilizou a trajetória de Atlanta como símbolo da engenhosidade produtiva e comercial. Rubio resgatou as origens da cidade como um modesto entroncamento ferroviário e relembrou a sua devastação durante a Guerra Civil, creditando a reconstrução que a ergueu ao status de potência comercial ao esforço de seu povo e a um modelo calcado na liberdade econômica. Com base nesse histórico, o Secretário argumentou que o dinamismo da região Sul dos Estados Unidos resulta de escolhas políticas voltadas à remoção de entraves regulatórios e ao estímulo à inovação, fundamentos que guiam a atual agenda global da administração norte-americana, estruturada em torno da busca por segurança energética, desregulamentação administrativa, fortalecimento das cadeias de suprimento e expansão de tecnologias.

Em sua intervenção na sessão plenária sobre questões geopolíticas, Rubio diagnosticou o contexto global contemporâneo como um momento de escolha decisivo para as lideranças internacionais. Sustentou que as múltiplas crises econômicas e geopolíticas em curso interagem de forma a desestabilizar o fornecimento internacional de energia e alimentos, fragilizando mercados e ameaçando o exercício da livre navegação. Dessa forma, os debates do encontro estruturaram-se em torno de três prioridades táticas traçadas pelo país anfitrião: segurança energética, resiliência da cadeia de suprimentos e as tensões nos estreitos de Ormuz e Bab al-Mandeb, com a aplicação de um modelo objetivo de sessões, em que as delegações expressaram suas posições em intervenções de três minutos.

Figura 1 – Marco Rubio, Secretário de Estado dos EUA, discursa na abertura da Reunião de Relações Exteriores do G20 em Atlanta.



Fonte: Reuters, 2026

O eixo condutor dos trabalhos cristalizou-se na publicação de uma Declaração da Presidência do G20 (*Chair's Statement*), documento que prioriza a segurança energética como pressuposto inalienável do progresso econômico mundial. A declaração assevera que inexiste possibilidade de prosperidade na ausência de sistemas energéticos robustos e critica as políticas estatais que impõem obstáculos artificiais à geração de energia, argumentando que a imposição de custos à eletricidade e aos combustíveis impacta imediatamente o nível de vida das populações. Diante da expansão rápida da demanda movida pelo adensamento demográfico, pelas necessidades de refrigeração e de transporte e pelo excepcional consumo do setor de tecnologia da informação e inteligência artificial, o documento preceitua que a energia deve ser abundante e financeiramente acessível, fatores tidos como determinantes para a competitividade industrial. Para estruturar um fornecimento de base confiável de energia, a declaração dedicou atenção às soluções proporcionadas por tecnologias emergentes, assinalando em particular a energia nuclear civil por intermédio do desenvolvimento de pequenos reatores modulares e microreatores, pontuando que essa alternativa não se constitui obrigatoriamente na escolha de todas as nações. O texto estabeleceu, por conseguinte, a garantia da soberania incondicional na estruturação das matrizes energéticas nacionais, com base na premissa de que a trajetória particular de uma economia soberana não pode estar sujeita à imposição de diretrizes externas.

No âmbito da resiliência das cadeias de suprimento, a declaração dividiu a análise da dependência internacional em três estratos de insumos fundamentais. O primeiro trata dos fertilizantes, considerados vitais para a produção agropecuária e o suprimento de alimentos. O segundo estrato contempla as matérias-primas elementares exigidas para a sustentação da infraestrutura manufatureira, e o terceiro segmento engloba os minerais críticos, sem os quais torna-se inviável a expansão tecnológica e da infraestrutura energética. Em resposta aos gargalos operacionais da economia, os ministros recomendaram a agilização da emissão de licenças operacionais e a redução dos custos e dos procedimentos regulatórios em âmbito doméstico.

A atração de capitais e os investimentos de longo prazo exigirão dos Estados, conforme o texto, a oferta de cenários contratuais mais estáveis e de parcerias com capitais do segmento corporativo privado voltadas às etapas de processamento, purificação química e

reaproveitamento dos minerais estratégicos. Já as dinâmicas geopolíticas resultaram no imperativo de manter a liberdade de trânsito em todos os corredores marítimos estratégicos, para assegurar a fluidez e prevenir um novo quadro de desorganização setorial, análogo às fortes disrupções no suprimento energético que abalaram o cenário internacional no primeiro semestre de 2026. A declaração expressa ainda severa condenação das medidas coercitivas, por ocasião das quais autoridades governamentais decidem, em resposta aos confrontos geopolíticos, obstruir ou impor barreiras às correntes de mercado de gêneros agropecuários e alimentícios, chancelando a rejeição integral do emprego de produtos fundamentais à segurança nutricional como arma nas mesas de pressão da diplomacia internacional.

Por fim, no campo da cooperação para a salvaguarda da saúde global, a Declaração elogiou os resultados e os profissionais comprometidos com o empenho diplomático no combate ao surto do vírus Ebola na República Democrática do Congo, destacando o alcance de dois bilhões de dólares acumulados durante as rodadas dedicadas ao combate, realizadas em reuniões no âmbito do governo dos Estados Unidos. O termo de encerramento do encontro estendeu congratulações e elogios às autoridades pelo amparo logístico prestado e pela tradição esportiva de Atlanta, projetando a continuidade dos trabalhos na cúpula de Miami e a futura presidência do Reino Unido no bloco em 2027.

Além disso, a finalização oficial das atividades foi marcada por uma extensa entrevista coletiva concedida por Marco Rubio, na qual o Secretário detalhou as tensões subjacentes ao fórum diplomático. Em seu diagnóstico, o principal avanço do encontro residiu no reconhecimento unânime dos problemas globais críticos, muito embora persista uma profunda divergência entre os membros quanto às causas dessas crises e às soluções estruturais necessárias. No tocante às ameaças à segurança marítima, Rubio denunciou abertamente o regime iraniano por atacar embarcações comerciais com drones e mísseis, destacando a atuação quase diária dos Estados Unidos para assegurar o fluxo internacional de combustíveis. O diplomata reiterou a oposição frontal ao desenvolvimento de armamento nuclear por parte de Teerã, apontando o país como a principal fonte de instabilidade regional, por meio do financiamento de grupos armados iraquianos. Embora tenha indicado abertura para mediações diplomáticas mediadas pelo Catar, Rubio frisou que a busca por vias pacíficas não comprometerá a segurança nacional norte-americana.

As margens do evento multilateral em Atlanta também serviram de palco para intensas articulações paralelas. Os Estados Unidos reuniram-se com os parceiros do Fórum Quad, congregando Índia, Japão e Austrália, resultando no anúncio de avanços em ajuda humanitária, resposta a desastres, conscientização marítima e na criação de um fórum empresarial, além da previsão de uma futura cúpula em Manila. O Secretário de Estado procurou desvincular a iniciativa de um caráter militar, definindo o Quad como uma coligação contrária a comportamentos de coerção econômica, e não como uma aliança direcionada contra a China. Em outra frente asiática, uma reunião trilateral com o Japão e a Coreia do Sul culminou na assinatura de um memorando de cooperação para a Parceria Transnacional Ártico-Pacífico, com o objetivo de manter a região do Ártico pacífica, comercial e livre de reivindicações de soberania.

A presença do chanceler russo Sergey Lavrov e o conflito na Ucrânia pautaram parte substancial dos questionamentos. Rubio justificou que a busca por uma paz negociada exige a manutenção de canais de diálogo com ambas as partes, confirmando ter mantido uma breve conversa informal com Lavrov sobre a organização de fóruns futuros. O Secretário descreveu a gravidade da guerra citando estimativas de vinte mil baixas russas mensais e os sucessivos

ataques contra a infraestrutura energética de Kiev, revelando que a diplomacia norte-americana analisa propostas apresentadas pela Turquia e pela Índia para o estabelecimento de garantias de tráfego seguro de alimentos e energia no Mar Negro.

A despeito da justificativa diplomática apresentada por Washington para o convite à representação de Moscou, os bastidores da reunião evidenciaram profundas fraturas e instabilidades. A tensão provocada pela participação de Lavrov levou o Departamento de Estado norte-americano a cancelar a tradicional fotografia oficial do evento, na tentativa de evitar a exposição pública das divisões. Cerca de um terço das delegações, incluindo representantes da União Europeia, do Canadá e da Austrália, recusou-se categoricamente a posar ao lado do chanceler russo. A gravidade do isolamento foi vocalizada antes mesmo da primeira sessão pelo ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Johann Wadephul, que declarou ser impossível manter qualquer noção de normalidade nas relações com a Rússia, sentimento que o próprio Lavrov admitiu perceber perante os pares em plenária. O boicote europeu refletiu, de maneira subjacente, o forte descontentamento do bloco com decisões recentes de Donald Trump, marcadas pelo alívio de sanções econômicas e pela retomada de compras de diesel russo.

O clima de hostilidade transbordou inequivocamente para as sessões de debate. O Secretário do Exterior britânico, Ed Miliband, confrontou Lavrov diretamente no salão diplomático, acusando o regime russo de vitimar civis inocentes ao citar um ataque de drones que resultou na morte de quinze pessoas na véspera do encontro, interpelando-o abertamente como o agressor inquestionável da guerra. Em resposta, o chanceler reafirmou que as premissas de Moscou permanecem inalteradas e que a presença da Ucrânia como força militar constitui uma ameaça existencial inaceitável à segurança russa. Embora a representação de Kiev não tenha sido convidada para o encontro e tenha enfrentado desentendimentos paralelos com Washington sobre os serviços de comunicação via satélite da Starshield, a Ucrânia dominou os debates de segurança. Os Estados Unidos anunciaram a venda de um pacote bilionário de mísseis interceptadores Patriot para fortalecer as defesas ucranianas, enquanto a chefe da diplomacia da União Europeia, Kaja Kallas, demandou perante os presentes a criação de um Tribunal Especial para a responsabilização jurídica da Rússia.

Somado ao cenário no Leste Europeu, o risco iminente de desestabilização no Oriente Médio contribuiu decisivamente para o travamento do fórum. Diplomatas ocidentais relataram um temor generalizado de que eventuais operações militares norte-americanas direcionadas contra o Irã pudessem desencadear um choque imediato nos preços do petróleo, aprofundando o quadro de vulnerabilidade econômica global. A somatória desses embates diretos inviabilizou a construção de uma base mínima de entendimento, impedindo, de forma contumaz desde a invasão de 2022, a emissão de uma Declaração Conjunta endossada pelos membros do G20 e limitando os resultados institucionais à publicação da Declaração da Presidência norte-americana.

A coletiva também serviu para o detalhamento pontual de outras pautas bilaterais, incluindo questionamentos sobre a situação do ex-senador brasileiro Flávio Bolsonaro. Rubio confirmou ter conversado com o chanceler do Brasil durante as sessões e esclareceu que o governo norte-americano não teve qualquer envolvimento nos arranjos que permitiram a saída do parlamentar do território brasileiro. O Secretário informou, no entanto, que após a chegada do ex-senador a um porto de entrada, o presidente Trump autorizou a concessão do status de parole para permitir o seu ingresso regular nos Estados Unidos. A agenda periférica cobriu ainda a disposição presidencial de dialogar com o líder norte-coreano Kim Jong-un, a manutenção de

acordos estratégicos com a Dinamarca relativos à Groenlândia, e o andamento de tratativas com o Paquistão diante das tensões de fronteira com o Afeganistão administrado pelo Taliban.

Contudo, a impossibilidade de convergência no documento central revelou a magnitude do racha estrutural que hoje impera no fórum. Conforme avaliações de especialistas colhidas pela imprensa internacional, a exemplo da análise da ex-economista-chefe do Departamento de Estado norte-americano, Heidi Crebo-Rediker, a paralisia do G20 reflete a ruína da dinâmica histórica de coesão do bloco ocidental. Ao longo da última década, por exemplo, os Estados Unidos e seus aliados do G7 consolidavam posições unificadas previamente para conduzir as diretrizes globais nas reuniões ampliadas. O encontro em Atlanta desnudou o completo esgotamento desse modelo, corroído por discordâncias internas entre os próprios parceiros europeus quanto à política externa da Casa Branca e pela busca pragmática de potências médias, como Brasil e Índia, por maximizar interesses diante da intensa competição hegemônica entre Washington e Pequim.

A inviabilidade de consensos multilaterais amplos forçou os Estados Unidos a ancorar o avanço de sua agenda econômica e de segurança na diplomacia de nicho e em parcerias ad hoc. Estratégias paralelas, a exemplo dos encontros do Quad e da formatação da iniciativa Pax Silica, estruturada para romper o monopólio chinês sobre as cadeias de minerais críticos, passaram a substituir a construção coletiva por coalizões segmentadas. A constatação de que o G7 já não opera com unidade de propósitos e de que os blocos de poder atuam de forma isolada consolida a maior fragmentação geopolítica já vivenciada na história institucional do bloco. Esse panorama de antagonismo aberto projeta um cenário de alta complexidade para a Cúpula de Líderes na Flórida, delineando um encontro em que a disputa por influência se sobreporá à cooperação tradicional que fundamentou a criação do fórum.

Referências

Reuters. (2026a, 30 de outubro). G20 foreign ministers skip photo op amid objections over Russia. https://www.reuters.com/world/g20-foreign-ministers-skip-photo-op-amid-objections-over-russia-2026-10-30/

Reuters. (2026b, 30 de outubro). Rifts over wars in Ukraine, Middle East loom over G20 meeting in US. https://www.reuters.com/world/china/rifts-over-wars-ukraine-middle-east-loom-over-g20-meeting-us-2026-10-30/

U.S. Department of State. (2026a, outubro). G20 Chair's statement: G20 Foreign Ministers' Meeting. https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesman/2026/10/g20-chairs-statement-g20-foreign-ministers-meeting/

U.S. Department of State. (2026b, outubro). Secretary of State Marco Rubio at a plenary session on geopolitical issues. https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesman/2026/10/secretary-of-state-marco-rubio-at-a-plenary-session-on-geopolitical-issues/

U.S. Department of State. (2026c, outubro). Secretary of State Marco Rubio at a press availability. https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesman/2026/10/secretary-of-state-marco-rubio-at-a-press-availability-2/

U.S. Department of State. (2026d, outubro). Secretary of State Marco Rubio at the G20 Foreign Ministers' Meeting welcome reception. https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesman/2026/10/secretary-of-state-marco-rubio-at-the-g20-foreign-ministers-meeting-welcome-reception/

U.S. Department of State. (2026e, outubro). Secretary Rubio's travel to Atlanta to host the G20 Foreign Ministers' Meeting. https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesman/2026/10/secretary-rubios-travel-to-atlanta-to-host-the-g20-foreign-ministers-meeting/

G7: segurança, energia e diplomacia na reta final da presidência Francesa

G7: seguridad, energía y diplomacia en la recta final de la presidencia francesa

G7: security, energy and diplomacy in the final stretch of the French presidency

Resumo: Entre 26 de outubro e 8 de novembro de 2026, o G7 preparou a reunião de chanceleres em Paris, transferida de Marselha por causa dos protestos na França. A derrota de Trump nas eleições de meio de mandato e o impasse do acordo do diesel com a Rússia mudaram o contexto do encontro.

Palavras-chave: G7; presidência francesa; Rússia.

Resumen: *Entre el 26 de octubre y el 8 de noviembre de 2026, el G7 preparó la reunión de cancilleres en París, trasladada desde Marsella por las protestas en Francia. La derrota de Trump en las elecciones de mitad de mandato y el estancamiento del acuerdo del diésel con Rusia cambiaron el contexto del encuentro.*

Palabras clave: *G7; presidencia francesa; Rusia.*

Abstract: *Between October 26 and November 8, 2026, the G7 prepared the foreign ministers' meeting in Paris, moved from Marseille due to protests in France. Trump's defeat in the midterm elections and the stalled diesel deal with Russia changed the context of the meeting.*

Keywords: *G7; French presidency; Russia.*

A quinzena de 26 de outubro a 8 de novembro não teve reuniões formais do G7 nem declarações do grupo, mas foi um período de preparação para os próximos dois compromissos da presidência francesa: a segunda reunião de chanceleres e a conferência de doadores para Chernobyl, ambas em 9 e 10 de novembro. No entanto, alguns acontecimentos nesse período mudaram o contexto em que esses encontros ocorrerão: a transferência da reunião de Marselha para Paris, a vitória democrata nas eleições de meio de mandato nos Estados Unidos e o impasse na execução do acordo entre Washington e Moscou sobre o diesel.

Em 5 de novembro, a França informou às delegações que a reunião de chanceleres, prevista para o Palais du Pharo, em Marselha, seria realizada em Paris, por questões de "logística e operacional". Em meio à onda de protestos que a França vem vivendo, desde o movimento iniciado pelos estudantes em setembro, ampliado para manifestações em todo o país, realizar o G7 e o Fórum de Paris sobre a Paz em datas tão próximas exigiria recursos elevados de segurança, hospedagem e transporte. Marselha está entre as cidades que registraram alguns dos episódios mais violentos de saques e confrontos com a polícia ao fim de protestos. Diplomatas ouvidos pela agência classificaram a decisão como "caótica" e avaliaram que ela pode prejudicar a imagem da França (REUTERS, 2026a).

A pauta para a reunião dos chanceleres divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores francês reúne quatro eixos. O primeiro trata das crises internacionais: apoio à Ucrânia, estabilização do Oriente Médio, diversificação e segurança do abastecimento de energia, Sudão, Chifre da África, Venezuela, Cuba, Haiti e Indo-Pacífico. Os demais tratam da segurança marítima e portuária, com a primeira reunião da rede G7+ de portos contra o narcotráfico, em Marselha; da eficiência da ajuda humanitária e da segurança alimentar, com a participação do diretor-executivo do Programa Mundial de Alimentos; e da segurança da

inteligência artificial. Foram convidados Brasil, Egito, Coreia do Sul, Arábia Saudita e Ucrânia (FRANCE, 2026b). A Ucrânia terá uma sessão própria em 10 de novembro, com o chanceler Andrii Sybiha, dedicada a defesa aérea, apoio financeiro e energia (EVROPEISKA PRAVDA, 2026). Ao embarcar para a França, em 8 de novembro, o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, afirmou que "a segurança global exige ação decisiva" e que Washington pressionará os aliados por maior divisão de encargos (FREE PRESS JOURNAL, 2026).

A reunião ocorrerá dias depois das eleições de meio de mandato de 3 de novembro, nas quais o Partido Democrata conquistou maioria da Câmara e do Senado (CBS NEWS, 2026). Segundo quatro diplomatas do G7 ouvidos pela Reuters, o encontro será a primeira oportunidade para os aliados avaliarem se a derrota de Trump altera a abordagem norte-americana em relação à Ucrânia, ao Oriente Médio e aos parceiros mais próximos. Os ganhos democratas podem reduzir a margem de manobra da Casa Branca, mas os diplomatas alertaram que não se deve esperar uma volta ao multilateralismo tradicional enquanto a política externa seguir sob controle de Trump. Será também a primeira aparição de Marco Rubio diante dos aliados desde as eleições (REUTERS, 2026b).

Já no que tange à conferência de doadores para Chernobyl, copresidida por França, Ucrânia e Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), a presidente do banco, Odile Renaud-Basso, reconheceu que completar o financiamento "vai ser um desafio" e afirmou que a segurança nuclear "não é um problema ucraniano". O reparo do Novo Confinamento Seguro, danificado por um drone russo em 2025, custará pelo menos € 500 milhões, dos quais o G7 já prometeu € 260 milhões. As obras precisam ser concluídas até 2030, e o BERD pretende contratá-las em 2028 (KYIV POST, 2026).

O acordo anunciado por Trump em 9 de outubro, que autorizou a importação de diesel russo até abril de 2027 apesar do compromisso do G7 de manter as sanções, mostrou-se difícil de executar. Até 7 de novembro, nenhuma carga havia chegado aos Estados Unidos. Dos quatro navios-tanque enviados pela Rússia desde o acordo, ao menos dois mudaram de rota, um em direção ao Brasil e outro ao Mediterrâneo, e um terceiro alterou seu destino de Nova York para "aguardando ordens". A proibição aprovada pelo Congresso à importação de energia russa continua em vigor, o que gera insegurança jurídica para compradores, portos e bancos. A governadora de Nova Jersey pediu aos operadores portuários que recusem os navios, e parlamentares alertaram as empresas envolvidas sobre possíveis responsabilidades civis e criminais. O Kremlin classificou as notícias sobre os desvios como "falsas" (AL JAZEERA, 2026).

Em paralelo, em 3 de novembro, o enviado norte-americano Steve Witkoff anunciou uma nova rodada de negociações entre Estados Unidos, Ucrânia e Rússia em Abu Dhabi, em 10 e 11 de novembro, com foco em arranjos de segurança pós-guerra, um possível cessar-fogo energético e marítimo e trocas de prisioneiros. Zelensky reiterou que restrições ao exército ucraniano e a neutralidade do país "não estão em discussão" (KYIV INDEPENDENT, 2026). Autoridades da França, do Reino Unido, da Alemanha, da OTAN e da Comissão Europeia pretendem estar em Abu Dhabi, embora não devam participar do formato trilateral. A coordenação europeia, no entanto, demonstrou fissuras quando, em 5 de novembro, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, alertou que a Europa corre o risco de se tornar irrelevante nos esforços de paz se os Estados-membros continuarem seguindo vias diplomáticas separadas, em vez de acordarem um representante e uma estratégia comuns (REUTERS, 2026b).

Os diplomatas descreveram um quadro sombrio na Ucrânia. Embora a frente esteja em grande parte estabilizada, a Rússia passou a atacar sistematicamente a infraestrutura energética para provocar um apagão nacional no inverno, e a escassez de interceptadores Patriot e de outros sistemas de defesa aérea é hoje a vulnerabilidade militar mais urgente de Kiev. Além da Ucrânia, o Irã deve ocupar espaço central na reunião, já que os aliados têm manifestado ceticismo em relação à guerra e temem que novas ações militares norte-americanas agravem a crise. O encontro também pode expor divergências entre Paris e Washington sobre o Líbano: a França defende um novo arcabouço de segurança com respaldo da ONU para o sul do país, incluindo a hipótese de uma força internacional franco-italiana, diante da resistência norte-americana e do fim dos arranjos atuais, previsto para o fim do ano (REUTERS, 2026b).

No mercado de energia, a perspectiva de um acordo entre Estados Unidos e Irã provocou forte oscilação. O Brent abriu 4 de novembro perto de US$ 104 o barril, caiu para cerca de US$ 94 no dia seguinte e voltou à casa de US$ 100 em 6 de novembro, após relatos de novos ataques a petroleiros em Ormuz. Um alto funcionário iraniano afirmou que Teerã pode reabrir o estreito em dois dias se Washington suspender as sanções ao petróleo e liberar ativos congelados; o vice-presidente JD Vance disse que houve “algum progresso”, mas nenhum acordo foi assinado (THE PRIVATE BANKER, 2026). O relatório de acompanhamento que o G7 solicitou à Agência Internacional de Energia em 2 de outubro segue sem divulgação pública.

A agenda técnica da presidência seguiu com eventos de menor visibilidade. Em 22 de outubro, a França lançou o Museum 7, rede de museus do G7 que pretende fazer da cooperação museal “um instrumento duradouro de diálogo internacional”, com reuniões itinerantes nos países que presidirem o grupo (FRANCE, 2026a). O calendário oficial incluiu ainda o Fórum Mundial pela Democracia, do Conselho da Europa, em Estrasburgo (2 e 3 de novembro), uma reunião do Grupo de Ação em Segurança Sanitária Global, em Paris (3 e 4 de novembro), e uma conferência sobre grandes constelações de satélites, em Berlim (5 de novembro) (ELYSÉE, 2026). Nas próximas semanas, estão previstas a reunião de chanceleres e a conferência de doadores para Chernobyl, em Paris, em 9 e 10 de novembro; o Fórum de Paris sobre a Paz, em 10 de novembro; e a reunião de ministros do Interior, em Lyon, em 20 e 21 de novembro (ELYSÉE, 2026).

Referências

AL JAZEERA. Why are oil traders refusing to buy Russian diesel after Trump-Putin deal? Doha, 7 nov. 2026. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/11/7/why-are-oil-traders-refusing-to-buy-russian-diesel-after-trump-putin-deal . Acesso em: 8 nov. 2026.

CBS NEWS. 2026 midterm election updates as fallout begins over sweeping Democratic victories. Nova York, 3 nov. 2026. Disponível em: https://www.cbsnews.com/live-updates/election-day-2026-midterms/ . Acesso em: 8 nov. 2026.

ELYSÉE. G7 agenda. Paris: Présidence de la République, 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/diary . Acesso em: 8 nov. 2026.

EVROPEISKA PRAVDA. G7 to hold separate meeting on Ukraine with Ukrainian foreign minister in attendance. Kyiv, 6 nov. 2026. Disponível em: https://www.eurointegration.com.ua/eng/news/2026/11/6/7249434/ . Acesso em: 8 nov. 2026.

FRANCE. Ministère de la Culture. Museum 7 – réseau des musées du G7 : faire de la coopération muséale un outil durable de dialogue international. Paris, 22 out. 2026a. Disponível em: https://www.culture.gouv.fr/switchToLanguage/440908/fre-FR . Acesso em: 8 nov. 2026.

FRANCE. Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères. Priorities of the G7 Foreign Ministers' Meeting in Paris. Paris, 6 nov. 2026b. Disponível em: https://www.diplomatie.gouv.fr/en/presse-et-ressources/decouvrir-et-informer/actualites/quelles-priorites-pour-la-reunion-des-ministres-des-affaires-etrangeres-du-g7-a-paris . Acesso em: 8 nov. 2026.

FREE PRESS JOURNAL. "Global security demands decisive action": Marco Rubio heads to France for G7 meet, says US will push allies for greater burden sharing to tackle global crises. Mumbai, 9 nov. 2026. Disponível em: https://www.freepressjournal.in/world/global-security-demands-decisive-action-marco-rubio-heads-to-france-for-g7-meet-says-us-will-push-allies-for-greater-burden-sharing-to-tackle-global-crises . Acesso em: 8 nov. 2026.

KYIV INDEPENDENT. Witkoff reveals location, date for new trilateral peace deal negotiations. Kyiv, 3 nov. 2026. Disponível em: https://kyivindependent.com/witkoff-reveals-location-date-for-new-trilateral-peace-deal-negotiations/ . Acesso em: 8 nov. 2026.

KYIV POST. EBRD seeks €500M to repair Chornobyl drone damage. Kyiv, 7 nov. 2026. Disponível em: https://www.kyivpost.com/post/89420 . Acesso em: 8 nov. 2026.

REUTERS. France makes last-minute G7 ministerial location switch amid protest movement. Paris, 5 nov. 2026a. Disponível em: https://www.internazionale.it/ultime-notizie-reuters/2026/11/05/g7-foreign-ministers-meeting-moved-from-marseille-to-paris-sources-say . Acesso em: 8 nov. 2026.

REUTERS. G7 allies to assess impact of Trump's midterm setback at Paris talks. Paris, 8 nov. 2026b. Disponível em: https://www.usnews.com/news/world/articles/2026-11-08/g7-allies-to-assess-impact-of-trumps-midterm-setback-at-paris-talks . Acesso em: 8 nov. 2026.

THE PRIVATE BANKER. Oil swings near $100 as Iran studies Qatari nuclear proposals and offers Hormuz reopening within two days on sanctions relief. [S. l.], 6 nov. 2026. Disponível em: https://leprivatebanker.com/2026/11/06/oil-swings-near-100-as-iran-studies-qatari-nuclear-proposals-and-offers-hormuz-reopening-within-two-days-on-sanctions-relief/ . Acesso em: 8 nov. 2026.

"Mais apoio nem sempre significa melhores resultados": as análises da OCDE sobre a economia global em apoio às políticas estratégicas e de inovação

"More support does not always mean better results": The OECD's insights into the global economy in support of strategic and innovation policies

"Un mayor apoyo no siempre se traduce en mejores resultados": las perspectivas de la OCDE sobre la economía mundial como apoyo a las políticas estratégicas y de innovación

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre seis atualizações de estudos periódicos de temas variados, tais como políticas agrícolas, ação climática global, regiões e cidades, entre outros.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; geopolítica; OCDE; cooperação internacional.

Resumen: *Los aspectos más destacados de la OCDE se reparten entre seis actualizaciones de estudios periódicos sobre temas diversos, como las políticas agrícolas, la acción climática global, las regiones y las ciudades, entre otros.*

Palabras clave*: G20; EE. UU.; G7; geopolítica; OCDE; cooperación internacional.*

Abstract: *The OECD's highlights include six updates to periodic studies on a variety of topics, such as agricultural policies, global climate action, regions, and cities, among others.*

Keywords: *G20; USA; G7; geopolitics; OECD; international cooperation.*

Com o final do ano cada vez mais próximo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) começou o mês de novembro de 2026 promovendo o lançamento das novas edições de uma série de publicações periódicas que compilam suas análises, dados atualizados e tendências de temas variados. Nesse sentido, as mesmas são brevemente identificadas e apresentadas a seguir.

A primeira delas é o relatório *"Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2026: Enhancing resilience in a world of interconnected risks"*, parte de uma iniciativa da organização para a produção de pesquisas e análises anuais sobre políticas, tendências e temáticas relativas à agricultura, oferecendo uma visão sobre a natureza crescente da complexidade da política agrícola. A última versão do estudo periódico busca reportar sobre a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas agrícolas em 56 países, incluindo os 38 países participantes da OCDE, 5 Estados-Membros europeus não pertencentes à OCDE e 13 economias emergentes – com o Brasil incluído no último grupo. É também interessante destacar que o documento contém em si seções dedicadas especialmente para os casos estudados, com informações, dados, análises e recomendações individuais e próprias relativos aos países e agrupamentos regionais abrangidos em seu foco.

Assim, o cenário apresentado pelo relatório revela que o apoio governamental à agricultura aumentou em US$ 121 bilhões – quase 15% – entre o período de 2023 e 2025, atingindo um nível recorde na área. Grande parte desse apoio concentrou-se em respostas de curto prazo a crises sucessivas e choques globais mais frequentes e interconectados, em detrimento do fortalecimento da resiliência do setor diante de riscos futuros, de acordo com o relatório. Já o apoio total ao setor alcançou uma média de US $ 885 bilhões por ano entre os anos de 2023 e 2025 e quase metade desse ainda ocorre sob formas com mais probabilidade de distorcer a produção e o comércio – alternando preços de mercado, subsidiando insumos ou vinculando pagamentos aos volumes produzidos. Tal aumento reverte um declínio de décadas no apoio agrícola em relação à produção.

Outro ponto de destaque do relatório foi a análise das distintas formas como os governos forneceram seus apoios. Em muitas economias emergentes, o auxílio veio principalmente através de políticas que mantiveram os preços agrícolas internos acima dos preços internacionais, isolando seus mercados internos a fim de os proteger de choques externos, enquanto os países membros da OCDE dependiam mais fortemente de despesas públicas diretas, incluindo assistência de emergência em casos de catástrofes.

A organização internacional, no entanto, adverte que uma intensificação no apoio não necessariamente produz melhores resultados, com as medidas muitas vezes afetando e elevando o custo para famílias e reduzindo eficiência, e advoga em favor de um maior investimento em inovação e infraestrutura para ajudar os agricultores a produzir mais ou menos e os auxiliar na preparação e mitigação do próximo choque, não somente ter uma postura reativa e compensá-los pelo choque anterior.

Ao seu fim, a OCDE apresentou a recomendação de uma agenda de políticas de quatro pontos prioritários visando provocar a melhora na resiliência dos sistemas agrícolas e alimentares e, ao mesmo tempo, a reforma e a otimização de políticas relacionadas nos países:

1. Direcionar o apoio de forma mais eficaz, reduzindo a dependência de medidas que distorcem a produção, os preços e o comércio, ao passo que se ampliam as ferramentas de gestão de risco e os instrumentos orientados para resultados.
2. Reforçar as políticas de gestão de risco sistêmico para ajudar o setor agrícola a antecipar, adaptar-se e gerenciar choques futuros dentro de marcos normativos estáveis e mercados internacionais abertos, minimizando a necessidade de respostas pontuais a crises.
3. Investir mais na resiliência de longo prazo por meio de pesquisa, inovação, conhecimento, infraestrutura e outros bens públicos que apoiem o crescimento sustentável da produtividade e a resiliência.
4. Alinhar melhor as políticas aos objetivos de sustentabilidade, fortalecendo incentivos, regulamentações, bem como monitoramento e avaliação.

Outra publicação lançada na quinzena foi o relatório *"The Climate Action Monitor 2026"*, que faz parte do Programa Internacional de Ação sobre o Clima (IPAC, em sua sigla em inglês). Dirigido a formuladores de políticas e profissionais da área, a mais recente atualização da produção anual fornece perspectivas e informações sobre a ação climática global e o progresso em direção às metas de zero emissões líquidas de carbono para 52 países membros da OCDE e países parceiros. A edição apresenta ainda uma análise sobre eventos climáticos extremos, em especial sobre a maior frequência e intensidades de ondas de calor e secas prolongadas, com implicações crescentes para a saúde, a infraestrutura e a atividade econômica. O documento também examina como as tendências recentes de emissões e as metas de médio prazo se relacionam com os objetivos nacionais de longo prazo, atentando como embora as políticas de mitigação tenham continuado a se expandir em todas as regiões ao longo da última década, o ritmo de progresso desacelerou e persistem diferenças significativas no escopo, no rigor e na composição do conjunto de políticas adotadas pelos países.

Na esteira dessa discussão, a organização econômica também publicou a nova edição de seu estudo bienal onde analisa como as condições econômicas, sociais, demográficas e ambientais variam entre regiões e cidades nos países da OCDE e fornece evidências comparáveis em escala internacional no tema, o relatório *"OECD Regions and Cities at a Glance 2026"*. Para além das médias nacionais, o documento busca ainda investigar onde pessoas e empresas estão se beneficiando de novas oportunidades e onde persistem lacunas em termos de produtividade, emprego, habitação, dinâmicas populacionais, acesso a serviços e exposição a riscos climáticos.

A edição de 2026 dedica atenção especial à geografia da inteligência artificial e das atividades baseadas no conhecimento, à acessibilidade da moradia, ao envelhecimento e declínio populacional, ao acesso à infraestrutura social e comunitária, e à crescente exposição ao estresse térmico. Ela também explora como essas tendências interagem, moldando a capacidade de diferentes locais de atrair pessoas, criar oportunidades e se adaptar às mudanças. O documento fornece dados comparativos para formuladores de políticas em nível nacional, regional e local, pesquisadores e outros que buscam compreender como o local onde as pessoas vivem afeta as oportunidades econômicas, a qualidade de vida e a resiliência às mudanças futuras.

Já no relatório intitulado *"The Ocean Economy at a Glance"*, as atenções da OCDE recaem sobre a economia azul (ou economia oceânica), um pilar relevante à prosperidade global, e oferecendo uma visão geral abrangente da contribuição dos oceanos para os sistemas alimentares, o transporte marítimo, a energia, os minerais, o turismo, o emprego, a inovação e as descobertas científicas. A exemplo, é sinalizado que a economia azul atingiu, em 2025, o patamar sem precedentes de US$ 3,5 trilhões, enquanto também sob elevadas pressões sobre os ecossistemas e recursos marinhos, ameaçando a saúde dos oceanos e evidenciando as fragilidades e limites dos atuais arranjos de governança no setor. O documento fornece então aos formuladores de políticas novas referências e dados necessários para promover uma economia oceânica mais produtiva, inovadora, sustentável, resiliente e, segundo a própria OCDE, bem governada.

Outro estudo publicado na quinzena foi o *"Latin American Economic Outlook 2026: Deepening Integration into a Changing Global Economy"*. Produto de uma parceria entre a organização e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e a Comissão Europeia, o relatório de 2026 revela que apesar da região estar bem posicionada para aproveitar as transformações tecnológicas, ambientais e geopolíticas que estão remodelando a economia global, a mesma permanece insuficientemente integrada à economia global, com laços regionais frágeis, somados a lacunas em infraestrutura, financiamento, qualificação e regulação, limitando seu imenso potencial. Desse modo, as organizações autoras do documento insistem que uma integração regional mais robusta e parcerias internacionais poderiam auxiliar a destravar essas oportunidades, acelerando a inovação, gerando empregos de qualidade e promovendo um crescimento mais resiliente e sustentável.

Por fim, o último destaque do presente informe é o documento *"OECD Digital Economy and Society Outlook 2026"*, onde a organização se dedica a identificar e avaliar tendências e análises sobre a economia digital e seus impactos sociais e econômicos na sociedade, analisando a evolução das prioridades, políticas e governança no âmbito digital. Assim, nota-se como a adoção de inteligência artificial está se expandindo rapidamente nas economias da OCDE, porém lacunas significativas entre empresas e gerações correm o risco de limitar os benefícios da transformação digital.

Referências

OECD. Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2026: Enhancing resilience in a world of interconnected risks. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Nov 06]. Available from: https://doi.org/10.1787/2c7f3be1-en.

OECD. Government support to agriculture grew by 15% in the last two years and much of it is distortive, says OECD. OECD [Internet]. 2026 Nov 02 [cited 2026 Nov 06]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/10/government-support-to-agriculture-grew-by-15-per-cent-in-the-last-two-years-and-much-of-it-is-distortive-says-oecd.html.

OECD. The Climate Action Monitor 2026. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Nov 06]. Available from: https://doi.org/10.1787/8f3c692e-en.

OECD. Rising exposure to extreme heat and droughts poses growing risks to economies, OECD finds. OECD [Internet]. 2026 Nov 05 [cited 2026 Nov 06]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/11/rising-exposure-to-extreme-heat-and-droughts-poses-growing-risks-to-economies-oecd-finds.html.

OECD. OECD Regions and Cities at a Glance 2026. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Nov 06]. Available from: https://doi.org/10.1787/1fc64125-en.

OECD. The Ocean Economy at a Glance. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Nov 06]. Available from: https://doi.org/10.1787/da6da926-en.

OECD, Economic Commission for Latin America and the Caribbean, CAF Development Bank of Latin America, European Commission. Latin American Economic Outlook 2026: Deepening Integration into a Changing Global Economy. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Nov 06]. Available from: https://doi.org/10.1787/83a299be-en.

OECD. OECD Digital Economy and Society Outlook 2026. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Nov 06]. Available from: https://doi.org/10.1787/022ed474-en.

OECD. AI adoption accelerates across the OECD, but major gaps persist among businesses and generations. OECD [Internet]. 2026 Nov 05 [cited 2026 Nov 06]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/11/oecd-digital-economy-and-society-outlook-2026.html.

Mais mudanças eleitorais e mais manifestações populares: a política e a economia da ALC também mudarão?

Más cambios electorales y más manifestaciones populares: ¿cambiarán también la política y la economía de ALC?

More electoral changes and more popular protests: Will Latin-America's politics and economy also change?

Sebastián Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: As manifestações populares e eleições nos EUA direcionaram novas mudanças para a região da América Latina. As eleições nos EUA enfraqueceram o atual governo de Donald Trump, os democratas ganharam maioria legislativa e possíveis efeitos da política interna podem transbordar para a política externa. No Paraguai, escândalos financeiros, pressão popular e decisão legislativa contribuíram para a prisão do presidente. Em termos econômicos, ainda não está claro o que a vitória democrata pode significar e, em termos sociais, os governos latino-americanos ainda precisam lidar com a estrutura persistente de pobreza na região. No cenário de saúde, os números da dengue e do sarampo aumentam e continuam preocupando a região. No seguimento das organizações regionais, destacamos que: a Organização dos Estados Americanos (OEA) avançou em iniciativas de acompanhamento democrático, de segurança regional e de desenvolvimento sustentável; o Organismo Andino de Saúde – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) discutiu temas de saúde sexual e reprodutiva; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana participou do IX Encontro de Prefeitos e Prefeitas por Municípios Saudáveis da Região das Américas; e Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) destacou a articulação regional em torno da conservação da biodiversidade e a eleição da nova presidência do PARLAMAZ.

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen: *Las manifestaciones populares y las elecciones en EE. UU. han propiciado nuevos cambios en la región de América Latina. Las elecciones en EE. UU. han debilitado al actual Gobierno de Donald Trump; los demócratas han obtenido la mayoría legislativa y es posible que los efectos de la política interna se extiendan a la política exterior. En Paraguay, los escándalos financieros, la presión popular y una decisión legislativa han contribuido a la detención del presidente. En el ámbito económico, aún no está claro qué puede suponer la victoria demócrata y, en el ámbito social, los gobiernos latinoamericanos siguen teniendo que hacer frente a la persistente estructura de pobreza en la región. En el ámbito sanitario, las cifras de dengue y sarampión aumentan y siguen siendo motivo de preocupación en la región. En cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que la Organización de los Estados Americanos (OEA) ha avanzado en iniciativas relacionadas con el seguimiento democrático, la seguridad regional y el desarrollo sostenible; el Organismo Andino de Salud – Convenio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) debatió temas de salud sexual y reproductiva; la Secretaría Ejecutiva del Consejo de Ministros de Salud de Centroamérica y la República Dominicana participó en el IX Encuentro de Alcaldes y Alcaldesas por Municipios Saludables de la Región de las Américas; y la Organización del Tratado*

de Cooperación Amazónica (OTCA) destacaron la coordinación regional en torno a la conservación de la biodiversidad y la elección de la nueva presidencia del PARLAMAZ.

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud.*

Abstract: *Popular protests and the U.S. elections have set the stage for new changes in Latin America. The U.S. elections have weakened Donald Trump's current administration; the Democrats have won a legislative majority, and the potential effects of domestic politics may spill over into foreign policy. In Paraguay, financial scandals, public pressure, and a legislative decision contributed to the president's arrest. Economically, it is still unclear what the Democratic victory might mean, and socially, Latin American governments still need to address the region's persistent poverty. In the health sector, dengue and measles cases are on the rise and continue to be a cause for concern in the region. Regarding regional organizations, we note that the Organization of American States (OAS) has made progress on initiatives related to democratic oversight, regional security, and sustainable development; the Andean Health Organization – Hipólito Unanue Agreement (ORAS-CONHU) discussed issues of sexual and reproductive health; the Executive Secretariat of the Council of Ministers of Health of Central America and the Dominican Republic participated in the IX Meeting of Mayors for Healthy Municipalities in the Region of the Americas; and the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) highlighted regional coordination regarding biodiversity conservation and the election of the new president of PARLAMAZ.*

Keywords: *Latin America; International Cooperation; Health.*

INTRODUÇÃO

A América Latina atravessa um período de mudanças políticas e geopolíticas que vêm redefinindo alianças, prioridades e estratégias de inserção internacional. Enquanto alguns governos buscam ampliar suas margens de autonomia, outros reforçam vínculos com parceiros tradicionais em um cenário marcado pela competição entre grandes potências. As eleições legislativas nos Estados Unidos, a nova configuração política do Brasil e a crise no Paraguai ajudam a compreender as transformações que estão moldando o futuro da região.

GEOPOLÍTICA

Eleições nos Estados Unidos: impacto na América Latina e no Caribe

No dia 3 de novembro de 2026, foram realizadas as eleições de meio de mandato (*midterms*) nos Estados Unidos. O resultado foi uma derrota importante para o Partido Republicano: os democratas conquistaram o controle de ambas as casas do Congresso, tanto da Câmara dos Representantes quanto do Senado.

Sem nos aprofundarmos na análise dos Estados Unidos, podemos afirmar que o resultado representa um revés político para Donald Trump e enfraquece sua capacidade de impulsionar a agenda legislativa durante os dois últimos anos de seu mandato.

Os principais fatores que explicam o resultado são:

- ✓ ***Deterioração econômica***: o custo de vida, a inflação e os preços de bens e serviços foram preocupações centrais dos eleitores.

- ✓ ***Desgaste da administração***: aumentaram os questionamentos sobre a gestão presidencial e a concentração de poder.
- ✓ ***Voto latino[1]:*** registrou-se um deslocamento significativo de eleitores hispânicos em direção aos candidatos democratas.
- ✓ ***Demanda por controles institucionais***: uma parte importante do eleitorado expressou a necessidade de fortalecer os mecanismos de freios e contrapesos do Congresso em relação ao Poder Executivo.

A nova composição do Congresso abre um cenário de maior tensão entre o Executivo e o Legislativo norte-americanos. No entanto, isso não implica necessariamente uma mudança imediata na política externa de Washington e em seu impacto na América Latina e no Caribe. No entanto, queremos apontar *cinco dimensões que merecem acompanhamento*:

a. ***Segurança hemisférica e cooperação militar***: como temos analisado nestes Cadernos, a política de Trump em relação à América Latina tem privilegiado a segurança, o combate ao narcotráfico, a migração e a contenção de atores extrarregionais. O Congresso, sob controle democrata, poderia aumentar o controle sobre as operações, os recursos e os acordos de cooperação. Não obstante, Trump poderia tentar compensar suas dificuldades internas com uma política externa mais confrontacional e visível no hemisfério ocidental.
b. ***Migrações***: Os resultados eleitorais obtidos constituem um sinal importante do descontentamento de setores do eleitorado latino em relação às políticas migratórias. Isso poderia aumentar a pressão legislativa para rever determinados procedimentos de deportação, as condições de detenção e as políticas de reunificação familiar. Isso não significa que ocorrerá automaticamente uma flexibilização migratória: a questão continuará sendo politicamente controversa, mas os possíveis excessos do ICE serão coibidos.
c. ***Comércio e relações econômicas***: Trump impulsionou uma política de tarifas que certamente encontrará maiores obstáculos legislativos e políticos. Para o México, o Brasil e os países centro-americanos, isso será especialmente relevante. Além disso, o comércio poderá se tornar um campo de disputa entre a Casa Branca e o Congresso, com consequências para as negociações bilaterais e os acordos regionais.
d. ***A China e a competição estratégica***: a derrota republicana não elimina a competição entre Washington e Pequim pela América Latina. A China mantém uma posição relevante como parceira comercial, investidora e fornecedora de infraestrutura. Uma eventual moderação das iniciativas mais confrontacionais de Washington poderia oferecer maiores margens de negociação aos governos latino-americanos. Além disso, a vitória de Lula no Brasil permitirá uma consolidação do bloco dos BRICS e, talvez, a incorporação de parceiros na região. O que é importante ter claro é que a composição democrata no Congresso não significará um abandono da competição estratégica entre Estados Unidos e China.

[1] A análise do voto Latino vai ser abordado em outro artigo do presente Caderno. Mas, segundo informa a imprensa, aproximadamente 14,5 milhões de latinos teriam participado do pleito. Em diversos condados com uma alta proporção de população hispânica, observaram-se mudanças eleitorais favoráveis aos democratas em relação a 2024. A economia e as políticas migratórias estiveram entre as principais preocupações. https://www.reuters.com/graphics/US-ELECTIONS/GRAPHICS-BLOG/akpelkldzvr/#latino-results e https://www.pewresearch.org/race-and-ethnicity/2026/10/16/how-latino-voters-are-experiencing-the-2026-midterm-elections/

e. ***Democracia e direitos humanos:*** A nova composição do Congresso dos Estados Unidos poderia fortalecer a supervisão das políticas norte-americanas em relação a Cuba, Venezuela, Nicarágua e outros países, bem como o debate sobre sanções, assistência internacional e respeito aos direitos humanos.

É possível afirmar que a principal consequência geopolítica da vitória dos Democratas nestas eleições de meio de mandato será a *possibilidade (ou oportunidade) de maior capacidade de manobra para os governos latino-americanos*. O cenário poderia favorecer:

- ✓ Uma diversificação das relações econômicas com a China, a União Europeia e outros parceiros;
- ✓ Uma recuperação dos mecanismos multilaterais e de cooperação regional;
- ✓ Uma maior capacidade de negociação do Brasil e do México diante de Washington;
- ✓ Uma discussão mais ampla sobre soberania, segurança e autonomia estratégica.

Contudo, há *uma contradição importante: um Trump enfraquecido internamente não será, necessariamente, um Trump mais moderado no plano internacional.* O presidente dos EUA poderia tentar demonstrar força na política externa, especialmente em questões que considera estratégicas para a segurança nacional do país do Norte.

As eleições norte-americanas não modificam, por si sós, o mapa político latino-americano, mas poderiam, sim, alterar as condições em que se desenvolve a disputa por influência hemisférica.

O Brasil e a reconfiguração do cenário sul-americano

Juntamente com o triunfo democrata nos Estados Unidos, um acontecimento de grande relevância para o período é o resultado eleitoral brasileiro. A vitória de Lula da Silva no segundo turno, em 25 de outubro, representa uma mudança importante em relação às expectativas que haviam sido geradas após o primeiro turno.

A imprensa regional havia destacado, inicialmente, o avanço do bolsonarismo e a consolidação de sua representação legislativa. Contudo, o resultado definitivo permitiu a Lula conquistar um quarto mandato presidencial.

Do ponto de vista do cenário geopolítico regional, isso poderia ter três implicações:

a. ***O Brasil recupera a centralidade regional***: Lula mantém capacidade de liderança na América do Sul e de interlocução com os principais atores internacionais.
b. ***O cenário para Washington se altera:*** a Casa Branca precisará gerenciar sua relação com um governo brasileiro que reivindica autonomia estratégica e mantém vínculos econômicos importantes com a China.
c. ***A dimensão regional é fortalecida***: o Brasil pode voltar a impulsionar iniciativas de concertação sul-americana e latino-americana, embora enfrente uma região politicamente fragmentada.

O resultado também traz repercussões para a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, dada a importância do Brasil no Mercosul.

A disputa entre Estados Unidos e China continuará condicionando as decisões brasileiras, mas a participação do Brasil nos BRICS e as relações econômicas com Pequim se consolidarão.

Paraguai enfrenta sua maior crise política dos últimos anos

Este é, provavelmente, o acontecimento político mais importante do Cone Sul durante o período analisado. O governo de Santiago Peña, que havia apresentado o Paraguai como um dos países com maior estabilidade macroeconômica da América do Sul e como um destino privilegiado para investimentos, enfrenta uma crise financeira e institucional de grande magnitude.

No dia 5 de novembro, a imprensa[2,3] informou que Santiago Peña havia apresentado sua renúncia à Presidência, depois que a crise do banco digital Ueno desencadeou protestos, perda de apoio político e um processo parlamentar para promover sua destituição.

Entre os elementos centrais da crise, podemos assinalar:

- O Banco Central interveio no Ueno devido ao descumprimento dos requisitos mínimos de solvência;
- A instituição contava com aproximadamente três milhões de clientes, em um país de 6,5 milhões de habitantes;
- Administrava cerca de 850 milhões de dólares em fundos públicos;
- Milhões de usuários ficaram temporariamente sem acesso às suas contas;
- A crise provocou a renúncia do presidente do Banco Central e ordens de prisão contra executivos da instituição;
- A oposição acusou o presidente de conflito de interesses, uso indevido de fundos previdenciários e acobertamento institucional;
- Peña teve participação acionária no grupo empresarial que controlava o Ueno até março de 2025. O mandatário negou ter cometido irregularidades.

Peña teve participação acionária no grupo empresarial que controlava a Ueno até março de 2025. O mandatário negou ter cometido irregularidades e afirmou que defenderia sua posição[4].

A crise ganhou uma dimensão política decisiva quando Peña perdeu o apoio de lideranças de seu próprio partido, incluindo a cúpula do Partido Colorado. O vice-presidente Pedro Alliana passou a ser a figura central na sucessão presidencial. A crise do Ueno evidencia que a estabilidade macroeconômica que o Paraguai[5] vinha experimentando não se traduz, necessariamente, em solidez institucional.

A repercussão imediata foi uma perda de confiança financeira. A imprensa tem informado que o guarani se desvalorizou cerca de 5% frente ao dólar no dia da renúncia e que os preços dos títulos soberanos caíram.

No cenário político paraguaio, a crise da Ueno e a saída de Peña reconfiguram as lideranças do Partido Colorado e do Executivo.

---

[2] https://www.reuters.com/world/americas/paraguay-president-pea-resigns-under-mounting-pressure-bank-collapse-2026-11-05/

[3] https://apnews.com/article/ueno-bank-collapse-paraguay-banking-crisis-santiago-pena-impeachment-eccea1c9a64808b5cd7e6e1d5542084f

[4] https://www.reuters.com/world/americas/paraguay-president-pea-resigns-under-mounting-pressure-bank-collapse-2026-11-05/

[5] https://www.portadaamerica.com/blog/paraguay-deflacion-octubre-2026-inflacion-

No âmbito da institucionalidade do Paraguai, observa-se um forte questionamento aos órgãos de controle e supervisão financeira em um Estado que apresenta características patrimonialistas e que se confunde com os negócios privados.

Do ponto de vista econômico, o fato evidencia a deterioração da confiança dos investidores e uma maior incerteza no Paraguai. Do ponto de vista da sociedade, evidencia-se a desconfiança dos cidadãos diante da perda de acesso a economias e fundos.

Do ponto de vista internacional, embora o risco-país do Paraguai, calculado pelo JP Morgan, seja de 146 pontos, o risco-país real precisa ser revisto, assim como as expectativas de investimento serão reconfiguradas.

O ex-presidente *Santiago Peña havia construído uma relação política estreita com Trump* e participado da iniciativa hemisférica de segurança impulsionada por Washington, o *"Shield of the Americas"*. O *Paraguai também possui uma importância geopolítica particular por ser o único país sul-americano que mantém relações diplomáticas com Taiwan*[6], e não com a República Popular da China.

Nesse sentido, a *crise levanta questões sobre a continuidade dessa estratégia*:

- ✓ *Pedro Alliana manterá o alinhamento político e de segurança com Washington?*
- ✓ *A crise enfraquecerá a capacidade do Paraguai de se apresentar como um parceiro estratégico confiável?*
- ✓ *Será possível manter a política de reconhecimento diplomático de Taiwan?*
- ✓ *O Brasil, a China e outros atores aproveitarão as dificuldades institucionais paraguaias para ampliar seus vínculos?*

Paraguai havia adquirido uma importância superior à sua dimensão econômica e demográfica devido ao seu posicionamento no tabuleiro de competição entre Estados Unidos e China. A crise de Peña pode enfraquecer temporariamente essa posição, mas não significa, necessariamente, uma mudança de orientação internacional. A questão fundamental será *se o novo governo conseguirá preservar a estabilidade institucional e financeira sem abandonar a estratégia de inserção internacional que o Paraguai vinha desenvolvendo*.

SITUAÇÃO POLÍTICA REGIONAL

Argentina: Milei e os desafios da inserção internacional

A situação argentina continua condicionada pelas dificuldades econômicas, pela sustentabilidade do programa de ajuste e pela necessidade de manter o apoio político e financeiro externo.

A relação com os Estados Unidos ganha uma nova dimensão após as eleições legislativas norte-americanas. Milei terá de lidar com uma administração republicana que mantém a Presidência, mas que agora enfrenta um Congresso controlado pela oposição. Isso pode gerar dificuldades para sustentar acordos políticos e econômicos que dependam de decisões legislativas norte-americanas.

[6] https://www.csis.org/analysis/paraguays-next-development-chapter?

Paralelamente, a vitória de Lula no Brasil constitui um contrapeso político regional diante da orientação ideológica do governo argentino. A relação bilateral entre os dois países será especialmente relevante para o futuro do Mercosul.

Chile: questionamentos sociais e direitos humanos

No dia 3 de novembro, foram registradas manifestações em frente ao Palácio de La Moneda contra o ministro da Justiça, em protesto contra a concessão de benefícios e a redução de penas para mais de 50 condenados[7] por crimes de abuso contra menores[8].

O ministro da Justiça, Fernando Rabat, sustentou que o procedimento estava em conformidade com critérios jurídicos e com a jurisprudência da Suprema Corte. No entanto, a controvérsia reside no fato de que as reduções foram concedidas por meio de atos administrativos, e não como resultado de decisões judiciais individuais para cada beneficiário.

Os principais questionamentos são:

- A falta de informações suficientes e de transparência sobre os critérios aplicados a cada caso;
- A ausência de mecanismos adequados para ouvir as vítimas e levar em conta os seus direitos;
- A discussão sobre a interpretação da legislação que exclui determinados crimes sexuais contra menores dos benefícios de redução de pena;
- A responsabilidade política do Ministério da Justiça e a supervisão parlamentar sobre as suas decisões.

O próprio ministro Fernando Rabat reconheceu, perante o Congresso, que houve uma lacuna no procedimento, uma vez que as vítimas não foram ouvidas. A Defensoria da Infância solicitou esclarecimentos sobre os critérios utilizados e as garantias de proteção.

Organizações feministas exigiram a renúncia do ministro e questionaram as decisões adotadas. O episódio evidencia a persistência de tensões em torno dos direitos das mulheres, da violência de gênero e da resposta institucional diante de crimes sexuais.

A Colômbia continua enfrentando tensões fiscais e problemas de insegurança

A violência territorial continua sendo um dos principais problemas do país, com a presença de organizações armadas e dificuldades para consolidar o controle estatal em determinados territórios.

[7] O governo de José Antonio Kast enfrenta uma grande controvérsia política e social após um veículo de comunicação informar que a administração de direita concedeu 56 reduções de pena a criminosos condenados por abuso sexual e estupro de menores — uma prerrogativa que a legislação confere ao Executivo para incentivar o bom comportamento dos detentos. https://elpais.com/chile/2026-10-22/el-gobierno-de-kast-rebaja-las-condenas-de-56-condenados-por-delitos-sexuales-contra-menores.html

[8] https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2026/10/21/detras-de-las-56-rebajas-por-delitos-sexuales-la-explicacion-de-justicia-que-no-cierra-la-polemica.shtml

Por outro lado, o governo colombiano apresentou um projeto de resgate fiscal que combina redução de gastos e alterações tributárias. A iniciativa ainda precisa passar pelo debate legislativo, em um contexto de restrições fiscais e dificuldades para financiar políticas públicas[9].

Peru: conflitos entre os povos originários e o extrativismo

As organizações indígenas de Loreto cobraram o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado antes da reativação do Lote 192, uma das principais jazidas de petróleo do país[10].

Lideranças de povos indígenas de Loreto, na Amazônia peruana, solicitaram nesta terça-feira, 3 de novembro, em Lima, que o Estado cumpra os acordos da consulta prévia antes de reativar o Lote 192 — a maior jazida de petróleo do país — e o lote vizinho, o Lote 8. As federações, reunidas na plataforma Puinamudt, defenderam que qualquer reativação deve ocorrer "com respeito aos direitos".

Aurelio Piñola, "apu" (líder) e presidente da federação Feconacor, afirmou que o Estado não cumpriu nem 20% dos compromissos estabelecidos na ata assinada em 2021. Entre as pendências, as lideranças apontaram sete obras de infraestrutura sanitária que estão paralisadas ou sem financiamento, bem como a remediação ambiental das áreas afetadas, que, segundo eles, não avançou como deveria.

A importância dos protestos indígenas reside no fato de que a consulta prévia é um compromisso de vários países amazônicos. O caso do Lote 192 evidencia a tensão entre a necessidade de produção energética e os direitos dos povos indígenas.

Jorge Pérez, presidente da Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (Aidesep), lembrou que os acordos são de cumprimento obrigatório e que o território soma seis décadas de atividade petrolífera.

Em adição, a presidente do Peru, Keiko Fujimori, anunciou a formação de um grupo de trabalho para propor uma reforma da Polícia Nacional e reiterou a construção de dois novos presídios de grande capacidade, em uma Mensagem à Nação transmitida na noite de quinta-feira, 5 de novembro, com o balanço de seus primeiros 100 dias de governo[11].

---

[9] O governo da Colômbia apresentou ao Congresso, nesta quinta-feira, 29 de outubro, seu projeto de resgate fiscal — uma iniciativa que reúne medidas de austeridade, reorganização administrativa e mudanças tributárias. A apresentação do projeto dá início ao debate legislativo: as medidas anunciadas são, por ora, apenas propostas e dependem da aprovação dos congressistas. O vice-presidente José Manuel Restrepo e o ministro da Fazenda, Miguel Gómez, participaram da apresentação. O Executivo propõe reduzir os gastos públicos e fortalecer as receitas para honrar os compromissos econômicos do país. O Notícias RCN e a Bloomberg Línea apontam que o texto combina ajustes no funcionamento do Estado com alterações nos impostos. https://www.portadaamerica.com/blog/colombia-proyecto-rescate-fiscal-congreso-octubre-2026

[10] https://www.portadaamerica.com/blog/peru-indigenas-consulta-previa-lote-192

[11] A presidente do Peru, Keiko Fujimori, completa, nesta quarta-feira, 4 de novembro, seus primeiros cem dias de gestão — um período marcado por medidas contra o crime organizado, pela prevenção ao fenômeno El Niño e por uma aprovação limitada nas pesquisas. Seu grupo político anunciou que o balanço oficial será apresentado na quinta-feira. https://www.portadaamerica.com/blog/peru-keiko-fujimori-100-dias-gobierno

O Peru é um país exportador de minérios fundamental para o continente. A capacidade de seu governo de conter o crime organizado, que atua em redes transnacionais, afeta a segurança de toda a região, podendo criar obstáculos à atividade de mineração[12].

Haiti e América Central: segurança regional

A situação haitiana continua sendo um dos maiores desafios de segurança do Caribe. Durante o período, destacaram-se dois acontecimentos: o apoio logístico da República Dominicana[13] à missão internacional de segurança e a ampliação da presença salvadorenha nas operações de resgate e cooperação[14]. Os eventos reforçam a crescente internacionalização dos esforços para enfrentar a violência das gangues e restaurar a governabilidade do país

A participação de El Salvador coloca novamente em discussão o modelo de segurança promovido por Nayib Bukele e sua possível projeção regional[15]. El Salvador, tornou-se uma referência para políticas de segurança em vários países da América Latina. Governos e lideranças políticas de países como Honduras, Equador, Costa Rica, Panamá, Argentina, Peru e Guatemala têm promovido iniciativas inspiradas na estratégia do presidente salvadorenho Nayib Bukele, especialmente diante do aumento da violência e do crime organizado.

Ao mesmo tempo, especialistas e organizações de direitos humanos alertam para os riscos de detenções arbitrárias, restrições a garantias fundamentais e concentração de poder estatal. Apesar das críticas, o modelo é frequentemente apontado como responsável pela expressiva redução dos homicídios em El Salvador e mantém elevado apoio popular, alimentando o debate regional sobre o equilíbrio entre segurança pública, democracia e direitos humanos.

SITUAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

Destacamos neste relatório três questões que merecem atenção especial dos leitores:

---

[12] https://www.portadaamerica.com/blog/peru-fujimori-reforma-policial-balance-100-dias

[13] A República Dominicana facilitou o envio de aproximadamente 525 toneladas de armamento, veículos especializados e suprimentos militares para o Haiti, por meio de uma operação logística realizada a partir do Porto de Haina, destinada a fortalecer as operações da Força de Supressão de Gangues (GSF) no país vizinho. Durante o embarque no navio, a subsecretária-geral das Nações Unidas e chefe do Escritório de Apoio das Nações Unidas no Haiti (UNSOH), Daniela Kroslak, classificou como essencial a colaboração do governo dominicano para facilitar o traslado de equipamentos, suprimentos e pessoal destinados às operações internacionais de segurança. https://impactobarahonero.com.do/2026/11/01/republica-dominicana-envia-525-toneladas-de-equipos-militares-a-haiti-onu-destaca-su-apoyo/

[14] A República Dominicana facilitou o envio de aproximadamente 525 toneladas de armamento, veículos especializados e suprimentos militares para o Haiti, por meio de uma operação logística realizada a partir do Porto de Haina, destinada a fortalecer as operações da Força de Supressão de Gangues (GSF) no país vizinho. Durante o embarque no navio, a subsecretária-geral das Nações Unidas e chefe do Escritório de Apoio das Nações Unidas no Haiti (UNSOH), Daniela Kroslak, classificou como essencial a colaboração do governo dominicano para facilitar o traslado de equipamentos, suprimentos e pessoal destinados às operações internacionais de segurança. https://impactobarahonero.com.do/2026/11/01/republica-dominicana-envia-525-toneladas-de-equipos-militares-a-haiti-onu-destaca-su-apoyo/

[15] O modelo Bukele na América Latina consolidou-se como referência de política de segurança a partir do regime de exceção aplicado pelo presidente Nayib Bukele em El Salvador desde março de 2022. https://www.infobae.com/el-salvador/2026/06/01/modelo-bukele-en-america-latina-como-el-enfoque-de-seguridad-de-el-salvador-inspira-reformas-y-genera-debates-en-distintos-paises-de-la-region/

Incerteza econômica e política comercial norte-americana: As eleições norte-americanas tiveram um desfecho que quase ninguém esperava: uma vitória clara para um partido e um presidente eleito em menos de 24 horas após a votação. A bolsa norte-americana e o bitcoin dispararam, enquanto as moedas latino-americanas e o preço do ouro caíram.

Para o México, os países centro-americanos e o Brasil, a evolução das tarifas e das negociações comerciais será fundamental. O Congresso democrata poderia atuar como um contrapeso a determinadas iniciativas de Trump, embora não se deva esperar uma mudança automática na política comercial norte-americana[16].

- ✓ O **Brasil** não está alheio a essa realidade e sofreu um impacto em sua bolsa[17], que se tornou mais vulnerável diante da perspectiva de mudanças na política externa dos Estados Unidos. A posição de Bolsonaro durante a campanha eleitoral de Trump sugeriu uma certa proximidade; contudo, isso não foi suficiente para evitar que os mercados reagissem negativamente à incerteza política.
- ✓ **As possíveis consequências da vitória dos democratas nas eleições legislativas dos Estados Unidos para o Méxic**o: O novo equilíbrio de forças no Congresso norte-americano poderá aumentar a supervisão sobre as políticas do presidente Donald Trump, criando mais contrapontos institucionais em Washington. No entanto, não são esperadas mudanças imediatas nas tarifas que afetam setores estratégicos mexicanos, como os de automóveis, aço e alumínio. Ainda permanece a incerteza em torno da revisão do Tratado entre México, Estados Unidos e Canadá (T-MEC), considerada um tema sensível para a economia mexicana. Além disso, o Congresso deverá exercer maior fiscalização sobre a influência empresarial, especialmente no setor tecnológico, enquanto questões como imigração, custo de vida e política externa continuam a influenciar o debate político e a relação bilateral entre México e Estados Unidos[18].

México: remessas e perspectivas de crescimento

O México recebeu 47.164 milhões de dólares em remessas entre janeiro e setembro de 2026, um aumento de 2,1% em relação ao ano anterior. Por outro lado, os analistas consultados

[16] https://columnadigital.com/triunfo-de-trump-afecta-mercados-mexicanos-y-brasilenos/

[17] A reeleição de Donald Trump provocou uma queda imediata de 1,3% no Ibovespa, o principal índice da bolsa brasileira, embora, na tarde de quarta-feira, as perdas tivessem se moderado para 0,65%. Segundo o Bradesco, a vitória de Trump e a perspectiva de taxas de juros globais mais elevadas trazem incerteza à dívida pública brasileira e exercem pressão sobre o real. "Por isso, o pacote de ajuste fiscal ganha ainda mais importância", explica Fernando Honorato, economista-chefe do banco. Apesar da reação inicial do mercado acionário, o dólar subiu 0,5%, atingindo 5,78 reais. No entanto, muitos brasileiros foram induzidos ao erro por uma cotação incorreta exibida no Google, que indicava que o dólar havia subido para 6,19 reais. Esse valor teria representado uma máxima histórica, não fosse por um detalhe: o Google, que utiliza dados da Morningstar, exibiu uma informação errada por várias horas antes de corrigi-la. A empresa de tecnologia informou, posteriormente, à imprensa que a causa da falha era desconhecida. https://www.fundssociety.com/es/noticias/mercados/brasil-mexico-argentina-y-mercados-globales-primeras-repercusiones-de-la-victoria-de-trump/

[18] https://heraldodemexico.com.mx/mundo/2026/11/4/como-afecta-mexico-el-triunfo-de-los-democratas-en-las-elecciones-de-eu-922677.html

pelo Banco do México[19] elevaram sua expectativa de crescimento para 2026 para 1,61%, com uma inflação projetada próxima a 3,8%.

A evolução das remessas é particularmente importante devido à sua relação com o emprego de migrantes e as políticas de deportação da administração Trump.

O Paraguai evidencia o limite do modelo de baixa tributação

A crise financeira paraguaia obriga a rever a ideia de que a baixa carga tributária e a desregulamentação são suficientes para assegurar o desenvolvimento. A experiência paraguaia mostra que atrair investimentos requer também:

- ✓ Instituições reguladoras sólidas;
- ✓ Transparência na administração de recursos públicos;
- ✓ Infraestrutura adequada;
- ✓ Educação e qualificação profissional;
- ✓ Capacidade estatal de fiscalização.

O desafio consiste em passar de um modelo de competitividade baseado em custos baixos para um que incorpore produtividade, inovação e desenvolvimento social.

SITUAÇÃO SOCIAL

A realidade social da América Latina e do Caribe continua marcada por contrastes. Embora a região tenha recuperado parte do crescimento econômico, do emprego e da renda perdidos nos últimos anos, esses avanços ainda não chegaram de forma igual para toda a população. Milhões de pessoas seguem enfrentando pobreza, desigualdade, trabalho informal e grandes diferenças de oportunidades entre territórios, enquanto temas como insegurança, migração, aumento do custo de vida e desconfiança nas instituições ganham cada vez mais relevância.

O desafio mais evidente é que os bons resultados macroeconômicos nem sempre se refletem na vida cotidiana das pessoas. Para muitos cidadãos, a instabilidade econômica, a precariedade do emprego e a sensação de falta de perspectivas continuam presentes, alimentando o descontentamento social e a insatisfação com os governos.

Nos últimos anos, houve avanços importantes na redução da pobreza, mas eles ainda não foram suficientes para transformar de forma estrutural as condições de vida da população. A desigualdade permanece como uma das características mais persistentes da região. Mais do que a existência da pobreza, preocupa a dificuldade de milhões de pessoas em superá-la de maneira duradoura. A CEPAL alerta que a América Latina continua presa a um ciclo marcado por elevada desigualdade, baixa mobilidade social e limitada coesão social.

[19] A Pesquisa sobre as Expectativas dos Especialistas em Economia do Setor Privado, de julho de 2026, mostrou uma leve revisão para cima no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e uma redução nas previsões de inflação, em um cenário no qual o Banco Central tende a manter sua taxa de juros inalterada. A mediana das projeções para o PIB passou de 1,10% para 1,20% neste ano, enquanto a expectativa para a inflação geral ao final de 2026 caiu de 4,20% para 4,00%. A inflação subjacente também foi revisada para baixo, de 4,18% para 4,00%. https://www.reporteindigo.com/dinero/analistas-encuestados-por-banxico-mejoran-pronostico-economico-de-mexico-20260803-0092.html

Por isso, o principal desafio para os próximos anos não será apenas reduzir os índices de pobreza, mas ampliar as oportunidades, fortalecer a inclusão social e reconstruir mecanismos de proteção capazes de oferecer mais segurança e perspectivas para a população. Ao mesmo tempo, os governos enfrentam o desafio de equilibrar a estabilidade fiscal e a atração de investimentos com demandas cada vez mais urgentes por emprego de qualidade, serviços públicos eficientes e maior segurança.

Nesse contexto, áreas como proteção social, educação, saúde, políticas de cuidado e de segurança cidadã devem ser vistas como investimentos estratégicos para o desenvolvimento, e não apenas como despesas públicas. Da mesma forma, a cooperação regional pode contribuir para enfrentar desafios que ultrapassam as fronteiras nacionais, como a migração, o crime organizado, as mudanças climáticas e as emergências sanitárias.

O grande teste para 2027 será saber se os países da região conseguirão transformar a recuperação econômica em mais inclusão, mobilidade social e bem-estar ou se continuará a crescer a distância entre os indicadores econômicos e as expectativas da população.

SITUAÇÃO DE SAÚDE REGIONAL

Embora não se identifiquem, nestes dias, anúncios sanitários regionais com a mesma relevância política dos acontecimentos nos Estados Unidos e no Paraguai, existem problemas epidemiológicos que requerem acompanhamento.

Dengue, chikungunya e o fenômeno El Niño

A OPAS alertou, no dia 21 de outubro, sobre o aumento dos casos de dengue em diversos países e o ressurgimento da transmissão de chikungunya em territórios onde não se registrava circulação há anos.

Até meados de setembro, haviam sido notificados:

- ✓ 1,69 milhão de casos suspeitos de dengue;
- ✓ 3.413 casos graves;
- ✓ 571 óbitos;
- ✓ 213.919 casos suspeitos de chikungunya, com 78.481 confirmados.

A OPAS alerta para a intensificação prevista do fenômeno El Niño e a proximidade do período de maior transmissão na América do Sul[20]. A situação exige o fortalecimento da vigilância epidemiológica, entomológica e virológica, bem como da capacidade de resposta da atenção primária.

Sarampo: persistência de lacunas na vacinação

O ressurgimento do sarampo constitui outro desafio regional. A OPAS mantém uma avaliação de risco muito elevado, associada à diminuição das coberturas vacinais e ao acúmulo de populações suscetíveis. A situação exige a recuperação das coberturas vacinais para níveis iguais ou superiores a 95%, o fortalecimento da vigilância e a prevenção da transmissão sustentada[21].

[20] https://www.paho.org/en/news/21-10-2026-paho-calls-strengthened-surveillance-and-preparedness-amid-increases-dengue-and
[21] https://www.paho.org/en/measles-multi-country-outbreak-2026

Motocicletas, aplicativos e um novo desafio para a saúde pública

O aumento do número de motocicletas e de trabalhadores de serviços de entrega apresenta um problema que ultrapassa as políticas tradicionais de trânsito.

A OPAS[22] identifica o aumento da mortalidade de motociclistas como um dos principais desafios de segurança viária nas Américas. Os motociclistas passaram de representar 12% das mortes no trânsito em 2009 para 27% em 2023, considerando o conjunto da região.

É necessário incorporar:

- ✓ Prevenção de lesões e mortes;
- ✓ Regulação das condições de trabalho dos entregadores;
- ✓ Uso obrigatório de capacetes certificados;
- ✓ Controle de velocidade e da condução sob efeito de álcool;
- ✓ Acesso a serviços de emergência e reabilitação.

Em virtude de que trabalhar sobre os problemas da segurança no trânsito vai além da governabilidade que tem o setor da saúde, o desafio consiste em abordar, de forma conjunta, saúde pública, transporte e proteção social.

O crescimento da economia de plataformas e da mobilidade em motocicletas apresenta um desafio que reflete algumas das transformações mais profundas no mundo do trabalho contemporâneo.

A digitalização gerou novas oportunidades de emprego, mas também novas formas de exposição a riscos laborais e sanitários. O problema não reside na tecnologia em si, mas nas condições institucionais, econômicas e regulatórias sob as quais ela se desenvolve.

Sob a perspectiva dos sistemas de saúde, é preciso reconhecer que os acidentes envolvendo motociclistas constituem um problema crescente de mortalidade prematura, incapacidade e desigualdade social.

Há uma questão particularmente importante: os benefícios econômicos da economia de plataformas não podem ser analisados separadamente dos custos sanitários e sociais gerados pelo seu funcionamento.

Se, por um lado, os rendimentos e a flexibilidade beneficiam empresas, consumidores e trabalhadores, por outro, os custos decorrentes de acidentes, incapacidades e reabilitação recaem, fundamentalmente, sobre as famílias e os sistemas públicos de saúde — o que revela uma distribuição profundamente desigual de riscos e benefícios.

Por isso, considero que a América Latina precisa avançar rumo a uma nova abordagem de políticas públicas que articule:

- ✓ Saúde pública e saúde dos trabalhadores;
- ✓ Segurança viária e mobilidade urbana;
- ✓ Regulação da economia digital;
- ✓ Proteção social e direitos trabalhistas;
- ✓ Responsabilidade das empresas de tecnologia.

---

[22] https://www.paho.org/en/news/19-3-2026-paho-and-partners-drive-regional-effort-improve-motorcycle-safety-legislation

A segurança viária deve deixar de ser vista exclusivamente como uma questão de trânsito e passar a ser tratada como uma prioridade de saúde pública, proteção social e desenvolvimento econômico.

CENÁRIO DIPLOMÁTICO E INTEGRAÇÃO

XXX Cúpula Ibero-Americana

A XXX Cúpula Ibero-Americana, realizada em Madri nos dias 4 e 5 de novembro, constitui mais um elemento de interesse para a diplomacia regional. O tema será abordado em profundidade em outro artigo deste Caderno. A escolha de Honduras como sede da próxima Cúpula, em 2028, e a continuidade da agenda de cooperação ibero-americana oferecem uma oportunidade para retomar o diálogo político e a cooperação entre os países.

No atual contexto de fragmentação política, a cooperação nas áreas de saúde, educação, ciência e mobilidade acadêmica pode constituir um espaço de convergência que não dependa exclusivamente das afinidades ideológicas dos governos.

Organização dos Estados Americanos (OEA) avançou em iniciativas de acompanhamento democrático, de segurança regional e de desenvolvimento sustentável[23,24,25,26,27]

Em 3 de novembro, confirmou-se a participação de dez Estados-membros, entre eles o Brasil, Argentina, Colômbia e EUA, no Grupo Ministerial de Seguimento sobre a Nicarágua, criado para acompanhar a implementação da resolução aprovada em outubro e apoiar os esforços diplomáticos em favor da democracia no país. A resolução prevê, entre outras medidas, o acompanhamento do cumprimento das recomendações, a promoção do diálogo com as autoridades e com diferentes setores da sociedade nicaraguense e a apresentação de recomendações de ações diplomáticas e jurídicas pacíficas.

Em 29 de outubro, autoridades de sete países da América Central e da República Dominicana participaram da Primeira Reunião Anual de Estados para avaliar os avanços na implementação da estratégia regional, adotada em 2025 e com horizonte até 2035. O encontro permitiu compartilhar resultados nacionais, identificar progressos na elaboração dos Planos de Ação Nacionais e no fortalecimento da coordenação interinstitucional, além de definir prioridades para o próximo período. Os países reafirmaram o compromisso com a continuidade da iniciativa e com o aprofundamento da cooperação regional para prevenir o tráfico ilícito de armas, munições e explosivos.

Já em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a OEA lançou um projeto de economia circular, com duração de três anos, voltado a comunidades rurais fronteiriças de Colômbia e Peru, nas cidades de Leticia e Caballococha, na região amazônica. A iniciativa busca promover o desenvolvimento econômico sustentável e a resiliência local por meio de projetos comunitários de transformação de resíduos, do fortalecimento da governança

[23] https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-114%2F26
[24] https://documentsearch.oas.org/documents/undefined/II_31_RC_31_RES_-1-rev1-es.pdf
[25] https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-112%2F26
[26] https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-115%2F26
[27] https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-111%2F26

binacional e da capacitação das comunidades em gestão financeira, legislação ambiental e produção sustentável.

Por fim, em 28 e 29 de outubro, a XII Reunião Interamericana de Ministros da Educação da OEA, realizada em Quito, resultou na aprovação de uma Declaração e de um Plano de Ação Hemisférico para o período 2026–2028. Os instrumentos estabelecem diretrizes conjuntas para fortalecer a continuidade escolar, a alfabetização digital e crítica, a participação democrática, a promoção de ambientes escolares saudáveis e a formação técnica e profissional. O encontro reuniu representantes de 41 países e autoridades do setor educacional para discutir desafios comuns e definir prioridades de cooperação regional.

Organismo Andino de Saúde – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) discutiu temas de saúde sexual e reprodutiva[28,29,30]

Entre 26 e 29 de outubro, o ORAS-CONHU, em articulação com a SE-COMISCA e agências das Nações Unidas, como UNFPA, UNICEF e OPAS/OMS, realizou, em Lima, o Fórum de Alto Nível Vozes Andinas e Centro-Americanas em Ação Integral pela Saúde Sexual e Reprodutiva, com a participação de autoridades e delegações de dez países.

O encontro teve como foco o fortalecimento da cooperação regional para enfrentar a mortalidade materna e a gravidez na infância e adolescência, com destaque para a atenção primária, a transformação digital, a participação juvenil e a prevenção da violência. As discussões buscaram alinhar iniciativas e estabelecer uma agenda de cooperação técnica até 2030, articulada ao Plano Andino para a Prevenção e Redução da Gravidez na Adolescência (PLANEA 2026–2030) e à Política Andina de Prevenção e Redução da Mortalidade Materna.

Como resultado, foi firmado um compromisso regional com ações voltadas ao fortalecimento das redes de atenção materno-infantil, à ampliação do acesso a métodos contraceptivos, à redução de barreiras aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e ao aprimoramento do monitoramento baseado em evidências. A iniciativa também destacou a participação juvenil e a cooperação entre os países como elementos centrais para o cumprimento das metas da Agenda 2030.

Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana[31,32,33]

Nos dias 22 e 23 de outubro, participou do IX Encontro de Prefeitos e Prefeitas por Municípios Saudáveis da Região das Américas, realizado na Cidade do México, com foco no

[28] https://orasconhu.org/es/region-andina-y-centroamerica-en-accion-por-la-salud-maternoinfantil-y-la-prevencion-del-embarazo

[29] https://orasconhu.org/es/compromisos-de-accion-integral-por-la-salud-sexual-y-reproductiva-de-los-jovenes-andinos-y

[30] https://orasconhu.org/es/diez-paises-acuerdan-en-lima-una-agenda-regional-para-frenar-las-muertes-maternas-evitables-y

[31] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-representantes-de-gobiernos-locales-de-la-region-sica-participan-en-el-ix-encuentro-de-municipios-saludables-de-las-americas-en-ciudad-de-mexico_1_139942.html

[32] https://www.sica.int/noticias/webinario-tecnico-capacitaciones-virtuales-de-laboratorio-sobre-mantenimiento-preventivo-de-instrumentos-volumetricos_1_139952.html

[33] https://www.sica.int/noticias/impulsan-acciones-de-concientizacion-sobre-la-prevencion-del-cancer-de-mama_1_139953.html

fortalecimento da governança territorial e dos determinantes sociais da saúde. Durante o evento, promoveu articulações com representantes municipais da América Central para discutir prioridades de saúde comunitária, atenção primária e implementação dos critérios regionais para municípios saudáveis. A programação também incluiu intercâmbio de experiências sobre desenvolvimento comunitário, saúde, meio ambiente e redução das desigualdades, além da adoção de uma Declaração de Compromissos.

A SE-COMISCA, por meio da Rede de Laboratórios Nacionais de Referência de Saúde Pública da América Central e República Dominicana (REDLAB), realizou a 13ª sessão do webinário técnico sobre manutenção preventiva de instrumentos volumétricos, com foco na verificação de desempenho e na experiência do Instituto Conmemorativo Gorgas de Estudos da Saúde (ICGES), do Panamá, com o sistema Artel PCS. A capacitação reuniu mais de 100 profissionais da região e abordou boas práticas de pipetagem, critérios de aceitação e métodos de verificação de micropipetas, visando fortalecer a gestão da qualidade e a confiabilidade das medições laboratoriais, em alinhamento à norma ISO 15189:2022.

Por fim, a Secretaria-Geral do SICA e a SE-COMISCA realizaram, em El Salvador, uma jornada de conscientização sobre a prevenção e a detecção precoce do câncer de mama, direcionada aos funcionários da instituição. A iniciativa incluiu exames de ultrassonografia mamária e palestra sobre autocuidado, reforçando a importância da prevenção diante dos índices de mortalidade associados à doença na região. O secretário executivo da COMISCA, José Renán De León, destacou a necessidade de fortalecer as ações de prevenção e diagnóstico precoce.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) destacou a articulação regional em torno da conservação da biodiversidade e a eleição da nova presidência do PARLAMAZ[34,35]

A 18ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP18) será realizada em Quito, no Equador, em 2028. O encontro reunirá representantes dos países signatários para avaliar avanços e definir diretrizes para a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais e a repartição justa dos benefícios dos recursos genéticos. A conferência também representa uma oportunidade de fortalecer a cooperação internacional, com destaque para a região amazônica e os oito Países Membros da OTCA, que compartilham responsabilidades na proteção e no uso sustentável desse patrimônio natural.

O Parlamento Amazônico (Parlamaz) elegeu por aclamação o senador peruano Víctor Manuel Noriega Reátegui como novo presidente, durante assembleia realizada à margem da COP17 da Biodiversidade, na Armênia. Ele sucede o senador brasileiro Nelsinho Trad, cuja gestão foi marcada pela retomada das atividades do colegiado, em 2020, e pelo fortalecimento do diálogo entre os países amazônicos. Entre os avanços do período estão a articulação de uma agenda voltada à restauração de ecossistemas, à bioeconomia sustentável e ao manejo integrado do fogo. A nova presidência pretende dar continuidade a essas iniciativas e fortalecer a cooperação institucional com a OTCA e os oito países amazónicos.

[34] https://otca.org/pt/equador-sediara-a-18a-conferencia-das-partes-da-convencao-sobre-diversidade-biologica-em-2028/

[35] https://otca.org/pt/peru-reassume-parlamaz-e-promete-continuidade-a-articulacao-liderada-por-nelsinho-trad/

REFLEXÕES FINAIS

Os acontecimentos da quinzena mostram que a América Latina se encontra diante de um novo momento de incerteza geopolítica e reconfiguração política.

As eleições norte-americanas constituem um ponto de inflexão, embora não necessariamente uma modificação da estratégia hemisférica de Washington. Trump mantém a Presidência e pode utilizar a política externa como instrumento para projetar força, apesar da perda do controle do Congresso.

A vitória de Lula no Brasil, por outro lado, representa um contrapeso regional importante e abre a possibilidade de recuperar espaços de articulação sul-americana.

No entanto, a situação no Paraguai traz um alerta adicional: a estabilidade macroeconômica, a atração de investimentos e a afinidade política com os Estados Unidos não garantem, por si sós, a estabilidade institucional. A crise do Ueno Bank e a saída anunciada de Santiago Peña evidenciam a importância da transparência, da regulação financeira e da legitimidade política.

Por fim, existe uma questão transversal que merece atenção especial: a capacidade dos países latino-americanos de construir respostas coletivas diante de problemas que não podem ser resolvidos exclusivamente a partir de agendas nacionais.

Nesse sentido, a saúde, a segurança alimentar, a transição energética, a gestão de riscos climáticos e a cooperação científico-tecnológica poderiam tornar-se âmbitos estratégicos para recuperar uma agenda regional, mesmo em um contexto de profundas diferenças ideológicas.

A questão central já não é apenas como cada governo se posiciona diante de Washington ou Pequim, mas sim qual a capacidade da América Latina de negociar coletivamente sua inserção internacional e defender seus interesses estratégicos.

XXX Cúpula Ibero-Americana: avanços concretos e uma oportunidade para fortalecer a cooperação em saúde

La XXX Cumbre Iberoamericana: avances concretos y una oportunidad para fortalecer la cooperación en salud

The XXX Ibero-American Summit: concrete progress and an opportunity to strengthen cooperation in health

Sebastián Tobar e Paulo Marchiori Buss

Resumo: A XXX Cúpula Ibero-Americana, realizada em Madri em novembro de 2026, ocorreu em um contexto de fragmentação política regional e de reconfiguração da ordem internacional. Embora tenha conseguido recuperar parcialmente a capacidade de diálogo do espaço ibero-americano, seus resultados políticos foram limitados devido à ausência de vários chefes de Estado e às divergências entre países membros. Entre os principais avanços destacam-se a criação da Aliança Ibero-Americana de Inteligência Artificial, a Rede Ibero-Americana de Redução de Risco de Desastres e Proteção Civil, a Carta de Mobilidade Acadêmica e a Carta Ibero-Americana de Cuidados e Apoios. O artigo argumenta que a saúde representa uma área estratégica para fortalecer a cooperação regional, promover convergências pragmáticas e reforçar a autonomia da região. Nesse sentido, propõe um Pacto Ibero-Americano pela Resiliência e a Soberania Sanitária, voltado à produção de tecnologias em saúde, preparação para emergências, formação de recursos humanos e fortalecimento da cooperação científica e institucional.

Palavras-chave: Cooperação Ibero-Americana. Soberania Sanitária. Resiliência Em Saúde

Resumen: *La XXX Cumbre Iberoamericana, celebrada en Madrid en noviembre de 2026, tuvo lugar en un contexto de fragmentación política regional y de reconfiguración del orden internacional. Si bien logró recuperar parcialmente la capacidad de diálogo del espacio iberoamericano, sus resultados políticos fueron limitados debido a la ausencia de varios jefes de Estado y a las divergencias entre los países miembros. Entre los principales avances destacan la creación de la Alianza Iberoamericana de Inteligencia Artificial, la Red Iberoamericana de Reducción del Riesgo de Desastres y Protección Civil, la Carta de Movilidad Académica y la Carta Iberoamericana de Cuidados y Apoyos. El artículo sostiene que la salud representa un área estratégica para fortalecer la cooperación regional, promover convergencias pragmáticas y reforzar la autonomía de la región. En este sentido, propone un Pacto Iberoamericano por la Resiliencia y la Soberanía Sanitaria, orientado a la producción de tecnologías en salud, la preparación ante emergencias, la formación de recursos humanos y el fortalecimiento de la cooperación científica e institucional.*

Palabras clave: Cooperación Iberoamericana. Soberanía Sanitaria. Resiliencia En Salud.

Abstract: *The XXX Ibero-American Summit, held in Madrid in November 2026, took place against a backdrop of regional political fragmentation and the reconfiguration of the international order. Although it succeeded in partially restoring the capacity for dialogue within the Ibero-American space, its political outcomes were limited due to the absence of several heads of state and*

disagreements among member countries. Key advances include the creation of the Ibero-American Alliance for Artificial Intelligence, the Ibero-American Network for Disaster Risk Reduction and Civil Protection, the Charter on Academic Mobility, and the Ibero-American Charter on Care and Support. The article argues that health represents a strategic area for strengthening regional cooperation, fostering pragmatic convergence, and bolstering the region's autonomy. In this regard, it proposes an Ibero-American Pact for Resilience and Health Sovereignty, focused on the production of health technologies, emergency preparedness, human resource development, and the strengthening of scientific and institutional cooperation.

Keywords: Ibero-American Cooperation. Health Sovereignty. Health Resilience

Introdução

A *XXX Cúpula Ibero-Americana* foi realizada em Madri nos dias 4 e 5 de novembro de 2026. A Ibero-América chegou a à Cúpula de Chefes de Estado e de Governo em um contexto de reconfiguração da ordem internacional, heterogeneidade ideológica dos governos e enfraquecimento dos mecanismos tradicionais de concertação regional.



A região atravessa uma etapa de transição; por isso, atualmente, pode-se afirmar que ela não constitui um bloco político homogêneo, nem dispõe de uma estratégia diplomática comum diante das grandes potências. No entanto, conserva ativos históricos, culturais, institucionais e diplomáticos que poderiam permitir-lhe recuperar sua capacidade de interlocução internacional.

A Iberoamérica constitui um espaço politicamente fragmentado, marcado pela ausência de alinhamentos regionais estáveis e pela coexistência de governos com orientações ideológicas diversas. Na região, convivem administrações conservadoras e de direita, governos progressistas que promovem o multilateralismo e a cooperação Sul-Sul, bem como países que adotam abordagens pragmáticas centradas em interesses econômicos e de segurança.

Essa diversidade expressa-se em diferentes posições diante de atores e temas-chave, como as relações com os Estados Unidos e a China, a situação da Venezuela e de Cuba, e o papel dos organismos multilaterais. Como resultado, as diferenças regionais transcendem a tradicional divisão entre esquerda e direita e refletem concepções divergentes sobre soberania, autonomia estratégica e inserção internacional.

Consequentemente, a capacidade de ação coletiva do bloco é limitada, e as convergências tendem a ser mais conjunturais do que permanentes, predominando alianças flexíveis e a priorização dos interesses nacionais frente aos desafios globais.

A XXX Cúpula podia representar uma oportunidade para a Espanha recuperar e ampliar seu posicionamento estratégico na América Latina e no Caribe. Contudo, a viabilidade geopolítica dessa opção deve ser analisada à luz do contexto de transformações no cenário global. A América Latina já não se relaciona com a Europa exclusivamente a partir de uma lógica histórica, cultural ou de cooperação, mas sim com base em uma agenda de interesses, autonomia estratégica, investimentos, segurança, tecnologia e competição entre potências.

A questão-chave é se a Espanha, na qualidade de anfitriã da XXX Cúpula, conseguiu transformar seu capital histórico, cultural e diplomático em uma capacidade efetiva de interlocução e influência, ou se a Cúpula acabou sendo, principalmente, um espaço para declarações políticas.

Há uma distinção importante: a Espanha pode aspirar a ser um interlocutor privilegiado da América Latina, mas, para isso, precisa demonstrar que pode oferecer instrumentos concretos de cooperação, e não apenas uma identidade ibero-americana compartilhada.

Em particular, esta XXX Cúpula Ibero-Americana tinha uma relevância simbólica específica: ela ocorreu no 35º aniversário da primeira Cúpula de Guadalajara (1991) e marca a quarta vez em que a Espanha atua como anfitriã. Participaram 22 países: 19 latino-americanos, além de Espanha, Portugal e Andorra[1]. O presidente Lula não participou; em seu lugar, esteve presente seu Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

Vale destacar que as ausências de Lula da Silva e Claudia Sheinbaum representam a não participação presidencial de dois dos principais atores latino-americanos e de dois governos que mantêm uma agenda de cooperação com a Espanha e posições favoráveis ao multilateralismo. Foram apresentados como motivos questões de agenda e compromissos internacionais. Pedro Sánchez é uma das principais referências governamentais do encontro, em um cenário no qual os presidentes do Brasil e do México não estiveram presentes.

Javier Milei, da Argentina, e José Antonio Kast, do Chile, estiveram presentes, conferindo visibilidade a governos conservadores que mantêm afinidades com setores políticos da direita internacional. A ausência de Delcy Rodríguez, Presidente Provisória da Venezuela, constitui outro elemento de relevância para a representação política regional.

Nesse sentido, isso nos permite uma primeira observação: *a XXX Cúpula foi uma instância de representação institucional dos 22 países, mas não necessariamente uma expressão de convergência política entre suas principais lideranças*.

O mecanismo ibero-americano tem sofrido um certo desgaste. Para se ter uma ideia, na Cúpula Ibero-Americana anterior, realizada no Equador em 2024, o único Estado latino-

[1] As informações publicadas no dia 3 de novembro indicam que apenas dez dos 22 países estarão representados por seus chefes de Estado ou de governo. Outros três enviarão vice-presidentes, e os nove restantes estarão representados por seus ministros das Relações Exteriores. https://www.telemadrid.es/noticias/madrid/madrid-recibe-lideres-iberoamericanos_1_2790043.html. Acesso 3 de novembro de 2026

americano a participar com o(a) presidente foi o próprio anfitrião[2]. Este dado tem uma importância que vai além da presença protocolar: reflete as dificuldades que a região enfrentava para manter um espaço de diálogo político e diplomático.

A escassa participação latino-americana na XXIX Cúpula Ibero-Americana de Cuenca (2024) expressou algo mais do que uma crise de convocação: evidenciou as dificuldades estruturais da América Latina para sustentar espaços de concertação política e construir uma agenda diplomática compartilhada.

Nesse contexto, a Espanha assumiu o desafio de recuperar a relevância política da Comunidade Iberoamericana e de reposicionar-se como um ator capaz de articular relações entre a América Latina, a Europa e os principais fóruns multilaterais. Não se trata apenas de reunir presidentes, mas de demonstrar que o espaço ibero-americano ainda é capaz de gerar acordos e coordenar interesses.

É possível identificar alguns desafios nos quais a Espanha poderia desempenhar um papel fundamental.

I. **A Espanha como interlocução entre a América Latina e a Europa**: Em uma região altamente polarizada e fragmentada, a Espanha poderia desempenhar um papel de articulação entre a CELAC e a União Europeia. Sua posição dentro da UE, seus vínculos históricos e suas relações bilaterais com governos de diferentes orientações políticas lhe oferecem uma plataforma diplomática singular. Isso é relevante em um momento em que a América Latina tenta evitar ficar condicionada pela competição entre os Estados Unidos e a China. Essa é uma hipótese difícil de viabilizar, em um cenário no qual a CELAC não parece ser um coletivo de interesses e com uma atuação diplomática comum.
II. **Fortalecer a presença da Espanha na economia e nos investimentos na região:** Embora a Espanha tenha interesses concretos em energia, infraestrutura, telecomunicações, serviços financeiros, transporte, economia digital e recursos naturais, a questão é se os Estados Unidos e a China permitirão um maior protagonismo no hemisfério. Vale lembrar que, mesmo com o Acordo UE-Mercosul — cuja aplicação comercial provisória teve início em 1º de maio de 2026 —, houve pouquíssimo avanço. Não obstante, a Espanha poderia funcionar como uma plataforma para investimentos europeus e latino-americanos.
III. **Construir uma agenda de cooperação diante dos Estados Unidos e da China:** a atual disputa entre a Casa Branca e Pequim por influência econômica, tecnológica, comercial e sobre recursos estratégicos está modificando as relações internacionais da América Latina. A Espanha poderia oferecer uma alternativa de cooperação baseada em:

[2] A Cúpula de Cuenca, no Equador, realizada nos dias 14 e 15 de novembro de 2024, constitui um precedente fundamental para compreender a atual crise de representatividade e de articulação política no espaço ibero-americano. A do Equador foi a cúpula com o maior número de ausências presidenciais na história do sistema ibero-americano. Dos 22 países-membros, apenas o anfitrião, Daniel Noboa; o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa; o rei Felipe VI, da Espanha; e o chefe de Governo de Andorra, Xavier Espot, participaram no mais alto nível. Em outras palavras, 18 dos 22 chefes de Estado e de Governo — todos eles latino-americanos — estiveram ausentes. https://www.elcomercio.com/actualidad/mundo/arranca-reunion-cancilleres-cumbre-presidentes-latinoamericanos/. Acesso 3 de novembro de 2026

- Diversificação das relações econômicas
- Transferência de tecnologia
- Investimentos produtivos
- Fortalecimento institucional
- Cooperação científica e universitária

No entanto, deve evitar que a agenda ibero-americana seja percebida como uma estratégia europeia para disputar espaços econômicos com a China, ou como uma extensão das prioridades geopolíticas de Washington.

IV. A Espanha como grande ator (*Big Player*) diplomático e no âmbito multilateral: A Espanha pode promover posições comuns nas Nações Unidas, na OMS, na OMC e em outros organismos internacionais. A possibilidade de construir consensos sobre mudanças climáticas, governança global, migrações, direitos humanos e a reforma do multilateralismo constitui um ativo diplomático importante. *A indicação de Maria Neira como candidata a Diretora-Geral da OMS poderia fazer parte desse papel estratégico que a Espanha pretende desempenhar.*

V. Revalorizar o vínculo social, cultural e científico ibero-americano: Embora as cúpulas tenham buscado a valorização da língua e do patrimônio cultural, as universidades, as redes científicas, as comunidades migrantes e os intercâmbios culturais constituem recursos de influência que não possuem o mesmo caráter transacional das relações comerciais. Essa tradição cultural ibero-americana precisa traduzir-se em capacidades compartilhadas de pesquisa, inovação, formação e desenvolvimento tecnológico.

Conquistas da XXX Cúpula de Presidentes Ibero-americanos

A questão chave é: *Quais foram as principais conquistas desta XXX Cúpula?*

A Cúpula obteve avanços concretos em matéria de cooperação institucional, tecnológica, educacional e social, mas resultados políticos mais limitados em termos de integração e posicionamento internacional da Iberoamérica. Nesse sentido vamos a assinalar, a continuação algumas considerações:

- ✓ ***Aliança Ibero-Americana de Inteligência Artificial***: mecanismo de cooperação para desenvolver capacidades tecnológicas regionais, compartilhar dados e promover modelos de IA adaptados às línguas e necessidades ibero-americanas. Propõe-se, também, avançar rumo a um espaço ibero-americano de dados.
- ✓ ***Rede Ibero-Americana de Redução de Risco de Desastres e Proteção Civil:*** esta iniciativa busca melhorar a prevenção, os sistemas de alerta precoce e a coordenação diante de incêndios, inundações, furacões, terremotos e outras emergências. É um dos acordos com maior potencial operacional.
- ✓ ***Carta Ibero-Americana de Mobilidade Acadêmica*****:** promove intercâmbios universitários, dupla titulação, pós-graduações e mecanismos para facilitar o reconhecimento e a transferência de registros acadêmicos. Não estabelece a homologação automática de diplomas.
- ✓ ***Carta Ibero-americana de Cuidados e Apoios***: incorpora os cuidados como uma responsabilidade estratégica das políticas públicas, promovendo sistemas integrais, inclusivos e sustentáveis.

- ✓ ***Estratégia de Cooperação Ibero-americana 2027-2030[3]:*** estabelece um marco de trabalho comum em educação, cultura, inovação, desenvolvimento social, sustentabilidade ambiental, democracia e institucionalidade.

Do ponto de vista político, a ideia era recuperar a possibilidade de alcançar consensos. Este é, provavelmente, o resultado mais importante de Madri. Vale lembrar que a XXIX Cúpula de Cuenca, no Equador (2024), terminou sem uma declaração conjunta, devido a divergências políticas entre os governos. Em Madri, conseguiu-se superar, parcialmente, esse impasse.

Embora esta XXX Cúpula tenha chegado a uma declaração**,** há três elementos que relativizam o resultado:

- Participaram apenas cerca de dez chefes de Estado e de Governo dos 22 países-membros. A ausência de diversos presidentes latino-americanos evidenciou as dificuldades de articulação política[4].
- Argentina, Colômbia, Costa Rica e Paraguai dissociaram-se de determinados parágrafos da declaração[5].
- A Argentina manifestou ressalvas em relação a três iniciativas: inteligência artificial, mobilidade acadêmica e cuidados.

A *fórmula da dissociação* permitiu preservar o consenso geral, sem obrigar todos os países a subscreverem cada um dos pontos do conteúdo.

A Saúde em Iberoamérica

Embora a saúde não tenha ocupado um lugar central na XXX Cúpula, postulamos, neste artigo, que uma *Agenda de Saúde* pode se tornar uma das áreas com maior potencial para recuperar a capacidade de cooperação e articulação política da Iberoamérica.

A saúde poderia funcionar como um espaço de convergência pragmática entre governos que não compartilham, necessariamente, orientações políticas, modelos econômicos ou estratégias de inserção internacional.

Nesse sentido, analisaremos, primeiramente, quais oportunidades a XXX Cúpula aprovou para a saúde; em seguida, examinaremos brevemente algumas iniciativas em curso, para, por fim, propor um Pacto Ibero-Americano pela Resiliência e a Soberania Sanitária.

Da Cúpula de Madri, há alguns instrumentos que poderiam ter consequências importantes para os sistemas de saúde ibero-americanos:

---

[3] A saúde não aparece como um objetivo estratégico setorial explícito. Ela está incorporada, principalmente, no segundo objetivo: igualdade, coesão e desenvolvimento social. O documento oficial tem cinco objetivos estratégicos setoriais: 1. Educação, cultura, conhecimento e inovação; 2. Igualdade, coesão e desenvolvimento social; 3. Sustentabilidade ambiental; e 4. Democracia, institucionalidade e Estado de direito, que podem ser considerados importantes determinantes da saúde. https://segib.org/wp-content/uploads/2026/11/Estrategia_de_la_Cooperacion_Iberoamericana-2027-2030.pdf . Acesso 6 de novembro de 2026

[4] https://elpais.com/espana/2026-11-06/la-cumbre-iberoamericana-garantiza-su-continuidad-a-pesar-de-la-ausencia-de-la-mayoria-de-lideres-en-madrid.html. Acesso 6 de novembro de 2026

[5] https://www.infobae.com/espana/2026/11/05/la-xxx-cumbre-iberoamericana-cierra-una-declaracion-final-y-acuerdos-sobre-inteligencia-artificial-y-proteccion-civil/. Acesso 6 de novembro de 2026

- ✓ ***Rede Ibero-Americana de Redução de Risco de Desastres e Proteção Civil:*** A criação desta rede permite fortalecer capacidades na Iberoamérica para a preparação dos sistemas de saúde, emergências, vigilância epidemiológica e resiliência hospitalar. No entanto, assim como as outras redes ibero-americanas, contam com recursos limitados para o seu funcionamento e exigem que algum Estado ibero-americano assuma a sua liderança e mobilize recursos; caso contrário, tudo não passará de uma mera declaração de intenções.
- ✓ A ***Aliança de IA aplicada à saúde pública***, pesquisa, diagnósticos e sistemas de informação constitui uma janela de oportunidades para o fortalecimento dos sistemas de saúde da Iberoamérica.
- ✓ A ***Carta de Cuidados e Apoios*** constituirá uma oportunidade para o desenvolvimento de sistemas de cuidados de longa duração, atenção comunitária e políticas de envelhecimento em uma região que vivencia um avanço da transição demográfica e um aumento da expectativa de vida.
- ✓ ***Mobilidade acadêmica***: possibilitando a formação, a pesquisa conjunta e a cooperação entre universidades e escolas de saúde pública, constituindo, talvez, uma oportunidade para a Rede de Escolas e Centros de Formadores em Saúde Pública da Iberoamérica (RESP-IA).
- ✓ ***Estratégia de Cooperação Ibero-americana 2027-2030***: como já foi apontado não incorpora explicitamente a saúde, mas pode abrir uma janela de oportunidades a partir do reforço da cooperação Sul-Sul e triangular, da incorporação de parcerias multi-ator e da melhoria do planejamento e da avaliação.

Vale ressaltar também que a saúde já está incorporada aos trabalhos preparatórios, contando com uma base política concreta, a partir da realização, pela Espanha, da ***XVII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúd***e, realizada em Madri no dia 14 de maio de 2026.

Antes da 79ª Assembleia Mundial da Saúde, os Ministros da Saúde do bloco se reuniram em 14/05, na Conferência, em Madri**.** Na oportunidade assinaram a *Declaração* que reafirma o compromisso dos países ibero-americanos com o fortalecimento dos sistemas de saúde, a cooperação regional e o multilateralismo diante de desafios globais como as pandemias, as mudanças climáticas, a resistência aos antimicrobianos e a transformação digital impulsionada pela inteligência artificial. A referida Declaração estabelece compromissos em 11 pontos chave:

1. **Reforma da governança sanitária global**: O documento destaca o papel central da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Aponta, ainda, que promove uma reflexão sobre a reforma da arquitetura global da saúde, visando torná-la mais transparente, equitativa, inclusiva e eficiente. Por fim, reafirma o apoio ao multilateralismo e à cooperação internacional em saúde.
2. **Preparação e resposta a pandemias e emergências sanitárias:** A Declaração apoia o Acordo da OMS sobre Pandemias e a conclusão das negociações sobre o sistema de acesso a patógenos e distribuição de benefícios (PABS). Além disso, propõe fortalecer a vigilância epidemiológica, a atenção primária à saúde, os recursos humanos e a cooperação regional para responder melhor a futuras emergências.
3. **Acesso equitativo a tecnologias em saúde:** A Declaração promove a produção local e regional de medicamentos, vacinas e outras tecnologias em saúde. Aponta para o fortalecimento das capacidades de financiamento, abastecimento, regulação e

avaliação tecnológica, além de apoiar o uso de mecanismos regionais, como os Fundos Rotativos da OPAS, para melhorar o acesso a insumos essenciais.

4. **Saúde mental como prioridade:** A Declaração reconhece a saúde mental como um direito humano fundamental; promove a integração da atenção à saúde mental nos sistemas universais de saúde e propõe-se a combater o estigma e a discriminação, fortalecer os serviços comunitários e dedicar atenção especial às populações vulneráveis e aos efeitos de emergências e desastres sobre a saúde mental.
5. **Recursos humanos em saúde:** Identificam-se problemas como a escassez, a distribuição desigual e condições de trabalho insuficientes para os profissionais de saúde. Promovem-se a formação contínua, a acreditação de programas educacionais, a cooperação regional e o intercâmbio de experiências. Enfatiza-se a ideia do bem-estar e da saúde mental dos trabalhadores da saúde.
6. **Atenção primária e equidade territorial:** A Declaração reafirma a atenção primária como eixo central dos sistemas de saúde; apela à redução das desigualdades de acesso que afetam, especialmente, zonas rurais, de fronteira e de difícil acesso; e promove uma perspectiva de "saúde em todas as políticas", integrando fatores sociais, econômicos e ambientais.
7. **VIH e infeções de transmissão sexual:** HIV e infecções sexualmente transmissíveis: A Declaração estabelece o compromisso de reforçar a prevenção, o diagnóstico e o tratamento do HIV e de outras ISTs; e promove o acesso à PrEP, à PEP, à vacinação, a métodos de barreira e a uma atenção integral que incorpore a saúde mental e a redução do estigma.
8. **Saúde de migrantes e populações vulneráveis:** Busca-se melhorar a cooperação regional para garantir a continuidade do cuidado a migrantes, refugiados e pessoas deslocadas. Além disso, promove-se a coordenação transfronteiriça e a vigilância em saúde pública.
9. **Doação e transplante de órgãos:** Reafirma-se o apoio à Rede/Conselho Ibero-Americano de Doação e Transplante (RCIDT). E promove-se a cooperação técnica, o intercâmbio de informações, a inovação e a harmonização de procedimentos para melhorar a qualidade, a segurança e o acesso aos transplantes.
10. **Doenças raras:** A declaração reconhece as doenças raras como uma prioridade de saúde pública. Nesse sentido, impulsiona a cooperação regional para melhorar o diagnóstico precoce, o acesso a tratamentos e a atenção integral. Além disso, fomenta o uso de diagnóstico molecular, telediagnóstico, medicina personalizada e testes genéticos.
11. **Gênero, saúde das mulheres e doenças transmissíveis:** A declaração ressalta a necessidade de proteger a saúde das mulheres em todas as etapas da vida. Nesse sentido, dá atenção especial à violência de gênero, ao câncer de mama e de colo do útero, à menopausa e à prevenção da transmissão vertical de doenças como HIV, sífilis, hepatite B e doença de Chagas.

Como se pode observar, a *Declaração de Madri* estabelece uma *agenda ibero-americana* voltada ao fortalecimento de sistemas de saúde resilientes, equitativos e universais, com ênfase especial na preparação para pandemias, na saúde mental, na produção regional de tecnologias em saúde, na formação de profissionais de saúde e na cooperação internacional — elementos fundamentais para enfrentar os desafios sanitários do século XXI. Contudo, passados seis meses da XVII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde, são poucas as evidências de atividades concretas realizadas para cumprir essa agenda.

Nenhum Estado ibero-americano, nem a própria Espanha, promoveu qualquer diálogo sobre o *processo de reforma da arquitetura da saúde global*. Para além das reuniões do próprio grupo de negociação do *Acordo sobre Pandemias*, não se observa nenhuma iniciativa ibero-americana para abordar a temática. Existem algumas iniciativas voltadas ao acesso equitativo a tecnologias em saúde — como o curso sobre *desenvolvimento e produção de kits de diagnóstico*, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, e o projeto desenvolvido com a SE-COMISCA sobre compras conjuntas e harmonização das autoridades reguladoras da América Central —, mas elas ainda são incipientes. Embora a *saúde mental* seja reconhecida como um problema que afeta os países ibero-americanos, não se avança para o plano da ação no que diz respeito a como, concretamente, se propõe cooperar nesse aspecto. O mesmo ocorre em outras áreas mencionadas na Declaração, tais como: *recursos humanos em saúde, atenção primária e equidade territorial em saúde; saúde de migrantes e populações vulneráveis; doenças raras; e gênero, saúde das mulheres e doenças transmissíveis*. No campo específico dos *transplantes*, consolidou-se um círculo virtuoso de cooperação por meio da Rede/Conselho Ibero-Americano de Doação e Transplante (RCIDT), fortalecendo as capacidades institucionais dos países.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a Declaração tomou um *caráter mais declaratório do que de um plano de trabalho operacional para cooperação no setor de saúde*

Outro aspecto importante a destacar é a existência de **Redes Ibero-americanas com atuação no setor de saúde.** A Fundação Oswaldo Cruz promoveu a inscrição da *Rede de Institutos Nacionais de Saúde*, da *Rede de Escolas de Saúde Pública* e da *Rede de Formação de Técnicos em Saúde* no registro de Redes da *Secretaria Geral Ibero-americana*, e essas redes têm desempenhado um papel fundamental na cooperação e na diplomacia da saúde[6].

Neste artigo, defendemos que a *soberania sanitária deveria ser o foco principal de uma agenda ibero-americana de cooperação sanitária*. Embora reconheçamos a importância de muitos dos temas propostos pela Declaração de Madri, se tudo é importante, nada o é.

Trata-se de desenvolver capacidades coletivas para decidir, produzir, regular, financiar e garantir o acesso a bens e serviços essenciais para a saúde, com foco particular em medicamentos, vacinas e insumos estratégicos em saúde. O aprofundamento e o desenvolvimento desta agenda ibero-americana de cooperação sanitária implicam reconhecer que a soberania sanitária nacional pode ser fortalecida por meio de capacidades regionais compartilhadas.

A questão central é identificar *qual arquitetura institucional poderia sustentar uma agenda ampliada de cooperação regional em saúde sem necessariamente criar novas estruturas burocráticas.* Nesse contexto, uma estratégia viável seria *articular e fortalecer os mecanismos já existentes, aproveitando suas capacidades complementares e sua experiência acumulada em diferentes áreas da integração regional.*

[6] TOBAR, Sebastián (2024) “El Trabajo de las Redes Iberoamericanas en Salud: Oportunidades para la Diplomacia de la Salud”. Redes Iberoamericanas conectadas por la salud. Publicado en el número especial de las Redes Iberoamericanas. Somos Iberoamérica. 24 de junio de 2024. Disponível em: https://somosiberoamerica.org/redes-iberoamericanas-conectadas-por-tu-salud/el-trabajo-de-las-redes-iberoamericanas-en-salud-oportunidades-para-la-diplomacia-de-la-salud/. Acesso 6 de novembro de 2026

A **SEGIB** poderia contribuir para a concertação política, a coordenação da cooperação ibero-americana e o acompanhamento dos compromissos assumidos pelos países. A **OPAS/OMS** desempenharia um papel central na cooperação técnica, na vigilância epidemiológica, na definição de padrões e no fortalecimento da saúde pública. Por sua vez, o **MERCOSUL** poderia impulsionar a integração produtiva, a harmonização regulatória e as compras conjuntas de insumos e tecnologias em saúde.

Outros mecanismos sub-regionais também oferecem capacidades relevantes. O **ORAS-CONHU** possui experiência na cooperação sanitária andina e na formulação de políticas comuns, enquanto o **COMISCA/SICA** atua na integração dos sistemas de saúde da América Central e no planejamento regional. Complementarmente, *universidades e Institutos Nacionais de Saude,* como a FIOCRUZ desempenham um papel estratégico na pesquisa, na formação de recursos humanos e na transferência de tecnologia.

Os *Bancos de Fomento*, como o *Banco de Desenvolvimento para América Latina e Caribe-CAF,* bem como os bancos nacionais de desenvolvimento poderiam apoiar o desenvolvimento de projetos a nível nacional de cada um dos países.

Ademais, a *cooperação ibero-americana* poderia funcionar como uma *plataforma de articulação entre mecanismos sub-regionais*, não como uma estrutura que os substitua ou compita com eles.

Outros atores poderiam ser estratégicos; nesse sentido, é importante ressaltar o papel da Fundação Estatal Saúde, Infância e Bem-Estar Social (FCSAI) — uma instituição pública espanhola que, recentemente, em aliança estratégica com a Fiocruz e a OPAS, impulsionou a realização de um Curso Ibero-Americano de Desenvolvimento e Produção de Kits de Diagnóstico em Saúde[7].

Pacto Ibero-Americano pela Resiliência e a Soberania Sanitária

Com o intuito de sair do plano meramente enunciativo e avançar no plano operacional, propõe-se a realização de um ***Pacto Ibero-Americano pela Resiliência e a Soberania Sanitária***.

Este Pacto teria como ***objetivo geral***: *fortalecer as capacidades nacionais e regionais dos países ibero-americanos para garantir o acesso equitativo a bens e serviços essenciais de saúde, reduzir vulnerabilidades externas e melhorar a preparação e a resposta a emergências sanitárias, por meio de mecanismos de cooperação política, técnica, científica e produtiva.*

Propomos *cinco compromissos prioritários do Pacto*:

I. Desenvolver uma estratégia ibero-americana de produção e acesso a medicamentos, vacinas e tecnologias em saúde.
II. Criar uma agenda de planejamento e gestão da força de trabalho em saúde, incluindo a migração profissional.
III. Fortalecer a cooperação em vigilância epidemiológica, diagnóstico e preparação para emergências.
IV. Promover redes de pesquisa, inovação e transferência tecnológica.

[7] Assim como a Fundação CSAI, é possível incorporar outros importantes aliados estratégicos, que podem articular-se com os mecanismos de financiamento da União Europeia.

V. Estabelecer um mecanismo de cooperação e financiamento para iniciativas regionais na área da saúde.

Como **instrumentos de implementação** deste Pacto, propõe-se:

- ✓ Elaborar um roteiro para o período 2027–2030.
- ✓ Criar uma rede ibero-americana de instituições públicas de produção e pesquisa (institutos nacionais de saúde, universidades e instituições de pesquisa).
- ✓ Implementar a estratégia de observatório da força de trabalho e da migração na área da saúde (a OPAS já promoveu a estratégia de observatórios, mas priorizar-se-ia o aspecto da migração e do planejamento).
- ✓ Um arranjo o mecanismo de intercâmbio de informações sobre medicamentos e insumos críticos, favorecendo a priorização e o planejamento.
- ✓ Um sistema de acompanhamento de resultados e compromissos.

Conclusões

Embora a XXX Cúpula tenha conseguido evitar uma ruptura institucional — superando a baixa adesão registrada na cúpula anterior, no Equador —, ela ainda não logrou se constituir como um espaço de articulação geopolítica.

A fragmentação política da região impede avanços em alinhamentos internacionais estáveis. Convivem governos de orientações ideológicas distintas e com estratégias divergentes em relação aos Estados Unidos, à China e à Europa.

Ainda que tenha havido uma maior presença dos países latino-americanos, é necessária a participação de seus chefes de Estado e de governo, de modo a permitir a projeção de uma voz política regional.

A Espanha conseguiu, em Madri, recuperar seu protagonismo como articuladora dos vínculos entre a Europa e a América Latina. Contudo, resta saber se esse protagonismo se traduzirá em cooperação efetiva e recursos.

No que tange a um multilateralismo pragmático, os acordos setoriais parecem oferecer mais possibilidades de avanço do que os grandes consensos políticos ou ideológicos.

Em um cenário internacional marcado pela competição entre grandes potências, pela fragmentação política e pela ausência de alinhamentos regionais estáveis, a saúde pode emergir como uma área estratégica para recuperar e fortalecer a capacidade de cooperação da Iberoamérica. Trata-se de um campo que oferece oportunidades concretas de convergência, mesmo em contextos caracterizados por diferenças políticas e ideológicas entre os governos da região.

Ao contrário de outras áreas da política internacional, nas quais as divergências geopolíticas frequentemente dificultam a construção de consensos, os desafios sanitários envolvem interesses amplamente compartilhados. Entre eles destacam-se a garantia do acesso a medicamentos e tecnologias essenciais, o fortalecimento dos sistemas de saúde, o desenvolvimento de capacidades produtivas regionais, a gestão da mobilidade dos profissionais de saúde e a preparação conjunta para responder a emergências sanitárias.

Nesse contexto, a *cooperação em saúde* representa uma oportunidade para transformar uma comunidade unida por vínculos históricos, culturais e linguísticos em uma comunidade baseada no compartilhamento de capacidades, conhecimentos e recursos. A soberania sanitária, compreendida não apenas como uma capacidade nacional, mas também como a construção coletiva de capacidades regionais, pode tornar-se um dos pilares centrais de uma nova agenda ibero-americana voltada para o desenvolvimento, a resiliência e a autonomia estratégica.

Se não aproveitarmos o espaço ibero-americano para impulsionar ações concretas — como as propostas no Pacto Ibero-Americano pela Resiliência e a Soberania Sanitária, ou outras iniciativas na área da saúde —, continuaremos a ver as cúpulas se esvaziarem; elas continuarão recorrendo ao idioma ou à cultura como norteadores da cooperação, mas permanecerão restritas ao campo discursivo, sem resultados concretos capazes de influenciar o bem-estar de nossos povos.

Qual é o significado da visita do Papa à América Latina e quais são seus efeitos na Casa Branca?

¿Que importancia tiene la visita del Papa a Latinoamérica y qué repercusiones tiene en la Casa Blanca?

What is the significance of the Pope's visit to Latin America, and what impact is it having on the White House?

Sebastián Tobar

Resumo: O artigo analisa a primeira viagem do papa Leão XIV à América do Sul, prevista para novembro de 2026, com visitas ao Uruguai, Argentina e Peru, destacando suas dimensões pastoral, social, política e geopolítica. A visita busca fortalecer os vínculos da Igreja Católica com as comunidades locais e abordar temas como pobreza, desigualdade, dignidade humana, meio ambiente, povos indígenas, paz e multilateralismo. A Argentina simboliza o legado do papa Francisco; o Peru reflete a trajetória missionária de Leão XIV; e o Uruguai representa o diálogo da Igreja em uma sociedade secularizada. O texto examina ainda as implicações geopolíticas da viagem em um contexto de competição entre Estados Unidos e China, ressaltando que o Vaticano procura manter autonomia diplomática e não se alinhar automaticamente a nenhuma potência. Também discute as divergências entre Leão XIV e Donald Trump sobre imigração, guerra e política externa, bem como a continuidade do diálogo do Vaticano com a China. Conclui que a relevância da visita dependerá de sua capacidade de ampliar a autonomia diplomática latino-americana e reforçar o diálogo, sem transformar a região em um espaço de disputa exclusiva entre grandes potências.

Palavras-chave: Vaticano; geopolítica; autonomia regional.

Resumen: *El artículo analiza el primer viaje del papa León XIV a América del Sur, previsto para noviembre de 2026, con visitas a Uruguay, Argentina y Perú, destacando sus dimensiones pastoral, social, política y geopolítica. La visita busca fortalecer los vínculos de la Iglesia Católica con las comunidades locales y abordar temas como la pobreza, la desigualdad, la dignidad humana, el medio ambiente, los pueblos indígenas, la paz y el multilateralismo. Argentina simboliza el legado del papa Francisco; Perú refleja la trayectoria misionera de León XIV; y Uruguay representa el diálogo de la Iglesia en una sociedad secularizada. El texto examina, además, las implicaciones geopolíticas del viaje en un contexto de competencia entre Estados Unidos y China, subrayando que el Vaticano procura mantener su autonomía diplomática y no alinearse automáticamente con ninguna potencia. También se discuten las divergencias entre León XIV y Donald Trump en torno a la inmigración, la guerra y la política exterior, así como la continuidad del diálogo del Vaticano con China. Se concluye que la relevancia de la visita dependerá de su capacidad para ampliar la autonomía diplomática latinoamericana y reforzar el diálogo, sin convertir la región en un espacio de disputa exclusiva entre grandes potencias.*

Palabras clave: *Vaticano; geopolítica; autonomía regional.*

Abstract: *This article analyzes Pope Leo XIV's first trip to South America, scheduled for November 2026, which will include visits to Uruguay, Argentina, and Peru, highlighting its pastoral, social,*

political, and geopolitical dimensions. The visit aims to strengthen the Catholic Church's ties with local communities and address issues such as poverty, inequality, human dignity, the environment, indigenous peoples, peace, and multilateralism. Argentina symbolizes Pope Francis's legacy; Peru reflects Leo XIV's missionary journey; and Uruguay represents the Church's dialogue within a secularized society. The text also examines the geopolitical implications of the trip in the context of competition between the United States and China, emphasizing that the Vatican seeks to maintain diplomatic autonomy and not automatically align itself with any power. It also discusses the differences between Leo XIV and Donald Trump on immigration, war, and foreign policy, as well as the continuation of the Vatican's dialogue with China. It concludes that the significance of the visit will depend on its ability to expand Latin American diplomatic autonomy and strengthen dialogue, without turning the region into an arena of exclusive conflict between major powers.

Keywords: *Vatican; geopolitics; regional autonomy.*

A próxima visita de Leão XIV à América do Sul, prevista para o período de 6 a 17 de novembro de 2026, pode ser interpretada sob três dimensões: pastoral e religiosa, social e política, e geopolítica. Será sua primeira viagem apostólica à América do Sul como pontífice, incluindo visitas ao Uruguai, à Argentina e ao Peru[1]. O Vaticano confirmou o itinerário e indicou que a viagem busca fortalecer os vínculos com as Igrejas locais e transmitir uma mensagem de fé, esperança e paz[2].

A viagem de Leão XIV oferece uma oportunidade para observar como o novo pontificado se posiciona diante das transformações na América Latina: a desigualdade, a insegurança, a fragmentação política, as tensões entre governos e instituições, e as dificuldades das organizações regionais em construir respostas comuns.

O cronograma da viagem inclui:

Argentina (8–11 de novembro). A visita à Argentina possui forte valor simbólico por ser o país natal do papa Francisco e por marcar o retorno de um pontífice ao país após quase quatro décadas. A agenda, que inclui Buenos Aires, Córdoba e Luján, deve destacar o legado de Francisco, o papel da Igreja na sociedade argentina e temas sociais como pobreza, trabalho, educação e coesão social.

Peru (11–17 de novembro). O Peru ocupa um lugar especial na trajetória de Leão XIV, que atuou durante anos como missionário, agostiniano e bispo, especialmente em Chiclayo. A viagem, a mais longa do roteiro, passará por Lima, Chiclayo, Cusco e Pucallpa, abordando desafios relacionados à desigualdade territorial, às comunidades indígenas e amazônicas, à proteção ambiental, à corrupção e ao fortalecimento da confiança nas instituições.

Uruguai (6–8 de novembro). Primeira etapa da viagem, o Uruguai receberá a primeira visita papal desde 1988. Com atividades em Montevidéu, Paysandú e Florida, a visita ganha

[1] https://press.vatican.va/content/salastampa/es/bollettino/pubblico/2026/08/05/260804c.html Acesso 27 de outubro de 2026.

[2] Após sua intervenção cirúrgica, o Papa confirmou sua visita à América do Sul. https://www.vaticannews.va/es/papa/news/2026-10/confirmado-el-viaje-a-uruguay-argentina-peru-papa-leon.html. Acesso 27 de outubro de 2026.

relevância pelo contexto de um Estado historicamente laico e de uma sociedade fortemente secularizada, buscando fortalecer o diálogo entre Igreja, crentes e não crentes em um ambiente plural.

A escolha dos três países não representa uma hierarquia de importância para o Vaticano. A organização da viagem resultou de convites das autoridades civis e eclesiásticas, combinados com fatores específicos: o vínculo pastoral pessoal com o Peru, a relevância histórica da Argentina e a retomada da presença papal no Uruguai após décadas de ausência.

A pergunta é: ***o que podemos esperar da visita do Papa à América do Sul?***

Pelo menos cinco aspectos podem ser destacados:

1. **Reafirmação do papel da Igreja Católica:** Leão XIV buscará fortalecer a presença pastoral, renovar o compromisso dos fiéis e consolidar os vínculos com as Igrejas nacionais. A questão de fundo é como sustentar a influência social da Igreja em sociedades marcadas por mudanças culturais, secularização e perda de confiança nas instituições, como as da América do Sul.
2. **Uma mensagem sobre pobreza, desigualdade e dignidade humana**: destacando o lugar ocupado pelos setores populares, pelos trabalhadores, pelas pessoas excluídas e pelas comunidades vulneráveis. A pergunta central será se o discurso papal se limitará a exortações morais ou se formulará críticas explícitas às estruturas econômicas e sociais que reproduzem a desigualdade nas sociedades sul-americanas.
3. **Relações com os governos e autonomia da Igreja**: os encontros com as autoridades governamentais da Argentina, do Peru e do Uruguai permitirão observar como o Papa se relaciona com governos de diferentes orientações políticas. Será relevante distinguir entre o diálogo institucional, as convergências em políticas sociais e eventuais divergências sobre pobreza, educação, migração, direitos humanos e o papel do Estado.
4. **Meio ambiente, territórios e povos indígenas:** especialmente no Peru, espera-se que o Papa aborde a relação entre o modelo de desenvolvimento extrativista — com a exploração de recursos naturais —, a proteção da Amazônia e os direitos das comunidades. É importante observar as referências ao cuidado com a criação e à responsabilidade dos Estados e das empresas.
5. **Paz e multilateralismo**: A viagem de Leão XIV dará visibilidade aos apelos pelo diálogo, pela cooperação internacional e pela resolução pacífica de conflitos. No atual cenário de competição entre grandes potências e de enfraquecimento de alguns mecanismos multilaterais, resta saber se Leão XIV conseguirá articular uma voz moral própria, sem ficar identificado com uma corrente política ou um bloco geopolítico.

Estes cinco aspectos são fundamentais, e será preciso observar como o Vaticano se posiciona em relação a cada um deles.

A viagem ocorre em uma região onde convivem governos com estratégias distintas em relação aos Estados Unidos e à China. Embora a Santa Sé não seja um ator econômico ou militar comparável a essas potências, ela dispõe de redes diplomáticas, presença territorial e autoridade moral que podem facilitar interlocuções na região.

Nesse sentido, podemos identificar três questões que consideramos fundamentais:

- ✓ **A autonomia regional:** se o Papa promove o diálogo entre países e a cooperação latino-americana, mesmo quando existem diferenças ideológicas entre seus governos.

- ✓ **A agenda social diante da polarização:** se Leão XIV consegue situar a dignidade humana, a pobreza e a paz em um campo de diálogo que não dependa exclusivamente de disputas partidárias.
- ✓ **A relação entre religião e política**: se suas mensagens são recebidas como uma referência moral transversal ou se diferentes setores tentam utilizá-las para legitimar suas próprias posições.

Não podemos afirmar que a seleção dos três países responda a uma estratégia explícita contra Washington, ou a favor da China, ou a um realinhamento geopolítico.

Leão XIV não é um pontífice norte-americano politicamente alinhado a Trump pelo simples fato de ter nascido nos Estados Unidos. Ele defendeu posições que entram em tensão com algumas das prioridades da administração republicana. Ele mantém divergências públicas importantes com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre temas como imigração, guerra e política externa.

O presidente Trump não se manifestou em relação à viagem do Papa pela América do Sul. No entanto, existem precedentes de confronto entre ambos que ajudam a entender como ele poderia interpretar seus efeitos políticos[3][4].

Leão XIV criticou o tratamento dado aos imigrantes nos Estados Unidos[5]. Se, na América do Sul, ele retomar a questão da dignidade dos migrantes e da proteção aos vulneráveis, suas palavras poderão reativar o debate no seio do eleitorado católico norte-americano em momentos próximos às eleições de meio-termo.

Além disso, o Papa pediu paz e negociação diante dos conflitos e criticou a guerra contra o Irã. Uma defesa explícita do multilateralismo e da resolução pacífica de controvérsias poderia contrastar com a política externa de Trump[6],[7].

---

[3] Em abril de 2026, Trump classificou o Papa como fraco diante do crime e questionou suas posições em política externa. As divergências estavam relacionadas, especialmente, às críticas de Leão XIV à guerra contra o Irã e às políticas migratórias norte-americanas. O Papa respondeu que não temia a administração Trump e que continuaria proclamando a mensagem do Evangelho. https://www.washingtonpost.com/politics/2026/04/12/trump-criticizes-pope-leo/ Acesso 27 de outubro de 2026.

[4] O Papa Leão diz que não teme Trump após o ataque presidencial. https://www.reuters.com/world/trump-issues-scathing-attack-pope-leo-calls-him-weak-terrible-2026-04-13/ Acesso 27 de outubro de 2026.

[5] O Papa Leão critica o tratamento 'inumano' aos imigrantes nos Estados Unidos. https://www.investing.com/news/world-news/pope-leo-criticizes-inhuman-treatment-of-immigrants-in-us-4264681 . Acesso 27 de outubro de 2026.

[6] https://www.reuters.com/world/trump-issues-scathing-attack-pope-leo-calls-him-weak-terrible-2026-04-13 . Acesso 27 de outubro de 2026.

[7] Donald Trump voltou a criticar o papa Leão XIV, acusando-o falsamente de favorecer que o Irã possua armas nucleares, o que gerou tensões com o Vaticano e complicou a visita diplomática do secretário de Estado Marco Rubio para tentar reforçar as relações entre os Estados Unidos e a Santa Sé. https://apnews.com/article/trump-rubio-pope-iran-19fac7bba8f7c9b4d59630b7d5537868. Acesso 27 de outubro de 2026.

O encontro entre Leão XIV e Milei também será observado a partir dos Estados Unidos, uma vez que o presidente argentino é um aliado próximo de Trump[8].

Por outro lado, temos a relação entre o Vaticano e a República Popular da China, que tem sido marcada por uma combinação de aproximação diplomática, negociação sobre a autoridade religiosa e divergências quanto à liberdade da Igreja[9]. Não se trata de uma aliança política, mas também não é uma relação de confronto permanente. Desde sua eleição em maio de 2025, Leão XIV optou por manter a linha de diálogo iniciada por Francisco[10].

A Santa Sé e a República Popular da China não mantêm relações diplomáticas formais[11]. A política de Leão XIV em relação à China mostra que o Vaticano não quer ficar confinado na rivalidade entre os Estados Unidos e a China. Busca proteger os católicos, preservar sua autoridade religiosa e manter a capacidade de diálogo com uma potência que tem uma concepção muito distinta da relação entre religião e Estado.

Na tabela a seguir, temos resumido quatro aspectos básicos: religião, diplomacia, Taiwan e direitos humanos, e os posicionamentos do Vaticano, dos Estados Unidos e da República Popular da China.

Aspectos	Vaticano e o Papa Leão XIV	China	Administração Trump
Religião	Busca preservar a autoridade do Papa e a unidade católica.	Exige supervisão estatal das organizações religiosas.	A política religiosa e a relação com a China fazem parte de suas prioridades políticas.
Diplomacia	Promove o diálogo e a mediação.	Busca reconhecimento diplomático e respeito à sua soberania.	Mantém uma estratégia de competição com a China.
Taiwan	Mantém relações diplomáticas formais.	Exige o reconhecimento de uma só China.	Inclui Taiwan em sua estratégia regional de segurança e de competição com Pequim.
Direitos Humanos	Defende a liberdade religiosa como princípio.	Rejeita as críticas externas que considera interferências.	A questão dos direitos humanos convive com interesses estratégicos e comerciais.

Fonte: Construção a partir de documentos e artigos jornalísticos.

[8] Podem ser identificados três cenários para a visita: um diálogo institucional cordial entre o Papa e Javier Milei, apesar das diferenças; divergências em torno da questão social, com o Papa destacando a situação dos setores mais vulneráveis e o governo defendendo sua agenda econômica; ou a politização do encontro, com diferentes atores tentando interpretar as declarações papais como apoio ou crítica ao governo. Embora o segundo cenário possa gerar desconforto político para aliados de Donald Trump, não há evidências públicas de que essa seja atualmente uma preocupação específica da Casa Branca.

[9] O que saber sobre a relação do Vaticano com a China e o que o próximo Papa significa para ela. https://time.com/7280386/pope-beijing-vatican-diplomatic-relationship-explainer-francis-china-catholic-church. Acesso 27 de outubro de 2026.

[10] https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2025-09/pope-leo-sees-role-as-building-bridges-avoiding-polarization.html Acesso 27 de outubro de 2026.

[11] Pequim rompeu seus vínculos diplomáticos com o Vaticano em 1951. No entanto, desde 2018, ambas as partes contam com um acordo provisório para a nomeação de bispos, renovado em outubro de 2024 por quatro anos, até outubro de 2028.

Conclusões

A visita do Papa Leão XIV à América do Sul pode dificultar a pretensão de transformar a América Latina no "quintal" da Casa Branca — isto é, em uma esfera de influência exclusiva de Washington nos planos político e simbólico —, mas não constitui, por si só, um entrave material à estratégia de Trump.

Sua relevância dependerá da recepção de suas mensagens pelas sociedades latino-americanas, das respostas dos governos e da capacidade dos países da região de traduzir os princípios de soberania e cooperação em políticas concretas.

Se a visita contribuir, de alguma forma, para fortalecer a autonomia diplomática da América Latina e para questionar a ideia da Doutrina Monroe e a primazia de Washington sobre o hemisfério, talvez possa trazer uma vantagem indireta para a China.

A questão estratégica não é se o Papa substituirá a influência norte-americana, mas se sua presença ajudará a ampliar o espaço para que a América Latina negocie com Washington — e também com a China, a Europa e outros atores — sem reduzir sua política externa a uma escolha entre grandes potências.

ANEXO

Principais pontos do discurso do Papa Leão XIV no Uruguai do 6 de novembro de 2026[12]

O discurso do Papa Leão XIV combinou referências históricas à identidade uruguaia com uma reflexão sobre os desafios contemporâneos do país, enfatizando a dignidade humana, a solidariedade social e a responsabilidade perante as futuras gerações.

1. Democracia e bem comum: Tomando como referência a figura de José Artigas e os 40 anos de democracia contínua no Uruguai, o Papa destacou que toda autoridade política deve estar a serviço do bem comum, exercida dentro do Estado de Direito e com respeito à liberdade e à participação cidadã.
2. Sustentabilidade e responsabilidade intergeracional: O pontífice elogiou a transformação da matriz energética uruguaia baseada em fontes renováveis, mas advertiu que o desenvolvimento sustentável exige uma gestão responsável dos recursos naturais para garantir oportunidades às gerações futuras.
3. Defesa da vida e fortalecimento da família: Um dos temas centrais foi a proteção da vida desde a concepção. O Papa afirmou que o nascituro possui dignidade própria e merece proteção, associando essa defesa ao apoio à maternidade, à paternidade responsável e ao fortalecimento da família como núcleo fundamental da sociedade.
4. Educação, trabalho e inteligência artificial: Leão XIV enfatizou a necessidade de uma educação que prepare os jovens para a vida profissional e para a cidadania. Também alertou que a inteligência artificial e as novas tecnologias devem servir à pessoa humana, e não reduzi-la a uma peça descartável dos processos produtivos.
5. Inclusão social e cuidado dos vulneráveis: O Papa defendeu uma sociedade que valorize idosos, pessoas com deficiência, doentes e pobres. Criticou implicitamente visões utilitaristas que medem o valor das pessoas apenas pela produtividade ou autonomia.
6. Saúde mental e prevenção do suicídio: Diante das elevadas taxas de suicídio no Uruguai, destacou a importância dos vínculos familiares, comunitários e dos serviços de saúde, afirmando que ninguém deve sentir-se abandonado ou sem razões para viver.

[12] [12] A Versão original, na integra em espanhol, pode ser acessada em: https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/el-discurso-completo-del-papa-leon-xiv-en-su-llegada-a-uruguay-he-venido-como-sucesor-de-pedro-y-nid06112026/

7. Saúde como direito universal: Leão XIV ressaltou que o acesso à assistência sanitária deve estar ao alcance de todos, independentemente de condições econômicas, considerando-o uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade.
8. Desenvolvimento econômico com equidade: Embora reconheça a importância da iniciativa privada e da geração de riqueza, o Papa insistiu que os benefícios do crescimento econômico devem ser distribuídos de forma a criar oportunidades reais para toda a população.
9. Laicidade e liberdade religiosa: Em um tema particularmente relevante para o contexto uruguaio, defendeu que a laicidade do Estado não implica excluir a religião do espaço público. Segundo ele, crentes e não crentes devem poder contribuir livremente para o bem comum, respeitando a autonomia das instituições civis.
10. Integração regional e cultura da paz: O Papa valorizou a tradição diplomática uruguaia, o papel de Montevidéu como sede do Mercosul e a vocação do país para promover o diálogo, a negociação e a cooperação regional diante de um cenário internacional marcado por tensões e polarização.

Conclusão

A mensagem central do discurso foi que o futuro do Uruguai depende da capacidade de cultivar uma sociedade baseada na dignidade de cada pessoa, na solidariedade entre gerações, na proteção da vida, na inclusão dos mais vulneráveis e na busca do bem comum. O Papa apresentou esses desafios como parte de uma mesma responsabilidade coletiva: continuar construindo uma comunidade nacional capaz de não deixar ninguém para trás.

Principais pontos do discurso do Papa Leão XIV na Argentina do 8 de novembro de 2026[13]

O discurso do Papa Leão XIV na Argentina centrou-se na ideia de **responsabilidade intergeracional**, apresentando a nação como uma herança recebida das gerações anteriores e que deve ser transmitida fortalecida às futuras. A mensagem combinou identidade nacional, democracia, desenvolvimento humano e valores éticos inspirados pela tradição cristã.

1. Memória, identidade e unidade nacional:O Papa destacou a formação da Argentina como fruto da contribuição de imigrantes, povos originários e diversas correntes culturais. Defendeu a valorização da herança histórica, cultural e espiritual do país como base para a construção de um projeto nacional compartilhado.
2. Democracia, diálogo e serviço público: Afirmou que a democracia é um patrimônio coletivo que deve ser preservado por meio da participação cidadã, do respeito às instituições e da convivência entre diferentes. Ressaltou que a autoridade política encontra seu sentido mais elevado quando é exercida como serviço ao bem comum e não em benefício de interesses particulares.
3. Família como núcleo da sociedade: O Papa reiterou o papel central da família na formação humana, moral e social das pessoas. Apresentou o lar como o primeiro espaço de solidariedade, responsabilidade, perdão e transmissão de valores.
4. Trabalho, crescimento econômico e justiça social: Reconheceu a importância da iniciativa privada, do empreendedorismo e da geração de riqueza, mas insistiu que a economia deve estar a serviço da pessoa humana. Defendeu políticas que ampliem oportunidades e reduzam a vulnerabilidade das famílias, dos trabalhadores, dos desempregados e dos idosos.
5. Juventude, educação e combate à emigração forçada: Um dos pontos mais relevantes foi a preocupação com os jovens que deixam o país em busca de oportunidades. O Papa argumentou que a Argentina deve fortalecer a educação, a formação profissional, a universidade e a pesquisa para criar condições que permitam aos jovens desenvolver seus projetos de vida sem precisar emigrar.

[13] A Versão original, na integra em espanhol, pode ser acessada em: https://www.ewtnnews.com/es/vaticano/discurso-papa-autoridades-sociedad-argentina

6. Defesa da vida e da dignidade humana: Leão XIV reafirmou a proteção da vida desde a concepção até a morte natural e vinculou essa defesa ao cuidado de pessoas doentes, idosas, dependentes ou com deficiência, sustentando que a dignidade humana não depende da utilidade econômica ou das condições de saúde.
7. Sustentabilidade e recursos naturais: O Papa destacou a riqueza ambiental da Argentina e defendeu uma "ecologia humana integral", na qual o aproveitamento dos recursos naturais seja compatível com a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento das comunidades.
8. Inteligência artificial e ética tecnológica: Alertou que os avanços tecnológicos e a inteligência artificial oferecem grandes oportunidades, mas exigem responsabilidade ética. Segundo ele, a inovação deve permanecer subordinada ao desenvolvimento humano e ao respeito pela dignidade das pessoas.
9. Integração regional e cooperação sul-americana: O discurso atribuiu um papel importante à Argentina na promoção da cooperação regional. O Papa incentivou o fortalecimento dos mecanismos de integração sul-americana para enfrentar desafios compartilhados e promover o desenvolvimento conjunto.
10. Combate à corrupção, ao crime organizado e promoção da paz: Leão XIV identificou o narcotráfico, o tráfico de pessoas, o tráfico de armas e a corrupção como ameaças à convivência democrática. Defendeu instituições sólidas, integridade dos governantes e cooperação internacional para enfrentar esses problemas, bem como a solução pacífica dos conflitos por meio do diálogo e da negociação.

Conclusão

A mensagem central do Papa foi um apelo à construção de uma **Argentina mais unida, inclusiva e voltada para o futuro**, baseada na força de suas instituições democráticas, na valorização da família, na educação dos jovens, na geração de oportunidades econômicas, no cuidado da vida humana e da criação, e na promoção do diálogo como caminho para superar divisões e consolidar o bem comum. O conceito que organiza todo o discurso é a responsabilidade de cada geração de receber, cuidar e transmitir uma pátria melhor às que virão.

Desafios da saúde pública e da diplomacia da saúde na África

Desafíos de la salud pública y la diplomacia sanitaria en África

Public health and health diplomacy challenges in Africa

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg

Resumo: Este informe examina acontecimentos da saúde pública africana, com foco na preparação para pesquisa clínica, na ação multissetorial e na resposta ao surto de Ebola por vírus Bundibugyo. O financiamento adicional da CEPI apoia a rede de ensaios clínicos *hub-and-spoke* do CDC África, inicialmente na África Ocidental, para fortalecer a geração de evidências liderada localmente e a ativação rápida de pesquisas durante surtos. As consultas em Kigali avançaram um quadro e um plano de ação continental para doenças não transmissíveis, lesões e saúde mental, com coordenação intersetorial, financiamento sustentável e responsabilização. Na República Democrática do Congo, o surto de Ebola ultrapassou 10 mil casos confirmados, com transmissão persistente, pressão crescente no Nord-Kivu e lacunas no seguimento de contatos. Divergências nos registros de óbitos limitam a interpretação da letalidade. Casos ligados ao surto no Quênia e na Nigéria evidenciam desafios de vigilância transfronteiriça e diagnóstico. O compromisso africano de manter fronteiras abertas contrasta com restrições dos Estados Unidos, expondo tensões na diplomacia da saúde. O ensaio TUMAINI e a recomendação de incluir duas candidatas vacinais específicas oferecem perspectivas de geração de evidências, enquanto a contenção imediata depende de cuidados precoces, isolamento, rastreamento de contatos, enterros seguros e confiança comunitária.

Palavras-chave: Saúde pública; África; Diplomacia da saúde; Preparação para pesquisa clínica; Ebola por vírus Bundibugyo.

Resumen: *Este informe examina acontecimientos de la salud pública africana, centrándose en la preparación para la investigación clínica, la acción multisectorial y la respuesta al brote de ébola por virus Bundibugyo. La financiación adicional de CEPI apoya la red de ensayos clínicos hub-and-spoke de Africa CDC, inicialmente en África Occidental, para fortalecer la generación de evidencia liderada localmente y la activación rápida de investigaciones durante brotes. Las consultas en Kigali impulsaron un marco y un plan de acción continental sobre enfermedades no transmisibles, lesiones y salud mental, con coordinación intersectorial, financiación sostenible y rendición de cuentas. En la República Democrática del Congo, el brote de ébola superó los 10.000 casos confirmados, con transmisión persistente, presión creciente en Nord-Kivu y deficiencias en el seguimiento de contactos. Las discrepancias en los registros de defunciones limitan la interpretación de la letalidad. Los casos vinculados al brote en Kenia y Nigeria evidencian desafíos de vigilancia transfronteriza y diagnóstico. El compromiso africano de mantener las fronteras abiertas contrasta con las restricciones estadounidenses, exponiendo tensiones en la diplomacia sanitaria. El ensayo TUMAINI y la recomendación de incluir dos candidatas vacunales específicas ofrecen perspectivas de generación de evidencia, mientras la contención inmediata depende de atención temprana, aislamiento, rastreo de contactos, entierros seguros y confianza comunitaria.*

Palabras clave: *Salud pública; África; Diplomacia sanitaria; Preparación para la investigación clínica; Ebola por virus Bundibugyo.*

Abstract: *This report reviews developments in African public health, focusing on clinical research preparedness, multisectoral action and the response to the Bundibugyo Ebola outbreak. Additional CEPI funding supports Africa CDC's hub-and-spoke clinical trial network, initially in West Africa, to strengthen locally led evidence generation and rapid research activation during outbreaks. Consultations in Kigali advanced a continental framework and action plan addressing noncommunicable diseases, injuries and mental health through intersectoral coordination, sustainable financing and accountability. In the Democratic Republic of Congo, the Ebola outbreak exceeded 10,000 confirmed cases, with persistent transmission, increasing pressure in Nord-Kivu and gaps in contact follow-up. Discrepancies between mortality reports limit interpretation of fatality estimates. Cases linked to the outbreak in Kenya and Nigeria highlight cross-border surveillance and diagnostic challenges. African commitments to keeping borders open contrast with United States travel restrictions, exposing tensions in health diplomacy. The TUMAINI trial and recommendations to include two Bundibugyo-specific vaccine candidates offer prospects for evidence generation, while immediate containment continues to depend on early care, isolation, contact tracing, safe burials and community trust.*

Keywords: *Public health; Africa; Health diplomacy; Clinical research preparedness; Bundibugyo Ebola.*

CDC África

Evento sobre reforço das capacidades de geração de evidências para surtos

O Programa de Preparação para a Pesquisa do CEPI (*CEPI's Research Preparedness Program*), que visa reforçar a prontidão regional para ensaios clínicos e a geração de evidências de emergência, anunciou 8,2 milhões de dólares em financiamento adicional aos Parceiros Técnicos Coordenadores que lideram o seu componente na África Ocidental — o Instituto Internacional de Vacinas (IVI, *International Vaccine Institute*) e a Unidade do *Medical Research Council* de Gâmbia na Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres (*MRCG Unit at LSHTM*) — para apoiar a implementação do modelo de ensaio clínico *hub-and-spoke* do CDC África.

O financiamento, anunciado num evento de lançamento a 22 de outubro em Accra, organizado pelo CDC África, Agência Africana de Medicamentos, OMS AFRO e CEPI, apoia a rede *hub-and-spoke* do CDC África, que liga os "hubs" experientes de pesquisa em ensaios clínicos a uma rede mais ampla de locais "spoke" mais próximos das áreas propensas a surtos. Foi concebido para permitir uma geração mais rápida e coordenada de evidência clínica durante epidemias e pandemias, reforçando a prontidão regional para futuras emergências de saúde. A implementação inicial irá centrar-se na África Ocidental, antes de se expandir para outras regiões de África.

> *Reforçar os sistemas de ensaios clínicos antes de ocorrerem surtos, em regiões onde são mais comuns, é fundamental se quisermos gerar evidências sem demora quando surgirem novas ameaças", disse o Dr. Richard Hatchett, CEO da CEPI. "Ao apoiar o modelo hub-and-spoke do Africa CDC, estamos a ajudar a construir uma rede regional de pesquisa clínica mais bem conectada e coordenada — totalmente alinhada com a Estratégia 3.0 do CEPI, que tem um foco fundamental em fortalecer redes de pesquisa globalmente conectadas para acelerar a resposta a surtos e o desenvolvimento de vacinas.*

Por toda a África, ocorrem múltiplos surtos de doenças infeciosas todos os anos que se espalham rapidamente por comunidades e fronteiras — muitos não têm vacinas aprovadas para se defenderem contra elas. O surto contínuo de Ebola Bundibugyo na República Democrática do Congo é um exemplo claro e atual disso. Este risco recorrente sublinha a importância de fortalecer previamente os sistemas de pesquisa clínica, para que os estudos clínicos necessários para desenvolver contramedidas possam ser iniciados sem demora quando surgem novas ameaças.

"Soberania em saúde significa África gerar a sua própria evidência, no seu próprio solo, para o seu próprio povo. Com o modelo *hub-and-spoke*, os locais africanos de ensaios clínicos deixarão de ser ativados apenas quando surgir uma crise. Em vez disso, serão mantidos quentes, ligados e prontos. O CDC África acolhe o investimento do CEPI e a liderança dos nossos Parceiros Técnicos de Coordenação e trabalhará com os Estados-Membros para expandir esta rede para além da África Ocidental e a todas as regiões do continente", afirmou o Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África.

O modelo *hub-and-spoke* do CDC africano foi concebido para reforçar a colaboração entre os locais de ensaios clínicos e garantir que a capacidade de pesquisa construída durante períodos rotineiros possa ser rapidamente ativada durante surtos. Ao melhorar a coordenação entre países, o modelo apoia uma geração mais eficiente e padronizada de evidência clínica quando surgem novas ameaças de doença. Também ajuda a garantir que a capacidade de pesquisa clínica seja mais amplamente distribuída e esteja integrada de forma sustentável em sistemas nacionais e regionais, permitindo uma mobilização mais rápida durante surtos.

O modelo *hub-and-spoke* está intimamente alinhado com o Programa de Preparação para a Pesquisa do CEPI — também formalmente lançado no evento de Accra — que visa reforçar a capacidade dos locais de ensaio clínico para fazer uma rápida transição da pesquisa de rotina para a geração de evidências em surtos, reforçando os sistemas e competências relacionados nas regiões de maior risco de ameaças epidémicas e pandémicas. O Programa apoia o estabelecimento e manutenção de locais de ensaio clínico "quentes" ("*warm" clinical trial sites*), isto é, locais com a infraestrutura, pessoal treinado e sistemas necessários para ativar rapidamente a pesquisa clínica quando ocorre um surto. Isto está em linha com a Missão dos 100 Dias do CEPI — um objetivo de desenvolver vacinas seguras e eficazes dentro de 100 dias após a identificação de uma nova ameaça pandémica. Com este último financiamento, o CEPI comprometeu agora um total de 28,8 milhões de dólares americanos para o Programa, apoiando principalmente locais de ensaios clínicos na África Ocidental, bem como alguns locais também na África Oriental e Central.

As capacidades dos ensaios clínicos, reforçadas pelo apoio do CEPI, serão concebidas para utilização por uma vasta gama de parceiros, ajudando a garantir a sustentabilidade e interoperabilidade entre a pesquisa em vacinas, diagnóstico e terapêuticas, com princípios rigorosos de acesso aberto aplicados para apoiar a utilização ampla e equitativa dos dados e resultados. Esta abordagem pretende aumentar o valor e a flexibilidade a longo prazo da rede para além de surtos individuais, organizações ou desenvolvedores de produtos.

Citações importantes de parceiros:

> *"Uma chave para o sucesso do modelo hub-and-spoke[1] do CDC África é a forte apropriação por parte do hub e das próprias instituições spoke", disse o* ***Dr. Jerome H. Kim, Diretor-Geral do Instituto Internacional de Vacinas (IVI)****. "A IVI está comprometida em apoiar esta iniciativa como parte da nossa missão de fortalecer a capacidade de pesquisa de vacinas equitativa e sustentável e, como prioridade estratégica, ajudar a melhorar a preparação para futuros surtos."*
>
> *O* ***Dr. Florian Marks, Diretor-Geral Adjunto de Epidemiologia, Saúde Pública, Impacto no IVI****, acrescentou: "Como um dos Parceiros Técnicos de Coordenação do CEPI que apoiam a iniciativa, o IVI reconhece que o sucesso a longo prazo também dependerá da colaboração sustentada e da atividade de pesquisa contínua em toda a rede. Manter os locais ativamente envolvidos entre surtos é essencial para a capacidade de responder rapidamente quando surgem novas ameaças."*
>
> *"A preparação eficaz depende do investimento sustentado em sistemas de pesquisa, pessoas e parcerias muito antes de ocorrer uma emergência de saúde. Com a nossa experiência na implementação e apoio a ensaios clínicos na região e através desta colaboração com o CEPI, IVI, CDC África e parceiros regionais, estamos a ajudar a fortalecer uma rede conectada de locais de ensaios clínicos que podem gerar evidência rapidamente, ao mesmo tempo que desenvolvem uma capacidade de pesquisa duradoura em toda a África Ocidental", disse o* ***Professor Ed Clarke, Diretor da Unidade MRC/Gâmbia na LSHTM****.*
>
> *"Nenhuma instituição consegue tornar África pronta para investigação sozinha. A OMS, o CDC África, a Agência de Medicamentos Africanos, o CEPI e os nossos Estados-Membros devem trabalhar como um só ecossistema, com prioridades de pesquisas partilhadas, protocolos harmonizados, ética coordenada e revisão regulatória e locais de ensaio ligados aos sistemas nacionais de resposta a surtos. O surto de Bundibugyo na República Democrática do Congo reforça uma lição fundamental: não podemos esperar por uma emergência para construir a capacidade de pesquisa que uma emergência exige. Essa capacidade deve estar pronta antes de um surto, ativada rapidamente durante e mantida depois. A OMS trará as suas normas, ferramentas e experiência em operações de emergência para ajudar a gerar evidências de alta qualidade desde os primeiros dias de um surto", afirmou o* ***Dr. Mohamed Yakub Janabi, Diretor Regional da OMS para África****.*
>
> *"O próximo surto não esperará que África organize os seus sistemas de pesquisa e regulação. A preparação para a pesquisa e a preparação regulatória devem avançar em conjunto. A AMA está comprometida em integrar a prontidão regulatória nesta rede desde o início, para que a evidência liderada por africanos se torne acesso atempado a produtos médicos que salvam vidas", declarou a* ***Dra. Delese Mimi Darko, Diretora-Geral da Agência de Medicamentos Africanos****.*

Notas para os leitores dos nossos Cadernos

CEPI — *Coalition for Epidemic Preparedness Innovations* (Coligação para Inovações em Preparação para Epidemias)

A CEPI é uma parceria global entre organizações públicas, privadas, filantrópicas e civis. A sua missão é acelerar o desenvolvimento de vacinas e outras contramedidas biológicas contra ameaças epidémicas e pandémicas, para que possam ser acessíveis a todas as pessoas necessitadas. No centro do plano da CEPI para ultrapassar a pandemia está a 'Missão dos 100 Dias' – o objetivo de desenvolver vacinas seguras, eficazes e acessíveis contra novas ameaças em apenas 100 dias. A CEPI procura 2,5 mil milhões de dólares para executar o CEPI 3.0, a sua

[1] Em forma de roda de bicicleta

estratégia 2027-2031, que irá reduzir sistematicamente a probabilidade, impacto e custo de epidemias e pandemias, conduzindo a Missão dos 100 Dias para uma realidade operacional. Saiba mais em CEPI.net.

O Programa de Preparação para a Pesquisa da CEPI (*CEPI's Research Preparedness Program*)

O Programa de Preparação para a Pesquisa da CEPI visa reforçar a capacidade dos locais de ensaios clínicos existentes em países de baixo e médio rendimentos para gerarem evidência de alta qualidade durante surtos. Em colaboração com *Parceiros Técnicos Coordenadores* regionais, o Programa apoia regiões prioritárias propensas a epidemias para construir capacidades de pesquisa sustentáveis e lideradas localmente, que podem passar rapidamente de estudos rotineiros para geração de evidências em emergências. Na África Ocidental, a iniciativa — facilitada pelo *International Vaccine Institute* (IVI) e pela *MRC Unit The Gambia* (MRCG) da LSHTM — reforçou a prontidão para ensaios clínicos em múltiplos locais e está a apoiar o CDC África a testar um modelo regional de ensaio clínico, *hub e spoke*. Tem também um programa semelhante numa fase anterior, operando na África Oriental e Central, com o PATH a atuar como Parceiro Técnico Coordenador inicial. O Programa de Preparação para a Pesquisa constitui uma parte fundamental do contributo da CEPI para a Missão dos 100 Dias.

O Instituto Internacional de Vacinas (The International Vaccine Institute, IVI)

O Instituto Internacional de Vacinas (IVI) é uma organização internacional independente originalmente criada por iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 1997. A sua missão é descobrir, desenvolver e fornecer vacinas seguras, eficazes e acessíveis — impulsionando a equidade, o impacto e a sustentabilidade das vacinas a nível global. O seu portfólio atual inclui vacinas em múltiplas fases de desenvolvimento pré-clínico e clínico, direcionadas a doenças infeciosas que impactam significativamente países de baixo e médio rendimentos, incluindo cólera, febre tifoide, Chikungunya, shigelose, salmonelose, esquistossomose, hepatite E, doenças relacionadas com HPV e estreptococos do grupo A e COVID-19. O IVI desenvolveu a primeira vacina oral contra a cólera de baixo custo do mundo e uma vacina conjugada contra a febre tifoide de nova geração, ambas pré-qualificadas pela Organização Mundial de Saúde. A IVI tem a sua sede em Seul, na Coreia do Norte, com um Escritório Regional na Europa, na Suécia, um Escritório Regional para África, no Ruanda, um Escritório Nacional na Áustria e um Escritório de País e Projetos no Quénia. O IVI também cofundou o *Hong Kong Jockey Club Global Health Institute* em Hong Kong e acolhe Centros Colaboradores no Butão, Burkina Faso, Gana, Etiópia, Nepal e Madagáscar. 44 países e a OMS são membros do IVI, e os governos da Coreia do Norte, Suécia, Índia, Finlândia, Áustria e Tailândia fornecem financiamento público. Para mais informações, por favor visite https://www.ivi.int.

A Unidade MRC da Gâmbia na LSHTM

A Unidade MRC[2] da Gâmbia na *London School of Hygiene & Tropical Medicine* (MRCG at LSHTM) é um dos principais centros africanos de pesquisa em saúde, com a visão de salvar vidas e melhorar a saúde na Gâmbia e em todo o mundo. Durante mais de 75 anos, trabalha com o governo da Gâmbia, as comunidades e os parceiros para formar a próxima geração de cientistas

[2] **Medical Research Council** – o Conselho de Pesquisa Médica da Gâmbia (país vizinho do Senegal e da Guiné-Bissau), uma instituição pública criada pelo Reino Unido antes da independência do país, mas continua muito ligado a LSHTM.

africanos e para reduzir o peso das doenças e da morte. Como centro de excelência para pesquisa e formação, a Unidade mantém-se empenhada em melhorar a saúde pública, gerando evidências científicas que informa políticas, impulsiona a implementação e gera impacto. Como exemplo, o ensaio clínico da vacina contra a raiva no Reino Unido também pode abrir caminho para a proteção contra a Doença X. Ler mais.

Etiópia, Noruega e Reino Unido comprometem-se com 240 milhões de dólares ao plano global da CEPI para enfrentar ameaças epidémicas e pandémicas. Ler mais.

A arquitetura *hub-and-spoke* do CDC África

No modelo organizacional do CDC África, a arquitetura *hub-and-spoke* (**eixo e raios**) é a estratégia central de descentralização e resposta rápida a emergências de saúde pública no continente.

Essa estrutura foi desenhada para evitar a dependência de decisões e recursos centralizados exclusivamente na sede, permitindo apoio técnico e vigilância epidemiológica adaptados às particularidades geográficas e epidemiológicas das 5 (cinco) sub-regiões da África:

Nível Organizacional	Unidade / Sede	Função Principal
Hub Central	Sede do CDC África, Adis Abeba	Coordenação macro continental, políticas de saúde global e mobilização de recursos estratégicos
Sub-Hub Regional (RCC Norte)	Cairo, Egito	Apoio técnico e vigilância epidemiológica na Sub-região Norte
Sub-Hub Regional (RCC Ocidental)	Abuja, Nigéria	Apoio técnico e vigilância epidemiológica na Sub-região Ocidental
Sub-Hub Regional (RCC Central)	Libreville, Gabão	Apoio técnico e vigilância epidemiológica na Sub-região Central.
Sub-Hub Regional (RCC Oriental)	Nairóbi, Quénia	Apoio técnico e vigilância epidemiológica na Sub-região Oriental
Sub-Hub Regional (RCC Austral)	Lusaca, Zâmbia	Apoio técnico e vigilância epidemiológica na Sub-região Austral
***Spokes* (raios de atuação)**	**Institutos Nacionais de Saúde Pública (NPHIs) dos 55 Estados-Membros**	Coleta local de dados, vigilância genômica, Laboratórios de Referência e resposta rápida no terreno

Objetivos práticos do modelo *hub-and-spoke:*

- **Reforço de redes integradas** (***RISLNET, Regional Integrated Surveillance and Laboratory Networks***): integração dos laboratórios regionais de referência para que amostras complexas não precisem de ser enviadas para fora do continente ou para a sede antes de serem analisadas;
- **Soberania e alerta precoce:** surtos locais (como Ebola, Marburg ou MPOX) recebem contenção inicial coordenada pelo RCC Sub-regional em articulação com os países afetados;

- **Partilha de recursos:** permite o envio rápido de equipas de resposta técnica (*Field Epidemiology Training Programs — FETP*) e insumos biológicos de forma transversal entre países vizinhos.

Novo Quadro Multissetorial e Plano de Ação para as DNT, lesões e saúde mental

Os Estados-Membros da União Africana estão um passo mais perto de uma resposta coordenada às doenças não transmissíveis (DNT), lesões e condições de saúde mental, após a finalização de um plano de ação multisetorial numa reunião técnica de cinco dias convocada pelo CDC África e realizada em 30 de outubro na capital do Ruanda, Kigali.

A iniciativa surge numa altura em que as DNT representam uma percentagem crescente de mortes em África, com cerca de 4,7 milhões em 2023. No início deste ano, dados da África do Sul mostraram que as DNT ultrapassaram as doenças infecciosas e outras condições transmissíveis, maternas e nutricionais como a principal causa de morte, refletindo uma mudança mais ampla na carga de doenças do continente.

Apesar deste desafio crescente, a prevenção e o tratamento continuam limitados por financiamento inadequado, acesso limitado aos cuidados e respostas fragmentadas a riscos para a saúde que vão além do setor da saúde.

O Plano de Ação Continental – desenvolvido em conjunto com o Quadro de Envolvimento, Coordenação e Ação Multissetorial (MECA, *Multisectoral Engagement, Coordination and Action Fraamework*) – procura traduzir a Posição Comum da União Africana sobre DNT, lesões e saúde mental em políticas e programas nacionais. Estes instrumentos estabelecem uma abordagem para coordenar intervenções governamentais, mobilizar financiamento sustentável, estabelecer mecanismos de responsabilização e monitorizar o progresso.

Representantes dos Estados-Membros da UA, seus órgãos, instituições académicas, organizações da sociedade civil e defensores dos pacientes contribuíram para o processo, com foco na implementação liderada pelos países que reflete prioridades nacionais e objetivos continentais partilhados.

"A Posição Comum da UA reconhece o importante papel da sociedade civil e das pessoas com experiência vivida. A sua participação significativa é essencial no desenvolvimento de planos de ação nacionais multisetoriais que reflitam as prioridades dos países", afirmou o Dr. Mohammed Abdulaziz, Chefe da Divisão do CDC África.

O Quadro MECA responde à necessidade de uma coordenação mais estreita entre o setor da saúde e outras áreas governamentais cujas políticas influenciam a prevenção e gestão das DNT, lesões e condições de saúde mental.

"A MECA fornece uma base para o aumento do investimento em DNT, saúde mental e lesões, particularmente em países de baixo e médio rendimentos, onde respostas fragmentadas entre setores têm limitado o progresso", disse o Conselheiro Técnico do CDC África, Professor Jean Claude Mbanya.

O financiamento interno também foi um foco das consultas, com os participantes a enfatizarem a importância do investimento governamental sustentado na implementação dos planos de ação nacionais.

"Encorajamos os Estados-Membros a acelerar a mobilização de recursos internos, incluindo através da implementação do compromisso da Declaração de Abuja de alocar 15% dos orçamentos nacionais à saúde", declarou o Sr. Nouhou Thiam, Presidente da Associação de Funcionários da UA.

A Posição Comum da União Africana permitirá aos Estados-Membros assegurar o compromisso político e sustentar o envolvimento de todos os setores ao longo da execução e monitorização do Plano de Ação nacional detido pelo país.

> *O percurso bem-sucedido do Ruanda na saúde e desenvolvimento destaca que o forte compromisso de liderança e a propriedade partilhada entre setores são motores-chave de um plano de ação multissetorial eficaz. Além disso, as plataformas de partilha de conhecimento permitem que todos os setores apresentem as suas conquistas, discutam desafios e aprendam uns com os outros para ampliar boas práticas de implementação.*
>
> ***Dr. Theoneste Maniragaba, do Centro Biomédico do Ruanda***

As recomendações técnicas de Kigali irão informar a finalização do Quadro MECA e do seu Plano de Ação Multissetorial correspondente. Em conjunto, espera-se que forneçam aos Estados-Membros uma base para uma implementação nacional coordenada, uma responsabilidade mais clara e progressos mensuráveis na redução de mortes e incapacidades evitáveis.

Atualização sobre Ebola por vírus Bundibugyo

O surto passa os 10.000 casos e a resposta continua sem travar a transmissão

Introdução

Seis meses depois de o CDC Africa ter dado o alerta sobre o surto na província do Ituri, a 15 de maio, a epidemia de doença por vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo (RDC) entrou na quinzena de 26 de outubro a 8 de novembro com mais de 10 000 casos confirmados. É a 17ª epidemia de Ébola no país e já a segunda maior de que há registo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou-a emergência de saúde pública de importância internacional a 17 de maio e o CDC África, no dia seguinte, emergência de saúde pública de segurança continental (ECDC, 06/11/2026). Não existe vacina nem terapêutica licenciada contra esta espécie de ebolavírus.

Nesta secção resumimos o que mudou na quinzena: a evolução dos números na RDC, os casos ligados ao surto no Quénia e na Nigéria, as decisões de governação continental, a polémica sobre restrições de viagem e o avanço dos ensaios de vacinas. O papel institucional do CDC África na diplomacia da saúde é tratado noutra parte deste informe.

Situação epidemiológica na RDC

Com dados até 25 de outubro, a RDC somava 10 060 casos confirmados e 4 887 óbitos (ECDC, 26/10/2026). Dez dias depois, com dados até 4 de novembro, os totais eram de 10 741 casos e 5 230 óbitos (ECDC, 06/11/2026). São mais 681 casos e 343 óbitos, cerca de 68 casos e 34 óbitos por dia. Aplicámos o cálculo aos períodos anteriores com a série de atualizações do ECDC e o resultado é o mesmo: 68 casos por dia entre 6 e 27 de setembro e 68 entre 27 de setembro e 18 de outubro. A curva acumulada é praticamente uma reta desde o início de setembro (Figura 1a). Não há aceleração, mas também não há sinal de declínio. Uma incidência

estável durante dois meses indica que as cadeias de transmissão estão a ser substituídas por novas ao mesmo ritmo a que são interrompidas.

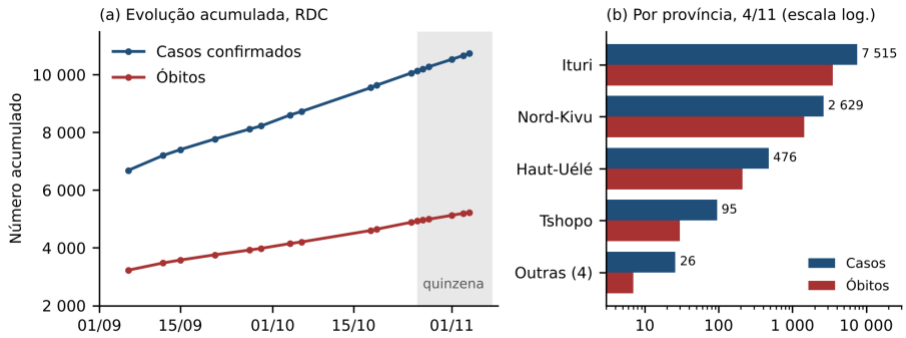
A letalidade entre os casos confirmados ficou em 48,7 %. A estimativa tem dois viés de sentido contrário. Os casos mais recentes ainda não têm desfecho conhecido, o que puxa a estimativa para baixo, e a testagem tende a captar mais os doentes graves e os óbitos, o que a puxa para cima. Não temos dados para saber qual dos dois efeitos pesa mais.

O Ituri continua a concentrar a maior parte dos casos (7 515; 70 %), seguido do Nord-Kivu (2 629), do Haut-Uélé (476) e da Tshopo (95). Estão atingidas 67 das 178 Zonas de Saúde, em oito Províncias, há 1 026 doentes internados em isolamento e 2 888 recuperados (ECDC, 06/11/2026). O dado mais relevante, porém, é outro. Nos relatórios mais recentes, o Nord-Kivu passou a contribuir com mais casos novos do que o Ituri: 39 dos 65 casos notificados a 2 de novembro e 36 dos 73 notificados a 5 de novembro (ECDC, 03/11/2026) (ECDC, 06/11/2026). Entre 1 e 4 de novembro, o Nord-Kivu acrescentou 111 casos e o Ituri 84. Só a Zona de Saúde de Beni tinha 661 casos e 443 óbitos, e os centros de tratamento da Província estavam a 86,3 % da capacidade (CGTN, 31/10/2026). A OMS anunciou, a 28 de outubro, novas equipas de intervenção rápida para reforçar a resposta no Nord-Kivu (OMS AFRO, 28/10/2026).

O seguimento de contatos continua abaixo do necessário: 82,7 % dos contatos identificados estavam em seguimento nas províncias afetadas (ECDC, 06/11/2026), contra uma meta de 95 % citada para o Nord-Kivu (CGTN, 31/10/2026). Continuam a morrer profissionais de saúde. O CDC Africa homenageou a médica Marie-France Shogogo, morta pela doença, e fontes locais referiram a morte de outros três médicos em 72 horas num centro de tratamento de Beni (CGTN, 31/10/2026).

Há também um problema de qualidade dos dados. O relatório de situação de 31 de outubro acrescentou 314 óbitos do Ituri depois de um trabalho de harmonização, mas esses óbitos não aparecem nos relatórios de 1 e 2 de novembro (ECDC, 03/11/2026). A 2 de novembro, o CDC Africa contava 5 372 óbitos na RDC (AFP/Daily Sabah, 03/11/2026), enquanto a série do INSP usada pelo ECDC indicava 5 126 (ECDC, 03/11/2026). A diferença, de 246 óbitos, é da mesma ordem de grandeza dos óbitos acrescentados na harmonização, mas não conseguimos confirmar que se trate deles. Na prática, a letalidade calculada a partir das séries públicas está provavelmente subestimada.

Figura 1: Ebola por vírus Bundibugyo na RDC. (a) Casos confirmados e óbitos acumulados, 6 de setembro a 4 de novembro de 2026; a área sombreada marca a quinzena. (b) Casos e óbitos acumulados por Província a 4 de novembro (escala logarítmica); “Outras” inclui Sud-Kivu, Bas-Uélé, Sud Ubangi e Nord Ubangi.



Fonte: elaboração própria a partir das atualizações do ECDC baseadas nos relatórios do INSP da RDC. Os óbitos não incluem os 314 acrescentados no relatório de 31 de outubro.

Casos fora da RDC

Em outubro, o vírus chegou ao Quénia e à Nigéria. No Quénia, o primeiro caso, um cidadão queniano que vivia na RDC e entrou no país pelo Uganda, foi notificado a 6 de outubro. Seguiram-se oito casos entre familiares e profissionais de saúde (nove no total, com dois óbitos), com transmissão até à terceira geração. O último caso foi notificado a 20 de outubro. A 3 de novembro, cinco doentes tiveram alta e 46 contatos terminaram a quarentena de 21 dias (ECDC, 06/11/2026). O CDC Africa mobilizou cerca de 1,51 milhões de dólares para a resposta queniana, além de 350 mil dólares em material de laboratório para o centro de operações de emergência (Dawan Africa, 29/10/2026).

Na Nigéria, o caso confirmado a 20 de outubro foi o de uma mulher que viajou do Uganda num voo internacional, com escala em Adis Abeba, e procurou cuidados em Abuja a 11 de outubro, quatro dias após o início dos sintomas. A 26 de outubro foi evacuada para Genebra e o marido, contato próximo, ficou isolado em Zurique (ECDC, 26/10/2026). Até 4 de novembro havia 62 contatos em seguimento, seis dos quais já tinham cumprido os 21 dias (ECDC, 06/11/2026). O ECDC destacou três peritos para Abuja a partir de 26 de outubro (ECDC, 06/11/2026).

O Uganda, que declarou o fim do seu surto em julho, informou a 25 de outubro que 60 contatos ligados ao caso queniano tinham concluído o seguimento e anunciou novas medidas nos pontos de entrada e restrições à circulação na fronteira com a RDC (ECDC, 06/11/2026). Fora do continente, um profissional de saúde britânico infectado na RDC foi evacuado para o Reino Unido a 5 de novembro (ECDC, 06/11/2026).

O caso nigeriano expõe uma falha de diagnóstico. Passaram 13 dias entre o início dos sintomas e a confirmação, numa capital com ligações aéreas para toda a região. A espécie Bundibugyo não é detectada pelos testes desenhados para o vírus Zaire, o que pode atrasar o diagnóstico fora das zonas onde a vigilância já está orientada para ela (Dawn/AFP, 21/05/2026).

Governação continental e diplomacia

A 28 de outubro, o Africa CDC reuniu virtualmente mais de 40 Ministros africanos. Eles comprometeram-se a preparar todos os países para eventuais casos, a coordenar a resposta transfronteiriça e a manter as fronteiras abertas, com vigilância apertada; os parceiros declararam apoio ao plano de contenção (Dawan Africa, 29/10/2026). No dia anterior, o Diretor-Geral do CDC Africa, Jean Kaseya, tinha estado com o Secretário de Saúde do Quénia, Aden Duale. A 30 de outubro, numa entrevista televisiva, Kaseya admitiu que o surto continua sem controlo (The Nigeria Lawyer, 30/10/2026).

A decisão de manter as fronteiras abertas contrasta com a medida que entrou em vigor nos Estados Unidos a 3 de novembro. Por uma ordem do CDC norte-americano de 22 de outubro, todos os passageiros e tripulantes de voos para os EUA, de qualquer nacionalidade e origem, têm de declarar que não estiveram na RDC nos 21 dias anteriores, sob pena de não embarcarem. A ordem vale até 18 de dezembro (AeroCorner, 03/11/2026). A IATA e a *Airlines for America pediram* ao CDC que reconsiderasse a exigência (Reuters/BusinessDay, 29/10/2026). Do lado da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus voltou a pedir, a 4 de novembro, o levantamento das restrições de viagem e disse que estas punem os países por fazerem a coisa certa e desincentivam a transparência (Al Jazeera, 04/11/2026). O Comité de Emergência do RSI já tinha recomendado, em agosto, rastreio dirigido à entrada em vez de proibições de viagem

ou comércio (ECDC, 06/11/2026). Esta é, a nosso ver, a principal tensão diplomática da quinzena: a posição continental de fronteiras abertas, alinhada com a OMS, frente a medidas unilaterais de países de destino.

O plano continental conjunto da OMS e do CDC Africa, lançado a 5 de junho com um orçamento de 518 milhões de dólares, foi desenhado para o período de junho a novembro de 2026 (Nigerian News Direct, 05/06/2026). Termina, portanto, este mês. Até 8 de novembro não encontrámos publicado um balanço de quanto foi efetivamente mobilizado, nem o anúncio de uma prorrogação ou de um novo plano.

Para a SADC, a epidemia é um assunto interno: a RDC é Estado-Membro, e Angola, Tanzânia e Zâmbia estão na lista de países em risco apontada pelo CDC Africa em maio (China Daily, 25/05/2026). A 46ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, em agosto, tratou do surto (SADC, 17/08/2026). Na quinzena, porém, não localizámos qualquer comunicado da SADC ou do seu Secretariado sobre o Ébola.

Vacinas: o ensaio TUMAINI e o calendário dos resultados

O ensaio de fase 2/3 TUMAINI começou a 23 de outubro em Bunia, com vacinação em anel de contatos, inicialmente com a Ervebo, licenciada para o vírus Zaire, para testar se confere proteção cruzada contra o Bundibugyo. O protocolo inclui grávidas e crianças a partir dos 12 anos (Al Jazeera, 24/10/2026). A 4 de novembro, os grupos de peritos da OMS recomendaram juntar ao ensaio duas candidatas desenhadas especificamente para o Bundibugyo: a ChAdOx1 BDBV, da Universidade de Oxford com o *Serum Institute of* Índia, e a mRNA-1469, da Moderna. O ensaio é conduzido pelo Instituto Nacional de Investigação Biomédica (INRB) da RDC e os resultados são esperados no início de 2027 (Al Jazeera, 04/11/2026) (Euronews, 04/11/2026). Tedros lembrou que as vacinas não substituem o que já se sabe que salva vidas: cuidados precoces, rastreio de contatos, isolamento, enterros seguros e confiança das comunidades (Euronews, 04/11/2026).

O ensaio tem valor científico, porque gera evidência em grupos que costumam ficar de fora destes estudos. Para a resposta deste ano, o efeito será pequeno. Até lá, o controlo da epidemia continua a depender das medidas clássicas, precisamente aquelas em que os indicadores do Nord-Kivu estão mais fracos.

Europa diante de uma nova conjuntura geopolítica: instabilidade política, ameaças híbridas e tensões sociais

Europa ante un nuevo escenario geopolítico: inestabilidad política, amenazas híbridas y tensiones sociales

Europe Facing a New Geopolitical Landscape: Political Instability, Hybrid Threats, and Social Tensions

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo: Freire aborda as recentes derrotas de forças de extrema-direita e as mudanças no cenário político internacional como possiblidades de abrir espaço para novos arranjos diplomáticos e comerciais, com possíveis reflexos nas relações entre Estados Unidos, Europa e América Latina. Entretanto, pondera que a Europa enfrenta desafios significativos, especialmente diante das negociações sobre a guerra na Ucrânia, que podem comprometer sua arquitetura de segurança caso sejam conduzidas sem sua participação efetiva. Paralelamente, a intensificação dos ataques cibernéticos contra infraestruturas essenciais evidencia novas vulnerabilidades à segurança europeia, enquanto a multiplicação de manifestações e greves revela crescente insatisfação social diante das dificuldades econômicas, energéticas e políticas. Esse conjunto de fatores, associado às pressões inflacionárias e aos riscos fiscais, evidencia um cenário de múltiplas crises interdependentes, que coloca à prova a capacidade de articulação dos países do bloco e sua autonomia estratégica no sistema internacional.

Palavras-chave: União Europeia; manifestações na Europa; geopolítica europeia; ameaças híbridas e cibersegurança.

Resumen: *Freire aborda las recientes derrotas de las fuerzas de extrema derecha y los cambios en el panorama político internacional como oportunidades para abrir espacio a nuevos acuerdos diplomáticos y comerciales, con posibles repercusiones en las relaciones entre Estados Unidos, Europa y América Latina. Sin embargo, señala que Europa enfrenta desafíos significativos, especialmente ante las negociaciones sobre la guerra en Ucrania, que podrían comprometer su arquitectura de seguridad si se llevan a cabo sin su participación efectiva. Paralelamente, la intensificación de los ataques cibernéticos contra infraestructuras esenciales pone de manifiesto nuevas vulnerabilidades para la seguridad europea, mientras que la multiplicación de manifestaciones y huelgas revela una creciente insatisfacción social ante las dificultades económicas, energéticas y políticas. Este conjunto de factores, sumado a las presiones inflacionarias y a los riesgos fiscales, pone de manifiesto un escenario de múltiples crisis interdependientes, que pone a prueba la capacidad de coordinación de los países del bloque y su autonomía estratégica en el sistema internacional.*

Palabras clave: *Unión Europea; Manifestaciones en Europa; Geopolítica europea; Amenazas híbridas y ciberseguridad.*

Abstract: *Recent defeats of far-right forces and shifts in the international political landscape may create opportunities for new diplomatic and trade arrangements, with potential implications for relations between the United States, Europe, and Latin America. However, Europe faces*

significant challenges, particularly regarding negotiations over the war in Ukraine, which could undermine its security architecture if conducted without its effective participation. At the same time, the escalation of cyberattacks targeting critical infrastructure exposes new vulnerabilities in European security, while the growing number of protests and strikes reflects increasing social discontent amid economic, energy, and political difficulties. These developments, combined with inflationary pressures, fiscal risks, and the contest to appoint the next President of the European Central Bank, highlight a landscape of multiple interconnected crises that will test the European Union's ability to coordinate its member states and strengthen its strategic autonomy within the international system.

Keywords: *European Union; Protests in Europe; European geopolitics; Hybrid threats and cybersecurity.*

As recentes derrotas da extrema-direita trazem novos ares para o cenário global, inspirando novos arranjos. Após a vitória de Lula no Brasil, Benjamin Netanyahu em Israel e Donald Trump nos EUA, foram derrotados nas eleições parlamentares e Santiago Peña, agora ex-presidente do Paraguai, sofrerá um processo de impeachment, após ter tentado uma renúncia, negada por unanimidade pelos parlamentares do país. Em Israel, onde o contexto ainda não está definido, as eleições trouxeram resultado desfavorável para Benjamin Netanyahu: apesar da vitória de seu partido, ele perdeu a maioria parlamentar necessária para continuar governando. O resultado abriu uma disputa pela formação do próximo governo. Nos EUA, a derrota do Partido Republicano nas eleições de meio de mandato, tiram de Trump o controle político sobre o legislativo na segunda metade de seu mandato presidencial. O resultado inaugura um período de governo dividido, com potencial de confronto entre a Casa Branca e o Congresso, além de trazer um importante freio aos ímpetos do mandatário. No âmbito da política externa, a nova maioria democrata pode influenciar seu financiamento e direcionamento, impactando diretamente as guerras patrocinadas e as políticas tarifárias praticadas pelo governo Trump.

Para a Europa, este novo cenário pode trazer implicações, afinal, a importância dos acontecimentos vai além de suas fronteiras e regiões. É possível esperar uma mudança no equilíbrio político internacional, especialmente em relação a capacidade de influência dos Estados Unidos na agenda internacional, a postura negociadora na guerra na Ucrânia e no patrocínio da guerra no Oriente Médio e à relação entre Europa e América Latina, em especial o Acordo Mercosul – UE.

A derrota republicana pode ter consequências importantes para a União Europeia, como no âmbito da política comercial, uma vez que o enfraquecimento político interno de Trump aumenta a possibilidade de resistência institucional à sua agenda. Já no âmbito da segurança, os impactos são imprevisíveis, pois um Trump politicamente enfraquecido, pode se tornar menos previsível internacionalmente. No momento, Trump intensifica os esforços para um acordo sobre a guerra na Ucrânia, independente do resultado. Para ele, basta um acordo, o que é especialmente perigoso para a Europa, como será abordado a seguir. Em Israel, uma possível mudança política, ainda que diminuta, enseja uma reorientação diplomática no Oriente Médio. Já no Paraguai, em que pese uma oportunidade de reaproximação com o Brasil e consequente fortalecimento do Mercosul, isto não está dado. A crise paraguaia pode criar incerteza política durante a implementação do acordo; aumentar a atenção europeia sobre a estabilidade

institucional do Mercosul; e afetar a confiança de investidores internacionais. Apesar do Acordo estar em vigência provisória, que abrange apenas a parte comercial, o cenário político do cone sul, não enseja, necessariamente, uma ameaça ao Acordo. Pelo contrário, o bloco tende a ser fortalecido com o enfraquecimento das forças de extrema-direita na região.

Quanto à guerra na Ucrânia, sob esta faceta menos poderosa de Donald Trump, uma nova rodada de negociações está convocada para esta semana, ainda sem confirmação sobre uma participação direta da União Europeia. No entanto, para além das históricas divergências que há cinco anos dificultam qualquer acordo, Vladimir Putin joga com a fragilidade de Trump e seu desejo histórico de um acordo a qualquer custo. A Rússia não somente segue com suas reinvindicações territoriais e de segurança, como dobra a aposta, pleiteando que a presença militar da Otan abandone o leste europeu e recue aos patamares anteriores a 1997, colocando em xeque o sistema de segurança europeu. Isto significaria retirar ou reduzir consideravelmente as tropas, os sistemas de defesa aérea, os equipamentos militares, os centros logísticos e as infraestruturas instaladas nos países que aderiram à Aliança após 1997. Os principais afetados seriam a Polônia, a Estônia, a Letônia, a Lituânia e a Finlândia, além de outros países da Europa central e do leste. Estes países continuariam na Otan, mas perderiam a importante presença militar da Aliança em seus territórios, criando uma zona de vulnerabilidade. Em caso de ataque, sob o artigo 5º tais países seriam defendidos, mas a mobilização implicada seria drasticamente retardada, o que colaboraria para a retomada da esfera de influência russa.

Com este movimento, Putin dificulta as negociações e ganha tempo. Vale lembrar que a Ucrânia vem resistindo à invasão e não aceita negociar sua soberania nos termos originalmente pleiteados por Putin: não reconhece como russos os territórios ucranianos ocupados; busca garantias internacionais concretas contra uma nova invasão, bem como a preservação da capacidade militar da Ucrânia; e demanda um cessar-fogo como primeiro passo para negociar a paz.

Para a Europa, a situação é particularmente preocupante, pois o governo estadunidense referenda esta negociação que envolve não apenas o futuro da Ucrânia, mas também uma nova arquitetura de segurança europeia. Os EUA vão levar para a mesa de negociação a temática das relações militares entre Rússia e Otan, além dos clássicos: garantias de segurança para a Ucrânia; mecanismos para evitar novos confrontos; reconstrução econômica do território ucraniano, que talvez seja o tema de maior interesse dos EUA. Entretanto, as declarações otimistas de Trump ainda não foram acompanhadas de concessões concretas suficientes das partes interessadas[1][2]. Obviamente, os europeus estão preocupados com a possibilidade de Trump negociar diretamente com Putin e Zelensky e apresentar um acordo que comprometa a segurança europeia sem participação efetiva da União Europeia. As preocupações da Europa são mais do que legítimas, pois um acordo desfavorável pode permitir à Rússia reorganizar suas forças e iniciar nova ofensiva futuramente, além de legitimar a ocupação militar internacionalmente, e principalmente, ensejar mudanças importantes na arquitetura de segurança europeia, sem a participação dos países afetados.

---

[1] https://www.reuters.com/world/asia-pacific/russias-dmitriev-washington-first-us-contact-since-trumps-midterm-setback-2026-11-05/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 09/11/2026.

[2] https://www.ft.com/content/cb91f234-85af-4686-9cc5-6f6189e0304c?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 09/11/2026.

Enquanto isso, os ataques continuam dando sinais de que a paz está longe de ser alcançada. Com a aproximação do inverno, ambas as partes privilegiam atacar infraestruturas energéticas, imputando grande prejuízo e sofrimento às populações.

Outro tema de destaque na quinzena europeia, foi a mudança de patamar nos ataques cibernéticos, que compõem a chamada guerra híbrida. Os ataques recentes trazem uma mudança na natureza das ameaças cibernéticas à Europa: os hackers deixaram de mirar apenas computadores, bancos de dados e sistemas governamentais e passaram a atingir equipamentos físicos que sustentam serviços essenciais: foram atacados freezers de supermercado e sistemas de refrigeração de bancos de sangue, gerando grandes prejuízos e ameaças aos cidadãos.

Sistemas de refrigeração de supermercados foram manipulados remotamente em diversos países europeus. Redes na Bélgica, Suécia, Luxemburgo e Irlanda foram atingidas. Também houve ocorrências na Alemanha, Itália, Portugal, Romênia, Estônia, Finlândia, Países Baixos e Reino Unido. Em algumas lojas suecas, os freezers chegaram a registrar temperaturas de 50°C.

O episódio mais delicado aconteceu em três instalações regionais do Estabelecimento Francês de Sangue (EFS). Os invasores alteraram os parâmetros de temperatura e descongelamento dos equipamentos que armazenavam plasma sanguíneo. Felizmente, os alarmes funcionaram, os funcionários transferiram os produtos para equipamentos não comprometidos e nenhum material sanguíneo foi perdido. Não houve impacto no atendimento aos pacientes. Esse segundo episódio muda a dimensão da preocupação: não estamos falando apenas de prejuízo comercial, mas de uma tentativa de interferência em uma infraestrutura diretamente relacionada à saúde pública.

Não existe uma resposta para quem estaria por trás dos ataques, mas uma grande preocupação com esta nova modalidade. O problema é que os sistemas de refrigeração estão presentes em uma enorme quantidade de instalações essenciais: supermercados e centros de distribuição de alimentos; bancos de sangue e hospitais; armazéns de medicamentos; centros de armazenamento de vacinas; transportes refrigerados de alimentos e produtos farmacêuticos. Um ataque coordenado contra estas estruturas, pode levar a uma interrupção prolongada, podendo comprometer o abastecimento de alimentos e medicamentos, além de gerar grandes problemas de saúde pública. Estas novas modalidades de ataque podem, inclusive, comprometer a segurança nacional dos países.

Além dos ciberataques, a Europa sofreu com ameaças de suspeita de bombas em vários voos, provocando antecipação de pousos e revistas em bagagens de passageiros, gerando tumulto, transtornos e prejuízos a governos e cidadãos. Nenhuma bomba foi encontrada.

Até o momento, autoridades europeias não apontam suspeitos, assim como não o fazem os principais jornais. No entanto, suspeita-se que seja uma forma de a Rússia testar a capacidade de reação da Europa para ataques cibernéticos. Seria uma tentativa de um governo hostil de se criar e disseminar uma sensação de terror na população, mas até então, o assunto vem sendo tratado como um ataque de origem indefinida. Antes de finalizar a redação do

informe, surgiu uma acusação, por parte do ministro de relações exteriores da França, de que o Irã estaria por trás dos ataques[3].

Como se não bastasse, as manifestações seguem intensas em território europeu, sem uma coordenação unificada e com pautas diferentes e crescentes entre países. No Brasil, vimos as manifestações espontâneas de 2013 gerarem movimentos extremistas como o MBL e depois o bolsonarismo. Da mesma forma, as manifestações que acontecem na Europa podem levar a desdobramentos imprevisíveis e desconhecidos. Em pauta estão temas como custo de vida e economia, abordando salários, inflação, habitação e poder de compra; imigração, com manifestações contrárias e favoráveis; política e governos, com protestos contra decisões governamentais, corrupção e medidas de austeridade; agricultura, com mobilizações de produtores rurais contra custos, regulamentações e políticas comerciais; e geopolítica, com manifestações relacionadas às guerras na Ucrânia e no Oriente Médio. Uma análise publicada pela Al Jazeera em 8 de novembro contabilizou mais de 1.700 manifestações relacionadas ao custo de vida em 31 países europeus desde meados de setembro[4].

Para os próximos dias estão convocadas greves gerais na Espanha, Itália e Portugal. A França promete continuidade das mobilizações sindicais e sociais. Além disso, novas pautas surgem, como uma nova frente de mobilização ambiental e comunitária contra os data centers e a mobilização de trabalhadores portuários contra o transporte de armamentos, a militarização dos portos e em defesa de melhores condições de trabalho. Esta última foi coordenada e envolveu mais de 100 portos na França, Itália, Grécia e Espanha.

A evolução do quadro mostra que as manifestações estão deixando de ser movimentos isolados e passando a reunir diferentes categorias e grupos sociais. Apesar de não haver um movimento europeu unificado, percebe-se convergência de reinvindicações em diversos países.

A Europa vive em um contexto de múltiplas crises, em especial, econômica, energética e de segurança, que se retroalimentam: as guerras comprometem o abastecimento de energia; a energia mais cara pressiona a inflação e a indústria; a perda de poder de compra aumenta a insatisfação social; e a instabilidade social e geopolítica aumenta os custos de segurança e a pressão sobre os governos. Não há evidência suficiente para afirmar que a Europa esteja caminhando inevitavelmente para uma crise generalizada de segurança ou para um colapso econômico, mas existem vulnerabilidades concretas que podem se reforçar mutuamente: a vulnerabilidade energética diante das restrições do fornecimento de gás e às vésperas de um inverno rigoroso; a pressão inflacionária e imobiliária sobre famílias e empresas; a dificuldade política e econômica dos governos de responder às demandas sociais sem comprometer seus orçamentos já comprometidos com o aumento dos gastos em defesa.

Todo este cenário ganha outro pano de fundo: a sucessão da presidência do Banco Central Europeu com a saída de Christine Lagardi. A sucessão entrou oficialmente na fase de disputa política, com uma conexão importante com este contexto. O próximo presidente assumirá justamente quando a Europa enfrenta pressões inflacionárias, vulnerabilidade energética, riscos fiscais e incertezas geopolíticas. A disputa está concentrada em dois

[3] https://www.instagram.com/reel/Dfhy1azABg4/?utm_source=ig_web_copy_link&xtok=NTc4MTIwNjQ2YQ==. Acesso em 09/11/2026.

[4] https://www.aljazeera.com/amp/news/2026/11/8/mapping-how-frances-protest-wave-spread-across-europe. Acesso em 09/11/2026.

candidatos: o espanhol Pablo Hernández de Cos e o holandês Klaas Knot. Ainda não há vencedor nem acordo definitivo entre os governos da zona do euro.

Considerações finais

O conjunto dos acontecimentos analisados revela uma Europa diante de um cenário de crescente complexidade, no qual as dimensões política, econômica, social, energética e de segurança estão cada vez mais interligadas. As recentes derrotas de forças de extrema-direita em diferentes contextos nacionais podem representar uma oportunidade de reorganização política e de fortalecimento de posições multilaterais, mas não significam, necessariamente, uma reversão das tendências de polarização e fragmentação que vêm marcando o cenário internacional. Mais do que uma mudança definitiva de direção, o momento parece caracterizar uma transição, cujos resultados ainda são incertos.

No plano geopolítico, a principal preocupação europeia continua sendo a possibilidade de os Estados Unidos reduzirem seu compromisso com a segurança do continente ou conduzirem negociações com a Rússia sem a participação efetiva dos países diretamente afetados. A guerra na Ucrânia ultrapassou há muito os limites de um conflito territorial: seu desfecho poderá redefinir o equilíbrio estratégico europeu, a credibilidade da Otan e os próprios fundamentos da ordem de segurança estabelecida após o fim da Guerra Fria. Nesse contexto, a disposição de Trump em alcançar um acordo rapidamente, independentemente de seus termos, representa um fator adicional de instabilidade. Para a União Europeia, o desafio será evitar que a busca por uma solução diplomática resulte na consolidação de uma arquitetura de segurança negociada à sua revelia e desfavorável aos seus interesses estratégicos.

Paralelamente, a ampliação das ameaças híbridas demonstra que a segurança europeia precisa ser compreendida para além de suas dimensões militares tradicionais. Os ataques cibernéticos contra infraestruturas físicas essenciais, as ameaças a instalações de saúde e os episódios envolvendo a segurança da aviação evidenciam uma vulnerabilidade que atinge diretamente a vida cotidiana da população. A possibilidade de comprometimento de sistemas de abastecimento alimentar, medicamentos, hospitais e serviços essenciais transforma a cibersegurança em uma questão de segurança nacional e de proteção civil. A resposta europeia exigirá, portanto, não apenas maior capacidade tecnológica e de inteligência, mas também mecanismos de prevenção, coordenação e resposta conjunta entre governos, empresas e instituições responsáveis por serviços essenciais.

No âmbito interno, a multiplicação das manifestações sociais aponta para um desgaste que não pode ser interpretado exclusivamente como insatisfação pontual com governos ou políticas específicas. A convergência de reivindicações relacionadas ao custo de vida, à imigração, à agricultura, ao emprego, à energia e às decisões geopolíticas revela uma crise mais profunda de representação e de confiança nas instituições. Embora ainda não exista uma mobilização europeia unificada, a aproximação entre diferentes pautas e categorias sociais pode favorecer novas formas de articulação política, com consequências eleitorais e institucionais difíceis de antecipar. O risco não está apenas na continuidade dos protestos, mas na possibilidade de que a ausência de respostas concretas fortaleça movimentos antissistema e forças políticas extremistas, que encontram nas crises sucessivas um ambiente propício à ampliação de sua influência.

É justamente na interdependência dessas crises que reside o maior desafio europeu. A pressão energética, as dificuldades econômicas, a insatisfação social e o aumento dos riscos

geopolíticos não constituem problemas isolados. Ao contrário, alimentam-se mutuamente e reduzem a margem de manobra dos governos. Ao mesmo tempo em que precisam responder às demandas imediatas da população, os países europeus são pressionados a ampliar seus investimentos em defesa, fortalecer suas infraestruturas estratégicas, reduzir dependências externas e preservar sua competitividade econômica. A escolha de uma nova presidência para o Banco Central Europeu também se insere nesse contexto, uma vez que a condução da política monetária terá papel importante na capacidade de a região enfrentar as pressões inflacionárias e preservar a estabilidade econômica sem aprofundar as dificuldades sociais.

Diante desse quadro, a Europa enfrenta um duplo desafio: preservar sua coesão interna e, simultaneamente, afirmar sua autonomia estratégica em um sistema internacional cada vez mais instável. Isso pressupõe maior coordenação entre os Estados-membros, fortalecimento das capacidades próprias de defesa e segurança, proteção das infraestruturas críticas e uma política econômica capaz de conciliar estabilidade, competitividade e proteção social. Também exige que a União Europeia deixe de atuar predominantemente como reagente às decisões de outras potências e assuma uma posição mais ativa na definição dos rumos da agenda internacional.

Em síntese, a conjuntura não permite afirmar que a Europa esteja diante de um colapso iminente, mas evidencia que sua capacidade de resposta institucional e política está sendo submetida a um teste particularmente exigente. Os próximos meses serão decisivos para avaliar se as mudanças no cenário político internacional abrirão espaço para o fortalecimento do projeto europeu ou se, ao contrário, as divergências internas, as pressões econômicas e as ameaças externas aprofundarão sua fragmentação. O ponto central é que a Europa não enfrenta apenas uma sucessão de crises independentes, mas uma transformação mais ampla do ambiente estratégico em que está inserida. Sua capacidade de reconhecer essa realidade e construir respostas coordenadas determinará não apenas sua estabilidade interna, mas também seu peso e sua relevância na configuração da nova ordem internacional.

Impacto dos conflitos na região EMRO[1] sobre os Profissionais de Saúde

Impacto de los conflictos en la región de la EMRO sobre los profesionales de la salud

Impact of Conflicts in the EMRO Region on Health Professionals

Laura Tavares Soares

Resumo: Este Informe trouxe o tema do último Seminário CRIS[2] adaptado à região EMRO, trazendo os impactos sobre os Profissionais/ Trabalhadores de Saúde nos países em conflitos. Foram analisadas as diferentes consequências sobre saúde e a vida desses profissionais/trabalhadores — com destaque para a Saúde Mental — na região como um todo, bem como nos países em situação de conflito armado. De acordo com a OMS / EMRO[3] foram quantificados os ataques à assistência de saúde, número de mortos e de pessoas afetadas. De acordo com esses dados 90% dos ataques na região ocorreram no território da Palestina ocupada – à qual foi dada destaque neste informe, já que Gaza é considerado um caso emblemático. Na região, entre janeiro e outubro de 2026, o painel da WHO SSA Dashboard registrou 1.389 ataques, resultando em 944 mortes e 1.666 feridos distribuídos em 20 países e territórios. Os conflitos analisados tiveram um impacto devastador e desproporcional sobre os profissionais de saúde. Existe, ainda, grande incidência de populações deslocadas (a região concentra grande parte dos deslocados internos globais) que perdem o acesso a cuidados. O direito internacional humanitário (proteção a profissionais, pacientes, instalações e transportes médicos) é sistematicamente violado. Os conflitos prolongados e intensos na região (especialmente Gaza, Síria, Iêmen, Sudão e Líbano) geram um ônus psicológico extremo e cumulativo sobre médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde. Eles enfrentam simultaneamente o papel de cuidadores e de vítimas, com exposição contínua a violência, perdas pessoais, sobrecarga de trabalho e colapso estrutural dos sistemas de saúde. O resultado é uma crise de saúde mental profunda, frequentemente subnotificada e pouco tratada. O impacto psicológico não é apenas um efeito colateral: é uma dimensão central da crise humanitária na região EMRO/MENA. Sem proteção efetiva e suporte mental estruturado, a capacidade dos sistemas de saúde de se recuperar fica severamente comprometida, perpetuando um ciclo de sofrimento tanto para os profissionais quanto para as comunidades que dependem deles. Também foram analisadas as diferentes estratégias – individuais e coletivas — de resistência dos profissionais de saúde em contextos de conflito. As estratégias individuais e de pares permitem a continuidade do trabalho no curto prazo, mas só se tornam sustentáveis quando combinadas com proteção física, descanso, apoio em saúde mental e condições laborais mínimas. A OMS e parceiros insistem em que **cuidar de quem cuida** não é um luxo — é condição essencial para a manutenção dos serviços

[1] **EMRO** é o acrônimo para "Eastern Mediterranean Regional Office" (Escritório Regional para o Mediterrâneo Oriental), um dos seis escritórios regionais da **Organização Mundial da Saúde (OMS)**. Sediado no Cairo, Egito, o EMRO coordena as políticas de saúde pública, vigilância epidemiológica e assistência técnica de uma região que abrange **22 países e territórios**, estendendo-se do Norte da África ao Oriente Médio e partes da Ásia Central.

[2] Seminário CRIS "Força de Trabalho em Saúde em tempos de crise", de 4 de novembro de 2026.

[3] https://www.emro.who.int

de saúde em contextos de conflito. Sem isso, o colapso da força de trabalho torna-se inevitável e as consequências para a população são graves e prolongadas. Finalmente, nas Considerações Finais foi apresentado um adendo conceitual no contexto cultural e histórico da Palestina, explorando o conceito e a prática do "Sumud" nas suas diversas dimensões. Seu caráter político consiste em uma forma de resistência não-violenta que afirma a presença e a dignidade. Não é passividade: é a recusa em desaparecer. Para os trabalhadores de saúde em Gaza e na Cisjordânia, o sumud manifesta-se na decisão de continuar a prestar cuidados sob bombardeio, com recursos mínimos, após perder familiares e colegas, e sob risco constante de morte. É a combinação de dever profissional, compromisso ético e determinação política/cultural de não abandonar os pacientes e a comunidade.

Palavra-chave: Impactos sobre os profissionais/trabalhadores em saúde nas regiões em conflito; Região *EMRO*; Países em conflito; Palestina; "Sumud".

Resumen: *Este informe aborda el tema del último Seminario CRIS, adaptado a la región EMRO, y destaca el impacto en los profesionales y trabajadores de la salud en países afectados por conflictos. Analiza las diversas consecuencias para la salud y la vida de estos profesionales y trabajadores —con especial énfasis en la salud mental— en la región en su conjunto, así como en los países que experimentan conflictos armados. Según datos de la OMS EMRO, se cuantificaron los ataques contra los servicios de salud, el número de fallecidos y el número de personas afectadas. De acuerdo con estos datos, el 90 % de los ataques en la región ocurrieron en el territorio palestino ocupado, lo cual se destaca en este informe, ya que Gaza se considera un caso emblemático. En la región, entre enero y octubre de 2026, el panel de control de la OMS SSA registró 1389 ataques, que resultaron en 944 fallecidos y 1666 heridos distribuidos en 20 países y territorios. Los conflictos analizados tuvieron un impacto devastador y desproporcionado en los profesionales de la salud. También se observa una alta incidencia de poblaciones desplazadas (la región concentra una gran parte de las personas desplazadas internamente a nivel mundial) que pierden el acceso a la atención médica. El derecho internacional humanitario (protección de profesionales, pacientes, instalaciones y transporte médico) se viola sistemáticamente. Los prolongados e intensos conflictos en la región (especialmente Gaza, Siria, Yemen, Sudán y Líbano) generan una carga psicológica extrema y acumulativa para médicos, enfermeros y otros profesionales de la salud. Estos profesionales se enfrentan simultáneamente al rol de cuidadores y víctimas, con una exposición continua a la violencia, pérdidas personales, sobrecarga laboral y colapso estructural de los sistemas de salud. El resultado es una profunda crisis de salud mental, a menudo subestimada y maltratada. El impacto psicológico no es meramente un efecto secundario: es una dimensión central de la crisis humanitaria en la región EMRO/MENA. Sin una protección efectiva y un apoyo psicológico estructurado, la capacidad de recuperación de los sistemas de salud se ve gravemente comprometida, perpetuando un ciclo de sufrimiento tanto para los profesionales como para las comunidades que dependen de ellos. También se analizaron las diferentes estrategias —individuales y colectivas— de resistencia de los profesionales de la salud en contextos de conflicto. Las estrategias individuales y entre compañeros permiten la continuidad del trabajo a corto plazo, pero solo se vuelven sostenibles cuando se combinan con protección física, descanso, apoyo a la salud mental y condiciones laborales mínimas. La OMS y sus socios insisten en que el cuidado de los cuidadores no es un lujo, sino una condición esencial para mantener los servicios de salud en contextos de conflicto. Sin él, el colapso del personal sanitario se vuelve inevitable, y las consecuencias para la población son graves y duraderas. Finalmente, en las Observaciones finales, se presentó un apéndice conceptual dentro del contexto cultural e histórico de Palestina, explorando el concepto y la práctica de «Sumud» en sus diversas dimensiones. Su carácter político consiste en una forma de*

resistencia no violenta que afirma la presencia y la dignidad. No es pasividad: es la negativa a desaparecer. Para los trabajadores de la salud en Gaza y Cisjordania, el sumud se manifiesta en la decisión de seguir prestando atención bajo bombardeos, con recursos mínimos, tras la pérdida de familiares y compañeros, y bajo el riesgo constante de muerte. Es la combinación del deber profesional, el compromiso ético y la determinación política y cultural de no abandonar a los pacientes ni a la comunidad.

***Palabras clave**: Impactos en los profesionales/trabajadores de la salud en regiones en conflicto; Región EMRO; Países en conflicto; Palestina; "Sumud".*

***Abstract:** This report addresses the theme of the last CRIS Seminar adapted to the EMRO region, highlighting the impacts on healthcare professionals/workers in conflict-affected countries. It analyzes the various consequences for the health and lives of these professionals/workers – with particular emphasis on mental health – in the region as a whole, as well as in countries experiencing armed conflict. According to the WHO EMRO data, attacks on healthcare services, the number of deaths, and the number of people affected were quantified. According to these data, 90% of the attacks in the region occurred in the occupied Palestinian territory – which is highlighted in this report, as Gaza is considered an emblematic case. In the region, between January and October 2026, the WHO SSA Dashboard recorded 1,389 attacks, resulting in 944 deaths and 1,666 injuries distributed across 20 countries and territories. The conflicts analyzed had a devastating and disproportionate impact on healthcare professionals. There is also a high incidence of displaced populations (the region concentrates a large part of the global internally displaced persons) who lose access to care. International humanitarian law (protection of professionals, patients, facilities, and medical transport) is systematically violated. The prolonged and intense conflicts in the region (especially Gaza, Syria, Yemen, Sudan, and Lebanon) generate an extreme and cumulative psychological burden on doctors, nurses, and other health professionals. They simultaneously face the role of caregivers and victims, with continuous exposure to violence, personal losses, work overload, and structural collapse of health systems. The result is a profound mental health crisis, often underreported and poorly treated. The psychological impact is not merely a side effect: it is a central dimension of the humanitarian crisis in the EMRO/MENA region. Without effective protection and structured mental support, the capacity of health systems to recover is severely compromised, perpetuating a cycle of suffering for both professionals and the communities that depend on them. The different strategies – individual and collective – of resistance of health professionals in conflict contexts were also analyzed. Individual and peer strategies allow for the continuity of work in the short term, but they only become sustainable when combined with physical protection, rest, mental health support, and minimum working conditions. The WHO and its partners insist that caring for caregivers is not a luxury—it is an essential condition for maintaining health services in conflict contexts. Without it, workforce collapse becomes inevitable, and the consequences for the population are severe and long-lasting. Finally, in the Concluding Remarks, a conceptual addendum was presented within the cultural and historical context of Palestine, exploring the concept and practice of "Sumud" in its various dimensions. Its political character consists of a form of non-violent resistance that affirms presence and dignity. It is not passivity: it is the refusal to disappear. For health workers in Gaza and the West Bank, sumud manifests itself in the decision to continue providing care under bombardment, with minimal resources, after losing family members and colleagues, and under constant risk of death. It is the combination of professional duty, ethical commitment, and political/cultural determination not to abandon patients and the community.*

***Keywords**: Impacts on health professionals/workers in conflict regions; EMRO region; Countries in conflict; Palestine; "Sumud".*

I — Introdução: ataques à assistência à saúde na Região EMRO[4]



Os conflitos em andamento e em escalada em algumas partes da Região do Mediterrâneo Oriental da OMS continuam colocando a assistência à saúde em enorme risco.

O termo ataques à assistência à saúde abrange diversos atos de violência. Profissionais de saúde são mortos, sequestrados e agredidos. Estabelecimentos de saúde são destruídos, danificados ou ocupados para fins não médicos. Ambulâncias são saqueadas, roubadas, alvejadas e impedidas de circular em postos de controle.

Profissionais de saúde, hospitais e pacientes também ficam ameaçados quando há interrupção do fornecimento de energia elétrica e água, restrição do acesso ao combustível ou impedimento da assistência às populações sitiadas.

Consequências para os sistemas de saúde

Em locais onde os sistemas de saúde já são frágeis, as ameaças aos prestadores de serviços de saúde provocam consequências devastadoras, que vão além da perda de vidas dos profissionais de saúde e dos pacientes que poderiam ter sido salvos.

[4] Fonte: Organização Mundial da Saúde – WHO/EMRO (https://www.emro.who.int/emergencies/in-focus/attacks-on-health-care-in-eastern-mediterranean-region.html?utm_source=chatgpt.com).

Milhares de pessoas morrem todos os anos não por serem vítimas diretas da violência, mas porque o ambiente se torna perigoso demais para que os serviços de saúde sejam prestados de maneira eficaz.

Monitoramento dos ataques

Em parceria com outras organizações, a OMS estabeleceu um sistema de coleta de dados sobre ataques contra profissionais de saúde, estabelecimentos de saúde e pacientes em situações de emergência complexas.

Essas informações são utilizadas para identificar padrões e encontrar medidas concretas para evitar ataques ou minimizar as interrupções na prestação dos serviços de saúde.

Apelo da Organização Mundial da Saúde

A OMS continua apelando a todas as partes envolvidas nos conflitos para que cumpram suas obrigações previstas no Direito Internacional Humanitário, respeitando a inviolabilidade dos estabelecimentos de saúde e garantindo sua proteção ativa.

O Sistema de Vigilância de Ataques a Cuidados de Saúde (*Surveillance System for Attacks on Health Care* — SSA)[5], administrado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é uma plataforma global e padronizada para coletar, verificar e monitorar dados sobre atos de violência e obstrução contra serviços de saúde em contextos de emergência, conflitos e fragilidades.[6]

O que o SSA faz e como funciona

A OMS define um ataque a cuidados de saúde como qualquer ato de violência física, verbal, ameaça ou obstrução que interfira na disponibilidade, no acesso ou na entrega de serviços de saúde durante crises.

Seus objetivos são documentar a escala e a natureza dos incidentes, apoiar a responsabilização, orientar estratégias de proteção e fortalecer a *advocacia internacional pela segurança de profissionais e instalações de saúde.*

Para garantir a confiabilidade dos registros, o SSA — Sistema de Vigilância de Ataques a Cuidados de Saúde — utiliza um método de verificação que classifica os eventos em níveis de confiança (como *possível*, *provável* e *confirmado*). Relatórios considerados apenas boatos (*rumour*) não são publicados no painel público. [1]

O sistema registra impactos sobre instalações (hospitais, clínicas), transportes (ambulâncias), pessoal de saúde (médicos, enfermeiros, socorristas), pacientes e suprimentos. [1, 2]

Os tipos de ataques abrangem desde uso de armas pesadas ou leves, incêndios e sequestros/detenções até obstruções físicas ou administrativas e assédio psicológico. [1]

Dados Recentes

Entre janeiro e outubro de 2026, o painel do WHO SSA Dashboard registrou 1.389 ataques, resultando em *944 mortes e 1.666 feridos distribuídos em 20 países e territórios*.

[5] https://medbox.org/document/surveillance-system-for-attacks-on-health-care-ssa
[6] https://extranet.who.int/ssa/Index.aspx

II — Impacto dos conflitos sobre os Profissionais de Saúde[7]

Os conflitos na região MENA ("Middle East and North Africa") / EMRO ("Eastern Mediterranean Region" da OMS) têm impacto devastador e desproporcional sobre os profissionais de saúde. A região concentra uma parcela muito elevada dos ataques globais à assistência médica, com consequências diretas (mortes, ferimentos, sequestros) e indiretas (exaustão, fuga de profissionais, colapso de serviços e perda de acesso da população a cuidados).

Dados recentes da OMS ("Surveillance System for Attacks on Health Care" – SSA[8])

A EMRO registra, consistentemente, mais da metade (ou quase metade) dos ataques documentados no mundo e mais de 80% das mortes associadas a conflitos.

Em 2026 (até meados do ano): centenas de ataques verificados (ex.: 369 no 1º semestre de 2026 em Afeganistão, Irã, Líbano, território palestino ocupado, Sudão e Síria), com centenas de mortes e mais de mil feridos. No 3º trimestre (jul–set 2026) foram verificados 137 ataques (34% do total global), 12 mortes e 73 feridos — *cerca de um ataque a cada 18 horas*. Até setembro 2026 foram verificados, no total, 438 ataques, mais de 773 mortes e 1.123 feridos. A região sofre um ataque a cada ~12 horas em média.

Em 2025, se verificou ~42% dos ataques globais a instalações e ~90% das mortes de profissionais de saúde resultantes de conflitos. Cerca de 67% dos ataques miravam diretamente a profissionais de saúde.

Casos emblemáticos

Em **Gaza / território palestino ocupado**, desde outubro de 2023, ocorreram centenas de ataques; com pelo menos 886 profissionais mortos e 1.355 feridos; além da alta exaustão emocional soa mesmos: os dados apontam ~52% (dados de 2025). A maioria dos Hospitais e postos de saúde se encontravam parcialmente ou não funcionais.

No **Sudão**, desde abril de 2023, mais de 200 ataques verificados, com milhares de mortes (ex.: 1.858 mortes e 490 feridos; em 2025 sozinho, 65 ataques com >1.620 mortes — maioria das mortes globais foram por ataques à trabalhadores da saúde, com profissionais assassinados em hospitais, sequestros e medo constante.

No **Líbano** houve uma alta proporção de ataques fatais (quase metade dos incidentes resultaram em morte de profissional de saúde ou paciente em períodos recentes); dezenas a centenas de mortes e feridos entre trabalhadores da saúde.

Na **Síria**, após mais de uma década de conflito, 50–70% da força de trabalho em saúde deixou o país; mais da metade das instalações encontram-se não funcionais.

No **Iêmen** existe uma pressão extrema sobre equipes cirúrgicas e de emergência; com ataques a ambulâncias, escassez de salários, insumos e profissionais.

---

[7] Fontes principais: relatórios e atualizações da OMS EMRO [https://www-emro-who] , publicações no "Eastern Mediterranean Health Journal" [https://www.emro.who.int/emh-journal/eastern-mediterranean-health-journal/home.html] e dados de parceiros humanitários (até finais de 2026). Os números são verificados e tendem a ser subestimados devido a dificuldades de acesso e reporte.

[8] https://medbox.org/document/surveillance-system-for-attacks-on-health-care-ssa

Os ataques incluem bombardeios, tiroteios, sequestros, agressões, ocupação de instalações, bloqueio de ambulâncias e interrupção de energia/água/combustível.

Natureza dos impactos sobre os profissionais de saúde

1. *Físicos e de segurança*: mortes, ferimentos, sequestros, ameaças e agressões (verbais e físicas). Estudos na região mostram alta prevalência de violência verbal (~63%) e física (~17%) ao longo da carreira.
2. *Psicossociais*: estresse crônico, burnout, ansiedade, medo constante, exaustão emocional e trauma. Carga de trabalho extrema em condições precárias.
3. *Profissionais de carreira*: fuga e migração forçada ("brain drain"), interrupção de formação, desequilíbrio de especialidades (excesso de demanda em trauma, queimados, reabilitação, saúde mental etc.), suspensão de salários e falta de proteção.
4. *Sistêmicos*: fechamento ou funcionamento parcial de hospitais e postos; interrupção de serviços essenciais (maternidade, pediatria, doenças crônicas, vacinação); aumento de mortes evitáveis na população por falta de acesso.

A região já enfrentava escassez prévia de profissionais (cerca de 1/3 dos países abaixo da densidade mínima da OMS). Crises sucessivas agravaram a situação, especialmente para *enfermeiros e parteiras*.

Consequências mais amplas

Os ataques não afetam só quem está na linha de frente: destroem a capacidade de resposta a emergências, surtos (cólera, sarampo, dengue etc.), desnutrição e traumas em massa. Existe grande incidência de populações deslocadas (a região concentra grande parte dos deslocados internos globais) que perdem o acesso a cuidados. *O direito internacional humanitário (proteção a profissionais, pacientes, instalações e transportes médicos) é sistematicamente violado*.

A OMS, CICV, MSF e outras organizações reiteram apelos por proteção, cessação de hostilidades, acesso humanitário sem entraves e responsabilização. Sem proteção efetiva e investimento em força de trabalho resiliente (planejamento, formação, *apoio psicossocial e retenção*), a crise de saúde se aprofunda e as mortes evitáveis aumentam.

Análise do impacto psicológico dos conflitos na região EMRO sobre os profissionais de saúde

Os conflitos prolongados e intensos na região (especialmente Gaza, Síria, Iêmen, Sudão e Líbano) geram um ônus psicológico extremo e cumulativo sobre médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde. Eles enfrentam simultaneamente o papel de cuidadores e de vítimas, com exposição contínua a violência, perdas pessoais, sobrecarga de trabalho e colapso estrutural dos sistemas de saúde. *O resultado é uma crise de saúde mental profunda, frequentemente subnotificada e pouco tratada*.

Principais manifestações psicológicas

- *Burnout e exaustão emocional*. Em Gaza, estudos de 2024–2025 encontraram 52% de altos níveis de exaustão emocional ("Emotional Exhaustion"). Dimensões associadas incluem despersonalização (25%) e baixa realização pessoal (40%). Em outros contextos de conflito (Síria, Palestina), taxas de burnout superam 70% em alguns grupos.
- *Estresse, ansiedade e depressão graves*: Em levantamentos em Gaza após outubro de 2023, cerca de 90% dos profissionais relataram níveis severos de depressão, ansiedade

e estresse. Sintomas incluem insônia, pensamentos intrusivos, bloqueio emocional e pesadelos.

- *Trauma secundário ("Secondary Traumatic Stress") e TEPT*[9] . Exposição repetida a ferimentos graves, mortes em massa e sofrimento de pacientes (especialmente crianças) gera trauma secundário. Em Síria, profissionais descrevem que "as feridas psicológicas são mais difíceis que as físicas". Estudos anteriores em Gaza mostraram persistência de sintomas de TEPT em até 89% dos profissionais anos após conflitos anteriores.
- *Lesão moral ("Moral Injury").* Culpa por não conseguir salvar pacientes por falta de recursos, ter que abandonar feridos em bombardeios, ou priorizar a própria sobrevivência/família. Isso gera sofrimento ético profundo e erosão da identidade profissional.
- "*Compassion fatigue" e luto*. A fadiga por compaixão é generalizada. Muitos perdem familiares e colegas (em Gaza, 41% relataram morte de familiares e 78% de colegas próximos). Há relatos de médicos operando o próprio irmão ou tratando feridos enquanto processam o próprio luto.

Fatores agravantes

- *Exposição direta e indireta*. Ataques a hospitais e ambulâncias, trabalho sob bombardeio, deslocamento forçado (muitos vivem em tendas), insegurança alimentar e falta de medicamentos para si mesmos.
- *Sobrecarga e condições de trabalho*. *Turnos de 7–30 dias sem pausa*, escassez extrema de insumos, salas de cirurgia improvisadas e volume massivo de vítimas.
- *Falta de suporte.* Em Gaza, 78% dos profissionais não têm acesso a serviços de saúde mental. Estigma cultural em alguns países da região dificulta a busca de ajuda.
- *Perda de distância profissional*. O profissional se torna também vítima e testemunha do mesmo sofrimento da população, o que dissolve o "escudo" psicológico habitual.

Consequências a curto e longo prazo da deterioração da saúde mental dos profissionais de saúde

As consequências *imediatas* são redução da qualidade do cuidado, aumento de erros médicos, absenteísmo e abandono da profissão. A *médio/longo prazo*, está a persistência de sintomas de TEPT, depressão crônica, burnout severo e possível abuso de substâncias.

A fuga de profissionais (brain drain) agrava ainda mais a escassez de mão de obra. Na Síria, após mais de uma década de conflito, a crise de saúde mental da população e dos profissionais é descrita como "oculta" e massiva.

Como *impacto sistêmico*, a deterioração da saúde mental dos cuidadores *compromete a capacidade de resposta a emergências, surtos e necessidades crônicas da população*.

Estratégias de enfrentamento e necessidades

Muitos profissionais recorrem a mecanismos religiosos, solidariedade entre pares e senso de dever. Porém, esses recursos são insuficientes diante da magnitude do trauma.

[9] *Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT)* é uma condição de saúde mental classificada na psicologia e na psiquiatria como um distúrbio desencadeado pela exposição direta ou indireta a um evento severamente traumático.

A OMS e organizações parceiras recomendam:

- Intervenções urgentes de apoio psicossocial e saúde mental (incluindo primeiros cuidados psicológicos e programas de resiliência).
- Acesso a serviços de saúde mental sem estigma.
- Rotatividade, descanso e proteção física dos profissionais.
- Formação em gestão de trauma e suporte entre pares.
- Investimento em recuperação pós-conflito da força de trabalho.

Em síntese, o impacto psicológico não é apenas um efeito colateral: é uma dimensão central da crise humanitária na região EMRO/MENA. Sem proteção efetiva e suporte mental estruturado, a capacidade dos sistemas de saúde de se recuperar fica severamente comprometida, perpetuando um ciclo de sofrimento tanto para os profissionais quanto para as comunidades que dependem deles.

O trauma contínuo nos profissionais de saúde no *EMRO*

Os profissionais de saúde da região do Mediterrâneo Oriental (EMRO/MENA) — especialmente em Gaza, Síria, Iémen, Sudão e Líbano — vivem uma forma particularmente intensa de *Trauma Contínuo* ("Continuous Trauma Stress" — CTS). Diferentemente do PTSD clássico (centrado num evento passado), o CTS descreve a experiência de trabalhar e viver sob ameaça real, persistente e sem horizonte de segurança.

Os profissionais de saúde nesta região não são apenas testemunhas do trauma alheio. Eles também são: alvos diretos de ataques (hospitais, ambulâncias e pessoal de saúde são sistematicamente atingidos); vítimas de perdas pessoais (familiares e colegas mortos); trabalhadores sob colapso estrutural (escassez extrema de recursos, deslocamento forçado, salários interrompidos); cuidadores que tratam pacientes enquanto partilham a mesma realidade traumática ("shared traumatic reality").

Esta combinação cria uma sobreposição entre *trauma primário*, *trauma secundário* e *trauma contínuo*.

Evidências por contexto

Gaza é o caso mais extremo e documentado. Estudos recentes mostram que: 41% dos profissionais perderam familiares; 46% sofreram simultaneamente luto pessoal e deslocamento do local de trabalho; 78% não tinham acesso a qualquer serviço de saúde mental; cerca de 90% apresentavam níveis severos de depressão, ansiedade e stress; elevados índices de burnout emocional (cerca de 52%) e stress traumático secundário.

Relatos qualitativos descrevem a erosão da identidade profissional: médicos e enfermeiros operam sob bombardeio, tratam familiares ou colegas feridos/mortos e continuam a trabalhar sem possibilidade de descanso ou processamento emocional. A hipervigilância deixa de ser sintoma e passa a ser condição de sobrevivência.

Na **Síria,** após mais de 13 anos de conflito, os profissionais enfrentam CTS crónico combinado com exaustão estrutural. Há escassez extrema de psiquiatras e psicólogos, aumento dramático de depressão e perturbações relacionadas com stress, e profissionais que continuam a trabalhar enquanto lidam com o seu próprio trauma acumulado (incluindo o impacto do terramoto de 2023 sobreposto à guerra).

No Iêmen e no Sudão, a combinação de ataques a instalações de saúde, salários suspensos, sobrecarga extrema e violência letal produz um CTS prolongado. No Sudão, a violência contra o setor de saúde tem sido particularmente mortal. No Iêmen, a improvisação técnica e a expansão informal de funções agravam o esgotamento.

Região EMRO no geral

A região concentra historicamente a maioria dos ataques globais a cuidados de saúde documentados pela OMS. Isto significa que *o CTS não é uma exceção pontual*, mas uma *condição estrutural para grande parte da força de trabalho de saúde em contextos de conflito prolongado*.

Manifestações específicas nos profissionais de saúde

Além dos sintomas clássicos de CTS (hipervigilância, exaustão, raiva/traição, medo/impotência), observam-se: colapso da distância profissional — a fronteira entre "cuidador" e "vítima" dissolve-se; fadiga de compaixão e lesão moral — incapacidade de prestar os cuidados adequados por falta de recursos; normalização do horror** — o excepcional torna-se rotina; erosão da identidade profissional — dificuldade em manter o sentido de eficácia e propósito; ausência quase total de suporte institucional — a maioria não tem acesso a cuidados de saúde mental.

Implicações

Modelos clássicos de intervenção centrados no PTSD (processar um evento passado em ambiente seguro) têm utilidade limitada. As respostas mais adequadas incluem: proteção física real das instalações e do pessoal; apoio entre pares e supervisão externa (quando possível, via plataformas digitais); reconhecimento do CTS como resposta adaptativa e não apenas patológica; *integração de cuidados de saúde mental para os próprios profissionais como parte essencial da resposta humanitária*; estratégias de resiliência que não romantizem a perseverança nem invisibilizem o esgotamento.

Em síntese, na região EMRO, o trauma contínuo dos profissionais de saúde não é um efeito colateral do conflito — é uma das suas características estruturais. Enquanto os ataques a cuidados de saúde, a escassez crónica e a ausência de segurança persistirem, o CTS continuará a corroer a capacidade de cuidado e a saúde mental de quem permanece na linha da frente. Reconhecer esta realidade é o primeiro passo para respostas mais realistas e humanas.

Análise de estratégias de resistência dos profissionais de saúde em contextos de conflito na região *EMRO*

A resistência dos profissionais de saúde em zonas de conflito prolongado (Gaza, Síria, Iêmen, Sudão, Líbano e outros) não é apenas uma característica individual, mas o resultado de interações entre recursos pessoais, redes sociais, apoio institucional e condições estruturais. Apesar das taxas elevadas de burnout, trauma e exaustão emocional, muitos profissionais continuam a exercer a sua função. As estratégias observadas e recomendadas podem ser organizadas em níveis.

1. *Estratégias de resiliência individuais e de "coping"*[10]

As mais frequentemente relatadas pelos próprios profissionais são o "Coping" *religioso e o espiritual*. Em Gaza e no Iêmen, a fé e práticas religiosas surgem como o mecanismo de "coping" mais mencionado (em alguns estudos, superior a 60%). Oferece sentido, conforto e estrutura em meio ao caos.

O *senso de dever e identidade profissional* são descritos por muitos como a continuidade do trabalho como um imperativo moral e uma forma de resistência ("*sumud*"[11] / perseverança). Manter a função de cuidador ajuda a preservar o sentido de propósito e a identidade profissional.

Como *técnicas de autorregulação* encontram-se os exercícios de respiração, os momentos breves de silêncio ou alongamento, e limitação da exposição a conteúdos angustiantes fora do turno. A OMS recomenda explicitamente esses *micropausas* mesmo em ambientes de alta intensidade.

O foco no presente e nas pequenas vitórias significa concentrar-se em salvar uma vida de cada vez, em vez de se fixar na magnitude da crise, reduzindo a sensação de impotência.

Estas estratégias são insuficientes isoladamente. Sem suporte externo, podem evoluir para repressão emocional ou burnout tardio.

2. *Estratégias relacionais e de suporte entre pares*

A solidariedade de equipe e o apoio entre pares é uma das fontes mais consistentes de resiliência. Conversas rápidas entre colegas, partilhamento de experiências e vigilância mútua *("olhamos uns pelos outros"*[12]*)* aparecem repetidamente em relatos da Síria e de Gaza.

As redes informais de apoio, em contextos com poucos serviços formais de saúde mental, como as redes familiares, de colegas e as comunitárias funcionam como *principal rede de contenção*.

Os espaços de descompressão coletiva, quando existem, são sessões de psicoeducação ou grupos de apoio entre profissionais (como os promovidos por MSF — Médicos Sem Fronteiras — e OMS) ajudam a normalizar o sofrimento e reduzir o isolamento.

3. *Estratégias organizacionais e institucionais* (*recomendadas pela OMS e parceiros*)

A OMS e as organizações humanitárias enfatizam que a resiliência individual depende fortemente de condições estruturais, como:

- *Rotatividade e descanso programado*. Rotação de turnos, períodos de afastamento e limites de exposição a situações de alta intensidade. Em operações humanitárias, as rotações são frequentemente reduzidas (ex.: de 6 para 4 semanas) em períodos de maior intensidade.

---

[10] Em estratégias de resiliência pessoal e resolução de conflitos, "*coping*" (termo em inglês que significa "enfrentamento" ou "lidar com") refere-se ao conjunto de esforços cognitivos e comportamentais que uma pessoa usa para gerenciar, reduzir ou tolerar o estresse e as demandas internas ou externas geradas por uma situação conflituosa.

[11] O conceito de "*sumud*" será detalhado mais adiante.

[12] Versão de "*ninguém solta a mão de ninguém*"

- *Acesso a apoio em saúde mental e psicossocial*. Serviços confidenciais, primeiros cuidados psicológicos, aconselhamento e, quando possível, terapia. A OMS recomenda que a liderança normalize a procura de ajuda e garanta confidencialidade.
- *Formação em resiliência e gestão de stress*. Programas de capacitação em primeiros cuidados psicológicos, gestão de trauma, autocuidado e construção de resiliência. Em Gaza, a estratégia de recuperação da força de trabalho da OMS inclui explicitamente em *construção de resiliência* ("resilience building").
- *Liderança que reconhece o stress*. Comunicação transparente, reconhecimento do esforço e *proteção contra violência no local de trabalho*.
- *Melhoria das condições de trabalho*. Segurança física (proteção de instalações); fornecimento de insumos, combustível e salários; e *redução da sobrecarga através de reforço de equipes*.

4. *Estratégias sistêmicas e de longo prazo*, tais como:

Fortalecimento da força de trabalho. Planejamento de retenção, formação de novas gerações, distribuição geográfica mais equitativa e *investimento em especialidades em falta (trauma, saúde mental, reabilitação).*

Integração do MHPSS nos sistemas de saúde. O *Plano de Ação Regional da OMS para Saúde Mental e Apoio Psicossocial em Emergências (2024–2030)*[13] prioriza a integração de serviços de saúde mental nos cuidados primários e a capacitação de profissionais não especializados.

Proteção jurídica e política. Cumprimento do *direito internacional humanitário* (proteção de profissionais e instalações de saúde) e *responsabilização por ataques*. *Sem segurança mínima, a resiliência torna-se insustentável.*

Abordagens comunitárias e de construção da paz através da saúde. Programas que reforçam a coesão social e o diálogo podem indiretamente proteger a saúde mental dos profissionais.

Em síntese, a resiliência dos profissionais de saúde na região EMRO/MENA é notável, mas frágil. As estratégias individuais e de pares permitem a continuidade do trabalho no curto prazo, mas só se tornam sustentáveis quando combinadas com proteção física, descanso, apoio em saúde mental e condições laborais mínimas. A OMS e parceiros insistem em que cuidar de quem cuida não é um luxo — é condição essencial para a manutenção dos serviços de saúde em contextos de conflito. Sem isso, o colapso da força de trabalho torna-se inevitável e as consequências para a população são graves e prolongadas.

Comparação das estratégias de resiliência em Gaza e na Síria

Ambos os contextos enfrentam conflitos prolongados com *ataques sistemáticos a profissionais e infraestruturas de saúde*, altas taxas de burnout, trauma e perda de força de

[13] O *Plano de Ação Regional para Saúde Mental e Apoio Psicossocial em Emergências (2024–2030)* é uma iniciativa estratégica fundamental da Organização Mundial da Saúde (OMS), desenhada para responder ao sofrimento e ao impacto psicológico devastador gerado por crises humanitárias, desastres naturais, emergências climáticas e conflitos armados. [https://applications.emro.who.int/docs/TP-NMH-MHPSS-eng.pdf]

trabalho. No entanto, diferem significativamente na *duração*, na *intensidade atual*, na *escala de destruição recente* e no tipo de estratégias de resiliência que emergem e são apoiadas.

1. Contexto e tipo de resiliência

Com relação à natureza do conflito, em Gaza ele é de alta intensidade, destruição massiva e contínua de hospitais, e deslocamento forçado em massa. Na Síria, existe uma crise crônica de longa duração, com períodos de escalada e relativa estabilização em algumas áreas.

Quanto à perda de força de trabalho, em Gaza existem centenas de profissionais de saúde mortos e feridos; com muitos incapacitados ou emigrados; e 78% deles sem acesso a serviços de saúde mental. Na Síria, 50–70% da força de trabalho está emigrada ao longo de 13–14 anos; com escassez crônica de especialistas.

Com relação ao conceito de resiliência, em Gaza verifica-se mais "endurance" (resistência pura para sobreviver mais um dia/uma hora) do que "bouncing back"[14]. Na Síria, existe mais adaptação de longo prazo, reconstrução gradual e manutenção de serviços sob escassez crónica.

2. Estratégias individuais e culturais

As semelhanças são o "coping" religioso e espiritual, central em ambos os países (fé como fonte de sentido e conforto); e o senso de dever profissional e a identidade de cuidador como âncora moral. A solidariedade entre pares (conversas rápidas, apoio mútuo, humor negro) funciona como principal rede de contenção emocional.

As diferenças são que em Gaza destaca-se o conceito cultural de "*sumud*"[15] (perseverança/resistência). A resiliência é frequentemente descrita como "continuar a funcionar apesar de tudo", com *forte componente de resistência coletiva e política*. Perdas pessoais (familiares e colegas) são extremamente recentes e massivas, o que intensifica o luto e a lesão moral.

Na Síria, após mais de uma década, as estratégias tornaram-se mais "normalizadas" no quotidiano. Profissionais relatam que "as feridas psicológicas são mais difíceis que as físicas". Há maior uso de mecanismos adaptativos de longo prazo (aceitação da escassez crônica, improvisação técnica) e, em alguns casos, "coping "negativo (sedativos, "humor negro" excessivo).

3. Estratégias relacionais e de suporte entre pares

Em Gaza a dependência entre colegas é quase total. Em muitos relatos, os profissionais tornaram-se *família substituta* uns dos outros (partilha de comida, apoio após bombardeios, vigilância mútua). A *solidariedade é intensa, mas também é um sistema fechado de pessoas igualmente traumatizadas, sem alívio externo suficiente*.

[14] Em estratégias de resiliência e psicologia, "*bouncing back***"** (uma expressão em inglês que significa literalmente **"***dar a volta por cima***"** ou **"***quicar de volta***"**) é a habilidade de uma pessoa se recuperar rapidamente de uma situação difícil, trauma, fracasso ou grande estresse, retornando ao seu estado emocional e funcional normal.

[15] Ver detalhamento do conceito mais adiante.

Na Síria as redes de pares também são importantes, especialmente entre sobreviventes de ataques específicos (ex.: bombardeios em Ariha). Com o tempo, formaram-se redes mais estáveis em zonas relativamente seguras e entre profissionais que permaneceram.

4. Estratégias organizacionais e de apoio externo (OMS e parceiros)

Em Gaza a ênfase é em *resposta de emergência e recuperação imediata da força de trabalho*. Existe formação em cuidados de trauma primário, saúde mental, gestão de trauma comunitário, reabilitação e *construção de resiliência;* treino em "Psychological First Aid (PFA)"[16] para centenas de trabalhadores humanitários e de saúde; distribuição de kits de saúde mental e medicamentos psicotrópicos.

A dificuldade maior está no *acesso extremamente limitado a serviços de saúde mental para os próprios profissionais* (78% sem acesso) e *colapso quase total de muitas estruturas.*

Na Síria a abordagem é mais estrutural e de longo prazo, focada na integração da saúde mental nos cuidados primários. Existem formações massivas em MHGAP – "Mental Health Gap Action Programme"[17] — centenas de médicos e profissionais treinados para identificar e gerir condições mentais; treino em primeiros cuidados psicológicos; aconselhamento; gestão de stress; autocuidado e suporte entre pares; descentralização de serviços com mais de 500 centros de cuidados primários e milhares de trabalhadores comunitários capacitados ao longo dos anos; maior ênfase na formação de formadores (ToT) e supervisão contínua para criar capacidade nacional sustentável; e apoio à reconstrução da educação médica e retenção de profissionais restantes.

5. Avaliação comparativa

Gaza exige estratégias de sobrevivência imediata e contenção de crise aguda. A resiliência é mais frágil e dependente de solidariedade informal mais as intervenções de emergência. *O risco de colapso da força de trabalho restante é muito elevado*.

A *Síria* mostra estratégias de adaptação crônica e construção de capacidade. Após anos de conflito, conseguiu-se algum grau de institucionalização de serviços de saúde mental (ainda insuficientes), com maior ênfase em formação e integração nos cuidados primários.

Os pontos comuns de vulnerabilidade são o estigma em relação à saúde mental, a escassez de especialistas, a falta de descanso real e a *proteção insuficiente contra-ataques*.

---

[16] Os Primeiros Cuidados Psicológicos ("PFA — Psychological First Aid") são uma abordagem prática, humanitária e baseada em evidências científicas desenvolvida pela OMS e pelo consórcio internacional de saúde mental para ajudar pessoas logo após um evento intensamente traumático ou crítico (como desastres naturais, acidentes graves, assaltos, tiroteios ou crises humanitárias). Os Primeiros Cuidados Psicológicos (PFA — Psychological First Aid) são o "primeiro socorro" da mente. Ele serve como o alicerce para todas as estratégias de **MHPSS** (Saúde Mental e Apoio Psicossocial) coordenadas por agências globais como a OMS e escritórios regionais como o EMRO. https://www.who.int/publications/i/item/9789241548205

[17] MHGAP: traduzido como *Programa de Ação para Reduzir as Lacunas em Saúde Mental* — é uma iniciativa global da Organização Mundial da Saúde (OMS) lançada em 2008. O seu principal objetivo é ampliar os serviços de saúde mental em países de baixa e média renda, capacitando profissionais que não são especialistas na área (como médicos clínicos gerais, enfermeiros e agentes comunitários de saúde) para identificar e tratar transtornos mentais.
https://www.who.int/teams/mental-health-and-substance-use/treatment-care/mental-health-gap-action-programme

Em síntese nos conflitos agudos de alta intensidade (Gaza), prioriza-se a proteção física, o descanso e o apoio psicológico de emergência. Em conflitos prolongados (Síria), torna-se essencial investir em formação contínua, integração de MHPSS e retenção de profissionais para evitar o esvaziamento total do sistema. Em ambos os casos, a resiliência individual e entre pares é notável, mas insustentável sem medidas estruturais de proteção, descanso, apoio em saúde mental e condições mínimas de trabalho. A experiência síria de longo prazo oferece lições importantes para a eventual fase de recuperação de Gaza, especialmente no que diz respeito à capacitação em MHGAP (Programa de Ação para Reduzir as Lacunas em Saúde Mental) e à descentralização de serviços de saúde mental.

Comparação das estratégias de resiliência de profissionais de saúde com outros conflitos

A comparação com Iêmen e Sudão revela padrões comuns e diferenças importantes, moldadas pela duração do conflito, intensidade dos ataques, grau de apoio internacional e contexto cultural/político.

1. Visão geral comparativa

No **Iêmen** o conflito além de prolongado possui crises sobrepostas (como o cólera). As estratégias individuais dominantes são a Fé, o senso de responsabilidade, e a improvisação. Existe formação em gestão de massas e apoio a equipes cirúrgicas. Os salários foram suspensos, e há uma escassez extrema de insumos. O nível de apoio do de MHPSS[18] é considerado baixo-médio.

No **Sudão** o conflito é agudo desde 2023, sendo extremamente mortal. As estratégias dominantes de resiliência são a sobrevivência, a solidariedade local, e o senso de dever. Existe um processo de formação remota (ECHO) da OMS, com um Programa de Primeiros Cuidados Psicológicos — PFA limitado. Os ataques são extremamente letais; e existe *um colapso quase total do sistema de saúde.* O nível de institucionalização do MHPSS da OMS é muito baixo. |

2. Principais semelhanças entre todos os contextos

O "Coping" (ou estratégias de enfrentamento) individual, como a Fé/religião, o senso de dever profissional e a solidariedade entre pares, são transversais (Gaza, Síria, Iêmen, Sudão).

A resiliência como "endurance" (resistência psicológica), em contextos de alta violência e escassez, é frequentemente descrita como a capacidade de continuar a funcionar "mais um dia", e não como recuperação plena.

O papel crítico do apoio entre pares, existe em todos os casos. As redes informais de colegas são a principal fonte de contenção emocional quando o apoio formal é insuficiente.

A lesão moral e o trauma secundário estão presentes em todos os casos, especialmente quando *os profissionais testemunham mortes evitáveis por falta de recursos ou ataques a instalações*.

[18] "Mental Health and Psychosocial Support" (em português, Saúde Mental e Apoio Psicossocial – SMAPS). A página e o ecossistema oficial de MHPSS (Mental Health and Psychosocial Support) — ou SMAPS, em português — reúnem os principais portais das Nações Unidas e de comitês internacionais criados para centralizar recursos, capacitações e planos de resposta a crises humanitárias e emergências globais. [https://www.emro.who.int/mhps/index.html]

3. Lições comparativas

- Quanto mais prolongado o conflito (Síria, Iêmen), mais as estratégias se deslocam de "sobrevivência aguda" para "adaptação e construção de capacidade".
- Em contextos de extrema violência e isolamento (Gaza, Sudão), a resiliência depende quase exclusivamente de recursos internos (fé, pares, dever); e é altamente frágil.
- A institucionalização de MHPSS (como na Síria com MHGAP da OMS) mostra-se uma estratégia promissora de longo prazo, mas exige anos de investimento contínuo e alguma estabilidade mínima.
- *Em todos os casos, a proteção física dos profissionais e das instalações continua a ser o fator mais determinante. Sem ela, as estratégias de resiliência psicológica têm impacto limitado*.

Em síntese, Gaza e Síria representam dois extremos do espectro dentro da região EMRO — um de crise aguda extrema e outro de adaptação crônica. Quando comparados com o Iêmen (similar à Síria), o Sudão (similar a Gaza em letalidade) e a Ucrânia (maior suporte estruturado), fica claro que a resiliência dos profissionais de saúde é fortemente condicionada pelo contexto político-militar e pelo grau de apoio externo. As estratégias individuais e de pares são universais e poderosas, mas só se tornam sustentáveis quando combinadas com proteção, descanso, formação e serviços de saúde mental acessíveis.

Considerações Finais: adendo conceitual no contexto cultural e histórico da Palestina[19]

Exploração do conceito e da prática do "Sumud"[20] [21]

O "*Sumud*" (صمود, pronunciado *ṣumūd*) é um conceito cultural, político e psicológico profundamente enraizado na *experiência palestina*. Traduzido geralmente como ***perseverança***, *firmeza* ou *resistência firme ("steadfast")*, o termo *vai muito além de simples resiliência individual*. Ele representa uma ***filosofia de existência, uma forma de resistência quotidiana e um recurso coletivo de sobrevivência sob ocupação e adversidade crônicas***.

Origem e significado

A raiz árabe "ṣ-m-d" evoca a ideia de *ser firme, permanecer sólido ou desafiar*. O conceito moderno de *sumud* consolidou-se após a guerra de 1967 (a Naksa), quando a Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental passaram a estar sob ocupação israelita. Tornou-se um *símbolo nacional* promovido pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP) nas décadas de 1970 e 1980.

Distinguem-se tradicionalmente duas formas:

O *Sumud estático* ("*sumud*"), com o significado de permanecer na terra, recusar o deslocamento e manter a presença física e cultural; e o *Sumud de resistência* ("*sumud* muqāwim") que representa *formas mais ativas de construção de instituições alternativas, solidariedade e desafio à ocupação*.

---

[19] https://www.palquest.org/en/history

[20] A Origem Histórica e Política: Para compreender como o termo migrou de um conceito abstrato para uma estratégia nacional de sobrevivência a partir da década de 1960, a página detalhada da Enciclopédia Interativa da Questão Palestina oferece um panorama cronológico completo, incluindo os debates sobre suas vertentes estática e ativa (*sumud muqawim*). https://www.palquest.org/en/highlight/33633/sumud

[21] https://www.palquest.org/en/highlight/33633/sumud?__cf_chl_tk=tLVDUihxYTyAp8.5Fo8O36UEx6jdXtJDXwEpQ.4ifsM-1794182674-1.0.1.1-jeJKKE1kc2pj9Lu00oY3MB.IuvHi4GNCf7HWnpFnzTc

O símbolo mais icónico do *sumud* é a *oliveira* — árvore que enraíza profundamente, resiste à seca e à devastação, e representa a *ligação ancestral à terra*. Outro símbolo recorrente é a figura da mulher camponesa grávida, que representa *a continuidade da vida e da comunidade*.

Dimensões do Sumud

O *sumud* opera em vários níveis simultâneos:

1. *Existencial e psicológico* – é a decisão de continuar a viver, a rir, a casar, a ter filhos e a cuidar uns dos outros apesar da destruição. Como descreveu o escritor *Raja Shehadeh*[22], trata-se de ***"observar a própria casa transformar-se em prisão e escolher ficar porque é a sua casa"***.
2. *Coletivo e cultural* – trata de manter a identidade, a língua, as tradições, a educação e as redes de solidariedade. Inclui atos quotidianos como reconstruir casas demolidas, plantar oliveiras, continuar a estudar *ou simplesmente permanecer*.
3. *Político e de resistência* – consiste em uma forma de resistência não-violenta que afirma a presença e a dignidade. Não é passividade: *é a recusa em desaparecer*.
4. *Profissional e ético (especialmente relevante **para profissionais de saúde**)* – no contexto dos *trabalhadores de saúde em Gaza e na Cisjordânia*, o *sumud* manifesta-se na decisão de continuar a prestar cuidados sob bombardeio, com recursos mínimos, após perder familiares e colegas, e sob risco constante de morte. *É a combinação de dever profissional, compromisso ético e determinação política/cultural de não abandonar os pacientes e a comunidade*.

Sumud e os profissionais de saúde

Estudos e relatos mostram que *os profissionais de saúde palestinos praticam o sumud diariamente*. Continuar a operar em hospitais parcialmente destruídos, improvisar tratamentos, recusar-se a evacuar enquanto houver pacientes e manter a dignidade no meio do caos são expressões concretas deste conceito. Em alguns casos, *equipes de hospitais sitiados cantaram canções de resistência enquanto continuavam a trabalhar, transformando o ato de cuidar num gesto coletivo de sumud*.

O *sumud* oferece um quadro de significado que ajuda a interpretar o sofrimento: em vez de ver o trauma apenas como dano individual, ele é enquadrado *como parte de uma luta coletiva mais ampla pela existência e pela dignidade*.

Alguns críticos do *sumud* dizem que ele pode mascarar a necessidade de proteção estrutural, descanso e apoio externo.

Em resposta, afirma-se que o *sumud* é *poderoso como recurso cultural e coletivo*, mas *não necessariamente substitui a necessidade de segurança física, condições de trabalho dignas e serviços de saúde mental*.[23]

---

[22] **Raja Shehadeh** (nascido em 6 de julho de 1951, em Ramallah) é um dos mais influentes advogados, ativistas de direitos humanos e escritores palestinos contemporâneos. A sua trajetória une o rigor do direito internacional à sensibilidade da literatura para documentar as complexas dinâmicas da ocupação na Cisjordânia, a perda de territórios e a busca por resiliência.

[23] Eis aqui uma rica discussão.

Relevância mais ampla

Embora seja um conceito especificamente palestino, o sumud tem sido discutido em contextos de saúde mental e resiliência cultural como exemplo de como sociedades sob opressão prolongada desenvolvem recursos de sentido e resistência que vão além dos modelos ocidentais individuais de resiliência. Ele combina sobrevivência, dignidade, identidade e ação coletiva de forma inseparável.

Em síntese, o sumud não é apenas "aguentar". É a decisão consciente e coletiva de permanecer, de continuar a cuidar, de preservar a humanidade e de afirmar a existência — mesmo quando tudo parece conspirar para o apagamento. Para os profissionais de saúde em Gaza, ele tem sido, ao mesmo tempo, âncora psicológica, compromisso ético e forma de resistência.

Análise do Sumud na literatura

O conceito de *Sumud* (صمود – firmeza, perseverança) ocupa um lugar central na literatura palestina, tanto na poesia e na prosa literária quanto na produção acadêmica. Ele funciona simultaneamente como *tema temático, estratégia narrativa, recurso psicológico e marco identitário*. A seguir, apresenta-se uma análise estruturada da sua presença e evolução na literatura.

1. Origens e consolidação literária

O *sumud* emerge como conceito político-cultural após 1967, mas a sua presença literária intensifica-se nas décadas de 1970 e 1980. Autores como Raja Shehadeh[24] ("The Third Way", 1982) deram-lhe formulação explícita e influente. Shehadeh descreve o *sumud* como a escolha de permanecer na terra mesmo quando esta se transforma em "prisão", e de manter a memória e a dignidade mesmo sob ocupação. A sua obra mistura diário, ensaio e reflexão ética, tornando o *sumud* um modo de vida literário e existencial.

A *oliveira* torna-se o símbolo literário mais recorrente: árvore enraizada, resistente à seca e à devastação, metáfora da ligação indelével do povo à terra. Este símbolo aparece insistentemente na poesia e na prosa.

2. Sumud na poesia: Mahmoud Darwish[25]

Mahmoud Darwish (1941–2008), o poeta nacional palestino, é a figura literária mais associada ao *sumud*. Estudos acadêmicos argumentam que a sua obra constitui uma forma sofisticada de *sumud* estético e político:

A poesia de Darwish afirma a presença contínua do povo na terra, contrastando-a com as narrativas míticas do ocupante. O exílio físico não interrompe a presença imaginária e afetiva da terra. A criatividade literária "*torna presente a pátria ausente*".

[24] Ver nota 13

[25] **Mahmoud Darwish** (1941–2008) é amplamente reconhecido como o poeta nacional da Palestina e uma das vozes literárias mais potentes e transcendentes do século XX. Sua obra traduziu liricamente a dor do exílio, o sentimento de desapropriação e a busca incessante por identidade.

O *sumud* em Darwish não é apenas resistência passiva: é a *capacidade de transformar a dor em linguagem, de manter a humanidade e de recusar o apagamento através da palavra poética*.

Outros poetas, como *Tawfiq Zayyad*[26], também incorporaram o *sumud* como *arma cultural e otimismo revolucionário*.

3. Sumud na prosa e na literatura da diáspora

Na literatura palestina anglófona da diáspora, o *sumud* funciona como elemento estruturante. Análises acadêmicas identificam quatro eixos recorrentes: Exílio, Memória, Recriação imaginária da pátria, Retorno (real ou simbólico).

Nesses textos, o *sumud* manifesta-se como a recusa de desaparecer culturalmente, a manutenção da identidade através da narrativa e a afirmação da continuidade histórica.

4. Sumud na literatura acadêmica e ensaios

Na produção acadêmica e ensaística, o *sumud* é analisado como um marco de resiliência coletiva e cultural (*Psiquiatria transcultural, "*transcultural psychiatry"); uma estratégia política e de resistência quotidiana; um recurso epistêmico e ético para compreender a sobrevivência sob colonialismo de povoamento.

Antologias recentes, como "Sumūd: A New Palestinian Reader" (2025, editada por Malu Halasa e Jordan Elgrably), reúnem poesia, memórias, ficção, ensaio e arte que celebram o *sumud* como valor cultural vivo, especialmente no contexto pós-outubro de 2023.

5. Funções literárias do Sumud

Na literatura, o *sumud* desempenha várias funções como: afirmação de existência — "Existir é resistir"; manutenção da dignidade e da humanidade sob condições desumanizadoras; preservação da memória e da identidade; criação de sentido perante o sofrimento coletivo; resistência estética — *a própria escrita e a arte como atos de sumud*.

6. Evolução contemporânea: do Sumud ao "Pós-Sumud"

A literatura pós-milênio, especialmente a escrita por gerações mais jovens, começa a tensionar e a expandir o conceito clássico de *sumud*. Teses acadêmicas recentes propõem a noção de "pós-*sumud*", onde: reconhecem o esgotamento psicológico das gerações que cresceram sob o peso de promessas políticas falhadas e de um trauma que se tornou quotidiano;

---

[26] Tawfiq Zayyad (1929–1994), nascido em Nazaré, foi uma figura monumental que uniu a política e a literatura no Oriente Médio. Ele atuou como um dos mais importantes poetas palestinos da resistência, líder político comunista e prefeito da cidade de Nazaré por quase duas décadas (de 1975 até sua morte em 1994). Zayyad pertence à mesma geração literária e política de Mahmoud Darwish, compartilhando com ele a missão de usar a poesia como uma ferramenta de preservação de identidade e dignidade para os palestinos que permaneceram dentro das fronteiras de Israel após 1948. No poema *"Aqui Ficaremos"* (*Huna Baqun*), ele escreveu versos que se tornaram um hino de resiliência: *"Aqui, sobre seus peitos, ficaremos como uma parede de pedra.*
Em suas gargantas, como um caco de vidro, como um espinho de cacto.
Aqui ficaremos...". Zayyad usava metáforas da natureza local (como o cacto e a Oliveira) para lembrar sua comunidade de suas raízes profundas, funcionando como um mecanismo de ancoragem cultural: quando a realidade política ao redor tenta desestabilizar o indivíduo, a arte reafirma que a identidade deles é inabalável.

expõem vulnerabilidades, ambivalências e feridas psíquicas que o discurso clássico do *sumud* (focado na firmeza e na perseverança) tendia a ocultar ou a romantizar; ilustram subjetividades mais complexas, onde a resiliência convive com o cansaço, a dúvida e a necessidade de nomear o sofrimento.

Esta viragem não abandona o sumud, mas o complexifica, integrando a dimensão do trauma e da vulnerabilidade.

Em síntese, na literatura palestina o sumud não é apenas um tema: é uma estética, uma ética e uma estratégia de sobrevivência cultural. De Darwish a Shehadeh, da prosa da diáspora à poesia contemporânea, ele atravessa gêneros e gerações. A literatura contemporânea, no entanto, começa a interrogar os seus limites, reconhecendo o peso psíquico da perseverança forçada e abrindo espaço para narrativas de vulnerabilidade e de "pós-sumud". Esta evolução mostra que o conceito continua vivo, adaptável e central para a compreensão da experiência palestina — tanto na vida real quanto na sua representação literária.

Bibliografia selecionada[27]

Ali, Nijmeh. "Active and Transformative Sumud Among Palestinian Activists in Israel." In Ala Tartir and Timothy Seidel, eds., *Palestine and Rule of Power: Local Dissent vs. International Governance*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019.

Dakkak, Ibrahim. "Development from Within: A Strategy for Survival." In George T. Abed, ed., *The Palestinian Economy: Studies in Development under Prolonged Occupation*. London: Routledge, 1988.

Farsoun, Samih K., and Jean M. Landis. "Structures of Resistance and the 'War of Position': A Case Study of the Palestinian Uprising." *Arab Studies Quarterly* 11, no.4 (1989): 59–86.

Halper, Jeff. "A Strategy within a Non-Strategy: Sumud, Resistance, Attrition, and Advocacy." *Journal of Palestine Studies* 35, no.3 (2005/6).

Johansson, Anna, and Stellan Vinthagen. "Dimensions of Everyday Resistance: The Palestinian Sumūd." *Journal of Political Power* 8, no.1 (2015): 109–39.

Rijke, Alexandra, and Toine van Teeffelen. "To Exist Is to Resist: Sumud, Heroism, and the Everyday. " *Jerusalem Quarterly* 59 (2014): 86–99.

Said, Edward W., and Jean Mohr. *After the Last Sky: Palestinian Lives*. London: Faber & Faber, 1986.

Salih, Ruba, and Sophie Richter-Devroe. "Cultures of Resistance in Palestine and Beyond: On the Politics of Art, Aesthetics, and Affect." *Arab Studies Journal* 22, no.1 (2014): 8–27.

Shehadeh, Raja. *The Third Way: A Journal of Life on the West Bank*. London: Quartet, 1982.

Tamari, Salim. "The Palestinian Movement in Transition: Historical Reversals and the Uprising." *Journal of Palestine Studies* 20, no.2 (1991): 57–70.

Referências

1. https://www-emro-who

2. https://www.emro.who.int/emergencies/in-focus/attacks-on-health-care-in-eastern-mediterranean-region.html?utm_source=chatgpt.com

3. https://medbox.org/document/surveillance-system-for-attacks-on-health-care-ssa

[27] https://www.palquest.org/en/highlight/33633/sumud?__cf_chl_tk=tLVDUihxYTyAp8.5Fo8O36UEx6jdXtJDXwEpQ.4ifsM-1794182674-1.0.1.1-jeJKKE1kc2pj9Lu00oY3MB.IuvHi4GNCf7HWnpFnzTc

4. https://extranet.who.int/ssa/Index.aspx

5. https://www.emro.who.int

6. https://www.emro.who.int/emh-journal/eastern-mediterranean-health-journal/home.html

7. https://medbox.org/document/surveillance-system-for-attacks-on-health-care-ssa

8. https://applications.emro.who.int/docs/TP-NMH-MHPSS-eng.pdf

9. https://www.palquest.org/en/highlight/33633/sumud

10. https://www.who.int/teams/mental-health-and-substance-use/treatment-care/mental-health-gap-action-programme

11. Https://www.emro.who.int/mhps/index.html

12. https://www.palquest.org/en/highlight/29773/first-intifada-1987-1993

13. https://www.palquest.org/en/highlight/160/nakba

14. https://www.palquest.org/en/highlight/14372/village-al-araqib

15. https://www.palquest.org/en/biography/14597/ibrahim-dakkak

16. https://www.palquest.org/en/biography/16018/edward-w-said

17. https://www.palquest.org/en/highlight/33633/sumud

18. https://www.palquest.org/en/highlight/33633/sumud?__cf_chl_tk=tLVDUihxYTyAp8.5Fo8O36UEx6jdXtJDXwEpQ.4ifsM-1794182674-1.0.1.1-jeJKKE1kc2pj9Lu00oY3MB.IuvHi4GNCf7HWnpFnzTc

19. https://www.palquest.org/en/about

20. https://www.palquest.org/en/history

21. https://www.kufiya.org/blogs/all/what-does-sumud-mean

22. https://www.palmuseum.org/en

23. https://www.palmuseum.org/en/exhibitions-and-events/events-m/palestine-cinema-days-around-world-2026-0

Lula e a Nova Longa Marcha

Lula y la Nueva Marcha Larga

Lula and the New Long March

André Costa Lobato, Fernanda Pinheiro Filgueiras e Rafael Aguilar-Zamudio

Resumo: Esta edição reúne trinta temas sobre China e Ásia Oriental entre o fim de outubro e o início de novembro de 2026. O eixo diplomático cobre a Quinta Plenária do 20º Comitê Central, encontros de Xi Jinping com líderes da Suíça e da Alemanha, visitas envolvendo Omã e Áustria, tensões intercoreanas, relações Brasil-China após a reeleição de Lula, Cúpula da ASEAN, APEC em Shenzhen, governança de IA, tensões China-Filipinas e restrições dos EUA a laboratórios chineses. O eixo sanitário aborda atenção primária, Healthy China 2035, cooperação China-África, IA em saúde Coreia-ASEAN, dengue nas Filipinas, mpox no Paquistão, melioidose na Tailândia e infraestrutura digital para saúde. O eixo socioeconômico examina semicondutores, crescimento impulsionado por IA, lucros industriais, PMI, Coreia do Sul, Japão, terras raras, comércio Brasil-ASEAN, economia digital da APEC, satélites Fengyun e os 90 anos da Longa Marcha.

Palavras-chave: China; Ásia Oriental; ASEAN; APEC; inteligência artificial; saúde pública; semicondutores; economia digital.

Resumen: *Esta edición reúne treinta temas sobre China y Asia Oriental entre finales de octubre y principios de noviembre de 2026. El eje diplomático abarca la Quinta Sesión Plenaria del XX Comité Central, los encuentros de Xi Jinping con líderes de Suiza y Alemania, las visitas relacionadas con Omán y Austria, las tensiones intercoreanas, las relaciones entre Brasil y China tras la reelección de Lula, la Cumbre de la ASEAN, la APEC en Shenzhen, la gobernanza de la IA, las tensiones entre China y Filipinas y las restricciones de EE. UU. a los laboratorios chinos. El eje sanitario aborda la atención primaria, «China Saludable 2035», la cooperación entre China y África, la IA en el ámbito de la salud en Corea y la ASEAN, el dengue en Filipinas, la viruela del simio en Pakistán, la melioidosis en Tailandia y la infraestructura digital para la salud. El eje socioeconómico analiza los semiconductores, el crecimiento impulsado por la IA, las ganancias industriales, el PMI, Corea del Sur, Japón, las tierras raras, el comercio entre Brasil y la ASEAN, la economía digital de la APEC, los satélites Fengyun y los 90 años de la Gran Marcha.*

Palabras clave: *China; Asia Oriental; ASEAN; APEC; inteligencia artificial; salud pública; semiconductores; economía digital.*

Abstract: *This edition covers thirty developments in Chinese and East Asian affairs between late October and early November 2026. Diplomatic coverage includes the Fifth Plenary Session of the 20th CPC Central Committee, Xi Jinping's meetings with Swiss and German leaders, visits involving Oman and Austria, inter-Korean tensions, Brazil-China relations after President Lula's reelection, the ASEAN Summit, APEC Shenzhen, AI governance, China-Philippines defense tensions, and U.S. restrictions on Chinese testing laboratories. The health section addresses primary care, the Healthy China 2035 strategy, China-Africa public health cooperation, Korea-ASEAN cooperation on health AI, dengue in the Philippines, mpox in Pakistan, melioidosis in Thailand, and digital infrastructure for health. Socioeconomic topics include semiconductors, AI-driven industrial growth, industrial profits, PMI,*

South Korea and Japan, rare earths, Brazil-ASEAN trade, APEC digital trade, Fengyun satellite AI models, and China's lunar and the 90 years of the Long March.

Keywords: *China; Ásia Oriental; ASEAN; APEC; inteligência artificial; saúde pública; semicondutores; economia digital.*

Diplomacia

Xi saúda reeleição de Lula e invoca "futuro compartilhado" para o Sul Global

Xi Jinping enviou em 27 de outubro mensagem de felicitações a Luiz Inácio Lula da Silva pela reeleição à Presidência do Brasil, definindo a relação bilateral como "modelo de solidariedade e cooperação entre países do Sul Global" e invocando a construção de "uma comunidade China–Brasil de futuro compartilhado para um mundo mais justo e um planeta mais sustentável". O vice-presidente Han Zheng cumprimentou separadamente o vice reeleito, Geraldo Alckmin.

Lula venceu o segundo turno de 25 de outubro com 51,78% dos votos válidos (64,2 milhões), contra 48,22% (59,8 milhões) do senador Flávio Bolsonaro — a primeira virada entre turnos da história eleitoral brasileira. A posse está marcada para 5 de janeiro de 2027. A rapidez e o tom da mensagem chinesa sinalizam a prioridade que Pequim atribui ao Brasil como vitrine de sua diplomacia para a América Latina no novo mandato.[1]

Pequim recebe líderes da Suíça e da Alemanha: pragmatismo económico e sinais de abertura

No final de outubro e início de novembro de 2026, Pequim recebeu duas visitas de alto nível europeias: o Presidente da Confederação Suíça, Guy Parmelin, em visita de trabalho entre 30 de outubro e 1 de novembro[2], e o Presidente da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, em visita de Estado, a primeira em quase oito anos[3]. A coincidência temporal não é casual. Ambas as visitas ocorrem num contexto de crescentes tensões geopolíticas e de reconfiguração das cadeias de abastecimento globais, e a China procura projetar uma imagem de abertura e de cooperação com os parceiros europeus, ao mesmo tempo que reforça os laços económicos com duas das maiores economias do continente.

Do ponto de vista dos interesses chineses, a visita suíça produziu um resultado concreto e significativo: a assinatura do Protocolo de Atualização do Acordo de Comércio Livre entre a China e a Suíça, acompanhado de acordos de cooperação em investigação científica, emprego e mídia. A Suíça, embora não pertença à União Europeia, é um parceiro comercial de longa data e

---

[1] 1. Xinhua. Xi congratulates Lula on re-election as Brazilian president [Internet]. Pequim: The State Council of the People's Republic of China; 27 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202610/27/content_WS6ae0853cc6d00ca5f9a0df40.html
2. Agência Senado. Lula é reeleito para quarto mandato de presidente [Internet]. Brasília: Senado Federal; 25 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/10/25/lula-e-reeleito-para-quarto-mandato-de-presidente

[2] President of Swiss Confederation to visit China — People's Daily Online [Internet]. [citado 5 de novembro de 2026]. Disponível em: https://en.people.cn/n3/2026/1028/c90000-20513288.html

[3] 外交部发言人谈德国总统、瑞士联邦主席成功访华-新华网 [Internet]. [citado 7 de novembro de 2026]. Disponível em: http://www.xinhuanet.com.cn/world/20261102/c0e8b6d0dead4683a4bfa5df3276dbe2/c.html

um dos primeiros países ocidentais a reconhecer a República Popular da China[4]. Para Pequim, a atualização do acordo com Berna serve como demonstração de que a China continua comprometida com o livre comércio e com a abertura de alto nível, num momento em que Bruxelas e Washington adotam posturas mais protecionistas. A dimensão económica da visita foi sublinhada pela presença de uma delegação empresarial suíça, recebida no Ministério do Comércio chinês.

A visita alemã, por seu turno, insere-se numa lógica diferente, mas complementar. A Alemanha é o maior parceiro comercial da China na Europa há vários anos, e a visita de Steinmeier — a primeira de um presidente alemão desde 2018 — foi acompanhada por expectativas de aprofundamento da cooperação em áreas como a transição energética, a inteligência artificial industrial e a mobilidade elétrica[5]. O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, Mao Ning, descreveu ambas as visitas como um sinal positivo de "reforço da comunicação e coordenação, aprofundamento da cooperação aberta e apoio ao multilateralismo e ao comércio livre", constituindo um "bom exemplo" para o desenvolvimento das relações sino-europeias[6]. A retórica oficial procura, assim, enquadrar a aproximação com Berlim e Berna como prova de que a China é um parceiro fiável, apesar das divergências políticas que persistem com Bruxelas em matéria de direitos humanos, Taiwan e subsídios industriais.

Em suma, as visitas de Parmelin e Steinmeier revelam uma diplomacia chinesa que privilegia o pragmatismo económico e a estabilidade das relações com os parceiros europeus, ao mesmo tempo que tenta dividir o bloco ocidental e explorar as fissuras entre os interesses comerciais da Alemanha e da Suíça e as orientações políticas mais assertivas da UE[7]. O sucesso destas visitas, medido em acordos assinados e em sinais de abertura, não resolve as tensões estruturais, mas demonstra que Pequim continua a apostar na via da cooperação económica como instrumento de influência e de mitigação de riscos geopolíticos.

Pequim anuncia primeira visita de Estado do Sultão de Omã

O Ministério das Relações Exteriores confirmou, em 30 de outubro, que o Sultão Haitham bin Tarik, de Omã, fará visita de Estado à China — a primeira de um chefe de Estado omanense em 48 anos de relações diplomáticas —, com reuniões previstas com Xi Jinping e o premiê Li Qiang. O sultão raramente sai do país, o que traz grande simbolismo ao encontro dos chefes de Estado. [8] Foram firmados 23 acordos bilaterais cobrindo comércio, energia tradicional e renovável, infraestrutura, investimentos, finanças e tecnologias avançadas. Um dele trata de swap cambial de cinco anos no valor de US$ 4,7 bilhões, com o objetivo de facilitar pagamentos digitais transfronteiriços e a cooperação financeira.

---

[4] [中国新闻]瑞士联邦主席帕姆兰率经济界代表团到访中国商务部 [Internet]. [citado 8 de novembro de 2026]. Disponível em: https://tv.cctv.com/2026/11/01/VIDEWnVWzLHwj6Jg3vaS1Mml261101.shtml

[5] Çin: Tüm taraflarla iş birliğine hazırız [Internet]. [citado 9 de novembro de 2026]. Disponível em: https://turkish.cgtn.com/2026/11/02/ARTI1793610307125696

[6] Në kërkim të partneritetit dhe pragmatizmit: Vizita e Steinmeier-it në Pekin [Internet]. [citado 7 de novembro de 2026]. Disponível em: https://albanian.cri.cn/2026/10/30/ARTI1793341261256485

[7] Foreign Ministry Spokesperson Guo Jiakun's Regular Press Conference on October 30, 2026_Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China [Internet]. [citado 2 de novembro de 2026]. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xw/fyrbt/202610/t20261030_12050434.html

[8] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. Foreign Ministry Spokesperson Guo Jiakun's Regular Press Conference on October 30, 2026 [Internet]. Pequim: MFA; 30 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xw/fyrbt/202610/t20261030_12050434.html

Kim cruza a nova ponte do Yalu enquanto Seul propõe diálogo militar sob troca de cartas na ONU

Kim Jong Un visitou Dandong, na China, em 24 de outubro, cruzando a recém-inaugurada ponte Novo Yalu para encontro com Wang Huning, presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. A viagem integra uma nova etapa dos laços entre os países, que foram comprometidos durante a pandemia. O comércio bilateral já supera os maiores volumes desde 2017.

No plano intercoreano, Kim Yo Jong, da Comissão de Assuntos de Estado e irmã de Jongun, anunciou em 21 de outubro a retomada dos alto-falantes de propaganda e a fortificação da fronteira, explorando o incidente de 21 de setembro, quando três soldados sul-coreanos foram feridos. De acordo com Seul, uma investigação da ONU liderada pelos EUA determinou que as minas terrestres eram norte-coreanas. Pyongyang negou a responsabilidade e considerou a acusação uma provocação. As duas capitais coreanas não possuem, oficialmente, linha direta de comunicação militar. Chancelaria do Sul e missão norte-coreana trocaram cartas no Conselho de Segurança da ONU nos dias 22 e 25.[9]

49ª Cúpula da ASEAN em Manila terá pacto digital, decisão sobre Mianmar e presença de Lula

Manila sediará a 49ª Cúpula da ASEAN de 16 a 18 de novembro, peça central do ano filipino na presidência rotativa do bloco. Cerca de 20 chefes de Estado e de governo são esperados; Donald Trump é o convidado confirmado de maior peso, e um bilateral com Ferdinand Marcos Jr. sobre o Mar das Filipinas Ocidentais e o acordo de semicondutores Pax Silica está no horizonte.

O principal entregável é a assinatura do Acordo-Quadro de Economia Digital (DEFA), primeiro pacto digital regional juridicamente vinculante do mundo. Negociado desde 2023 e concluído em maio de 2026, o acordo cobre pagamentos, fluxos de dados, comércio eletrônico, cibersegurança e identidade digital, com a meta de elevar a economia digital do Sudeste Asiático de US$ 300 bilhões para US$ 2 trilhões até 2030. Os líderes devem ainda decidir o futuro do Consenso de Cinco Pontos sobre Mianmar, pressionar por avanços no código de conduta do Mar do Sul da China, destravar as negociações de livre-comércio ASEAN–Canadá e debater segurança energética e a rede elétrica regional.

Lula confirmou participação após a reeleição, pelo segundo ano consecutivo. A agenda brasileira inclui a COP31, na Turquia, antes da viagem à Ásia, e busca ampliar oportunidades comerciais e diversificar parceiros econômicos com o bloco, que reúne 11 países e PIB estimado em US$ 4 trilhões.[10]

[9] Institute for the Study of War. Korean Peninsula Update, October 28, 2026 [Internet]. Washington, DC: ISW; 28 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://understandingwar.org/research/china-taiwan/korean-peninsula-update-october-28-2026/

[10] 1. Folha de S.Paulo. O que é a cúpula da ASEAN, onde Lula e Trump podem se encontrar para discutir tarifas [Internet]. São Paulo: Folha; out. 2025 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/10/o-que-e-a-cupula-da-asean-onde-lula-e-trump-podem-se-encontrar-para-discutir-tarifas.shtml

APEC 2026 em Shenzhen entra em fase final com agenda de livre-comércio, IA e transição digital

Shenzhen receberá em 18 e 19 de novembro a 33ª Reunião de Líderes Econômicos da APEC, precedida pela reunião conclusiva de altos funcionários (14–15/11), pela Cúpula de CEOs (17–18) e por reuniões do conselho empresarial a partir de 14 de novembro. A China hospedou o fórum em Xangai (2001) e Pequim (2014).

Sob o lema "Construir uma Comunidade Ásia-Pacífico para Prosperar Juntos", a pauta chinesa gira em torno de abertura, inovação, conectividade, inteligência artificial, economia digital, transformação verde e cooperação. O chanceler Wang Yi pede por um "documento de resultados substantivo". — Um dos principais objetivos da possível "Declaração de Shenzhen" é um roteiro para a implementação da Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico (FTAAP). O acordo comercial foi proposto em Hanoi em 2006.

As atenções convergem para os bastidores: Trump sinalizou presença, o que marcaria seu terceiro encontro com Xi Jinping em 2026; o Kremlin mencionou uma cúpula trilateral Putin–Trump–Xi, sem acordo e sob objeção da Ucrânia; e Washington e Pequim propuseram alívio tarifário recíproco sobre cerca de US$ 30 bilhões em comércio, no bojo da trégua estendida até janeiro de 2027.[11]

China vincula governança global de IA ao fortalecimento do Sul Global

Na coletiva regular do Ministério das Relações Exteriores de 26 de outubro, Pequim destacou a divulgação do relatório de progresso do AI Capacity-Building Action Plan for Good and for All, apresentado durante o Fórum Global de Governança de Xiong'an. O governo chinês reiterou que a inteligência artificial deve ser tratada como bem público internacional e que países em desenvolvimento devem adquirir capacidade autônoma para desenvolver modelos, infraestrutura computacional e recursos humanos próprios.

A posição integra a estratégia chinesa de ampliar sua influência normativa na governança tecnológica global, especialmente junto ao Sul Global. O tema possui relevância direta para os BRICS, que discutem soberania digital, infraestrutura tecnológica e redução da dependência de fornecedores ocidentais. A iniciativa também fortalece a proposta chinesa de

2. WarBrief Live. ASEAN Summit Manila 2026: what to expect in November [Internet]. WarBrief Live; 27 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://warbrief.live/asean-summit-manila-2026-what-to-expect

3. Jornal do Brasil. Lula participará da COP31, na Turquia, antes de viajar à cúpula da ASEAN, nas Filipinas, em novembro [Internet]. 31 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://midias.jb.com.br/brasil/meio-ambiente/2026/10/1061413-lula-confirma-participacao-na-cop31-na-turquia.html

[11] GessyMorgan. APEC 2026 in China: Shenzhen summit dates, agenda and leaders [Internet]. GessyMorgan; 27 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://gessymorgan.com/apec-2026-china

2. Xinhua. 2026 APEC meeting to be held on Nov. 18-19 in China's Shenzhen [Internet]. Pequim: China's Diplomacy in the New Era; 13 dez. 2025 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://en.chinadiplomacy.org.cn/2025-12/13/content_118226033.shtml

3. Xinhua. Cúpula de CEOs da APEC no sul da China entra na última fase dos preparativos, segundo organizador [Internet]. 31 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/20261031/cee547088dd44c179476ce881571c328/c.html

reforma da governança global e amplia oportunidades de cooperação tecnológica com América Latina, África e Sudeste Asiático.[12]

Ministros de Defesa da Asean se reúnem nas Filipinas

A 20ª Reunião de Ministros da Defesa da ASEAN (ADMM) foi realizada em 28 de outubro em Cebu, nas Filipinas, sob o tema "Navigating Our Future, Together". Durante a reunião ampliada, a China acusou as Filipinas de impor obstáculos à sua participação plena no encontro, episódio que reflete a deterioração das relações bilaterais em torno das disputas no Mar do Sul da China. A China não enviou seu ministro da Defesa, sendo representada por adido militar em Manila.

Paralelamente, Estados Unidos, Japão, Austrália e Filipinas intensificaram a coordenação em matéria de defesa, enquanto o secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, propôs um "framework ambicioso" de cooperação defensiva com a ASEAN. Na ocasião, as Filipinas transferiram a presidência do ADMM e do ADMM-Plus para Singapura, que assumirá o mandato em 2027 com agenda de segurança marítima, resiliência climática e resposta a ameaças cibernéticas.

O secretário de Defesa filipino, Gilberto Teodoro Jr., rebateu alegações chinesas de que as Filipinas teriam prejudicado direitos de Pequim como parceiro de diálogo, afirmando que "nenhum país tem o direito de caracterizar processos da ASEAN exceto os países membros".[13]

FCC vota por banir laboratórios chineses de testes para o mercado dos EUA; Pequim promete contramedidas

A Comissão Federal de Comunicações (FCC) dos EUA aprovou, em 29 de outubro, norma que deixará de reconhecer laboratórios de testes, organismos de certificação de telecomunicações e entidades de acreditação sediados em "economias não recíprocas" — sem acordo de reconhecimento mútuo com Washington —, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2028. A China continental e a Índia estão fora da lista de mais de 60 economias signatárias.

---

[12] 1. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. MFA Regular Press Conference, October 26, 2026 [Internet]. Pequim: MFA; 26 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://view.inews.qq.com/a/20261027A058NA00

2. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. Progress Report on the AI Capacity-Building Action Plan for Good and for All [Internet]. Pequim: MFA; 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://view.inews.qq.com/a/20261027A058NA00

[13] 1. Agence France-Presse. China says Philippines "erected obstacles" to ASEAN attendance [Internet]. ABS-CBN News; 29 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://www.abs-cbn.com/news/world/2026/10/29/china-says-philippines-erected-obstacles-to-asean-attendance-1632.

ASEAN Main Portal. Secretary-General of ASEAN participates in the 20th ASEAN Defence Ministers' Meeting in Cebu, the Philippines [Internet]. 28 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://asean.org/secretary-general-of-asean-participates-in-the-20th-asean-defence-ministers-meeting-in-cebu-the-philippines/

3. Philippine News Agency. PH hands over ADMM, ADMM-Plus chairship to Singapore [Internet]. 30 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://www.pna.gov.ph/article/ph-hands-over-admm-admm-plus-chairship-to-singapore

4. Philippine News Agency. Pentagon chief proposes "ambitious" defense cooperation with ASEAN [Internet]. 29 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://www.pna.gov.ph/article/pentagon-chief-proposes-ambitious-defense-cooperation-with-asean

Laboratórios da China continental processaram mais de 82% dos dispositivos submetidos à aprovação da FCC em 2025.

Em 30 de outubro, o Ministério do Comércio chinês exigiu a revogação imediata da medida e prometeu "medidas adicionais necessárias". Em 5 de agosto, a Administração Nacional de Certificação e Acreditação (CNCA) já havia suspendido a autorização de organismos específicos de certificação, sediados nos EUA, para inspeções fabris para produtos específicos de acompanhamento no sistema CCC — que cobre 106 tipos de produtos em 17 categorias —, e a empresa estadunidense Compliance Testing LLC foi incluída na lista chinesa de contramedidas.

A escalada, às vésperas da APEC de Shenzhen, de 18 a 19 de novembro, reabre a frente tecnológica da disputa sino-americana e tende a elevar custos de certificação em cadeias globais de eletrônicos, inclusive de exportadores brasileiros que homologam produtos para os dois mercados.[14]

Sanitário

China detalha fortalecimento da atenção primária e resposta ao envelhecimento populacional

Em 20 de outubro, a Comissão Nacional de Saúde (NHC) publicou a versão 2026 dos padrões de capacidade para centros de saúde comunitários e hospitais municipais. A revisão reduziu o número de critérios avaliativos e reforçou prioridades como atendimento geriátrico, pediatria, medicina preventiva, serviços digitais, atenção domiciliar e integração entre prevenção e assistência.

O documento responde ao envelhecimento acelerado da população chinesa e à necessidade de ampliar a capacidade dos serviços de base. A reforma também busca reduzir a pressão sobre hospitais terciários, fortalecer a gestão de doenças crônicas e melhorar a cobertura em regiões menos desenvolvidas. O foco em telemedicina, serviços inteligentes e acompanhamento de idosos sugere a crescente incorporação de tecnologias digitais ao sistema de saúde.[15]

---

[14] 1. Global Times. China urges US to immediately revoke FCC restrictions on Chinese testing labs, vows to firmly defend interests [Internet]. Pequim: Global Times; 30 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202610/1373339.shtml
2. Caixin Global. FCC Votes to Ban Chinese Labs From Testing Electronics for U.S. Market [Internet]. Pequim: Caixin Global; 30 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://www.caixinglobal.com/2026-10-30/fcc-votes-to-ban-chinese-labs-from-testing-electronics-for-us-market-102498962.html
3. Xinhua. China suspends CCC follow-up inspections by US-based certification bodies [Internet]. Pequim: State Council Information Office; 6 ago. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/pressroom/2026-08/06/content_118635864.html

[15] 1. National Health Commission of the People's Republic of China. Policy interpretation of the 2026 Service Capability Standards for Township Hospitals and Community Health Service Centers [Internet]. Pequim: NHC; 20 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://www.nhc.gov.cn/jws/c100072/202610/1acf3af52edb42b4b49878f4c2551358.shtml
2. Xinhua. Xi Jinping attends National Health Conference and delivers important speech [Internet]. Pequim: Xinhua; 13 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://www.news.cn/politics/20261013/b5713bb0dc9a4d53a4dbc1a33bd176f8/c.html

Saúde entra no centro da estratégia nacional de desenvolvimento da China

Os desdobramentos da Conferência Nacional de Saúde e Saúde Pública continuam a repercutir na última semana de outubro. O governo definiu seis capacidades estratégicas para a construção do "Healthy China 2035": gestão da saúde, controle de doenças, serviços médicos, suporte do seguro-saúde, inovação farmacêutica e formação de talentos.

Entre as metas divulgadas estão a expectativa de vida média de 80 anos e elevação da literacia em saúde para 40% até 2030. As reformas previstas incluem aperfeiçoamento das compras centralizadas de medicamentos, mudanças em mecanismos de pagamento do seguro-saúde, fortalecimento da vigilância epidemiológica e ampliação da pesquisa biomédica. A agenda possui impacto internacional por reforçar a política chinesa de construção da "Comunidade Global de Saúde para Todos" e ampliar a cooperação sanitária no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota.[16]

China CDC Weekly define seis prioridades para a cooperação China-África em saúde pública

O China CDC Weekly publicou, em 30 de outubro (vol. 8, nº 44), revisão do Centro de Saúde Pública Global do China CDC propondo seis eixos para a cooperação sanitária China-África: vigilância e alerta precoce de doenças infecciosas, redes laboratoriais, preparação e resposta coordenada a emergências, acesso e produção local de produtos de saúde, serviços comunitários e adaptação local de tecnologias.

O texto é orientado pelo 15º Plano Quinquenal Nacional de Saúde e pela Conferência Nacional de Saúde de 2026. Na Tanzânia, o modelo adaptado de vigilância de malária "1,7" reduziu em 66% as chances de infecção e derrubou a prevalência local de 26,0% para 4,9%. A publicação, no ano do 70º aniversário das relações China-África, consolida a saúde como vetor da diplomacia chinesa no Sul Global — eixo diretamente comparável à agenda de cooperação sanitária do Brasil.[17]

Coreia do Sul e ASEAN realizam primeira conferência técnica sobre IA em saúde em Seul

O Ministério da Saúde e Bem-Estar da Coreia do Sul realizou, em 29 e 30 de outubro, a "Conferência de Saúde Coreia-ASEAN 2026" em Seul, com o tema "Tecnologia de ponta para a dignidade humana: IA e saúde digital rumo a sistemas de saúde que não deixem ninguém para trás".

O evento reuniu cerca de 70 participantes, incluindo responsáveis por políticas de IA em saúde e saúde digital de oito países-membros da ASEAN, especialistas do setor privado coreano

[16] 1. CCTV. Interpretation of new signals released by the National Health and Health Conference [Internet]. Pequim: CCTV; 14 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://news.cctv.com/2026/10/14/ARTIhtLeivQGTFlPWSeVZQpY261014.shtml
2. Xinhua. Xi Jinping attends National Health Conference and delivers important speech [Internet]. Pequim: Xinhua; 13 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://www.news.cn/politics/20261013/b5713bb0dc9a4d53a4dbc1a33bd176f8/c.html

[17] 1. Wang L, Feng Y, Xie M, Du Y, Pang M, Fang Y, et al. From Response to Resilience: Practices and Prospects for China-Africa Public Health Cooperation [Internet]. Pequim: China CDC Weekly; 30 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://weekly.chinacdc.cn/en/article/doi/10.46234/ccdcw2026.217
2. China CDC Weekly. Weekly Briefings for China CDC Weekly, Vol 8, No. 44, 2026 [Internet]. Pequim: Chinese Center for Disease Control and Prevention; 30 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://weekly.chinacdc.cn/news/260

e representantes do CDC dos EUA para o Sudeste Asiático como observadores. A conferência é desdobramento da declaração conjunta da 3ª Reunião de Ministros da Saúde Coreia-ASEAN, realizada em setembro em Kuala Lumpur. Entre os temas discutidos estão a estratégia coreana de IA em saúde e casos de aplicação clínica, com ênfase em governança e equidade no acesso.[18]

Filipinas somam 205 mil casos de dengue e decreta calamidade em focos localizados

As Filipinas acumulam 205.347 casos de dengue em 2026, com surtos localizados que levaram províncias e municípios a decretar estado de calamidade, segundo boletim da plataforma BEACON compilado pelo alerta epidemiológico da ESCMID em 27 de outubro. A declaração de calamidade destrava fundos emergenciais e mecanismos de controle de preços de insumos médicos, instrumento reservado a situações de colapso sanitário iminente.

O país é hoje o foco mais grave da Ásia para arboviroses, em temporada úmida prolongada que favorece a proliferação do Aedes aegypti. A situação pressiona o sistema de saúde filipino às vésperas da cúpula da ASEAN em Manila, onde o país-sede exercerá a presidência do bloco. Autoridades regionais monitoram o risco de transbordamento para vizinhos do Sudeste Asiático.[19]

Mpox no Paquistão: 98 casos e 12 mortes no Sindh acendem alerta de transmissão hospitalar

A província paquistanesa de Sindh reportou 98 casos de mpox com 12 mortes, segundo o boletim BEACON, em surto marcado por preocupações com transmissão associada a serviços de saúde — sinal de falhas de precaução-padrão e risco de amplificação intra-hospitalar. A ESCMID destaca ainda a circulação do vírus entre população pediátrica de alto risco no país, com desfecho fatal registrado.

O número de óbitos é elevado e sugere detecção tardia, comorbidades não tratadas ou maior virulência, hipóteses sob investigação. O surto expõe a fragilidade da vigilância epidemiológica paquistanesa, sobrecarregada entre as campanhas de poliomielite e a recuperação de enchentes recorrentes. Para a região, o episódio reforça que a mpox deixou de ser emergência episódica e passou a exigir vigilância contínua em toda a Ásia.[20]

Chuvas extremas alimentam surto de melioidose no nordeste da Tailândia

Em 29 de outubro, o Departamento de Controle de Doenças (DDC) da Tailândia emitiu um alerta nacional sobre a melioidose: desde 1º de janeiro, foram registrados 3.102 casos, 1.828 hospitalizações e 136 óbitos, majoritariamente na região Nordeste do país. Buri Ram reportou a maior parte, 245 casos e 12 óbitos, seguido por Surin com 139 casos e 11 óbitos, Nakhon Ratchasima com 136 casos e 17 óbitos, e Chaiyaphum com 50 casos e cinco óbitos.[21] A doença

[18] Newsis. Korea-ASEAN Health Conference 2026 [Internet]. Seul: Newsis; 29 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://mobile.newsis.com/view/NISX20261029_0003847167

[19] ESCMID. Epi Alert — Summary: 27 October 2026 [Internet]. Basileia: European Society of Clinical Microbiology and Infectious Diseases; 27 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://www.escmid.org/science-research/emerging-infections/epi-alert

[20] ESCMID. Epi Alert — Summary: 27 October 2026 [Internet]. Basileia: European Society of Clinical Microbiology and Infectious Diseases; 27 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://www.escmid.org/science-research/emerging-infections/epi-alert

[21] Siradakul C. Thailand issues soil fever warning after 136 deaths [Internet]. Thaiger; 30 out. 2026. Disponível em: https://thethaiger.com/guides/best-of/health/thailand-soil-fever-warning-136-deaths

é endêmica no norte da Austrália e no Sudeste Asiático, com potencial de expansão geográfica devido às alterações climáticas[22].

O alerta associa o risco à chuva persistente, que mantém água parada e solo úmido, situação propícia para a manutenção da bactéria *Burkholderia pseudomallei*, agente da enfermidade, no ambiente. A infecção é facilitada pela permanência do indivíduo nesses ambientes, seja por contato direto com a pele ou ingestão de água contaminada. As manifestações clínicas podem ser variadas e confundidas com outras doenças, incluindo tosse, febre alta e dores no corpo até comprometimento sistêmico. O governo tailandês destaca principalmente produtores rurais e residentes de áreas alagáveis, além de portadores de doenças pré-existentes como diabetes e doença renal crônica.[23]

A Universidade Mahidol em cooperação com a UC Health divulgou um estudo que acompanhou pacientes tailandeses após confirmação da infecção e encontrou que os anticorpos podem persistir por anos, de modo que uma sorologia positiva pode indicar infecção passada e não doença recente. Por esse motivo, o teste sorológico pode ser especialmente útil em regiões onde a infecção é rara, e, dessa forma, não se espera que uma parcela expressiva da população já tenha sido infectada[24].

Doença de Newcastle no Brasil: atualização sobre as restrições

Novos focos de doença de Newcastle foram identificados entre 27 e 3 de novembro em Nova Erechim, município de Santa Catarina localizado dentro da área de restrição já estabelecida, durante as ações de vigilância realizadas pelo estado[25].

A Malásia, que suspendia as importações de produtos avícolas de todo o Brasil, passou a reconhecer a regionalização sanitária e a restringir apenas Santa Catarina[26]. A China manteve a restrição limitada ao estado, assim como Arábia Saudita, Cazaquistão, Quirguistão e Uzbequistão. Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Emirados Árabes Unidos, Hong Kong e Vietnã restringiam apenas os quatro municípios da área de restrição. Assim, nenhum país asiático mantém suspensão sobre todo o território brasileiro[27].

---

[22] Mohapatra PR, Behera B. Melioidosis on the rise: the impact of climate change and extreme weather. J Assoc Physicians India. 2025;73(6):73-6. doi:10.59556/japi.73.1023.

[23] Khaosod English. Melioidosis kills 45 in four northeastern provinces [Internet]. 22 out. 2026 [citado em 9 nov. 2026]. Disponível em: https://www.khaosodenglish.com/news/2026/10/22/melioidosis-kills-45-in-four-northeastern-provinces/

[24] Howard L. Potentially deadly soil bacterium gaining foothold in new regions, including U.S. [Internet]. Sacramento: UC Davis Health; 6 nov. 2026 [citado em 9 nov. 2026]. Disponível em: https://health.ucdavis.edu/research/news/headlines/potentially-deadly-soil-bacterium-gaining-foothold-in-new-regions-including-us-/2026/11

[25] Ministério da Agricultura e Pecuária. (2026, 3 de novembro). *Novo foco da doença de Newcastle é identificado em Nova Erechim (SC)*. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/2026/novo-foco-da-doenca-de-newcastle-e-identificado-em-nova-erechim-sc

[26] Ministério da Agricultura e Pecuária. (2026, 5 de novembro). Doença de Newcastle: Malásia retoma importações de produtos avícolas do Brasil. https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/2026/doenca-de-newcastle-malasia-retoma-importacoes-de-produtos-avicolas-do-brasil

[27] Ministério da Agricultura e Pecuária. (2026, 28 de outubro). Trabalho do Mapa pela regionalização sanitária reduz impacto comercial da doença de Newcastle. https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/2026/trabalho-do-mapa-pela-regionalizacao-sanitaria-reduz-impacto-comercial-da-doenca-de-newcastle

Socioeconômico

Quinta Plenária do 20º Comitê Central aprova resolução sobre autogoverno partidário e confirma expurgos de cúpula

O 20º Comitê Central do Partido Comunista da China realizou sua quinta sessão plenária em Pequim, de 26 a 29 de outubro, com 162 membros titulares e 117 suplentes. Xi Jinping apresentou o relatório de trabalho do Politburo, e o colegiado adotou resolução sobre "governança plena e rigorosa do Partido". O comunicado confirmou a expulsão de 33 autoridades — entre elas o vice-presidente da Comissão Militar Central, general Zhang Youxia; o secretário do Partido em Xinjiang, Ma Xingrui; e o general Liu Zhenli —, além da remoção de Li Yunze de cargo partidário e da promoção de dez suplentes e titulares.

O plenário também decidiu que o 21º Congresso Nacional do Partido ocorrerá no segundo semestre de 2027. Trata-se da faxina mais ampla confirmada em um único plenário na era Xi e do último antes do congresso que definirá a sucessão ou eventual continuidade da liderança. A concentração de baixas no topo das Forças Armadas reforça mudanças no aparato militar e sinaliza a consolidação disciplinar como prioridade no ciclo pré-congressual. O comunicado saúda os esforços de auto-governança do partido: "Como resultado, o problema da autosupervisão e da autogovernança frouxos e fracos foi abordado na raiz; tendências insalubres que há muito passaram descontroladas foram contidas, problemas profundamente assolados que atormentaram o Partido por anos foram remediados e sérios perigos escondidos dentro do Partido, do estado e dos militares foram removidos.[28]

Joshua Wong: trajetória política, condenação e perspectivas futuras

Joshua Wong (黃之鋒), nascido em 1996, é um ativista político de Hong Kong que ganhou notoriedade ainda na adolescência. Em 2011, participou da fundação do movimento estudantil Scholarism, que se opunha à implementação da educação nacional nas escolas de Hong Kong. Em 2014, tornou-se uma das principais figuras do chamado Movimento dos Guarda-Chuvas (**Umbrella Movement**), que reivindicava reformas eleitorais e maior participação política na região. Posteriormente, foi um dos fundadores do partido político Demosistō, em 2016. Sua atuação política passou a ser associada às manifestações e às reivindicações por reformas democráticas em Hong Kong[29].

Em relação aos acontecimentos recentes, Wong foi preso em novembro de 2020 e, em novembro de 2024, condenado a quatro anos e oito meses de prisão por conspiração para subverter o poder estatal, no contexto do processo envolvendo as primárias da oposição de

[28] 1. CGTN. Communique of the Fifth Plenary Session of the 20th Central Committee of the Communist Party of China [Internet]. Pequim: CGTN; 29 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2026-10-29/Communique-of-the-Fifth-Plenary-Session-of-20th-CPC-Central-Committee-1RDN23bl4ze/p.html
2. China Daily. Communique of the Fifth Plenary Session of the 20th Central Committee of the Communist Party of China [Internet]. Pequim: China Daily; 30 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202610/30/WS6ae3cfe8e4b06d4aa0565f66.html
3. State Council of the People's Republic of China. Resolution on Certain Major Issues concerning Persevering with Full and Rigorous Party Self-Governance [Internet]. Pequim: Gov.cn; 1 nov. 2026. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202611/01/content_WS6ae72983c6d00ca5f9a0e03f.html

[29] 黄之锋，狱中再被控罪-中新网 [Internet]. [citado 1 de novembro de 2026]. Disponível em: https://www.chinanews.com/sh/2025/06-06/10427954.shtml

2020[30]. Em junho de 2025, enquanto ainda estava preso, foi novamente acusado de conspiração para colaborar com forças estrangeiras e colocar em risco a segurança nacional, conforme a Lei de Segurança Nacional de Hong Kong. Em 2 de setembro de 2026[31], declarou-se culpado dessa acusação e, em 5 de novembro, recebeu uma nova sentença de dez anos de prisão. Segundo a posição apresentada pelas autoridades de Hong Kong, suas atividades de mobilização internacional em favor de sanções contra a China e a região administrativa especial constituíram uma ameaça à segurança nacional[32].

Quanto ao seu futuro, a perspectiva é de um longo período de encarceramento, que poderá estender-se até 2036, considerando a nova condenação e o cumprimento da pena anterior. Em sua declaração de defesa, Wong manifestou o desejo de continuar seus estudos durante a prisão e, futuramente, retomar sua vida pessoal e cuidar de seus pais[33]. Entretanto, seu caso também evidencia os desafios enfrentados por Hong Kong na relação entre segurança nacional, autonomia regional e participação política. Do ponto de vista das autoridades chinesas, o episódio reforça a necessidade de preservar a soberania nacional, a estabilidade social e a aplicação da legislação de segurança nacional. Assim, o futuro político de Wong permanece profundamente condicionado pelo desenvolvimento das relações entre o governo central chinês e Hong Kong.

Ministros de Finanças da APEC endossam financiamento de infraestrutura digital com interface sanitária

A reunião de ministros de Finanças da APEC, realizada em Hong Kong entre 20 e 22 de outubro, aprovou a Declaração Conjunta de 2026 e endossou a Política sobre Financiamento de Infraestrutura Digital na Ásia-Pacífico. O documento, de adesão voluntária e não vinculante, incentiva governos, empresas e bancos multilaterais de desenvolvimento a trabalharem juntos para reduzir as lacunas de financiamento em infraestrutura digital.

A declaração também destaca apoio às famílias e ampliação do acesso a serviços financeiros, além de um relatório sobre políticas fiscais de apoio às famílias e investimento em capital humano. Embora a pauta seja predominantemente econômica, a infraestrutura digital é condição habilitante para telemedicina, vigilância epidemiológica e sistemas de informação em saúde nos países em desenvolvimento da região. O encontro reuniu mais de 300 delegados das economias da APEC, grupos observadores e organizações internacionais.[34]

---

[30] 中华人民共和国中央人民政府驻香港特别行政区维护国家安全公署 [Internet]. [citado 9 de novembro de 2026]. Disponível em: https://www.osns.gov.cn/20260903/e07b9337e3824a84b810471856f90a22/c.html

[31] Joshua Wong jailed for 10 years over bid to instigate sanctions on Beijing, Hong Kong | South China Morning Post [Internet]. [citado 9 de novembro de 2026]. Disponível em: https://www.scmp.com/news/hong-kong/law-and-crime/article/3373335/joshua-wong-jailed-10-years-over-bid-instigate-sanctions-beijing-hong-kong?pgtype=topic

[32] 谢博韬. 原讼法庭就「黄之锋串谋勾结案」判刑 [Internet]. [citado 9 de novembro de 2026]. Disponível em: https://www.hmo.gov.cn/2026/11/05/ARTIZlDZurvEIAz1cZnAuET6261105.shtml

[33] Joshua Wong jailed 10 years for foreign collusion — RTHK [Internet]. [citado 6 de novembro de 2026]. Disponível em: https://news.rthk.hk/rthk/en/component/k2/1876638-20261105.htm

[34] CCTV+. APEC finance ministers back digital infrastructure financing, wider financial access [Internet]. 21 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://www.cctvplus.com/news/20261021/8504724.shtml

Produção de chips e economia digital sustentam crescimento chinês apesar da fraqueza imobiliária

Dados divulgados pelo Escritório Nacional de Estatísticas mostram que a iniciativa "AI Plus" continua impulsionando setores industriais e de serviços. A produção de circuitos integrados cresceu 23,3% nos três primeiros trimestres de 2026, enquanto investimentos em fabricação de circuitos eletrônicos aumentaram 58,7%. As vendas de dispositivos vestíveis inteligentes avançaram mais de 70% no mesmo período.

Ao mesmo tempo, a economia chinesa registrou crescimento de 4,5% no terceiro trimestre, sustentada principalmente pelas exportações de componentes eletrônicos e produtos ligados à IA. Persistem, contudo, desafios relevantes: investimento imobiliário caiu mais de 20% e a demanda doméstica continua relativamente fraca. O contraste entre dinamismo tecnológico e desaceleração do setor imobiliário confirma o aprofundamento da transição econômica chinesa para atividades intensivas em tecnologia e manufatura avançada.[35]

Empresas chinesas de semicondutores divulgaram resultados robustos ao longo de outubro, impulsionadas pela demanda associada à inteligência artificial. A fabricante de memória CXMT estimou receitas entre 265 e 270 bilhões de yuans nos primeiros nove meses de 2026, crescimento superior a 700% em relação ao ano anterior. Outras companhias, como Hygon e Allwinner, também reportaram expansão significativa de receitas e lucros.

Paralelamente, dados de mercado indicam avanço da substituição de fornecedores estrangeiros por empresas domésticas. O crescimento está associado ao aumento do uso de IA generativa, expansão dos data centers e fortalecimento da política industrial chinesa em resposta aos controles tecnológicos dos Estados Unidos. O setor tornou-se um dos principais vetores da competição estratégica entre China e EUA e poderá influenciar cadeias globais de suprimentos, inclusive em países dos BRICS.[36]

O Departamento Nacional de Estatísticas (NBS) divulgou, em 27 de outubro, que os lucros das indústrias acima do porte designado somaram 6,03 trilhões de yuans entre janeiro e setembro, alta de 15,5% interanual, mantendo crescimento de dois dígitos ao longo de 2026. Em setembro, a alta foi de 14,4%, acelerando 10,2 pontos percentuais sobre agosto.

O setor de eletrônicos dobrou o lucro e contribuiu com 9,6 pontos do avanço total; materiais especiais eletrônicos saltaram 220% e dispositivos discretos de semicondutores, 51,7%, puxados pela demanda por computação de IA e memórias avançadas. A leitura é desigual: o setor automotivo recuou 22,8% e a siderurgia, 73,3%, expondo a divergência entre a

[35] 1. National Bureau of Statistics of China. Press conference on AI Plus and economic performance [Internet]. Pequim: NBS; 19 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://cn.ibtimes.com/china-ai-expansion-manufacturing-services-consumer-markets-1812583
2. Liu J. China GDP growth picks up thanks to global AI boom [Internet]. CNN/Newsource; 18 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://kvia.com/news/business-technology/cnn-business-consumer/2026/10/18/china-gdp-growth-picks-up-thanks-to-export-boom/

[36] 1. Global Times. China's semiconductor companies report strong earnings in first 9 months as AI explosion drives growth [Internet]. Pequim: Global Times; 20 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202610/1372612.shtml
2. Reuters. Nvidia's China AI-chip share falls as Huawei closes gap, report finds [Internet]. Mint; 13 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://www.livemint.com/technology/nvidias-china-ai-chip-share-falls-as-huawei-closes-gap-report-finds-11791858728043.html

manufatura de alta tecnologia e os setores tradicionais — dado relevante para cadeias brasileiras de commodities e autopeças expostas ao mercado chinês.[37]

Coreia do Sul cresce 1% no 3º trimestre e Samsung rompe a barreira dos 100 trilhões de won

O PIB sul-coreano avançou 1,0% no terceiro trimestre ante o anterior, em leitura preliminar do Banco da Coreia, superando o consenso de 0,7% e acelerando de 0,6% no trimestre anterior. Na base anual, a expansão foi de 3,4%, também acima dos 3,0% esperados.

O desempenho é coroado pelo resultado da Samsung Electronics, divulgado em 29 de outubro: lucro operacional de 107,4 trilhões de won (cerca de US$ 80 bilhões) — primeira empresa de tecnologia a superar 100 trilhões de won em um trimestre — e receita recorde de 195,3 trilhões de won, alta de 14% no trimestre. A divisão de memória bateu recordes com a disparada das vendas de chips HBM4, e toda a produção de 2027 já está vendida, com aperto de oferta projetado até 2028. Ainda assim, a ação caiu mais de 5% em Seul: o lucro líquido de 75,1 trilhões de won ficou abaixo do esperado, e investidores cobraram detalhes do retorno ao acionista, estimado entre 90 e 110 trilhões de won em 2026.[38]

Banco do Japão segura juro em 1,25% e vê inflação alinhada à meta pela 1ª vez desde 2013

O Banco do Japão manteve a taxa básica em 1,25% na reunião de outubro, por 8 votos a 1, após duas altas consecutivas de 25 pontos-base em junho e setembro. Os juros japoneses estão no maior nível desde abril de 1995. O dissidente Hajime Takata defendeu alta imediata, argumentando que a inflação já atingiu a meta e justificava convergência mais rápida à taxa neutra.

O comunicado registrou que a inflação subjacente se alinhou à meta de 2% pela primeira vez desde a criação do objetivo, em 2013 — marco simbólico da normalização monetária. No Relatório de Perspectivas, a autoridade manteve a inflação do ano fiscal de 2026 em 2,5%, elevou o crescimento projetado de 0,6% para 0,7%, subiu a inflação de 2027 de 2,4% para 2,6% e aparou o crescimento de 2027 de 0,8% para 0,7%. Com condições financeiras ainda acomodatícias e um ciclo moderado de salários e preços sustentado pela escassez de mão de obra, o mercado passou a precificar a taxa em 1,50% até o fim do trimestre.[39]

---

[37] 1. Xinhua. China’s industrial profits post strong growth on electronics, high-tech gains [Internet]. Pequim: State Council Information Office; 27 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/pressroom/2026-10/27/content_118750945.html
2. China Daily. China’s industrial profits rise 15.5% in first three quarters [Internet]. Pequim: China Daily; 27 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202610/27/WS6ae00c15e4b06d4aa0564f67.html

[38] 1. RTTNews. South Korea GDP grows 1.0% in Q3 [Internet]. RTTNews; 26 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://www.rttnews.com/3703066/south-korea-gdp-grows-1-0-in-q3.aspx
2. Quartz. Samsung stock slips despite posting its first-ever $80 billion quarterly profit [Internet]. Nova York: Quartz; 29 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://qz.com/samsung-stock-slips-record-profit-ai-chip-demand-102926

[39] Trading Economics. Japan interest rate [Internet]. Trading Economics; out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://tradingeconomics.com/japan/interest-rate

Brasil busca diversificação comercial com ASEAN enquanto Lula prepara viagem a Manila

A participação de Lula na cúpula da ASEAN em Manila insere-se na estratégia brasileira de diversificar parceiros econômicos e reduzir a dependência de mercados tradicionais. O bloco reúne 11 países com PIB combinado estimado em US$ 4 trilhões.

Em maio de 2026, durante a 47ª Cúpula da ASEAN em Kuala Lumpur, Lula já havia declarado que o mundo "não aceita mais uma nova Guerra Fria" e que o Brasil quer negociar com todos os países, sem alinhamento automático a Washington ou Pequim. A aproximação com o Sudeste Asiático ocorre em paralelo à agenda climática: antes de Manila, Lula participará da COP31 na Turquia, reforçando a interface entre comércio, clima e diplomacia na estratégia externa brasileira.[40]

APEC 2026 projeta comércio regional e aposta em IA e economia digital como motores de crescimento

A Cúpula de CEOs da APEC 2026, em Shenzhen, reunirá líderes políticos e empresariais das 21 economias do bloco para discutir a Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico, conectividade, inteligência artificial, economia digital e desenvolvimento sustentável.

O Conselho Consultivo Empresarial da APEC (ABAC) realizou sua quarta reunião do ano em Shenzhen, de 14 a 16 de novembro, sob o tema "Abertura, Conectividade e Sinergia", com foco em integração econômica regional e inovação digital. Ao longo de 2026, o ABAC produziu 14 documentos de resultado em reuniões realizadas em Jacarta, Cidade do México e Bancoc. A cúpula de CEOs emitirá conjuntamente uma "Iniciativa de Shenzhen" com a comunidade empresarial da Ásia-Pacífico, alinhada ao tema "Construindo uma Comunidade Ásia-Pacífico para Prosperar Juntos".[41]

China lança primeiros modelos de IA dos satélites Fengyun para monitoramento de clima extremo

A Administração Meteorológica da China (CMA) apresentou, em 30 de outubro, em conferência de usuários em Changsha (Hunan), a primeira leva de modelos de inteligência artificial aplicados aos satélites meteorológicos Fengyun, voltados a tufões e convecção severa.

O modelo de interpretação de imagens de tufões cobre sete tipos de características, gera análises a cada 15 minutos e produz texto interpretativo em 27 segundos; o modelo de alerta de convecção severa amplia para até quatro horas a antecedência dos avisos. A China mantém 10 satélites Fengyun em órbita, com dados abertos a 141 países e regiões. O avanço

---

[40] 1. Diário do Pará. Lula retoma viagens internacionais com agenda na COP31, Mercosul e G20; veja roteiro [Internet]. 31 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://diariodopara.com.br/noticias/brasil/lula-retoma-viagens-internacionais-com-agenda-na-cop31-mercosul-e-g20-veja-roteiro/

2. Dourados News. A empresários, Lula diz que mundo não aceita "nova Guerra Fria" [Internet]. 23 maio 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: https://www.douradosnews.com.br/noticias/a-empresarios-lula-diz-que-mundo-nao-aceita-nova-guerra-fria/1267729/

[41] 1. Xinhua. Cúpula de CEOs da APEC no sul da China entra na última fase dos preparativos, segundo organizador [Internet]. 31 out. 2026 [citado em 1 nov. 2026]. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/20261031/cee547088dd44c179476ce881571c328/c.html

2. Xinhua. APEC CEO Summit 2026 to be held in Shenzhen from Nov. 17 to 18 [Internet]. Pequim: China Economic Net; 11 set. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: http://en.ce.cn/main/latest/202609/t20260911_3207565.shtml

consolida a oferta chinesa de bens públicos climáticos ao Sul Global — área com potencial de cooperação direta com o Brasil em agrometeorologia e alerta de desastres.[42]

China detalha arquitetura de pouso tripulado na Lua com dois lançamentos

A China adotará a arquitetura "dois lançamentos, encontro em órbita lunar" para seu programa de exploração tripulada da Lua, segundo Wang Xiang, projetista-chefe adjunto do programa espacial tripulado e projetista-chefe do programa de exploração lunar. O plano foi apresentado em 31 de outubro durante o 7º Simpósio de Espaço Tripulado, em Pequim.

Pelo esquema, dois foguetes enviarão separadamente o módulo lunar Lanyue e a nave tripulada Mengzhou à órbita de transferência Terra-Lua. Os dois veículos realizarão encontro e acoplamento em órbita lunar, e os astronautas passarão da Mengzhou ao Lanyue para a descida à superfície e a realização de atividades científicas. O desenvolvimento do foguete Longa Marcha-10, da nave Mengzhou e do módulo Lanyue avança sem contratempos, após testes de escape, pouso, decolagem e validação de baixa altitude.[43]

Nova Longa Marcha conecta memória revolucionária e ambição tecnológica chinesa

A expressão "Nova Longa Marcha" reapareceu na cobertura chinesa da quinzena como metáfora política e tecnológica: o mesmo legado da marcha histórica do Exército Vermelho, concluída há 90 anos, é mobilizado para descrever a busca contemporânea por autossuficiência científica e industrial nesta nova fase da globalização. O aniversário de 90 anos recorda o momento, em outubro de 1936, em que as três principais forças do Exército Vermelho se encontraram em Huining (Gansu) e Jiangtaipu (Ningxia), consolidando o fim da épica travessia.

A família de foguetes Longa Marcha é o exemplo mais visível dessa continuidade simbólica. Desde o primeiro lançamento orbital, em 1970, os veículos chineses haviam completado 671 lançamentos orbitais até 10 de outubro de 2026. Em julho, o Longa Marcha-10B realizou a primeira recuperação controlada de primeiro estágio da China, marco da agenda de reutilização que sustenta os planos de pouso lunar antes de 2030 e de coleta de amostras em Marte por volta de 2028.[44]

---

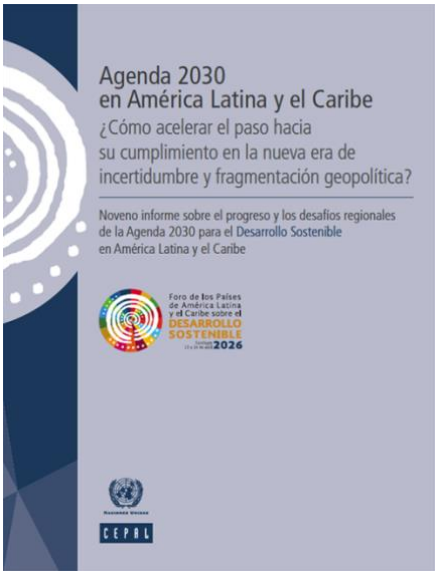
[42] 1. Xinhua. China unveils first Fengyun satellite AI models for extreme weather [Internet]. Pequim: State Council Information Office; 30 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/pressroom/2026-10/30/content_118755169.html
2. CGTN. China unveils first Fengyun satellite AI models for extreme weather [Internet]. Pequim: CGTN; 30 out. 2026 [citado em 2 nov. 2026]. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2026-10-30/China-unveils-first-Fengyun-satellite-AI-models-for-extreme-weather-1RFgj1IPVHG/p.html

[43] Xinhua. China unveils detailed plan for manned moon landing [Internet]. Pequim: China Economic Net; 31 out. 2026 [citado em 5 nov. 2026]. Disponível em: http://en.ce.cn/main/latest/202611/t20261101_3279110.shtml

[44] Xinhua. China's Long March legacy endures from trek to tech [Internet]. Pequim: CCTV/Xinhua; 21 out. 2026 [citado em 5 nov. 2026]. Disponível em: https://english.cctv.com/2026/10/22/ARTISLMEgZpRr2wlB4m3WX3I261022.shtml

Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno* paulo.buss@fiocruz.br



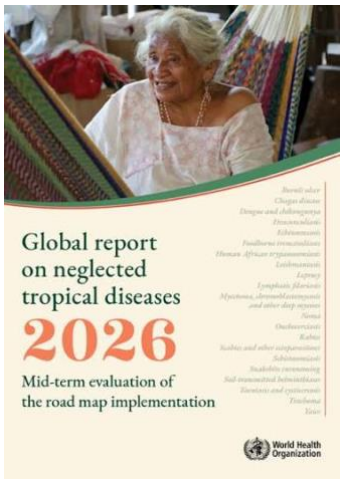
CEPAL. Agenda 2030 na América Latina e no Caribe: Como Acelerar o Ritmo para Sua Realização na Nova Era de Incerteza e Fragmentação Geopolítica?

Pouco mais de uma década após a aprovação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o progresso no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na América Latina e no Caribe é limitado. Apenas 19% das metas dos ODS seriam alcançadas até 2030. Em 2025 e início de 2026, os desafios para cumprir os ODS se aprofundaram devido a uma nova era de incerteza e fragmentação geopolítica. O mundo está testemunhando grandes rupturas: aumento do protecionismo, maior competição por supremacia industrial e tecnológica, e redução da colaboração em comércio, investimento, acesso à tecnologia e apoio financeiro ao desenvolvimento. Nesta nova era, os países precisam ser mais pragmáticos. Eles devem implementar maior coordenação entre governo, setor privado, sociedade civil, academia e outros atores, além de fortalecer suas capacidades institucionais e internas de mobilização de recursos para acelerar a implementação das ações necessárias para avançar no cumprimento dos ODS. Índice: Prólogo; Introdução; Capítulo I. América Latina e o Caribe: Uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável Enquadrada por Desafios Estruturais e Geopolíticos; Capítulo II. Cumprindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe: Visão Regional; Capítulo III. Progresso nos Objetivos 6, 7, 9, 11 e 17 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; Capítulo IV. Conclusões e recomendações. Acesso: Agenda 2030 en América Latina y el Caribe: ¿cómo acelerar el paso hacia su cumplimiento en la nueva era de incertidumbre y fragmentación geopolítica?



As **Estimativas Globais de Saúde (GHE) da OMS** fornecem os dados mais recentes disponíveis sobre morte e deficiência globalmente, por região e país, e por idade, sexo e causa. As atualizações mais recentes incluem tendências globais, regionais e nacionais de 2000 a 2023, inclusive. Ao fornecer *insights* essenciais sobre tendências de mortalidade e morbidade, essas estimativas são uma ferramenta poderosa para apoiar a tomada de decisões informadas sobre políticas de saúde e alocação de recursos. Os dados das Estimativas de Saúde Global podem ser acessados, analisados e utilizados por meio de diversos canais e meios. Incluem um resumo visual interativo de dados globais e regionais; visualização de dados no Global Health Observatory filtrada por país, ano, idade e sexo; tendências por grupo de renda do país; e arquivos para download com os conjuntos completos de dados. Acesso: Estimativas de Saúde Global

Global report on neglected tropical diseases 2026: mid-term evaluation of the road map implementation. WHO, 2026, 285pp.



Lançado em 4/11/2026, este relatório apresenta os resultados da avaliação de meio período do roteiro para doenças tropicais negligenciadas 2021–2030, que estabelece metas globais para o controle, a eliminação e a erradicação de 21 doenças e grupos de doenças. A avaliação analisou a implementação e o impacto no período de 2021 a 2025. O processo combinou a análise de 71 indicadores globais informados pelos Estados-Membros com uma avaliação estruturada das 11 dimensões do roteiro, contando com a contribuição de mais de 350 especialistas, gestores de programas, formuladores de políticas, pesquisadores e parceiros. O relatório mensura o progresso em relação aos indicadores abrangentes e transversais desde o período de referência (linha de base), analisa cinco anos de ações no âmbito de cada um dos três pilares do roteiro e descreve os avanços nas seis regiões da OMS. Resumos atualizados para cada doença e grupo de doenças incluem uma avaliação das lacunas remanescentes em comparação com a linha de base de 2020. O documento também apresenta dados referentes ao período de 2024, identifica os principais riscos para o alcance das metas de 2030 e estabelece prioridades estratégicas para o período de 2026 a 2030. Acesso: https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/0142c085-aaae-4624-a922-ad3b84deae86/content



EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina (editor).

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior, Mestre em Direito Internacional, Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz (coeditora).

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG (coeditor).

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Amanda Ribeiro Lopes – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). Mestre e bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do LabÁsia e DataMundi.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Claudio Brandão – Mestrando no Programa de Mestrado Profissional em Inovação em Medicamentos do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB/USP). Diretor Executivo da Emerging Biopharmaceutical Manufacturers Network (EBPMN) e consultor independente do Korea Health Industry Development Institute (KHIDI).

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Fernanda Pinheiro Filgueiras – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia e Saúde Única da FMVZ-USP e médica veterinária pela UEL

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Públicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Julia Soares – Graduanda em Relações Internacionais pela UFRJ, pesquisadora do Laboratório de Estudos Asiáticos (LEA-UFRJ) e da Escola de Guerra Naval

Laura Tavares Soares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Fernanda Császár – Bacharel em Relações Internacionais pela UFRJ, Pesquisadora no Laboratório de Estudos Asiáticos (LEA-UFRJ) e no Núcleo de Avaliação da Conjuntura, com pesquisas sobre política ex***terna indiana, economia política internaciona e Indo-Pacífico.***

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais; MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização, Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira (aposentado) MRE/Brasil; Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Os produtos do ***Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*** e do ***Centro Colaborador da OPAS/OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz,*** localizados na **VPSGRI**, são:

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, a Fiocruz vem produzindo os **Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** fascículos quinzenais. Para 2026 está programada a edição de **23** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas nos endereços abaixo.

2020-2025: https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

2026: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/issue/archive

Seminários Avançados Fiocruz em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, a Fiocruz vem realizando os **Seminários Avançados Fiocruz em Saúde Global e Diplomacia da Saúde** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Entre 2020 e 2025 foram realizados **140** Seminários e, em 2026, estão programados **25** Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 18 de novembro – *Promoção da Saúde e a Carta de Ottawa (40 anos)*

Dia 2 de novembro – *A tríplice crise planetária: clima, biodiversidade e poluições*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais

Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde (desde 2020)

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz (desde 2014)

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 20/2026

Período: 28 de outubro a 10 de novembro de 2026

Editores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e SEBASTIÁN TOBAR

Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2026.

377 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos publicados nos *Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos editores ou da Presidência da Fiocruz.